



Tese de Doutorado
Para a obtenção do grau de Doutor da
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
em co-tutela com a UNIVERSITE POLYTECHNIQUE HAUTS-DE-FRANCE

Geografia e Literaturas Comparadas

Área: Línguas, Literaturas, Artes e Ciências Humanas

Apresentada e defendida por Roberto Paolo VICO

18/Dezembro/2020, em Valenciennes, França

Ecole doctorale :

Sciences de l'Homme et de la Société (ED SHS 473)

Equipe de recherche, Laboratoire :

Laboratoire DeScripto

Departamento :

Geografia

**AS OLIMPÍADAS ENTRE MITO E REALIDADE: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DO IMAGINÁRIO DA
POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO SOBRE O USO DO TERRITÓRIO NO ÂMBITO DOS JOGOS
OLÍMPICOS DE 2016**

Presidente do júri:

- Caiozzo, Anna. Professora, História medieval, Université de Bordeaux – Montaigne.

Membros examinadores:

- Delaplace, Marie. Professora, Gestão e Urbanismo, Université Gustave Eiffel.
- Alexandre, Frédéric. Professor, Geografia, Université de Paris 3.
- Uvinha, Ricardo Ricci. Professor, Lazer, cultura e sociedade. Universidade de São Paulo.

Orientadores:

- Huftier, Arnaud. Professor, Literatura Comparada. Université Polytechnique Hauts-de-France.
- Azevedo, Francisco Fransualdo de. Professor, Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Co-orientador : Petit, Sylvain. Maître de Conférences HDR, Ciências Econômicas. Université de la Polynésie Française.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Central Zila Mamede

Vico, Roberto Paolo.

As olimpíadas entre mito e realidade: um estudo etnográfico do imaginário da população do Rio de Janeiro sobre o uso do território no âmbito dos jogos olímpicos de 2016 / Roberto Paolo Vico. - 2021.

478 f.: il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Université Polytechnique Hauts-de-France (co-tutela), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Geografia, Natal, RN, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo.

Orientador: Prof. Dr. Arnaud Huftier.

Coorientador: Prof. Dr. Sylvain Petit.

1. Megaeventos esportivos - Tese. 2. Uso corporativo do território - Tese. 3. Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016 - Tese. 4. Transformações socioespaciais - Tese. 5. Imaginário da população local - Tese. 6. Mito - Tese. I. Azevedo, Francisco Fransualdo de. II. Huftier, Arnaud. III. Petit, Sylvain. IV. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 796.032.2

Elaborado por Ana Cristina Cavalcanti Tinoco - CRB-15/262

AGRADECIMENTOS

A realização de uma pesquisa, de uma tese, representa um caminho longo, intenso, árduo e maravilhoso, onde às vezes é fácil perder a bússola. Vários obstáculos podem surgir durante a navegação, especialmente se essa pesquisa for realizada em dois países tão diferentes um do outro e separados por um oceano como a França e o Brasil. No entanto, em troca, as conquistas intelectuais e humanas obtidas em termos de amizades, conhecimento, cultura, idioma ou história, trazem essa força que ajudou o "pesquisador-navegador".

Então, continuando a metáfora marítima, gostaria de agradecer a todas a tripulação que contribuiu direta ou indiretamente para a chegada deste barco.

Antes de tudo, agradeço aos meus orientadores da tese:

- O Professor Doutor Francisco Fransualdo de Azevedo pela amizade, pelos diversos conselhos, pelo vasto conhecimento transmitido, mas também pela confiança, pelo incentivo e por ter assumido comigo esse desafio, o da co-tutela, considerando também que sou o estudante-orientando pioneiro a desenvolver uma co-tutela no programa de pós-graduação em geografia da UFRN;

e

- O Professor Doutor Arnaud Huftier pelos conselhos, pela amizade, mas também pelo estimulante espírito crítico que sempre demonstrou durante os vários encontros.
- Agradeço também ao meu co-orientador de tese, o Professor Doutor Sylvain Petit, pelos conselhos que me deu durante esta pesquisa e também pelo espírito crítico.
- Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN - Brasil), ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e à Secretaria de Relações

Internacionais por aceitar a co-tutela, o que me permitiu avançar em meus estudos, buscar e adquirir mais conhecimento em dois países (França e Brasil) e em dois continentes diferentes (Europa e América do Sul).

- Agradeço também à *Université Polytechnique de Hauts-de-France* (UPHF - França) pela inscrição no doutorado e pelo contrato de pesquisa como parte do programa de doutorado, bem como o laboratório De-Scripto.
- Também gostaria de agradecer às comunidades e áreas de estudo do Rio de Janeiro pela ajuda e disponibilidade oferecidas, comunidades sem as quais minha pesquisa de campo não teria ocorrido. Agradeço-lhes também por fornecerem elementos fotográficos, explicações detalhadas, por fornecer entrevistas e pela amizade estabelecida. Em particular:

- *Vila Autódromo e Museu das Remoções*: Maria da Penha Macena, Luiz Cláudio da Silva, Nathalia Macena, Sandra Maria Souza, Matheus Ferrari, León Denis, entre outros;

- *Aldeia Maracanã*: José Urutau Guajajara e a sua família, Tawane Xavante, Tucano, entre outros;

- *Favela do Metrô-Mangueira*: Reginaldo Custódio (Naldinho), Alexandre Trevisan, Carlos Alexandre Santos (Paulista) entre outros;

- *Morro da Providência*: Cosme Felippsen, Comitê dos moradores do Fórum Comunitário do Porto, grupo FASE, entre outros.

- Agradeço aos meus amigos linguistas, professores e antropólogos, Gaëlle Lopez Heredia, Jocelene Krevoruczka e Abdoul-Hadi Savadogo por terem revisado o texto.
- Um grande obrigado aos professores, colegas e amigos pela amizade, pela troca de ideias e pelo espírito de ajuda mútua que eles demonstraram em relação a mim:

Fábio Fonseca Figueiredo (UFRN); Valeria Bastos (PUC Rio); Eguimar Felício Chaveiro (UFG); Fernando Uhlmann Soares (IF Goiano Rio Verde); Hindenburgo Francisco Pires (UERJ) e sua esposa; Ernesto Macaringue (UEM-ESHTI); Hélsio Azevedo (UEM-ESHTI); Emídio Nhantumbo (UEM-ESHTI); Orlando Alcobia (UEM-ESHTI et UFRN); Carol Marques (UFG); Thiago Sebastião de Melo (UFPEL); Bárbara da Silva; Orlando Alves dos Santos Junior (IPPUR/UFRJ e Observatório das Metrópoles); Letícia de Luna Freire (UERJ); Celso Donizete Locatel (UFRN); Aldo Aloisio Dantas da Silva (UFRN); Jane Roberta de Assis Barbosa (UFRN); Anna Caiozzo et Matheus Ferrari (Paris – Diderot); Adriana Carvalho Silva (UFRRJ); Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG); Jorge Baptista de Azevedo (UFF); Gil Vicente (UFMA).

- Penso também no meu querido amigo Gilmar Mascarenhas, a quem presto homenagem ao longo desta tese, com a esperança que ele possa iluminar nosso caminho desde as alturas do céu.
- Agradeço ao grupo de pesquisa sobre o Imaginário “Imaginalis” de Porto Alegre, Brasil. Em particular, a professora Ana Tais Martins Portanova Barros, com quem eu estive mais em contato.
- Agradeço também ao grupo de amigos brasileiros do Rio de Janeiro, Natal, Belo Horizonte e São Paulo que me ajudaram durante toda a minha estadia no Brasil, bem como aos amigos de Lille e Valenciennes: Luciano, Elena e sua filha; Jocelene e Sandro; a família Dulion.
- Muito obrigado aos meus colegas de doutorado de Lille e Valenciennes.
- À minha esposa Verónica pela companhia e pelo amor ao longo dos anos.

- Um agradecimento muito especial aos meus pais, Michele e Silvana, minhas irmãs, Gabriella, Carmen Giulia e Ester Maria, por sua amizade, amor e apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.
- Agradeço também à minha família moçambicana: Cecílio Chiundila, Ângela Mtela, Patrícia, Ângelo e Basílio.
- Por fim, concluo agradecendo a Deus por tudo.

“A vida é a arte do encontro”

Vinícius de Moraes

ÍNDICE

Resumo.....	30
Introdução.....	32

PARTE I – OS CAMINHOS DA TESE

1.1 Introdução.....	38
1.2 Enquadramento e justificativa.....	39
1.3 O objeto (problema) da pesquisa de doutorado.....	40
➤ 1.3.1 Dimensão teórico-conceptual.....	42
➤ 1.3.2 Dimensão empírica.....	44
➤ 1.3.3 Dimensão temporal.....	46
1.4 Questões centrais e objetivos	47
➤ 1.4.1 Questões de pesquisa.....	47
➤ 1.4.2 Objetivos.....	48
1.5 Conceitos.....	49
➤ 1.5.1 Conceito-chave – O território como objeto da análise social: território usado e uso corporativo do território.....	49
➤ 1.5.2 O conceito de imaginário e a percepção da população local.....	53
➤ 1.5.3 O mito.....	55
1.6 Teorias-base para a fundamentação da pesquisa.....	59
➤ 1.6.1 A teoria geral do espaço geográfico de Milton Santos.....	60
➤ 1.6.2 A <i>Social Exchange Theory</i>	65
➤ 1.6.3 A teoria de Giambattista Vico sobre a repetição dos eventos históricos.....	67

1.7 Categorias de análise	69
➤ 1.7.1 Categorias analíticas: desvendando o território.....	69
➤ 1.7.2 Densidade e Rarefação.....	70
➤ 1.7.3 Fixos e Fluxos.....	73
➤ 1.7.4 Horizontalidades e Verticalidades.....	74
➤ 1.7.5 A Metodologia de Gilbert Durand.....	77
➤ 1.7.6 Os 9 Arquétipos de Yves Durand (AT-9)	86
➤ 1.7.7 A sociocrítica como categoria de análise do imaginário social.....	88

1.8 Operacionalização: procedimentos de pesquisa.....	91

PARTE II – OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E O USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

2.1 Introdução.....	108
2.2 Globalização e desenvolvimento desigual.....	109
2.3 O megaevento como parte do processo de globalização.....	130
2.4 Megaeventos e sustentabilidade no turismo.....	142
2.5 O Território como redes de poder.....	152
2.6 Revalorização e desvalorização do território: uso hierárquico e seletividade espacial.....	159
2.7 Território normado: um estado de exceção para a organização do megaevento.....	163

**PARTE III – OS JOGOS OLÍMPICOS:
DE OLÍMPIA AO RIO DE JANEIRO**

3.1 Introdução.....	194
3.2 As Olimpíadas da Antiga Grécia.....	195
3.3 As Olimpíadas da era moderna.....	212
3.4 O movimento «anti-olímpico».....	223
3.5 O imaginário, os mitos e o poder simbólico das Olimpíadas.....	224
3.6 Instrumentalização das Olimpíadas.....	240
3.7 Estudo de caso – Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016.....	242
3.8 Rio de Janeiro: uma cidade à venda?.....	245
➤ Remoções.....	248
➤ Especulação imobiliária e UPP.....	252
➤ Os investimentos na « cidade maravilhosa » e as exigências do COI.....	256
➤ Má gestão, endividamento do estado e corrupção.....	261
➤ A questão ambiental.....	264

**PARTE IV – O IMAGINÁRIO DOS CARIOCAS CONTRA O USO
CORPORATIVO DO TERRITÓRIO NO ÂMBITO DOS JOGOS OLÍMPICOS
DO RIO DE JANEIRO DE 2016: MITOS, HERÓIS E HISTÓRIAS
COMPARTILHADAS**

4.1 Introdução.....	268
4.2 O mito retorna e a história se repete.....	270
4.3 Os novos mitos da sociedade moderna carioca: heróis de resistência.....	272
4.4 Materialidade do território e imaginário: complementaridade e riqueza de análise.....	273
4.5 O imaginário da população local: Mitos e Histórias Compartilhadas.....	274

• PRIMEIRA HISTÓRIA COMPARTILHADA

6,6 ALDEIA INDÍGENA MARACANÃ E ZÉ URUTAU GUAJAJARA: OS HERÓIS ÍNDIOS DA RESISTÊNCIA INSPIRANDO-SE NO MITO DE SEPÉ TIARAJU.....	278

➤ 4.6.1 Introdução.....	278
➤ 4.6.2 Aldeia Maracanã – Preâmbulo histórico.....	281
➤ 4.6.3 Sepé Tiaraju, o herói índio do passado.....	291
➤ 4.6.4 A re-mitificação do mito de Sepé.....	295
➤ 4.6.5 Mítemas e arquétipos entre o mito do passado e do presente.....	296

• SEGUNDA HISTÓRIA COMPARTILHADA

4,7 O CASO DA VILA AUTÓDROMO E DO MUSEU DAS REMOÇÕES: UM MUSEU DA MEMÓRIA E DO IMAGINÁRIO, EXEMPLO DE LUTA E RESISTÊNCIA POPULAR CONTRA AS REMOÇÕES.....	302

➤ 4.7.1 Introdução.....	302

- 4.7.2 A história de uma luta sem fim.....303
- 4.7.3 O Plano Popular da Vila Autódromo.....310
- 4.7.4 Uma contextualização sobre a situação atual – A luta não foi em vão.....316
- 4.7.5 O Museu das Remoções, museu da memória e do imaginário.....318

• TERCEIRA HISTÓRIA COMPARTILHADA

4,8 TERRITÓRIOS NEGROS. A LUTA DE R-EXISTÊNCIA DO QUILOMBO DO SÉCULO XVII À FAVELA DO RIO DE JANEIRO: O CASO DA ZONA PORTUÁRIA E DO MORRO DA PROVIDÊNCIA.....331

- 4.8.1 Introdução.....331
- 4.8.2 O Quilombo dos Palmares e os líderes Ganga Zumba e Zumbi.....333
- 4.8.3 As transformações territoriais na Zona Portuária.....344
- 4.8.4 Morro da Providência: remoções e resistência.....349
- 4.8.5 Favela.....362
- 4.8.6 Algumas considerações sobre essa história compartilhada.....365

• QUARTA HISTÓRIA COMPARTILHADA

4,9 O CASO DA FAVELA DO METRO-MANGUEIRA NO BAIRRO MARACANÃ: UMA FÊNIX RENASCENDO DAS CINZAS.....369

- 4.9.1 Contextualização e problemática: o que aconteceu com a Favela do Metrô?.....369
- 4.9.2 O mito da Fênix, símbolo de ressurreição das cinzas.....382
- 4.9.3 A Favela do Metrô: uma fênix que ressurgiu das cinzas.....389

- **QUINTA HISTÓRIA COMPARTILHADA**

4,10 HOMENAGEM A GILMAR MASCARENHAS.....392

- 4.10.1 Introdução.....392
- 4.10.2 Gilmar, o simples professor, herói dos nossos dias.....394
- 4.10.3 Teseu, herói mitológico que luta contra o monstro do Minotauro....398
- 4.10.4 Mitos e características em comum entre o mito de Teseu e Gilmar.....402

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....407

- Problemas de gestão.....414
- Relativamente ao imaginário da população local e às histórias compartilhadas.....417
- Possíveis alternativas e propostas de melhorias conjunturais para o futuro.....423
- Futuras linhas de investigação.....429
- Qual herança?.....430
- Epílogo.....433

REFERÊNCIAS.....434

ANEXOS.....465

APÊNDICES.....469

LISTA DE FIGURAS

PARTE I

Figura 1,1: Conceitos.....	51
Figura 1,2: Milton Santos.....	61
Figura 1,3: Modelo de análise para megaeventos baseado na <i>Social Exchange Theory</i> proposto por Gursoy.....	66
Figura 1,4: Gilbert Durand.....	79
Figura 1,5: As Etapas do Procedimento da Investigação Científica nas Ciências Sociais	94
Figura 1,6: Áreas de estudo no Rio de Janeiro.....	102

PARTE II

Figura 2,1: Desigualdades e disparidades na sociedade brasileira.....	120
Figura 2,2: Principais patrocinadores e parceiros comerciais da FIFA e do COI nos recentes megaeventos do Brasil.....	185

PARTE III

Figura 3,1: Localização de Olímpia na península grega.....	199
Figura 3,2: Os diversos jogos na Grécia Antiga.....	200
Figura 3,3 : A Grécia antiga por volta do ano 500 a.C.....	201
Figura 3,4: Premiação com coroa de oliveira.....	209
Figura 3,5: Logo das Olimpíadas com os cinco continentes habitados	229
Figura 3,6: Rafer Johnson e Yang Chuan-kwang.....	235
Figura 3,7: Smith, Carlos e Norman nas Olimpíadas de Cidade do México 1968.....	236
Figura 3,8: “ <i>Rio de Janeiro, Brazil. 1961.</i> ”	
Figura 3,9: Os bairros « olímpicos » de Rio de Janeiro 2016.....	248
Figura 3,10: Áreas de estudo no Rio de Janeiro.....	251

Figura 3,11: Remoções na Vila Autódromo.....	253
Figura 3,12: Investimentos no Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016 em bilhões de reais.....	261

PARTE IV

Figura 4,1: Áreas de estudo no Rio de Janeiro.....	273

• PRIMEIRA HISTÓRIA COMPARTILHADA

Figura 4,2: Zé Urutau Guajajara, cacique da Aldeia Maracanã.....	284
Figura 4,3: Aerofotocarta do Bairro Maracanã com a localização da Aldeia Maracanã.....	286
Figura 4,4: Prédio do ex-museu do Índio na Aldeia Maracanã.....	287
Figura 4,5: Universidade Indígena da Aldeia Maracanã.....	293
Figura 4,6: Aulas de Tupi Guarani pelo prof. Zé Guajajara na Aldeia Maracanã.....	294
Figura 4,7: Sepé Tiaraju (1).....	295
Figura 4,8: Zé Urutau Guajajara.....	300
Figura 4,9: Sepé Tiaraju (2).....	300
Figura 4,10: Mitemas e arquétipos – Sepé Tiaraju.....	302

• SEGUNDA HISTÓRIA COMPARTILHADA

Figura 4,11: Imagem aérea da Vila Autódromo antes das obras do Parque Olímpico.....	307
Figura 4,12: O Parque Olímpico "vizinho" da Vila Autódromo.....	309
Figura 4,13: Demolições na Vila Autódromo.....	309
Figura 4,14: Higienização social na Vila Autódromo.....	313
Figura 4,15: Placa na entrada da comunidade: A Vila Autódromo antes e depois.....	320
Figura 4,16: Vila Autódromo em 2010.....	321

Figura 4,17: <i>Vila Autódromo</i> em 2012.....	321
Figura 4,18: <i>Vila Autódromo</i> em 2015.....	321
Figura 4,19: <i>Vila Autódromo</i> em 2018.....	321
Figura 4,20: Comparação da Vila Autódromo entre 2011 e 2016.....	321
Figura 4,21: As 20 casas das famílias que resistiram permanecendo na Vila Autódromo.....	322
Figura 4,22: Logo do <i>Museu das Remoções</i>	324
Figura 4,23: Formas de resistência na Vila Autódromo.....	326
Figura 4,24: Obra artística derivante dos escombros da Vila Autódromo com atrás o hotel Marriott.....	327
Figura 4,25: Dona Maria da Penha.....	333
Figura 4,26: Nariz quebrado da Penha.....	334
Figura 4,27: Conflito com a guarda municipal da prefeitura.....	334
Figura 4,28: Penha com Cláudio Luiz trabalhando na horta da Vila Autódromo.....	334

• TERCEIRA HISTÓRIA COMPARTILHADA

Figura 4,29: Mapa com a localização de Palmares.....	338
Figura 4,30: Capa dos filmes “ <i>Quilombo</i> ” e “ <i>Ganga Zumba</i> ” dirigidos por Diegues....	339
Figura 4,31: Ilustração de Ganga Zumba.....	340
Figura 4,32: Zumbi dos Palmares no filme “ <i>Quilombo</i> ”.....	343
Figura 4,33: Aerofotocarta do Morro da Providência e da Zona Portuária.....	349
Figura 4,34: Morro da Providência e teleférico.....	354
Figura 4,35: Sigla SMH na porta dos moradores da Providência.....	356
Figura 4,36: Teleférico para quem?.....	363
Figura 4,37: Cosme Felippsen com grafite de Marielle Franco.....	369

• QUARTA HISTÓRIA COMPARTILHADA

Figura 4,38: Aerofotocarta do Bairro Maracanã com a localização da Favela do Metrô-Mangueira.....	374

Figura 4,39: Os boxes abandonados construídos pela Prefeitura.....	378
Figura 4,40: Naldinho mostrando os boxes abandonados.....	378
Figura 4,41: Cenário de destruição depois das remoções na Favela do Metrô.....	381
Figura 4,42: O grupo de pesquisa visitando a Favela do Metrô-Mangueira.....	381
Figura 4,43: As oficinas de mecânicos na entrada da Favela do metrô (1).....	384
Figura 4,44: As oficinas de mecânicos na entrada da Favela do metrô (2).....	384
Figura 4,45: A fênix que ressurgue das cinzas.....	387

• QUINTA HISTÓRIA COMPARTILHADA

Figura 4,46: Gilmar Mascarenhas.....	398
Figura 4,47: Bicicleta do Gilmar erguida durante o Ato em sua homenagem na Praça Paris – Glória, Rio de Janeiro.....	399
Figura 4,48: Foto de perfil de Gilmar Mascarenhas nas redes sociais.....	401
Figura 4,49: Reconstituição do Palácio de Cnossos (labirinto).....	403
Figura 4,50: Representação de Teseu matando o Minotauro numa taça ática.....	404

LISTA DE TABELAS

PARTE I

Tabela 1,1: Entrevistas realizadas durante os diversos trabalhos de campo.....

PARTE II

Tabela 2,1: Tipologias de megaeventos segundo a sua periodicidade.....134

Tabela 2,2: Os eventos segundo as suas dimensões.....135

Tabela 2,3: Tipologias de grandes eventos.....136

Tabela 2,4: Peculiaridades de alguns megaeventos.....137

Tabela 2,5: Receita prevista de patrocinadores locais dos Jogos Olímpicos de 2016.....175

Tabela 2,6: Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.....179

PARTE III

Tabela 3,1: Lista das edições dos Jogos Olímpicos da era moderna.....223

Tabela 3,2: Resumo das famílias removidas em algumas comunidades.....254

Tabela 3,3: Os gastos dos Jogos Olímpicos por regiões.....262

PARTE IV

Tabela 4,1: Teste Arquétipo de Yves Durand aplicado a Sepé e Zé.....	304
Tabela 4,2: Orçamento básico do Programa habitacional.....	316
Tabela 4,3: Teste Arquétipo de Durand Y. aplicado ao Quilombo dos Palmares e ao Morro da Providência.....	372
Tabela 4,4: Reassentamentos dos moradores da Favela do Metrô-Mangueira.....	377
Tabela 4,5: Teste Arquétipo de Yves Durand aplicado à Favela do Metrô.....	395
Tabela 4,6: Teste Arquétipo de Yves Durand aplicado a Teseu e Gilmar.....	409

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tabela 5,1: Teste Arquétipo de Yves Durand aplicado aos megaeventos cariocas.....	425
Tabela 5,2: Simbolismo nas histórias compartilhadas.....	426

LISTA DE ANEXOS

Anexo A: Plano urbanístico da <i>Vila Autódromo</i>	470
Anexo B : Atividades realizadas durante o “Ato Ocupa BRT Vila Autódromo”	471
Anexo C : Homenagem ao Gilmar Mascarenhas pelo professor e geógrafo Rogério Haesbaert.....	471
Anexo D : Lei do “Ato Olímpico”	477

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A: O autor com os dois orientadores da tese Francisco Fransualdo de Azevedo e Arnaud Huftier, e com o Presidente da UPHF.....	468
Apêndice B: Roteiro de perguntas estruturadas e semiestruturadas - Percepção dos Moradores sobre o megaevento Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016.....	468
Apêndice C: Camisetas da Vila Autódromo criadas pelo Museu das Remoções.....	470
Apêndice D: Encontro com Gilmar Mascarenhas durante uma palestra do autor na UERJ com a sucessiva entrevista. Rio de Janeiro, abril de 2019.....	472
Apêndice E: Algumas fotos mais representativas dos arquivos pessoais do autor durante os vários trabalhos de campo.....	473
Apêndice F: Termo de consentimento do entrevistado, neste caso de Dona Penha.....	479

LISTA DE ACRÓNIMOS

ADUFRJ: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro

AEIS: Área de Especial Interesse Social

ALENA: Acordo de Livre Comércio da América do Norte

AMPAVA: Associação de Moradores e de Pescadores e Amigos da Vila Autódromo

ANASE: Associação das Nações do Sudeste Asiático

ANCEMA: Comunidade Estação da Mangueira

BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

BRT: *Bus Rapid Transit* (Via Rápida para Autocarros)

CBF: Confederação Brasileira de Futebol

CEDUP: Concessionária de Desenvolvimento da Zona Portuária

CEPAC: Certificados Adicionais de Potencial Construtivo

CESAC: Centro de Etno-conhecimento Sociocultural e Ambiental

COB: Comitê Olímpico Brasileiro

COI: Comitê Olímpico Internacional

CONAB: A Companhia Nacional de Abastecimento

COT: Centro Olímpico de Treinamento

ESHTI: Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

ETTERN: Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza

FMP: Faixa marginal de proteção

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

FAB: Força Aérea Brasileira

FASE: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIFA: *Fédération internationale de football association* (Federação Internacional de Futebol)

GIEL: Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Estudos do Lazer da Universidade de São Paulo

GTAPM: Grupo de Trabalho Acadêmico Profissional Multidisciplinar

IBC: *International Broadcast Center* (Centro Internacional de Transmissão - CIT)

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOM: Conselho Internacional dos Museus

IPPUR: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

JO: Jogos Olímpicos

MAR: Museu de Arte do Rio

MCMV: Minha Casa Minha Vida

MPC: Centro de Mídia e Imprensa

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEER: Núcleo de Estudos em Espaço e Representações

NEPHU: Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da UFF

NEPLAC: Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual

OAB-RJ: Comissão Direitos Humanos do Rio de Janeiro

OAS: Olivieri, Araújo e Suarez. Construtora.

ONG: Organização Não-Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

PIB: Produto Interno Bruto

PMCMV: Programa Minha Casa Minha Vida

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMMR: Plano Museológico do Museu das Remoções da Vila Autódromo

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP: Parceria público-privada

PPVA: Plano Popular da Vila Autódromo

PUC: Pontifícia Universidade Católica

RN: Rio Grande do Norte

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SESC: Serviço Social do Comércio

SET: (*Social Exchange Theory*) Teoria da Troca Social

SMH: Secretaria Municipal da Habitação

SPU: Secretaria de Patrimônio da União

TCE-RJ: Tribunal de Contas do Estado do *Rio de Janeiro*

TICs: Tecnologias de Informação e Comunicação

TOP: *The Olympic Partners Programme*

UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UEM: Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique)

UFF: Universidade Federal Fluminense

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UPP: Unidades de Polícia Pacificadoras

USP: Universidade de São Paulo

VLT: Veículo Leve sobre Trilhos

WTO: Organização Mundial do Comércio

GLOSSÁRIO

Alagoas: É uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está situado no leste da região Nordeste e tem como limites Pernambuco (N e NO), Sergipe (S), Bahia (SO) e o Oceano Atlântico (L). Ocupa uma área de 27.778,506 km².

Aldeia: Pequena vila, menor que uma vila. Vila dos índios.

Botafogo: É um bairro da Zona Sul do município do Rio de Janeiro, no Brasil. Com quase 100 mil habitantes, o bairro é conhecido por abrigar um dos principais cartões-postais do país: a Enseada de Botafogo, com os morros do Pão de Açúcar e da Urca e o Aterro do Flamengo.

Cacique: Termo usado para designar o índio responsável por uma tribo indígena. O chefe é uma espécie de "chefe" político da tribo, responsável por organizar e lidar com assuntos relacionados aos índios, como estilo de vida, rituais e até punições.

Cais do Valongo: É um antigo cais localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, entre as atuais ruas Coelho e Castro e Sacadura Cabral. Recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO em 9 de julho de 2017 por ser o único vestígio material da chegada dos africanos escravizados nas Américas. Construído em 1811, foi local de desembarque e comércio de escravizados africanos até 1831, com a proibição do tráfico transatlântico de escravos. Durante os vinte anos de sua operação, entre 500 mil e um milhão de escravizados desembarcaram no cais do Valongo.

Candomblé: A religião animista, originária da atual Nigéria e Benin, trazida ao Brasil por africanos escravizados e estabelecidos aqui, onde padres e simpatizantes encenam, durante cerimônias públicas e privadas, uma coexistência com as forças da natureza e antepassados.

Carioca: é o gentílico oficial do município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, no Brasil, também podendo referir-se, como adjetivo, a tudo que pertence ao município do Rio de Janeiro, como por exemplo aos seus bairros. Popularmente, no entanto, é também aceito como gentílico do estado do Rio de Janeiro e ao que se refere a

ele, por exemplo em Campeonato Carioca de Futebol, mesmo sendo "fluminense" o gentílico oficial.

Engenho: A grande propriedade açucareira, era essencialmente composto por dois setores principais: o setor agrícola - formado pelos campos de cana-de-açúcar - e o setor de processamento - a casa-do-engenho, onde a cana-de-açúcar era processado em açúcar e cachaça

Favela: Conjunto de moradias baratas, mal construídas e sem infraestrutura (rede de esgoto, abastecimento de água, energia, centro de saúde, coleta de lixo, escolas, transporte público etc.). As favelas estão localizadas em áreas ocupadas irregularmente nas encostas, nas margens de riachos, rios, canais, etc. As casas são construídas em madeira ou alvenaria, muitas com mais de um andar, sem espaçamento entre elas, criando uma área densamente povoada. As favelas são a expressão viva das desigualdades sociais, marginalização e exclusão social de parte da população das grandes cidades dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Favelado: Diz-se da pessoa que vive em uma favela, no popular complexo habitacional, geralmente construído na encosta. Pessoa cuja casa está localizada em uma favela; residente ou residente de uma comunidade.

Fluminense: Do estado do Rio de Janeiro. Natural ou residente do Estado do Rio de Janeiro.

Ganga Zumba: (Reino do Congo, c. 1630 – Capitania de Pernambuco, 1678) ou *Grande filho do Senhor*, foi o primeiro líder do Quilombo dos Palmares, governando entre 1670 e 1678. Antecedeu seu sobrinho Zumbi.

Gaúcho: Residente da área rural do Rio Grande do Sul e de qualquer lugar desse estado brasileiro. Os agricultores argentinos e uruguaios que vivem nos pampas e tendem a pecuária também recebem a mesma designação.

Guarani: Pertencente ou relacionado aos Guarani, uma divisão da grande família etnográfica dos Tupi-Guarani, Tupi do Sul. Uma nação indígena significativa e numerosa da América do Sul, ligada aos tupis e que dominou grande parte das bacias do Paraná, Paraguai e Uruguai.

Índios: São designados como povos aborígenes, autóctones, nativos, ou indígenas aqueles que viviam numa área geográfica antes da sua colonização por outro povo ou que, após a colonização, não se identificam com o povo que os coloniza.

Kimbundu: É uma língua africana falada no noroeste de Angola, incluindo a Província de Luanda. É uma das línguas bantu mais faladas em Angola, onde é uma das línguas nacionais. O português tem muitos empréstimos lexicais desta língua obtidos durante a colonização portuguesa do território angolano e através dos escravos angolanos levados para o Brasil. É falada por cerca de 3 000 000 de pessoas em Angola como primeira ou segunda língua.

Maracanã: nome popular é oriundo do Rio Maracanã, que cruza a Tijuca passando por São Cristóvão, desaguando no Canal do Mangue antes do deságue na Baía de Guanabara. Em língua tupi, a palavra *maracanã* significa "semelhante a um chocalho". Hoje em dia é um famoso bairro da cidade do Rio de Janeiro. Esse termo representa também o Estádio Jornalista Mário Filho, mais conhecido como Maracanã, ou ainda *Maraca*, é um estádio de futebol localizado na Zona Norte da cidade brasileira do Rio de Janeiro.

Maranhão: É uma das 27 unidades federativas do Brasil, localizada na Região Nordeste do país. Limita-se com três estados brasileiros: Piauí (leste), Tocantins (sul e sudoeste) e Pará (oeste), além do Oceano Atlântico (norte). Com área de 331 937,450 km² e com 217 municípios, é o segundo maior estado da região Nordeste e o oitavo maior estado do Brasil

Mocambo: Mesma coisa que “Quilombo”. Ver o termo “Quilombo”.

Morro: Estrutura baixa; colina. Pequena elevação em terreno plano; monte. *Popular.* Comunidade residencial fixada nas encostas dessas colinas; favela.

Ogum: É um orixá representado pela figura de um guerreiro. É considerado o orixá mais próximo dos seres humanos depois de Exu. Ogum é um orixá geralmente associado à guerra e ao fogo.

Orixás: São considerados ancestrais africanos que foram deificados, porque durante a vida na Terra teriam adquirido o controle dos elementos da natureza.

Oxumarê: É a cobra do arco-íris. Às vezes, é representado por uma cobra que morde sua cauda. Oxumarê é um orixá inteiramente masculino, mas algumas pessoas acreditam que se trata de homens e mulheres.

Palmares: O quilombo dos Palmares era um quilombo da era colonial brasileira. Estava localizado na Serra da Barriga, no escritório do porto de Pernambuco, região que hoje pertence ao município de União dos Palmares, no estado brasileiro de Alagoas.

Perimetral: O *Elevado da Perimetral*, também conhecido como *Via Elevada da Perimetral*, foi uma via suplementar sobre a Avenida Rodrigues Alves, que ligava os principais entroncamentos rodoviários da cidade do Rio de Janeiro. Atendendo a zona norte, o elevado interligava 70% do trânsito que partia da zona sul em direção à Ponte Rio-Niterói, à Linha Vermelha e à Avenida Brasil e seguia sobre a Avenida Rodrigues Alves até a região do Aeroporto Santos Dumont, onde se unia com a Avenida Infante Dom Henrique no Aterro do Flamengo, ligando-se diretamente à Avenida Atlântica e outras vias marginais à orla na zona sul. Cortava os bairros do Caju, parte de São Cristóvão, Santo Cristo, Gamboa e Saúde, com circulação pelo elevado estimada em quarenta mil veículos.

Pernambuco: É uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado no centro-leste da região Nordeste e tem como limites os estados da Paraíba (N), do Ceará (NO), de Alagoas (SE), da Bahia (S) e do Piauí (O), além de ser banhado pelo oceano Atlântico (L). Ocupa uma área de 98 149,119 km².

Preto: De cor semelhante ao carvão ou alcatrão; diz nesta cor. Cujas cores são preta, escura, como a do carvão vegetal.

Quilombo: Eram aldeias que refugiavam os escravos que fugiam das fazendas e casas de família, e é um termo de origem da Angola. Os escravos iam para os quilombos para não serem encontrados, pois onde eles viviam eram sempre explorados e sofriam maus tratos. Os quilombos eram aldeias que ficavam escondidas nas matas, em lugares preferencialmente inacessíveis, como o alto das montanhas e grutas, e era onde então os escravos se reuniam e conseguiam levar uma vida livre. As pequenas aldeias eram também chamadas mocambos, e tanto eles como os quilombos duraram todo o período da escravidão no Brasil.

Quilombola: Um escravo que, sendo privado de sua liberdade, sujeito à vontade de outra pessoa e definido como propriedade, refugiou-se em Quilombo, um lugar que abrigava escravos em fuga. Veja também: quilombo.

Rolê: Dar uma volta, dar um passeio.

Sepé Tiaraju: (São Luís Gonzaga, 1723 — São Gabriel, 7 de fevereiro de 1756) foi um guerreiro indígena brasileiro, considerado santo popular e declarado "herói guarani missioneiro rio-grandense" por lei. Chefe indígena dos Sete Povos das Missões, liderou uma rebelião contra o Tratado de Madri.

Terreiro: Nos cultos afro-brasileiros representa o local onde ocorrem cultos cerimoniais e onde são feitas oferendas aos orixás. Embora nem sempre seja feito de barro, o nome continua sendo uma referência às cabanas e quintais onde as celebrações foram realizadas

Valongo: O **Cais do Valongo** é um antigo cais localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, entre as atuais ruas Coelho e Castro e Sacadura Cabral. Recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO em 9 de julho de 2017 por ser o único vestígio material da chegada dos africanos escravizados nas Américas. Construído em 1811, foi local de desembarque e comércio de escravizados africanos até 1831, com a proibição do tráfico transatlântico de escravos. Durante os vinte anos de sua operação, entre 500 mil e um milhão de escravizados desembarcaram no cais do Valongo.

Zumbi: Também conhecido como *Zumbi dos Palmares* (Serra da Barriga, 1655 – Serra Dois Irmãos, 20 de novembro de 1695), foi um líder quilombola brasileiro, o último dos líderes do Quilombo dos Palmares, o maior dos quilombos do período colonial.

Xangô: É uma entidade (Orixá) amplamente venerada pelas religiões afro-brasileiras, considerada como um deus da justiça, raios, trovões e fogo, além de ser conhecida como protetora de intelectuais.

RESUMO

Os megaeventos esportivos, como os Jogos Olímpicos, podem gerar inúmeros problemas quando são organizados por países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento como o Brasil, porque esses países se caracterizam por um sistema sociopolítico instável e com uma oferta de serviços que ainda não é suficientemente desenvolvida portanto, apenas uma pequena faixa da população local se beneficia dos investimentos. Constatamos que os grupos mais vulneráveis sofrem os efeitos negativos de tais eventos, como as remoções e despejos da população residente nas áreas de interesse do evento, assim como aconteceu com as comunidades das áreas geográficas de estudo do Rio de Janeiro em análise: Aldeia Maracanã, Vila Autódromo, Morro da Providência e Favela do Metrô-Mangueira. Essa dinâmica seletiva acentua claramente as desigualdades entre a população de um determinado território e o restante dos habitantes, aumentando de fato as fragmentações territoriais e os desequilíbrios sociais. O objetivo geral da tese é entender o imaginário de uma parte da população local do Rio de Janeiro diante do uso corporativo do território no âmbito da realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Para isso, identificamos os principais elementos e atores envolvidos no cenário espacial do megaevento. Além disso, avaliamos os impactos e legados sobretudo em nível socio-territorial de natureza material e imaterial. Também identificamos as mudanças que ocorreram no cotidiano dos cidadãos após a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 com base na percepção e no imaginário dos habitantes do Rio de Janeiro no contexto do megaevento. O conceito geográfico chave abordado nesta pesquisa é o conceito de território. Pretendemos entender o território com base na teoria geral do espaço geográfico de Milton Santos. O conceito principal de território é sustentado pelo conceito de "território usado" ou "uso corporativo do território" sugerido por Santos e Silveira. O "território usado" é constituído por uma série de objetos e ações que atuam sobre ele principalmente por agentes hegemônicos como o estado e a prefeitura do Rio de Janeiro, as grandes empresas nacionais e multinacionais e as organizações esportivas. Além disso, consideramos a configuração territorial à qual tudo o que é fixo e concreto pertence, como as infraestruturas e objetos que compõem o espaço geográfico e que determinam as ações no território. Em relação à compreensão do imaginário da população local de determinadas áreas da cidade carioca, contamos principalmente com as teorias e categorias de análise de Gilbert Durand, como, em particular, a "metodologia" que por sua vez, se compõe da "mitocrítica" e da "mitanálise". Do ponto de vista empírico e dos procedimentos de pesquisa, durante os diversos trabalhos de campo nas áreas geográficas de estudo do Rio de Janeiro, optamos principalmente por técnicas etnográficas como: observação direta e participante, entrevistas estruturadas com os principais líderes e grupos comunitários e, sobretudo, a análise dos discursos e conteúdos resultantes de seus depoimentos. Como resultado dessa pesquisa qualitativa, fica claro que os cariocas sentem que os megaeventos não foram organizados para promover a justiça socioespacial em sua cidade. Acontece que os megaeventos no Rio de Janeiro constituíram na verdade meganegócios, envolvendo grandes somas de dinheiro. De fato, assistimos à subordinação de investimentos a grandes interesses ligados aos megaeventos. Os megaeventos não representaram os promotores das mudanças no Rio de Janeiro, mas foram catalisadores e aceleradores dessas transformações, um mero pretexto. Quanto ao imaginário da população local, percebemos em nossa pesquisa que boa parte dos habitantes do Rio de Janeiro se sente frustrada. Havia a esperança de que um megaevento como a Olimpíada pudesse dar impulso para resolver

alguns problemas sociais. A maioria dos entrevistados acredita que o interesse nos Jogos Olímpicos durou apenas o tempo que o megaevento aconteceu, ou seja, três semanas, sem deixar um legado positivo e duradouro para a população. Pelo contrário, além de deixar dívidas, gerou muita corrupção e desvio de dinheiro devido aos grandes investimentos, sem mencionar os graves problemas associados às expulsões e ao abandono de certas infraestruturas urbanas e instalações esportivas. Além disso, a grande maioria dos moradores das áreas de estudo pesquisadas considera que os investimentos necessários para sediar os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro utilizaram recursos financeiros públicos que poderiam ter sido investidos em outros setores importantes, como saúde, segurança, educação, moradia ou saneamento básico. Mas, infelizmente, tudo isso não aconteceu.

Palavras-chave: Megaeventos esportivos; Uso corporativo do território; Transformações socioespaciais; Imaginário; Mito; “Mitodologia”; Jogos Olímpicos de Rio de Janeiro 2016.

INTRODUÇÃO

No âmbito da organização dos megaeventos esportivos, o uso dos territórios pelas grandes empresas e pelas organizações esportivas internacionais tende atualmente a ocorrer de acordo com seus interesses e demandas que são cada vez mais influenciadas pelo capital internacional e a desvantagem das prioridades da população local. Deste modo, a utilização de espaços selecionados do território nacional fica submetido a uma dinâmica que, por intermédio de instituições e empresas internacionais e com a tutela do Estado e dos governos locais, acaba se subordinando a uma lógica global.

Este trabalho tem como campo de estudo o fenômeno dos megaeventos esportivos como instrumentos de transformações socio-territoriais, problematizando de que forma as grandes organizações esportivas internacionais como principalmente o Comitê Olímpico Internacional (COI) e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), junto com seus parceiros comerciais e o Estado, utilizam e planejam o espaço geográfico brasileiro para fins de realização dos megaeventos esportivos.

O objetivo principal do trabalho consiste em compreender o uso corporativo do território e a percepção da população local do Rio de Janeiro no âmbito da realização dos Jogos Olímpicos de 2016.

Utilizamos como referencial teórico para a discussão sobre território, nomeadamente autores como Santos, Silveira, Harvey, Brenner, Chesnais e Raffestin entre outros, os quais abordam o debate sobre a nova forma de ajuste espacial da cidade por causa de interesses ligados ao capital mundializado.

Ao que se refere ao caso de estudo dos Jogos Olímpicos de Rio de Janeiro, foram essenciais as leituras e as informações de Gaffney, Rolnik, Fontaine, Mascarenhas, Freire, Oliveira, Santos Junior, Vainer, Spera, entre outros. Além disso, explorou-se através da leitura da bibliografia sobre os megaeventos esportivos, análise de casos de estudos de Jogos Olímpicos e seus impactos a nível social e territorial.

Pelo que concerne os procedimentos de pesquisa, tratando-se de um tipo de investigação nomeadamente social, optamos por uma metodologia qualitativa utilizando sobretudo os ensinamentos de Gursoy, Durand, Veal e Meksenas. Para a análise da percepção da população carioca utilizamos, portanto, diversas ferramentas como: a observação direta e participante onde o relacionamento humano e social é mais profundo; a análise do discurso e do conteúdo; o estudo de comunidade; a etnografia; e, sobretudo, a análise de depoimentos.

Ao longo do estudo abordamos questões relativas ao uso corporativo hierárquico do território pelos grandes grupos e organizações esportivas e os efeitos de transformação do espaço derivantes, com particular ênfase na cidade do Rio de Janeiro.

Mas, em particular, este trabalho de pesquisa foca-se no doloroso impacto socio-territorial das remoções e expropriações de moradores que tem acontecido nas comunidades que foram principalmente afetadas pelas intervenções e transformações urbanas devidas à desenfreada especulação imobiliária da Barra da Tijuca ligada aos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais no âmbito dos Jogos Olímpicos. Abordamos o caso de estudo da comunidade da Vila Autódromo em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, como exemplo de significativa transformação do espaço pelos megaeventos esportivos e de luta e resistência continua da população local.

Como resultado parcial da pesquisa, tem-se tornado evidente que uma parte significativa dos moradores se frustraram com esse evento, no sentido de que se poderia ter tentado uma outra lógica de realização do megaevento. O Rio de Janeiro perdeu a oportunidade de enfrentar grandes problemas sociais que marcam a cidade e reproduziu ou aprofundou as desigualdades socioespaciais existentes.

O presente trabalho de tese estrutura-se em quatro partes.

A primeira parte intitula-se “**Os caminhos da tese**” e constitui fundamentalmente a metodologia da pesquisa.

Nessa parte ilustramos o âmbito, a problemática, os objetivos que nos propomos de alcançar, os conceitos, as teorias, as categorias de análise e a metodologia de trabalho. Particular atenção foi endereçada às fontes e às modalidades de recolha das informações. Além disso são indicadas as motivações que levaram à escolha do caso de estudo, que completa e enriquece o trabalho de pesquisa e de síntese da literatura existente.

A segunda parte intitula-se “**Os megaeventos desportivos e o uso corporativo do território na era da globalização**”.

Nessa parte abordamos a questão da globalização e de que maneira esse fenómeno se reflete nas sociedades modernas. Sucessivamente considera-se e define-se o megaevento como um acontecimento de carácter global com um amplo envolvimento de organizações e empresas internacionais, fortemente vinculadas ao mercado financeiro mundializado. No decorrer da discussão, todavia, tentaremos aprofundar a questão da

sustentabilidade socioespacial e ambiental relacionada aos grandes eventos bem como ao setor do turismo.

Na última secção dessa parte apresenta-se o território e as bases teóricas da sua organização e do seu estudo. No âmbito da organização de um megaevento, a cidade e os sistemas territoriais urbanos entram num processo de relevantes transformações socioespaciais. Sendo assim, nessa secção problematizamos de que modo o Estado, as grandes organizações esportivas internacionais como a FIFA e, principalmente o Comitê Olímpico Internacional (COI) e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), junto com seus parceiros comerciais, utilizam e planejam o espaço geográfico brasileiro para fins de realização dos megaeventos esportivos.

A terceira parte, que se intitula **“Os Jogos Olímpicos de Olímpia ao Rio de Janeiro”**, trata-se de uma espécie de *excursos* (digressão) sobre os Jogos Olímpicos. Analisamos a história das Olimpíadas bem como seus mitos, significados e representações simbólicas desde as Olimpíadas da era antiga que se desenvolviam na Grécia até os Jogos Olímpicos da era moderna reintroduzidos pelo barão De Coubertin. Ao longo desta trajetória avaliamos também alguns estudos de caso de edições de Jogos Olímpicos do recente passado.

A partir da secção **(Estudo de caso: os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016)**, conferimos amplo espaço ao estudo de caso dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016 e às relativas influências e impactos para a cidade carioca sobretudo em nível social e territorial.

A quarta e última parte **“O imaginário da população local sobre o uso corporativo do território no âmbito dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016: Mitos, heróis e histórias compartilhadas”**, é a mais extensa deste trabalho de tese.

Essa parte constitui o fulcro de todo o nosso trabalho empírico da pesquisa. Nela, através da criação de cinco histórias compartilhadas, analisamos em particular o imaginário sobre o megaevento de alguns líderes comunitários de quatro áreas de estudo. O imaginário deriva das narrações dos inquiridos – heróis da sociedade hodierna carioca e, mediante a “mitodologia” de Durand e a sociocrítica do imaginário social de Popovic, conseguimos

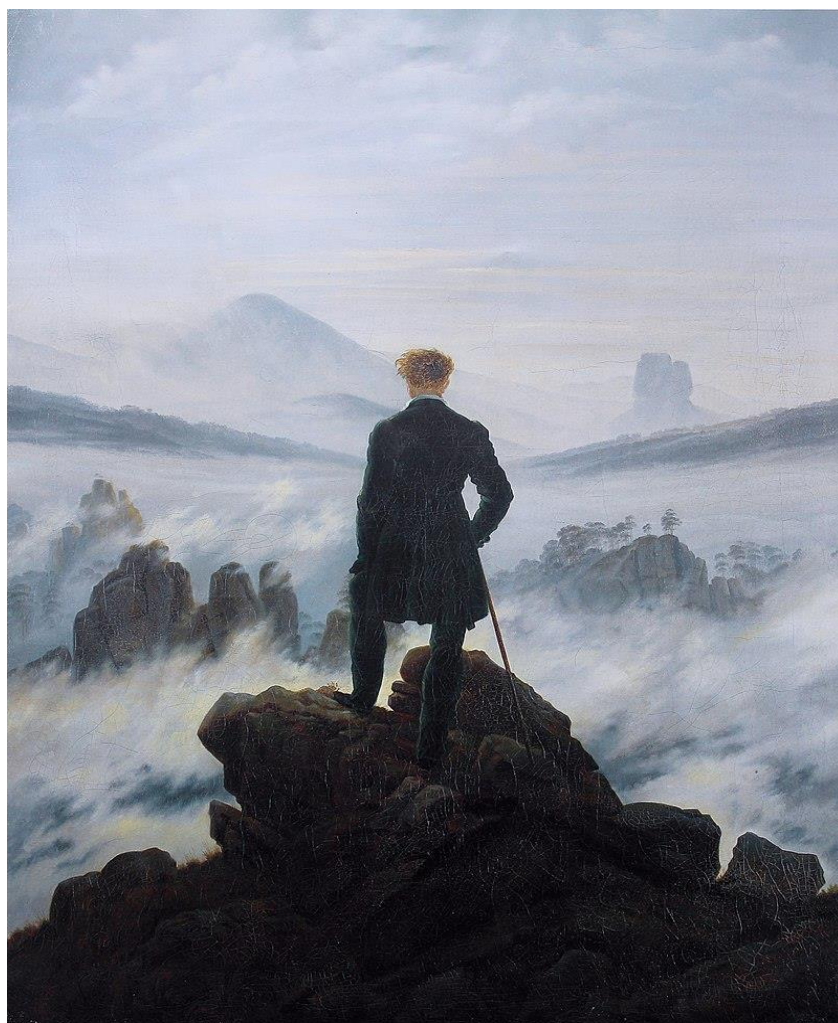
identificar os “mitemas”, os pequenos fragmentos do mito que apresentam características relevantes para a nossa discussão.

As comunidades em análise, como já referido anteriormente, são a Aldeia Maracanã, a Vila Autódromo, o Morro da Providência e a Favela do Metrô-Mangueira. No final dessa secção apresentamos uma homenagem ao querido professor Gilmar Mascarenhas.

Na última secção (**Considerações finais**), para além de uma conclusão geral sobre o inteiro trabalho de pesquisa realizado, também mencionamos as dificuldades encontradas e a maneira como foram ultrapassadas. Além disso, apresentamos algumas propostas e linhas orientadoras para futuras pesquisas e para os interessados na área da organização e do planejamento de megaeventos para um desenvolvimento sustentável sobretudo em nível socio-territorial.

PARTE I

OS CAMINHOS DA TESE



“Viajante Sobre o Mar de Névoa”

de Caspar David Friedrich

*Teria feito muito mais, não fosse
tão vasto o mundo, tão curta a
vida, tão grande o amor*

(GILMAR MASCARENHAS)

1.1 Introdução

O secção que aqui se apresenta deriva das considerações elaboradas no decorrer das disciplinas de Metodologia da Geografia, Colóquios Temáticos e Seminário de Doutorado, concernentes a Tese de Doutorado intitulada *“As Olimpíadas entre mito e realidade: um estudo da percepção da população do Rio de Janeiro no contexto do uso corporativo do território relacionado aos Jogos Olímpicos de 2016”*, em curso no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em co-tutela¹ com o Programa de Doutorado em Línguas, Literaturas, Arte e Ciências Humanas da *Université Polytechnique Hauts-de-France* pertencente à *École Doctorale de l’ Université de Lille3, Sciences de l’Homme et de la Société* da França.

Assim, elabora-se um quadro sintético do que já foi desenvolvido e do que se pretende desenvolver e, portanto, de que forma se estrutura, em nível de pesquisa científica, a investigação. Nesta ótica, preferiu-se subdividir a presente parte em sete secções, que foram estruturadas da seguinte forma: o enquadramento e a justificativa; o objeto (problema) da pesquisa de doutorado; as questões centrais e os objetivos; os conceitos; as teorias; as categorias de análise e a operacionalização com os procedimentos de pesquisa.

¹ Vide o Apêndice A: O autor com os dois orientadores da tese Francisco Fransualdo de Azevedo e Arnaud Huftier, e com a presença do Presidente da UPHF.

1.2 Enquadramento e justificativa

A presente tese de doutorado, possui como foco principal a temática dos megaeventos esportivos e, especificamente, como estas grandes ocasiões podem gerar transformações em nível territorial e social numa cidade. Durante o trabalho de tese pretendeu-se abordar sobretudo a questão da sustentabilidade social e territorial destes megaeventos, em particular, os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016, com o intuito de compreender os benefícios e as desvantagens que o megaevento acarretou, segundo um ponto de vista diferente, através do olhar dos residentes, da população local dos territórios que foram principalmente afetados pelas intervenções urbanas e pela consequente e derivante fragmentação territorial.

Considerando as transformações socioespaciais associadas aos megaeventos e de modo particular, relacionadas aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016, o estudo denota importância significativa, sobretudo por se tratar de uma pesquisa desenvolvida em processo de cooperação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através do Programa de Pós-Graduação em Geografia, no nível de doutorado, e a *Université Polytechnique Hauts-de-France*, através da Escola Doutoral de Ciências Humanas e Sociais vinculada à Universidade de Lille 3 (França).

Portanto, num contexto de cooperação internacional, esta pesquisa apresentará resultados de investigações sobre temas atuais e relevantes para a sociedade contemporânea, haja vista os impactos gerados pelos megaeventos nas cidades, especialmente em países subdesenvolvidos como o Brasil, em especial no Rio de Janeiro, cujo território é marcado por contradições e paradoxos desde as primeiras intervenções urbanas ali engendradas.

Pelo que concerne as principais motivações pessoais que me induziram a abordar este tema, devem-se ao fato de ser docente das disciplinas de Planejamento e Organização de Eventos e de Metodologia de Pesquisa na Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique, por já ter desenvolvido pesquisas nesta área como por exemplo sobre megaeventos como as Exposições Universais de Lisboa de 1998 e de Milão de 2015, e o Campeonato Mundial de Futebol na África do Sul. Outra importante pesquisa relacionada a esta temática (e a qual pretendemos dar continuidade através do presente trabalho de tese) foi realizada no âmbito do mestrado em Turismo e Gestão Estratégica de Destinos Turísticos da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTI) de Portugal,

sobre a percepção da população de Itaquera no contexto da Copa do Mundo de Futebol do Brasil de 2014, distrito na zona leste de São Paulo onde foi construído o estádio do time de futebol Corinthians. Trabalho que culminou na dissertação de mestrado *Os megaeventos desportivos na percepção da comunidade local: o caso do Mundial de Futebol do Brasil 2014 pelos moradores de Itaquera em São Paulo* (2016). Como também já tive a oportunidade de publicar alguns artigos científicos neste âmbito como, entre outros, *Sports mega-events in the perception of the local community: the case of Itaquera region in São Paulo at the 2014 FIFA World Cup Brazil* (2018) na revista *Soccer & Society*.

A decisão de querer abordar o tema dos megaeventos esportivos surge também do fato de ser um amante do esporte, no geral, e ter participado como espectador e pesquisador aos Campeonatos Mundiais de Futebol de Itália 1990, Alemanha 2006, África do Sul 2010 e Jogos Africanos de Maputo 2011.

Além disso durante quatro meses (de novembro de 2014 até fevereiro de 2015), fiz parte de um grupo de investigadores que analisaram vários aspetos relacionados com o Mundial de Futebol do Brasil 2014 – o Grupo Interdisciplinar de pesquisa em Estudos do Lazer (GIEL) da Universidade de São Paulo (USP). Na minha permanência em São Paulo com a USP foi possível constatar *in loco* a realidade do impacto de um megaevento. Tive a honra e a grande oportunidade de conversar e debater ideias com professores, organizadores, patrocinadores, administradores de empresas e especialistas do tema. No seguimento do meu trabalho de campo, também pude interagir com os moradores da cidade de São Paulo, em particular do distrito de Itaquera.

Outro motivo fundamental consistiu em querer abordar um tema que pudesse ser desenvolvido ulteriormente no futuro, no âmbito de um pós-doutorado, analisando futuros impactos de megaeventos como por exemplo: Jogos Olímpicos de Tóquio de 2020 (adiados para 2021 por causa da pandemia do coronavírus), Mundial de Futebol do Qatar em 2022, Jogos Olímpicos de Paris de 2024.

1.3 O objeto (problema) da pesquisa de doutorado

Considerando, inicialmente, o que temos estudado a partir das orientações do Programa de Doutorado em Geografia e da Disciplina de Metodologia da Geografia, vale

ressaltar que “[...] A pesquisa parte de um problema e se inscreve em uma problemática” (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 85). Desta forma, a nossa pesquisa tem como objeto/problema o uso corporativo que é feito do território da cidade do Rio de Janeiro pela organização e realização dos Jogos Olímpicos de 2016, tentando perceber também a percepção e o imaginário da população com relação ao megaevento esportivo e ao legado que deixou em nível social e territorial.

O objeto da pesquisa apenas encontra significado se apreendido através de elementos distintos, mas interligados em uma lógica epistemológica própria, particular. Isto é, toda problemática é composta por dimensões de ordem teórica e empírica, intercambiáveis, por se complementarem, mas que não devem se confundir, por preservarem características particulares. Trata-se de uma síntese, à qual Althusser (1978) chamou a atenção, relativa à combinação/conjunção dos dois tipos de elementos de conhecimentos, aos quais nos referimos anteriormente, isto é, teóricos e empíricos. Segundo o autor, os aspectos teóricos são de natureza abstrato-formal, sendo os aspectos empíricos da ordem da singularidade dos objetos concretos.

Também Meksenas (2002), assim como Althusser (1978), sublinha a complementaridade destes dois aspectos evidenciando como:

(...) a pesquisa empírica não é mera descrição do real como este se apresenta aos olhos do investigador. Ao contrário, é preciso que tais “olhos” sejam municiados de instrumentos analíticos: conceitos, teorias, concepções de filosofia, entre outros. A teoria no estudo de caso não deve converter-se num modelo rígido – como uma “camisa de força” – mas, por outro lado, também não é dispensável. Sem as referências teóricas que são construídas antes mesmo do momento da pesquisa, não é possível realizar um estudo de caso (MEKSENAS, 2002, pp. 100-112).

Além das dimensões teórica e empírica, precisamos incorporar também a dimensão temporal, que é de fundamental importância para o entendimento e para a própria essência do objeto da pesquisa. Sendo assim, a pesquisa tem como objeto/problema o uso corporativo que é feito do território da cidade do Rio de Janeiro pela organização e realização dos Jogos Olímpicos de 2016, tentando compreender também a percepção e o imaginário da população com relação ao megaevento esportivo e ao “legado” que deixou no contexto social e territorial.

1.3.1 Dimensão teórico-conceitual

A problemática da pesquisa inscreve o nosso objeto no contexto geral da organização e realização dos megaeventos esportivos (como os recentes Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016) considerando o olhar da população local no contexto do uso corporativo do território.

A cidade moderna apresenta como uma de suas características o crescimento exponencial da competição urbana internacional como resposta às exigências da mundialização do capital. Segundo Chesnais (1996), nesta nova fase assistimos ao nascimento dos grandes grupos empresariais multinacionais e do prevalecer deles sobre os países mais pobres que possuem uma estrutura política, econômica e socio-territorial mais vulnerável. Esses grandes grupos se adaptam ao modelo capitalista internacional e em geral impõem-se sobre o setor público, modificando as relações de trabalho e as vezes manipulando os meios de comunicação, constituindo-se na própria essência da lógica do capital mundializado.

A mundialização do capital constitui, portanto, um elemento determinante da requalificação econômica urbana (CHESNAIS, 1996), onde as urbes promovem importantes mudanças em seus sistemas físicos, econômicos, tecnológicos e sociais e, conseqüentemente, no próprio território. São transformações que pressupõem um delicado planejamento e elevados investimentos econômicos, que apoiados no *marketing* territorial e na promoção de megaeventos esportivos, nomeadamente os Jogos Olímpicos - acontecimentos com a suposta capacidade de melhorar ou relançar a imagem do território - buscam atrair fluxos de capitais, valorizar os recursos e ativar processos de desenvolvimento. De fato, na maior parte dos casos, estes megaeventos comportam altos investimentos e, por este motivo, as problemáticas que os caracterizam estão em estreita relação com os processos de transformação da cidade.

As recentes proliferações dessas ocasiões marcantes de transformação urbana, como os megaeventos, tornaram mais evidentes e controversas as questões da sustentabilidade do desenvolvimento. Embora essas ações sejam promovidas com o discurso de melhoria da qualidade urbana e ambiental, bem como do desenvolvimento econômico e social, em muitos casos os resultados não resultam como inicialmente apresentados. Frequentemente, as exigências e as ações dos agentes do mercado ultrapassam os interesses locais, e os objetivos da sustentabilidade territorial e social correm o risco de ficar num simples pretexto hipotético: uma práxis sempre mais comum

também no âmbito dos megaeventos, cuja importância no desenvolvimento das cidades incrementou de forma exponencial nos últimos trinta anos (VICO, 2016; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2018).

Neste prisma, ressalta-se do ponto de vista teórico a importância da técnica para os sistemas urbanos no período atual, buscando explicar de uma forma geral como as grandes cidades podem competir entre elas tentando alcançar uma vantagem competitiva através do desenvolvimento tecnológico. Este panorama vincula-se, sobretudo, à estruturação do meio técnico-científico-informacional.

Sempre segundo uma dimensão teórica do objeto da pesquisa, este se fundamenta no referencial teórico que estuda o território, com base em autores como Santos (1992; 1994; 2004; 2004b; 2008; 2012; 2014) e Silveira (2009, 2010a, 2016), que abordam o debate sobre a nova forma de produção espacial da cidade a partir do desenvolvimento técnico e tecnológico, os quais promovem nesses espaços a adoção de características corporativas para atender a demanda do mercado, transformam-se em um *business model* na era globalizada, responsáveis pela atração de fluxos financeiros, reestruturação de circuitos de circulação e acumulação local e global. Portanto, ressaltam-se os aspectos teóricos baseados nas teorias de Santos e Silveira concernentes ao conceito de meio técnico-científico-informacional e à importância que os avanços tecnológicos apresentam para o desenvolvimento das cidades modernas. Além disso, sempre inspirando-se nos dois autores, analisa-se o conceito de competitividade aplicado ao território e a questão da crescente competitividade internacional entre as cidades.

Sucessivamente, aprofunda-se a questão do uso corporativo hierárquico e vertical que é feito do território pelas grandes empresas (com o consenso do Estado), organizações esportivas como a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), o Comitê Olímpico Internacional (COI), o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e os seus parceiros comerciais, bem como o imaginário e a percepção dos autóctones, nesse caso os cariocas, com relação ao recente megaevento olímpico no Rio de Janeiro.

Percebe-se, dessa maneira, que o entendimento desse problema passa por uma discussão bastante ampla.

1.3.2 Dimensão empírica

Segundo Meksenas (2002, p. 110): “os métodos em pesquisa empírica referem-se às maneiras de o pesquisador abordar seu objeto de pesquisa. (...) Uma pesquisa empírica consiste no estudo e na apresentação para o debate de um tema circunscrito e abordado exaustivamente”. Sendo assim, do ponto de vista empírico, a emergência dos processos e aspectos acima citados, também trouxe implicações para a cidade do Rio de Janeiro, cidade onde foi desenvolvido o trabalho de campo e que representa o nosso estudo de caso.

Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, de 2016, representam mais uma etapa de um modelo de negócio e de uso hierárquico e corporativo do território, constituído pela coalizão de diferentes interesses de vários intervenientes e fatores envolvidos, tais como, *in primis*, as autoridades políticas, a elite econômica local, as empreiteiras e construtoras, as grandes organizações esportivas, seus parceiros comerciais e os fluxos financeiros internacionais. A eleição da cidade carioca como sede dos jogos olímpicos “sintetiza a expressão do ‘consenso’ entre os grupos hegemônicos no país em torno do objetivo de inserir a cidade no circuito mundial de produção do espetáculo esportivo” (OLIVEIRA, 2013, p.10).

Assim como afirma Silva Filho (2016), desde a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos em 2009, a cidade carioca tornou-se palco de um experimento de uma gestão repressiva dos direitos sociais com a intenção de criar uma imagem mais agradável para os grandes grupos corporativos e o capital econômico internacional, em conflito com a sociedade do Rio de Janeiro.

A cidade carioca tem sido reorganizada geograficamente para acolher os megaeventos com o pretexto de um maior prestígio, melhoramento da imagem e maior visibilidade em nível internacional para a atração de novos investimentos e negócios. Porém, esses interesses que pretenderam transformar a “cidade olímpica” numa cidade-empresa, se chocaram com a reação da população local que, através de numerosas manifestações e protestos antes, durante e depois da realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 considera que o Rio de Janeiro tem outros problemas e outras prioridades como o melhoramento do sistema de saúde e de educação, do saneamento básico, da moradia, da mobilidade e da segurança, entre outros.

De acordo com Gaffney (2016), a herança que os Jogos Olímpicos do Rio 2016 deixaram para o território e para a sociedade carioca é de endividamento do estado do Rio

de Janeiro e da cidade, expropriações e remoções de cerca de 80 mil moradores (sobretudo na Vila Autódromo e na Zona Portuária) associadas ao fenômeno da higienização étnica, gentrificação e do enobrecimento de algumas áreas com a forte especulação imobiliária, assim como outros casos de violações de direitos humanos, falência do sistema de saúde, educação e segurança com uma polícia mais militarizada e menos treinada no âmbito da operação das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPP).

Esse projeto de reestruturação urbana em áreas consideradas nobres como, em particular modo, a Barra da Tijuca, promove a mercantilização do espaço urbano que incrementa os processos de fragmentações socio-territoriais com o mecanismo da espoliação urbana e realocização dos mais vulneráveis na cidade através das expropriações e remoções.

A política urbana do projeto olímpico focou-se na valorização imobiliária e incluiu também obras de transporte e mobilidade urbana, instalações esportivas e UPP nas zonas de expansão do capital imobiliário principalmente na Barra da Tijuca, Centro, Zona Portuária e Maracanã, além também das regiões já valorizadas e de interesse turístico e de residência das elites como a Zona Sul. As obras atingiram diversas áreas ocupadas por populações de baixa renda, marginalizadas e desprezadas pelo setor público, às vezes pelo capital imobiliário, mas de repente, tornaram-se interessantes pela especulação imobiliária, considerando sobretudo os investimentos olímpicos que passaram a ser feitos. Foi necessário então remover uma grande parte dos moradores que residiam no entorno destas obras. A Barra da Tijuca e Jacarepaguá, assim como a Zona Portuária e o Centro foram os bairros mais afetados por estas transformações e pelas remoções. A Vila Autódromo, particularmente, onde moravam mais de 700 famílias que tinham o direito de permanecer e que foram expulsas através também do uso da força (PENHA, 2018) e onde agora só ficaram 20 famílias de “heróis”, empenhados em uma luta continua desde os Jogos Pan-americanos. A Vila Autódromo é considerada o emblema dessas remoções e representa a área de estudo principal do trabalho de campo da pesquisa. Outras áreas de estudo (onde já foram realizados trabalhos de campo mas a análise dos mesmos ainda se encontra em construção), além da Vila Autódromo, são o Morro da Providência no Centro / Zona Portuária onde foram removidas cerca de 200 famílias (FELIPPSEN, 2019), a Favela do Metrô onde também aconteceram remoções e fragmentações sócio-territoriais (CUSTÓDIO, 2019) e a Aldeia Maracanã no bairro Maracanã.

1.3.3 Dimensão temporal

Outra dimensão, ainda, se faz pertinente, e extremamente relevante, ao analisar o nosso objeto: de que forma ele está situado no tempo? De fato, é de fundamental importância estabelecer um recorte temporal preciso, contendo datações cronológicas bem delimitadas.

O tempo, como bem nos previne Santos (2012), não é apenas sincronia, mas também diacronia. Para o autor, é necessário considerar o tempo não apenas como transcurso ou intensidade, mas também como extensão, espacialidade. Dessa maneira, ficaríamos mais próximos de compreender esta noção, de um ponto de vista geográfico, a partir dos eventos.

O evento é “um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço” (SANTOS, 2012, p. 144). Sempre de acordo com o autor, os eventos “acontecem em dado instante, uma fração de tempo que eles qualificam. Os eventos são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço” (SANTOS, 2012, p. 145). Em outros termos, o tempo é uma dimensão do espaço, conferindo-lhe o movimento. Trata-se de uma espécie de ligação que une a geografia e a história. O autor explica que os eventos possuem certa ordem, caracterizada como ordem temporal, já que eles se sucedem, possuem uma sequência cronológica. Todavia, os eventos não acontecem ocasionalmente. Na realidade, eles coexistem, tratando-se de fatores constitutivos de uma lógica sistêmica, ou seja, a natureza diversificada dos eventos faz com que haja uma justaposição, um ajuntamento.

Dessas considerações deriva a apuração de que o tempo se estrutura a partir de dois núcleos, dialeticamente superpostos e interligados. Não se tratando, pois, apenas de sequência, ordem temporal, mas também de coexistências, temporalidades diversas interagindo.

Nosso propósito, com essas breves linhas, foi delinear a razão pela qual não partiremos, em relação ao nosso objeto, de uma data, ou período cronológico, preciso e determinado. Pois, não acreditamos que a dimensão temporal de um trabalho se circunscreva a termos de fragmentação, mas nos interessa mais compreender os processos, o movimento, à que nos referíamos anteriormente.

Mesmo assim, com relação ao nosso objeto da pesquisa que são os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016, temos que constatar que um grande evento é programado como sequência interligada de fases e fatos. Trata-se de um verdadeiro ciclo de vida do megaevento. Inicialmente, pode-se identificar uma fase de concepção e de

viabilidade da proposta de querer organizar um megaevento que se conclui com a aprovação do mesmo. No caso do Rio de Janeiro, a escolha da “cidade maravilhosa” como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, foi realizada em 2009 na cidade de Copenhague. A fase sucessiva de planejamento e execução compreende um plano operativo com a definição dos recursos a serem usados (homens, máquinas, materiais). Na fase de encerramento, dever-se-ia tirar as lições aprendidas por meio duma análise da eficiência do projeto e duma eventual revisão, caso se queira utilizar a experiência para subsidiar a realização de outro evento. O sistema deve ser continuamente monitorado através da avaliação da eficácia das políticas e de um contínuo controle e adequação das mesmas. A nossa análise, portanto, trata fundamentalmente de uma análise *ex-post*, depois da realização dos Jogos Olímpicos. Mesmo assim, apesar do nosso estudo privilegiar a identificação das heranças e dos legados em nível sócio-territorial, tentando compreender a percepção dos cariocas com relação ao megaevento, não podemos deixar de considerar todo o ciclo do megaevento em si, desde a fase de concepção da ideia com a proposta e a candidatura, todo o período de planejamento, organização e gestão do megaevento, até chegar à própria realização e a fase pós-evento.

1.4 Questões centrais e objetivos

1.4.1 Questões de pesquisa

Em nossa pesquisa trabalharemos com questões centrais estruturantes, e não como hipóteses, dado que estas geralmente se refletem nas relações de causa/efeito, por meio de procedimentos fundamentados na tradição empirista e/ou positivista, como nos aponta Netto (2011). Assim sendo, trabalharemos com questões de pesquisa, onde o papel do sujeito que pesquisa é essencialmente ativo.

Em nossa pesquisa trabalharemos com as seguintes questões centrais estruturantes:

- Quais transformações socio-territoriais derivam da organização de um megaevento esportivo com particular enfoque para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016?

- Quem são os intervenientes e os elementos envolvidos com o processo de gestão, planejamento e realização do megaevento e seus desdobramentos? Como eles dialogam e interagem entre si? E como estão implicados no processo de transformação do espaço?
- Pensando na seletividade espacial, porquê foram contemplados apenas alguns bairros, setores de bairros e zonas da cidade carioca para a realização de intervenções ligadas ao megaevento?
- Quais são os possíveis benefícios e as desvantagens relacionados a este tipo de evento segundo os vários intervenientes, mas sobretudo segundo o imaginário e a percepção da população local?

1.4.2 Objetivos

Assim sendo, a pesquisa tem como objetivos:

- Objetivo geral:

Compreender o uso corporativo do território e o imaginário da população local de algumas zonas do Rio de Janeiro no âmbito da realização dos Jogos Olímpicos de 2016.

- Objetivos específicos:

- Analisar as transformações socio-territoriais decorrentes da organização e realização de um megaevento esportivo, com particular enfoque para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016.
- Identificar os principais elementos e intervenientes envolvidos na trama espacial do megaevento Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016 e a forma como eles se articulam, formando um círculo de cooperação do espaço;
- Investigar o uso corporativo do território no âmbito da realização dos Jogos Olímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro;
- Avaliar os legados em nível socio-territorial de caráter tangível e intangível dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016;

- Individuar as mudanças advindas na vida quotidiana dos cidadãos após a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 auferindo a percepção e o imaginário que os cariocas possuem com relação ao respetivo megaevento;
- Contribuir para a formulação de políticas públicas que promovam a redução de desigualdades sociais.

1.5 Conceitos

1.5.1 Conceito-chave: O território como objeto da análise social: território usado e uso corporativo do território.

De acordo com Barros:

Um conceito pode ser entendido como uma formulação abstrata e geral, ou pelo menos uma formulação passível de generalização, que o indivíduo pensante utiliza para tornar alguma coisa inteligível nos seus aspectos essenciais ou fundamentais, para si mesmo e para outros; (...) o conceito constitui uma espécie de órgão para a percepção ou para a construção de um conhecimento sobre a realidade, mas que se dirige não para a singularidade do objeto ou evento isolado, mas sim para algo que liga um objeto ou evento a outros da mesma natureza, ao todo no qual se insere, ou ainda a uma qualidade de que participa, (...) e o seu objetivo é sintetizar o aspecto essencial ou as características existentes em comum entre estes objetos ou fenômenos (BARROS, 2012, p.5).

O conceito constitui um instrumento ou uma ferramenta da teoria. De fato, é o conceito que irá definir a forma e o conteúdo da teoria a ser construída pelo sujeito pesquisador. Além disso, todos os conceitos remetem a um problema que exige uma solução.

O conceito possui duas dimensões: extensão e compreensão. A primeira dimensão refere-se ao grau de abrangência do conceito em relação a vários fenômenos e objetos; enquanto a segunda dimensão concerne ao esclarecimento das características que o constituem. Estas duas dimensões estão em constante interação na elaboração de um conceito.

Portanto, tendo em consideração esses princípios e, em consonância com as dimensões, questões, e elementos apresentados, estruturaremos nosso trabalho considerando o território como conceito-chave para o desenvolvimento de nossa

pesquisa. Além disso, como todo conceito é subordinado a um sistema teórico-conceitual, cuja estruturação envolve variados elementos, achamos conveniente também escolher alguns conceitos secundários, tais como, o de território usado, o de lugar, o de mito e o de imaginário. Vale ressaltar, no entanto, que estes assumirão o papel de coadjuvantes. Neste sentido, os mesmos serão utilizados com o intuito de garantir maior clareza e coerência à compreensão do conceito-chave, ou seja, ao uso do território.

Figura 1,1: Conceitos



Fonte: o autor (2018)

O conceito geográfico chave que será abordado nessa pesquisa será, portanto, o conceito de território, já que o espaço como uma autêntica totalidade, assim como sugerido por Santos (2009), é uma abstração, e, portanto, sua compreensão em uma pesquisa científica é uma árdua tarefa.

De acordo com Gottmann (2012), o território representa uma fração do espaço geográfico que coincide com a dimensão espacial de competência jurídica do Estado e percorre a arena espacial de um sistema político, estruturado em uma parte do Estado nacional, que possui uma determinada autonomia. Mesmo assim, Gottmann ressalta o entendimento que o território é composto por:

Componentes materiais ordenados no espaço geográfico, sendo estes componentes materiais delimitados pela ação humana e usados por certo número de pessoas, por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político (GOTTMANN, 2012, p. 2).

Pretendemos compreender o território baseando-nos na teoria do espaço geográfico. Neste sentido, Santos (2005) é quem nos dá o alicerce necessário. Santos (2004) define o território como:

O chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2004, p. 47).

O que o autor evidencia é, fundamentalmente, que o conceito puro de território derivante da atualidade incompleta é insuficiente para justificar o território enquanto objeto da análise social. Essa asserção está fundamentada na nova realidade do território que é a mutualidade absoluta dos lugares. A implicação disso é a de que o território habitado cria sinergias e impõe ao mundo umas transformações (SANTOS, 2012). Em particular, o território está constituído por formas, ou seja, composição territorial. Mas o território usado consta de uma série de objetos e ações, estrutura material junto à vida social que lhe impulsiona, sendo, portanto, sinônimo de espaço geográfico.

Diante disso, é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. O que ele tem de duradouro é ser característico da vida. Compreendê-lo, de fato, é fundamental para afastar o risco de alienação, da perda do sentido da existência individual e coletiva e de renúncia do futuro.

É necessário refletir sobre este conflito estabelecido entre o espaço local que constitui o espaço vivido e um espaço global que é racionalizador e afastado. Dado que, o processo racionalizador, distante (global), chega aos lugares via objetos e normas, através de redes (normas e formas à serviço de alguns) que se contrapõem ao espaço banal.

Na busca por decifrar a multidimensionalidade do real, Santos retoma a noção de espaço banal já que, ao ser o espaço de todos, todo o espaço exige incluir na análise todos os atores e todas as dimensões do acontecer, todas as determinações da totalidade social. Dessa maneira, o estudo do espaço geográfico, banal em qualquer escala, permitiria uma empirização da complexidade (ARROYO, 1996, p. 58).

Como já referido anteriormente, durante o trabalho de tese será considerado também o conceito de lugar como conceito secundário. O seu exame é imprescindível, pois é no lugar onde tudo acontece, é nele em que as transformações do tecido urbano acontecem, se distinguindo de um lugar para outro, e assim, dando campo de estudo à geografia.

O território se corrobora pelo lugar, o que justifica a tendência atual de união vertical dos lugares. Mas a efetividade dessa união está sendo continuamente ameaçada e só persiste com um sistema normativo firme. Por isso Santos (2012) nos sugere pensar na elaboração de novas horizontalidades, ricas de possibilidade, que consentem um percurso para a libertação da impiedosa mundialização.

Consequentemente, o que nos interessa do conceito de lugar é o fato dele ser condição/auxílio de relações de ordem global, as quais, sem o mesmo, não aconteceriam (SANTOS, 2005). É no lugar onde tudo acontece. Em outros termos, somente no lugar podem realizar-se os eventos, transformando-se dialeticamente. Segundo Santos, “O lugar é a oportunidade do evento” (SANTOS, 2005, p. 163).

O conceito-chave do território será coadjuvado do conceito secundário de “território usado” ou “uso corporativo do território”, sugerido por Santos e Silveira (2008), que afirmam que o território deve ser discutido nos estudos geográficos como uma categoria social de análise, porque é no território que se materializam os processos econômicos, políticos, sociais e culturais. Consequentemente é no território em que os processos se exteriorizam, as ações concretas são operacionalizadas, os tempos coexistem e a sociedade se transforma.

O território usado é constituído por uma série de objetos e ações que atuam nele, sendo concebido como sinônimo de espaço geográfico, e, neste trabalho de tese, para analisar o processo do uso corporativo do território, que acontece mediante ações (sobretudo dos agentes hegemônicos como as empresas, instituições e organizações, com o consenso do Estado); também será considerada a configuração territorial, à qual pertence o conjunto de fixos e materialidades como as infraestruturas e os objetos que compõem o espaço geográfico, e que determinam as ações no território.

1.5.2 O conceito de imaginário e a percepção da população local

No senso comum, o termo imaginário remete aquilo que não existe, aquilo que não é real, aquilo que é produto da nossa imaginação. Se pensarmos bem, em última instância, tudo aquilo que existe no mundo exceto aquilo que a natureza nos proporciona, é tudo fruto da imaginação humana. Então a imaginação capta tanto os elementos concretos como também os elementos mais abstratos como as ideologias, narrativas artísticas e culturais etc. Portanto, depois desta primeira observação, podemos superar esse senso comum do termo imaginário e perceber que o imaginário não concerne apenas os elementos que não existem, mas está relacionado também e sobretudo aos aspectos que existem.

Imaginário é toda a criação humana, por exemplo, nossas narrativas, as histórias que nós lemos, os conceitos filosóficos, as teorias matemáticas. Tudo isso que nós criamos a partir da nossa Imaginação que é a faculdade que o Homem tem de criar, está no Imaginário. Então o Imaginário não se refere somente a todo o que é artístico, mas a tudo o que foi criado.

Em linhas gerais, o Imaginário é toda essa cultura que nós temos. Mesmo assim, não podemos reduzir o conceito de imaginário como se fosse um mero conjunto de percepções e de imagens livres do indivíduo, mas ele possui uma própria estrutura e dinâmica.

De acordo com Barros (2012, p. 7) “O conceito de imaginário procura dar conta de uma dimensão da vida humana associada à produção de imagens visuais, mentais e verbais, na qual são elaborados ‘sistemas simbólicos’ diversificados e na qual se constroem ‘representações’”. Esse conceito foi apropriado pela primeira vez para a análise histórico-social por Cornelius Castoriadis em *A Instituição Imaginária da Sociedade* (1982). Desde então, o conceito de imaginário tem se mostrado polêmico nos estudos da História e da Antropologia, merecendo definições diferentes das quais, a seguir, apresentamos algumas.

Conforme Gilbert Durand, um dos maiores estudiosos do imaginário e “discípulo” de Gaston Bachelard, na sua obra prima *As Estruturas Antropológicas do Imaginário* (1989), o conceito de imaginário estaria relacionado a um conjunto de imagens não-gratuitas e das relações de imagens que representam o capital consciente e pensado do ser humano. Segundo o *Dicionário Crítico de Política Cultural* elaborado por Teixeira Coelho (1999), trata-se de um “conjunto de imagens e relações de imagens produzidas

pelo homem a partir, por um lado, das formas tanto quanto possível universais e invariantes e que derivam da sua inserção física e comportamental no mundo – e, de outro, de formas geradas em contextos particulares historicamente determináveis”. Outra definição evidencia como o conceito de imaginário consiste em um “conjunto de representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam (PATLAGEAN, em LE GOFF, 1990, pp 291-318).

Outra importante reflexão sobre o conceito de imaginário e a percepção de um indivíduo ou de uma coletividade é fornecida por Claval:

Todos os indivíduos que compartilham a experiência que têm do mundo reportam-na mais ou menos da mesma maneira e nos mesmos termos. É que a sensação pura é apenas um momento fugitivo que o analista tem dificuldade de reconstruir: transformou-se quase instantaneamente em percepção, porque se modela em contextos que o indivíduo recebe daqueles que o rodeiam. As pessoas exprimem o que veem através de palavras que aprenderam; avaliam-no em relação a valores que lhes vem em parte do exterior (CLAVAL, 2011, p.28).

Claval (2011) ressalta também a maneira como os homens constroem grupos porque se comunicam. Os grupos humanos não são conjuntos homogêneos que apresentam por toda parte as mesmas peculiaridades e particularidades. De uma coletividade a outra, as experiências que dão um sentido à vida são distintas. De um lugar a outro, em uma grande sociedade, os atores, os comportamentos, as preferências mudam. As sociedades extensas são, por essência, heterogêneas, o que as ciências sociais sempre negligenciaram de considerar. De acordo com Claval (2011), o trabalho que o espírito realiza no momento da percepção, quando sistematiza e interpreta as informações recolhidas pelos sentidos, leva já a marca da sociedade: as filtragens realizadas resultam de grelhas apreendidas. Mas a influência da coletividade sobre o indivíduo é fortalecida quando tem em mente, no momento da percepção, esquemas organizados de representação: estes indicam que quando certas condições são reunidas, é tal coisa que se deve ver. Basta, desde que esteja presente nas informações oferecidas pelos sentidos, para que a atenção se focalize ali, mesmo se outros dados são coletados.

No nosso estudo sobre a compreensão do imaginário e da percepção analisaremos em particular o raciocínio de Gilbert Durand (1964; 1984), antropólogo francês, o qual demonstrou através das suas obras principais que a organização do mundo, ou seja as relações existentes entre os homens e o universo, não é o resultado de uma série de

raciocínios, mas a elaboração de uma função da mente (psíquica) que leva em conta afetos e emoções. Para Gilbert Durand (1964; 1984) o símbolo permite estabelecer o acordo entre o “eu” e o mundo e seria a maneira de expressar o imaginário. Esses sistemas simbólicos não são independentes, pois decorrem de uma visão do mundo específica, imaginária, que é a própria cultura.

Dessa forma, sendo o nosso objetivo principal compreender a percepção dos moradores autóctones sobre um megaevento, isso representa um aspecto fundamental, sendo a comunidade local diretamente afetada pelo megaevento. Isso torna-se mais importante ainda quando se analisa um território com uma estrutura social bastante instável como o Brasil e que nos últimos anos efetuou consideráveis investimentos através dos megaeventos esportivos e transformações em nível socioespacial.

1.5.3 O Mito

Chegamos agora a outro conceito sobre o qual se foca uma parte da nossa análise sobre o estudo do imaginário que estamos desenvolvendo e, através do qual, criaremos um paralelo com a sociedade carioca atual: o Mito. Em particular, na Parte IV, faremos referência a dois mitos clássicos que pertencem um à Mitologia grega e outro tanto à Mitologia Ocidental como àquela Oriental: o mito de Teseu e do Minotauro (mito de Ariadne); o mito da Fénix.

A palavra Mito deriva do grego “*mythos*” que indica “aquilo que se relata”. O Mito é algo que o Homem sempre criou. Os mitos são narrativas criadas desde a antiguidade. Quando o Homem queria explicar a origem do mundo e do universo, ele criava uma narrativa para explicar aquilo. Então várias narrativas que hoje consideramos como mentiras, falsas ou não verdadeiras, na época eram consideradas formas de explicar determinados fenômenos.

O Renascimento fez renascer o interesse pela leitura dos mitos gregos e romanos, relegados à poeira nas bibliotecas dos mosteiros. Os antropólogos modernos encontraram os mitos no pensamento do homem primitivo atual – polinésios, aborígenes australianos, índios norte-americanos (NETO, 2010).

Assim como o definem Durand e Vierendeel no *Prefácio* escrito por Gilbert Durand e Simone Vierendeel (1987) do livro *Le Mythe et le Mythique* derivante do *Colloque de Cerisy*, citando também Lévi-Strauss:

O mito não é essa fábula enganosa que muitos hábitos escolares clássicos reduziram a um ornamento vazio de sentido. Ele não é apenas testemunha de uma mentalidade arcaica, da qual podemos, como Lévi-Strauss faz brilhantemente, estudar as variações significativas. Ele é, de fato, como diz o etnólogo, a expressão de um pensamento "emerso das profundezas dos tempos, tutor inquestionável", que "nos entrega a um espelho onde, de forma maciça, concreta e pictórica, se refletem alguns dos mecanismos a que o exercício do pensamento está sujeito (LÉVI-STRAUSS, 1985, p. 268; DURAND e VIERNE, 1987, p. 15).

Segundo Mircea Eliade (1972), a noção de mito, assim como é entendido na modernidade, existe em todos os campos do comportamento do Homem e não pode ser de outra maneira, pois são os mitos que geram os gestos corporais e que criam a linguagem. A força do mito possui o poder de transmitir aos atos e aos gestos, em um nível pré-verbal, um significado transcendente (NETO, 2010).

Até o começo do século XX a noção de mito foi desvalorizada e desacreditada, sendo considerada uma elucidação transitória e imperfeita, uma degradação do povo que se inspirava numa narração imaginativa e leviana sem nenhum tipo de fundamento científico, opondo-se assim à ciência (DURAND, 1977). Mas, a partir daí, algo muda, e o conceito de mito torna-se reconhecido epistemologicamente depois dos raciocínios de ilustres pensadores como Sorel (1908), Max Weber e a sociologia tipológica (1905), graças à estética de Nietzsche (1880), à “Filosofia das formas simbólicas” de Cassirer (1925), à psicanálise de Freud (1897) e sobretudo através da psicologia de Jung (1916). Do ponto de vista antropológico também, o mito vai adquirindo sempre mais relevância, graças sobretudo aos trabalhos de importantes antropólogos, filólogos, psicólogos como: M. Eliade, G. Dumézil, J. Cazeneuve, Geza Róheim, Lévi-Strauss, Jung, Baudouin, Mucchielli, Danos, Corbin e, naturalmente, o nosso autor de referência, Gilbert Durand.

Este grande interesse é sublinhado também no Prefácio escrito por Gilbert Durand e Simone Vierende (1987) do livro *Le Mythe et le Mythique* derivante do *Colloque de Cerisy*:

É de admirar que todos aqueles que, em torno de Gilbert Durand, e no movimento de Gaston Bachelard, Mircea Eliade, Georges Dumézil, entre outros, tenham trabalhado por vinte anos nos problemas do imaginário, viram depois dois ou três anos levar a atenção sobre o mito (DURAND e VIERNE, 1987, p. 15).

A mitologia nos ajuda a refletir. Desde as atitudes do ser humano mais simples até as mais sofisticadas, esse olhar mitológico nos põe diante da questão das origens, nos confronta com uma curiosidade que nos faz perguntar como foi que tudo teve início (NETO, 2010). E é justamente com isso que nos defrontamos nessa secção.

Assim como afirma Lévi-Strauss (1958; 1985), o mito representa uma narrativa constituída por um esquema mítico que se explicita mediante as repetições dos seus arquétipos e mitemas, pela mudança entre o tempo profano e o tempo sagrado e que se opõe a uma comprovação analítica e histórica baseada num discurso de causa e efeito. A característica principal do mito é, portanto, a redundância quase obsessiva dos seus mitemas mediante a repetição sincrónica de modelos verbais e epítéticos com o objetivo de transmitir melhor a mensagem e convencer o indivíduo (LEVI-STRAUSS, 1958; 1985).

O mito representa, portanto, uma narrativa que se inspira a uma determinada crença e que coloca em cena situações, heróis e personagens, que são divisíveis em fragmentos ou resumidos em elementos semânticos, os mitemas (DURAND, 1979; 1982; 1983). O mito segue uma dinâmica que foge das regras clássicas da lógica da identidade. O mito se expressa como metalinguagem, uma linguagem pré-semiótica, através dos gestos, dos rituais, da magia etc., pertencente assim à gramática e ao léxico das línguas naturais. De fato, os mitólogos apontam que os rituais constituem uma espécie de coreografia do mito (NETO, 2010). Pois o mito cria, o rito repete (ELIADE, 1972).

Conforme Gilbert Durand (1960), o mito, através das imagens e representações de arquétipos, compõe tudo aquilo que definimos de imaginário e, sempre segundo o antropólogo francês, tal imaginário constitui-se por três tipos de esquemas ou regimes estruturais irreduzíveis: o mítico heroico, o mítico místico e o mítico dramático. O “mítico heroico” deriva das imagens aéreas, de tipo masculinas e a partir das imagens fálicas. O mítico místico se compõe de imagens da interioridade, profundas, ligadas ao mundo feminino. O último mítico é o mítico dramático e se constitui pelas imagens do ritmo, do movimento, compensando as forças masculinas e femininas das imagens.

De acordo com Lévi-Strauss a linguagem mítica não constitui uma linguagem comum, mas representa uma metalinguagem pois:

O mito é parte integrante da linguagem; nós o conhecemos pela fala, ele vem da fala. Se queremos dar conta das características específicas do pensamento mítico, devemos, portanto, estabelecer que o mito está simultaneamente na linguagem e além dela (LEVI-STRAUSS, 1958, p. 230).

Assim como a linguagem, o mito compõe-se de unidades constitutivas, no entanto, mais complexas do que as pequenas unidades fonéticas ("fonemas") do sistema de linguagem. Como foi definido por De Saussure e retomado por Nicolas Trubetskoy; não situando-se no nível das palavras, mas no nível mais elevado de uma frase, Lévi-Strauss distingue unidades constitutivas definidas de "mitemas" e que reproduzem uma relação entre um sujeito e um predicado, por exemplo "Édipo se casa com sua mãe".

Assim como a fonologia vai além e negligencia pequenas unidades semânticas (fonemas, morfemas, semantemas) para se interessar pelo dinamismo das relações entre os fonemas, a mitologia estrutural nunca pára em um símbolo separado de seu contexto: seu objeto será a *frase complexa* na qual as relações são estabelecidas entre os semantemas, e é essa frase que constitui o mitema "grande unidade constitutiva" que, por sua complexidade, "tem a natureza de uma relação" (DURAND 1964 p. 56).

Dado que a ordem da narrativa não considera a mesma perspectiva do tempo mítico, a tradução de eventos deve ser feita usando essas frases curtas que não refletem relações isoladas, mas que Lévi-Strauss define como "Pacotes de relações", isto é, um conjunto de relações semelhantes.

O símbolo, assim como também o mitema, está caracterizado pela sua redundância, pela contínua repetição, mas que não é tautológica. Trata-se de uma redundância de gestos, de linguagens e de imagens artísticas. A repetição dos gestos refere-se aos rituais que assistimos frequentemente na nossa existência, podem ser de caráter religioso ou artísticos etc.; relativamente à redundância da linguagem, ela pertence estreitamente ao Mito. Essa repetição, segundo Neto, se trata de uma maneira de conviver que nos recorda que:

Num tempo sagrado um ser sobrenatural estabeleceu uma nova concepção, uma realidade diferente, o nascimento do novo, algo que passou a existir a partir desse momento. (...) No entanto, do ponto de vista do mito, é exatamente esse caráter de repetição que faz com que o rito nos remeta à cena que determinou o surgimento do novo (cena primária). A compulsão da repetição faz parte de um processo que é o de se tornar inconsciente (NETO, 2010, p. 12).

O mito, de fato, assim como sublinha Lévi-Strauss, « é uma repetição de certas relações, lógicas e linguísticas, entre ideias ou imagens expressas verbalmente » (LEVI-STRAUSS, 1958, p. 227). De fato, assim como ressalta o antropólogo francês, "não que um único símbolo não seja tão significativo quanto todos os outros, mas o conjunto de todos os símbolos de um tema ilumina os símbolos um do outro, acrescenta um poder simbólico adicional a eles" (DURAND, 1964, p. 15).

O mito é também, além do *logos* e seus mecanismos, a base de qualquer processo criativo, seja a mais alta criação artística como a conduta mais prosaica e diária. É, como Bachelard já disse, "uma força que sonhava há muito tempo, em tempos muito distantes, e que retorna esta noite para ganhar vida com uma imaginação disponível! (...). Ao conhecer os mitos, certos devaneios, tão singulares, declaram-se objetivos. Eles conectam almas como conceitos conectam espíritos. Eles classificam a imaginação como ideias classificam inteligências. Nem tudo pode ser explicado pela associação de ideias e pela associação de formas. (...) Da mesma forma, o mítico não é de modo algum um sonho impossível e enganoso: é a expressão de um esquema dinâmico profundo, que pode assumir as formas mais diversas e ocultas, e é mais essencial para a compreensão das sociedades do que obras de arte (BACHELARD, 1943 ; DURAND e VIERNE, 1987, p. 15).

1.6 Teorias-base para a fundamentação da pesquisa

De acordo com Netto (2011), a teoria é, com base em Marx, um modo bem peculiar de conhecimento, o qual aborda aspectos como a arte, o conhecimento prático da vida em seu cotidiano, a mística, entre outros aspectos. Portanto, “[...] o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (NETTO, 2011, p. 20).

Entretanto, como nos explica Althusser (1978), a pesquisa nunca é passiva. Elabora-la requer do sujeito pesquisador um comando e uma gestão dos elementos teóricos que nela atuam, resultando em regras de observação, escolha e categorização. Além disso, há montagem técnica, constituída pelo campo da experiência. Nesta perspectiva, a teoria alude, propriamente, a objetos abstrato-formais, conceitos, e, conseqüentemente, à ligação dos mesmos nos sistemas de relações teórico-conceituais. Todavia, esta trama lógico-formal apenas efetiva-se na medida em que sua intervenção ocorre para a contribuição do conhecimento dos objetos reais-concretos, não se tratando, pois, de um jogo de abstração pura (ALTHUSSER, 1978).

Na elaboração do trabalho de tese serão consideradas três teorias fundamentais que irão dialogar entre elas:

- A teoria geral do espaço geográfico proposta por Santos (2004a; 2005; 2008; 2012);
- A teoria da “Troca” Social (*Social Exchange Theory* - SET) elaborada por Gursoy (2002; 2006);

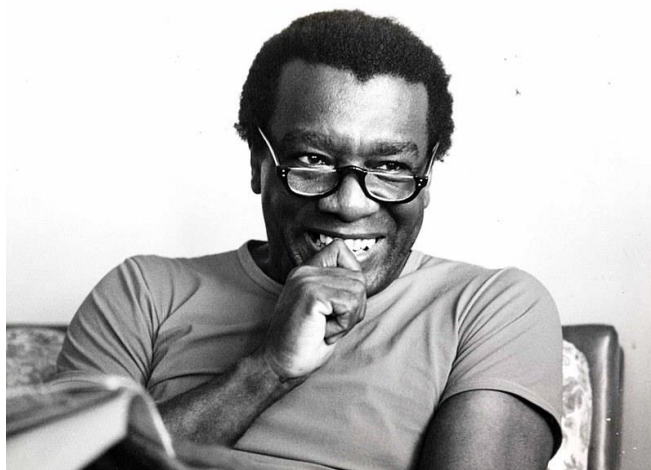
- A teoria da repetição dos eventos históricos de Giambattista Vico (VICO, 1977; FIKER, 1994).

1.6.1 A teoria geral do espaço geográfico de Milton Santos

Por grande parte da sua existência, o professor Milton Santos se preocupa com o estudo do objeto da Geografia que, na obra *Pensando o espaço do homem* (2004a), identifica a compreensão do espaço como totalidade, incluindo nessa totalidade, a sociedade. Portanto o espaço pode ser entendido somente como totalidade, já que este é instância da sociedade. Desse modo, Santos sugere o uso da categoria formação socioespacial como forma de explicitar a indissociabilidade das duas categorias do espaço e da sociedade (CASSAB, 2008). Conforme o autor, o espaço:

Reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 2005, p.33).

Figura 1,2: Milton Santos



Fonte: BRASIL DE FATO, 2019

Para compreender o espaço geográfico enquanto totalidade, acarretando metodologicamente a realização de discussões significativas, Santos (2008) elaborou a aproximação relativa aos elementos que lhes são distintivos. Eles são os homens, as

firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas. Estes podem ser considerados, ao mesmo tempo, como variáveis, já que estão submetidos tanto a transformações de ordem quantitativa, quanto de ordem qualitativa. Ademais, sua inserção no transcurso do tempo altera, incessantemente, seus respectivos valores. Esta valoração se dá, de modo mais ou menos específico, segundo os lugares, isto é, cada lugar conduz a combinações distintas destes elementos. Enfim, “cada lugar atribui a cada elemento constituinte do espaço um valor particular” (SANTOS, 2008, p. 21). O conjunto desses elementos representam um todo inseparável, que é o espaço, cujo exame se desenvolve através de conflitos, pois, “Não se trata de utilizar todas as variáveis disponíveis, mas aquelas que, em cada período, sejam significativas e pertinentes à análise” (SANTOS, 2008, p. 97). Nesta ótica, o exame das variáveis indicadas nos levou a classificar, de acordo com o nosso objeto, aquelas que consideramos mais oportunas, isto é, os homens, as firmas, as instituições, e as infraestruturas.

Consideraremos os homens enquanto um conjunto de três elementos, isto é, indivíduos, firmas e instituições (SANTOS, 2012). As infraestruturas, por sua vez, são a materialização do trabalho humano se dando através do uso do território. E como último elemento consta o meio ecológico. A simples soma desses elementos, no entanto, não tem como resultado o espaço, interessando, pois, compreender as interações, isto é, como as variáveis se justapõem. Reputaremos não incorrer em grave risco considerar o meio ecológico como secundário, de fato para Santos o “meio ecológico já é meio modificado, e cada vez mais é meio técnico” (SANTOS, 2008, p. 19). Portanto, a noção de meio em sua expressão atual, citada anteriormente, de certo modo, já a abrange.

A teoria geral do espaço geográfico elaborada por Santos consiste fundamentalmente na concepção do espaço como sendo o conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, explicitando as ações como os fatores fundantes e essenciais do espaço (SANTOS, 1994).

A análise do espaço geográfico será determinante para o estudo que se pretende desenvolver, em um encadeamento direto com o conceito de território, ambos são considerados indissociavelmente nesta pesquisa. O espaço geográfico, nesta ótica, é observado mediante a perspectiva da geografia crítica, modernizada pela concepção de Santos, e seria constituído por duas esferas: uma material ou física; e outra social. A esfera material concerne a configuração territorial, que “é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superpuseram a estes sistemas” (SANTOS, 1996, p.39). Destas reflexões é

evidente a ligação essencial entre espaço e território, sobre a qual se estrutura toda a investigação.

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. Esta é uma outra forma de apreender o objeto da geografia” (SANTOS, 1996, p. 39).

Neste prisma, o território é considerado como a estrutura material onde a sociedade desenvolve a sua vida cotidiana, suas relações econômicas, sociais e culturais, modificando-o conforme a sua cultura e densidade técnica, que amplia ou reduz o nível de artificialização do território. Elemento este que recai na maior “fluidez” do território, com mais densidade de infraestrutura e tecnologia utilizadas, como por exemplo para o caso dos sistemas de infraestruturas, instalações esportivas e obras de mobilidade urbana, que constituem aspectos diretamente relacionados aos temas principais deste trabalho de investigação.

Santos (2005) evidencia a ligação direta entre espaço e o uso que é feito do território, quando afirma que:

(...) não é o território em si a categoria de análise social, mas, o território usado (SANTOS, 1994), sinônimo de espaço geográfico (SANTOS & SILVEIRA, 2001). Nesse sentido, o território usado é simultaneamente material e social, composto por uma dialética, como o espaço geográfico. O território-forma é o espaço material e o território usado é o espaço material mais o espaço social. O território usado é constituído pelo território forma – espaço geográfico do Estado – e seu uso, apropriação, produção, ordenamento e organização pelos diversos agentes que o compõem: as firmas, as instituições – incluindo o próprio Estado – e as pessoas (QUEIROZ, 2015).

Hoje em dia, vivemos em um período onde predomina a globalização e que, segundo Santos (2004b, p.14), “dispõe de um sistema unificado de técnicas, instalado sobre um planeta informado e permitindo ações igualmente globais”. Este tal sistema é definido pelo autor como um “motor único”, ou seja, não existe mais uma divisão e uma diferenciação das forças e dos motores entre os vários países que dominam o cenário econômico mundial, mas “haveria um motor único que é, exatamente, a mencionada mais-valia universal”. Conforme Santos, essa mais-valia tornou-se possível porque a partir de agora a produção se dá à escala mundial, por intermédio de empresas mundiais, que competem entre si segundo uma concorrência extremamente feroz, como jamais existiu. O autor acrescenta que este motor único deriva do novo contexto da

internacionalização “com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação” (SANTOS, 2004b, p. 15). Portanto, segundo esta ótica, não são somente as cidades que competem entre elas mas também as empresas, as quais tornaram-se verdadeiras empresas globais que “se valem dos progressos científicos e técnicos disponíveis no mundo e pedem, todos os dias, mais progresso científico e técnico” (SANTOS, 2004b, p.15).

Inicialmente, a noção de *técnica* urge como basilar. Esta é definida por Santos (2012) como um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e também cria espaço. Desta forma, concordamos com Silveira (2010a) ao afirmar que seria necessário, hoje mais que ontem, tomar a técnica e a norma e entendê-las como elementos constitutivos do espaço geográfico. Ir além das técnicas particulares e entender o fenômeno, para superar o estágio descritivo e se aproximar do real. Para tal, se deve partir do entendimento da técnica como fenômeno histórico e vê-la como empiricização do tempo. Esta atitude pressupõe analisa-la como forma e como ação. Enquanto forma, a técnica é tecnologia, material, conjunto de objetos; enquanto ação, ou evento, é procedimento, norma, uso, imaterial, ação tecnificada.

Neste debate, entre as formas e as ações, surge a noção de *norma*. Para Santos (2012) esta é fruto de duas situações extremas e de uma série de situações intermediárias. Estas são da ordem do *universal*, do *particular* e do *individual*; aquelas estão relacionadas à natureza de cunho mais geral da ação, isto é, de sua ordem global ou local. No entanto, trata-se, em ambos os casos, de combinações distintas entre normas e formas. “No caso do Mundo, a forma é sobretudo norma, no caso do Lugar a norma é sobretudo forma” (SANTOS, 2012, p. 338).

Outra indicação é reconhecer os principais intervenientes envolvidos no circuito dos megaeventos, e as respectivas formas de articulação. Trata-se do entendimento do círculo de cooperação do espaço, intentando identificar quem usa e quem domina. De fato, constatamos que existem intervenientes que exercitam o poder hegemônico, são os que fazem parte do processo de tomada de decisão, enquanto outros intervenientes não hegemônicos não têm poder de decisão, especialmente sobre os megaeventos.

Tendo sempre em consideração e como referência os elementos constitutivos do espaço geográfico de Milton Santos, as cidades, as regiões e os países representam as entidades institucionais (Estado e Autarquias). As instituições são as primeiras a terem que ser consultadas para a organização dos megaeventos. No caso específico das competições esportivas é preciso citar as organizações esportivas de escala nacional ou

internacional (COI, COB, FIFA etc.). Para organizar um megaevento são necessárias estruturas e instalações especializadas que representam um outro elemento constitutivo do espaço geográfico estudado por Santos, as infraestruturas. É aqui que entram as sociedades de gestão de empreendimentos. Os residentes e as populações locais, assumem muitas vezes o papel de espectador e de sujeitos não hegemônicos, não tendo um papel de decisão. Eles são chamados indiretamente na fase de preparação, mas na maior parte dos casos, só servem para se adquirir dados sobre o consenso para organizar o megaevento e sustentar a candidatura do mesmo (GURSOY e KENDALL, 2006). Como também Cashman (2002) salienta, muitas vezes por exemplo, o consenso sobre os Jogos Olímpicos – mas esta consideração abrange também os outros eventos – é fruto de uma construção, sendo as populações locais chamadas somente indiretamente a pronunciar-se sobre a vontade de acolher ou menos uma Olimpíada.

Os megaeventos, também mobilizam as firmas. No âmbito das firmas constam as empresas de diversos tipos como por exemplo as construtoras e empreiteiras, os representantes, os patrocinadores e os parceiros comerciais das grandes organizações esportivas como o COI e a FIFA (que frequentemente são chamados a contribuir com investimentos para as suas realizações ou são os próprios promotores). As associações ambientalistas e os consumidores desenvolvem um papel de apoio ou de aversão aos megaeventos. Estes últimos também se envolvem na fase de preparação do projeto ou de uma proposta para um megaevento. Outros intervenientes que operam (embora não diretamente, na realização de um evento), são os *mass-media*. Eles desenvolvem um papel importante nos diferentes momentos do ciclo de vida de um evento: na sua fase de preparação (onde podem ser de consenso ou, vice-versa podendo focalizar a atenção sobre problemáticas na organização e na predisposição do evento) e em todas as fases da organização de um evento (atraindo a atenção de um público internacional no território onde se está preparando / desenvolvendo ou concluindo, com todas as possíveis consequências positivas ou negativas que podem daí advir, quais valor acrescentado / deterioração da imagem, notoriedade do destino, maiores ou menores lucros pelos direitos televisivos ligados ao megaevento, entre outros) (VICO, 2016).

Entre os outros elementos envolvidos, enfim, além da população local já citada anteriormente, não podemos esquecer todos aqueles que, segundo Santos (2008) pertencem ao circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos e que

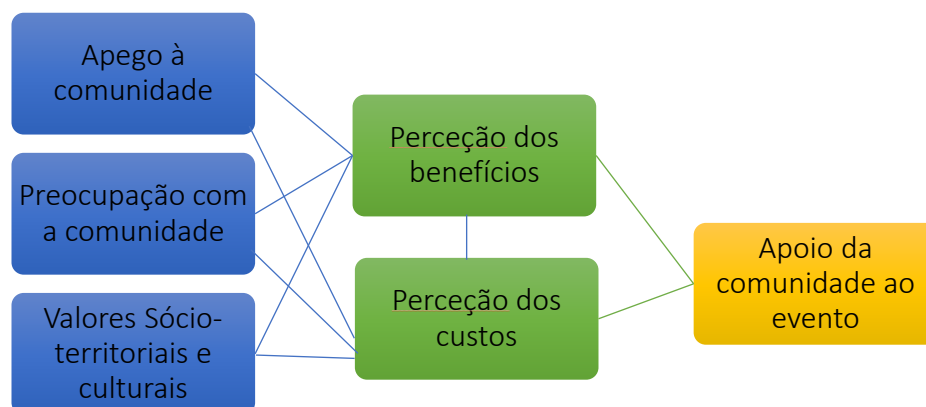
também participam do megaevento, ou seja: vendedores ambulantes, camelôs, pequenos comerciantes, voluntários e outros sujeitos menores.

Levando em consideração esses elementos, a pesquisa permitirá: confrontar a configuração territorial pretérita com os novos arranjos espaciais; avaliar as relações de conflito e cooperação entre os diversos elementos e intervenientes; identificar a hierarquia entre os lugares e as diversas temporalidades coexistentes.

1.6.2 A *Social Exchange Theory*

Para aprofundar o ponto de vista dos moradores e da população local no geral, existem muitas teorias, mas as mais eficazes concernem os campos da Sociologia, Etnografia e Antropologia como a *Social Exchange Theory* (SET) isto é, a Teoria da Troca Social. A SET representa a teoria *standard* neste tipo de pesquisas sociais para entender a percepção do morador diante o megaevento e às principais mudanças advindas no tecido urbano e social. O principal autor que utiliza esta teoria é Gursoy (2006), o qual detém também o maior número de publicações sobre este tema. Um dos seus principais trabalhos “*Hosting megaevents: Modeling Locals*” indica justamente a SET como modelo teórico para analisar a percepção dos moradores e o relativo apoio aos megaeventos.

Figura 1,3: Modelo de análise para megaeventos baseado na Social Exchange Theory proposto por Gursoy



Fonte: Adaptado de Gursoy (2002; 2006)

No modelo anterior, constata-se que é fundamental que a comunidade local perceba os tipos e a dimensão de benefícios que pode obter da realização e organização do megaevento, bem como os custos do mesmo. Por outro lado, todos os *stakeholders* e os agentes envolvidos no planejamento e na organização do evento devem considerar como fatores essenciais:

- 1) O apego do evento à comunidade local;
- 2) A preocupação com a comunidade local;
- 3) Os valores socio-territoriais, ambientais e culturais dos moradores.

Sem uma consideração profunda destes três aspetos torna-se muito difícil obter uma percepção positiva dos moradores sobre o evento e o mesmo pode resultar em um fracasso. Gursoy e Kendall (2006) aplicaram este modelo realizando um estudo sobre as percepções dos residentes de Salt Lake City durante os Jogos Olímpicos de Inverno de 2002. Os autores individuaram cinco aspetos afetivos: o nível de preocupação dos moradores, o apego à comunidade, os benefícios percebidos, o conhecimento dos custos e os valores socio-territoriais. Gursoy *et al.* (2002) destacam claramente que o apoio da comunidade local é fundamental para o desenvolvimento de uma cidade, porque quem financia parte da infraestrutura que é necessária através do pagamento dos impostos é a população acolhedora, constituindo uma componente essencial para o sucesso do megaevento. Ao acolher um megaevento, estrutura-se, portanto, uma reação por parte dos moradores que estão diretamente ou indiretamente influenciados nessa dinâmica positiva ou negativa. Desse modo, perceber as reações torna-se um elemento chave para o sucesso do megaevento e para o planejamento e a organização de eventuais eventos futuros.

O acolhimento e a hospitalidade dos moradores representam um aspeto essencial também para a imagem turística que possui uma cidade (ALEGRE, J. e GARAU, J. 2010). De fato, segundo a literatura, os moradores constituem os principais atores envolvidos nessa dinâmica e os seus interesses têm que ser salvaguardados para evitar problemas e conflitos que possam de qualquer forma comprometer o sucesso do megaevento (CURRIE, R. R., SEATON, S. e WESLEY, F., 2009). Os impactos sobre a percepção da comunidade local constituem um argumento muito discutido por diferentes autores da área do turismo e dos eventos.

Autores como Krippendorf (2003) indicam o turismo de eventos como modificador do território e tal transformação pode alimentar a antipatia dos moradores por ver seu habitat alterado, de forma contrária ao seu gosto, além da impressão de ser invadidos por visitantes, turistas e pessoas de outros lugares. Segundo o mesmo autor, organizar um megaevento num país que apresenta enormes desigualdades e problemas sociais pode representar um risco muito elevado para os investimentos no turismo, os quais precisam de uma imagem positiva que deriva principalmente da hospitalidade da comunidade local.

1.6.3 A teoria de Giambattista Vico sobre a repetição dos eventos históricos

No decorrer do nosso trabalho de tese e, sobretudo pelo que concerne à Parte IV, nos inspiraremos também no raciocínio de um filósofo napolitano do XVII século, Giambattista Vico. Em particular, faremos referência à sua teoria baseada no lema “*corsi e ricorsi storici*” que sustenta como a história, mesmo com o passar do tempo e o mudar dos contextos, se repete sempre. Essa repetição dos eventos históricos é sublinhada por Giambattista Vico na sua obra principal, *La scienza nuova* (1977), que através do conceito de “*ricorso*” vislumbra como, apesar do Progresso, a História está caracterizada sempre por “retornos”. Pode ser com novas figuras e símbolos arquétipos como novos *personagens*, novos *heróis*, novos *monstros*, ou com um tema principal diferente.

Giambattista Vico desdobra a história em 3 idades: a Idade dos deuses, a Idade dos Heróis e a Idade dos Homens. Estas três idades criam um ciclo no sentido em que estabelecem uma sequência necessária que pode ser encontrada em diversos lugares. E essa sucessão de eventos (*corsi*) é seguida por uma série de recorrências (*ricorsi*). Na Europa, por exemplo, depois da queda do Império Romano, a religião cristã repôs as outras formas de religião apavorantes da idade dos deuses, a Idade Média fez reviver as organizações feudais da idade dos heróis, e a lei natural dos filósofos do século XVII foi fruto da idade dos homens.

Tanto o *corso* como o *ricorso* não são processos fortuitos. Vico respeita a teologia cristã e considera que a humanidade persegue planos determinados por Deus. Se o próprio

ser humano gera os estágios da história mediante também o seu esquema mental, isso não quer dizer que todos os efeitos e desenrolamentos de suas ações estejam em seu poder.

Destarte, segundo a ótica viconiana, existem princípios sobre a evolução histórica do mundo, ou seja, existe um esquema e um modelo na história da humanidade que não é casual, mas necessário. É o que acontece, por exemplo, com os ciclos pelos que atravessam as sociedades.

- **Imaginação e Mito na concepção viconiana**

Para Vico, o conhecimento da história é alcançado mediante o entendimento imaginativo de que o ser humano é capaz. A imaginação, da mesma maneira que proporciona configurar as ideias, os sentimentos e as ações do Homem, assim como as atitudes no espaço, pensamentos e linguagens, também permite perceber as culturas remotas no tempo (FIKER, 1994).

Ainda de acordo com seu raciocínio, os deuses e os heróis simbolizam as sociedades históricas.

Pelo que concerne o emprego da mitologia como ferramenta de pesquisa histórica, segundo Vico os mitos guardam as antigas verdades e constituem “intrinsecamente história, e sua alegada alteração reside exatamente em sua verdade tal como ela aparecia às mentes primitivas” (CROCE, 1922, p. 65).

Conforme Vico, é na imaginação e na memória que habita a vocação para a criação, pois “a imaginação é o olho do gênio natural, assim como o julgamento é o olho da inteligência”. Se existem analogias, como, por exemplo, entre mitos de diferentes culturas, é porque “ideias uniformes ocorrendo entre povos inteiros desconhecidos entre si devem ter um terreno comum de verdade” (FIKER, 1994, p. 38).

Portanto, mesmo uma sociedade jovem, desenvolvida, é governada por meio de mitos e dogmas. O racionalismo crítico, as mudanças efetuadas pela filosofia e pela democracia na administração social danificam, porém, essa sociedade poética e heroica.

Conforme Vico, a nossa existência situa-se num contexto onde nós seres humanos agimos como intervenientes e atores principais e não somente como meros espectadores.

Segundo o raciocínio do filósofo napolitano, a história representa “uma experiência coletiva que se estende através do tempo” (FIKER, 1994, p. 9). E, nesta ótica,

somente o que geramos e produzimos pode constituir algo completamente inteligível e evidente pois “se há um campo privilegiado do conhecimento, esse campo é o do desenvolvimento no tempo da consciência coletiva ou social da humanidade, particularmente em seus níveis pré-rationais e semiconscientes” (FIKER, 1994, p. 9).

1.7 Categorias de análise

1.7.1 Categorias analíticas: desvendando o território

A abordagem de um trabalho, ou melhor, a estruturação do raciocínio também está relacionada com a escolha de categorias analíticas, cuja função é, de fato, orientar o progresso da pesquisa. As categorias de análise determinam a essência das coisas materiais e designam a unidade de significação de um discurso epistemológico. Se referem ao ser, ao conhecer. Constituem o elemento de ligação entre o teórico e o empírico, a transição para a parte procedimental da pesquisa. Desse modo, a sugestão de Santos (2003, p. 199) nos parece extremamente apropriada: “O estudo da totalidade conduz a uma escolha de categorias analíticas que devem refletir o movimento real da totalidade”.

Como base das categorias analíticas do método dialético constam os pares dialéticos.

De fato, de acordo com Lefebvre (1975), é utilizando-se da dialética que os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vista, as oposições e contradições, os diferentes aspectos do problema, elevando-se a um ponto de vista mais amplo e mais compreensivo. Entre as categorias analíticas da nossa análise, abordaremos mais especificamente as seguintes: densidade e rarefação; fixos e fluxos; horizontalidades e verticalidades; solidariedade orgânica e solidariedade organizacional.

Além dos pares dialéticos de inspiração miltoniana, identificamos outras duas categorias de análise sobre as quais se fundamenta a nossa pesquisa, sobretudo pelo que concerne o entendimento do imaginário e da percepção da população carioca com relação aos Jogos Olímpicos:

- A “mitodologia” de Gilbert Durand (1979; 1982 ; 1987 ; 1996 ; 2000) que, por sua vez, compõe-se da Mitocrítica e da Mitanálise;
- A sociocrítica de Popovic (2011; 2013) como categoria analítica do imaginário social.

Estas categorias analíticas representam o fulcro de nossa abordagem, portanto, toda a estrutura do trabalho está atravessada por elas.

1.7.2 Densidade e Rarefação

No âmbito do conceito de território e da teoria geral do espaço geográfico de Milton Santos, é essencial saber distinguir entre zonas de densidade e zonas de rarefação, espaços luminosos e espaços opacos. O termo “densidade” está relacionado com o peso e/ou a massa, enquanto a palavra “rarefação” remete à ideia de diminuição ou de diminuição de peso. De acordo com Santos e Silveira (2008), densidade e rarefação são identificadas por coisas, objetos, homens, movimento dos objetos, informações, dinheiro e ações. Sempre segundo os autores, as zonas de densidade são locais de grande concentração urbana, trabalho, capital, normas, técnica etc. Ao contrário, as zonas de rarefação constituem locais que apresentam um menor nível tecnológico instalado em um dado território, possuem lacunas nos sistemas de informação, produção, transporte, *know-how*, capital etc.

Pelo que concerne os megaeventos esportivos, a utilização desta categoria analítica é interessante para compreender como se instaura a relação entre países ou cidades-sede dos países subdesenvolvidos ou também dos países “emergentes” (zonas de rarefação) que desejam utilizar os megaeventos como um instrumento para ter mais visibilidade no cenário internacional e os países desenvolvidos que já possuem um elevado standard em termos de infraestruturas e instalações esportivas (zonas de densidade).

Como se falou, os países e as cidades “emergentes” aproximam-se sempre mais no cenário internacional propondo-se como localidades onde desenvolver eventos de

escala internacional e global. Já foi evidenciado que, nas últimas décadas, um determinado número de países emergentes esteve em constante elaboração de propostas para acolher os megaeventos. Mas esse paradigma, assim como poderemos observar na Parte III dedicada aos Jogos Olímpicos, está mudando.

Os países em via de desenvolvimento ou subdesenvolvidos, assim como prefere defini-los Santos na sua obra *O espaço dividido – os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (2008), perseguiram agressivamente a esperança de poder acolher eventos esportivos internacionais, como os Mundiais de Futebol e os Jogos Olímpicos. Pelo que se coloca em questão, sobre quais são ou podem ser os impactos dos megaeventos num país em atraso econômico. Embora as diferenças essenciais entre acolher os megaeventos nos países desenvolvidos e aqueles em atraso econômico ainda não foram totalmente avaliadas, o que ainda requer algumas reflexões.

Os possíveis resultados depois da conclusão do evento poderiam ser de obrigarse a ter que pagar as dívidas contraídas para a construção das estruturas ou das instalações esportivas; sustentar os elevados custos de manutenção e gestão de instalações, que não são ou não podem nem sequer ser utilizadas pelos residentes locais; ter aumentado as disparidades sociais e econômicas da própria nação ou cidade. As cidades que têm acolhido um megaevento demonstram que tais eventos têm sido mais ou menos limitados às cidades dos países desenvolvidos por causa dos custos, das exigências infraestruturais e das necessidades de estabilidade sociopolítica (COTTLE, 2011).

As *Expo(s)*, por exemplo, tiveram origem depois da revolução industrial que tornou a Europa antes, e depois os Estados Unidos, os lugares principais para estes eventos (HILLER, 2000). A maior parte dos megaeventos alternaram-se entre Europa, América do Norte, Coreia, Japão e Austrália. Por outro lado, outras nações pertencentes à Ásia, América Central e do Sul, África, Oriente Médio e à Europa Oriental não acolheram megaeventos, ou não receberam altas pontuações em ocasião de candidaturas para os mesmos. Mas hoje em dia, este cenário está mudando e as nações dos países emergentes estão aproximando-se sempre mais. Em 2008 os Jogos Olímpicos foram conferidos a Pequim; em 2010 os Campeonatos do Mundo de Futebol desenvolveram-se na África do Sul; a Rússia acolheu os mais recentes Jogos Olímpicos de Inverno em Sochi e acolheu o último Mundial de Futebol em 2018; o Brasil realizou o Mundial de 2014 e acolheu os últimos Jogos Olímpicos de Verão em 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Os

exemplos citados são todos de países que pertencem aos chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e *South Africa*) e considerados países emergentes. No caso das candidaturas para as Olimpíadas de 2004, Hiller (2000) refere que um certo número de concorrentes foram algumas cidades “emergentes” como Buenos Aires, Rio de Janeiro, Istambul e Cidade do Cabo. Em particular, a candidatura de Cidade do Cabo colocou explicitamente em evidência o objetivo através do megaevento de alcançar um desenvolvimento humano maior. O dossiê de candidatura esclarecia, também, que cada aspecto do processo deveria contribuir para o aumento da qualidade de vida da população da cidade, colocando uma ênfase nas condições precárias da comunidade local. O objetivo era também aquele de usar o megaevento para ajudar no processo de reestruturação da cidade para enfrentar as desigualdades criadas pelo *apartheid*, colocando atenção como nenhum outro evento possível à transformação da Cidade do Cabo.

Todavia é importante reconhecer como sublinha o próprio Hiller (2000), que as Olimpíadas e os Mundiais de Futebol, não podem ser considerados projetos para o desenvolvimento humano, no sentido que estes eventos, mesmo funcionando como instrumento para o desenvolvimento de um território, não têm o objetivo de reduzir os desequilíbrios econômicos e sociais. Os requisitos que preconizam são privilégios para os patrocinadores enquanto para os seus habitantes não, o que representa uma contradição em termos de desenvolvimento social e humano igualitário. O objetivo primário que o megaevento esportivo responde não é o desenvolvimento, mas o esporte e o comércio. Hiller (2000) evidencia ainda que o conceito de desenvolvimento humano, neste caso, servia às elites da África do Sul para ter a ocasião de afirmar e apresentar uma nova imagem da nação ao mundo, sinalando a sua entrada na economia internacional depois anos de sanções econômicas e políticas, mas também para justificar a participação a um evento de escala global. Os Jogos Olímpicos tornavam-se, no caso da Cidade do Cabo, um símbolo do crescimento econômico através da ativação de investimentos e a criação de empregos – mesmo se isto não foi provado e ficou somente uma boa intenção.

A diferença mais crítica entre os países desenvolvidos e os países em atraso econômico é o custo/oportunidade do capital para a construção de infraestruturas públicas e das instituições políticas e sociais fundamentais para o crescimento econômico. O grau de utilidade dos investimentos infraestruturais necessários para os megaeventos depende da sua real utilidade e uso após o fim do evento. Por outro lado, muitos projetos como os

transportes, as comunicações e as melhorias ambientais podem certamente fornecer benefícios sociais, sobretudo se as infraestruturas podem ser utilizadas depois dos eventos (VICO, 2016; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2018).

Enfim, sempre no âmbito desta categoria de análise de zonas de densidade e zonas de rarefação, seria interessante também compreender a razão da escolha do Rio de Janeiro para a realização do megaevento Jogos Olímpicos de 2016. Tentar entender portanto se, além dos países e das cidades, esta categoria analítica poderia ser aplicada também a uma única cidade para poder compreender porque apenas alguns bairros, setores de bairros e zonas da cidade foram tomados em consideração para o desenvolvimento de obras de mobilidade urbana, infraestruturas, instalações esportivas e melhorias do tecido urbano no âmbito dos megaeventos esportivos, enquanto outras zonas ficaram por fora dessas ações e foram completamente esquecidas. Trata-se de um elemento que problematiza a seletividade espacial que é um conceito importante e bastante trabalhado por geógrafos como Milton Santos (2005; 2008; 2012; 2014) e Roberto Lobato Corrêa (1968; 1989; 1991; 1992; 1995; 1997), no que se refere à seletividade espacial quando se pensa em bairros. No caso do Rio de Janeiro e dos Jogos Olímpicos de 2016, por exemplo, já vimos como as principais melhorias de mobilidade urbana (mas que acarretaram também desvantagens e problemas sociais) aconteceram somente na Barra da Tijuca / Zona Oeste e no Centro / Zona Portuária.

1.7.3 Fixos e fluxos

Segundo Santos (2014), outra maneira de se partir à investigação do espaço é através dos fixos e fluxos, elementos constitutivos que se explicam através da dialética empreendida entre eles. Para o autor, nós temos coisas fixas e fluxos que, tanto se originam, quanto se destinam a elas. A justaposição destes elementos, interagindo e transformando-se mutuamente, é o próprio espaço.

De modo específico, os fixos concernem o processo imediato do trabalho, uma vez que são eles os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas de maneira geral, o que inclui os homens. Já os fluxos expressam ao mesmo tempo o movimento e a circulação. Queremos frisar, com isso, que a utilização dos mesmos nos parece bastante oportuna, reputando estar diretamente relacionada com a nossa dimensão teórico-

conceitual. Desse modo, “Ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos [...] e dos capitais constantes [...], aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos [...]” (SANTOS, 1999, p.11).

Nesta perspectiva, conforme esclarece Harvey (2009), o capitalismo está sempre movido pelo impulso de acelerar o tempo de giro do capital, apressar o ritmo de circulação e, em consequência, de revolucionar os horizontes temporais do desenvolvimento. Enfim, o mundo encontra-se organizado em subespaços articulados em uma lógica global, cada lugar sendo resultado de uma global e de uma ordem local, convivendo dialeticamente. Como decorrência dos inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, quebram-se os equilíbrios precedentes. Pelo que concerne o nosso objeto de análise da pesquisa, podemos considerar como “fixos” tudo o que está relacionado com a materialidade, com o concreto, o tangível, como por exemplo as infraestruturas, as instalações esportivas, as obras urbanas realizadas. Os “fluxos”, ao contrário, concernem os movimentos de capitais, de mercadorias, a técnica, o *know-how*, o intangível, os fluxos de pessoas, de visitantes e de turistas, entre outros aspectos.

Tudo isso, junto, segundo Santos (2014, p.85) “é o espaço”. De acordo com o autor baiano:

Cada tipo de fixo surge com suas características, que são técnicas e organizacionais. E, desse modo, a cada tipo de fixo corresponde uma tipologia de fluxos. Um objeto geográfico, um fixo, é um objeto técnico, mas também um objeto social, graças aos fluxos. Fixos e fluxos interagem e alteram-se mutuamente (SANTOS, 2014, p.86).

1.7.4 Verticalidades e horizontalidades

Ao abordar o nosso conceito-chave, isto é, o território à luz do conceito de território usado e do uso corporativo do território, mencionamos as verticalidades e horizontalidades. O novo funcionamento do território passa igualmente pelas verticalidades e horizontalidades, as quais são entendidas por Santos (1994), respetivamente, como vetores de uma racionalidade superior e de um discurso pragmático, e como lugares de uma finalidade estabelecida externamente.

Segundo uma perspectiva geográfica e, partindo da teoria do espaço geográfico elaborada por Santos segundo a qual o espaço é constituído por “um sistema de objetos animados por um sistema de ações” e considerando que o espaço é de todos os homens,

de todas as firmas, de todas as instituições e, assim, banal, o estudo das verticalidades e das horizontalidades procura compreender “a inseparabilidade do ‘funcional’ e do ‘territorial’” (SANTOS, 2006).

Espaços, territórios e lugares podem se unir de forma contínua ou contígua, bem como, em descontinuidades. De acordo com Santos (2006), as contiguidades produzem as uniões horizontais ou as horizontalidades, enquanto as descontinuidades criam as verticalidades ou uniões verticais. Este par dialético representa elementos opostos, mas ao mesmo tempo complementares, de fato:

Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente (SANTOS, 2006, p. 192).

As horizontalidades são, portanto, os espaços da contiguidade, da vizinhança, da co-presença; as verticalidades são pontos distantes, redes (parte do espaço, espaço de alguns). À ideia de rede é necessário contrapor a ideia de espaço banal, já que além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço.

O encadeamento entre verticalidades e horizontalidades divulga uma maior ou menor relevância dos espaços e subespaços onde atuam, difundindo, deste modo, um estado de superioridade ou como afirmam Santos e Silveira (2011) de “comando” a uma parte do território pelo que diz respeito ao seu entorno, assim como uma maior ligação desse lugar com o planeta. Sendo assim, observamos, não obstante o “espaço banal”, uma verticalidade regulada pelas contiguidades, mas, sobretudo pelas redes, ou pela hierarquização.

Nos decursos de horizontalidades e de verticalidades, operam as forças centrípetas ou de união, bem como as forças centrífugas ou aquelas de desunião. A primeira, mais pegada aos processos de horizontalidades; a segunda mais vizinha aos processos de verticalidades, mas dialogando e interagindo continuamente, pois “sobre as forças centrípetas, vão agir forças centrífugas” (SANTOS, 2006, p. 194). Gostaríamos, entretanto, de aqui valida-las sucintamente, por ora as utilizando para estruturação de nossa abordagem, enquanto categorias analíticas.

A noção de norma está estreitamente relacionada a dois vetores que resultam, respectivamente, de uma ordem local e de uma global. O encontro entre ambos é característico, atualmente, de uma tendência à união vertical dos lugares. Santos (2012), explica que nessa união os vetores de cunho vertical são sempre geradores de desordem, isto é, entrópicos. Ao atingirem os subespaços, esses vetores de modernização, criam uma ordem que lhes é favorável.

Todavia, a horizontalidade constitui, exatamente, a resposta local aos processos incidentes, de origem vertical. Existe a possibilidade de os lugares se fortalecerem horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base que confere suporte à ampliação coesa da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo. De fato, não obstante potente e persistente ação das forças centrífugas que são sempre mais visíveis na época hodierna, os lugares podem se revigorar a partir de ideias e ações produzidas e realizadas localmente. É a ação política no lugar, elemento de união em tempos de fragmentações e desvalorizações. Trata-se do embate e do conflito criados entre o local e o global. Dentro deste panorama, constam os territórios, os lugares e as urbes.

Estes elementos estão profundamente relacionados às formas do acontecer solidário, objeto da explicação de Santos (2005). Para o autor, trata-se no período atual, de um acontecer homólogo e complementar que está relacionado à horizontalidade e um acontecer hierárquico, ligado à verticalidade. No caso do homólogo e do complementar, o cotidiano é compartilhado através de regras, sobretudo, consuetudinárias, criadas e reformuladas localmente. Já se tratando do hierárquico o cotidiano é imposto de fora. Em todos os casos, há sempre o conflito entre forças de natureza centrípetas e centrífugas. De acordo com Cassab (2008), a horizontalidade é o fundamento do cotidiano de todos os sujeitos, sendo possível a vivência da política. Nas horizontalidades é possível a ampliação da coesão da sociedade no sentido do interesse coletivo. Nela o cotidiano territorialmente partilhado cria suas próprias normas “fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária” (SANTOS, 1996, p.55). A verticalidade consiste em áreas e pontos distantes a serviço dos agentes hegemônicos. São, segundo Santos (1996, p.54), “os vetores da integração hierárquica regulada”, que se desenvolvem através de ordens técnicas, políticas e econômicas a partir de um comando. Portanto na verticalidade, conforme ressalta Santos (1996b, p.27), “os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical (...) está

sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas”. Horizontalidades e verticalidades estão em contínua imbricação dando forma ao jogo entre global e local.

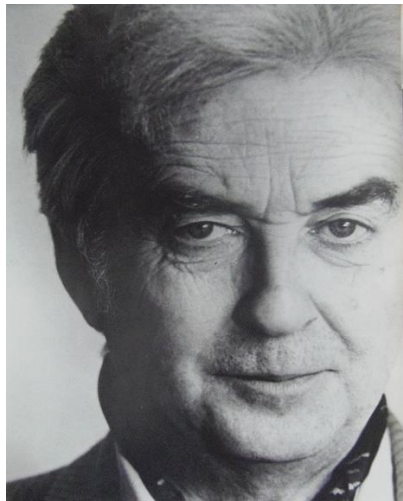
Relativamente aos megaeventos esportivos, objeto da nossa análise, podemos afirmar que não existe um correto e coerente planejamento e organização, como uma Olimpíada, se não se efetua uma correta gestão em racionalidade do território, ou seja, das ações que sobre ele se realizam. Vimos como, durante um megaevento, o espaço nacional é submetido a serviço das grandes organizações esportivas e empresas que, com a cumplicidade do Estado e dos governos locais, visam somente a obtenção de uma produtividade e lucro sempre maiores, em desvantagem dos outros indivíduos e da população residente. Em muitos casos, “trata-se de uma racionalidade privada obtida com recursos públicos, (...) uma drenagem de recursos sociais para a esfera do setor privado” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 306). Por isso, é preciso uma mútua colaboração e cooperação entre os diferentes atores envolvidos no processo, desde o Estado, passando pelos Governos nos diferentes níveis, pelos organizadores do evento, pelas associações esportivas, pelas empresas públicas e privadas até chegar aos pequenos agentes pertencentes ao circuito inferior e aos moradores. Ou seja, via de regra, deveria ocorrer o que Santos e Silveira (2001, p.p. 306-307) definem como “solidariedade orgânica” (que se opõe à “solidariedade organizacional”), efeito da interdependência entre agentes e ações resultantes da sua existência no território usado porque “é em função dessa solidariedade orgânica que as situações conhecem uma evolução e reconstrução locais relativamente autônomas e apontando para um destino comum”.

1.7.5 A Mitodologia como categoria de análise dos mitos e do imaginário da população local

A *mitodologia* consiste numa nova direção epistemológica de Gilbert Durand. “A *mitodologia* emerge como uma tentativa de abordagem científica que considera o elemento espiritual e coletivo na concretude da realidade imediata. (...) Durand ratifica a retórica da imagem simbólica e reabilita a dimensão dos arquétipos e a força diretiva dos mitos” (MELLO, 1994, p. 45), pois, de acordo com o autor, o que fundamenta o imaginário são regras estruturais e não uma pura abstração da imaginação simbólica.

Essa nova concepção epistemológica ressalta na obra *Figures mythiques et visages de l'oeuvre: de la mythocritique à la mythanalyse*. O livro mostra um novo método de analisar uma obra literária bem como um relato ou uma narração, a partir do mito. Gilbert Durand, depois de classificar e estruturar as imagens na sua teoria sobre o imaginário que consta na sua obra principal, *As estruturas antropológicas do imaginário*, elabora uma nova metodologia que ele define de *mitodologia* e que se encerra em um método crítico do mito implicando dois modos de análise: a *mitocrítica* e a *mitanálise*.

Figura 1,4: Gilbert Durand



Fonte: DURAND, 1964

No Prefácio do livro *Da mitocrítica à mitanálise* têm várias considerações. Durand fala de Arquétipo e História como uma nova metodologia antropológica. Pois geralmente se analisava o ser humano de forma antropológica e ontológica como de forma empirista. Ou seja, se analisava a ação humana fazendo experimentos e se via de que forma ele agia, então essa era uma análise antropológica, do Homem. Gilbert Durand transforma esse tipo de análise, afirmando que nós podemos investigar o Homem a partir do Imaginário, a partir da sua criação. A partir do uso da sua Imaginação nós podemos analisa-lo. Então trata-se de um novo método. A partir desse novo método, podemos analisar um determinado momento histórico ou um mito que é transmitido de forma oral ou escrita em uma narrativa de forma diferente, não analisando apenas os aspectos métricos, sintáticos, lexicais ou gramaticais por exemplo mas, podemos refletir sobre porque nesta narrativa do mito, o autor ou a pessoa que difundiu o mito pensou tanto na

Morte ou na Carne ou na Ciência, porque o autor escolheu a Morte e não o Amor. Então não é só um empirismo, não é só analisar o Mito de uma forma estrutural, se trata de ir a fundo, analisar de maneira ontológica o que é que está por dentro da cabeça do Homem. No Prefácio Durand sublinha a importância dessa obra porque ele explica uma nova metodologia, uma “mitodologia”.

Durand toma as distâncias do estruturalismo formal, estagnado e quantitativo de Levi-Strauss e se localiza mediante os seus métodos no pós-estruturalismo, utilizando uma forma mais figurativa e qualitativa da imaginação simbólica e dos mitos. Graças a Durand e a sua nova orientação epistemológica, o mito sai daquele espaço de pura fantasia e adquire mais força e vigor. De fato, Durand enxerga o mito como “o último fundamento teoricamente possível de explicação humana, um alicerce de conteúdo arquetípico, passível de procedimento analítico” (DURAND 1979; 1982 in MELLO, 1994, p. 45). E através da *mitodologia*, ele operacionaliza o conceito de mito.

Segundo Gilbert Durand, o mito compõe-se por um ordenamento de símbolos e representações arquetípicas que se amarram em uma narrativa constituída por uma serie de mitemas. Essa narrativa é ontológica e concerne crenças sobre uma determinada realidade.

A *mitodologia* de Durand percebe o Imaginário como a orientação de toda a criação do Homem mediante a sua expressão narrativa, isto é o mito, e afirma que o raciocínio do Homem procede através de sistemas míticos. Sendo assim, o antropólogo francês acredita na presença de mitos latentes que norteiam e articulam o caminho humano independentemente do período histórico e em todas as sociedades. Deste modo surge a nova orientação epistemológica de Durand que se propõe de revelar, através da *mitodologia*, os mitos que norteiam o imaginário cultural de um determinado individuo ou de uma coletividade e sociedade, situados em uma dimensão espacial e temporal determinada.

A existência de um mito que orienta as expressões culturais pode ser desvelada mediante a repetição pleonástica de alguns mitemas que constituem justamente pequenas parcelas do mito. Os mitemas podem referir-se a uma determinada razão, a uma temática, a um cenário, a um objeto, a um contexto dramático, a um caso emblemático etc. Os mitemas se repercutem de modo assíduo e regular mediante símbolos e representações, porque de fato representam o *leitmotiv* de um discurso. Estes símbolos podem possuir diferentes tipos de significados e de sentidos que se compreendem do âmbito e da circunstância de uma determinada realidade pois, a diferença dos signos, não se transmite

por pressuposição, mas é pela repetição que conseguimos identifica-los. Portanto mitos e mitemas abraçam um elevado leque de variantes que representam a heterogeneidade, mas ao mesmo tempo a singularidade cultural de cada indivíduo, sociedade ou comunidade.

Um outro aspeto importante da obra *Da mitocrítica à mitanálise* refere-se ao que tange o *Homo symbolicus y mythos*. O que é Símbolo? Símbolo pode ser uma imagem que representa algo, alguma coisa. Por exemplo, a espada é um ícone, é um objeto e é uma palavra que possui um significante e um significado. Mas a espada pode ser símbolo de poder, de guerra, de força, de um templário, dependendo do contexto literário em que ele foi usado. No livro aprende-se também a diferença entre *Homo Sapiens* e *Homo symbolicus*. O *Homo Sapiens* é o homem que começa a raciocinar, que sabe, que construiu casas, que tem uma outra relação com as técnicas e implementa uma nova tecnologia. Depois disso, chegou a vez do *Homo Symbolicus*, o homem que criou símbolos, que criou narrativas, que criou obras e arte, um homem com um grande privilégio.

No texto “*Pas à pas mythocritique*” (1996), Durand nos explica o caminho teórico e prático da *Mitodologia*, o procedimento metodológico de análise das narrativas de uma determinada sociedade e cultura e a sua relação com os mitos. Inspirando-se em Mircea Eliade, Durand cria a mitocrítica que se baseia no fato que qualquer tipo de narrativa possui uma familiaridade estreita com o *sermo mythicus*, isto é, o mito. Durand elabora um modelo de matriz de toda a narrativa, organizando-o segundo aspectos e arquétipos essenciais da psique do *homo sapiens sapiens*, ou seja, da nossa psique atual.

Sendo assim, no trabalho de tese, utilizaremos este tipo de procedimento metodológico não para analisar uma linguagem de uma narrativa literária ou musical ou do cinema etc. mas de um discurso de uma determinada época e período histórico em seu todo, relacionado com os Jogos Olímpicos, compreendendo portanto um determinado tempo e espaço e alcançando a imemorialidade.

O mito, seja mito individual, mito de um período histórico, mito de uma cultura, mito de uma sociedade, é ele que desvela a interpretação de um discurso narrativo de uma obra humana que possui sempre algo que pode ser interpretado e traduzido. Muitas das vezes o mito permanece escondido, velado, latente e é difícil desvela-lo e é tarefa árdua reconhecer o mito e denomina-lo, dar o nome ao herói do mito. No passado encontramos mitos relativos por exemplo à “*femme fatale*” como: Salomé, Herodiade, Helena de Troia, Dalila, Brunilda etc. Ou o mito dos navegantes como: Cristóvão Colombo, Marco Polo, Vasco da Gama, Ulisses, Américo Vespúcio etc. O mito de Orpheu e Eurídice. Seguindo esta reflexão, Durand sublinha a vulnerabilidade e a fugacidade dos nomes. O que é

essencial, de fato, é o verbo, a ação, não é muito importante o nome do herói que o encarna e simboliza, mas sim o que ele representa.

Ao longo dos seus estudos, o antropólogo originário da Savoia elaborou diferentes métodos de análise como: a arquetipologia geral, a mitocrítica e a mitanálise. Através desses métodos é possível desenvolver uma leitura dos arquétipos e dos mitos velados à nossa maneira de ver o mundo, de conhecer as coisas, desvendando como as imagens não sejam apenas figuras que levam ao engano, ou ficções com o escopo de evasão, mas índices que revelam a nossa modalidade de estar no mundo.

- **Mitocrítica**

A etimologia da palavra Mitocrítica deriva do modelo da Psicocrítica elaborado por Charles Mauron na obra *Des Méthaphores Obsédantes au Mythe Personnel: Introduction à la Psychocritique* (1962), ao qual Gilbert Durand se inspirou. A obra de Mauron consiste em um tratado de metodologia psicanalítica onde o analista escolhe as imagens compulsivas dos seus pacientes e procura interpretar mediante o mito. Com base no modelo de Mauron da psicocrítica, Durand elabora a noção de mitocrítica referindo-se a um método de crítica de uma narrativa literária ou artística que possui características míticas. Portanto um novo método de crítica que possa ser a fusão instrutiva das várias críticas: as antigas, as novas, as psicológicas, as psicanalíticas e aquelas da psicanálise existencial. O discurso narrativo que se examina está constituído por um conjunto indissociável de estruturas, histórias, contexto social e sistema psíquico.

Durand desenvolve a Mitocrítica como um sistema de interpretação antropológica da cultura.

O conceito de mitocrítica durandiana desenvolve um método de crítica das narrativas literárias ou artísticas, tanto escritas como orais, que possuem uma peculiaridade mítica, um fulcro constituído por um mito e que estimula o imaginário.

Gilbert Durand afirma que por trás de uma obra literária tem sempre um mito. Primeiro se investigam os mitemas que são aquelas pequenas unidades de mito que apontam para um mito maior. Portanto o discurso mítico está constituído por mitemas, que representam o elemento recorrente, o leitmotiv do relato, e que se fortalecem com a repetição das imagens. Os mitemas pressupõem diferentes variantes que testemunham a pluralidade e a abundância dos elementos culturais.

A mitocrítica portanto é um procedimento de crítica de uma narrativa literária, oral ou escrita, de um determinado período e autor, que desvela o mito que age nela. Muitas vezes faz referência a um mito clássico, mas não necessariamente isto acontece.

No processo de classificar e individuar os mitemas contidos no mito orientador da narrativa cultural, o antropólogo francês reconhece três diferentes etapas que se repercutem continuamente e representam as sincronias míticas de um texto literário. Portanto a mitocrítica, do ponto de vista metodológico, compõe-se de três etapas que separam as camadas mitémicas:

- 1) Uma recolha dos aspectos que se reverberam de maneira insistente e relevante no discurso e que representam as sincronias míticas do texto;
- 2) Um estudo do âmbito e da situação em que se apresentam, assim como de tudo o que rodeia o contexto;
- 3) A percepção dos diversos ensinamentos do mito (diacronia) e das analogias de um ensinamento de um determinado mito com os de outros mitos de uma determinada dimensão temporal ou espacial de uma dada cultura.

Segundo esta concepção epistemológica portanto, o mito se desvela mediante a estruturação de símbolos e de um grupo mínimo de mitemas que se repetem constantemente.

Resumindo, segundo Durand, a mitocrítica:

Evidencia, num autor, na obra de uma época e dum meio dados, os mitos diretivos, regentes, e suas transformações significativas. Possibilita mostrar como tal traço de caráter pessoal do autor contribui para a transformação da mitologia epocal dominante ou, ao contrário, acentua tal ou tal mito instituído. Mostra também que cada momento cultural tem certa densidade mítica onde se combinam e se embatem [...] mitos diferentes. A mitocrítica tende a extrapolar o texto ou o documento estudado, a ampliar para lá da 'obra de civilização' rumo à detecção, pelas 'metáforas obsessivas', do que Mauron chamara em Psicocrítica, o 'Mito Pessoal' que rege o destino individual; mas a mitocrítica, pois que todo 'mito pessoal' é um 'mito coletivo' vivido num/ por um ideário, tende a ampliar rumo às preocupações sociohistórico-culturais. E assim pede, como coroamento, uma mitanálise, que está para um momento cultural e para um dado conjunto social, como a Psicanálise está para a *psyche* individual (DURAND 1979, 1982 in MELLO, 1994, pp. 47-48).

Se circunscrevem, desta forma, os mitemas e as situações míticas ou mitológicas que, ao longo do decorrer do tempo e da história, precisam ser sempre redescobertos e ressuscitados.

Muitas das vezes, o momento da leitura não coincide com o período histórico da escritura da narrativa, por isso, segundo Durand (1977), a leitura constitui um sistema de três critérios:

- 1) A sincronia estrutural da narrativa;
- 2) A diacronia literária;
- 3) A diacronia histórica e cronológica onde acontece um confronto sincrónico entre a leitura do leitor atual e a leitura do autor do passado.

O mito é tal e pode ser analisado somente se possui um elevado número de mitemas, um “quórum”, digamos assim, de mitemas que são as unidades menores de uma narrativa miticamente significativa.

Destarte, o mito pode ser comparado a um átomo, que possui uma própria estrutura arquetípica (Jung) ou esquemática (*schème* durandiano), e o seu interior pode ser contido por um tema, um motivo, um cenário mítico, um drama, um emblema etc.

Um mitema pode se apresentar e atuar semanticamente de duas maneiras: patente e latente. De forma patente através da repercussão manifesta e clara de seus conteúdos (situações, personagens, drama etc.); de forma latente mediante a repercussão de seu esquema de finalidade implícita.

A mitocrítica portanto ressalta os mitos que orientam uma determinada narrativa ou discurso e as mudanças do mito ao longo do tempo. Evidencia como a índole e as peculiaridades do autor podem modificar um determinado mito dependendo das influências do contexto social, histórico e cultural.

- **Mitanálise**

Com referência ao paradigma da Psicanálise, Durand cunha a palavra e ao mesmo tempo o conceito de Mitanálise em 1972. A mitanálise consiste num procedimento de análise dos mitos, sobretudo do ponto de vista das impulsões da psique dos personagens míticos. Mas a mitanálise não representa apenas um método de análise psicológica dos mitos, ela é também um estudo dos mitos segundo uma perspectiva histórica e social. De fato, de acordo com Gilbert Durand:

A mitanálise sociológica, simultaneamente inspirando-se nos trabalhos do estruturalismo de Lévi-Strauss, mas também – porque as entidades mitológicas são “poderes”, forças e não somente formas – em todas as pesquisas temáticas

e análises semânticas de conteúdos, tenta aprender os grandes mitos que orientam (ou desorientam) os momentos históricos, os tipos de grupos e de relações sociais (DURAND, 1977, p. 246).

Se trata de uma análise dos mitos porque muitas das vezes os elementos míticos na sociedade são escondidos, velados à consciência tanto coletiva como individual de cada ser humano.

Para a individuação do mito e a sua decifração, Durand utiliza o modelo irreduzível da psicanálise e da psicologia profunda, valendo-se da discrepância antropológica entre o que é patente e consciente e entre o que é latente e inconsciente. A psicanálise é o fator erótico, aquele que liga, que junta, que mistura os instintos de vida (Eros) e os instintos de morte (Tanatos), aquele que foi descoberto um dia por Édipo que nos orientou a desvelar a moralidade, a autoridade, o mistério dos sonhos e os segredos do mito. A psicanálise trouxe para a consciência do ser humano uma parte do enorme desconhecimento de um saber sobre o qual nada o quase nada se sabe – o inconsciente. A psicanálise comprovou que o raciocínio do homem moderno preserva em si um conjunto complexo de mitos e de mitologias, que constituem maneiras de pensar e de sentir às vezes muito ancestrais (NETO, 2010).

"Constantemente o inconsciente murmura, e é ouvindo seus murmúrios que ouvimos sua verdade. Às vezes deseja o diálogo dentro de nós - deseja? Talvez memórias, reminiscências feitas de sonhos inacabados? " (BACHELARD, 1960, pp. 49-50).

Conforme Mircea Eliade (1972), com o desenvolvimento da psicanálise, ela adquiriu alguns conceitos fundamentais da antropologia para poder perceber melhor as tradições, costumes, rituais e hábitos dos seres humanos.

A mitanálise consiste, portanto, em um procedimento de investigação científica dos mitos que procura perceber os mitos que norteiam os períodos históricos, assim como os vínculos sociais que se estabelecem. A mitanálise, a diferença da mitocrítica que age analisando os textos literários, atua em um espaço mais vasto, o espaço da sociedade. De acordo com Durand, de fato, o propósito fulcral da mitanálise consiste no princípio que "numa sociedade há mitos tolerados, patentes, que circulam, e mitos latentes, que não conseguem encontrar meios simbólicos de expressão e que trabalham a sociedade em um nível profundo" (DURAND 1979, 1982 em MELLO, 1994, p. 48). E a mitanálise é justamente a maneira como se atua para desvelar estes mitos. Seguindo uma lógica cultural, os mitos possuem uma quantidade vasta de variantes que, ao longo do tempo e

da História do ser humano e do universo, desvanecem e revivem incessantemente, avançando e recuando de forma periódica. De acordo com Durand, na análise dos mitos deve-se sempre considerar a multiplicidade, os obstáculos e a interdependência das diferentes “correntes compensadoras” que operam numa determinada sociedade. Este tipo de análise pressupõe o estudo de todo o sistema social de referência de uma dada cultura pertencente a uma determinada comunidade ou sociedade (hábitos, usos, tradições, instituições, problemáticas, comportamentos, etc.), e é justamente deste tipo de análise aprofundada que é possível extirpar as representações míticas.

Através da mitanálise e mediante o exame das ocorrências etnológicas podemos descobrir a essência de uma comunidade em um determinado período histórico. Segundo Durand, os mitos incentivam e estimulam o acontecer dos fenômenos históricos pois, por meio de símbolos e representações míticas, exprimem as aspirações dos homens.

Concluimos afirmando que a mitanálise está orientada para individuar e analisar os mitos que norteiam um determinado período histórico e social.

- **Diferença entre Mitocrítica e Mitanálise**

A mitocrítica é um método de análise de textos. Consiste em buscar em uma narrativa os elementos míticos mais ou menos ocultos. Existem mitos que são manifestos e outros latentes. O princípio da mitocrítica consiste em uma distinção entre os elementos do mito. Assim, como a linguística isola os fonemas, a mitocrítica é a operação que tenta extrair os mitemas e ter a relação entre esses mitemas dentro de um mito.

Como a mitocrítica é o estudo de textos literários, a mitanálise é mais ampla, é o estudo de um contexto, enxerga se existem mitos, por exemplo, no esporte, no cinema, em uma ideologia política, no amor, na sociedade ou em um período histórico. A mitocrítica é mais precisa, concerne textos literários, a mitanálise é mais abstrata. O que é muito interessante, além do nível prospectivo, é o que constitui, por exemplo, o grande mito ou os grandes mitos que hoje subconscientemente nos dominam, que apoiam o tecido social, e isso seria uma aplicação do pensamento de Durand.

Resumindo, a mitocrítica baseia-se no exame dos mitos de “obras culturais” enquanto a mitanálise é mais ampla, expande a sua investigação dos mitos a todo o contexto socioespacial como uma totalidade, concebendo o espaço e o tempo como uma totalidade.

Quando a mitocrítica se cruza com a mitanálise, é essencial considerar os diferentes níveis de recepção de um mito, a sua grandeza, as ligações com os outros mitos presentes no período analisado, a sua distância com a realidade, a forma de como é delineado pela epistemologia de uma comunidade, e as problemáticas da sociedade que reflete.

Segundo Durand, a mitocrítica:

Pede, como coroamento, uma “mitanálise”, que está para um momento cultural e para um dado conjunto social, como a psicanálise está para a psique individual. Em suma, mitocrítica e mitanálise situam-se na mais recente corrente epistemológica: aquela que, centrada na produção do universo das imagens simbólicas, e do mito que é a forma dinâmico-cultural dessas configurações organizatórias da socialidade, suscita um novo e acrescido interesse antropológico pelas mitologias, tanto negligenciadas pela perecida era dos positivismos (DURAND, 1977, p. 256).

Mitocrítica e mitanálise portanto se complementam fazendo da mitodologia uma sorta de modelo hermenêutico de interpretação filosófica do mito (DURAND, 2000).

1.7.6 Os 9 Arquétipos de Yves Durand – (AT-9)

Gilbert Durand, inspirando-se no raciocínio de Jung, define o arquétipo deste modo:

O arquétipo "per se", por si só, é um "sistema de virtualidade", "um centro de força invisível", um "núcleo dinâmico" ou mesmo "os elementos estruturais luminosos da psique". É o inconsciente que fornece a “forma arquetípica” por si só “vazia” que, para se tornar sensível à consciência “é imediatamente preenchida pelo consciente com a ajuda de elementos de representação, relacionados ou análogos. O arquétipo é, portanto, uma forma dinâmica, uma estrutura organizadora de imagens, mas que sempre vai além das concretizações individuais, biográficas, regionais e sociais da formação de imagens (DURAND, 1964, p. 66).

Alguns anos depois da apresentação da *mitodologia* por Gilbert Durand, um psicólogo com o mesmo sobrenome, Yves Durand, a partir da organização das estruturas antropológicas do imaginário do antropólogo francês, elaborou na sua tese de doutorado intitulada *L'exploration d'imaginaire: introduction à la modélisation des univers mythiques* (1988), um sistema denominado de AT-9, isto é, Teste Arquétipo com nove estímulos simbólicos. Se trata, inicialmente, da elaboração de um esquema empírico que pudesse testar as teorias de Gilbert Durand e, em particular, a teoria das estruturas

antropológicas do imaginário. Depois que o experimento foi aplicado para mais de dez mil indivíduos de todas as raças, gêneros e idade, os resultados derivantes comprovaram e legitimaram a teoria do imaginário durandiana segundo a qual a imaginação humana simboliza a inquietação do Homem com relação à finitude e à ameaça da morte mas, ao mesmo tempo, gerando imagens e símbolos que vencem e prevalecem sobre ela.

De acordo com Yves Durand (1988), o Teste Arquétipo constitui-se de nove elementos ou arquétipos que são: uma *queda*, uma *espada*, um *refúgio*, um *monstro devorador*, *algo cíclico*, um *personagem*, *água*, um *animal* e *fogo*. O teste consiste em convidar o sujeito de pesquisa a elaborar uma descrição e uma narração sobre os elementos indicados. Deste modo, atinge-se um microuniverso mítico onde possibilita-se a configuração de símbolos e significados concernentes essa aflição e inquietude não apenas ontológica do ser humano, mas dependente também das circunstâncias do contexto e da realidade no qual vive. Trata-se do começo da teoria durandiana. Assim como explica Yves Durand (1988), o elemento fundamental da imaginação humana consiste em revelar, desvelar e destampar as caras do Tempo e da Morte, tentando reduzir mediante a imaginação essa tal inquietude existencial relacionada com as experiências negativas da vida. Com respeito a essas experiências, Gilbert Durand ressalta algumas: a agressividade devoradora, a noite e a água assustadoras e a queda catastrófica. Deste modo, a imaginação simbólica humana cria representações do elemento adverso e infausto e, logo depois, gera representações que ganham e prevalecem sobre elas. Sendo assim, os arquétipos da *Queda*, do *Monstro Devorador* e do *Algo Cíclico* representariam o Tempo, a Morte e a Angústia, enquanto a *Espada* e o *Refúgio* simbolizariam instrumentos para superar essa inquietude; o *Personagem* desenvolve o papel principal, é o herói em que o sujeito se reconhece e, ao redor dele, se desenvolve o mito; a *Água*, o *Animal* e o *Fogo* representam um complemento semântico do mito. O conjunto dos símbolos sobre o herói se estrutura ao redor de três elementos fundamentais: o *personagem*, a *espada* e o *monstro*. É o *personagem* que de fato deve resistir e lutar para vencer contra o *monstro* utilizando a *espada*. Os outros elementos são complementares ao mito.

Sendo assim, no trabalho de tese, tentaremos individuar todo o simbolismo, os aspectos míticos e arquétipos que são contidos nas falas e nas narrativas dos nossos sujeitos de pesquisa, os grupos focais das comunidades em análise. Utilizaremos a Mitodologia de Gilbert Durand com a Mitocrítica pelo que concerne a análise de alguns mitos literários como o mito de Teseu e do Minotauro bem como o mito da Fénix,

individuando os mitemas que se refletem no contexto de algumas áreas de estudo e comunidades do Rio de Janeiro de hoje. Será utilizada a Mitanálise pelo que concerne a análise dos depoimentos e das narrativas que expressam o imaginário dos nossos sujeitos de pesquisa com relação ao contexto socioespacial instaurado no pós-evento olímpico. E será implementado também o Teste Arquétipo de Yves Durand. Individuamos, dessa forma, alguns mitemas diretores presentes nas narrativas dos nossos inquiridos como por exemplo: o desejo, a morte, o amor, a resistência, a luta, a queda, a coragem, bem como a esperança, a tenacidade, a perseverança, o ódio, a prevaricação, o egoísmo, etc.

1.7.7 A sociocrítica como categoria de análise do imaginário social

O termo "sociocrítica" foi introduzido nos anos sessenta por Claude Duchet. Mas um dos maiores autores e precursores da sociocrítica é certamente Pierre Popovic.

Popovic, em um artigo publicado na revista *Pratiques* em 2011, disse que a sociocrítica não pode ser considerada nem como uma teoria nem como uma disciplina, mas como um espaço para raciocínio, reflexão, uma maneira de interpretar narrativas, textos e discursos (POPOVIC, 2011). No entanto, segundo o autor, essa análise deve sempre procurar extrapolar criticamente os aspectos relativos à dimensão social em um determinado contexto histórico (POPOVIC, 2011).

A sociocrítica, na prática, vincula uma história com todas as suas palavras e linguagem a um contexto social específico composto por suas representações simbólicas e pelo imaginário que a caracteriza, que Popovic define como "semiose social". Essa semiose social é considerada por Popovic como: "o conjunto de meios utilizados pela sociedade para representar o que ela é, o que é válido para o passado e para o futuro". (POPOVIC, 2013, p. 22).

O próprio Popovic (2011) acrescenta o conceito de "imaginário social" à noção de sociocrítica, um conceito que é desenvolvido mais profundamente em seu ensaio mais importante *La Mélancolie des Misérables* (2013), no qual Popovic o define mais explicitamente com estas palavras:

O imaginário social é esse sonho acordado que os membros de uma sociedade fazem, pelo que veem, leem, ouvem e que os serve como horizonte material e de referência para tentar apreender, avaliar e entender o que eles estão vivendo; em outras palavras: é o que esses membros chamam de realidade (POPOVIC, 2013, p. 29).

Também Castoriadis na sua obra *La montée de l'insignifiance. Les carrefours du labyrinthe*, afirma que:

O imaginário produz realidade, molda a vida social. (...) Essa imaginário social [...], só podemos pensar nele como a capacidade criativa do coletivo anônimo, que se realiza cada vez que os humanos são reunidos, e cada vez se dá uma figura singular, instituída, para existir (CASTORIADIS, 1996, p. 113).

Segundo Popovic, Castoriadis “postula que o imaginário social cria realidade; ele apoia a ideia de que é legível em linguagens que atravessam uma sociedade e lhe dão corpo” (POPOVIC, 2013, pp. 21-22).

Popovic, inspirado por Ricoeur e Castoriadis, sustenta que o real e a realidade não são completamente estranhos às representações simbólicas que os interpretam. A própria realidade é uma representação simbólica que é construída através da linguagem, das narrativas e dos discursos que compõem uma sociedade particular.

Segundo Lamarre (2014), que interpreta o pensamento de Popovic com relação à sociocrítica e ao imaginário social, basta abrir os olhos, a mente e dar liberdade à sua imaginação para entender que a "literariedade" está em toda parte, variando do mundo político e econômico aos substratos sociais mais baixos que não podem ser vistos. Sendo assim,

Aqui e ali, figuras de linguagem, palavras e imagens ligadas a histórias, cenas teatrais, fragmentos poéticos moldam nossa experiência do presente, nossa memória do passado, nossas projeções do futuro. Assim, cada um 'caminha para o literário' quando coloca sua própria vida na história, para si e para os outros, e acomoda essa história de acordo com os dias e as circunstâncias (LAMARRE, 2014, p. 4).

Consequentemente, a “literariedade” está presente em toda parte em nossa vida e em nossa realidade, nas experiências sociais cotidianas da vida que geram narrativas e discursos, em domínios e contextos de outra natureza, como dissemos anteriormente, por exemplo, no mundo da política, economia ou cultura. Por ser literária "em toda parte", a literatura representa um meio muito rico de "semiotização" do imaginário social (LAMARRE, 2014). Consequentemente, uma narrativa ou discurso literário adquire cada vez mais originalidade quando entra em simbiose com o contexto histórico e social em que é contado ou escrito. Nessas condições, o exame sociocrítico permite não apenas um

exame detalhado da narrativa, mas, da mesma maneira, uma análise geral do ambiente histórico e social. Na realidade, como Lamarre também aponta, a sociocrítica "permite uma viagem para o imaginário de uma época, um cruzamento das representações que aprecia ou rejeita, um mergulho no coração das ficções literárias ou políticas que ela mesma cria" (LAMARRE, 2014, pp. 4-5). Para perceber essa literariedade de um determinado contexto social do mundo, é essencial saber interpretar todos esses sinais, símbolos, gestos, imagens poéticas e representações teatrais que constituem toda a semiose social a que Popovic se refere.

O imaginário social também pode ser considerado como uma espécie de literariedade geral composta por cinco elementos, que são os seguintes:

- Uma narratividade - que leva ao surgimento de discursos, histórias e heróis;
- Uma poeticidade - que dá ritmo, estilo e harmonia;
- Uma cognitividade - que adapta a linguagem ao conhecimento;
- Uma teatralidade - que descreve a fala;
- Uma iconicidade - que se refere às imagens e representações simbólicas que nos cercam.

Esse imaginário social pode envolver uma única pessoa, um grupo social ou uma comunidade e também inclui quatro grandes conjuntos de imagens simbólicas:

- Imagens relacionadas à história e estrutura da empresa;
- Imagens que conectam uma única pessoa e a comunidade;
- Imagens que se referem a erotismo;
- Imagens que concernem o relacionamento com a natureza.

Segundo Popovic (2013), a sociocrítica é baseada em uma natureza excepcional e em uma narração inédita, derivando assim de "uma ação, uma intervenção dentro e sobre a semiose social" (POPOVIC, 2013, p. 44).

A sociocrítica, portanto, através da leitura do imaginário social, segundo Popovic (2013), enriquece o sentido das narrativas.

É, portanto, através da sociocrítica que buscamos perceber essa literariedade e esse imaginário social que decorre dos relatos dos depoimentos dos líderes comunitários das áreas de estudo do Rio de Janeiro. Trata-se de analisar um determinado contexto social do nosso mundo: o contexto social de certas comunidades no Rio de Janeiro após o evento olímpico. Consequentemente, usando a sociocrítica, tentamos interpretar todos os signos, símbolos, gestos, imagens e representações poéticas que constituem toda a semiose social (à qual Popovic se refere) das comunidades "cariocas" em análise.

1.8 Operacionalização: procedimentos de pesquisa

Os procedimentos de pesquisa consistem fundamentalmente em uma recolha de informações e análise de dados concernentes à percepção da população local do Rio de Janeiro sobre o megaevento esportivo dos Jogos Olímpicos de 2016. Essa pesquisa será de tipo qualitativa, descritiva, pois considera diferentes variáveis com suas naturezas e relações; exploratória, porque admite uma visão geral e ao mesmo tempo aproximativa; e, explicativa, considerando que pretendemos investigar os aspectos principais que contribuem para o acontecer de determinados fenômenos. A investigação será, portanto, de caráter qualitativa e procurará fornecer, além do que um conjunto de dados estatísticos relativos aos megaeventos (típico das pesquisas meramente quantitativas), um panorama de oportunidades e riscos, limites e desvantagens relativos às possibilidades de acolher um megaevento.

Numa pesquisa quantitativa, é a amostra, constituída por indivíduos escolhidos ao acaso, que é considerada como representativa. Ela é, de algum modo, um modelo reduzido da população total, na qual os diferentes grupos sociais se encontram com os pesos respectivos que têm na população. Numa pesquisa qualitativa, só um pequeno número de pessoas é interrogado. São escolhidas em função de critérios que nada têm de probabilistas e não constituem de modo algum uma amostra representativa no sentido estatístico. É, sobretudo, importante escolher indivíduos os mais diversos possíveis. E, na verdade, em função do que dissemos mais acima, é o indivíduo que é considerado como representativo pelo fato de ser ele quem detém uma imagem, particular é verdade, da cultura (ou culturas) à qual pertence. Tenta-se apreender o sistema, presente de um modo ou de outro em todos os indivíduos da amostra, utilizando as particularidades das experiências sociais dos indivíduos enquanto reveladores da cultura tal como é vivida (THIOLLENT, 1982)

Portanto numa abordagem qualitativa apenas um número de inqueridos restrito é entrevistado. Os inquiridos não são escolhidos com base em critérios probabilísticos e não representam uma amostra de tipo estatística.

Segundo Veal (2011), as metodologias que se utilizam para recolher informação qualitativa, incluem a etnografia, a observação, as entrevistas informais, as perguntas semiestruturadas, a observação direta e participante, a análise do discurso/conteúdo e do depoimento. Todas estas técnicas foram implementadas durante o trabalho de campo.

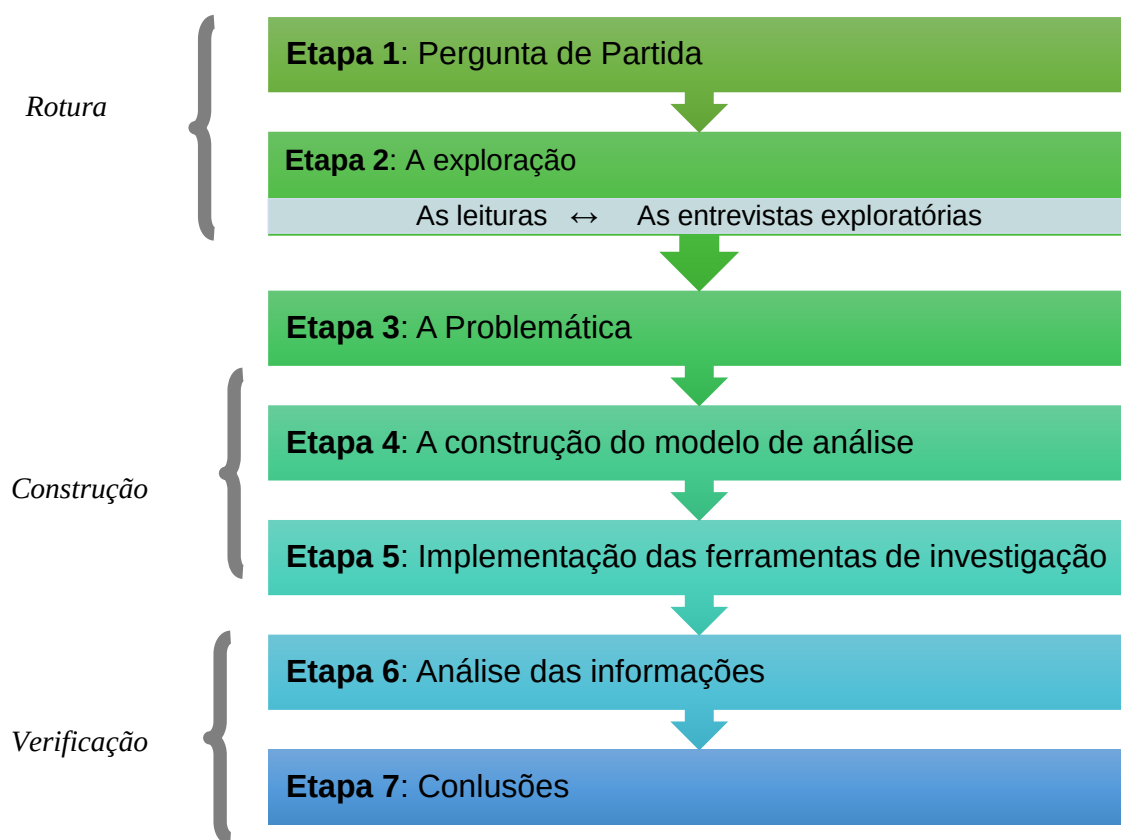
A metodologia utilizada está fundamentada na pesquisa bibliográfica como fonte principal, já que procuramos na teoria, nos conceitos e nas categorias de análises, a elucidação de como esse conjunto epistêmico pode indicar uma serie de possibilidades e um percurso metodológico para a compreensão da percepção da população carioca diante do uso corporativo que é feito do território no âmbito dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016. E também na pesquisa documental, outra importante fonte, donde a partir dela, reconheceremos de que modo o território foi se transformando em seus usos. A pesquisa documental utiliza todos os tipos de documentos elaborados para diferentes fins, tais como: relatórios, jornais, atos, planos, etc. Utilizamos para nossa pesquisa: A Lei Geral da Copa; O Ato Olímpico; O Estatuto da Cidade; O Plano Popular da Vila Autódromo; o Dossiê do Comitê Popular da Copa e dos Jogos Olímpicos, além de fotos, vídeos, achados e itens do Museu das Remoções e da Aldeia Maracanã, entre outros

Enfim, o trabalho de campo, metodologia indispensável por qualquer estudo geográfico que precisa entender o território na relação do abstrato-teórico com o empírico-concreto.

O trabalho se desenvolverá por fases ou etapas de acordo com os procedimentos de investigação realizados por Quivy e Campenhoudt (1995).

De fato, segundo estes autores, os princípios fundamentais que as investigações deveriam respeitar, podem resumir-se em sete etapas: em cada etapa são descritas as operações a efetuar para alcançar a etapa seguinte e, desse modo, progredir.

Figura 1,5: As Etapas do Procedimento da Investigação Científica nas Ciências Sociais



Fonte: Quivy & Campenhoudt (1995), adaptado pelo autor

Na primeira etapa se levantará a pergunta de partida do estudo: Qual é a percepção dos cariocas sobre os Jogos Olímpicos de 2016 diante do uso corporativo do território?

Na segunda etapa a análise se baseará fundamentalmente em revisão bibliográfica, utilização de reportagens jornalísticas recentes e entrevistas exploratórias para professores (como sobretudo os docentes da UFRN, da UERJ, da UFF, da PUC e da USP), geógrafos, profissionais da área e indivíduos que já trabalharam na gestão de um megaevento ou tiveram um papel importante como o Diretor Técnico do SEBRAE do Rio Grande do Norte, João Hélio Cavalcanti; Aurora Cabral, líder do grupo de voluntários da FIFA que trabalhou durante a Copa do Mundo de 2014 no entorno da Arena das Dunas em Natal; Carlos Eduardo Valle, Coronel da Aeronáutica que trabalhou com o sistema de

segurança durante a Olimpíada do Rio de Janeiro; Maria da Penha², líder da comunidade da Vila Autódromo, localidade onde foram removidas cerca de 700 famílias e onde agora só permaneceram 20, pessoas envolvidas em uma luta contínua de resistência contra os enganos e as provocações da Prefeitura do Rio de Janeiro; líderes comunitários da comunidade da Favela do Metrô e da Aldeia Maracanã, no bairro Maracanã, e do Morro da Providência na Zona Central e Portuária onde também aconteceram remoções e expropriações; e do Porto Maravilha, onde verificaram-se os mesmos fenômenos.

Se utilizará como referencial teórico para a discussão sobre território, autores como Milton Santos, Maria Laura Silveira, Monica Arroyo, Roberto Lobato Corrêa, David Harvey, Raffestin, François Chesnais, Brenner entre outros, os quais abordam o debate sobre a nova forma de produção espacial da cidade a partir do desenvolvimento econômico, exigindo que esses espaços assumam características corporativas de modo que atenda a demanda do mercado; aprofundamento na análise de Gaffney que trata como os megaeventos esportivos mundiais, como as Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016, transformaram-se em um *business model* na era globalizada, responsáveis pela atração de fluxos financeiros, reestruturação de circuitos de circulação e acumulação local.

Ao que se refere ao caso de estudo dos Jogos Olímpicos de Rio de Janeiro, serão fundamentais as leituras e as informações de Raquel Rolnik, Jean-Jacques Fontaine, Gilmar Mascarenhas, Letícia de Luna Freire, Nelma Gusmão de Oliveira, Alves Orlando Dos Santos Junior, Carlos Vainer, entre outros, que abordam a delicada questão dos efeitos sobre o território e a população que derivam do uso do espaço e das transformações territoriais realizadas. Além disso, se explorará através da leitura da bibliografia sobre os megaeventos esportivos, análise de casos de estudos de Copas do Mundo de Futebol, Jogos Olímpicos e seus impactos em nível social, territorial e cultural, entre outros. Se efetuará (sobretudo na Parte III) também um *benchmarking* comparando o estudo de caso brasileiro com outros trabalhos e artigos relativos a Olimpíadas anteriores bem como ao Mundial de Futebol do Brasil de 2014 e à percepção da população local.

Em termos de entrevistas exploratórias, serão desenvolvidas principalmente para os *stakeholders*, ou seja, para aqueles agentes que têm um interesse específico sobre o evento Jogos Olímpicos de 2016, e também para os sujeitos que não dispõem de um poder

² Vide o Apêndice F: Termo de consentimento do entrevistado, neste caso de Madame Penha.

formal de decisão. É só pensar aos patrocinadores, aos organizadores, especialistas, aos voluntários, aos comerciantes, aos líderes comunitários ou aos simples apaixonados. Se perguntará a eles, em qualidade de administradores públicos, exponentes de organizações e de cidadãos, de elencar todas as possíveis criticidades ligadas aos Jogos Olímpicos de 2016.

Serão realizadas também entrevistas não formais com especialistas da área dos megaeventos e do turismo, geógrafos, sociólogos, antropólogos, professores e alunos da Universidade de São Paulo (USP), da *Université Polytechnique Hauts-de-France*, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), arquitetos, colaboradores das empresas de construção Odebrecht e OAS, educadores e organizadores de eventos do Serviço Social do Comércio (SESC) e com os protagonistas do presente estudo: os moradores de algumas comunidades do Rio de Janeiro.

A terceira fase consistirá no balanço entre as etapas precedentes. Com base na pergunta de partida e nas conclusões alcançadas através das leituras desenvolvidas e entrevistas efetuadas, se delinearão as linhas orientadoras do projeto de pesquisa. Particularmente se estabelecerá qual a informação importante para poder desenvolver um plano com os procedimentos a utilizar para a individuação da percepção dos moradores do Rio de Janeiro relativamente ao megaevento Jogos Olímpicos de 2016.

A quarta etapa representará a estruturação do modelo de análise em que serão examinados os conceitos e apresentados questionamentos que levarão à possibilidade de uma constante análise e recolha de dados de experimentação ou observação.

A quinta fase consistirá na implementação das ferramentas de investigação. Tratando-se de um tipo de investigação nomeadamente social, se optará por uma metodologia qualitativa utilizando sobretudo os ensinamentos de Gursoy, Veal e Meksenas.

Para a análise da percepção da população carioca se utilizarão, portanto, diversas ferramentas como: a observação direta e participante onde o relacionamento humano e social é mais profundo; a análise do discurso e do conteúdo através da hermenêutica; o estudo de comunidade; a etnografia; e, sobretudo, a análise de depoimentos.

- **Entrevistas informais e aprofundadas**

Conforme Veal (2011),

As entrevistas informais e aprofundadas em geral envolvem um número relativamente pequeno de pessoas sendo entrevistadas de forma detalhada, possivelmente em mais de uma ocasião. De maneira usual, quantidades relativamente grandes de informações são coletadas de um pequeno número de pessoas, ao contrário das sondagens com aplicação de questionários que, geralmente, envolvem a coleta de uma pequena quantidade de informações estruturadas sobre um grande número de pessoas (VEAL, 2011, p. 28).

- **Observação participante**

De acordo com Veal (2011), a observação participante implica que o pesquisador se torne parte ativa e um participante do fenômeno que está sendo investigado.

- **Estudo de comunidade**

O estudo de comunidade, segundo Queiroz (1972), concerne um tema em que o pesquisador descreve a realidade, o fenômeno ou a realidade social que está investigando.

Para Meksenas, “Os estudos de comunidade procuram compreender o conflito que se estabelece entre o avanço da modernização de um país e os grupos sociais tradicionais, cujas organização e mentalidade apresentam-se diferentes aos presentes processos (...)” (MEKSENAS, 2002, p. 113).

Sempre Meksenas (2002) explica como os estudos de comunidade procuram entender e relatar sobre como vivem os moradores de uma determinada comunidade, decifrar suas crenças e sua religiosidade, suas formas de educação e seus hábitos e tradições, a visão do mundo que têm e, sobretudo, o efeito destruidor da modernidade e da globalização em suas vidas e na próprio cotidiano.

O que está em jogo nessa modalidade de pesquisa é o interesse em captar a tensão existente entre o moderno e o tradicional dentro de contextos empíricos. Trata-se também de uma modalidade de pesquisa que requer a presença e a inserção do investigador na realidade em foco: participar, por um período determinado, da vida da comunidade, observar sua rotina e as atividades que a quebram, conversar com as pessoas, buscar o entendimento e o significado de suas ações, escrever um diário da experiência de pesquisador com a comunidade, coletar depoimentos que narrem a vida dos sujeitos observados;

enfim, o pesquisador deve “mergulhar” no espaço de criação da pesquisa (MEKSENAS, 2002, p. 114).

- **Etnografia**

Relativamente à etnografia, o pesquisador tenta explicar a realidade, o fenômeno ou a relação social.

Na explanação interpretativa, os dados coletados são tratados com o objetivo de obter-se o sentido possível daquilo que é investigado; por isso, o pesquisador não se detém apenas no objeto abordado e busca estabelecer relações com outros estudos já realizados a respeito do tema que investiga (MEKSENAS, 2002, p. 111).

A etnografia constituía o método de fazer ciência na etnologia ou na antropologia cultural, ciência esta última que surgiu no XIX século para compreender as sociedades longínquas às quais são atribuídas as seguintes características: sociedade de dimensões restritas; que tiveram poucos contatos com os grupos vizinhos; cuja tecnologia é pouco desenvolvida em relação à nossa; e nas quais há uma menor especialização das atividades e funções sociais. São também qualificadas de “simples”; em consequência, elas irão permitir a compreensão, como numa situação de laboratório, da organização “complexa” de nossas sociedades (MEKSENAS, 2002).

A etnografia nasce com a curiosidade de querer compreender e comparar sociedades diferentes que permaneciam excluídas do processo capitalista e que ainda vivem longe e isoladas das transformações das sociedades globalizadas atuais. Neste novo método, o pesquisador encontra uma realidade completamente diferente da sua e tenta “compreender o outro por ele mesmo e não pelo que o pesquisador pensa a seu respeito” (MEKSENAS, 2002, p. 115).

De acordo com o etnólogo Malinowski, a etnografia pretende:

Estudar as sociedades “simples” e seus modos de produção econômica, suas organizações da política e da justiça, seus sistemas de parentesco, suas crenças e sua religiosidade, suas línguas e seus símbolos, suas criações artísticas. Enfim, descrever uma microssociedade que se apresenta como um laboratório, que poderia explicar aspectos e desdobramentos da história ocidental ao compará-la com outra, diversa (MEKSENAS, 2002, p. 115).

O etnógrafo precisa despojar-se de seus preconceitos e elementos estereotipados que as vezes podem influenciar a observação de uma determinada sociedade ou população, mediante o prisma de uma visão de superioridade e hierárquica, inferiorizando o outro e a sua cultura. O pesquisador que utiliza o método etnográfico deve mergulhar completamente na cultura do outro, saber decifrar a fala, o comportamento, os valores, os hábitos, os rituais e tradições dos sujeitos investigados. A observação deve ser direta e participante, estabelecendo interações com a realidade pesquisada e mantendo uma conduta ética e respeitosa com os inqueridos.

Segundo Meksenas (2002, p. 117), o pesquisador deve:

- 1) Entrar na rotina dos sujeitos investigados;
- 2) Participar de suas festas, de seus ritos e de seu trabalho;
- 3) Conversar, rir ou chorar juntos.

Mas, ao mesmo tempo, deve “manter o distanciamento crítico com a realidade investigada (...), colocar-se como um estranho, como um viajante, que sabe observar coisas que as pessoas observadas não conseguem ver” (MEKSENAS, 2002, p. 117). “É preciso familiarizar-se com o estranho e estranhar o familiar” (MEKSENAS, 2002, p. 117).

De acordo com Brandão, é necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir. A partir daí uma nova coerência de trabalho científico se instala e permite que, a serviço do método que a constitui, diferentes técnicas sejam viáveis: o relato de outros observadores, mesmo quando não cientistas, a leitura de documentos, a aplicação de questionários, a observação da vida e do trabalho. Está inventada a participação da pesquisa (BRANDÃO, 1984).

Quanto à presente pesquisa, o autor morou por mais de quatro meses no Rio de Janeiro em 2019. Houve uma época em que ele ia diariamente às áreas de pesquisa. Teve alguns dias em que dormiu na Vila Autódromo e também na Aldeia Maracanã. Tem participado de vários eventos como: “Ato Ocupa BRT” na Vila Autódromo, o lançamento do livro na Vila Autódromo de Carlos Vainer; o “Rolê dos Favelados” no Morro da Providência; o Carnaval junto com a comunidade de Metrô-Mangueira. Enfim, conviveu

com essas comunidades de perto, compreendeu as suas tradições, festejou e sofreu com eles com grande empatia. Essa técnica da etnografia é certamente a mais adotada. Pois, na verdade, esta pesquisa é principalmente uma pesquisa de campo e da comunidade.

- **Depoimento**

Conforme Meksenas (2002), o depoimento diz respeito a uma técnica de organização da coleta de informações relativas a um determinado tema mediante a realização de entrevistas não-diretivas ou semiestruturadas e com a indicação, por parte do entrevistador, de um recorte espacial e temporal da narrativa. O pesquisador, portanto, identifica os sujeitos da pesquisa que possam contar suas experiências com base ao tema escolhido.

De acordo com Thiollent (1982), a entrevista não-diretiva, contrariamente à dirigida, não propõe ao entrevistado uma completa estruturação do campo de investigação: é o entrevistado que detém a atitude de exploração do tema. A partir da instrução transmitida pelo pesquisador, o entrevistado define como quiser o “campo a explorar” sem se submeter a uma estruturação predeterminada (THIOLLENT, 1982).

Se trata, então, de um método de tipo qualitativo que bem se associa ao estudo de caso e que não pretende inventariar como para o caso da técnica “história de vida”, mas que tampouco se caracteriza por ser uma entrevista predeterminada e estruturada com um roteiro de perguntas bem definido como para o caso da “enquete”. Na ferramenta do depoimento a entrevista não é padronizada e, embora siga um roteiro de perguntas estabelecido previamente e com subtemas do interesse do entrevistador, garante aos sujeitos inqueridos uma certa liberdade de raciocínio e de opinião.

Durante o depoimento, é importante atentar para o caráter de interação que permeia a entrevista. Mais do que outros instrumentos de pesquisa, que em geral estabelecem uma relação hierárquica entre o pesquisador e o pesquisado, como na observação unidirecional, por exemplo, ou na aplicação de questionários ou de técnicas projetivas, na entrevista a relação que se desenvolve é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o inquirido discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que

no fundo são a verdadeira razão da entrevista. Na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica (LUDKE & ANDRÉ, 1986).

É importante também frisar que o depoimento não pode representar a verdade absoluta sobre uma determinada realidade, mas, expressa apenas a perspectiva do entrevistado, a qual é filtrada através da sua cultura, hábitos, tradições, história e da sua maneira particular de ver o mundo e de pensar.

Uma vez definido o roteiro de perguntas³, se efetuará um pré-teste para avaliar a aplicabilidade do mesmo sobre um número reduzido de inqueridos. Sucessivamente, o mesmo será aplicado para algumas comunidades do Rio de Janeiro (Vila Autódromo, Aldeia Maracanã, Morro da Providência, Favela do Metrô-Mangueira) para um número mínimo de inqueridos que representam um grupo focal. Segundo Veal (2011), nos grupos de entrevistas ou grupos focais se aplica a técnica de entrevistas aprofundadas particularmente a grupos de pessoas, em vez de entrevistas individuais. No grupo focal constam os principais líderes comunitários e os indivíduos que detém maior influência e carisma e que são reconhecidos pela própria comunidade como os mais ativos na luta e na resistência da população local.

A tabela 1,1 sintetiza a data de realização das várias entrevistas, as áreas de estudo, bem como os entrevistados (pertencentes a estes grupos focais) e também o seu papel na sociedade.

³ Vide o Apêndice B.

Tabela 1,1: Entrevistas realizadas durante os diversos trabalhos de campo

DATAS ENTREVISTAS	ÁREAS DE ESTUDO / COMUNIDADES	PESSOAS ENTREVISTADAS / GRUPOS FOCAIS DE DISCUSSÃO	FUNÇÃO E PAPEL DOS ENTREVISTADOS
-8/9 de fevereiro de 2019; -29/30 de abril de 2019.	ALDEIA MARACANÃ	Urutau Guajajara	Cacique da etnia Guajajara e líder da Aldeia Maracanã ;
		Tucano	Cacique da etnia Tucano, residente ;
		Puri	Cacique da etnia Puri, residente ;
		Carolina de Jesus	Residente índio da Aldeia Maracanã
-27/30 de junho de 2018 (o autor com o prof. Fransualdo); -9/10 de fevereiro de 2019 (Durante « Ato Ocupa BRT »); -21 de fevereiro de 2019 (com um grupo de pesquisa).	VILA AUTÓDROMO	Maria da Penha	Líder da Vila Autódromo, Membro do Museu das Remoções e do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas;
		Cláudio Luiz	Residente e membro do Museu das Remoções;
		Nathalia Macena	Idem;
		Sandra Souza Teixeira	Idem.
-20 de fevereiro de 2019 (o autor com o prof. Fransualdo) ; -4 de março de 2019.	MORRO DA PROVIDÊNCIA	Cosme Felippen	Residente e organizador do « Rolê dos Favelados » ;
		Roberto Leite Marinho	Residente e membro do Forum Comunitário do Porto;
		Alessandra Marinho	Idem ;
		Eliete Leite de Oliveira	Idem ;
		Eron César dos Santos	Idem ;
		Cristiane Rodrigues	Residente.
-25/26 de junho de 2018; -21 de fevereiro de 2019 (com um grupo de pesquisa).	FAVELA DO METRÔ	Alexandre Trevisan	Líder comunitário e residente;
		Reginaldo Custódio	Residente;
		Carlos Alexandre Santos	Residente.

Fonte : o autor, 2020

O depoimento vai ser sempre comparado e complementado com a análise documental e registros de artigos jornalísticos, dossiê, vídeos etc. recuperados da Internet ou na própria comunidade de referência.

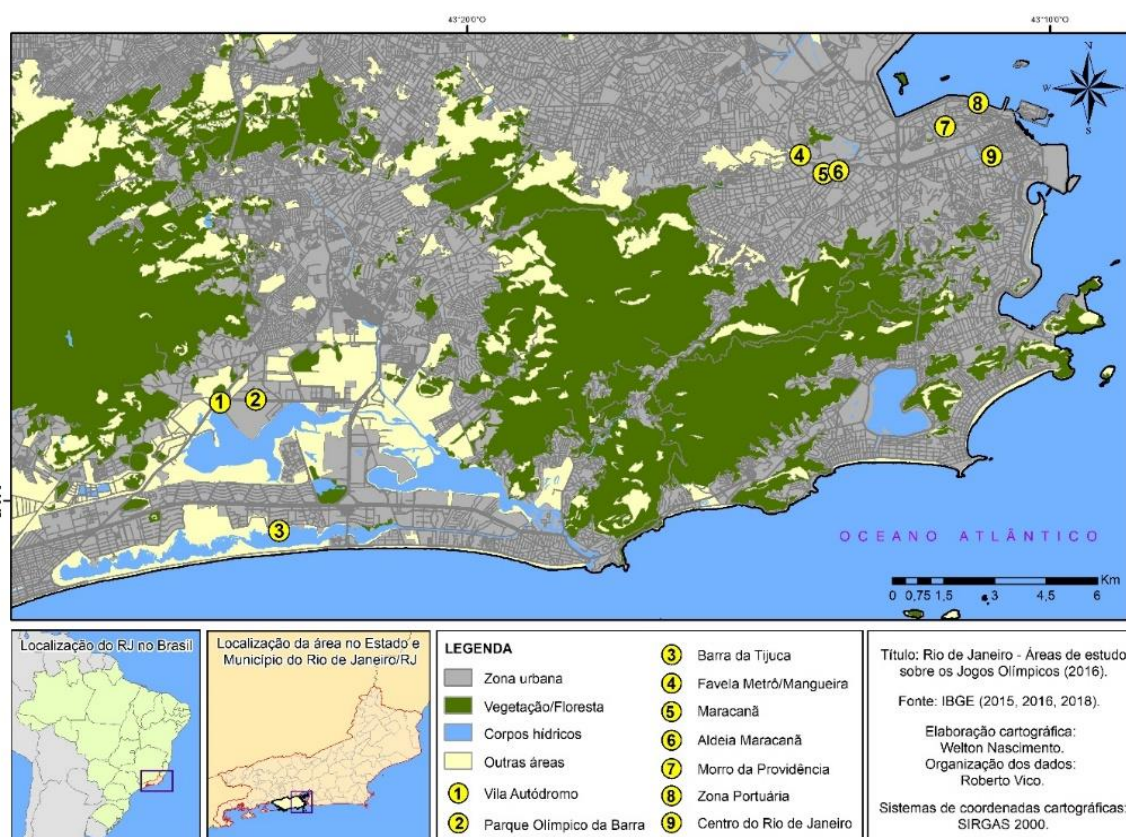
Na sexta etapa, através de uma análise *ex-post*, serão definidas as percepções dos habitantes da população do Rio de Janeiro relativas ao megaevento. Se procederá à análise dos dados e da informação recolhida em todas as fases precedentes, comparando esta com as expectativas formadas anteriormente. Desta forma se responderá à pergunta de partida, e se avançará para a realização desse estudo.

Na sétima e última etapa se realizará a conclusão de toda a investigação com base nos resultados obtidos. Se responderá à pergunta de partida onde se apresentarão as conclusões enfatizando os novos conhecimentos adquiridos.

- **Estudo de caso**

Na última secção da Parte III e na Parte IV, confere-se amplo espaço ao estudo de caso dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016 e às relativas influências e impactos para a cidade de Rio de Janeiro analisando em particular a percepção sobre o megaevento dos moradores de algumas comunidades localizadas no entorno dos lugares que foram afetados pelas principais transformações sócio-territoriais derivantes da organização dos jogos como por exemplo: Vila Autódromo em Jacarepaguá; Favela do Metrô e Aldeia Indígena Maracanã no bairro Maracanã; Morro da Providência no Centro / Zona Portuária.

Figura 1,6: Áreas de estudo no Rio de Janeiro



Fonte: IBGE (2015; 2016; 2018)

“Um caso de estudo é uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno atual no interno do seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são bastante evidentes” (YIN, 2003, p. 13). A escolha dos casos de estudo

mexeu-se sobre duas linhas principais: por um lado sobre a identificação da tipologia de evento que melhor permitia uma análise da temática nas diferentes escalas; por outro lado sobre a individuação das cidades ou dos territórios, que acolheram um megaevento, que melhor teriam podido ser exemplificativas pela descrição e a compreensão dos atuais processos. Depois de uma primeira análise da literatura, a escolha focou-se nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016. Para além do caso de estudo principal, também se efetuou uma pequena comparação e *benchmarking* com estudos de caso de Jogos Olímpicos do recente passado como, entre outros, Pequim 2008, Londres 2012 e com outros casos de megaeventos esportivos. De fato, de acordo com Yin (2003) a técnica de utilizar um ou mais casos de estudo para aprofundar um fenômeno, resulta particularmente útil quando é necessário compreender algum problema ou situação em grande profundidade e quando é possível identificar casos ricos de informações.

Conforme define Meksenas (2002, p. 118), um estudo de caso é “um método de pesquisa empírica que conduz a uma análise compreensiva de uma unidade social significativa”. Trata-se de “realizar uma pesquisa intensiva em que o investigado é percebido em sua amplitude e em sua profundidade” (MEKSENAS, 2002, p. 119), é preciso que o pesquisador concentre a sua atenção em um objeto determinado e delimitado e que possa compreender o significado que os inqueridos conferem a suas existências e relações sociais.

Outra importante peculiaridade do estudo de caso é a flexibilidade no método de pesquisa. De fato, o pesquisador vai construindo, ao longo da sua investigação, os procedimentos e as técnicas a utilizar, as quais portanto podem ser também alteradas durante o caminho de pesquisa.

No estudo de caso serão utilizadas informações de tipo qualitativas, adquiridas mediante diferentes tipos de técnicas e ferramentas sugeridas por Meksenas (2002) como:

- 1) *Entrevistas dirigidas*⁴ – com roteiro temático, perguntas e questionamentos para o inquirido;

⁴ Vide o Apêndice B: Roteiro de perguntas estruturadas e semi-estruturadas - Percepção dos Moradores sobre o megaevento Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016.

- 2) *Entrevistas semi-dirigidas* – o roteiro de temas só serve para o pesquisador se orientar de uma forma geral, mas, é o inquirido que trata livremente temas e assuntos que lhe interessam;
- 3) *Diário de campo ou de observação* – uma espécie de diário onde o pesquisador anota tudo o que observa e é testemunha durante o contato com a realidade pesquisada;
- 4) *Registro de conversas informais* – um registro das conversas informais e dos “bate-papos” que o pesquisador presenciou e ouviu e que podem resultar importantes;
- 5) *Produção textual ou de imagens elaboradas pelos sujeitos inquiridos* – se trata de material que o próprio sujeito pesquisado escreve ou desenha;
- 6) *Gravações* – utilização de um gravador ou de uma câmera para gravar as entrevistas e as conversações tanto sonoras como de imagens;
- 7) *Documentos vários* – informações, dados, fotos, atas, fichas, cadernos etc. que estejam ligados ao tema e à unidade pesquisada.

A utilização de diferentes técnicas e ferramentas para a coleta de informações é típica de uma pesquisa de tipo qualitativa. De fato, mediante este tipo de abordagem, o escopo do pesquisador é entender o seu caso de estudo sem preocupar-se em individuar regras a serem aplicadas para outras realidades parecidas.

A pesquisa qualitativa se atém unicamente à unidade pesquisada e, por este motivo, pode usar diversas ferramentas de coleta de informações, podendo evitar a análise estatística dos dados.

Sendo assim, concordamos com Ludke & André (1986) quando afirmam que o principal objetivo do estudo de caso consiste em promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. Em geral isso se faz a partir do estudo de um problema, que ao mesmo tempo desperta o interesse do pesquisador e limita sua atividade de pesquisa a uma determinada porção do saber, a qual ele se compromete a construir naquele momento. Trata-se, assim, de uma ocasião privilegiada, reunindo o pensamento e a ação de uma pessoa, ou de um grupo, no esforço de elaborar o conhecimento de aspectos da realidade que deverão servir para a composição de soluções propostas aos seus problemas. Esse conhecimento é, portanto, fruto da curiosidade, da inquietação, da inteligência e da atividade investigativa dos indivíduos, a partir e em continuação do que já foi elaborado

e sistematizado pelos que trabalharam o assunto anteriormente. Tanto pode ser confirmado como negado pela pesquisa o que se acumulou a respeito desse assunto, mas o que não pode é ser ignorado (LUDKE & ANDRÉ, 1986).

O estudo de caso do presente trabalho de pesquisa consiste principalmente na análise das percepções dos moradores de algumas áreas da cidade do Rio de Janeiro que foram afetadas pelas intervenções urbanas derivantes da realização dos Jogos Olímpicos de 2016.

Nas próximas duas secções (Parte II), que serão fundamentalmente teóricas, abordaremos a delicada temática da globalização, do desenvolvimento desigual e do uso corporativo feito do território pelas grandes empresas multinacionais e pelas organizações esportivas internacionais apoiadas mediante o consenso do Estado.

PARTE II

OS MEGAEVENTOS DESPORTIVOS E O USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO



Projeto “Favela Painting”

Estúdio de arte coletiva holandês Haas & Hahn

Eu chamo globalização de globalitarismo porque estamos vivendo uma nova fase de totalitarismo. O sistema político utiliza os sistemas técnicos contemporâneos para produzir a atual globalização, conduzindo-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão, que exigem obediência imediata (SANTOS, 2007, p. 180).

2.1 Introdução

A discussão que nesta secção se apresenta tem como objeto de estudo o fenómeno da globalização, a sua contínua evolução graças às novas técnicas e tecnologias (em particular modo no campo da informação) e os reflexos que tal fenómeno representa nas sociedades contemporâneas e nas economias dos países em geral, considerando sobretudo o megaevento como um acontecimento de carácter global com intensa participação de corporações internacionais de diversos seguimentos de mercado, fortemente vinculadas ao mercado financeiro mundializado.

Concretamente, nos interessa analisar a seguinte questão: como a globalização, sendo um fenómeno transnacional que supera os limites e as barreiras dos estados nacionais, tende a não homologar e unificar muitos aspetos da vida das pessoas, das comunidades, dos países e do mundo, aumentando as diversidades e as disparidades no espaço geográfico, principalmente entre as economias e as sociedades dos países mais pobres em vias de desenvolvimento e os países mais ricos, industrializados e desenvolvidos.

Conjuntamente a isso avalia-se qual é o papel que desempenham os megaeventos neste contexto de um mundo sempre mais globalizado, dinâmico e em evolução e qual é a sua contribuição nas transformações socioeconómicas dos países e das sociedades contemporâneas e de que maneira os atuais fenómenos da globalização e dos megaeventos esportivos afetam a vida das pessoas e das populações locais.

2.2 Globalização e desenvolvimento desigual

O termo globalização começou a ser usado nos anos '80 e difundiu-se enormemente na década dos '90. A globalização já foi definida em vários modos por cientistas, estudiosos e críticos internacionais. É preferível tomar em consideração não tanto a crescente interdependência entre as diferentes partes do mundo, sobre a qual baseia-se a definição mais difusa, mas a efetiva formação de sistemas especializados e transnacionais.

Não é muito importante o fato que os países se relacionam com outros países ou que as pessoas comuniquem mais através da Internet. É a própria realidade de Internet e de outros meios de comunicação, ou seja, aquela de um sistema especializado, que naturalmente consente aos vários países de estar em estreito contato um ao outro. E fazemos isto de uma maneira nova, explorando sistemas especializados, que em sustância são espaços onde empresas, governos e outros elementos podem ter acesso. Podemos dizer que a Organização Mundial para o Comércio e as Telecomunicações (WTO) seja um destes sistemas, mas também tem alguns privados. A ideia de base é, portanto, que a globalidade se constitui também em termos de uma particular espacialidade, distinta do simples lugar de encontro dos diversos países. Neste espaço ideal, representantes do Estado, lugares, países, territórios e as empresas globais entram em contato entre eles.

A globalização então é como um espaço diferente, situado, digamos assim, fora das relações entre os países. E a rede eletrônica é um dos exemplos mais evidentes.

Por um lado, participamos de uma história recente, aquela dos séculos XIX e XX, onde o estado nacional torna-se a realidade dominante. A globalização hodierna emerge de fato em um contexto histórico que vê afirmar-se robustos estados nacionais. Contrariamente temos um processo de globalização que é em parte a tentativa, o projeto de desnacionalizar o que foi construído como nacional. Não se pode dizer o mesmo das formas anteriores de globalização. Uma grande diferença emerge, em todo caso, do desenvolvimento das novas técnicas. O nível de complexidade em termos de dinâmicas transnacionais “de-territorializadas” que as tecnologias digitais rendem possíveis, diferencia a nossa época de todas as épocas anteriores. As tecnologias digitais, sendo inteligentes, descentralizadas, e criando simultaneidade no acesso, representam realmente algo diferente. A diferença não é simplesmente quantitativa, mas sobretudo qualitativa. Não podemos dizer que o globalismo foi originado por estas tecnologias, mas, podemos afirmar que o sistema econômico global atualmente existente depende delas

completamente (SASSEN, 1999). De acordo com Sassen (1999), as técnicas não são radicadas apenas nas configurações sociais e culturais, mas são os indivíduos que orientam e permitem relacionar os instrumentos oferecidos pela tecnologia com determinadas condições econômicas, e em alguns casos alteram também a situação socioeconômica anterior. Por exemplo no começo do desenvolvimento de Internet, foram os cientistas a usar a rede para determinados objetivos, e a guiar a sua evolução. Depois chegou a época dos *hackers*, nos anos '70 e '80. Eles também tinham um projeto, e foram as suas tecnologias a desenvolvê-lo. Desde o final dos anos '80 para frente, através da realização do *World Wide Web*, iniciamos o caminho de um projeto completamente diferente. Porém a maior parte da hodierna produção de *software* é movida pelas necessidades das grandes empresas guiadas por agentes. Mais uma vez a tecnologia é guiada por agentes hegemônicos particulares (SASSEN, 1999).

Hoje em dia, considerando que a produção acontece em escala mundial, as empresas globais e multinacionais competem ferozmente entre elas para a obtenção da mais-valia universal.

Vivemos em um mundo caracterizado por várias mundializações como a mundialização do capital, do crédito, do consumo, da dívida e também da informação. A mundialização da técnica e da mais-valia provocou uma homogeneização e um padrão standard do mundo com a história que é guiada mediante um motor único (SANTOS, 2004). As empresas globais, movidas por esse “motor único”, brigam entre si para poder serem sempre mais competitivas querendo adquirir sempre mais *know-how*, tecnologia e progressos técnico-científicos, novos materiais, novas soluções organizacionais e políticas para poder competir e liderar o mercado internacional através do crescimento da produtividade e do lucro.

“Tirania do dinheiro e tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado” (SANTOS, 2004, p. 17) que conduzem à aceleração dos processos hegemônicos enquanto os outros sujeitos são submetidos a essa dinâmica, desaparecendo ou sendo sempre subordinados. Esta dupla tirania, do dinheiro e da informação cria os fundamentos do sistema ideológico que conduz às ações típicas do nosso período atual baseado na competitividade desenfreada, no consumo excessivo e manipulando as relações sociais e interpessoais bem como o caráter dos indivíduos. Assistimos a um retrocesso no conceito de bem público e de solidariedade com a diminuição das funções sociais e políticas do Estado e o aumento das desigualdades sociais que vai de *par passu* com o incremento do poder político das empresas globais na

regulação da vida social (SANTOS, 2004). As técnicas da informação são usadas fundamentalmente por um grupo de atores como instrumento para alcançar os seus interesses. Se trata de uma informação destorcida, uma fábula baseada na interpretação interesseira da mídia que é transmitida para o resto da população, manipulando-a e tentando convence-la como acontece por exemplo mediante a publicidade. “Tudo seria conduzido e, ao mesmo tempo, homogeneizado pelo mercado global regulador” (SANTOS, 2004, p. 21), mas que na realidade não é nem regulador nem global, mas repleto de disparidades e desigualdades.

Neste mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado de coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda nossas formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos (SANTOS, 2004, p. 23).

Na base do sistema capitalista consta a competitividade como guerra, o fato de querer vencer e derrotar o outro. Se trata de uma competitividade alicerçada no individualismo. Este individualismo se no campo econômico se reflete na guerra entre as empresas, do ponto de vista do território é uma guerra entre lugares, entre países e cidades para alcançar uma competitividade sempre maior (HARVEY, 2005; 2014). Estes conflitos criam fragmentações no território determinados também pelo “abandono da noção e do fato da solidariedade” (SANTOS, 2004, p. 24). Assim como a competitividade, também o consumo se transforma na nossa época hodierna. De fato, hoje em dia os grandes grupos hegemônicos “produzem o consumidor antes mesmo de produzir os produtos” (SANTOS, 2004, p. 24), os bens e os serviços. A produção se transforma em “despotismo do consumo”. Estamos rodeados por um sistema portanto estruturado segundo uma ideologia do consumo e uma ideologia da informação que acabam sendo também o motor de iniciativas públicas e privadas. “Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão” (SANTOS, 2004, p. 25).

Relativamente ao desenvolvimento sustentável e ao tirar muitas massas da pobreza, o atual movimento de desenvolvimento e de consumo é o mesmo das sociedades ricas.

Segundo o ex-presidente do Uruguai Pepe Mujica (2012), durante a sua intervenção na *Cumbre 2012*, a civilização em que estamos é filha do mercado, da competição e da competitividade, baseada no progresso material poderoso. Mas a economia de mercado criou também sociedades de mercado. Deste modo Mujica questiona: “Estamos governando a globalização ou a globalização nos governa? É possível falar de solidariedade e de que estamos todos juntos em uma economia que está baseada na competição despiada? Até onde chega a nossa fraternidade?” (MUJICA, 2012). Sempre conforme Mujica (2012), o desafio que temos a nossa frente é muito árduo, e a grande crise em que nos encontramos é uma crise sobretudo política. De fato, quem governa hoje não é o Homem, mas são as forças que ele mesmo liberou que o governam. Trabalhando sempre mais para produzir um plus, a mais-valia, e a sociedade de consumo é o motor de tudo isto, porque se paralisamos o consumo, paralisamos a economia. Mas esse hyper-consumo está agredindo sempre mais o nosso planeta. De acordo com o ex líder do Uruguai, estes são problemas de carácter político, que afirmam a necessidade de começar a lutar por uma outra cultura, pois não podemos continuar a ser governados pelo mercado, mas somos nós que temos que começar a governar o mercado. Assim como nos ensinaram os antigos filósofos quais Séneca e Epicuro, “pobre não é quem tem pouco, mas o verdadeiro pobre é quem necessita muito, e que deseja sempre mais” (MUJICA, 2012). Essa é uma chave de leitura de carácter cultural.

A causa de muitos problemas como a crise hídrica, o aquecimento global, a pobreza etc., deriva do modelo de civilização que criamos, e o que temos que rever é a nossa maneira de viver, Sacrificamos os velhos deuses imateriais, e ocupamos o templo com o deus mercado, que nos organiza a economia, a política, os hábitos, a vida, e até nos financia cartões e cotas que são aparência de felicidade. Parece que nascemos somente para consumir. Nossa civilização construiu um desafio mentiroso. Nossa época está dirigida pela acumulação e pelo consumo, o que constitui uma conta regressiva contra a natureza e contra o futuro da humanidade. A política está sempre mais imbricada com a economia e o mercado, satisfazendo esses interesses. Existe marketing para tudo, para qualquer setor. Tudo é negócio. A economia globalizada está movida pelo interesse privado, de poucos. Não podemos dirigir a globalização porque o nosso pensamento não é global. Deveria existir um governo para toda a humanidade que supere o individualismo, acudindo o caminho dos progressos científicos e não só os interesses particulares, é preciso pensar como espécie humana e não só como indivíduos. Esta base material tem mudado o ser humano (MUJICA, 2012).

A palavra globalização vem do adjetivo “global” e pode referir-se a muitos aspectos diversos da nossa vida. Fala-se, por exemplo, de “globalização da informação” para fazer referência ao fato que, graças aos novos meios de comunicação, as notícias podem viajar mais rapidamente que no passado e alcançar qualquer parte do planeta. Fala-se de “globalização cultural” quando se quer evidenciar que alguns estilos de vida e alguns hábitos difundem-se rapidamente de um lugar a outro da Terra, muitas vezes a desvantagem das tradições locais, que vão desaparecendo. Frequentemente esta palavra é usada também na política e na economia. De fato, o desenvolvimento das telecomunicações e o intensificar-se dos intercâmbios comerciais tem, nas últimas décadas, revolucionado a economia mundial, tornando-a mesmo global.

A regular o comércio em todo o mundo temos um organismo chamado WTO (*World Trade Organization*, Organização Mundial para o Comércio). O WTO deveria permitir que o intercâmbio de mercadorias entre os países do mundo aconteça livremente, mas na realidade acaba por defender os interesses das nações mais ricas. Em prática, portanto, o fato é que os equilíbrios econômicos sejam estabelecidos em nível global, e não mais em nível local, não diminuiu até agora os desequilíbrios e as diferenças do nosso planeta. Aliás, para os países mais desenvolvidos que se encontram no Norte do mundo como a tríade América do Norte, Europa do Norte e Japão, a globalização tem significado um maior enriquecimento. Os países em via de desenvolvimento ou subdesenvolvidos do Sul do mundo como América Latina, África e parte da Ásia, ao contrário, estão tornando-se sempre mais vulneráveis.

A globalização da economia, por um lado, está facilitando os intercâmbios internacionais, produzindo maior bem-estar. Por outro está evidenciando os grandes desequilíbrios do planeta. De fato, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2016) “Veja-se as crescentes desigualdades no que respeita ao rendimento, riqueza e oportunidades. Atualmente, cerca de 80% da população mundial detém apenas 6% das riquezas do mundo. Portanto para uma minoria da população mundial, que dispõe a maioria das riquezas do planeta, tudo parece próximo, acessível, adquirível; para todos os outros as necessidades, mesmo basilares, são negadas pela pobreza e pelo atraso (PNUD, 2016). A grande crítica sobre o processo de globalização é que ele trouxe oportunidades nunca antes sonhadas que foram concentradas apenas para algumas pessoas, grupos ou países. Apesar dos benefícios, assiste-se à concentração da riqueza mundial e à consequente debilidade da distribuição de rendimento e do aumento da exclusão dos países pobres. A globalização foi e está sendo um fenômeno complexo

especialmente para os países menos ricos, para o mundo do trabalho, para os que não possuem bens e infraestruturas e para os que têm pouca flexibilidade profissional. O aumento da competitividade internacional pelos mercados e pelo capital internacional forçou os governos a reduzirem a tributação e, com isso, reduziram também os serviços sociais que ofereciam proteção aos mais vulneráveis, assim como o corte dos serviços públicos e regulamentações que protegiam o meio ambiente, forçando, também, tanto os governos quanto as empresas a “enxugar”, “reestruturar” e “regenerar”, tornando necessárias medidas de todos os tipos para assegurar o baixo custo da mão-de-obra.

Hoje em dia vivemos uma situação insustentável onde, através da ditadura do capital internacional e da informação globalizada, o progresso técnico e tecnológico é utilizado por um número pequeno de agentes globais que perseguem exclusivamente o próprio interesse. Estes grupos hegemônicos, com o auxílio da concentração do capital e da informação, utilizam o próprio poder através de normas e leis *ad hoc*, criando fragmentações, valorizações e desvalorizações no território e apropriando-se dos melhores pedaços do Território Global.

A grande perversidade na produção da globalização atual não reside apenas na polarização da riqueza e da pobreza, na segmentação dos mercados e das populações submetidas, nem mesmo na destruição da Natureza. A novidade aterradora reside na tentativa empírica e simbólica da construção de um único espaço unipolar de dominação (TAVARES, 2004, p.2 em SANTOS, 2004).

“O resultado é o aprofundamento da competitividade, a produção de novos totalitarismos, a confusão dos espíritos e o empobrecimento crescente das massas, enquanto os Estados se tornam incapazes de regular a vida coletiva” (TAVARES, 2004, p.2).

Resumidamente, conclui-se que os países mais ricos, o capital financeiro, os grandes grupos multinacionais, entre outros, são beneficiados no processo, enquanto os países mais pobres, as empresas menores, as pessoas com pouca formação, *know-how* ou qualificação, bem como outros sujeitos pertencentes ao circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos são prejudicados com a globalização ou simplesmente são excluídos do processo (STREETEN, 2001; SANTOS, 2008).

O fenômeno da globalização portanto aparece como rico em contradições apontando que:

Para a modernização – industrialização, urbanização, fluxos de migração, relações impessoais, excesso de tecnologia e consumo de bens sofisticados – como processo que não é homogêneo, isto é, não atinge a todos os indivíduos ou classes sociais do mesmo modo e com a mesma intensidade (MEKSENAS, 2002, p. 112).

Infelizmente, no mundo globalizado de hoje, assistimos a uma espécie de esquizofrenia dentro do território, uma esquizofrenia que deriva do fato que no lugar se instalam tanto os vetores da verticalidade que impõem uma nova ordem, quanto a produção de uma contraordem com o aumento dos pobres, dos vulneráveis, dos excluídos e marginalizados. Todos estes indivíduos, assim como as empresas, os grupos e as instituições concebem o mundo da sua própria forma, tendo uma visão autônoma dele, visando a defesa dos seus próprios interesses “sem alcançar a defesa de um sistema alternativo de ideias e de vida” (SANTOS, 2004, p. 56) e alimentando portanto esta tal esquizofrenia no território.

Os progressos tecnológicos e a velocidade criam, portanto, disparidades entre quem detém estas técnicas e consequentemente esta rapidez de ação e quem, vice-versa, ainda se encontra atrasado. Além das desigualdades, estes aspectos geram também uma insatisfação das exigências e das necessidades. De fato, a produção é distribuída em maneira desigual, criando uma sensação de escassez e de desejos insatisfeitos constantes, uma sensação ainda mais evidente no mundo globalizado de hoje permeado por uma corrida incessante ao consumo e à aquisição de novos produtos que fazem o próprio ingresso no mercado global. Paradoxalmente os que vivem numa pobreza extrema e de miséria, sentem menos esta sensação de escassez porque é uma condição existencial permanente.

Sobrepor o conceito de global e de pós-moderno cria algumas ilusões óticas, realizando efeitos perversos sobre a natureza e sobre as possibilidades de implementar processos de desenvolvimento reais. A tradicional relação entre desenvolvimento/subdesenvolvimento pode ser repensada na base das novas tecnologias e da velocidade das relações dentro do processo de globalização. Mas com isso não podemos negligenciar que alguns vínculos existem e continuam a pesar muito.

Claro, concordamos com Castells (2001) quando afirma que também os países subdesenvolvidos para modernizar-se possuem à sua disposição hoje em dia a informática e internet, portanto não são obrigados (a condição que os seus líderes não o queiram), em

percorrer todas as etapas do desenvolvimento moderno que outras sociedades no passado tiveram que atravessar por causa dos limites impostos pelas tecnologias existentes em outras épocas. É o exemplo que vem de algumas nações subdesenvolvidas ou em via de desenvolvimento. Na realidade esses países, quando mudaram o próprio modelo, integrando-se na economia mundial, melhoraram a própria situação de maneira considerável. Mas em seguida chegaram a um limite, um limite tecnológico e educativo. Como pode de fato uma economia integrar-se em um sistema global que funcione com base na informação e na tecnologia, se não dispõe de recursos humanos e de infraestruturas para as comunicações? É como começar o processo de industrialização sem nem sequer ter a eletricidade. Isto significa que também os países subdesenvolvidos necessitam das novas técnicas, não como objetos de consumo, mas de produção e desenvolvimento. Precisam de um turismo de alto valor adjunto e sustentável baseado na difusão de informações através da Internet. De uma agricultura biológica, que produza para a exportação e a sustentabilidade local, e que conheça os investimentos e os mercados. Esses países precisam desenvolver uma nova indústria, integrada com as redes de produção mundiais. O sistema sanitário deveria combinar assistência de base e informações avançadas a distância, fornecidas em tempo real. E sobretudo é necessário um sistema de educação e formação profissional capaz de ensinar, e não somente de juntar crianças nas escolas. Isto através da capacitação e formação contínua dos educadores, graças a um sistema de tutoria baseado nas novas técnicas (CASTELLS, 2001).

É efetivamente uma ilusão achar que estas possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias possam ser espontaneamente utilizadas, porque a sua utilização comporta uma decisão ou uma escolha, por que um certo comportamento cultural, uma cultura da confiança na descontinuidade não é dada sempre em todo lado. As novas tecnologias e a globalização restam então somente umas oportunidades abstratas. Esta reflexão nos permite levar em consideração a relação entre o processo de globalização e a retórica sobre os recursos humanos, mas que esconde concretamente uma questão real muito importante.

Os processos de transformação avançam diante dos nossos olhos, graças ao empurre das forças econômicas, das potencialidades tecnológicas, das comunicações mediáticas, e enxertam uma multiplicidade de necessidades em um contexto de aparente liberalização ideológica. Atua-se de tal maneira o cenário da chamada globalização, que de fato manifesta-se como eliminação das fronteiras, como expansão planetária do

mercado além de qualquer possibilidade de interferências externas e de controle democrático.

Com certeza, o fenômeno da globalização traz aspectos muito positivos relativos aos recursos e ao desenvolvimento, mas veicula também aspectos fora de controle, sem regulamentação e, portanto, dispostos a produzir injustiças e alimentar um “capitalismo total” cuja riqueza acaba sempre nas mãos de poucos. Por isso vale a pena observar que emerge a necessidade e a urgência de ações de políticas públicas e de racionalidade de programação solidárias, capazes de promover e sustentar pequenas empresas, lojas e comércios menores e de salvaguardar as identidades, as pertencias, as memórias e as tradições locais. Nesta perspectiva comparada e orgânica, o desenvolvimento através da globalização, deveria gerar verdadeira riqueza, participação consciente, tutela do meio ambiente, face às diversidades.

Por outro lado, se acontece a globalização dos mercados não pode não acontecer a globalização da riqueza. Segundo Santos (2004), hoje em dia existe um tipo de pobreza diferente, uma pobreza estrutural e globalizada determinada politicamente pelas firmas, instituições e organizações globais. Na época atual, “os pobres não são incluídos nem marginais, eles são excluídos” (SANTOS, 2004, p. 36). Trata-se de uma outra forma de pobreza, quase como uma consequência natural e inevitável à divisão do trabalho criada por essas empresas globais com a colaboração dos estados, uma pobreza que parece não ter solução, que aumenta sempre mais por causa do incremento do desemprego e também pela diminuição do valor do trabalho com um valor médio do salário que caiu de maneira consistente. “Assim como o território é hoje um território nacional da economia internacional, a pobreza, hoje, é a pobreza nacional da ordem internacional” (SANTOS, 2004, p. 37).

Portanto a informação, o dinheiro e o consumo se instalam como reguladores da vida individual, levando à acumulação para uma minoria (os grandes grupos, as grandes empresas, organizações, alguns políticos, etc.) e ao endividamento para a maioria. “O resultado objetivo é a necessidade, real ou imaginada, de buscar mais dinheiro, e, como este, em seu estado puro, é indispensável à existência das pessoas, das empresas e das nações, as formas pelas quais ele é obtido, sejam quais forem, já se encontram antecipadamente justificadas” (SANTOS, 2004, p. 28). Entre os principais problemas e desigualdades que acarreta este sistema capitalista e consumista baseado na competitividade desenfreada e sem escrúpulos consta a fome que atinge mais de 800

milhões de indivíduos em todo o mundo; a pobreza (com 1,4 bilhões de pessoas que ganham menos de um dólar por dia); um número elevado de sem-teto e de refugiados; o desemprego, que alcançou níveis elevadíssimos não somente entre os países subdesenvolvidos mas em todo o mundo (SANTOS, 2004). Segundo Santos “vivemos num mundo de exclusões, agravadas pela desproteção social, apanágio do modelo neoliberal, que é também criador de insegurança” (SANTOS, 2004, p. 29). Esta exclusão não é intrínseca à abertura e as mudanças, mas somente à impossibilidade, quase sempre à não vontade de adaptar-se. Seria aliás no interesse de todos não perder partes de mercado com a exclusão e de não criar umas condições de insegurança geopolítica e de instabilidade social. Todas estas são condições de detrimento, fatal para o desenvolvimento atual que se baseia essencialmente na parceria e na confiança.

Mas, do momento que a disponibilidade em adaptar-se é muito variável, e que ninguém, país ou indivíduo, pode ou tem o direito de impedir a um outro de adaptar-se se este tem tal desejo, a iniciativa e o espírito de empreender, a síndrome principal da abertura global é agora aquela dos vencedores-perdedores.

Cada intervenção da comunidade internacional, que realmente pretende favorecer a cooperação entre os povos e a promoção do desenvolvimento da sociedade humana, deve ser caracterizada por uma estratégia política, econômica e social que seja expressão de uma verdadeira “cultura da solidariedade”. Somente através do respeito à pessoa humana e da tutela dos seus direitos invioláveis, se poderá construir um futuro de verdadeira paz onde cada cidadão estará em condição de participar ativamente e livremente no desenvolvimento do próprio país.

Desde a sua definição até a evolução obtida nestes anos, o desenvolvimento vê-se instrumento de um amplo discurso artífice do contexto internacional. As diversas tipologias de desenvolvimento (econômico, sustentável e humano) levam à consciência mais extrema daquilo que hoje caracteriza o nosso tempo e que necessita de uma forte consciência social onde os objetivos estabelecidos pelas Nações Unidas e o empenho da cooperação são o exemplo de um projeto realizável para um futuro melhor. Operando na cooperação internacional é sem dúvida importante ter bem em mente o que é o “desenvolvimento”, um termo que teve numerosas variações no decorrer dos anos e que, mesmo sendo considerado o elemento substancial no âmbito próprio da cooperação, traz consigo muitas contradições.

Há trinta anos, ninguém colocava em discussão o desenvolvimento para todos. Os países ricos deviam conduzir os países pobres até o bem-estar, ou seja, até uma sociedade mais justa e solidária, mas na realidade tudo isso não aconteceu por que hoje a distância entre ricos e pobres é mais dramática que ontem, enquanto os desastres ambientais e a crise social espalham-se em todo o mundo. É útil perguntar-se então o que na realidade não funcionou.

Considerando a premissa que o desenvolvimento da história do Homem está diretamente relacionado ao desenvolvimento das técnicas e que cada sistema técnico consiste em uma época diferente, o que caracteriza o mundo globalizado de hoje é o progresso da técnica da informação mediante a cibernética, a informática e a eletrônica. Estes avanços técnicos, sobretudo através da Internet, permitem um melhor uso do tempo com a convergência dos momentos e a simultaneidade das ações. O problema é que este novo conjunto de ferramentas e de procedimentos técnicos mais avançados, em muitos casos, existe a disposição somente daqueles agentes hegemônicos como por exemplo as empresas e firmas globais enquanto os outros seres não hegemônicos continuam utilizando sistemas técnicos atrasados e não atualizados, tornando-se portanto elementos ou indivíduos de menor importância no mundo globalizado de hoje. A técnica gera, portanto, fluidez para algumas empresas e estagnação para outras (SANTOS, 2004).

O discurso sobre o desenvolvimento tem escondido desde sempre ambiguidades e ilusões. Hoje em dia o próprio termo de desenvolvimento está quase sempre ligado ao crescimento econômico, à industrialização e à criação de riqueza mas, mesmo o século passado, que foi protagonista de muitos conflitos e também ator da instituição das Nações Unidas e do reconhecimento dos direitos humanos de cada indivíduo, se faz, ao mesmo tempo, porta-voz também de uma nova definição do conceito. Com o declínio das suas principais chaves interpretativas entrou em crise também a própria ideia de desenvolvimento. Nos países industrializados, desocupação e desequilíbrios sociais aumentam, assim como os problemas relativos aos efeitos da poluição ambiental. Surgem as primeiras dúvidas sérias sobre a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento ocidental e sobre a possibilidade de medi-lo somente em termos econômicos. O próprio conceito de desenvolvimento não é para considerar-se, de fato, unívoco, e isto sobretudo quando é associado aos países em via de desenvolvimento ou subdesenvolvidos, tornando-se as vezes uma expressão de uso comum e as vezes sem sentido nenhum.

O desenvolvimento indica um movimento intrínseco e uma transformação que do ponto de vista socioeconômico compreende uma transformação da economia, mas sem excluir também elementos que concernem a qualidade da vida de natureza social, cultural e política. O desenvolvimento pode implicar ou não um crescimento, ou seja, um aumento quantitativo dependendo da fase histórico-social que se analisa. Contrariamente, se tomamos em consideração a ideia do progresso, percebe-se logo que a sua é uma vertente ética que indica melhoramento no sentido estreito da palavra embora isto também depende da fase histórica e do crescimento. A cooperação internacional, conseqüentemente, nunca ficou por fora de todas estas mudanças sobre o desenvolvimento e as próprias ONG's encontram dificuldades em posicionar-se dentro deste contexto mundial.

Uma grande parte da população mundial neste momento está completamente fora do mercado global. Não produz nem consome praticamente nada. Tem muitas necessidades, muitas delas básicas, e um forte desejo de acesso a bens e serviços, igual a qualquer outro. Mas não está em condição de pagar nada, por que não ganha nada. São mulheres e homens paralisados pela fome, pelas doenças, pela ignorância, pelo isolamento. Em suma, pela pobreza. Em muitos lugares a própria existência destas pessoas está em perigo, pelas violências ou pelo degrado ambiental. Eles poderiam viver em um mundo completamente diferente. O nosso planeta é abundante em recursos que poderiam nutrir tranquilamente os sete bilhões de pessoas da população mundial, e até mais do que isso. Porém cerca de um bilhão de bocas não tem comida, enquanto produtos e iguarias em excesso apodrecem nos armazéns dos ricos (ANNAN, 2005).

A riqueza de poucos aumenta proporcionalmente à pobreza de muitos, desigualdades, diversidades e disparidades são elementos que caracterizam a sociedade moderna. É preciso um esforço comum e não ficarmos indiferentes face a esta situação atual. Urge mudanças nesse sentido.

Figura 2,1: Desigualdades e disparidades na sociedade brasileira



Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2019

Não podemos dizer que o processo de globalização se completou. É, sem dúvida, um processo que ainda está decorrendo. Na verdade, só estamos vivendo o princípio de um processo contraditório e perverso, e não sabemos ao certo o seu fim. Nós, seres humanos, temos grandes dificuldades em compreender as novidades, mesmo estando dentro delas. De todas as formas nos espera uma transformação absolutamente radical, mas que não tem a ver com o mundo inteiro. Será um processo altamente exclusivo, e o seu espaço não envolverá todos os países, mas uma porção significativa da população. As mudanças serão extraordinárias. E não só no âmbito das técnicas, mas em campos que envolvem a própria ideia de identidade e das práticas que os indivíduos como membros das comunidades locais adotarão. Se criará uma mistura profunda entre a realidade global e a vida de comunidade, o caráter local diferente da ideia de cosmopolitismo. O cosmopolitismo é de fato um termo que sugere a transcendência de tudo aquilo que é local em termos de tempo e de condições.

Santos na sua obra *Por uma outra globalização (do pensamento único à consciência universal)* (2004) enxerga uma possível solução à terrível e perversa globalização. Esta solução pode originar-se somente do brotar da semente de movimentos populares liderados pelas faixas mais pobres da população que levarão à constituição de uma nova globalização e a um novo universalismo que seja bom para todos os seres humanos. Portanto o autor vislumbra uma possível abertura para o futuro de uma nova

consciência universal, uma nova filosofia moral, que não se baseará meramente em lógicas mercadológicas, econômicas e financeiras publicitadas pelos grandes grupos e pela mídia internacional mas, sinaliza e prevê o surgimento de uma nova centralidade social que seja o alicerce para uma nova política fundada nos valores da cidadania e da solidariedade. Trata-se de uma visão bastante utópica, uma espécie de luta entre David e Golias, a formação de uma nova horizontalidade constituída por uma nova humanidade com novos valores simbólicos na luta contínua dos oprimidos e vulneráveis contra a verticalidade dos dominadores e opressores. A política, neste sentido, assume um papel fundamental, com a sua capacidade de planejar transformações e de gerar as condições para torná-las realizáveis. Uma política que seja uma verdadeira política desenvolvida pelo Estado que se opõe a uma política imposta de forma hierárquica pelas empresas globais.

Outro aspecto que Santos (2004) considera essencial na criação dessa nova consciência e civilização universal deriva do papel intelectual no mundo atual e do pensamento livre do indivíduo livre do discurso único e globalizado dos seres hegemônicos.

Apesar do mundo como se mostra hoje, marcado pela globalização como fenômeno perverso, Santos (2004) sugere uma possível alternativa, a construção de um novo mundo através de uma globalização mais humana com bases técnicas que, em lugar de apoiar somente o grande capital internacional, possam ser colocadas ao serviço de outros embasamentos sociais e políticos.

A hodierna globalização tem como motor principal das ações o capital em estado puro, enquanto o ser humano inserido no seu território com o seu caráter solidário acaba tendo um papel marginal. Santos (2004) vislumbra uma outra possibilidade, uma nova globalização que coloque o homem no centro das preocupações do planeta, assegurando de tal forma os princípios da solidariedade orgânica a serem realizados entre os indivíduos e em comunhão com a sociedade. Portanto uma outra globalização para um outro modelo de gestão da economia, da sociedade e do território, “capaz de garantir para o maior número a satisfação das necessidades essenciais a uma vida humana digna, relegando a uma posição secundária necessidades fabricadas, impostas por meio da publicidade e do consumo conspícuo” (SANTOS, 2004, p.72). Esse novo modelo de globalização centrado no Homem deveria privilegiar o interesse social suplantando o interesse meramente econômico e a lógica da competitividade desenfreada, levando a novos tipos de investimentos.

É preciso, portanto, a instauração de um novo modo de fazer política, pensando principalmente nos interesses sociais, numa distribuição diferente dos bens e serviços, que possa levar a uma vida coletiva solidária.

Este cenário de escassez e de pobreza que permeia os mais pobres e hoje em dia também as classes médias “atinge e desnorreia os indivíduos, produzindo uma atmosfera de insegurança e até mesmo de medo, mas levando os que não sucumbem inteiramente ao seu império à busca da consciência quanto ao destino do planeta e, logo, do Homem” (SANTOS, 2004, p. 80). Tudo isso cria nos indivíduos uma nova consciência que, mediante um maior reconhecimento da própria condição de vulnerabilidade atual, olha para novas possibilidades. Entre estas possibilidades consta a vontade de superação da busca pelo consumo e a entrega para a busca da cidadania apontando para uma renovação das atividades e das organizações políticas.

Pelo que concerne a tirania da informação, é relevante observar como a mídia manipula as informações, modificando tudo em objeto de consumo e mercado. A informação deveria ser verídica e veraz, ao serviço da população e não a desvantagem dela tentando enganá-la.

Dever-se-ia:

Pensar na produção local de um entendimento progressivo do mundo e do lugar, com a produção indígena de imagens, discursos, filosofias, junto à elaboração de um novo *ethos* e de novas ideologias e novas crenças políticas, amparadas na ressurreição da ideia e da prática da solidariedade (SANTOS, 2004, p. 82).

Segundo Santos (2004), a globalização atual não é irreversível. O autor vislumbra uma nova trajetória no mundo atual, caracterizada por uma grande mutação através da construção de um planeta e uma sociedade mais humana.

Precisamos, portanto, conhecer os fenômenos ligados à globalização, que é importante para compreender como gerir a nova realidade que nos rodeia.

A verdadeira “riqueza” da globalização não deveria consistir somente em “desaparecer” ou em “partilhar” abundância de bens materiais. A sua verdadeira riqueza deveria ser o “encontro das culturas”, “a vida é a arte do encontro” (MORAES, 1967). E isto aconteceria com o implementar dos dinamismos que elaboram uma profunda e estruturada “cultivação” do ser humano que habita o mundo. Rendendo-se tudo isso visível na qualidade da convivência civil, no respeito da dignidade da pessoa, nos

princípios da reta consciência e nas obras que desafiam o tempo e as condições sociais e econômicas, ou seja da inteligência criadora, artística e literária.

A “cultura” de um povo não permanece fechada em si mesma, mas, contendo os caracteres da universalidade enquanto expressa identidade, genialidade, força e potência de interpretação das situações humanas nas suas dimensões filosóficas, éticas, artísticas e religiosas, abre-se às outras “culturas” mediante uma aproximação de “interculturalidade”. Este imenso patrimônio, posto à disposição com gesto de liberalidade e de dom, adquire atrativa, curiosidade, saber, e constitui a mais procurada riqueza do país, enquanto disponível para desenvolver relações e promover conhecimento da civilização, compreensão recíproca e diálogo, em um intercâmbio daquilo que contribuiu em marcar a especificidade do povo e das religiões e em guiar gradualmente a passagem do estado selvagem ao estado de civilização.

O fenômeno da globalização não incide somente nos aspectos econômicos, mas afeta e modifica também a vida cultural das pessoas, seus usos, costumes, tradições, com a perda de alguns valores que são identitários de uma sociedade e de uma determinada cultura. A globalização, enquanto processo vertical, tende a impor a sua cultura, unificando e homogeneizando, mostrando-se indiferente à realidade e às heranças das sociedades, das populações e dos lugares. Desta forma, em muitos lugares, a cultura popular tende a misturar-se com os novos hábitos globais da cultura de massa, criam-se segundo Santos (2004, p. 70) “formas mistas sincréticas, dentre as quais, oferecida como espetáculo, uma cultura popular domesticada associando um fundo genuíno a formas exóticas que incluem novas técnicas”. Mas a cultura popular pretende sobreviver a essa nova cultura global e de massa. A cultura do povo é a cultura da vizinhança, da convivência e da solidariedade, é a cultura endógena que existe independentemente e para além dos partidos, da política e das instituições. Trata-se de uma cultura que se expressa mediante níveis de técnicas, de capital e de organização inferiores, mas que, através dos seus símbolos, representações, tradições e riqueza de expressões e manifestações, apresenta uma riqueza reveladora do movimento da sociedade e da solidariedade entre os indivíduos.

- **A ascensão dos grandes grupos empresariais e multinacionais**

Na década dos anos '80 assistimos a um crescimento exponencial dos grandes grupos empresariais, os quais não foram afetados pela crise que envolveu o mercado

económico principalmente europeu e norte-americano. Esta expansão internacional dos grandes grupos é devida sobretudo às concentrações de capitais e às fusões-aquisições realizadas por capitais estrangeiros. De fato, olhando para os dados estatísticos fornecidos por Chesnais (1996), o número de fusões e aquisições que aconteceram em 1988/1989 quadruplicou com relação aos anos 1982/1983. Estas atividades se realizaram sobretudo em 1987 pois a perspectiva do Mercado Único impulsionou o processo de internacionalização e concentração dos grandes grupos.

O oligopólio hoje em dia é o sistema de oferta mais utilizado no mundo. Se trata de uma forma de mercado caracterizada pela presença de um número reduzido de produtores e vendedores de um determinado bem que resulta ser homogêneo. Essas empresas possuem a mesma estrutura de custos. Segundo Caves (1974), o oligopólio internacional se pode considerar como um lugar de rivalidade, mas com relações de dependência recíproca de mercado. Se trata, portanto, de um espaço onde os grupos concorrem, mas ao mesmo tempo colaboram entre eles porque estão vinculados por uma mútua dependência de mercado.

Não existe um modelo universal de oligopólio. Essa constatação deriva do fato que as empresas que operam em um mercado oligopolista, podem adotar estratégias diferentes e tomar as próprias decisões de produção ou preço em função das escolhas estratégicas efetuadas pelas companhias concorrentes. Essa peculiaridade permite uma maior flexibilidade de comportamentos estratégicos que operam as empresas. O oligopólio se caracteriza por alguns aspetos fundamentais: poucas empresas, produtos homogêneos ou diferenciados, barreiras de entrada.

Conforme afirma Bain (1968), existem oligopólios altamente concentrados e outros menos concentrados. Os oligopólios extremamente concentrados se verificam quando as oito primeiras companhias detêm o controle de mais de 90% do mercado. Os oligopólios muito concentrados, quando as oito primeiras empresas controlam entre o 85% e 90% do mercado, e os oligopólios moderadamente concentrados que controlam entre 70% a 85% do mercado. Esta expansão das estruturas de oferta muito concentrada é fruto do novo contexto de globalização e concerne sobretudo as indústrias de alta intensidade ou de alta tecnologia e os setores de produção em grande escala. Muitos estudiosos analisam os efeitos e as consequências da concentração mundial sobretudo relativamente à concorrência que aumentou notavelmente em cada mercado nacional e à abertura dos antigos oligopólios nacionais.

Por exemplo os efeitos da abertura do oligopólio americano no setor informático onde os Estados Unidos foram sempre líderes mundiais, determinaram uma elevada concorrência por parte dos japoneses. Também alguns grupos fortes no setor automobilístico como a americana General Motors, a italiana Fiat e a espanhola Seat, tiveram quedas no mercado. Mas existem casos positivos também como os de grupos nacionais franceses e ingleses.

Nesta época portanto assistimos ao crescimento mundial do oligopólio nacional, sobretudo dos EUA, que se torna um verdadeiro oligopólio internacional com a internacionalização do capital e a concorrência, sobretudo no setor tecnológico, dos japoneses.

Humbert num artigo publicado pela revista *Économies et sociétés*, elabora uma nova teoria do oligopólio baseado na concorrência sistémica. Ele afirma que, considerando o novo panorama internacional devido ao contexto de mundialização, ao clima de maior incerteza e à grande inovação tecnológica, é preciso apostar num enfoque sistémico e “abandonar uma problemática reduzida às estruturas e estendê-la ao funcionamento” (HUMBERT, 1988, p. 256).

Outros relevantes economistas japoneses, Imai e Baba, sublinham como hoje em dia, nesse novo cenário caracterizado pela globalização e pelas importantes mudanças tecnológicas, as TIC's⁵ constituem uma das variáveis-chave no âmbito das grandes companhias internacionalizadas. De fato, através da fusão das tecnologias de telecomunicações e informática e o nascimento da teleinformática, as grandes companhias conseguem gerenciar melhor o ingente número de dados e informação, bem como as economias de custos de transação, reduzindo dessa forma os custos burocráticos e de coordenação associados à sua internacionalização. Imai e Baba (1991) evidenciam como o crescente peso da incerteza no ambiente económico tornou ultrapassado o método de gerenciamento através de planejamento antecipado e controle. As estruturas organizacionais mediante as quais se produz informação tornaram-se da maior importância para a capacidade de adaptação das companhias às condições mutáveis, tanto da demanda como da tecnologia (IMAI e BABA, 1991).

Além disso, graças às novas TIC's, as empresas podem estabelecer um controle rígido sobre algumas operações das outras companhias, sem precisar absorvê-las, criando

⁵ Tecnologias de informação e comunicação

uma espécie de empresas-rede e possibilitando desse modo uma melhor gestão das novas relações. Se trata, como afirma Antonelli (1988), de uma forma de organização alternativa e superior respeito às formas de tipo hierárquicas, uma nova maneira de gerenciar e organizar essas hierarquias assim como de maximizar as oportunidades de “internalizar” as “externalidades”. Antonelli (1988) também sublinha como a telemática levou à adoção de novas formas de quase-integração, com base na eletrônica, que parecem ser caracterizadas por poderosos efeitos centrípetos baseados, fundamentalmente, na possibilidade, que aumenta com o aumento das dimensões, de internalizar importantes externalidades, apoiando-se nas redes (*network externalities*). Além disso, conforme Antonelli (1988), assim como evidenciado já anteriormente por Imai e Baba (1991), a introdução da telemática conduz a uma queda dos custos médios de coordenação, a qual tem sensíveis efeitos na dimensão das atividades organizadas de forma interna nas companhias, permitindo assim que empresas maiores funcionem eficazmente.

Segundo Arthuis (1993), muitos grandes grupos como a Nike, a Benetton, a Lacoste, lojas de departamentos ou hipermercados, constituem verdadeiras empresas-rede que souberam aproveitar da liberalização do comércio exterior e da telemática, conseguindo beneficiar-se dos baixos custos salariais e da ausência de legislação social para “deslocalizar-se”.

Porter (1986) foi o primeiro a elaborar o conceito de indústria global referindo-se a uma indústria em que a posição concorrencial de uma companhia, num país, é influenciada de forma significativa por sua posição em outros países e vice-versa. Porter considera dois tipos de indústrias: a indústria internacional como uma somatória de indústrias essencialmente domésticas (multidoméstica) e as indústrias não apenas domésticas, mas ligadas entre si (*linked*) “na qual os rivais concorrem sobre base realmente mundial”. Segundo Porter (1986), a caracterização da indústria depende também do tipo de estratégia multidoméstica ou global que as empresas utilizam. Em uma indústria global, uma empresa deve, indispensavelmente, integrar suas atividades em base planetária, a fim de tirar proveito das interconexões entre os diferentes países (PORTER 1986). Seria, portanto uma integração em nível geográfico supranacional, continental e global com uma divisão de tarefas mundial entre as filiais. Mas, se por um lado o mercado global resulta ser mais integrado, o sonho de uma “indústria global” venerado por Porter (1986), está muito longe da sua realização, de fato muitos economistas como os japoneses Imai e Baba (1991), questionam a viabilidade desse modelo e sobretudo o problema de como garantir a fidelidade da clientela devido à segmentação dos mercados.

Depois do Mercado Único Europeu, muitas companhias de pequeno e médio porte, sobretudo europeias, são afetadas pelo caráter mundializado que alcançou a concorrência, sentindo-se ameaçadas e pouco protegidas. Mas, para os grandes grupos, sobretudo industriais, a situação é bem diferente porque a concorrência não é anônima, e eles conhecem os seus rivais encontrando-se e chocando-se entre eles em todo o mundo. Para esses grupos a globalização significa abertura dos oligopólios nacionais, trata-se de uma rivalidade intensa, mas com mais flexibilidade do ponto de vista estratégico e produtivo. Tratando-se de um mercado global, é necessário que também as estratégias se voltem para esse novo tipo de mercado ditadas também pelo caráter oligopolista da concorrência que impõe a dependência mútua de mercado e novas formas combinadas de cooperação entre as companhias.

De acordo com Chesnais (1996), existem 3 níveis nas estratégias de mundialização dos grupos:

- 1) Vantagens próprias do país de origem. Que são aquelas que cada rival acarreta por sua filiação nacional, por pertencerem a um espaço nacional;
- 2) Aquisição dos insumos estratégicos à produção. Insumos de tipo matérias-primas e insumos de tipo científicos e tecnológicos;
- 3) Atividades correntes de produção e comercialização.

As vantagens de cada país implicam uma série de fatores como os económicos, políticos e militares. Os EUA, considerando o seu poder nesses 3 aspetos, possuem enormes vantagens relacionadas com a nacionalidade, sobretudo pelo que concerne as multinacionais. Os EUA detêm, portanto, um lugar de destaque no sistema oligopolista mundial. Esta hegemonia está relacionada em particular com aspetos financeiros como o papel mundial do dólar e a possibilidade de os EUA aplicarem a política monetária que quiserem. Os mercados financeiros estadunidenses são incomparáveis em dimensões e em diversidade. Além desses fatores, existem também aspetos de caráter militar e cultural. Do ponto de vista cultural, a língua inglesa pode ser considerada como uma língua-veículo mundialmente dominante, o idioma da comunicação de massa e das telecomunicações. As outras duas grandes potências económicas, o Japão e a Alemanha, não conseguiram projetar uma própria imagem capitalista e trataram de copiar os

americanos, mas ficando sempre para atrás (ex: Sony comprou a Columbia, Berstelsmann comprou a gravadora RCA). Mas o que diferencia os grandes grupos japoneses e alemães das outras multinacionais é que eles possuem economias domésticas caracterizadas ainda por uma forte competitividade estrutural. Pelo que concerne o caso da França, foram poucos os grupos franceses capazes de se envolver numa verdadeira rivalidade oligopolista de tipo mundial como a Renault e a Peugeot. Mesmo relativamente ao sistema de incorporações e fusões, os grupos franceses tinham de recuperar um atraso importante. Um exemplo de aquisições/fusões francesas é representado pela incorporação da Uniroyal por parte da Michelin, passando a oferecer pneus de qualidade inferior, de diversas origens e a baixos preços.

Hoje em dia existem significativas diferenciações salariais dentro do Mercado único europeu assim como no NAFTA para a América do Norte, derivantes do efeito combinado da integração de países de níveis salariais bem distintos dentro de um mercado totalmente liberalizado. Para aproveitar-se dos diferentes níveis salariais internacionais, as grandes empresas instalam fábricas ou unidades de produção em diferentes países consentindo uma integração industrial continental. Mas esse sistema permite também obter ganhos de especialização em *know how* e uma maior coesão de cada segmento de produção. Significativo é o caso japonês dos grandes grupos da indústria automobilística e eletrônica que implementaram formas de integração industrial transnacional num grupo de países asiáticos denominado ASEAN. Os japoneses conseguiram implantar uma segunda plataforma de exportação fora do Japão, mas dentro do continente asiático com exportações principalmente dentro da região asiática ou para EUA e Europa. Outro caso emblemático é da Nike. De fato, é no Oregon (EUA) onde situa-se a sede do grupo e onde são concebidos as coleções e o *design* e onde é implementada a estratégia comercial do grupo, mas, os protótipos e os modelos para a produção industrial de massa são efetuados no Taiwan, onde reside outra parte importante do grupo. A própria produção industrial de massa é desenvolvida no Sudeste Asiático onde são assinados contratos salariais com mão-de-obra mais vantajosa. De fato, ainda hoje, acontece que a Nike sai de alguns países quando os salários aumentam ou quando surgem problemas com os sindicatos.

Portanto podemos afirmar que graças à integração industrial transnacional, desenvolveu-se enormemente o comércio internacional “intracorporativo” e “intrasetorial” através do intercâmbio de produtos finais entre filiais e entre fábricas de diferentes países.

2.3 O megaevento como parte do processo de globalização

Como visto, a cidade moderna está inserida em um cenário cada vez mais influenciado pela globalização, sendo caracterizada por uma progressiva competição urbana internacional. Deste modo, as cidades promovem consistentes transformações dos próprios territórios e da sociedade, quer dizer, da própria imagem. Trata-se de mudanças que impõem um planejamento e grandes investimentos econômicos. As recentes proliferações de tais ocasiões extraordinárias de transformação urbana, derivantes também do pretexto da organização e realização de um grande evento, tornaram mais evidentes as questões da sustentabilidade e do desenvolvimento. Embora estas ações sejam promovidas com o objetivo de melhoria da qualidade urbana e ambiental, bem como do desenvolvimento econômico e social, em muitos casos os êxitos ficam aquém das expectativas. Frequentemente, as exigências de mercado ultrapassam os interesses locais, e os objetivos da sustentabilidade ambiental e social correm o perigo de ficar num simples pretexto hipotético.

O megaevento, entendido agora como fenômeno global, representa o instrumento mais típico da civilização global da informação e da mundialização do capital.

Neste contexto, os megaeventos jogam um papel fundamental. Se por um lado expressam a capacidade de abrir novas metas e portanto uma visibilidade e um prestígio internacional mais amplo para países antes excluídos, do outro lado refletem a lógica perversa de um mercado sem controle que tende a privilegiar somente o lucro e os interesses derivantes do mercado e do capital internacional, às custas do respeito das comunidades residentes, dos territórios e das culturas locais, implementando megaprojetos e construindo grandes obras de infraestrutura como por exemplo os estádios e as grandes arenas esportivas, fora de qualquer plano de desenvolvimento das cidades e dos países, causando principalmente malefícios e prejuízos como dívidas, gastos desnecessários, obras inacabadas, altos custos de manutenção das arenas, não-utilização das instalações esportivas, remoções e expropriações, especulação imobiliária, corrupção e desvio de dinheiro.

Tudo bem então, tempo sereno e estável entre megaeventos e globalização? Certeza que não, por que a globalização produz também os excluídos, um grupo de excluídos entre países, sociedades, comunidades, indivíduos e também espécies e

ecossistemas. São todos aqueles que ficam para atrás, todos os que não puderam ou não quiseram adaptar-se.

Nas últimas três décadas, na nossa sociedade influenciada sempre mais pelo fenômeno da globalização, as Olimpíadas, assim como outros importantes megaeventos, tornaram-se um verdadeiro modelo de negócios. A competição entre cidades para angariar o direito de acolher uma Olimpíada é determinada principalmente por lógicas de mercado dominando as teorias e práticas do planejamento do território (OLIVEIRA, 2013).

Os Jogos Olímpicos de fato constituem instrumentos para atrair fluxos de capitais internacionais, acumulação local e reorganização de circuitos de circulação. Atrás da justificação do aumento do prestígio e da visibilidade internacional e da regeneração urbana da cidade, se escondem muitos outros interesses por trás como o interesse pelo poder, o interesse pelo capital político para exercer influência local e um processo de acumulação econômica de recursos.

Este processo de acumulação configura-se como um verdadeiro negócio globalizado, um mecanismo *standard* de acumulação relacionado com a política econômica global que se repete por todas as cidades que acolheram as Olimpíadas como Seul, Pequim, Atena, Londres e por última, Rio de Janeiro.

Segundo o pesquisador Christopher Gaffney⁶ :

Para estimular a acumulação de poder e de dinheiro, é necessário estimular a geração de novos fluxos para uma cidade ou local. Quer dizer, colocar no mapa global uma cidade é fazer com que os fluxos internacionais financeiros conheçam aquela cidade, entendam seu funcionamento e saibam que terão portas abertas para negócios. Esse processo atrai investimentos e mais fluxo de dinheiro para determinado local - turismo, eventos, negócios e empresas, e por aí vai. (...) Esse sinal tem várias direções, é um marco para os fluxos financeiros internacionais, como também para os capitais regionais e locais interessados em participar do negócio (GAFFNEY, 2016, p. 1).

Sucessivamente, depois da escolha da cidade como anfitriã dos jogos, acontece um incremento dos fluxos financeiros com diferentes intervenientes atraídos para efetuar mais negócios. Mas, assim como salienta Gaffney (2016), para que esses fluxos

⁶ Christopher Gaffney possui mestrado em geografia na *University of Massachusetts at Amherst* e doutorado em geografia na *University of Texas at Austin*. Atualmente leciona na Universidade de Zurich, na Suíça.

financeiros tornarem-se acumulação e, conseqüentemente, poder, é preciso inserir esses fluxos num circuito de circulação, como por exemplo, em investimentos em obras de infraestrutura, de transporte e de mobilidade urbana, estádios, instalações esportivas, imóveis, centros para a mídia, entre outros.

Com o termo megaeventos, nos referimos aos grandes eventos, capazes de aproximar um elevado número de visitantes e uma grande consideração por parte dos *mass-media* em nível global conseguindo um influente impacto sobretudo do ponto de vista econômico e também pela visibilidade e prestígio localidades que confere ao país ou à cidade que organiza o evento. Na bibliografia analisada não existe uma real concordância entre os diferentes autores pelo que concerne a definição de grandes ou megaeventos.

Podemos considerar que a noção de megaevento foi introduzida por Ritchie (1984). De acordo com o autor, refere-se a um evento de grande relevância, realizado uma ou mais vezes, de duração limitada, o qual serve para incrementar o prestígio, a imagem e a economia de uma localidade a curto e/ou longo prazo. O êxito desse tipo de eventos está relacionado à sua singularidade, relevância ou dimensão com o objetivo de gerar atenção e despertar interesse.

Roche define os megaeventos como “eventos culturais de grande escala que têm um caráter dramático, um apelo de massa e uma importância internacional” (ROCHE, 2000, p.1).

De acordo com Getz (2005), os megaeventos são acontecimentos que têm uma duração limitada no tempo, surgem com finalidades específicas, envolvendo tanto o setor público como o privado. Precisam ser planejados com grande antecipação e comportam investimentos consideráveis, mediamente até três ou quatro bilhões de euros (PREUSS, 2004). As implicações destes eventos envolvem conspicuamente o tecido urbano, por isso estão ligados com os processos de transformação da cidade anfitriã.

Conforme Allen *et al.* (2003) e Pedro *et al.* (2005), os impactos e legados dos megaeventos atingem as economias nacionais dos países ou cidades-sede e reproduzem-se na mídia internacional, cativando milhões de indivíduos, bem como grandes grupos e empresas globais. Constituem atividades de um período determinado de tempo,

variegadas por tipologia de oferta e serviços proporcionados, com um envolvimento maciço de indivíduos. Todos os megaeventos implicam investimentos elevados e uma abrangência relevante do tecido urbano das cidades anfitriãs; por esta razão, os problemas que concernem os grandes eventos estão diretamente relacionados com o processo de transformação do território. Fazem parte da ordem dos megaeventos atividades quais: as grandes feiras internacionais, os festivais, as exposições universais, os grandes eventos desportivos e culturais entre outros.

Segundo a literatura examinada no âmbito dos grandes eventos, podemos encontrar diversas definições de megaevento. Mesmo assim, vamos indicar algumas peculiaridades principais que acomunam esses tipos de acontecimentos globais:

- Elevados investimentos e financiamentos nacionais e internacionais;
- Unicidade;
- Durabilidade curta do evento;
- O incremento das receitas geradas pelo evento está relacionado com uma gama de setores e serviços complementares (hotelaria, restauração, transporte, espetáculos, lazer, etc.) e não apenas com o evento em si.

Estes acontecimentos, embora sejam de duração limitada no tempo, produzem impactos e legados que ultrapassam o objeto intrínseco do próprio evento e abrangem fatores de tipo socioeconómico e cultural com efeitos a longo prazo tanto em nível nacional como global. Um evento pode definir-se “mega”, não apenas pelo seu tamanho ou pelo número de visitantes que consegue atrair, mas também pelo efeito psicológico que reflete na opinião pública, o que desperta a atenção dos meios de comunicação de massa, tornando o evento global.

De maneira geral, os megaeventos acontecem em metrópoles ou grandes cidades, por causa da elevada capacidade de acolher visitantes. Para a sua realização, é preciso que o megaevento suscite o interesse no setor dos transportes, do comércio e que possua um impacto positivo nos consumos. Um megaevento se difere de um evento comum (que é recorrente e rotineiro, despertando pouco interesse no público), por isso que muitos autores reputam como fator distintivo a unicidade e o ineditismo.

Se um megaevento for único e original, conseguirá suscitar atenção para além das fronteiras do território nacional. Como já referido anteriormente, o evento em si não constitui um aspecto inovador, a originalidade deveria caracterizar o seu planeamento, os investimentos realizados, a forma de limitar os impactos e os efeitos especialmente em nível económico, social e ambiental. Enfim, o sucesso de um grande evento não deve ser medido exclusivamente por meio de uma análise financeira a curto prazo, mas é preciso avaliar uma série de fatores quais: a gestão do evento; a capacidade de promover a localidade e a sua imagem; o envolvimento da população local e o respeito dos seus valores humanos, civis e sociais; as transformações derivantes das intervenções urbanas e do uso do território, entre outros aspectos.

Sendo assim, considerando a discriminante da periodicidade, podemos classificar os grandes eventos em quatro categorias:

Tabela 2,1: Tipologias de megaeventos segundo a sua periodicidade

PERIODICIDADE	EXEMPLO
Grandes eventos sazonais	Mostras de arte, feiras comerciais, enogastronómicas e culturais etc..
Grandes eventos anuais	Festivais, espetáculos, Grand Prix, Tour de France, Grande Slam de Tênis, etc..
Grandes eventos cíclicos	Mundiais de Futebol, Jogos Olímpicos, Expos, Jubileus, etc..
Grandes eventos excecionais	Celebrações de recorrências históricas, cerimónias fúnebres de personagens ilustres etc..

Fonte: Adaptado de VICO (2016)

Vimos como na revisão da literatura, não consta uma única definição, nem uma só classificação dos megaeventos. Pretendemos agora desenvolver uma definição metodológica e de vasta aplicabilidade, caracterizando os grandes eventos com base em três fatores:

1. A dimensão do evento, que considere todos os aspectos que o tornam um megaevento (atores envolvidos, participação, colaboração, cobertura mediática, investimentos, budget, impactos socio-territoriais);
2. A motivação do evento (negócios, comércio, religiosa, desportiva, etc.);
3. As peculiaridades intrínsecas do evento.

Um esforço de sintetizar e de categorizar os eventos é desenvolvido por Roche (2000), que classifica os eventos, começando pelos megaeventos até chegar aos eventos locais.

Na tabela 2,2 os eventos são classificados com relação ao mercado e ao público-alvo que alcançam e ao interesse que conseguem suscitar pelos meios de comunicação de massa:

Tabela 2,2: Os eventos segundo as suas dimensões

EVENTO	EXEMPLO	MERCADO/PÚBLICO-ALVO	INTERESSE PELA MÍDIA
Megaevento	Mundial de Futebol, Jogos Olímpicos, Jubileu, <i>Expo</i>	Global	Mídia global
<i>Special event</i>	Grande Prémio de Formula 1, Eventos esportivos de regiões do mundo (Jogos Pan-americanos e Asiáticos)	Regional mundial / Nacional	Mídia internacional e nacional
<i>Hallmark event</i>	Eventos desportivos nacionais (ex. <i>Tour de France</i>), Esporte/Festivais	Nacional regional	Mídia nacional e local
<i>Community event</i>	Evento das localidades e das comunidades locais	Regional e local	TV e imprensa local

Fonte: adaptado de Roche (2000)

Nesta classificação, Jago (1997) não reconhece a colocação dos *Hallmark events* entre os grandes eventos reputando que tal categoria entra em um embate com a palavra “especial” aplicada pelos diferentes autores, que é outorgada apenas para eventos de maior dimensão.

Portanto os *special events*, bem como os festivais e também os *Hallmark events* não se distinguem apenas pelo seu tamanho, mas sobretudo pelas suas qualidades. Todos os eventos especiais para serem considerados como tais, tem que responder a uma dada peculiaridade de unicidade e de especialidade. Porém os festivais podem-se caracterizar como eventos pertencentes a várias escalas, assim como os *Hallmark events*, que refletem a abrangência e a amplitude da própria urbe ou de um território em particular.

Chito Guala (2002b; 2015) sugere uma tipologia de megaeventos, e também neste caso, aparecem algumas dúvidas. Com a classificação sugerida na Tabela 2,2, todos os eventos que não sejam mega, são categorizados como especiais. Esta característica parece ser supérflua e desnecessária para a nossa interpretação. Além disso, inclui-se a essa vasta

nomenclatura uma ulterior classificação: os *mega-media* eventos, como megaeventos que possuem a capacidade de suscitar e catalisar o interesse dos *mass-media*.

Muito relevante também é a distinção das variáveis que se podem aplicar aos diferentes eventos (GUALA 2002b, pp. 750-751; 2015):

- Dimensão da cidade anfitriã;
- Localização das manifestações ou das competições e distância da cidade central;
- Estrutura do sistema económico local;
- Finalidade do evento: local / global;
- A gestão do legado do evento;
- A mídia;
- O ciclo de vida.

Sugerir novamente o objetivo (*target*) e a cobertura televisiva ou mediática como únicos elementos dimensionais, poderia ser limitativo. Um megaevento possuirá certamente como efeitos a aproximação mediática e uma gama de usuários, reais e virtuais, que se deslocarão do local ao global. É importante considerar o conjunto de variáveis sugeridas por Guala e dos impactos e legados em nível socio-territorial que gera um megaevento.

Devemos destarte considerar o planeamento e a gestão do evento, a cooperação e colaboração entre os diversos intervenientes, as repercussões sobre a vida e o território das populações locais, sobre a imagem e as heranças do acontecimento.

Tabela 2,3: Tipologias de grandes eventos

TIPOLOGIA DE EVENTO	EXEMPLO	TARGET / MARKET	COBERTURA TV
Eventos mega & media	Mundiais de Futebol, Jogos Olímpicos	Global	Direta TV
Megaeventos	Expos mundiais e universais	Global	Serviços TV
Eventos desportivos especiais	Mundiais de atletismo, Formula 1, <i>America's Cup</i> de vela, motociclismo, campeonatos de esqui etc..	Global	Direta TV
Eventos políticos especiais	Meetings e congressos (G7/G8/G20)	Global e/ou macrorregional	Serviços TV
Eventos económicos especiais	Feiras internacionais especiais (Salão do livro, do automobilismo etc.).	Internacional / nacional	Serviços TV
Eventos culturais especiais	Festivais de cinema, cidades europeias da cultura, mostras de arte.	Internacional / nacional	Serviços TV
Grandes obras	Alexanderplatz (Berlim), Millennium Dome (Londres), Guggenheim (Bilbao), Ponte Vasco da Gama (Lisboa), Waterfronts (Baltimore, Barcelona, Genova, Lisboa)	Impacto nacional e regional	Serviços TV
Eventos religiosos especiais	Jubileu	Global	Serviços TV

Fonte: Adaptado de Guala (2002b; 2015)

Mesmo assim, a esquematização sugerida por Guala, continua sempre ambígua e não consegue afirmar a relevância que tem o envolvimento dos diversos intervenientes e/ou os impactos em nível socio-territorial de um determinado evento.

Na caracterização da dimensão de um evento é necessário considerar também os seguintes fatores que complementam as variáveis já mencionadas anteriormente:

- Qualidade e quantidade dos intervenientes envolvidos no planeamento;
- Participação de público / atletas / delegações;
- Cobertura mediática;
- Investimentos;
- Impactos e transformações do território e da sociedade.

Tabela 2,4: Peculiaridades de alguns megaeventos

Megaevento	Participação	Intervenientes	Cobertura mediática	Budget de partida	Impactos socio-territoriais
Jogos Olímpicos	Mais de 10.000 atletas	COI, instituições locais, Multinacionais, Patrocinadores, Comité Popular dos Jogos Olímpicos	Global	4.000-5.000 milhões de euros	Muito elevados
Mundial de Futebol	Mais de 1.000 atletas	FIFA, instituições locais, Comité Popular do Mundial, Multinacionais, Patrocinadores	Global	5.000-6.000 milhões de euros	Muito elevados
G7/G8/G20	Delegações, 5.000 jornalistas	Países membros e entidades locais	Global	70-90 milhões de euros	Médios
Cidades europeias da cultura	Turistas, jornalistas	União Europeia, entidades locais	Internacional / nacional	60-80 milhões de euros	Médios / elevados
<i>America's Cup</i> de vela	1.000.000 de visitantes	Nações participantes	Internacional / regional	500.000 euros	Médios / baixos

Fonte: adaptado de GUALA (2002b; 2015); VICO (2016)

Os megaeventos, se bem geridos e organizados, podem constituir instrumentos capazes de reconverter a imagem, o prestígio e a visibilidade em nível internacional de uma cidade. Infelizmente em muitos casos, os resultados ficam aquém das expectativas.

As urbes devem ter capacidade de enfrentar os vários problemas externos e internos, nas diferentes escalas geográficas em nível local e global. Hiller (2000), especialmente, reputa que os megaeventos como um fenômeno particularmente urbano, e que a globalização e a reestruturação econômica das cidades constituem dois aspectos relevantes de aproximação destes acontecimentos.

Os especialistas nesta temática, Chalkley e Essex (1999) ressaltam o valor dos megaeventos desportivos como estímulo para profundos desenvolvimentos. Tais desenvolvimentos, além de serem necessários para vencer e para poder acolher megaeventos, deveriam servir também para melhorar as condições e as oportunidades da competitividade das empresas locais atraindo novas empresas, devido a melhores condições gerais do contexto. As cidades podem trazer uma grande vantagem competitiva em organizar megaeventos, pois estes consentem a aquisição de um elevado prestígio e notoriedade em nível mundial. Por meio desta grande chance de marketing territorial, as

cidades podem transmitir os próprios valores, podendo expressar os próprios recursos em termos ambientais, culturais e urbanísticos.

A competição entre cidades joga-se também com o atrair não apenas capitais financeiros, mas também e sobretudo capital humano e *know how*. Esta tipologia de capital humano, formada por investigadores, cientistas, mas também artistas e livres profissionais, encontra nas cidades as possibilidades de intercâmbios de conhecimento e de transferência tecnológica informal, assim como a oportunidade de apresentar toda a sua potencialidade inovadora.

O raciocínio de Hiller, bem como de Essex e Chalkley, é encontrado e confirmado na literatura sobre estudos de caso de megaeventos. Por exemplo no passado mais recente, cidades como Barcelona (Jogos Olímpicos de 1992), Lisboa (Expo de 1998), Londres (Jogos Olímpicos de 2012) organizaram megaeventos com o escopo principal de revitalizar a cidade, ou áreas que antes eram zonas industriais abandonadas, marginais ou periféricas da cidade.

Destarte, Hiller (2000) ressalta que a mundialização do capital pode desenvolver o megaevento como uma forma de marketing da cidade pelos investimentos internos e externos. Está geralmente confirmado que o território e o contexto local são essenciais em termos de competitividade. Mesmo assim, é importante frisar que apenas algumas cidades (geralmente pertencentes a países do primeiro mundo) garantem uma melhor combinação de atributos para as empresas do que outras. Alguns autores consideram que, segundo uma perspectiva meramente econômica, dever-se-ia alegar que são as empresas que competem, e não tanto as cidades ou os territórios em quanto tais (VAINER, 2000). De outro lado, o contexto econômico pode ter um impacto significativo sobre a capacidade das empresas de competir de um modo eficaz. O impacto da política, neste âmbito, poderia resultar bastante limitado, pois o clima econômico reflete os efeitos da concorrência, das transformações estruturais da economia e das inovações e mudanças do meio técnico-científico-informacional.

Relativamente à força competitiva, ela pode ser considerada também em termos do incremento ocupacional e atração de investimentos externos para a cidade. De fato, a ocupação e os investimentos tendem a ser atraídos pelos territórios mais competitivos. Por isso, segundo as hodiernas lógicas e dinâmicas neoliberais, as cidades devem dotar-

se de estruturas e infraestruturas que permitam às empresas de ser mais competitivas e de lucrar sempre mais. E tudo isto com o escopo secundário de favorecer os intercâmbios e as oportunidades de contato para a geração de inovação e de transferência tecnológica. Ao mesmo tempo, para alcançar os objetivos pretendidos, as grandes organizações esportivas e os grandes grupos multinacionais e nacionais exigem que os territórios devem elevar a própria infraestrutura, com o pretexto de aumentar a própria notoriedade e atratividade, sugerindo intervenções urbanas e transformações territoriais que respondam às necessidades dos potenciais investidores. Sendo assim, os megaeventos servem justamente para elevar a visibilidade de um território dotando-o de infraestruturas tornando-o desejável aos olhos dos potenciais investidores; e também para acelerar o processo de transformação do tecido urbano com base nos próprios projetos de reestruturação. Tudo isso, infelizmente, na maioria dos casos analisados, cria fragmentações e divisões socio-territoriais a desvantagem sobretudo do território e da população local que vê afetados os próprios direitos humanos, civis e sociais de moradores, sem possibilidade de ter voz em capítulo se não por meio de protestos e manifestações.

Nas últimas décadas assistimos a países e cidades que, em nível mundial, tem competido fortemente entre eles, candidatando-se para poder organizar sobretudo Mundiais de Futebol e Jogos Olímpicos. Assim como afirma Guala (2002b), a diversificação de iniciativas de alto nível, desportivas, culturais e artísticas, é muito elevada; a terceirização crescente da economia e o fim da cidade fordista relançam a competição internacional das cidades. É neste quadro competitivo que muitas cidades têm concorrido para angariar-se o direito de acolher os megaeventos. Embora hoje em dia, como veremos na secção concernente os jogos olímpicos, essa tendência está diminuindo e muitas localidades retiram ou não apresentam a própria candidatura porque as desvantagens em organizar um megaevento são muito maiores que os benefícios.

Durante as últimas três décadas, assistimos a uma transformação das lógicas e das dinâmicas das economias urbanas, sobretudo na forma como os territórios são utilizados. As cidades transformaram-se em locais de produção, consumo, inovação e de novos estilos de vida, tornando-se lugares de gestão da produção, com o melhoramento dos fixos infraestruturais e o incremento dos fluxos de pessoas, turistas e de capitais. Sendo assim,

este novo contexto cria as condições para que a cidade esteja propensa a aceitar todos aqueles fluxos ligados a diversos motivos, quais os negócios, o turismo, o lazer e a cultura.

As cidades sentem-se obrigadas a competir para atrair os consumidores e investidores (cada vez mais móveis), sendo que os investimentos externos estão mais relacionados com a imagem que uma cidade sabe comunicar (WHITSON e HORNE, 2006). Os processos estão em rápida evolução a par das dinâmicas e tendências. Os megaeventos, nesta ótica, são utilizados sobretudo como aceleradores dos processos de consenso e de regeneração territorial ao fim de se dotarem de estruturas e infraestruturas necessárias à competição internacional (ESSEX e CHALCKLEY, 1998).

Resumindo, os megaeventos tornam-se ferramentas próprios do marketing territorial de uma cidade, exigindo essas transformações do território que correspondem a precisos interesses por parte de seres hegemônicos que se preocupam exclusivamente em atingir os próprios interesses relacionados ao lucro e à especulação imobiliária, velando esses interesses mediante a desculpa da regeneração e da revitalização urbana e por meio do pretexto do megaevento que representa apenas um catalisador destes interesses e destas mudanças de natureza neoliberal.

Porém se consideramos a cidade como cerne da competitividade internacional das empresas nacionais e multinacionais que se localizam e operam no território, quem compete nas diferentes escalas não são os territórios, mas sim os grandes grupos corporativos.

Por outro lado, também um grande número de cidadãos e trabalhadores decidem viver na cidade pela qualidade e a quantidade de serviços oferecidos, pela possibilidade de encontrar formas de diversão e lazer, pela capacidade inovadora em vários setores. Portanto o fenômeno da aglomeração urbana disponibiliza às empresas novas oportunidades de negócios (ligadas ao crescimento da densidade das cidades e da especialização). O território de competência configurar-se-ia, como uma série de vínculos e de possibilidades relacionadas às peculiaridades intrínsecas do mesmo, à conformação física, à dotação da infraestrutura, mas também ao clima político e administrativo, aos níveis colaborativos e de eficiência socio-territorial.

Em suma, as cidades do novo milénio são chamadas a responder às diversas exigências e interesses que provêm dos vários atores que vivem, utilizam e consomem as

mesmas. As grandes empresas nacionais e multinacionais pretendem competir sobre diversas escalas, (regional, nacional, internacional e global). Com o intuito de satisfazer as exigências dos agentes hegemônicos envolvidos, as cidades precisam muitas vezes de se reestruturar, encontrando novas soluções urbanas. Tornam-se ponto estratégico as noções de acessibilidade, sustentabilidade, eficiência e inovação, embora na maioria dos casos representam um mero pretexto para poder atuar aquelas transformações que beneficiam poucos (os seres hegemônicos) em detrimento de muitos (o restante da população). Tudo isso é verdade, mas existem cidades que melhor satisfazem e sabem satisfazer tais exigências, logo são consideradas mais competitivas pelos investidores e pelo capital mundializado.

2.4 Megaeventos e sustentabilidade no turismo

Os megaeventos são eventos importantes e de breve duração, como os Campeonatos do Mundo de Futebol e as Olimpíadas, que normalmente são considerados em termos de impactos turísticos e econômicos (HALL, 1992). Nas últimas décadas o fenômeno desses eventos assumiu uma dimensão de grande importância, pois eles são elementos de entretenimento e de atratividade turística. Isso tem favorecido o nascimento de um verdadeiro *management* do setor, complexo e polivalente. De fato hoje em dia os eventos são considerados instrumentos de marketing territorial, urbano e turístico, pois contribuem ao crescimento do número de visitantes e turistas nas localidades anfitriãs, melhoram a imagem e a notoriedade das mesmas, representam importantes atividades de lazer, melhoram o tecido e a estética urbana e atraem investimentos e financiamentos, criando efeitos econômicos multiplicadores importantes.

Na maior parte dos casos, os megaeventos comportam investimentos consideráveis e um envolvimento importante do tecido urbano das cidades anfitriãs; por este motivo as problemáticas que caracterizam os megaeventos desportivos estão em estreita relação com os processos de transformação da cidade. Na ótica do setor do turismo, os megaeventos desportivos, se bem geridos, são acontecimentos com a capacidade de melhorar ou relançar a imagem do território mediante o marketing territorial, atrair fluxos turísticos, valorizar os recursos e ativar processos de desenvolvimento. Os impactos dos megaeventos sobre as nações anfitriãs fomentam um

aumento de receitas turísticas, turismo receptor, empregos, receitas do estado e um despertar da consciência cultural da cidade/país, fomentando ainda mais a imagem da cidade/país (LEE, LEE & LEE, 2005).

Em algumas ocasiões, a celebração dos eventos nas épocas de menor afluência turística tem contribuído a mitigar a sazonalidade da procura turística, uma das grandes fraquezas do setor turístico, gerando, como aconteceu em muitas ocasiões, um impacto direto na imagem e notoriedade das cidades-sede dos mesmos, promovendo-as como destinos turísticos.

O megaevento torna-se então um instrumento de marketing fundamental, pois é capaz de incrementar as chegadas turísticas na área interessada, melhorar a imagem da cidade e a sua notoriedade, sem contar que traz também para a cidade anfitriã a oportunidade de melhorar a disposição urbanística, os serviços, as estruturas receptoras e as vias de comunicação, obras que normalmente são feitas ocasionalmente, ou seja, em ocasiões de grandes manifestações. Por isso representa uma ocasião imperdível, sobretudo por aquelas cidades e áreas pouco reconhecidas, que desejam reconverter a própria imagem, tanto em nível nacional como em nível internacional.

Ao mesmo tempo, para alcançar os efeitos desejados, os territórios devem elevar a própria notoriedade e atratividade, propondo estilos de vida que respondam às necessidades dos potenciais cidadãos, turistas ou investidores. Neste contexto, os megaeventos servem justamente para elevar a notoriedade de um território dotando-o de infraestruturas (que o façam ser desejável aos olhos dos cidadãos, turistas ou potenciais investidores); e também para acelerar o processo de transformação urbana em base aos próprios projetos de requalificação.

Com o intuito de satisfazer as necessidades dos atores envolvidos (para elas próprias serem competitivas), as cidades precisam muitas vezes de se reestruturar, encontrando novas soluções urbanas para vencer os desafios vindouros. Nesse contexto, tornam-se ponto estratégico os conceitos como a acessibilidade, a sustentabilidade, a eficiência e a inovação.

Por outro lado, os megaeventos podem ser um recurso à disposição das cidades e dos territórios a fim de alcançar muitos dos objetivos que as administrações locais preconizam, tais como: o aumento dos padrões qualitativos e ambientais, a ampliação das

infraestruturas territoriais, o crescimento da notoriedade, o nível de atratividade do destino, a cidade como destino turístico e lugar ideal para a aplicação de investimentos estrangeiros.

Pesquisa-se a importância turística, ou a capacidade de um evento atrair fluxos turísticos para as cidades ou localidades anfitriãs. A peculiaridade dos eventos turísticos consiste na função e nos objetivos aos quais um evento turístico responde, isto é, “a criação de atrações turísticas, capazes de gerar procura turística ou de satisfazer as necessidades dos visitantes” (GETZ, 1991, p.44). Os outros papéis com fins turísticos que desenvolvem os eventos são também as suas capacidades de serem “criadores de imagem”, “catalisadores de desenvolvimento” e “mecanismos de controle” (GETZ, 1991, pp.44-45). Na realidade, muitos autores acabam por sublinhar que muitas das tipologias de eventos examinados criam uma procura turística, ou quanto menos elevam a notoriedade de um destino, colocando as bases para a criação e o aumento dos fluxos turísticos.

Getz (1991) acrescenta que os megaeventos, no geral, constituem uma alternativa do turismo, que contribui para o desenvolvimento sustentável e melhoria das relações entre os visitantes e a cidade anfitriã. Todavia, o conceito determinante está resumido por Guala (2007), que salienta como os grandes/mega eventos constituem um elemento fundamental para suportar uma eficaz atividade de “*citymarketing*”: Eles são capazes de atrair visitantes, contribuem na promoção da imagem da cidade e por último, são capazes de produzir efeitos a longo prazo.

O turismo de megaeventos é uma das atividades socioeconômicas que mais cresce no mundo globalizado, segundo Tenan (2002), pois proporciona oportunidades únicas de intercâmbio cultural; crescimento profissional e fomento de novos interesses.

Os megaeventos, segundo HALL (1997), tornaram-se de extraordinário interesse não só porque atraem turistas, mas também porque podem deixar heranças, que podem ter um impacto mais duradouro sobre as comunidades anfitriãs que a sua própria duração.

Alguns eventos têm a capacidade de atrair um grande número de turistas, assim como o gasto que realizam, daí surge o interesse dos agentes públicos em atraí-los para a sua contribuição atual e potencial no desenvolvimento do turismo. Além disso, o desporto é considerado um setor econômico importante a nível individual, organizacional e

nacional, sendo importante a sua contribuição na atividade econômica e na criação de riqueza. O turismo de eventos desportivos para se desenvolver não necessita somente de espaços que possibilitem a realização dos eventos, mas também de meios de acolhimento que são a base de sustentação da atividade turística.

Podemos afirmar que o turismo de eventos desportivos é uma atividade econômica muito relevante, mas precisa ser sustentável para garantir o adequado retorno para a cidade anfitriã em termos territoriais, ambientais e sociais, satisfazendo a população autóctone.

Essex e Chalkley (2004) se interrogaram se as instalações desportivas e as infraestruturas de apoio aos eventos podem ser positivas ou negativas para o território anfitrião, no momento em que estas intervenções não foram previstas nem constituíam uma prioridade para o território. De fato, por um lado, heranças como o crescimento econômico, o aumento dos fluxos turísticos, as melhorias dos serviços de transporte, culturais e ambientais e o maior prestígio a nível mundial são positivas. Por outro lado, o impacto gerado pela construção de instalações desportivas e de novas estruturas, além do efeito positivo sobre a economia e sobre o mercado do trabalho, pode ser menos útil ou totalmente negativo, no momento em que se pode verificar a deslocação da população residente (nas zonas de intervenção), desperdícios de investimentos, desvios de verba e de recursos, e a necessidade de dever enfrentar as dívidas geradas. Outros problemas podem ser a inflação e a “higienização” urbana do território interessado, acentuando deste modo situações de desvantagem e de exclusão social, até atrair publicidade negativa para o território que acolhe o megaevento.

Em termos macroeconômicos, os grandes eventos podem ser vistos como um momento no qual a cidade (ou a região) atraem investimentos e estabelecem novas relações comerciais; alguns benefícios diretos são representados pelo incremento do número de turistas e da ocupação local.

Naturalmente é importante estudar a herança econômica dos grandes eventos, mesmo para estabelecer quais possam ser as consequências positivas com caráter permanente: por exemplo, o incremento estável do turismo e a presença de novas estruturas hoteleiras cria empregos permanentes; a gestão das estruturas realizadas que, se não utilizadas, não favorecem a ocupação a longo prazo. Estas transformações a longo prazo podem assumir formas permanentes: melhoria das capacidades dos aeroportos,

novas linhas ferroviárias e sistemas de transporte público, espaços que podem ser reutilizados (congressos e seminários) e melhoria das estruturas receptoras.

Estes elementos representam um legado significativo para a vida quotidiana das cidades anfitriãs, mas também para o turismo a vários níveis, aumentando os padrões infraestruturais a um nível adequado para um turismo de nível internacional (ROLNIK, 2009).

Em alguns casos, a uma imagem positiva a nível mundial corresponde localmente uma imagem negativa: isto pode acontecer quando os programas para a realização das novas estruturas comportam remoções e/ou deslocações. Nesses casos, a comunidade local pode perceber o evento como causa da perda do próprio ambiente social.

Embora as heranças sejam por vezes planeadas e concebidas com as melhores intenções, tais intervenções poderiam, de todas as formas, ter um efeito negativo em termos de erradicação social e económica, de falta de infraestruturas necessárias, invés de inutilizadas e subutilizadas. Como amplamente discutido, um megaevento pode elevar o nível de dotação dos serviços ou das infraestruturas. Isto pode evidentemente acontecer num país desenvolvido onde existe uma elevada e sempre crescente procura de serviços e infraestruturas. Mas quando um megaevento é acolhido em um país em atraso económico, onde não está presente uma procura suficientemente desenvolvida que requer tal quantidade e qualidade de serviços e infraestruturas, os impactos podem ser bem diferentes.

Os megaeventos caracterizam-se, sobretudo, por terem efeitos e impactos no âmbito turístico de um destino. Getz (1997; 2005) sublinha que um número crescente de comunidades e territórios turísticos competem atingindo mercados específicos de interesse para obter vantagens e alcançar objetivos económicos, sociais e ambientais. Neste contexto, os eventos e os megaeventos turísticos desenvolvem ou podem desenvolver diversos papéis relativamente ao território anfitrião, em particular, em termos de elevação da notoriedade do destino turístico.

Além disso, se muitos eventos e todos os megaeventos se dirigem a um público internacional, (levando ao aumento das somas de dinheiro gastas num destino pelos estrangeiros, podendo-os fazer aumentar a permanência no destino), também é verdade que muitos eventos respondem às necessidades dos residentes locais, tendo o efeito de

fazê-los ficar no destino, ao invés de os incitar a viajar. Assim sendo, os eventos podem ser o suporte às estratégias de mitigar a sazonalidade dos fluxos, atraindo mais turistas quando a procura turística é mais baixa. Também como reportado por Getz (1997), pode existir uma série de vantagens em organizar eventos tanto na época alta quanto na baixa. Por exemplo, para eventos organizados na época alta, existe a possibilidade de poder programar eventos ao ar livre, pois presume-se que as condições atmosféricas sejam melhores ou mais adequadas; ou se nos encontramos num período de férias pode-se recorrer a voluntários.

Por outro lado, organizar eventos na época baixa pode encorajar a imagem de um destino, ao indicar que se adapta a todos os períodos do ano; ou poderá mesmo ir ao encontro dos pedidos dos residentes, em encontrar locais de lazer e diversão em um período do ano em que têm poucas outras possibilidades. Nesta época recolher e pedir financiamentos pode ser mais fácil daí adiante. Todavia, os eventos podem não só dar contribuições positivas ao turismo, mas eles próprios podem ser a causa de efeitos nefastos não desejados ou não programados. Em particular, relativamente ao comportamento não somente dos turistas, mas também dos residentes.

Preuss (2002) distingue os comportamentos dos residentes e dos potenciais turistas com base na sua atitude de aceitação, partilha, participação ou negação do evento e afirma que muitas vezes, nas estimativas apresentadas pelos organizadores de eventos, algumas destas categorias não são tomadas em consideração, falsando assim o resultado final das mesmas. O mesmo autor sublinha que frequentemente os efeitos turísticos positivos ligados a um megaevento (Mundial de Futebol), obtém-se depois do fim do próprio evento graças à maior visibilidade do mesmo. Se é verdade que os megaeventos podem trazer maiores fluxos de turistas para a cidade anfitriã, incluindo os atletas, dirigentes, delegações desportivas e os jornalistas, também se deve considerar uma migração igual e contrária de cidadãos que fogem da cidade em questão naquele período (ou de potenciais turistas) que renunciam ou mudam as suas férias para outro lugar.

As modalidades com as quais um megaevento interage com o território de referência e produz impactos no desenvolvimento de fluxos turísticos, podem ser muito diferentes e variar de um evento para outro. Dimanche (1997), ao analisar aquelas que foram as heranças da Exposição Universal de New Orleans, propõe um modelo de marketing para avaliar os impactos a curto e a longo prazo, que um megaevento pode ter

sobre uma localidade turística. Com base neste modelo indicam-se os impactos a curto prazo, em particular:

- 1) O aumento da participação turística;
- 2) A melhoria da qualidade dos serviços e das infraestruturas;
- 3) Uma maior cobertura e visibilidade por parte dos meios de comunicação;
- 4) O aumento da população turística;
- 5) O incremento dos benefícios para a comunidade local.

Com referência na proposta de Dimanche (1997) de análise e de medição dos impactos dos megaeventos sobre uma localidade turística, a estratégia de marketing sugerida atua sobre a satisfação tanto da comunidade local como dos visitantes, para induzir um futuro efeito positivo de passa-palavra, que continua a alimentar o círculo virtuoso de aumento da notoriedade / melhoria da imagem turística / aumento das viagens para o destino / satisfação dos visitantes. O mesmo autor conclui que os megaeventos podem ser considerados um trampolim que permite ao setor turístico local alcançar um novo potencial competitivo e à comunidade de se renovar.

A Organização Mundial do Turismo (UNWTO) informa que o turismo internacional obedece a uma sequência de crescimento ininterrupta desde a década de 1960. Dado que é confirmado se consideramos que os destinos no mundo receberam 1.323 milhões de chegadas de turistas internacionais relativamente ao ano 2017, correspondente a cerca de 84 milhões a mais do que em 2016 (UNWTO, 2018).

Edgell (2015, p. 25) adverte que o turismo afronta um evidente impasse quando se interroga se ele poderá preservar seu nível de crescimento “[...] sem danificar ou destruir os ambientes natural e construído, os quais devem ser conservados e protegidos para que as futuras gerações possam usufruir das viagens e do turismo como as gerações atuais usufruem”. Esse cenário crítico deriva da apuração de que o turismo tem provocado relevantes impactos negativos nas cidades e nas destinações turísticas no geral, com graves repercussões sobretudo para o meio ambiente e para as populações residentes (WU; CHEN, 2015; MALHADO e ARAUJO, 2016).

De acordo com Pires (2002), se o crescimento do turismo acontecer sem uma prévia programação e planificação, imprescindivelmente ele gerará impactos negativos sérios nos seus recursos essenciais: a natureza e os tecidos urbanos. Desta forma,

retornando ao tema e à problemática da nossa pesquisa de tese, podemos considerar os megaeventos como um dos fatores a ter em consideração no âmbito da relevância dos impactos do turismo nos territórios.

Recentemente, diversas pesquisas têm analisado os impactos dos megaeventos no desenvolvimento do turismo nas cidades-sedes, como CASHMAN (2002), ESSEX e CHALKLEY (2004), GETZ (2005), PREUSS (2007) e VICO (2018). Muitos concordam que o turismo de megaeventos pode incentivar transformações nas esferas social, ambiental, econômica e cultural.

Os grandes eventos, se bem geridos e organizados, podem transformar cidades em destinos dinâmicos de turismo e trazer benefícios duradouros para as comunidades envolvidas (MALHADO e ARAUJO, 2016). Além de gerar impactos durante a fase do pré-evento e durante a realização do evento, os megaeventos também geram impactos no período do pós-evento, dado que o seu acontecimento causa transformações no contexto local/regional, incluindo a geração de grandes legados que devem ser aproveitados da melhor forma possível para o desenvolvimento sustentável do turismo (MALHADO e ARAUJO, 2016; VICO, 2016; 2018).

Porém, planificar - antes da sua realização - toda a série de impactos que um grande evento pode provocar é uma árdua tarefa. O projeto inicial planejado do evento muitas vezes gera o nascimento de outros projetos secundários, tanto no setor público quanto no setor privado. Projetos que são difíceis de serem previstos antecipadamente, como o surgimento de novos hotéis, restaurantes, criação de atrativos, e obras nos serviços públicos de transporte e de mobilidade urbana (MALHADO e ARAUJO, 2016).

Além disso, torna-se essencial uma revisão concreta e rigorosa das ações no pós-evento, para que o desenvolvimento possa ocorrer, e para que se possam estabelecer políticas voltadas a beneficiar a herança efetiva para o surgimento de ações sustentáveis de desenvolvimento do turismo.

Para tal, é essencial a realização de avaliações e análises nas seguintes três esferas:

- Imagem e prestígio: como beneficiar e solidificar, no período pós-evento, a cidade e os territórios onde o megaevento aconteceu, para que possa tornar-se um brilhante destino turístico em nível internacional;

- Infraestrutura e instalações: quais ações podem ser implementadas para que as infraestruturas instauradas pelo megaevento sejam introduzidas nas atividades turísticas da cidade, para o lazer e a fruição dos turistas e da população local;
- Natureza e meio ambiente: como incrementar a sensibilização pelo que concerne às questões de sustentabilidade ambiental e, dessa forma, procurar fortalecer a herança do pós-evento.

Para um turismo sustentável no âmbito da organização e realização de um megaevento, esses aspectos devem ser ponderados desde o começo, dentro de um programa de desenvolvimento duradouro, tendo em conta também as transformações, as variáveis e as alterações ao longo de todo o ciclo de um megaevento.

O ideal é desenvolver um tipo de turismo que satisfaça as expectativas econômicas e as exigências ambientais e que respeite não apenas a estrutura física e social do país, mas também as questões e problemáticas das populações locais. No caso do Brasil e, em particular da cidade do Rio de Janeiro, essas problemáticas estão relacionadas ao setor da saúde, da educação, da segurança, da moradia / habitação e do saneamento básico, entre outros.

Portanto, como dizem Diedrich; García-Buades (2009), torna-se fundamental que esses impactos sejam examinados para que eles sejam realmente considerados no planejamento e na elaboração de políticas que possam favorecer a sustentabilidade do desenvolvimento turístico duradouro e em longo prazo.

É importante reconhecer, como sublinha Hiller (2000), que as Olimpíadas e os Mundiais de Futebol não podem ser considerados projetos para o desenvolvimento humano, no sentido que esses eventos, mesmo funcionando como instrumento para o desenvolvimento de um território, não têm o objetivo de reduzir os desequilíbrios econômicos e sociais. Os requisitos que preconizam são privilégios para os patrocinadores enquanto para os seus habitantes não, o que representa uma contradição em termos de desenvolvimento social e humano igualitário. O objetivo primário que um megaevento desportivo responde não é o desenvolvimento, mas o desporto e o comércio. Entretanto, para se beneficiar de todas as oportunidades de desenvolvimento relacionadas às heranças que um grande evento pode gerar, torna-se essencial que desde a primeira fase de concepção da ideia de organizar o evento, apresentação do dossiê de candidatura e na fase de pré-evento, se procure perceber como o megaevento poderá favorecer o

desenvolvimento sustentável da cidade e/ou país onde ele acontece (VICO, 2016; VICO e CHIUNDILA, 2019). Além das fases de pré-evento e da própria realização do evento (fase de transevento), as questões de sustentabilidade devem ser consideradas também na fase de pós-evento, uma fase que é muita das vezes negligenciada (VICO, 2016; VICO e CHIUNDILA, 2019). Sendo assim, é de fundamental relevância que se tenha em conta o desenvolvimento de estratégias e ações para a sustentabilidade associadas ao período pós-evento.

De fato, as cidades são diferentes entre elas e algumas devem melhorar as próprias infraestruturas, a habilidade dos recursos humanos, a responsabilidade social e adequar-se aos padrões das instituições desportivas organizadoras para poder acolher um megaevento. Além disso, a percepção do legado de um megaevento pode variar também em relação às diferentes classes sociais. Segundo Preuss (2007a), é preciso perceber que um legado pode ser considerado positivo para as classes mais ricas (como por exemplo a especulação imobiliária) mas ao mesmo tempo pode resultar negativo para as camadas mais pobres da sociedade (no caso de expropriações de terrenos).

A característica de uma correta gestão do turismo é que seja garantida a sustentabilidade dos recursos dos quais ele mesmo depende. O princípio da sustentabilidade requer que o turismo integre o ambiente natural, cultural e humano; que respeite o frágil equilíbrio socioespacial que caracteriza muitas localidades e destinos turísticos, como é o caso também da cidade do Rio de Janeiro.

O turismo deveria assegurar uma evolução aceitável pelo que concerne a influência das atividades sobre os recursos naturais, sobre a biodiversidade e sobre a capacidade de absorvimento do impacto e dos resíduos produzidos. O setor turístico deve avaliar os próprios efeitos no patrimônio cultural, nas atividades e nas dinâmicas tradicionais de cada comunidade local. Deve reconhecer os elementos e as atividades tradicionais de cada comunidade local, e respeitar as identidades culturais e os interesses, tornando tudo isso um papel central na formulação das estratégias turísticas, particularmente nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

Para ser compatível com o desenvolvimento sustentável, o turismo deveria basear-se na diversidade das oportunidades oferecidas para as economias locais. Deveria estar então completamente integrado com o desenvolvimento econômico local e contribuir positivamente para o mesmo. Todas as opções para o desenvolvimento turístico devem

servir efetivamente para melhorar a qualidade da vida das pessoas e devem produzir efeitos e inter-relações positivas com a identidade sociocultural.

O desenvolvimento do turismo então tem que basear-se no critério da sustentabilidade. Isso significa que deve ser ecologicamente sustentável a longo período, economicamente conveniente, eticamente e socialmente “equilibrado” com as comunidades locais. O desenvolvimento sustentável é um processo guiado que prevê uma gestão global dos recursos, consentindo a salvaguarda do capital natural e cultural. O turismo, como potente instrumento de desenvolvimento, pode e deveria participar ativamente na estratégia de desenvolvimento sustentável.

Portanto, a contribuição ativa do setor turístico para um desenvolvimento sustentável pressupõe necessariamente solidariedade orgânica, respeito recíproco e participação por parte de todos os atores envolvidos no processo, mediante uma mútua colaboração. E principalmente com o envolvimento dos próprios nativos dos países, cidades e destinos envolvidos.

2.5 O território como redes de poder

“Mãe Terra eu te sinto sob os meus pés.

Mãe Terra eu te dou o meu coração.”

Pau&Lata - V SEDEC (Seminário Regional de
Extensão e Democratização da Cultura)
Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil

O uso dos territórios pelas grandes empresas e pelas organizações esportivas internacionais tende atualmente a ocorrer de acordo com seus interesses e demandas que são cada vez mais influenciadas pelo capital internacional. Deste modo, a utilização de espaços selecionados do território nacional fica submetido a uma dinâmica que, por intermédio de instituições e empresas internacionais e com a tutela do Estado e dos governos locais, acaba se subordinando a uma lógica global. Esta secção tem como campo de estudo o fenômeno dos megaeventos esportivos como instrumentos de transformações socio-territoriais, problematizando de que forma as grandes organizações esportivas

internacionais como a FIFA e, principalmente o Comitê Olímpico Internacional (COI) e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), junto com seus parceiros comerciais e o Estado, utilizam e planejam o espaço geográfico brasileiro para fins de realização dos megaeventos esportivos. Ao longo do estudo abordam-se questões relativas ao uso corporativo hierárquico do território pelos grandes grupos e organizações esportivas e os efeitos derivantes, mas, sobretudo, aprofunda-se a temática da divisão territorial do trabalho pensando numa divisão das funções de capital nas atividades de produção do espaço das cidades, com particular ênfase no recente megaevento esportivo no Brasil: os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016.

A cidade moderna está inserida dentro de um cenário global cada vez mais determinado pelo fenômeno da mundialização das forças produtivas capitalistas, sendo caracterizada por um crescimento exponencial da competição urbana internacional. A mundialização constitui um elemento determinante pela requalificação econômica urbana (CHESNAIS, 1996).

Assim sendo, através dos megaeventos que representam acontecimentos de natureza global, as urbes promovem importantes mudanças dos próprios sistemas físicos, econômicos e sociais e, conseqüentemente, da própria imagem. São transformações que pressupõem um delicado planejamento e elevados investimentos econômicos. Neste contexto, as cidades são compelidas a lidar com os diversos problemas externos e internos, nas diversas escalas geográficas em nível local e global. Hiller (2000), em particular, reconhece que os megaeventos são um fenômeno particularmente urbano, e que a mundialização e a reestruturação econômica das cidades foram dois potentes fatores de atratividade dos mesmos. Isso está confirmado por vários autores e estudos de caso. Por exemplo no passado mais recente, cidades como Barcelona (Olimpíadas de 1992), Lisboa (Expo de 1998), Pequim (Olimpíadas de 2008), Londres (Jogos Olímpicos de 2012), Milão (Expo de 2015) e Rio de Janeiro (Olimpíadas de 2016), entre outras, candidataram-se e acolheram megaeventos cujo objetivo principal devia ser a regeneração da própria urbe, ou de áreas que antes eram consideradas zonas industriais ou periféricas da cidade. Contudo, Hiller (2000) afirma que a internacionalização do capital pode desenvolver o megaevento como uma forma de marketing do lugar onde se realiza, tendo em vista os investimentos internos. Está amplamente reconhecido que o território e o contexto local são determinantes em termos de força competitiva. É verossímil que

também algumas das cidades oferecem uma melhor combinação de atributos para as empresas do que outras.

Alguns autores consideram que, em termos puramente econômicos, dever-se-ia afirmar que são as empresas que competem, e não as cidades ou as regiões enquanto tais. De outro lado, o contexto econômico pode ter um impacto significativo sobre a capacidade de competição das empresas considerando a sua eficácia neste sentido. O potencial da política sobre este contexto poderia ser muito limitado, pois o clima econômico responde àqueles que são os efeitos da concorrência, das mudanças estruturais da economia e dos desenvolvimentos tecnológicos (CHESNAIS, 1996).

Ao nível das regiões ou das áreas urbanas, a força competitiva pode ser vista também em termos do crescimento ocupacional e atração de investimentos externos. Concomitantemente, para alcançar os efeitos desejados, os territórios devem elevar a própria notoriedade e atratividade, propondo estilos de vida que respondam às necessidades dos cidadãos, turistas ou investidores. Neste contexto, os megaeventos servem justamente para elevar a visibilidade de um território dotando-o de infraestruturas e também para acelerar o processo de transformação urbana com base nos próprios projetos de requalificação, mas em geral com custos sociais muito elevados.

Assim, o presente estudo busca compreender de uma forma geral como se dá o uso corporativo do território que é anfitrião de um megaevento, pelas principais organizações esportivas internacionais como a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), o Comitê Olímpico Internacional (COI) e o Comitê Olímpico do Brasil (COB), bem como por seus principais parceiros comerciais internacionais, mediante o consenso do Estado. E além disso, nos interessa analisar a percepção da população local que habita nas áreas que foram particularmente afetadas pelas intervenções urbanas e pelas transformações e fragmentações territoriais advindas com a realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016.

Do ponto de vista metodológico, a análise apresentada baseou-se fundamentalmente em revisão bibliográfica, utilização de reportagens jornalísticas recentes e entrevistas exploratórias e estruturadas junto a pesquisadores, professores, profissionais da área e indivíduos que já trabalharam na gestão de um megaevento ou tiveram um papel importante. Utilizou-se como referencial teórico para a discussão sobre

o território, autores como Santos e Silveira, os quais abordam o debate sobre a nova forma de produção espacial da cidade a partir do desenvolvimento econômico, exigindo que esses espaços assumam características corporativas de modo que atenda às demandas do mercado.

Nesta secção ressaltam-se os aspetos teóricos baseados na teoria de Raffestein sobre a relação entre território e poder; a seguir se confere amplo espaço para os autores centrais da nossa pesquisa como Milton Santos e Maria Laura Silveira e as suas teorias concernentes a importância da técnica para as cidades modernas, a divisão territorial do trabalho, os circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos e, em particular, aprofunda-se a questão do uso corporativo hierárquico e vertical que é feito do território pelas grandes empresas, organizações esportivas como a FIFA, o COI, o COB e os seus parceiros comerciais. Na última secção analisam-se, segundo uma perspectiva legal, algumas leis e acordos que os governos e as autoridades locais promulgaram, favorecendo o uso corporativo do território pelas grandes organizações esportivas internacionais. Frequentemente estas leis configuram-se como direitos excepcionais, fora ou adicionais às leis em vigor na própria Constituição de um país. Em particular, no trabalho, examinam-se a “Lei Geral da Copa” e o “Ato Olímpico”.

No âmbito da organização e realização dos megaeventos, surge a necessidade de se conceber pesquisas e análises que colaborem para a evidenciação de fatores ligados a explicações e sua geografização, que criem transformações nos ritmos urbanos. A cidade para a organização de um megaevento vai se (re)fragmentando e (re)articulando a partir da sincronia das ações e das reações dos segmentos da população, do estado e dos outros agentes e sujeitos envolvidos. Nesse prisma, o espaço urbano se transfigura em uma área de forças em que a população gera seus mecanismos de autoproteção; o Estado atua aplicando um planejamento de ação setorial; e, a ação dos agentes hegemônicos se territorializa no espaço através de processos fluidos e em rede.

Portanto, podemos considerar que o território se constitui a partir das relações que se formam no espaço, relações estas definidas pelo exercício do poder. “Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Por essa ótica, buscando compreender o aparecimento desses territórios, inicia-se do entendimento de Raffestin (1993, p. 143) para quem “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma

ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa o espaço”.

Sendo assim, é a ação que surge dos atores do circuito dos megaeventos que influencia novos territórios na cidade. “O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, o que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, 143-144). Sempre segundo Raffestin, “Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’. [...] todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, pp. 152 – 153).

Conforme o autor, as discórdias pela luta de determinadas áreas, acontecem, particularmente, pelo controle de recursos disponíveis e suas potencialidades presentes nesses lugares (RAFFESTIN, 1993).

Considerando que a cidade é um produto social que para se materializar no espaço torna-se imprescindível à ação do homem, pode-se concebê-la como imagem e efeito da sociedade num determinado momento.

Sempre de acordo com Raffestin (1993, p. 149) “Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamento se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessitura, nó e rede”.

Neste prisma, entendemos que estes territórios não possuem confins nem limites bem marcados, pois eles são fluídos; surgem de ações periódicas que decorrem pela trama da cidade gerando transformações no tecido urbano. Esses territórios que se criam pela ação e reação de um poder paralelo e com a cumplicidade, em alguns casos, de uma parte da população local, caracterizam-se como território marginal, em contínua metamorfose; se transformam em resultado das pressões exercitadas pelo poder legal e pelo conflito entre os interesses dos agentes hegemônicos (o Estado, as organizações esportivas, as grandes empresas etc.) e os residentes.

Os encadeamentos econômicos, sociais, políticos e legais que originam os processos e conteúdos da vida urbana são heterogêneos; revelam interesses, operações e estratégias que transformam a organização do espaço em um conjunto de possibilidades, indefinições e materializações. A cidade é onde tudo isso torna-se evidente. Nela podemos observar a trama espacial se configurando e desconfigurando através de formas

que fixam, obstruem ou auxiliam as ações dos diferentes atores envolvidos no processo. Desse modo, a nossa pesquisa coloca a cidade como uma forma espacial que pode ser compreendida a partir do conceito principal de território e dos seus coadjuvantes uso corporativo do território, lugar e imaginário.

Sendo assim, o território é percebido “como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2005, p. 78), apontando o entendimento de que “os territórios dos megaeventos” são produzidos a partir das diferentes estratégias que os diversos segmentos empregam para identificar, selecionar e dominar áreas da cidade. Esse movimento preliminar de ocupação diz da condição que todos têm de ler o “território como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos)” e modifica-lo em “apropriado, ocupado por um grupo social” (SOUZA, 2005, p. 84). O território não existe *a priori*, mas surge das ações.

São as intervenções que se desenvolvem no território que o situa como campo de ação e atuação da sociedade no espaço. Para Souza (2005, p. 78) “... o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder...” que envolve acordos, disputas, controle, guerra, morte, abundância, esperança, riqueza, pobreza. No espaço a sociedade torna-se território e institui relações de poder.

Para Haesbaert (2004, p. 96) “[...] de acordo com o grupo e/ou classe social, o território pode desempenhar os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica”. Nesse sentido, Haesbaert amplia a noção para inserir a dimensão intangível a formação territorial e com isso tornar mais difícil o entendimento do contorno espacial como uma senha para refletir sobre o território. Desta feita, qualquer fenômeno pode ganhar diferentes características espaciais sem que a sua delimitação espacial possa decorrer da demarcação precisa de limites e fronteiras. Efeito de relações sociais, o território dos megaeventos se encontra em contínuo movimento, é ativo e ópera em rede. Conforme ressalta Raffestin (1993, p. 157) “Toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes”. Segundo Haesbaert (2004, p. 294) “Não devemos então confundir redes territoriais, em sentido próprio, e redes no sentido mais específico de redes físicas ou técnicas”. E continua evidenciando como “[...] utilizamos o termo para enfatizar o papel das redes em processo (re)territorializadores, ou seja, na construção de territórios em seu sentido de controle ou domínio material e/ou apropriação simbólica” (HAESBAERT, 2004, p. 294). É o controle de determinadas áreas da cidade estimulado pelos interesses particulares que demonstra para a sociedade que há

certo “domínio” do espaço por grupos hegemônicos pelo exercício do poder e atuando em rede, em diferentes pontos do tecido urbano.

Esse domínio tende a criar territórios meramente utilitaristas e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa acontecer (HAESBAERT, 2006).

Para Haesbaert “[...] *territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento*” (HAESBAERT, 2004, p.280).

O território em rede, com a ação da organização do megaevento agindo em rede, proporciona que ela se resvale pelo tecido urbano, muitas vezes para se distanciar da ação do Estado em seu território já pré-estabelecido, o que origina a formação de novos territórios, determinando a (re)fragmentação do tecido urbano por sua atuação em um novo espaço da cidade. Para Raffestin (1993, p. 156) “Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, visível ou invisível”. Sendo assim, os agentes hegemônicos, empregam todas as estratégias possíveis mirando controlar e ditar sua presença, construir território naquele espaço.

Se o território hoje, mais do que nunca, é também movimento, ritmo, fluxo, rede, não se trata de um movimento qualquer, ou de um movimento de feições meramente funcionais: ele é também um movimento dotado de significado, de expressividade, isto é, que tem um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui (HAESBAERT, 2004, p. 181).

Considerando o poder como ferramenta instrumental ao exercício de poucos, sendo esta capaz de formar novos territórios dentro da cidade e que o poder só se torna viável graças à atuação de grupos bem específicos, Arendt coloca que:

O *poder* corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo se conserva unido. [...] A partir do momento em que o grupo, do qual se origina o poder desde o começo [...], desaparece, “seu poder” também se esvanece (ARENDR, 1994, p. 36).

Na obra *Microfísica do Poder*, Foucault (1979, p. 175), ao abordar o poder pela perspectiva econômica, afirma: “ (...) o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo, uma relação de forças”. E, segue a afirmação de que o poder se dar pelo exercício da ação “(...) o poder é essencialmente repressivo. O poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe”.

2.5 Revalorização e desvalorização do território: uso hierárquico e seletividade espacial

A competitividade que permeia as cidades associa-se à formação do meio técnico-científico-informacional onde são desenvolvidas as principais tarefas de concepção técnica, informacional, mercadológica e a transformação dos instrumentos financeiros (SILVEIRA, 2010). Conforme Silveira (2010), não se trata simplesmente de uma extensão dos contextos, onde todas as cidades são convidadas a produzir e competir ativamente. Existe, na verdade, uma multiplicidade e coexistência de divisões do trabalho que acrescentam o uso do território; possuindo como condição e resultado a configuração de fixos e fluxos como as infraestruturas, os movimentos de população, a base normativa, a dimensão da cidadania e as diferentes dinâmicas agrícolas, industriais e de serviços. Segundo esta lógica, o espaço geográfico constitui, portanto, “um rendilhado de divisões territoriais, um sinônimo de território usado” (SILVEIRA, 2010, p.74) e, conseqüentemente, “a soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra” (SANTOS, 2012, p. 29). De acordo com Santos (2012), os novos subespaços, inscritos nessa dinâmica, não possuem uma capacidade homogênea para rentabilizar determinada produção, pois, cada combinação detém sua própria lógica, consentindo formas de ação e elementos / indivíduos envolvidos, muitas vezes específicos para cada contexto. Desse modo, dependendo das circunstâncias locais de natureza organizacional e técnica, as cidades se distinguiriam adquirindo uma vantagem competitiva pela sua capacidade individual, maior ou menor, de rentabilizar investimentos. Esta vantagem, segundo Santos, não representa uma peculiaridade absoluta do lugar, pois a eficiência produtiva estaria relacionada à uma atividade preponderante própria. Isso indica que as cidades devem especializar-se em uma determinada direção usufruindo da capacidade técnica e

organizacional e das próprias características distintivas em nível socio-territorial e cultural. Emerge, portanto, uma grande competitividade entre as cidades e os vários intervenientes envolvidos.

De acordo com Santos (1992), hoje em dia o mundo encontra-se estruturado em subespaços articulados numa lógica global, cada lugar configura-se como fruto de uma ordem global e de uma ordem local, convivendo dialeticamente. Como consequência dos diversos fluxos e fixos, intensidades e direções, quebram-se os equilíbrios anteriores. Portanto, segundo esta ótica, não são somente as cidades que competem entre elas mas também as empresas, as quais tornaram-se verdadeiras empresas globais que “se valem dos progressos científicos e técnicos disponíveis no mundo e pedem, todos os dias, mais progresso científico e técnico” (SANTOS, 2004b, p.15). Uma das peculiaridades desse novo contexto de globalização é a criação de condições para uma maior circulação de pessoas, produtos e serviços, mercadoria, dinheiro e informação (SILVEIRA, 2016). Por isso, os países procuram dotar-se de novos tipos de infraestrutura, modernização do sistema de transporte e da mobilidade urbana, de aquisição de novas tecnologias e *know-how*. E uma das estratégias para tentar aumentar o próprio progresso tecnológico e nível de infraestrutura por parte dos países e aumentar o próprio *know-how* consiste em candidatar-se para organizar e acolher um megaevento.

A reestruturação hodierna do capitalismo influenciou profundamente a maneira de produzir, gerir e administrar as cidades. Assim como salienta Gilmar Mascarenhas⁷ (2016, p. 16), a nível global, “elas passaram a assumir um novo protagonismo obcecado pela competição interurbana (...), através da ascensão de políticas neoliberais que acentuam a preocupante desigualdade socioespacial”.

A partir do início dos anos '90 do século passado, assistiu-se a uma mudança da natureza das economias urbanas, em particular na maneira em como as cidades são aproveitadas. As cidades transformaram-se em locais de produção, consumo, inovação e de novos estilos de vida, assumindo-se como lugares de gestão da produção.

As cidades são obrigadas a competir para atrair os consumidores e investidores sendo que os investimentos externos estão mais relacionados com a imagem que uma cidade sabe comunicar (WHITSON e HORNE, 2006). Os processos estão em rápida evolução a par das dinâmicas e tendências. Os megaeventos, nesta ótica, são utilizados

⁷ Docente no Departamento de Geografia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

sobretudo como aceleradores dos processos de consenso e de revitalização do território ao fim de se dotarem de estruturas e infraestruturas necessárias à competição internacional (ESSEX e CHALCKLEY, 1998). Em prática, os megaeventos tornam-se instrumentos próprios do marketing territorial de uma cidade, região ou nação.

Mas se considera-se o território como centro da competitividade internacional das empresas (que ali residem e operam), quem compete nas diferentes escalas não são os territórios, mas sim as empresas. O aglomerado nas cidades oferece às empresas novas possibilidades de negócios. O espaço de competência configurar-se-ia, como uma série de vínculos e de oportunidades ligados às peculiaridades intrínsecas do mesmo, à conformação física, à dotação da infraestrutura, mas também à conjuntura política e administrativa, aos níveis colaborativos e de eficiência.

Resumindo, as cidades contemporâneas são chamadas a responder às diferentes necessidades que provêm dos diferentes indivíduos que vivem, utilizam e consomem as cidades. As cidades têm a necessidade de competirem sobre diversas escalas, (regional, nacional, internacional e global). Com o intuito de satisfazer as necessidades dos intervenientes envolvidos, as cidades precisam muitas vezes de se regenerar, encontrando novas soluções urbanas para vencer os desafios futuros. Tornam-se ponto estratégico, os conceitos como a acessibilidade, a sustentabilidade, a eficiência e a inovação. Um grande número de cidadãos e trabalhadores decidem viver na cidade pela qualidade e a quantidade de serviços oferecidos, pela possibilidade de encontrar formas de diversão e lazer, pela capacidade inovadora em vários setores. Tudo isso é verdade, mas existem cidades que melhor satisfazem e sabem satisfazer tais exigências, logo são mais competitivas.

Por outro lado, os megaeventos podem ser um recurso à disposição das cidades e dos territórios a fim de alcançar muitos dos objetivos que as administrações locais desejam com o tão esperado legado, tais como: o aumento dos padrões qualitativos e ambientais, a ampliação das infraestruturas territoriais, o crescimento da notoriedade, o nível de atratividade do destino, a cidade como destino turístico e lugar ideal para a aplicação de investimentos estrangeiros.

Chalkley e Essex (1999) evidenciam o valor dos megaeventos esportivos como estímulo para importantes desenvolvimentos. Tais desenvolvimentos, além de serem

necessários para vencer e para poder acolher megaeventos, servem também para melhorar os pressupostos, as condições e as oportunidades da competitividade das empresas locais atraindo novas empresas, devido a melhores condições gerais do contexto. As cidades poderiam trazer uma grande vantagem competitiva em acolher megaeventos, pois estes permitem ter uma enorme visibilidade a nível global. Através desta grande oportunidade de marketing territorial, as cidades poderiam transmitir os próprios valores, podendo comunicar os próprios recursos em termos ambientais, culturais e urbanísticos.

A competição entre cidades desenvolve-se também com a atração não somente de capitais financeiros, mas também e sobretudo capital humano e *know how*. Esta tipologia de capital humano, formada por investigadores, cientistas, mas também artistas e livres profissionais, encontra nas cidades as possibilidades de intercâmbios de conhecimento e de transferência tecnológica informal, assim como a possibilidade de expressar toda a sua potencialidade em termos de inovação (VICO, 2016).

Portanto as cidades, a nível global, competem mais do que nunca, com o objetivo de sediar um grande evento como uma Olimpíada. As suas transformações e as possibilidades de desenvolvimento que se obtêm acolhendo os megaeventos encontram um interesse maior. Assim como afirma Guala (2002b), a diversificação de iniciativas de alto nível, esportivas, culturais e artísticas, é muito elevada; a terciarização crescente da economia e o fim da cidade fordista relançam a competição internacional das cidades. É neste quadro competitivo que muitas cidades concorrem para poder obter a possibilidade de sediar uma Olimpíada.

A organização de um grande evento como uma Olimpíada comporta consideráveis investimentos que devem ser realizados para responder às exigências do Comité Olímpico Internacional (COI) e, na atual conjuntura global, os territórios, numa perspectiva de competição internacional, são sempre mais chamados a elevar os próprios sistemas estruturais e infraestruturais. É neste cenário que as Olimpíadas deveriam desenvolver um importante papel como catalisadores de transformações territoriais e sociais, mudanças que as vezes não acontecem ou impactam de maneira negativa a população local e o território.

Conforme afirma Gilmar Mascarenhas:

Operações urbanas emblemáticas que vêm, quase sempre, acompanhadas das parcerias público-privadas, da desregulamentação edilícia, da concessão de vantagens fiscais e da privatização dos espaços urbanos, com escassos canais de diálogo democrático, gerando por conseguinte um quadro de tensões e um amplo leque de estratégias de ativismo social. Sem dúvida, tais elementos vêm se repetindo a cada edição dos Jogos, ainda que variando segundo a particularidade de cada cidade e de cada conjuntura (MASCARENHAS, 2016, p. 6).

Infelizmente esses aspectos se repetem de quatro em quatro anos a cada edição das Olimpíadas com características diferentes dependendo de cada cidade-sede e do contexto político, económico e social do momento e do lugar onde ocorre.

2.6 Território normado: um estado de excepção para a organização do megaevento

Conforme Santos e Silveira (2001), cada atividade ou empresa precisa de lugares que determinam a base geográfica da sua existência, desenvolvendo desse modo a sua própria divisão do trabalho. Mas, algumas atividades ou corporações utilizam o espaço segundo lógicas globais (grandes organizações esportivas internacionais e os seus principais parceiros comerciais) e outras operam a partir de lógicas nacionais ou até intraurbanas.

As empresas globais, segundo a dinâmica da divisão do trabalho, entram em competição, mas, ao mesmo tempo, colaboram formando “*clusters*” e cooperando na lógica do trabalho “coletivo” no território.

Não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida económica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas. Assim, o território pode ser adjetivado como um território corporativo, do mesmo modo que as cidades também podem ser chamadas de cidades corporativas, já que dentro delas idênticos processos se verificam (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 291).

Assim como acontece com os megaeventos, estas empresas e/ou organizações, possuem uma influência e um alcance global tanto que podemos falar de uma exportação do território a nível planetário (SANTOS e SILVEIRA, 2001). “As empresas procuram

em cada território nacional a localização que mais lhe convém” (SILVEIRA, 2009, pp. 441-442), procurando pontos de interesse aptos para suas atividades, consequentemente para a acumulação de lucro. Nesse âmbito, a metáfora cidade-empresa, proposta por Vainer (2000), “perde a condição de metáfora, quando a cidade não é mais apenas gerida tal qual uma empresa, mas é a própria empresa privada que responde diretamente pelo planejamento e gestão da cidade” (OLIVEIRA, 2013, p. 18).

Desse modo, de acordo com Silveira:

Cada empresa, cada ramo de atividade produz uma lógica territorial, cuja manifestação visível é uma topologia; ou seja, aquele conjunto de pontos e áreas de interesse para a operação da empresa que, certamente, supera a própria empresa e é projetado sobre outros atores sociais (SILVEIRA, 2007, p. 24).

Portanto se cria assim uma espécie de guerra global entre os lugares, ou seja, uma competição global de empresas que buscam lugares produtivos (HARVEY, 2009; 2014). De fato, os lugares com as suas próprias materialidades, fixos, culturas, tradições, regras, normas fiscais etc. constituem, segundo Silveira (2007, p. 24), “*veraderos tejidos que atraen o rechazan ciertas localizaciones corporativas*”. A maioria dos países subdesenvolvidos configura o mercado interno como “residual” e a dinâmica do mercado global acaba influenciando fortemente também o mercado interno. Assim sendo, as grandes firmas e multinacionais internacionais acabam tendo um controle parcial sobre o território com base em interesses próprios particulares. A presença de uma grande firma no território influencia diferentes aspectos como: a imagem e a visibilidade da localidade / destino, a ética com os comportamentos individuais e coletivos, os empregos, o consumo, os gostos, as infraestruturas, o *know-how*, o conhecimento e sobretudo as técnicas e a tecnologia. Nesse contexto Santos e Silveira, (2001, p. 289) introduzem o conceito de “ordem espacial” salientando que “quando falamos de ordem espacial, estamos novamente nos referindo ao espaço explicado pelo seu uso. Cada momento da história tende a produzir sua ordem espacial, que se associa a uma ordem econômica e a uma ordem social”. Contudo, esta ordem espacial é principalmente “submetida ao papel regulador de instituições e empresas” (SANTOS e SILVEIRA. 2001, p. 289).

As empresas globais, responsáveis e/ou promotoras dos megaeventos esportivos, podem identificar-se com as grandes organizações e associações esportivas, em primeiro lugar a FIFA para a organização dos Campeonatos Mundiais de Futebol e a Taça das

Confederações e o COI para os Jogos Olímpicos, assim como todos os seus grandes parceiros comerciais internacionais e locais citados anteriormente. Tais organizações esportivas dispõem de uma área de atuação muito vasta que engloba diferentes regiões, países e até continentes. É suficiente, pois, pensar como as sedes principais da FIFA e do COI estejam situadas na Suíça, organizando as próprias manifestações esportivas de quatro em quatro anos em países e localidades diferentes, e que, em nível nacional, utilizam o seu próprio serviço distribuído em um grande número de pontos de interesse (as cidades-sede) e em diferentes bairros de atuação que, no caso dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016, coincidiram com os bairros da Barra da Tijuca, Copacabana, Ipanema e Leblon, Centro / Zona Portuária, entre outros.

Como dito, algumas cidades ou países são reconhecidos pela FIFA e pelo COI como as mais aptas para a organização e realização do evento. Isso cria uma competitividade internacional entre as cidades. “Algumas zonas mais propícias para sediar atividades de nível global se tornam autênticos espaços da globalização” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 299).

Esta escolha estratégica de países, cidades e bairros por parte das organizações esportivas cria ou aumenta a segregação socioespacial e as desigualdades, favorecendo algumas localidades e prejudicando outras que se tornam sempre mais esquecidas e com populações mais pobres (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 302). Trata-se de uma lógica que deriva das mudanças neoliberais nos territórios. Estas associações escolhem os lugares que consideram funcionais para a própria existência produtiva. “É uma modalidade de exercício do seu poder” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 294). Os lugares que não são tomados em consideração são chamados de “espaços opacos” ou “zonas de rarefação” enquanto os outros seriam os “espaços luminosos” ou “zonas de densidade”. Portanto, podemos afirmar que somente alguns pontos do território são impactados diretamente pelas grandes organizações esportivas e seus principais parceiros comerciais enquanto os outros pontos ou secções territoriais não são influenciados.

Tudo isso cria uma dinâmica de construção/destruição que Santos e Silveira (2001) definem de revalorização e desvalorização do território no âmbito também da lógica da competitividade global. Trata-se, então, de uma verdadeira busca por lugares produtivos. O território deve ser considerado como único, solidário e sensível. Ao ponto que, o uso que é feito pelas grandes corporações e organizações esportivas para a organização e realização de um megaevento das dimensões dos Jogos Olímpicos, cria

valorização de algumas áreas e desvalorização de outras, determinando dessa forma mudanças e transformações substanciais.

Neste mundo globalizado, o espaço vai adquirindo novas conotações e peculiaridades. As ações realizadas no território são sempre mais desenvolvidas com base na localização dos lugares. Isto é, os agentes hegemônicos escolhem “os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros” (SANTOS, 2004, p. 39). Este fenômeno de seletividade espacial, causa fragmentações no território colocando em choque “o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional” (SANTOS, 2004, p. 39), criando, assim como define Santos (2004), um verdadeiro estado de esquizofrenia. Portanto podemos afirmar que, através da globalização, toda a superfície terrestre hoje em dia é compartimentada, mas se trata de um cotidiano compartilhado que ao mesmo tempo é também funcional às exigências e aos interesses dos Estados e das grandes empresas que atuam nele de forma conflituosa, hierárquica e vertical.

Segundo Santos (2004) estas fragmentações e distorções no território derivam também da incompatibilidade entre diferentes velocidades e, conseqüentemente, fluidez dos elementos que nele atuam. De fato, esta rapidez e fluidez é fruto das técnicas atuais e dos progressos tecnológicos. Os detentores das novas técnicas e do *know-how* avançam mais rápidos em comparação com os outros que se tornam sempre mais lentos, criando então velocidades diferentes e novas disparidades. Os atores mais poderosos procuram espalhar nos territórios escolhidos todas aquelas infraestruturas necessárias para gerar aquela rapidez que é determinante e fundamental para a sua atividade e para alcançar aquela vantagem competitiva sobre a qual abordamos anteriormente. Esta competitividade constitui sempre mais uma competitividade entre as empresas do que uma competitividade entre os Estados, onde os grandes grupos que possuem mais poder induzem o Estado a alterar a sua base normativa na geração de condições mais favoráveis para a sua atividade. Então, podemos afirmar que “a competitividade acaba por destroçar as antigas solidariedades, frequentemente horizontais, e por impor uma solidariedade vertical, cujo epicentro é a empresa hegemônica, localmente obediente a interesses globais mais poderosos e, desse modo, indiferente ao entorno” (SANTOS, 2004, p. 42).

Esta seletividade espacial agrava as diferenças regionais no âmbito do território nacional. São diversidades em infraestrutura, equipamento, materiais, *know-how*, recursos, informação, força econômica e política, peculiaridades da população e da

sociedade. Empurradas pela competitividade da globalização geram-se fortes egoísmos locais e regionais que levam ao desaparecimento dos princípios da solidariedade nacional e às distorções sociais e territoriais.

Vimos como na contemporaneidade existe um grupo de firmas cuja topologia ultrapassa a dimensão nacional e cujo território é constituído pelo mundo inteiro. Se trata de empresas globais e multinacionais. Mas, ao mesmo tempo, sobrevivem também as pequenas empresas que pertencem ao circuito superior marginal ou ao circuito inferior da economia urbana, numa escala nacional, mas também ao nível local como as pequenas empresas de bairro. Estas duas tipologias de empresas coexistem e atuam segundo dinâmicas que são ao mesmo tempo de cooperação e conflito. De fato, podemos considerar os grandes grupos e corporações como organizações poderosas que detêm o poder hegemônico, enquanto as outras empresas são subordinadas àquelas de algum modo. As firmas globais prevalecem e evidenciam a própria hegemonia sobretudo pelo que concerne as tomadas de decisões, como, por exemplo, ao nível dos projetos urbanos de transformação do tecido de uma cidade, da construção de novas infraestruturas e rodovias, e de como serão utilizadas e regulamentadas. Conforme afirma Silveira:

Não é exagero dizer que hoje, quando a divisão territorial do trabalho de um país se torna global, o poder das empresas regula a vida política da nação, impondo suas respectivas topologias no território nacional e forçando formas de cooperação; isto é, modernizar infraestruturas, aumentar a velocidade e a fluidez regulatória e material, demandas que muitas vezes não estão relacionadas às verdadeiras necessidades nacionais (SILVEIRA, 2007, pp. 16-17).

Portanto o poder dessas empresas alcançou um vigor tão elevado que podemos falar de uso corporativo do território. Essas firmas são detentoras da tecnologia e dos últimos avanços da tecnociência, além de gerarem a informação que precisam e aquela que serve para influenciar os outros de forma hegemônica e vertical. Segundo Santos e Silveira (2001), na realidade, infelizmente, as grandes empresas operam seguindo uma dinâmica de tipo vertical, do alto para baixo, e as fases essenciais das atividades estão relacionadas fundamentalmente aos interesses e prioridades desses grandes grupos, criando espécies de “oligopólios territoriais”.

Sem dúvida, o território como um todo e as cidades em particular acolhem uma tipologia de atividades. Muitas delas são mais fortemente

relacionadas com o próprio território e, portanto, mais dependentes da sociedade próxima e das virtualidades materiais e sociopolíticas de cada área, o que permite certa horizontalização da atividade. O papel de comando, todavia, é reservado às empresas dotadas de maior poder econômico e político, e os pontos do território em que elas se instalam constituem meras bases de operação, abandonadas logo que as condições deixam de lhes ser vantajosas. As grandes empresas, por isso mesmo, apenas mantêm relações verticais com tais lugares. (SANTOS e SILVEIRA, p. 291).

Dessa forma, pode-se destacar que “ A divisão territorial hegemônica do trabalho vem de um evento hierárquico, definido por eventos que vêm de longe como ordens e normas ” (SILVEIRA, 2009, p. 452).

Contudo, essas grandes corporações e associações têm como objetivo primário somente o lucro desesperado, a tão esperada mais-valia, possuindo motivações meramente egoísticas e privadas de qualquer forma de teleologia. Elas atuam segundo um instinto animal do “peixe grande que come o peixe pequeno”, sendo o peixe pequeno, nesse caso, a população local e todos os outros sujeitos não hegemônicos (SANTOS, 2008) como: pequenas comunidades, empresas e lojas menores, vendedores ambulantes e “camelôs”, artesãos etc. Estes sujeitos são marginalizados, afastados do raio espacial onde acontece o megaevento e relegados a posições menos produtivas. Portanto, “cada lugar, como cada região, deve ser considerado um verdadeiro tecido no qual as condições locais de infraestrutura, recursos humanos, fiscalidade, organização sindical, força reivindicatória afastam ou atraem atividades em dado momento” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 297).

De acordo com Santos (2004, p. 51) “as verticalidades podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos. (...) Esse espaço de fluxos seria, na realidade, um subsistema dentro da totalidade-espaço”. Estes espaços de fluxo atuam num sistema de redes segundo uma dinâmica de solidariedade de tipo organizacional e onde as decisões fundamentais relativas aos processos locais obedecem a escopos afastados e inabituais ao lugar.

As verticalidades são os vetores em que operam as macroempresas e os grandes grupos de forma hierárquica, vertical e alienadora, ganhando um papel de regulação do conjunto do espaço.

Sendo assim, evidencia-se que:

A tendência e a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais. Dentro desse quadro, a política das empresas – isto é, sua *policy* – aspira e consegue, mediante uma *governance*, tornar-se política; na verdade, uma política cega, pois deixa a construção do destino de uma área entregue aos interesses privatísticos de uma empresa que não tem compromissos com a sociedade local” (SANTOS, 2004, p. 52).

Estamos diante de um modelo totalmente hegemônico e hierárquico que atua de forma individual e egoística e que é indiferente ao seu entorno e à realidade e ao contexto local. Ao contrário, as horizontalidades constituem os vetores da vizinhança e da contiguidade, pertencentes ao espaço banal, ou seja, um espaço onde interagem e se integram diferentes atores como as firmas, as instituições, as organizações, as pequenas empresas, os indivíduos e a população local. Trata-se em definitiva do espaço das vivências, o espaço de todos. E é neste espaço banal onde o Estado pode encontrar as melhores condições para a sua atuação recriando a ideia e o fato da Política, cujo exercício torna-se essencial para fornecer os ajustes indispensáveis para o funcionamento de todo o conjunto, no âmbito de um determinado território.

Na horizontalidade do espaço banal:

Todos os agentes são, de uma forma ou de outra, implicados, e os respectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados. Em tais circunstâncias pode-se dizer que a partir do espaço geográfico cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum (SANTOS, 2004, p. 53)

Portanto se trata de um sistema e de uma forma de atuar que visa uma solidariedade de tipo orgânica e horizontal interna mediante uma integração do conjunto dos diferentes atores que operam no território em todos os níveis: econômico, cultural, social e sobretudo geográfico ou territorial. Conforme ressalta Santos (2004, p. 53), “A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum”.

Nas horizontalidades do espaço banal atuam diferentes elementos e indivíduos com relógios e temporalidades distintas, mas todos conduzidos por um espírito solidário, buscando um sentido comum e readaptando-se às novas maneira de viver, colaborando,

cooperando e integrando-se com o território. Este, se transforma em algo diferente do que um mero recurso utilizado e usado corporativamente pelos agentes hegemônicos segundo uma ordem imposta desde cima, vertical, o território torna-se um abrigo pela fruição de todos os atores que vivem e operam nele. Existem, portanto, duas temporalidades diferentes. O tempo rápido e veloz das grandes empresas que aproveitam o utilize das novas técnicas para ser sempre mais competitivas e onde a velocidade representa um imperativo para a sua própria existência. O tempo mais lento e mais “humano” dos demais onde o sentido de urgência e extrema velocidade para alcançar a competitividade não constitui uma obrigação.

De acordo com Santos:

O uso extremo da velocidade acaba por ser o imperativo das empresas hegemônicas e não das demais, para as quais o sentido de urgência não é uma constante. Mas é a partir desse e de outros comportamentos que a política das empresas arrasta a política dos Estados e das instituições supranacionais (SANTOS, 2004, p. 60).

Mas esta velocidade, todavia não é imprescindível e não interessa à maioria da humanidade que tenta sobreviver a esta racionalidade despótica do tempo e das atividades *just-in-time* mediante outras modalidades de existência no mundo do cotidiano e da “heterogeneidade criadora” contra a “homogeneização empobrecedora e limitada”.

Inspirando-se nas ideias marxistas de produção necessária e de produção desnecessária (MARX, 1983, 1984), Santos e Silveira (2001, p. 297) ressaltam como “esse tema pode ser visto segundo um critério moral: a produção necessária seria a que ajuda a população a subsistir e a se desenvolver, enquanto a produção desnecessária seria não apenas o excedente, mas também excessiva, acarretando para a sociedade um ônus desnecessário”.

No caso dos megaeventos esportivos, o COI e a FIFA encorajam a construção de obras de modernização, infraestruturas, transporte e mobilidade urbana que as cidades necessitam para a realização do megaevento, “fortalecendo o processo de produção do espaço corporativo” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 295) e desenvolvendo um papel fundamental na produção e no financiamento do território e da economia.

Porém, essas intervenções muitas vezes representam obras desnecessárias realizadas somente para legitimar os elevados investimentos e, dessa forma, poder desviar verba ativando mecanismos de corrupção. Além disso, constituem obras que possuem

altos custos de manutenção, como é o caso por exemplo dos estádios, das arenas e de outras instalações esportivas e que frequentemente têm uma fraca utilização depois do megaevento (como os famosos elefantes brancos ou catedrais no deserto).

Essex e Chalkley (2004) também questionam se as instalações esportivas e as infraestruturas de apoio aos eventos podem ser úteis para o território anfitrião, no momento em que estas intervenções não foram previstas nem constituíam uma prioridade para o território. Por um lado, heranças como o crescimento econômico, o aumento dos fluxos turísticos, as melhorias dos serviços de transporte, culturais e ambientais e o maior prestígio em nível mundial, podem ser positivas, embora nem sempre sejam. Por outro lado, o impacto gerado pela construção de instalações esportivas e de novas estruturas, além do efeito positivo sobre a economia e sobre o mercado de trabalho, pode ser menos útil ou totalmente negativo, no momento em que se pode verificar remoções de famílias de moradores, desperdícios de investimentos, desvios de verba e de recursos, e a necessidade de dever enfrentar as dívidas acumuladas (VICO, 2016, 2018).

Frequentemente estes investimentos são realizados com recursos públicos e provocam um consequente endividamento por parte do Estado, o que constitui um verdadeiro custo social para a nação/cidade anfitriã com uma carga pesada para a sociedade a ser descontada até muitos anos depois da realização do megaevento, fato que incide fortemente sobre o bem-estar geral da população. Este custo social se reflete, sobretudo, nos países subdesenvolvidos onde ainda permanecem muitas desigualdades e problemas sociais como sistemas de educação e de saúde precários, falta de saneamento básico, moradias/habitações, problemas relacionados com o crime e a segurança e a falta de emprego entre outros.

O espaço é usado por vários intervenientes que frequentemente interagem e entram em conflito entre si. E através de objetos e ações que se desenvolve o trabalho. “Considera-se o espaço geográfico como uma rede de divisões territoriais do trabalho, um sinônimo de território usado” (SILVEIRA, 2009, p. 436).

A maneira em que o espaço é utilizado pela sociedade com as diferentes formas de envolvimento e inclusão das pessoas, é indicado pela formação socioespacial (SILVEIRA, 2009). Tornam-se relevantes nesse período, novas maneiras de usar e partilhar o espaço pelos diferentes atores envolvidos no processo, provocando distorções e fragmentações do território. Estes grandes grupos internacionais criam verdadeiros laços de cooperação que envolvem o espaço sob a forma de ordens, informações,

publicidade, dinheiro e estratégias financeiras. Tais laços representam os círculos de cooperação e são consideradas as etapas imateriais pelas quais passa o processo produtivo e a moderna divisão do trabalho (SILVEIRA, 2009). Trata-se, então, de uma cooperação que tem uma natureza particularmente intangível, constituída sobretudo pela informação e pelas finanças.

O território, portanto, se torna dependente de empresas e agentes estranhos à própria realidade e cuja operação obedece a normas que não concernem nem respeitam os valores sociais locais e que não se preocupam com a população local como, por exemplo, através do envolvimento dos moradores e dos seus valores sociais.

Cria-se, assim, um processo de crescimento no território que Santos e Silveira (2001, pp. 300-301) definem como um “processo alienado” constituído por um “conjunto de alienações” e “teatro de divisões de trabalho superpostas” provocando uma verdadeira “guerra global” entre firmas, organizações esportivas, corporações, pequenos agentes, comunidade local e lugares. “O que resulta na prática é a vitória de uma lógica econômica a despeito das distorções de ordem social que possa acarretar. A consequente divisão do trabalho passa a ser comandada de fora do interesse social (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 298).

Segundo Silveira (2009), essa pluralidade de divisões sociais e espaciais do trabalho poderia ser vista como um ativo e um capital e não como uma barreira para superar. De fato, diferentes atores indicam a combinação de várias formas de produção e diferentes mercados, tornando mais sólido e menos vulnerável o tecido social e espacial. Tudo isso não somente através do crédito, mas também pela existência de mercados plurais em maneira tal que os vários atores envolvidos possam coexistir em uma reciprocidade de ofertas e demandas, mesmo se com uma velocidade de operação diferente (SILVEIRA, 2009).

Porém, os diferentes interesses dos vários intervenientes, gera uma grande instabilidade do território, causando protestos, manifestações e um mal-estar geral por parte da população residente como já aconteceu para a Taça das Confederações de 2013, para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e também antes e depois da realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

É sabido, nessa perspectiva, que relativamente à gestão de um megaevento, a concentração das atividades comerciais reside nas mãos de um número reduzido de empresas, parceiras da FIFA e do COI ou indicadas e favorecidas pelos governos locais que constituem os beneficiários diretos dos megaeventos. São um grupo de agentes que engloba desde as empresas de construção, as empreiteiras, os bancos, engenheiros, arquitetos, passando pelas empresas de segurança, de bebidas e alimentação, aos meios de comunicação, telecomunicação e telefonia, até profissionais de diversos setores da sociedade envolvidos na promoção de um megaevento esportivo (publicidade, marketing, relações públicas, etc.).

Neste leque de intervenientes, se beneficiam usualmente as grandes multinacionais (muita das vezes ligadas à FIFA e ao COI, como a Coca Cola, a Budweiser, a Visa, o McDonald's), as agências de desenvolvimento do território, os bancos, as empresas imobiliárias, as grandes construtoras e empreiteiras (no Brasil a Odebrecht, a Camargo Correa e a OAS, principalmente), as empresas de mídia (no Brasil a Rede Globo e a Editora Abril), de telefonia (Embratel, Claro etc.), as seguradoras (Bradesco Seguros) e também todos os que possam trazer vantagem pelo aumento e pela especulação do mercado imobiliário (EGLER, 2017). Estes grandes grupos impõem preços mais altos aos bens e produtos e, na maioria das vezes com uma qualidade também mais baixa (SANTOS e SILVEIRA 2001; SANTOS, 2008).

A seguir, a tabela 2,5 na qual observa-se as receitas dos principais setores de atuação dos patrocinadores brasileiros durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Tabela 2,5: Receita prevista de patrocinadores locais dos Jogos Olímpicos de 2016

PRIMEIRO NÍVEL	SEGUNDO NÍVEL	TERCEIRO NÍVEL	
Patrocinadores Nacionais	Parceiros	Fornecedores	
10 x 30 milhões US\$	10 x 14 milhões US\$	20 x vários valores	
Mineração	Indústria automobilística	Atendimento médico	Serviço de idiomas
Petróleo	Companhia aérea	Hotel	Móveis
Telecomunicações	Gás industrial e natural	Tintas	Fornecedores de material de escritório
Alimentos embalados	Transporte público	Material elétrico e encanamento	Serviços de impressão
Bancos	Indústria farmacêutica	Confeitaria	Equipamento de dados digitais
Cerveja	Celulose	Fabricante de roupa	Consultoria jurídica
Telefonia celular	Indústria têxtil	Equipamento de ginástica	Mídia
Seguros	Seguro saúde	Serviços de limpeza	Carrinhos de golfe
Energia	Aluguel de carros	Logística	Serviços de manutenção
Serviços postais	Construtoras	Recrutamento e treinamento de voluntários	Segurança
Total de 300 milhões US\$	Total de 140 milhões US\$	Total de 130 milhões US\$	

Fonte: AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA, 2009

O uso corporativo do espaço citadino afeta principalmente a população mais vulnerável socialmente, aumentando e agravando as condições de pobreza. Os governos realizam amplos investimentos para modernizar o território e aprofundar a divisão internacional do trabalho, mas é necessário que estes investimentos econômicos apresentem um retorno do ponto de vista social também, o que normalmente não ocorre nos países subdesenvolvidos. Trata-se, pois, de uma modernização que exclui os mais pobres, os mais débeis da sociedade (ex. remoções, enobrecimento de alguns bairros, gentrificação).

De acordo com Santos (2008), a cidade no mundo subdesenvolvido se configura por meio de paradoxos que dentre outros eventos geográficos materializa dois circuitos da economia urbana, o circuito inferior e o circuito superior, marcados por

interdependência e complementaridade. O primeiro representado pelos sujeitos hegemônicos, oriundos da pobreza urbana, das periferias citadinas, incipiente em uso de capital, embora dinâmico e expressivo em fluxos de pessoas, produtos e serviços; enquanto o segundo apresenta uso intensivo de capital, representado pelos agentes hegemônicos da economia, os quais via de regra constituem o uso corporativo do território, portanto, o circuito moderno. No caso do circuito inferior, não importa onde o território é reorganizado, mas sua configuração se faz presente no contexto econômico citadino do mundo subdesenvolvido de forma marcante. Seus atores se agregam e se organizam no espaço urbano utilizando determinadas técnicas não modernas de produção do trabalho, baixo volume de capital e maneira específica de organizar-se (MEDEIROS, 2014). Considerando que o circuito inferior e a pobreza são, de certo modo, sinônimos (MEDEIROS, 2014), “é nesse circuito que a maior parte da população pobre encontra um abrigo, uma forma de se sustentar, pois exige menor volume de investimentos e não demanda, necessariamente, mão-de-obra qualificada” (MEDEIROS, 2014, p. 116). Por outro lado, o circuito superior da economia urbana se desenvolve por meio de investimentos massivos de capital, fortemente articulado em rede, denso em técnica, informação e é altamente competitivo e hegemônico. Este circuito é marcadamente subsidiado e favorecido pelo Estado, pois além de subsidiar investimentos, legisla em favor dos seus agentes, além de consumir e demandar produtos e serviços aí produzidos e comercializados.

Os grandes grupos operam no território segundo logics oligopolistas, conseguindo marginalizar os outros agentes envolvidos da região. Estes grandes grupos oligopolistas acabam por determinar uma reestruturação da economia nos dois circuitos superior e inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos (SILVEIRA, 2009).

Segundo Santos (2008), o circuito superior da economia urbana dos países subdesenvolvidos teve origem diretamente do progresso tecnológico e consiste nas atividades criadas em função da modernização da tecnologia e dos agentes que se beneficiam dela. De fato, utiliza uma tecnologia importada e de alto nível.

Esse circuito está baseado na necessidade de uma produção de capital intensivo e volumoso local ou exógena e tende a controlar a economia por inteiro. As principais relações comerciais e articulações para as suas atividades acontecem num ambiente

externo da cidade e da região que os abrigam, tendo como cenário o próprio país ou o exterior.

Além disso, é válido inferir que o circuito supracitado está constituído fundamentalmente pelos bancos, pelo comércio e pela indústria de exportação, pela indústria urbana moderna e pelos serviços modernos, atacadistas e transportadores. As atividades do circuito superior dispõem do auxílio do crédito bancário chamado também de “crédito burocrático” ou, às vezes, duma ajuda governamental.

O Estado e o Governo de fato intervêm com o pretexto da industrialização do próprio país, fornecendo infraestrutura e financiando a implantação da indústria moderna. Nesse circuito se manipulam grandes volumes de mercadorias. Uma boa parte do emprego derivante desse circuito é originado nas cidades ou nas regiões mais desenvolvidas tanto do próprio país de referência como do exterior.

Além disso, este circuito emprega também um número elevado de agentes estrangeiros. Relativamente aos preços, normalmente são fixos e nunca inferiores aos preços públicos de mercado. Também os custos são geralmente fixos e importantes, aumentando com o porte e a importância da empresa. O lucro por unidade de produto é reduzido, mas, em contrapartida, o circuito superior gera um elevado volume de produção.

A estratégia principal consiste, por conseguinte, na acumulação de capitais para a continuação e o crescimento das atividades para poder obter uma margem de lucro duradoura e a longo prazo. Uma das ferramentas mais utilizadas para o crescimento das próprias atividades é a publicidade que, frequentemente, consegue modificar os gostos dos consumidores e direciona-los para adquirir o produto o serviço da firma. Trata-se também dum circuito imitativo que não deixa espaço para a criatividade e a fantasia dos agentes envolvidos.

Ao contrário, conforme Santos (2008), o circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos está constituído por atividades de pequenas dimensões e concernem principalmente as populações mais pobres ou com uma renda familiar baixa.

Trata-se de atividades bem enraizadas no território e na cidade de referência, mantendo, portanto, relações privilegiadas com a própria região. A diferença principal entre os dois circuitos consiste nas diferenças de tecnologia e de organização. De fato, os agentes que operam nesse circuito se beneficiam somente parcialmente ou não se beneficiam para nada dos recentes progressos tecnológicos.

A tecnologia é baseada no trabalho intensivo e é frequentemente local ou localmente adaptada. Consequentemente a falta de modernização tecnológica, os atores envolvidos que operam nesse circuito dispõem de um potencial de criação considerável, deixando amplo espaço à própria fantasia, criatividade e arte.

Esse circuito é o resultado de formas de fabricação não-capital intensivo, de serviços não modernos fornecidos a varejo, do comércio não moderno e de pequena dimensão. As suas atividades estão baseadas no crédito e no dinheiro líquido, tratando-se principalmente do crédito pessoal direto.

Os agentes trabalham com pequenas quantidades de mercadoria e com preços geralmente variáveis que oscilam bastante. Regatear e negociar são a base das próprias atividades. Nesse circuito não se acumula capital numa perspectiva de melhoramento e incremento da produção a longo prazo, mas, o que mais importa é sobreviver e tomar conta da própria família.

Há diferença, também, do circuito superior, ao ponto que as atividades do circuito inferior não possuem nenhum tipo de auxílio governamental e, em muitos casos, os agentes são perseguidos como acontece por exemplo pelo caso dos ambulantes e dos outros vendedores informais.

Enfim, o circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos tende sempre a ser controlado, subordinado e dependente do circuito superior.

Tabela 2,6: Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos

	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não-obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade / Qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	
Crédito	Bancário institucional	Discussão entre comprador e vendedor
Margem de lucro	Reduzida por unidade e importante pelo volume de negócios	Pessoal não-institucional
Relações com a clientela	Impessoais	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Custos fixos	Importantes	
Publicidade	Necessária	Diretas, personalizadas
Reutilização dos bens	Nula	Desprezíveis
<i>Overhead capital</i>	Indispensável	Nula
Ajuda governamental	Importante	Frequente
Dependência do exterior	Grande	Dispensável
		Nula ou quase nula
		Reduzida ou nula

Adaptado de SANTOS (2008, p. 44)

O caráter corporativo das cidades afeta a população mais débil, aumentando o nível de pobreza. Os governos realizam amplos investimentos para modernizarem o território e inserirem-se diretamente na divisão internacional do trabalho, mas, como já dito anteriormente, estes investimentos econômicos tem que ter um retorno do ponto de vista social mediante de uma modernização que não exclua os mais vulneráveis da sociedade.

De fato, o circuito inferior, não importa onde o território é reorganizado, mas continua a existir. Seus agentes se agregam e se organizam ao redor desses espaços utilizando outras técnicas de produção do trabalho, outros capitais e outras maneira de organizar-se (MEDEIROS, 2014).

Considerando que o circuito inferior e a pobreza são, de certo modo, sinônimos (MEDEIROS, 2014), “é nesse circuito que a maior parte da população pobre encontra um abrigo, uma forma de se sustentar, pois exige menor volume de investimentos e não demanda, necessariamente, mão-de-obra qualificada” (MEDEIROS, 2014, p. 116).

Os seres hegemônicos que se aproveitam e ganham da globalização precisam de um Estado mais flexível a seus interesses. Através da introdução de capitais globalizados, as grandes firmas e multinacionais pretendem que o território se adapte às suas exigências de fluidez, alterando e fragmentando os territórios dos lugares escolhidos para a operacionalização de suas atividades.

Deste modo,

O Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social (...) e financia as empresas estrangeiras candidatas à compra do capital social nacional. Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante (SANTOS, 2004, p. 33).

Portanto, o Estado se torna cada vez menos solidário, apoiando a lógica das empresas globais que são dirigidas por um espírito individualista, sem altruísmo, para poder competir no mercado internacional. A política do Estado, desta forma, se transforma em política das grandes empresas, e o território nacional se encontra submetido a uma série de normas rígidas instauradas pelas empresas que ali se instalam, provocando, além das fragmentações territoriais, também alterações e desequilíbrios no sistema de relações econômicas, culturais e sociais dentro de uma determinada comunidade. Quando estas grandes empresas se instalam num determinado lugar, com o consenso do Estado e com o discurso de aportar mais emprego e modernidade, se cria então uma desordem em todos os níveis, aumentando a crise dos estados mediante a ingovernabilidade do território. O Estado tende a satisfazer as demandas destes grandes grupos, demandas que as vezes se tornam verdadeiras chantagens quando estas empresas ameaçam ir embora. Assistimos à impotência do Estado e à sua ausência deliberada, onde o poder público se afasta das tarefas de proteção social do seu povo. Esta cessão de soberania do Estado depende de como os governos de cada país encaram e lidam com a atual globalização. Frequentemente, e o caso do Brasil é emblemático, o governo torna-se dependente de exigências externas, e fica obrigado a transformar suas leis e normas num jogo perverso entre influências e interesses externos e as realidades internas (SANTOS, 2004).

No contexto do uso corporativo do território, notadamente no âmbito da realização de eventos desportivos, o Estado geralmente não desenvolve políticas de interesse social, privilegiando e apoiando os interesses da FIFA, dos agentes corporativos e do COI. “O Estado renuncia às funções de regulação social e privilegia o seu papel de suporte da expansão das lógicas monetaristas” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.305), desconsiderando as dinâmicas sociais e a atuação de políticas públicas de estímulo à cidadania e ao bem-estar coletivo.

Assim, depreende-se que por causa da mundialização do capital e dos diversos interesses econômicos em jogo, o Estado reduz ainda mais a sua preocupação com a cidadania e com os valores socioterritoriais, confundindo a figura do cidadão (força centrípeta) com a figura do consumidor (força centrífuga na localidade), seguindo ideologias espaciais distanciadas da realidade das populações e de suas reais necessidades.

Nesse sentido, um dos fatores mais importantes é a falta de compromisso com as demandas sociais e com os lugares.

Ao discutir os vínculos entre cidades e estados para recompor os circuitos espaciais de produção, Silveira assinala que:

A falta de vínculos entre municípios e estados, províncias ou departamentos para recompor os circuitos do espaço de produção também é um elemento significativo. Nesse sentido, vale lembrar também o abandono do Estado em relação ao consumo social. Por esse motivo, a globalização, como hoje é aceita na maioria dos países periféricos, significou um aumento nas polarizações socioespaciais. Seu corolário é a escassez de recursos, bens e serviços universais no restante do território e, conseqüentemente, um exercício desigual de democracia (SILVEIRA, 2009, p. 448).

Portanto, no mundo subdesenvolvido carece maior atenção aos anseios e demandas sociais de modo a garantir bens e serviços universais, com vistas ao bem-estar coletivo, através da construção de processos horizontais, democráticos, cujo papel do Estado se traduza em políticas, projetos e ações de desenvolvimento social e territorial.

A Lei Geral da Copa e o Ato Olímpico constituem duas leis que concederam amplos direitos de atuação e operacionalização para a FIFA, o COI, o COB e seus principais parceiros comerciais, à desvantagem do próprio território assim como de outros sujeitos não hegemônicos envolvidos, tais como moradores do entorno das arenas, os pequenos vendedores, ambulantes, lojas menores e parte da população local. Antes, durante e depois da realização do megaevento, somente algumas empresas parceiras da FIFA e do COI tiveram e têm poder de utilização do território, de fato estas organizações esportivas, negociando com o Estado e com as Autarquias locais, conseguem condições novas, especiais e particulares como aconteceu com a FIFA durante a Copa do Mundo de 2014 (SP5, 2017; SP6, 2017) e com o COI nas Olimpíadas.

De fato, a FIFA, com o consenso e a aprovação do Governo brasileiro, através da “Lei Geral da Copa”, criou um conjunto de leis *ad hoc*, fora da Constituição brasileira, para o período da organização e realização da Copa, onde somente os patrocinadores da FIFA podiam comercializar seus produtos durante o evento e não pagaram nenhum imposto para suas atividades no Brasil. No entanto, os pequenos comerciantes, os artistas de rua e milhares de trabalhadores ambulantes, não puderam vender nas áreas ao redor dos estádios e dos *Fan Fest* que eram vigiadas pelo exército e eram de total exclusividade da FIFA (MEDEIROS, 2014). Outrossim, ao redor dos estádios e das instalações esportivas existe também a geração de uma nova forma de manifestação do circuito inferior da economia urbana que acontece através de um número expressivo de comerciantes distribuídos tanto em estabelecimentos fixos como também ambulantes que, atentos à oportunidade de negócio, vendem variados tipos de alimentos e bebidas (MEDEIROS, 2014; CABRAL, 2017; CAVALCANTI, 2017). Nesse sentido, observamos que os entornos das estruturas esportivas, fora do raio de abrangência de uso exclusivamente da ação e competência dos parceiros comerciais das grandes organizações esportivas, são usados não somente como um dos principais lugares de lazer e diversão através dos *Fan Fest* e de outras atividades, mas também como um lugar de trabalho para muitos agentes.

A “Lei Geral da Copa” apresenta diversas obrigações e, ao mesmo tempo, contradições. O texto restringia especialmente o direito de ir e vir nos dias de jogo, pois os municípios tiveram que declarar feriados como suposta forma de reduzir os transtornos causados aos moradores da zona dos estádios. De fato, além de dispor de um ingresso, estes deviam ser munidos de uma acreditação para circular aos redores das arenas.

Segundo Rayes e Chahine (2014) no Jornal francês *Libération*, no mês de Maio de 2014, antes da Copa, a Corte Suprema julgou como constitucionais três pontos desta lei que tinham sido contestados pela Procuradoria-Geral da União do Governo Federal Brasileiro e, principalmente pelo fato de terem sido declarados feriados os dias em que decorriam os jogos, provocou um mal-estar geral entre os comerciantes locais.

Quanto aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República instituiu o “Ato Olímpico” (2009), o qual estabeleceu:

No âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2009).

Trata-se de uma série de mudanças que foram operadas na ordem jurídica. De fato, através do “Ato Olímpico”⁸ (Lei n. 12.035/2009) foram concedidos diversos benefícios fiscais e creditícios para as organizações internacionais como o COI, organizadores do evento e seus parceiros, prestadores de serviços e empreiteiras de construção civil; foram concedidas vantagens para a aquisição e utilização de bens públicos e instrumentos de controlo do espaço público para a proteção das marcas associadas aos eventos e para a tutela do chamado “*marketing* de emboscada” (OLIVEIRA, 2013, p.12-13), com o qual firmas não patrocinadoras e parceiras do COI e do COB tentavam aproveitar-se pegando “carona” do evento, cujos direitos já foram adquiridos por seus concorrentes pagando preços muito elevados para patrociná-los (APP BRASIL, 2016). Na referida lei do Ato Olímpico constavam algumas leis internas de proteção de direitos por parte do COI e do COB que proibiam a qualquer outro agente o aproveitamento de imagem, nome e, símbolos ligados aos Jogos Olímpicos, mesmo se ligados de forma indireta, podendo a sua inobservância resultar numa violação de direitos, passível de multa ou processo jurídico. No âmbito das marcas comerciais pertencentes ao COI, ao qual compete o seu uso e licenciamento de direitos verifica-se as seguintes: Olímpico; Olimpíada; Jogos Olímpicos; Paraolímpico; Paraolimpíadas; Jogos Paralímpicos; Jogos Olímpicos; Rio 2016; Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Da mesma forma, precisa da autorização do COI (quando existe a finalidade comercial do uso) também o uso de desenhos, logos e outras

⁸ Vide o Anexo D: Lei do “Ato Olímpico”.

imagens gráficas do megaevento, assim como os direitos relativos à bandeira e à tocha olímpica e também sobre as medalhas, mascotes, lemas e o próprio hino olímpico.

Além disso, o COI proíbe também qualquer referência ou alusão feita às Olimpíadas através de propaganda publicitária efetuada por firmas que não constam na lista de parceiros, patrocinadores ou colaboradores das Olimpíadas e as violações a estes direitos são fundamentadas pelas seguintes legislações e normativas: Lei das Olimpíadas – Ato Olímpico (Lei n. 12.035/2009); Lei de Propriedade Industrial (Lei n. 9.279/1996); Lei do Direito Autoral (Lei n. 9.610/98); Tratado de Nairóbi (Decreto n. 90.129/1984); Código Civil Brasileiro (Lei n. 10.406/2002); Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária do Conselho de Autorregulamentação Publicitária; Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990); Lei Pelé (Lei n. 9.615/1998) (OLIVEIRA, 2013; APP BRASIL, 2016). Outra norma, a “Regra 40” da Carta Olímpica, estabelece que “nenhum concorrente, treinador, instrutor ou funcionário que participa dos Jogos Olímpicos pode permitir que sua pessoa, nome, imagem ou atuações esportivas sejam explorados com fins publicitários durante os Jogos Olímpicos” (APP BRASIL, 2016, s.p.).

Segundo esta norma, todos os atletas, técnicos e profissionais do esporte não podem realizar campanhas publicitárias das firmas que os patrocinam e que não são patrocinadores oficiais das Olimpíadas (APP BRASIL, 2016). Aqui tem-se mais um exemplo de um evento geográfico que ratifica a ideia do território como norma, isto é, o território normado.

O COI conta no momento com 13 patrocinadores do programa *Top Partners* do Comitê Olímpico Internacional. São marcas que, ao assinarem contrato com o COI, passaram automaticamente a patrocinar todos os 205 comitês olímpicos nacionais. Esses parceiros comerciais são: Coca-Cola, Alibaba Group, Atos, Bridgestone, Dow, GE, McDonald’s, Omega, Panasonic, P&G, Samsung, Toyota e Visa. Além desses grandes grupos e multinacionais, durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016 apoiaram o COI também a Nissan, a Bradesco, Bradesco Seguros, a Claro, a Embratel e a Nike (O Estadão de São Paulo, 2017).

Desde 1896, cada edição das Olimpíadas tem sido sustentada pelo auxílio de patrocinadores e parceiros comerciais do COI que jogam um papel fundamental também na organização do evento e, em particular, na promoção e comunicação do mesmo. Como

retorno, esses parceiros, tem a oportunidade de publicitar os próprios produtos e dar maior visibilidade ao próprio *brand* (podendo até associar a própria marca aos cinco anéis que representam desde sempre o logo dos Jogos Olímpicos), incrementar as vendas, construir relações com antigos e novos clientes, motivar os próprios trabalhadores e elevar a autoestima geral da empresa.

Entre os principais parceiros comerciais da FIFA e do COI consta: Coca-cola, Budweiser, Visa, Nike, Adidas, Toyota, Bradesco, Bradesco Seguros, Claro, Embratel, Net, Nissan, Wanda, Samsung, Omega, Bridgestone, McDonald's, Panasonic, Correios etc.

Figura 2,2: Principais patrocinadores e parceiros comerciais da FIFA e do COI nos recentes megaeventos do Brasil



Fonte: Adaptado de O ESTADO DE SÃO PAULO, 2017

Todos esses parceiros comerciais pertencem ao *The Olympic Partners Programme* (TOP), um programa que garante os direitos de marketing de cada empresa patrocinadora e *partner*. O programa foi criado em 1985, atraindo algumas entre as mais famosas companhias multinacionais do mundo e agora encontra-se na oitava geração (TOP VIII) com receitas que aumentaram desde os 95 milhões de dólares do TOP I até ultrapassar 1 bilhão de dólares na hodierna edição dos jogos.

Segundo o programa, além do suporte aos Jogos Olímpicos, parte dessas entradas são utilizadas também para ajudar a comunidade local através de programas de educação, desenvolvimento sustentável e projetos de infraestruturas, ajudando também alguns atletas a poder participar aos jogos e espalhando os valores do movimento olímpico em todo o mundo (IOC MARKETING REPORT RIO 2016, 2016).

De acordo com Renato Chiuchini, Diretor do Departamento Comercial de Rio 2016:

“Sem o conhecimento, apoio, flexibilidade e colaboração de nossos parceiros de marketing, não seria possível superar as complexas condições político-financeiras e tornar os Jogos Olímpicos Rio 2016 um enorme sucesso” (IOC MARKETING REPORT RIO 2016, 2016).

A seguir, alguns exemplos de campanhas e atividades organizadas por alguns parceiros internacionais do COI, bem como ganhos, não somente financeiros, mas também em termos de notoriedade e visibilidade.

- **Patrocinadores internacionais**

A Coca-Cola é seguramente um dos parceiros históricos dos Jogos Olímpicos com bem 88 anos de parceria. Na edição dos Jogos do Rio de Janeiro de 2016, a Coca-Cola implementou a campanha *#ThatsGold*, sublinhando através de propaganda e publicidade televisiva, nas ruas e também através das redes sociais, os momentos “de ouro”, ou seja os mais significativos, das edições passadas dos jogos olímpicos bem como da edição de 2016 através de imagens de atletas do passado e do presente. Nas Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016, a Coca-Cola conseguiu acerca de 180.000 visitantes ao *Coca-Cola's Olympic Park* e mais de 500 milhões de seguidores através das redes sociais. Além disso, através dos anúncios comerciais publicitou os seus produtos principais como: Coca-Cola, Coca-Cola Light/Diet, Coca-Cola Zero e Coca-Cola Life e fez parte também do acompanhamento à tocha olímpica passando por mais de 320 cidades no Brasil e cobrindo 20.000 quilômetros terrestres e 16.000 quilômetros aéreos.

A Bridgestone, a maior empresa de pneumáticos do mundo, já opera no Brasil desde 90 anos, decidiu participar do programa TOP pela primeira vez com os Jogos do Rio de Janeiro de 2016. Entre as principais atividades desenvolvidas nas Olimpíadas consta o programa de educação “Transforma” que envolveu mais de 270.000 entre estudantes e professores em cursos de sustentabilidade ambiental, educando contra a poluição, o desperdício, incrementando a consciência ambiental bem como programas para a educação esportiva. Mais de 999 milhões de seguidores e impressões nas redes sociais. A criação de uma *Golf Fan Zone*, ou seja, uma área de golfe onde muitos visitantes (acerca de 7.000) se aproximaram a essa modalidade esportiva através do

auxílio de professores e treinadores. A Bridgestone disponibilizou a *Fan Zone* de bolas, chapéus, bastões e outros equipamentos, desenvolvendo a propaganda da própria marca. Todos esses equipamentos, depois da realização dos jogos, foram doados para a Confederação brasileira de Golfe.

McDonald's é patrocinador dos Jogos Olímpicos desde as Olimpíadas invernais de Grenoble de 1968. Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro representam a décima primeira participação consecutiva do *fast food* como restaurante oficial dos jogos. As atividades olímpicas da McDonald's visam criar ocasiões de interação entre os clientes, bem como entre os torcedores e os atletas, sublinhando o valor e o espírito da amizade também através do *hashtag* nas redes sociais *#FriendsWin*. Para perceber melhor a importância de McDonald's como parceiro comercial dos Jogos Olímpicos, seguem alguns números. McDonald's serviu acerca de 50.000 refeições para atletas e outros consumidores no próprio restaurante situado na *International Zone*. Os membros e funcionários da empresa são cerca de 95, provenientes de vários lugares do mundo como Brasil, Estados Unidos, China, Japão e Coreia. 100 crianças tiveram a oportunidade de viajar para assistir aos jogos do Rio no âmbito do programa *Olympics Kids*. Durante o evento, a empresa teve a licença de montar um quiosque chamado *Dessert Kiosk* na região do Parque Olímpico da Barra servindo milhares de sobremesas.

Omega é a empresa que disponibiliza os cronômetros oficiais dos Jogos Olímpicos desde 84 anos e 27 Olimpíadas, conseguindo desenvolver durante os anos uma tecnologia e uma qualidade sempre maiores. Alguns números de Omega durante as Olimpíadas do Rio de Janeiro: 480 cronômetros, 450 toneladas de equipamentos e 200 km de cabos e fios. Além disso, para celebrar o evento da cidade carioca, a firma criou e vendeu no mercado 3 modelos especiais e únicos dos seus produtos com imagens símbolos do Rio de Janeiro e os anéis das Olimpíadas.

Panasonic também foi parceiro comercial do megaevento e é *partner* oficial dos Jogos Olímpicos desde mais de 25 anos contribuindo com todo o material e equipamentos audiovisual da competição internacional. Seguem alguns números: 110 projetores de alta luminosidade disponibilizados para as cerimônias de abertura e encerramento do evento, 20.000 outros projetores, resolução 4K utilizada para filmar a cerimônia de abertura, 500 SQM de espaço utilizado nos pavilhões olímpicos. Milhões de fãs puderam assistir as atividades de Panasonic também em Facebook através do *slogan* “*Sharing the Passion*”.

A Samsung também teve a oportunidade de fazer a propaganda dos seus aparelhos telefônicos de última geração como o Galaxy S7 que a própria empresa disponibilizou

para o utilizo de mais de 12.500 atletas olímpicos. Durante os Jogos Olímpicos a Samsung montou 12 *Galaxy Samsung Studios* podendo mostrar a mais de 1 milhão de pessoas os seus produtos e interagir com os clientes e o público olímpico. Em colaboração com o COI, a Samsung criou também um aplicativo de celular que foi instalado por mais de 7 milhões de usuários.

A Visa faz parte do programa TOP desde 30 anos e nas últimas olimpíadas do Rio de Janeiro, criou um programa de pagamento inovador através do *wearable payment* e parcerias com os relógios da Swatch, celulares da Samsung e o banco brasileiro Bradesco. 4.000 pontos de terminais de pagamentos com celulares no parque olímpico e 61 atletas formando a equipe da Visa. A empresa colaborou também com a companhia de transportes Uber, associando o próprio *brand* como principal forma de pagamento com o programa Uber Carpool.

A Nissan providenciou acerca de 4.200 veículos para a operacionalização dos jogos e também para as atividades internacionais ligadas à Tocha Olímpica. Durante os jogos foi lançada no mercado a Nissan Kicks, novo produto do grupo Nissan instalando também uma unidade hoteleira em Copacabana chamada de Nissan Kicks Hotel. Nissan aproveitou-se do evento também para lançar alguns modelos de carros funcionantes com energia elétrica e com bio-etanol.

Entre os outros patrocinadores e parceiros internacionais constam: Toyota, Atos, Dow, GE, P&G.

- **Patrocinadores domésticos:**

Além dos patrocinadores e parceiros internacionais que vimos anteriormente, os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, usufruíram da parceria de patrocinadores domésticos. Seguem os principais.

Bradesco tornou-se o principal patrocinador doméstico dos J.O. em 2010 com direitos exclusivos pelo que concerne o setor financeiro e de seguros. De fato, durante o evento, Bradesco foi responsável por providenciar aos serviços financeiros de centenas de atletas nacionais e internacionais. A assistência Bradesco desenvolveu-se através de *Service Points* e de quiosques de suporte aos clientes.

A Bradesco Seguros também foram patrocinadores dos J.O. Na realidade constituem um ramo do banco Bradesco, operando em total sinergia com o banco, trata-

se do ramo dos serviços de seguro, capitalização e mercado dos fundos de aposentadorias abertas. Possui mais de 4,700 filiais e está presente em 5,570 municípios brasileiros.

Claro, Embratel e Net, graças aos anos de experiência em eventos e grandes eventos, foram os patrocinadores oficiais e os principais provedores de serviços de telecomunicações durante Rio 2016. Eles pertencem todos ao América Móvil Group, uma das maiores companhias de telecomunicações do mundo. No total, Claro, Embratel e NET montaram 370 km de circuito de fibra ótica, 60.000 conexões de rede LAN, 60.000 pontos de acesso à Internet, 20.000 entre 3G e 4G linhas de redes celulares, 10.000 linhas de IP *phone*, 8.000 pontos wifi e 12.000 CATV antena televisão cabo com o total de 40 *gigabits* por segundo. A Claro expandiu a própria rede montando 97 novas estações de rádio 3G e 4G e distribuindo milhares de chips de celulares. Acerca de 3.000 profissionais da Claro, Embratel e Net dedicaram o próprio serviço para o evento.

Os Correios também, a partir de Janeiro de 2014, tornaram-se patrocinadores oficiais de Rio 2016 jogando um papel fundamental entregando mais de 30 milhões de itens para o evento, incluindo o equipamento dos atletas, o material para a Vila Olímpica, e vendendo mais de 14 milhões de produtos como selos, envelopes, caixas entre outros. Para os J.O. os correios empregaram mais de 120.000 dependentes.

A governança territorial tornou-se uma ferramenta de fundamental importância para uma intervenção mais eficaz e sustentável das políticas de desenvolvimento do território. A ideia de governança, que nas últimas duas décadas tornou-se uma questão fulcral no âmbito das ciências sociais, surgiu com a intenção de simplificar os processos de regulação e de gestão dos poderes públicos e de facilitar a tomada de decisões dos outros atores sociais envolvidos. O objetivo principal é fomentar uma gestão pública mais inclusiva e corresponsável com a aparição de novas práticas de gestão inovadoras que contribuam a ultrapassar os tradicionais e antigos modelos mais impositivos e burocráticos para poder enfrentar melhor os novos desafios que vão surgindo (FARINÓS DASÍ, 2008). A governança refere-se, portanto, a um sistema alternativo de gerir o que é público através do nascimento dum novo sistema de relações mais complexo que compreende novos agentes emergentes que se situam fora do contexto político. Trata-se também do surgimento e da atuação de novos métodos de planificação das dinâmicas territoriais que sejam inovadores e constituídos pela relação, negociação e formação de acordos e consensos pelos vários intervenientes que partilham objetivos comuns e que saibam qual deve ser o seu próprio papel dependendo do contexto (FARINÓS DASÍ,

2008). A governança é entendida então como um modelo inovador de governo, diferente da forma hierárquica antiga, com uma estrutura constituída por organizações involucradas que interagem entre elas, permitindo desse modo também a participação local no desenvolvimento de políticas públicas (BARBINI *et al.*, 2011).

Portanto, como explica claramente Farinós Dasí:

A governança territorial é entendida como uma prática / processo de organização dos múltiplos relacionamentos que caracterizam as interações entre atores e diversos interesses presentes no território. O resultado dessa organização é a elaboração de uma visão territorial compartilhada, baseada na identificação e valorização do capital territorial, necessária para alcançar a coesão territorial sustentável em diferentes níveis, do local ao supranacional. (...) A governança territorial é uma pré-condição para a coesão territorial, através da participação dos diferentes atores (públicos, privados, terceiro setor ...) que operam em diferentes escalas. Portanto, o principal desafio para uma boa governança territorial seria gerar as condições mais favoráveis para o desenvolvimento de ações territoriais conjuntas que permitam alcançar esse objetivo (FARINÓS DASÍ (2008, p. 15).

Relativamente aos megaeventos, é muito importante compreender quais são os diferentes intervenientes envolvidos no processo de governança pelo que concerne o planejamento e organização de um grande evento bem como os vários interesses que podem entrar em jogo na realização do mesmo.

De fato, segundo Farinós Dasí:

Na nova governança, as interações entre os vários atores são reguladas por uma ampla gama de modelos sociais de coordenação, e não por um número limitado de procedimentos organizacionais definidos hierarquicamente. A governança por definição envolve um conjunto amplo e complexo de atores públicos e privados e baseia-se na flexibilidade, parceria e participação voluntária de vários representantes dos interesses sociais existentes (FARINÓS DASÍ, 2008, p. 13).

Infelizmente as populações locais não são consultadas sobre a possibilidade de acolher ou não uma Olimpíada. Sobre a importância do envolvimento dos residentes Farinós Dasí salienta que:

O conceito de desenvolvimento sustentável e a necessidade de gerenciar racionalmente o uso dos recursos abrem as portas para a participação do cidadão nesse grande objetivo coletivo. A governança é então apresentada como o aspecto social do princípio da sustentabilidade e a participação se torna a palavra-chave (FARINÓS DASÍ, 2008, p. 14).

Este conceito é aprofundado também por Natera Peral (2005) que defende a tese de como as administrações em diferentes níveis devem cuidar dos interesses da coletividade e do território atendendo às prioridades e às demandas concretas da população, criando sobretudo as condições favoráveis para a inclusão e o envolvimento dos indivíduos interessados nas temáticas e nas problemáticas de carácter público.

A organização de um megaevento implica, portanto, o envolvimento e a participação de diversos intervenientes pertencentes tanto ao setor público como ao setor privado. E essa coesão e interação entre o público e o privado é sublinhada também por Kooiman (2004) que concebe a governança como um sistema de interações entre diferentes intervenientes para resolver alguns tipos de problemas complexos e conseguir alcançar os objetivos desejados:

Nenhum ator, público ou privado, possui o conhecimento e as informações necessárias para solucionar problemas complexos, dinâmicos e diversificados. Nenhum ator tem uma perspectiva suficiente para usar eficientemente os instrumentos necessários. Nenhum ator tem potencial de ação suficiente para dominar unilateralmente. Esses aspectos dizem respeito basicamente à relação entre governança e governo. (...) Quanto maior o espaço que uma interação cria, maior a liberdade dos atores de selecionar os valores, objetivos e interesses que eles desejam buscar mais tarde (KOOIMAN, 2004).

Infelizmente, os balanços finais colocam frequentemente em evidência elevadas deficiências, o que dariam espaço a polémicas políticas que poderiam reduzir as vantagens eleitorais dos partidos e das partes sociais que têm promovido o megaevento.

Os grandes eventos internacionais, suscitam uma crescente atenção para as transformações de *policy*, isto é, de um conjunto de ações (mas também de não-ações) desenvolvidas por sujeitos de carácter público e privado, dalguma forma relacionadas a um problema coletivo. Trata-se, portanto, de um diferente plano de atuação das políticas públicas no território. E as considerações sobre o processo de governança são particularmente reforçadas justamente nesse setor da *policy* (FARINÓS DASÍ, 2008).

A história recente demonstra que os grandes eventos produzem junto com os benefícios, também “malefícios” ou desvantagens, que podem ser de natureza ambiental, económica, psicológica e socio-territorial.

Todas estas considerações induzem a uma atenta reflexão sobre a relevância duma correta e delicada gestão e organização de um megaevento.

A gestão dos megaeventos desenvolvida até agora baseou-se sobre um uso privilegiado e hierárquico dos bens públicos, com um controle de tipo vertical, de cima para baixo, por parte das grandes corporações e organizações. Isso tem a ver com um conceito que Santos e Silveira (2001, p. 295) definem como “espaço corporativo”. Contudo, essa hierarquia pode mudar e transformar-se dependendo do contexto social, político e económico e das novas variáveis geradas pela globalização, bem como pela racionalidade e/ou contra-racionalidades dos lugares.

Quanto mais empoderadas e articuladas politicamente e socialmente as populações e seus territórios, mediante a governança territorial na gestão dos megaeventos num processo efetivamente democrático, maiores as *chances* de mudanças desse cenário.

PARTE III

OS JOGOS OLÍMPICOS DE OLÍMPIA AO RIO DE JANEIRO



O Discóbolo
Míron (455 a. C.)

*“No esporte, o jogo deve ser uma constante.
Quando esse componente vem a faltar,
é hora de parar.”
(JOSEFA IDEM)*

3,1 Introdução

Nesta Parte analisamos algumas causas do fascínio provocado pelos Jogos Olímpicos. Em um primeiro momento, mediante um *excursus* (digressão) apresentamos as origens dos jogos na Grécia Antiga, como aconteciam, como se desenvolviam, quais eram os rituais, bem como os mitos e as representações simbólicas relacionados. Em um segundo momento, passamos a analisar os jogos olímpicos da era moderna, após recuperação desse acontecimento graças ao barão Pierre de Coubertin. Comparamos as características, os rituais, os heróis e os mitos dos jogos das duas épocas e verificamos como os valores e as virtudes esportivas têm-se transformado com o passar dos séculos por meio do advento do profissionalismo e da mercantilização do esporte.

Para analisarmos como aconteciam as Olimpíadas no passado, utilizamos como fontes principais textos narrativos, literários. Por serem às vezes um pouco fragmentadas as informações, baseamo-nos também em artigos científicos. Destacamos a obra de Violaine Vanoyekee, *La naissance des Jeux Olympiques et le sport dans l'antiquité* (2004); o trabalho de Eva Cantarella e Ettore Miraglia, *L'importante è vincere – Da Olimpia a Rio de Janeiro* (2016); o texto de Moses I. Finley e H. W. Pleket intitulado *1000 ans de jeux Olympiques* (2008); bem como o livro de David Azoubel Neto, *O futebol como linguagem – Da mitologia à psicanálise* (2010); e de Luca Pelosi, *Olimpiche – Storie immortali in cinque cerchi* (2016).

Não pretendemos desenvolver uma análise exaustiva da história dos jogos olímpicos e, por isso, nos concentramos mais nos aspectos que mais interessam para o nosso trabalho de pesquisa, isto é, os mitos e as simbologias relacionadas com os jogos olímpicos e com o esporte de maneira geral, bem como a análise e a comparação de alguns estudos de caso de Jogos Olímpicos recentes.

A última seção dessa Parte concerne principalmente ao estudo de caso da cidade do Rio de Janeiro no âmbito da organização e realização dos Jogos Olímpicos de 2016, considerando sobretudo os impactos e as heranças relacionados.

Do ponto de vista metodológico, além da pesquisa bibliográfica e documental, foram realizados diversos trabalhos de campo *in loco* na cidade do Rio de Janeiro durante os anos de 2018 e 2019. Foram também desenvolvidas entrevistas e gravados depoimentos com professores e pesquisadores, como: Gilmar Mascarenhas (professor da UERJ e pesquisador de referência sobre a temática dos megaeventos, do esporte e da relação com o espaço urbano), Orlando dos Santos Júnior (professor da UFRJ e membro principal do Observatório das Metrôpoles), Hindenburgo Francisco Pires (professor de geografia da UERJ), Letícia de Luna Freire (professora da UERJ e membro do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas), Carlos Eduardo Valle Rosa (Coronel Aviador da Reserva da Força Aérea Brasileira – FAB), Carlos Vainer (professor, pesquisador e escritor), Luigi Spera (jornalista e escritor), entre outros.

3,2 As Olimpíadas da Antiga Grécia

A origem dos Jogos Olímpicos está sempre relacionada a lendas ou a figuras que pertencem ao mito. Como por exemplo a lenda de que os jogos teriam sido fundados por Zeus depois de vencer os Titãs; ou de Hércules, vindo de Creta, que prevaleceu no vale de Alfeu sobre Augias, e os jogos teriam começado com os nemeus, introduzidos para comemorar a vitória de Hércules, conseguida depois de matar o leão (VICO, 1979). Ou ainda se narra que os jogos foram estabelecidos pelo rei de Elide, Iphitos, em homenagem aos deuses, como forma de minimizar a peste que afetava o Peloponeso no IX século a. C. graças ao conselho do oráculo de Delphi (VANOYEKE, 2004). Outras lendas consideram Pélope como o verdadeiro criador das Olimpíadas. Segundo o escritor Píndaro, na primeira das suas Odes Olímpicas, os jogos teriam sido fundados por Pélope, que chegou na região (que depois levou o seu nome) para participar de uma competição de carros estabelecida por Enomau. Conforme o mito, Enomau, rei de Pisa (uma cidade perto de Olímpia), soube do oráculo que teria sido morto por mão do futuro marido da filha Hipodâmia. Por este motivo, Enomau queria evitar que a filha se casasse e a cada ano organizava uma competição de quadrigas da sua cidade até Corintos, desafiando os pretendentes de sua filha. Ele se considerava invencível porque possuía cavalos que lhe

foram doados por Faetontes e, destarte, fazia um pacto com os concorrentes: quem vencesse poderia se casar com sua filha, mas quem perdesse seria morto. Assim, quando Pélope chegou já havia treze pretendentes mortos. Mas Pélope conseguiu ganhar graças ao auxílio de Poseidon, que lhe doou cavalos alados. Assim Pélope tornou-se o rei de Pisa e estendeu o próprio domínio a toda a região. Quando ele morreu, foram celebrados em Olímpia os jogos fúnebres que provavelmente deram origem aos jogos olímpicos (CANTARELLA e MIRAGLIA, 2016).

Mesmo havendo uma infinidade de lendas (o que não ajuda na individuação da real origem dos jogos olímpicos), elas são úteis na identificação do carácter sagrado e religioso destes acontecimentos. A própria cidade de Olímpia, de fato, constitui um sítio mitológico que confere aos vencedores a glória eterna e a imortalidade.

Por volta de 1000 a.C., o site se tornou um santuário dedicado ao deus Zeus. Como este último residia no pico mais alto da Grécia, o Monte Olimpo, que se eleva a mais de 2.900 metros na fronteira entre a Tessália e a Macedônia, ele recebeu o nome de Zeus Olympios e o santuário que lhe foi dedicado perto do rio Alfeu de Olímpia (FINLEY e PLEKET, 2008, pp. 31-32).

Alguns autores consideram que a origem dos jogos é fundamentalmente relacionada com as cerimónias fúnebres em homenagem a Pélope e a Zeus, quando as competições atléticas acompanhavam o culto fúnebre dos grandes heróis.

Outros autores acreditam que a origem dos jogos deve-se associar aos rituais de fecundidade. Olímpia constituía o lugar sagrado onde ocorriam os casamentos, e o ritual da corrida dos atletas correspondia à corrida dos vários pretendentes que eram finalmente escolhidos pela mulher.

As primeiras Olimpíadas antigas aconteceram em 776 a.C., no final de agosto, durante as festas em homenagem a Zeus. Elas duravam um dia, sendo a única modalidade a corrida. Posteriormente, os dias tornaram-se cinco e as modalidades se multiplicaram. Na Grécia Antiga não existia uma data predeterminada para o começo dos jogos, mas as Olimpíadas iniciavam sempre de maneira que o terceiro dia coincidisse com a segunda ou terceira lua cheia depois do solstício de verão (CANTARELLA e MIRAGLIA, 2016). Na Grécia Antiga as Olimpíadas representavam uma festa religiosa pública organizada e financiada pelo Estado.

Não havia inconsistência no fato de que atividades de culto e esporte praticadas com um espírito competitivo altamente desenvolvido coexistissem no mesmo feriado religioso. Nós respeitávamos os deuses, os temíamos, reconhecíamos

que dependíamos deles e que lhes devíamos gratidão, mas era raro que os amássemos ou que nos humilhávamos (FINLEY e PLEKET, 2008, pp. 40-41).

Era um evento local, realizado no estádio de Olímpia e os atletas eram somente gregos. Olímpia era apenas um centro religioso dedicado às festas que aconteciam ao redor do recinto sagrado de Zeus, criado segundo o mito por Hércules. Finley e Pleket a descrevem dessa maneira:

Aninhada na cavidade de um vale cercado por pequenas colinas, Olympia está localizada na Elide, uma região fértil, como cada visitante pode perceber ao chegar de Patras por estrada ou, ainda mais impressionante, a leste, atravessando as passagens áridas das montanhas da Arcádia. Com suas planícies e suas encantadoras encostas verdes, a paisagem é muito suave, muito diferente dos relevos com contornos irregulares que caracterizam a maior parte da Grécia. Outra especificidade ainda mais incomum na Grécia, chove o ano inteiro nessa região, de modo que os dois principais rios, o Peneu ao norte e o Alfeu, que, com seus afluentes, regam Olympia, e não a deixam secar durante o verão (FINLEY e PLEKET, 2008, p. 31).

Figura 3,1: Localização de Olímpia na península grega



Fonte: Atlas histórico. São Paulo; Encyclopedia Britannica, 1977, p. 16

Foi escolhida a cidade de Olímpia por diferentes razões como pela sua localização de fácil acesso, tanto via terrestre como via mar, mas também porque os antigos gregos acreditavam que os bosques, os verdes morros e os rios eram habitados por deuses e ninfas, um lugar diferente dos outros lugares da Grécia que apresentavam características mais áridas e ásperas.

Também Vanoyeke descreve esse lugar que se tornará mais famoso pela celebração dos jogos olímpicos durante todo o período da *Magna Graecia*:

Olympia, um santuário plano cercado por dois rios, o Alfeu e o Cladeo, representa, aos pés da colina de Cronion, um grande parque sombreado por pinheiros. (...) Os primeiros edifícios micênicos (século XV a.C.) foram substituídos no século VII pelo templo de Hera e no século IV pelo templo da Mãe dos Deuses (VANOYEKE, 2004, p. 111).

Na época do escritor Pausânias, ainda existia a tumba de Hipodâmia e de Pélope, situada dentro de um recinto. Em cima da tumba se efetuava um sacrifício de carneiros pretos. Assim como revelam os seus versos:

Então, em Pisa, pegando toda a tropa
E toda a pilhagem valente de Zeus
O filho mediu um bosque muito sagrado para o Pai
Muito grande
Porque antes, sem nome, enquanto Enomau reinava,
Ele foi inundado com abundante
neve para este rito primordial
estavam as fadas
e a única testemunha
da verdade.
Ele organiza uma festa a cada cinco anos com a primeiro
Olimpíada
(VANOYEKE, 2004, p. 111)

A partir do VI século a. C., Olímpia começou a desenvolver-se, graças também ao aumento da relevância das competições no âmbito do circuito pan-helénico. Esse circuito, que em grego era designado pelo termo *períodos*, compreendia além dos jogos Olímpicos (que se disputavam a cada quatro anos), os jogos píticos na cidade de Delfos (em homenagem a Apolo e que aconteciam a cada dois anos), os jogos nemeus na Nemeia, no Peloponeso, na fronteira norte da Argólida, e os jogos de Istmo em Corinto, durante a festa de Poseidon. O circuito foi organizado de modo que pelo menos uma das competições fosse realizada a cada ano. No ano olímpico, os melhores atletas também poderiam competir nos jogos istmânicos, no ano seguinte nos jogos nemeus, depois nos jogos píticos e ístmicos e no quarto ano novamente em Nemeia (FINLEY e PLEKET, 2008).

Figura 3,2: Os diversos jogos na Grécia Antiga



Fonte: olimpia776.warj.med.br

Para os gregos antigos, a vitória representava a demonstração da capacidade de enfrentar os desafios, superando os outros (CANTARELLA e MIRAGLIA, 2016). Pois “Somente a vitória trazia glória; a participação, a prática do esporte em si, não eram virtudes, e a derrota era uma fonte inesgotável de vergonha ” (FINLEY e PLEKET, 2008, p. 42).

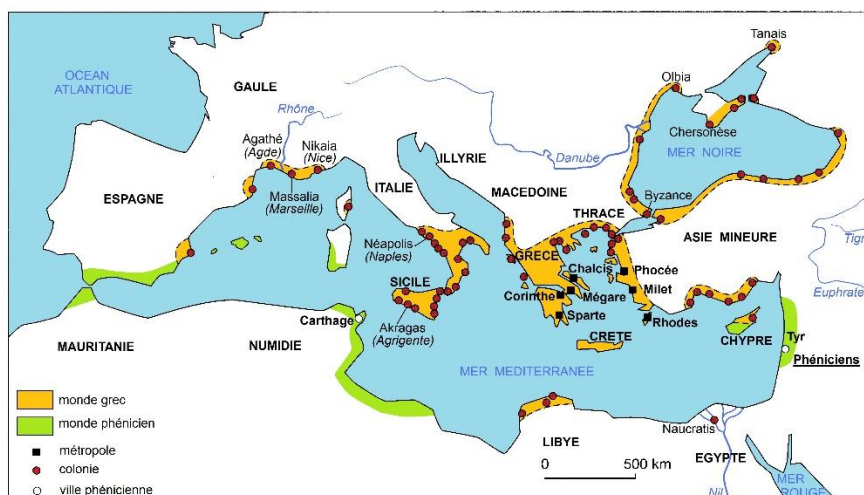
Píndaro, o poeta dos jogos, revela claramente que quem perdia deveria enfrentar um odioso retorno a casa, acompanhado pelo desprezo, e escondendo-se, percorrendo percursos escondidos.

A Olimpíada era considerada a festa popular mais importante da Grécia Antiga e era celebrada a cada quatro anos. Tão importante que os gregos mediam o tempo a partir da primeira Olimpíada. Para os gregos, portanto, o ano 776 A.C. representava o ano 0 (CANTARELLA e MIRAGLIA, 2016; RAISTORIA, 2018).

As pessoas chegavam de todo canto da Grécia e da Magna Grécia, assim como os atletas:

As origens sociais e geográficas dos concorrentes evoluem à medida que as mudanças políticas e econômicas no mundo grego se desdobram. No início, eles vieram principalmente da própria Elis e de regiões vizinhas: de 776 a 600 a.C. AD, o Peloponeso fornece 75% dos laureados. Depois disso, atletas de toda a Grécia continental e das colônias ocidentais começaram a se apresentar em grande número. Durante a era romana, o número de vencedores da Grécia continental caiu para cerca de dez por cento do total, enquanto cerca de 60% eram da Ásia Menor (FINLEY ET PLEKET, 2008, pp. 48-49).

Figura 3,3: A Grécia Antiga por volta do ano 500 a.C.



Fonte: WORDPRESS.COM (2017)

Durante os jogos, qualquer hostilidade, guerra, causas judiciais e as condenações de morte eram suspensas. Um elemento que acomuna os jogos olímpicos da antiguidade e os jogos da era moderna é a “trégua sagrada”. De fato, apenas em ocasião das Olimpíadas, na Grécia Antiga era estabelecida uma trégua temporária entre as diferentes cidades que participavam aos jogos, esquecendo, embora provisoriamente, os ódios e os conflitos.

Os espondóforos (ou mensageiros) partem para anunciar os jogos no norte da Grécia, nas ilhas, na Ásia Menor e no Egito, na Sicília e na *Magna Graecia*. Desde o dia em que a trégua é proclamada, a luta entre gregos deve ser suspensa. Nenhuma tropa armada pode entrar no território helénico considerado inviolável. Quem vai a Olympia deve ser respeitado. Durante a duração dos jogos, é estritamente proibido impedir que atletas registrados participem de eventos. Atravessamos as linhas inimigas usando uma conduta segura geral. Ao redor do estádio, os gregos reconciliados finalmente percebem sua unidade (VANOYEKE, 2004, pp. 85-86).

Ao terminarem os jogos, terminava também a trégua, e as guerras e hostilidades recomeçavam. A cidade de Esparta, por exemplo, em 420 a.C. estava em guerra com a Elides e foi excluída dos jogos. De acordo com Cantarella e Miraglia, relativamente a esse assunto da “trégua sagrada”, podemos encontrar algumas analogias e valores em comum entre os jogos do passado e os de agora:

As Olimpíadas eram uma ocasião que recordava aos gregos a importância de estar juntos, de sentir-se unidos em nome de um patrimônio cultural comum, colocando de parte – pelo menos temporariamente – incompreensões e hostilidades. Assim como hoje faz – ou deveria fazer – durante alguns dias quem participa como atleta ou como espectador aos Jogos Olímpicos. Como então – e hoje como nunca – as Olimpíadas oferecem uma ocasião para compreender que

a consciência de pertencer a um sistema comum de valores é a única arma capaz de enfrentar e combater forças desintegrantes que hoje questionam a própria possibilidade de coexistência civil no planeta (CANTARELLA e MIRAGLIA, 2016, p. 13).

O respeito das regras é importante, pois quem não respeitava as regras era excluído dos jogos, o que representava uma desonra.

Hinos dominadores
Da música
Qual Deus
Qual herói
Qual homem
Devemos
Celebrar Juntos?
Esse lugar
É de Zeus
(Píndaro, Olímpica II em RAI STORIA, 2018)

Os primeiros dos cinco dias de festa não eram dedicados às competições, mas aos deveres para os deuses, e o ápice era o sacrifício num altar de cem bois seguido pelo juramento dos atletas que prometiam a própria lealdade e honestidade a Zeus, dançando ao redor do altar. "A manhã do terceiro dia foi reservada para outras celebrações religiosas que terminaram com o sacrifício de cem bois no grande altar de Zeus" (FINLEY e PLEKET, 2008, p. 33). Em seguida os atletas prestavam juramento colocando a mão por cima do altar, jurando lutar na dignidade e no respeito das leis (VANOYEKE, 2004). Depois dessa homenagem a Zeus, começava a fase dos sorteios para os turnos eliminatórios (RAISTORIA, 2018).

Os atletas que eram admitidos a Olímpia marchavam durante dois dias da cidade de Elis até Olímpia percorrendo cerca de 300 estádios, isto é, 57 km. Uma vez chegados na fonte sagrada de *Piéra*, sacrificavam um porco. "Os competidores tiveram que ingressar no Elide com pelo menos um mês de antecedência e treinar sob a orientação dos juízes" (FINLEY e PLEKET, 2008, p. 50)

Antes da inauguração havia uma competição entre trombeteiros e arautos para estabelecer quem ia anunciar as diferentes competições e os vencedores. Havia uma fogueira que permanecia acesa durante todo o período dos jogos.

A cerimônia de inauguração dos jogos também era caracterizada por um determinado ritual. Depois que o público entrava no estádio (calcula-se que a capacidade do estádio de Olímpia era acerca de 45 mil espetadores), faziam o próprio ingresso os juízes (*hellenokritai*), que eram escolhidos entre os aristocratas agrícolas e os nobres e

eram considerados incorruptíveis, embora aconteciam casos de atletas ou treinadores querendo corrompê-los. Os juízes possuíam poderes quase absolutos. Além de ser árbitros dos jogos, de fato, eles assumiam as funções organizativas e de planejamento. Em seguida entrava a única mulher que fazia parte do protocolo, a sacerdotisa da deusa Demétria. Depois entravam os trompetistas, porque as competições começavam com o som das trombas. Por último entravam os atletas e, depois da averiguação da própria identidade, terminava a cerimônia de abertura e os jogos podiam ter início.

Finley e Pleket relatam:

As competições atléticas não começavam até o segundo dia. Como em qualquer evento importante, muitas preliminares tiveram que ser concluídas durante o primeiro dia: verificação do direito dos atletas de competir, juramento, etc. O dia também era dedicado ao turismo, entretenimento, treinamento final dos atletas, mas principalmente à adoração aos deuses, sacrifícios, ofertas e orações de oficiais e atletas. A manhã do terceiro dia era reservada para outras celebrações religiosas que terminavam com o sacrifício de cem bois no grande altar de Zeus. E após o término dos julgamentos, no quinto e último dia, ainda havia sacrifícios e ações de graças, além de festividades e banquetes no *prytaneu* (sede dos administradores) em homenagem a todos vencedores (FINLEY e PLEKET, 2008, p. 33).

Depois do primeiro dia, que consistia fundamentalmente na inauguração e nos diferentes cultos e sacrifícios para os deuses, as competições começavam com a corrida de carros.

A corrida era a modalidade mais antiga de Olímpia e o vencedor podia acender o fogo no altar dos sacrifícios e, supõe-se que essa seja a origem da tradição da tocha olímpica.

Com o passar dos anos, aumentam as modalidades esportivas. Entre as competições de corrida constava o estádio (*stadion*) que era a primeira competição no primeiro dia, cuja etimologia da palavra deriva do fato que essa corrida cobria todo o comprimento do estádio, ou seja, 200 metros. O *stadion* era "um terreno plano rodeado de um lado pelo monte Cronos e, por outro, por uma encosta artificial, praticamente como uma pista de corrida" (FINLEY e PLEKET, 2008, p. 63).

Por meio dos escritos de Pausânias, Xenofonte e Plutarco podemos conhecer hoje a evolução das várias provas e competições ao longo das diferentes edições dos Jogos Olímpicos.

Segue um elenco:

- 1 Olimpíada (776 a.C.): a corrida do estádio;
- 14 Olimpíada (724 a.C.): os *diaulos*, a corrida de dois estádios;
- 15 Olimpíada (720 a.C.): corrida de longa distância, *dólicos* ou 24 estádios;
- 18 Olimpíada (708 a.C.): pentatlo e luta livre;
- 23 Olimpíada (688 a.C.): boxe;
- 25 Olimpíada (680 a.C.): quadriga;
- 33 Olimpíada (648 a.C.): pancrácio e corridas de cavalos;
- 37 Olimpíada (632 a.C.): corrida e luta para juniores;
- 38 Olimpíada (628 a.C.): o pentatlo para juniores, que ocorreu apenas durante essa olimpíada;
- 41 Olimpíada (616 a. C.): boxe para juniores;
- 65 Olimpíada (520 a.C.): a corrida dos hopletes (corrida armamentista);
- Olimpíada 70 (500 a.C.): corridas de bigas reservadas para mulas, uma corrida mais uma vez abolida na Olimpíada 84;
- 71 Olimpíada (496 a.C.): corridas de égua;
- 84 Olimpíada (444 a.C.): corridas de bigas por mulas e éguas abandonadas;
- 93 Olimpíada (408 a.C.): corrida de bigas (cavalos de dois anos);
- 96 Olimpíada (396 a.C.): competições de arautos e trompetistas;
- 99 Olimpíada (384 a.C.): corrida de quadrigas reservadas a potros;
- 128 Olimpíada (268 a.C.): corridas de bigas reservadas a potros;
- 131 Olimpíada (256 a. C.): corridas de potros montadas;
- 145 Olimpíada (200 a.C.): pancrácio para juniores

(VANOYEKE, 2004, pp. 91-92).

Inicialmente não existiam competições em equipe, pois cada atleta competia sozinho, para a própria glória pessoal e da sua família. Não existiam prêmios em dinheiro, mas os vencedores ganhavam uma coroa de oliveira: “Os juízes então entregavam a coroa de azeitona ao vencedor, o qual era aclamado em voz alta e bombardeado com flores e galhos” (FINLEY e PLEKET, 2008, p. 55). Além da coroa de oliveira, o vencedor tinha

a possibilidade de colocar a própria estátua dentro do santuário. Além disso, os vencedores eram exaltados através das poesias dos poetas, tornando-se assim imortais.

Lisandro
Com suas empresas
Deu glória
À sua pátria
À seu pai
E à você mesmo
(PAUSÂNIAS em RAISTORIA, 2018)

Já ocorriam casos de corrupção, como querer corromper os juízes. Os que corrompiam tinham que pagar multas severas. Os casos de corrupção massiva ocorreram sobretudo durante o império romano. Filóstrato, por exemplo, reclamava que alguns atletas estavam acostumados a uma vida luxuosa e que preferiam perder voluntariamente em troca de uma soma de dinheiro em lugar de esforçar-se para ganhar aos jogos (FINLEY e PLEKET, 2008). Muitas das vezes os atletas eram influenciados em atos de corrupção pelos próprios treinadores. Com o dinheiro das multas se construíam estátuas e se escrevia na estátua o tipo de corrupção ou irregularidade que foi feita, de maneira que envergonhava o corrupto diante de todo o mundo (RAISTORIA, 2018). Um exemplo de infração dos regulamentos e de posterior multa foi o caso de Apolônio, um boxeador alexandrino que atrasou em chegar em Olímpia para o começo dos jogos. Frisar que os que atrasavam podiam fazer apelo somente se tinham uma desculpa válida como em caso de doença, pirataria, naufrágio, por exemplo.

Além das multas e da exclusão dos jogos, uma terceira forma de punição era a flagelação. Esse método era utilizado pelos romanos, pois os gregos só flagelavam os escravos. A este propósito, significativas se revelam as palavras de um retórico anônimo reportadas por Finley e Pleket, que soam mais como um conselho para os atletas:

Eles não deveriam deixar que a atração do lucro os empurre a comprar ou vender vitórias, o que os exporia a várias sanções, à rejeição pública e, na pior das hipóteses, à exclusão dos principais jogos sagrados, onde a glória suprema era conquistada, mesmo que não houvesse dinheiro a ser ganho em Olímpia. Mas, se trabalhassem duro e vivessem sobriamente, poderiam esperar, após a aposentadoria, gozar de uma existência fácil graças aos "frutos de suas vitórias" (FINLEY e PLEKET, 2008, p. 198).

*Mesmo para causas nobres, trabalho e despesas
Lutando para concluir uma tarefa cercada de perigo.
Mas aqueles que obtêm sucesso têm uma reputação de serem sábios,
Mesmo entre seus concidadãos
(PÍNDARO, V Ode Olímpica)*

No século XIX foi encontrado um fragmento de papiro no Egito indicando o nome dos vencedores das edições das Olimpíadas dos anos 480, 476, 472, 468, 452 e 448 a.C., lista que foi ampliada posteriormente pelo escritor Sextus Julius Africanus, no começo do século III depois de Cristo, chegando até a olimpíada número 249, em 217 d.C. (VAYONEKE, 2004).

Píndaro, por meio de suas odes, exalta a nobreza das origens divinas dos atletas, as qualidades inatas, sem as quais todos os esforços teriam sido vãos o seu heroísmo (FINLEY e PLEKET, 2008).

O campeão olímpico mais famoso foi Mílon, um lutador que vinha da escola esportiva de Crótones, no sul da Itália. Mílon é considerado um verdadeiro mito do esporte antigo, conseguindo ganhar qualquer tipo de competição na qual se inscrevia por cerca de vinte anos (CANTARELLA e MIRAGLIA, 2016). "Milón de Crótones, personagem meio lendário, grande comedor de carne, guerreiro e discípulo do filósofo Pitágoras, vangloriava-se de nunca ter sido levado de joelhos" (FINLEY e PLEKET, 2008, p. 65). Ele estabeleceu um recorde ganhando seis Olimpíadas. Além disso, ganhou dez vezes os jogos ístmicos, nove vezes os jogos nemeus⁹, e seis os jogos píticos. Ele foi por seis vezes "periódico", ou seja, vencedor de todas as quatro grandes provas esportivas pan-helénicas no mesmo quadriênio. Criou-se sobre Mílon um verdadeiro mito. Fala-se que ele deu a volta por Olímpia com um touro nas costas e que depois comeu o touro; ou também, que conseguiu partir uma corda que estava amarrada na sua testa somente com a força das veias; ou ainda de partir uma moeda de bronze em dois; ou que foi ele mesmo a carregar a pesada estátua dedicada a ele para Olímpia, que pesava por volta de uma tonelada; ou que podia comer até vinte cinco quilos de carne e beber três ânforas de vinho em uma só refeição; assim como outras estórias míticas (CANTARELLA e MIRAGLIA, 2016; RAISTORIA, 2018).

⁹ Os Jogos Nemeus eram um dos quatro jogos pan-helénicos. Dedicados ao deus Zeus, decorriam no vale e santuário de Nemeia, na Argólida (nordeste do Peloponeso).

Mílon refletia o herói olímpico da antiguidade encarnando perfeitamente a exaltação máxima dos valores olímpicos. Outras lendas e mitos de atletas da antiguidade foram Astilo, Polites, Críson e Teógenes, entre outros.

As mulheres casadas não eram admitidas aos jogos, mas as mulheres solteiras podiam acompanhar seus pais e irmãos e podiam ficar no templo dedicado às mulheres, o templo de Era, mulher de Zeus. No quarto século antes de Cristo, Cinisca, filha do rei de Esparta, foi a primeira que participou (disfarçada de homem) e ganhou uma competição olímpica, a corrida de cavalos. Outro mito de mulher atleta foi Atalanta, uma corredora. Isto demonstra que também as mulheres na época praticavam o esporte, sobretudo a corrida.

A partir do ano 369 depois de Cristo, começava a decadência dos jogos em Olímpia. Os jogos terminaram no ano 393 d.C. (CANTARELLA e MIRAGLIA, 2016) porque em 381 d.C. o imperador Teodósio emanou o édito de Tessalônica, o primeiro de uma série de decretos que proibiam a participação aos que consideravam o Cristianismo a única religião do Império. Consequentemente, todas as festividades pagãs foram abolidas, inclusive os jogos olímpicos e os templos dos deuses foram destruídos (RAISTORIA, 2018).

A última Olimpíada ocorreu em 393 d.C. e constituía a edição da Olimpíada número 293. A estátua de Zeus foi transportada para Constantinopla, onde perdeu-se durante um incêndio. Em 395, Alarico e os Godos devastam Olímpia. Em 426 Teodósio II ordena de incendiar todos os templos e por volta do ano 550, um outro terremoto, depois daquele do ano 300, acaba definitivamente com Olímpia que desaparece em baixo da areia.

Essa época é considerada como o fim do mundo antigo. O olimpismo antigo, portanto, persistiu durante 1168 anos.

Como referido anteriormente, o importante durante os jogos olímpicos não era participar, mas era ganhar, vencer e afirmar-se fisicamente e moralmente sobre o outro, superando os próprios limites. Ganhar uma competição em Olímpia significava alcançar o sonho de toda uma vida e alcançar um estatuto social de relevância no âmbito da própria *polis* como cidadão de valor, reconhecido pelas suas capacidades e qualidades físicas, morais e intelectuais. Ao contrário, o perdedor era afetado por uma sensação de vergonha e desonra, tanto é que, em muitos casos, ele não regressava para a sua *polis* para não se mostrar e preferia esconder-se por um determinado período.

Ganhar, impor-se e ser superior aos outros era o que se ensinava aos adolescentes gregos. Portanto, as virtudes necessárias para ser reconhecido socialmente concerniam virtudes para ganhar/vencer e para ultrapassar o outro. Com certeza a força física era a primeira virtude do homem nobre. A força conferia honra e definia o estatuto social. Juntamente com a força vinha também a coragem e o fato de não ter medo da morte. O único temor tinha que ser a morte sem honra, aquela que acontecia fora do terreno de batalha. A terceira virtude fundamental do homem grego antigo era a arte de saber falar e convencer os outros por meio da eloquência, da dialética e da retórica. Uma outra virtude era a beleza. Portanto, a perfeição ideal no mundo grego consistia na combinação entre beleza exterior e excelência ética, era a combinação destes fatores que fazia o herói grego antigo. De acordo com Cantarella e Miraglia, as qualidades que eram valorizadas socialmente e culturalmente eram: “a capacidade de impor-se com a força física, com a coragem e com a palavra. Capacidade que permitia, a quem a possuía, de comportar-se de acordo com cânones heroicos” (CANTARELLA e MIRAGLIA, 2016, p. 35).

Porém, com o passar do tempo, os valores e os ideais vão se perdendo pois são substituídos pelo surgimento do profissionalismo.

Parece que, com a organização sistemática de jogos pan-helênicos misturados a feiras e festivais, a ideia de pagar atletas se tornou gradualmente estabelecida. Quando os jogos se tornam competições reais entre cidades, onde o prestígio nacional ou local está em jogo, as cidades são verdadeiras patrocinadoras. Elas próprias mantêm colégios de atletas e impõem-lhes impostos pesados às vezes para apresentar candidatos. Quando elas não selecionam um campeão, os compram no exterior (VANOYEKE, 2004, p. 78).

Esta mudança ocorre quando a vitória atlética começou a trazer também vantagens materiais e tangíveis como o dinheiro ou ânforas de azeite, entre outros. De fato, em um primeiro período, o prêmio nas Olimpíadas para a vitória era constituído apenas por uma coroa que em Delphi era de louro, em Corintos era de pinheiro e em Olímpia era de oliveira selvática. A oliveira era a planta sagrada de Atenas e, a coroa feita com base nas suas folhas, representava o símbolo da glória, da celebridade e da imortalidade para sempre, tornando assim os atletas verdadeiros heróis. A sacralidade da coroa é confirmada também por Finley e Pleket: "A coroa olímpica era feita dos galhos de uma oliveira sagrada que crescia no santuário, e pode-se pensar que lhe eram atribuídas virtudes mágicas, pelo menos originariamente" (FINLEY e PLEKET, 2008, 47).

Figura 3,4: Premiação com coroa de oliveira



Fonte: EKLABLOG.COM (2020)

Essa premiação acontecia no quinto dia dos jogos, o último dia.

O quinto dia é dedicado às recompensas. O *Olympioniké*, vestido com ornamentos ricos, segura uma palma e recebe a coroa de oliveiras em frente à estátua de Zeus. Ele próprio oferece sacrifícios para honrar os deuses. Um banquete segue no *Pritaneu*. Depois de alguns dias, o *Olympioniké* toma o caminho para sua cidade, onde a glória o espera (VANOYEKE, 2004, p. 115).

Outros prêmios eram constituídos pelas estátuas em homenagem aos vencedores ou de refeições gratuitas para os atletas durante todo o resto da vida. Com a chegada do profissionalismo, portanto, a vitória nos jogos não significava apenas honra e glória para sempre, mas também prêmios tangíveis e materiais, gerando deste modo também exemplos de fraudes, enganos, desejos ilícitos e corrupção. "A partir do século V a.C., as instituições esportivas se deterioraram: tréguas foram violadas, truques e dinheiro deterioraram o esporte" (VANOYEKE, 2004, p. 79).

Em 580 a.C., em Atenas, Sólon¹⁰ estabeleceu mediante uma lei que o vencedor dos jogos olímpicos deveria receber 500 dracmas e, se consideramos que na época uma ovelha equivalia a uma dracma, então era um valor bastante elevado. Outros vencedores olímpicos recebiam como prêmio alguns benefícios sociais, como por exemplo o fato de serem dispensados de impostos ou de terem comida à vontade para todo o resto da vida (conferida pela cidade). Os vencedores do *stadion* recebiam 50 ânforas de azeite de oliva,

¹⁰ Sólon foi um estadista, legislador e poeta grego antigo. Foi considerado pelos gregos como um dos sete sábios da Grécia antiga e, como poeta, compôs elegias morais-filosóficas. Em 594 a.C., iniciou uma reforma das estruturas social, política e econômica da pólis ateniense.

os vencedores da luta ou do pancrácio 30 ânforas, do *pentathlon* 40 e o vencedor da corrida de carros com dois cavalos recebia bem 140 ânforas de azeite de oliva.

Portanto, nessa época, os atletas eram tanto nobres e aristocratas como também profissionais e atletas vindos de outras cidades e com um treinador individual, figura que surge a partir do V século a. C., com a ambição de alcançar a vitória. Em muitos casos encontramos vestígios dessa ambição em estátuas e em outras inscrições como a de Cálías, que evoca sobre uma estátua dedicada a Atenas suas doze vitórias no pancrácio

"Com o tempo, mais e mais jogos profissionais foram criados, oferecendo prêmios em dinheiro substanciais, e seu número acabou ultrapassando trezentos" (FINLEY e PLEKET, 2008, p. 48). No entanto, "o surgimento de uma classe de atletas profissionais altamente remunerados excluía os verdadeiros amadores de competições de alto nível (...). Esporte e dinheiro não combinam bem" (FINLEY e PLEKET, 2008, p. 204).

Filóstrato evidencia este aspecto ressaltando desta forma:

O esporte de hoje deixou o atletismo tão degenerado que é doloroso para quem gosta de ver os atletas de hoje. O estado de bombardeio em que vivem ... dá origem a mil concupiscências ilícitas entre eles e os leva a comprar e vender suas vitórias. Alguns estavam vendendo sua glória para satisfazer muitas necessidades, outros estavam pagando por uma vitória fácil que sua vida os recusaria ... Não esqueço os gerentes dessa corrupção. Eles treinam em prol do lucro: emprestam a atletas com interesses maiores do que os comerciantes. Eles não se importam com os atletas, mas aconselham negócios, pensando apenas em seus interesses. São apenas mercantes do valor atlético (VANOYEKE, 2004, p.80).

Diferente das Olimpíadas modernas, o lema das olimpíadas ressaltava como importante a vitória, enunciado que se contrapõe ao lema criado para o barão de Coubertin "o importante é participar". A época do espírito competitivo e do atletismo heroico portanto vai pouco a pouco se acabando, devido ao surgimento do profissionalismo e à decadência do espírito antigo por causa da degeneração na época dos imperadores romanos. Também o barão Pierre de Coubertin, pai fundador das Olimpíadas modernas, relata esta decadência dos antigos valores e virtudes ligados ao esporte por causa da mercantilização do esporte que ocorre nas épocas sucessivas:

Qualquer instituição não dura mil anos sem mudar e deformar. Nada é mais instrutivo do que estudar as aventuras esportivas da Antiguidade ... Vemos com sucesso o desenvolvimento da complicação e a especialização de onde provém o profissionalismo e a corrupção. O espírito esportivo, aquele dos quais Píndaro escreve que seu pior inimigo é o desejo de ganho, está em risco. A grande era das guerras contra os persas causou uma explosão de energia e - por assim dizer - de purificação do esporte, mas logo o efeito foi diminuído e o mal foi retomado.

Estes são os exageros do treinamento ... É mercantilismo ... É funcionalismo (DE COUBERTIN, 1973 em VANOYEKE, 2004, p. 165).

Durante os primeiros dois séculos do surgimento das Olimpíadas, isto é, desde 776 a. C. até mais ou menos o ano 500 a. C., assim como foi relevado pelas descobertas e escavações arqueológicas, não havia praticamente nenhum tipo de equipamento e infraestrutura em Olímpia, nem para os atletas, nem para os espectadores (FINLEY e PLEKET, 2008).

Você quase poderia dizer que não havia edifício, apenas um recinto sagrado dedicado a Zeus em um ambiente bucólico. Fora o pequeno santuário dedicado ao mítico Pélope e alguns altares espalhados, não havia construções de pedra, templos, grandes estátuas, nem mesmo espaço reservado para as corridas (FINLEY e PLEKET, 2008, pp. 78-79).

E todas as competições aconteciam, portanto, perto do altar de Zeus, exceto as competições equestres que ocorriam muito provavelmente em uma área que depois se tornaria o hipódromo.

Depois do século VI, começavam algumas mudanças e desenvolvimentos como, por exemplo, o deslocamento do estádio ao leste do santuário, a construção de arquibancadas para os espectadores e uma tribuna para juízes, até chegar à imponente realização da estátua de Zeus por parte do arquiteto e escultor que na época era considerado um verdadeiro gênio, Fídias.

Para os atletas também, inicialmente, não existia nenhum tipo de equipamento desportivo. Os atletas treinavam ao ar livre. O ginásio e a academia só foram construídos durante os séculos III e II a. C.

A primeira forma de hotelaria e de unidade de acolhimento foi instituída a partir do século IV a. C. e era somente para os atletas, os treinadores, e algum visitante da classe alta e aristocrata. Vimos anteriormente como a maioria dos visitantes se hospedava de qualquer maneira, como, na maioria das vezes, instalando tendas e barracas para acampar. Como sublinham Finley e Pleket, naquela época:

Os espectadores estavam alojados em um nível pior. Eles participaram de competições nas encostas, em pé ou sentados no chão; os raros assentos, alguns dos quais em mármore, eram reservados para um punhado de notáveis. (...) A grande maioria dos espectadores dormia sob as estrelas ou em tendas e obtinha seus suprimentos de vendedores ambulantes (FINLEY e PLEKET, 2008, pp. 82-83).

Portanto, "não havia sequer sombra da moderna vila olímpica" (FINLEY e PLEKET, 2008, p. 81).

"Nos estádios, há uma multidão de pequenos comerciantes que vendem lembranças ou bebidas, mulheres cuidando de mordomia ou prostitutas. Então se multiplicam, escolas de esportes, ginásios. Treinadores particulares bem pagos complementam a equipe" (VANOYEKE, 2004, p. 79).

Vanoyeke também narra que:

À medida que os jogos se aproximam, os peregrinos também se tornam numerosos. São delegações das principais cidades do mundo, cidadãos pobres que levam cinco dias para chegar a Atenas em Olímpia pelo Istmo de Corinto, comerciantes, celebridades como Temístocles ou Platão chegando para avaliar sua celebridade. Os portadores de paus e chicotes plantam os sinais que indicam a cada povo sua posição. Os policiais impõem o respeito da ordem (VANOYEKE, 2004, pp. 114-115).

Participar e assistir aos jogos olímpicos antigamente, portanto, não era tarefa fácil. Não havia as mínimas condições de infraestrutura nem para os atletas, nem para os visitantes. As pessoas deviam enfrentar uma longa viagem para chegar em Olímpia e, além de não ter hospedagem, existiam muitas dificuldades relacionadas com o calor, com os mosquitos, as doenças, o acesso à água e à comida.

Mesmo assim, com o passar dos anos e dos séculos, os jogos olímpicos vão se ampliando. Incrementa o número de espectadores que chega de todo lado da Magna Grécia, assim como dos atletas e concorrentes, e aumenta também o número dos juízes que passa a dois em 570 a. C., depois a nove membros no início do século V e sucessivamente a dez membros.

No I século a. C., os jogos olímpicos já representavam uma etapa obrigada de uma viagem turística onde, além das competições, os visitantes chegavam para admirar a majestosa estátua de Zeus realizada por Fídias. Podemos considerar essas viagens como o começo do turismo de massa.

É provável que nenhum outro evento na antiguidade jogasse tantas pessoas regularmente nas estradas (ou no mar) para o mesmo destino ao mesmo tempo. (...) Mas quando novos eventos foram adicionados, quando chegaram competidores das colônias ocidentais e da Ásia Menor e o dia da celebração se transformou em uma competição espalhada por cinco dias, os espectadores começaram a contar-se em milhares, depois em dezenas de milhares. (...) No final do século I a.C., considerava-se Olímpia como uma parada obrigatória durante uma viagem turística, com a estátua de Zeus por Fídias como principal curiosidade (FINLEY e PLEKET, 2008, pp. 85-86).

Mas a maioria dos visitantes vinha mesmo da Elide e das regiões vizinhas, pois os custos de uma tal viagem ainda eram muito elevados

3,3 As Olimpíadas da era moderna

A história do século XX no mundo é caracterizada por um fenômeno novo: o avançar do esporte. Foi o barão Pierre de Coubertin, um parisiense nascido em 1863, que em 1896 teve a ideia de recuperar os antigos Jogos Olímpicos que se desenvolviam em Atenas, na Grécia Antiga. Sua inspiração se deve ao modelo pedagógico em que o esporte era o instrumento que complementava a educação do corpo e da mente.

Coubertin concebia, portanto, a recreação dos jogos, exaltando o carácter nobre e o cavalheirismo do atletismo. Afirmava com convicção que o retorno aos jogos ia ser um bom exemplo e um grande estímulo para a imaginação dos jovens para a construção de uma nova sociedade (FINLEY e PLEKET, 2008). Além disso, evidenciava como "o renascimento de um feriado olímpico promoveria entendimento internacional, fraternidade e paz" (FINLEY e PLEKET, 2008, p. 13).

O retorno dos jogos deve-se também a motivos de orgulho nacional e político. Em 1870, a França acabava de sofrer uma derrota militar pelos prussianos com a consequente queda do império e o assédio de Paris. Segundo a ótica do barão De Coubertin, este acontecimento derivava da fraqueza e da preguiça dos jovens franceses, e ele vislumbrava no esporte uma ferramenta para fortalecer uma geração inteira de jovens. A tragédia era que a educação oferecida pelas escolas francesas era excessivamente intelectual; essas escolas não possuíam um campo esportivo, seus alunos não participavam de atividade esportiva e recebiam apenas poucos exercícios físicos para fazer. De acordo com Finley et Pleket (2008), De Coubertin acreditava na existência de uma elite natural que ele chamava de « juventude dourada » da França. De Coubertin sustentava que:

Exercício físico e esporte (...) são componentes essenciais de um sistema educacional digno desse nome. A promoção de boas condições físicas, emulação saudável, amadorismo genuíno e espírito esportivo permitiria à elite natural da aristocracia e à classe média dar à França novos líderes brilhantes, e para ajudar a restaurar à nação seu orgulho e prestígio destruídos pela guerra de 1870, tanto no continente quanto no exterior, nas colônias estrangeiras. Para uma elite, o amadorismo e o espírito esportivo eram, ou deveriam ter sido, virtudes espontâneas e suficientemente gratificantes em si mesmos (FINLEY e PLEKET, 2008, pp.10-11).

Além disso, em 1888 o arqueólogo alemão Curtius descobriu o sítio arqueológico de Olímpia, episódio que alimentou a competição no cenário mundial com a Alemanha. Portanto, a ideia de De Coubertin era que os franceses, em nome do esporte como instrumento de paz no mundo, pudessem ser os fatores da recuperação e da volta das novas Olimpíadas da era moderna. (CANTARELLA e MIRAGLIA, 2016). Em 1894, ele organizou uma conferência internacional em Paris, na Sorbonne, "para estudar e disseminar os princípios do amadorismo". Logo depois ele viajou para a Grécia para visitar o sítio histórico de Olímpia. E finalmente, dois anos depois, o seu sonho e projeto concretizaram-se com o início das Olimpíadas da era moderna (FINLEY et PLETEK, 2008, p. 13).

Desde 1896, a cada quatro anos acontecem as Olimpíadas da era moderna e os atletas de todo o mundo competem em diferentes modalidades de esporte. Cada um persegue o seu objetivo e o seu recorde. Mas a regra do fundador das Olimpíadas modernas, De Coubertin, afirma que “o importante é participar”, contrapondo-se portanto ao lema das Olimpíadas Antigas que era “o importante é ganhar”. Esse novo lema representa então a modernidade.

Durante as primeiras décadas das Olimpíadas modernas existia um elevado nacionalismo e havia a intenção de descobrir qual era a nação mais forte, também no âmbito esportivo. Tanto é que as primeiras Olimpíadas eram todos jogos desportivos de caráter militar: equitação, esgrima, tiro. No início os jogos consistiam em 42 competições de dez modalidades diferentes, reunindo 285 atletas, somente homens, e sem nenhuma competição de equipa, exceto a ginástica. Podemos afirmar que já se diferenciavam bastante dos jogos da era antiga. De fato, apenas as competições da corrida, salto em distância, lançamento de disco e luta se inspiravam nos jogos da Grécia Antiga, as outras competições e modalidades eram completamente novas e não constavam no programa dos jogos originários. Além disso, enquanto as Olimpíadas antigas nunca deixaram Olímpia e eram considerados jogos pan-helénicos, ou seja, “somente gregos”, e se desenvolveram sem interrupções, os jogos da era moderna mudam de cidade a cada quatro anos, sendo, portanto, internacionais. Foram interrompidos três vezes por causa das guerras mundiais, em 1916, 1940 e 1944.

Finley e Pleket sublinham como, apesar de Coubertin ser um idealista,

ele buscou um objetivo bem ancorado em seu tempo e o sucesso de seu projeto dependia de uma escolha pragmática de eventos (corrida de obstáculos, ciclismo, salto em altura, esgrima etc.), de acordo com os gostos de seu tempo, não para aqueles de uma civilização há muito tempo. Era o espírito olímpico, como ele o via, que deveria servir a seu propósito, e não à realidade dos Jogos Olímpicos da Antiguidade (FINLEY e PLETEK, 2008, p. 14).

Para a primeira Olimpíada da era moderna de Atenas em 1896, foi construído um novo estádio e, depois disso, a cada edição dos Jogos Olímpicos ou se construía um novo estádio, normalmente mais grandioso que o anterior, ou se reformava o estádio que já existia, assim como aconteceu na Olimpíada do Rio de Janeiro de 2016, nosso estudo de caso, com a reforma do Maracanã.

A seguir alguns estudos de caso, peculiaridades e anedotas de Olimpíadas da era moderna.

- **Alguns estudos de caso de Jogos Olímpicos da era moderna**

Os jogos de **Atenas 1896** não foram um grande sucesso, mas são relevantes porque marcam o começo da Olimpíada da era moderna (GIANNINI, 2018).

O primeiro a entender que as Olimpíadas podiam constituir um importante cenário para a demonstração da própria força foi Adolf Hitler. Em 1936, na organização dos jogos de **Berlim 1936**, mostrou-se toda a força organizativa, desportiva e militar da Alemanha. As Olimpíadas de Berlim tornaram-se famosas também pelas quatro medalhas do atletismo de Jesse Owens, atleta negro norte-americano e, em particular, na vitória que o atleta conseguiu na modalidade do salto em distância. De fato, havia um alemão que era o atleta mais conhecido do momento. Ele estabeleceu o recorde do mundo, mas, imediatamente, Jesse Owens bateu novamente esse recorde do mundo. Para Hitler, ver a Alemanha ser derrotada por um atleta negro e estado-unidense, portanto, o inimigo daquela época, representou uma desonra muito grande, tanto é que Hitler abandonou o estádio (GIANNINI, 2018).

Os Jogos Olímpicos pararam por causa da segunda guerra mundial. Depois disso, recomeçaram em 1948 com a edição de **Londres 1948**, considerados os jogos da esperança de um mundo melhor depois da guerra. Mas o esporte não consegue superar os vestígios da guerra, tanto é que Alemanha e Japão não foram convidados porque foram reconhecidos como agressores no conflito (CANTARELLA e MIRAGLIA, 2016).

Além das edições de **Helsinki** (onde regressam a participar a Alemanha Ocidental e o Japão e entra pela primeira vez a União Soviética) e de **Melbourne** (que foi a primeira edição no hemisfério austral) que constituíram edições importantes mas interlocutórias, as Olimpíadas tornaram-se essenciais em 1960, com as Olimpíadas de Roma. As Olimpíadas de Roma 1960, Tóquio 1964 e Munique 1972, (com a edição intermediária do México) representaram as Olimpíadas do pacto tripartidário entre Itália, Japão e Alemanha. Quase como se quisessem demonstrar que estes países, inimigos dos Estados Unidos durante a segunda guerra mundial, se adequavam ao sistema capitalista e conseguiriam organizar e acolher um megaevento tão importante.

Podemos considerar os Jogos Olímpicos de **Roma 1960** como Olimpíadas de referência na história dos jogos porque foram as primeiras Olimpíadas da televisão e dos meios de comunicação de massa. Existia uma grande atenção para Itália e um retorno financeiro e econômico para o *made in Italy* muito elevado, devido sobretudo à grande visibilidade e prestígio em nível internacional. Também porque a Itália estava vivendo a fase do “boom econômico” sobretudo graças ao desenvolvimento das empresas automobilísticas e manufatureiras e um grande impulso cultural com os progressos do cinema italiano. Devido à transmissão dos jogos por meio da televisão em nível internacional, as Olimpíadas de Roma constituíram as primeiras Olimpíadas onde os mitos dos atletas se manifestavam e apresentavam a todo o mundo. As imagens alimentavam o imaginário e a mitificação dos jogos olímpicos e dos atletas, como Mohammed Ali, Livio Berruti e Nino Benvenuti.

As Olimpíadas de **Tóquio 1964** também foram muito significativas porque representavam as Olimpíadas de relançamento do Japão depois da derrota na segunda guerra mundial e dos dramáticos episódios de Hiroxima e Nagasaki.

Os jogos de **Cidade do México 1968**, como dito anteriormente, foram jogos interlocutórios, mas, mesmo assim, foram jogos onde muitos recordes foram batidos. As grandes empresas e multinacionais compreenderam que se os recordes vinham sendo superados, isso conferia um grande retorno econômico. Uma competição importante foi a dos 200 mt, porque os dois atletas estadunidenses que ficaram no primeiro e no terceiro lugar eram negros, e quando subiram no pódio para a cerimônia de premiação (uma das fotos e das imagens mais famosas do século XX), abaixaram a cabeça diante da bandeira americana e com uma luva preta levantaram o punho, em sinal de protesto contra a discriminação racial que afetava os negros nos Estados Unidos e no mundo no geral daquela época. Isso demonstrou a utilização midiática dos Jogos Olímpicos e a elevada visibilidade que este megaevento possuía em nível global. O gesto teve grande notoriedade.

As Olimpíadas de 1972 foram também muito importantes porque aconteceram em **Munique**, na Alemanha Ocidental, e junto com os Jogos Olímpicos naquele período a Alemanha acolheu outros dois megaeventos relevantes quais os Campeonatos Europeus de Futebol sempre no mesmo ano e, dois anos depois, em 1974, os Campeonatos Mundiais de Futebol. Nessa época a Alemanha se apresentava ao mundo como uma nova potência mundial. Porém, um ataque terrorista contra 11 israelitas, ato que foi elaborado pelo grupo terrorista chamado de “Setembro Negro”, fez que a Alemanha fosse acusada de novo de antissemitismo e de não ter protegido os atletas israelitas de forma segura, porque o ataque das forças especiais alemãs no aeroporto faliu completamente.

As Olimpíadas de 1976 aconteceram no Canadá, em **Montreal**, sem haver acontecimentos muito relevantes para esta pesquisa.

As Olimpíadas de 1980 ocorreram em **Moscovo**, em plena guerra fria. Por causa da invasão do Afeganistão, assistimos ao boicote dos Estados Unidos e de muitos outros países aliados, o que tornou menos atrativa, sobretudo do ponto de vista econômico, essa edição. Nessa Olimpíada surgiu um novo campeão no atletismo com medalha de ouro na modalidade 200 mt, o italiano Pietro Mennea.

Nos Jogos Olímpicos de **Los Angeles 1984** assistimos ao contra-boicote da Rússia, a qual não participou lamentando um clima antissoviético constituído por uma

campanha da imprensa negativa e elevados controles dos vistos da delegação russa, fato que entrava em contraste com quanto ficou estabelecido na Carta Olímpica (CANTARELLA e MIRAGLIA, 2016). Do ponto de vista da competição esportiva e do atletismo, foram Olimpíadas encenadas na figura de Karl Lewis, denominado “o filho do vento”, o qual devia igualar ou superar o recorde de Jesse Owens, mas Lewis, embora tenha conseguido bem quatro medalhas de ouro, não conseguiu bater o recorde de Owens.

As Olimpíadas de 1988 deveriam ter sido as Olimpíadas que iriam unificar os dois países da Coreia do Norte e do Sul. Isso não aconteceu e as Olimpíadas se desenvolveram somente em **Seoul**, na Coreia do Sul. A unificação desportiva das duas Coreias aconteceu em 2018, no âmbito das Olimpíadas Invernais.

Em 1992 foi a vez de **Barcelona**. Foi considerada na literatura sobre megaeventos como um estudo de caso exemplar do ponto de vista da organização e do legado, sobretudo pelo que concerne o impacto no tecido urbano da cidade e na regeneração e revitalização da mesma.

Conforme Mascarenhas (2019), esta edição dos jogos se fundamentava no Plano Diretor, concebido no pós-franquismo, pelo governo urbano socialista, e que auspicava o princípio do “equilíbrio urbano” e a tentativa de suprir carências locais de infraestrutura (geral e esportiva). O referido plano preconizava a redução das desigualdades socioespaciais, a geração de novas centralidades na periferia e a valorização do espaço público (CAPEL, 2005). Além também da expansão do sistema metroviário para a periferia metropolitana

Por outro lado, já era evidente o “empreendedorismo” nascente no sistema olímpico da era Juan Samaranch mediante remoções em massa em Montjuich e Icária (com destruição do patrimônio arquitetônico fabril), incrementando os fenômenos da gentrificação e turistificação dos espaços, dando lugar a um bairro luxuoso, ironicamente denominado “Nova Icária”, como se algum traço de continuidade pudesse haver entre este e o antigo bairro operário completamente arrasado (MASCARENHAS, 2019).

Se admitimos que a cidade logrou algumas conquistas no âmbito da cidadania e da justiça socioespacial, por outro lado não podemos esquecer que este foi um projeto olímpico da era Samaranch (pós-1980), o que significa estar em consonância com a agenda urbana neoliberal, os princípios da “máquina urbana de crescimento” (LOGAN & MOLOCH, 1990) e com a crescente “espetacularização” das cidades (HARVEY,

2005), mediante projetos monumentais de alto impacto sobre o tecido urbano e afinado com grandes interesses privados. Ademais, a experiência olímpica incorreu no autoritarismo típico dos megaeventos. De fato a *Federación de Veins e Veïnes de Barcelona* (federação das associações de bairro da cidade) contestou com veemência a falta de transparência e de canais de diálogo, representando um recuo no processo de redemocratização pós-franquista, o que resultou na total desconsideração das reivindicações populares, como por exemplo, a que propunha que 40% da Vila Olímpica se destinassem a Habitação Social (MASCARENHAS, 2019).

Em 1996 calhava o centenário dos Jogos Olímpicos da era moderna e, segundo a lógica, devia ser a cidade de Atenas a acolher o megaevento. Mas não foi assim. E **Atlanta** organizou os jogos. Isso demonstra que as olimpíadas entram em uma nova fase e correspondem a interesses puramente econômicos e comerciais. São realizadas em Atlanta onde situa-se a maior sede da Coca-Cola, que representa o maior patrocinador e parceiro do COI.

Atenas propunha então que lhe sejam conferidas as Olimpíadas de 2000 mas, também nesse caso, a Austrália resultava ser muito mais forte economicamente e com um maior poder financeiro, destarte essa edição aconteceu em **Sydney** e, **Atenas** organizava os jogos sucessivos de 2004.

As Olimpíadas de 2008 em **Pequim** representam a ascensão no panorama internacional da China, cuja economia torna-se uma das mais fortes do mundo. A China até então tinha recusado a sua presença nas participações às várias edições dos jogos porque se declarava contra ao regulamento do COI. Desta vez regressa de maneira muito forte, abandonando um pouco a imagem de país pertencente a um regime comunista (GIANNINI, 2018).

Segundo Anne-Marie Broudehoux¹¹ (2016), que elaborou uma análise bastante crítica sobre a regeneração da cidade de Pequim para os Jogos Olímpicos de 2008, o plano ambicioso de remodelação urbano da cidade cujo objetivo era de reestruturar a paisagem urbana e elevar a imagem e a notoriedade internacional para deixar sua marca na história dos Jogos Olímpicos, aumentou ainda mais as grandes desigualdades já presentes na sociedade chinesa. Em particular, as Olimpíadas favoreceram a concentração do poder

¹¹Universidade de Quebec, Montreal (UQAM)

político e econômico por parte de um grupo de líderes governamentais e investidores privados que só olhavam para os próprios interesses. As Olimpíadas de Pequim geraram, entre os vários problemas, uma crescente desigualdade e exclusão social, uma elevada especulação imobiliária, um desenvolvimento desigual, remoções forçadas em massa de moradores, exploração de força de trabalho com aumento do número de suicídios entre os trabalhadores e uma corrupção generalizada. Foram realizadas obras sofisticadas e edifícios deslumbrantes exibindo esta nova arquitetura e ostentando inovação através de mega projetos sem precedentes querendo “mudar a sua imagem antiquada enquanto capital antiga, estagnada em uma tradição conservadora e burocrática, transformando-se numa metrópole mundial futurista e sofisticada” (BROUDEHOUX, 2016, p. 12). 7 bilhões de dólares foram utilizados para a realização de projetos de mobilidade urbana e vias urbanas (BROUDEHOUX, 2016). As Olimpíadas de Pequim foram as mais caras da história dos Jogos Olímpicos com um investimento acerca de 40 bilhões de dólares. O “modelo” Pequim 2008, portanto, apresenta um alto custo, monumentalidade, repressão e muitas remoções.

De acordo com Mascarenhas (2019), Pequim 2008 representa o poder do espetáculo e o espetáculo do poder. Houve demonstração de poderio econômico e regime autocrático por meio de um poder quase ilimitado de intervenções sobre o território. Uma “Nova China” surgiu com magnitude e opulência. Em contrapartida, foram revelados: - índices alarmantes de poluição atmosférica, fenômeno conhecido por “*airpocalypse*”; graus extremos de exploração da força de trabalho; destruição de “*hutongs*” e aprofundamento da segregação socioespacial em Pequim, incluindo remoção forçada de 1,5 milhões de pessoas (MASCARENHAS, 2019).

Segundo Jules Boykoff¹² (2016), em **Vancouver 2010** (Olimpíadas invernais), “os Jogos se revelaram como a faceta de uma ordem mundial irresponsável do poder, da riqueza e do espetáculo, causando danos sociais permanentes sobre o ambiente urbano”. A previsão dos custos das Olimpíadas Invernais de Vancouver era inicialmente de 1 bilhão de dólares. Mas esse valor subiu para 6 bilhões de dólares durante a organização dos Jogos e entre 8 e 10 bilhões após o encerramento das competições. Conforme Boykoff (2016), o modelo foi construído com base nas chamadas parcerias público-privadas, mas enquanto o público paga, o privado lucra.

¹²Pacific University, EUA – Departamento de Ciência Política.

O fenômeno da gentrificação e do enobrecimento de alguns bairros com o aumento dos aluguéis e do preço das habitações por metro quadrado, que disparou de maneira significativa, incrementou ainda mais a disparidade já existente entre ricos e pobres.

O caso dos Jogos Olímpicos realizados na cidade de **Londres**, em 2012, foi considerado como o primeiro caso de cidade que realmente planejou o seu legado antecipadamente, assim como deveria se verificar através de um correto e eficaz plano de planejamento e organização do evento. Enquanto as Olimpíadas de Londres de 1908 e 1948 aconteceram em bairros nobres, para os jogos de 2012, foi escolhida a Zona Leste: *Stratford*, bairro industrial decadente, poluído quimicamente, com um elevado índice de desemprego e migrantes afro-caribenhos de baixa renda. O bairro tornou-se uma nova centralidade, com a melhoria e ampliação do sistema de mobilidade urbana como, especialmente, o metrô e o trem. Outro elemento relevante foi o baixo índice de remoções e expropriações que se verificaram. Portanto, o objetivo principal consistiu na requalificação da zona leste da cidade chamada de *Lower Lea Valley*, uma área periférica carente caracterizada por terrenos industriais obsoletos que faziam parte das companhias férreas locais onde alguns distritos são considerados entre os 10% dos mais carentes do país apresentando diversas problemáticas sociais. Entre os principais problemas sociais: alto nível de violência e criminalidade, falta de espaços públicos para fruição dos residentes, péssima qualidade das habitações e o nível de desemprego superior ao 10%. A proposta de um legado efetivo e duradouro previa benefícios diretos para a população local de *Lower Lea Valley* e, em particular, para o bairro de *Stratford* através da criação de novos postos de trabalho que diminuiriam o nível de desemprego, melhorias no sistema de educação e saúde, construção de novas habitações, aquisição de novos equipamentos esportivos e instalações, bem como a qualificação da mão de obra e aumento do conhecimento e do know-how no setor da construção. Um dos primeiros projetos implementados foi a construção de milhares de habitações. Porém esse projeto comportou diversos efeitos negativos como uma forte especulação imobiliária como consequência da valorização imobiliária e uma série de remoções e desapropriações tanto de residentes (foram deslocados 430 residentes de *Clays Lane*) como de pequenas e médias empresas que foram realocadas na região ou transferidas para outras zonas da capital britânica.

Comparar valores dos diferentes Jogos Olímpicos é difícil já que a realidade de cada cidade é muito diferente. Mesmo assim, podemos ter uma noção de grandeza com alguns números. Em 2008, por exemplo, Pequim gastou 65 bilhões de reais na realização

do evento e conseguiu atribuir somente uma parte desses investimentos para os investidores privados. Já em 2012, o governo inglês investiu 33 bilhões de reais que, somados aos 8,2 bilhões de reais do Comité Olímpico, resultaram em 41,2 bilhões de reais (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016).

Em 2016, os Jogos Olímpicos de **Rio de Janeiro**, representaram a primeira vez dos jogos na América do Sul, depois de mais de cem anos. A sede de Rio de Janeiro foi escolhida em 02 de outubro de 2009 na sessão número 121 do COI reunida em Copenhaga, superando a concorrência de Chicago, Madrid e Tóquio. Desenvolveram-se 28 tipos de esportes diferentes pois, a diferença de Londres 2012, foram adicionados o rúgbi (com sete jogadores por time) e o golfe, e 42 modalidades de competições diferentes. Os jogos de Rio de Janeiro ocorreram de 5 a 21 de agosto de 2016, dois anos depois dos Campeonatos Mundiais de Futebol do Brasil de 2014. Foram dezesseis dias de competições com 306 eventos onde participaram acerca de 10.500 atletas representando 206 países. As competições ocorreram em 32 instalações diferentes deslocados em quatro áreas principais da cidade fluminense: 15 instalações na Barra da Tijuca que foi o verdadeiro epicentro da Olimpíada, 9 em Deodoro, 4 em Maracanã e 4 também em Copacabana, que acolheu o *beach volley*, a competição de 10 km de natação e o triatlo. As cerimônias de abertura e de encerramento aconteceram ambas no estádio Mário Filho (Maracanã). Do ponto de vista da competição esportiva tudo correu bem e, pelo que concerne o turismo e o incremento dos fluxos e das receitas também foi um sucesso. Porém, a Olimpíada de Rio de Janeiro de 2016 representa um exemplo emblemático de como não organizar um megaevento e constitui o ponto final de uma série de megaeventos recentes organizados segundo essa lógica neoliberal e puramente econômica e capitalista. A partir dos jogos cariocas para frente espera-se que se instaure um novo paradigma de concepção, ideação e organização futura dos jogos olímpicos, sobretudo por parte do COI.

Tabela 3,1: Lista das edições dos Jogos Olímpicos da era moderna

Ano	Cidade	País	Países participantes	Atletas
1896	Atenas	Grécia	14	241
1900	Paris	França	24	997
1904	Saint Louis	EUA	12	651
1908	Londres	Reino Unido	22	2.008
1912	Estocolmo	Suécia	28	2.407
1920	Enveres	Bélgica	29	2.626
1924	Paris	França	44	3.089
1928	Amsterdam	Holanda	46	2.883
1932	Los Angeles	EUA	37	1.332
1936	Berlim	Alemanha	49	3.963
1948	Londres	Reino Unido	59	4.104
1952	Helsinki	Finlândia	69	4.955
1956	Melbourne	Austrália	67	3.155
1956	Estocolmo	Suécia	29	159
1960	Roma	Itália	83	5.338
1964	Tóquio	Japão	93	5.151
1968	Cidade do México	México	112	5.516
1972	Munique	Alemanha	121	1.666
1976	Montreal	Canadá	92	6.084
1980	Moscovo	Rússia	80	5.179
1984	Los Angeles	EUA	140	6.829
1988	Seul	Coreia	159	8.391
1992	Barcelona	Espanha	169	9.356
1996	Atlanta	EUA	197	10.318
2000	Sydney	Austrália	200	10.651
2004	Atenas	Grécia	201	10.625
2008	Pequim	China	204	10.500
2012	Londres	Reino Unido	204	10.490
2016	Rio de Janeiro	Brasil	205	11.400
2021	Tóquio	Japão	---	---
2024	Paris	França	---	---
2028	Los Angeles	EUA	---	---

Fonte: Comitê Olímpico Internacional (2019)

3,4 O movimento “anti-olímpico”

Nos últimos anos, cresceu de maneira exponencial e mundialmente o fenômeno da onda anti-olímpica. É consequência dos fracassos de algumas edições dos Jogos Olímpicos, como a recente edição do Rio de Janeiro de 2016, e desse tipo de modelo de Olimpíadas. As numerosas críticas concernem sobretudo o desperdício de dinheiro público, bem como de outros recursos.

Algumas candidaturas fracassaram por causa dos protestos da população local: Annecy 2010, Munique 2018 (Partido Verde), Oslo 2020, Boston 2022. Saint Moritz-Davos, Roma, Cracóvia, Graubündem (Suíça), Lviv (Ucrânia), Estocolmo, Baku e Toronto retiraram as próprias candidaturas olímpicas, recusaram ou mesmo abandonaram candidaturas olímpicas, quase sempre a partir de intensa contestação popular. Além disso, houve uma brusca diminuição do número de cidades que apresentaram a própria candidatura. Emblemático é o caso da candidatura para os Jogos de 2020 em que se registrou uma quantidade recorde de cidades que cogitaram apresentar candidaturas, mas que desistiram no percurso: Brisbane (Austrália), Cairo, Berlim, Budapeste, Nairóbi, Délhi, Guadalajara, Kuala Lumpur, Casablanca, Durban, Toronto, Paris, Praga, Dubai, Lisboa, Bucareste, Bursan (Coreia do Sul) e São Petersburgo. Finalmente, somente as cidades de Paris e Los Angeles se candidataram para as Olimpíadas de 2024 e de 2028, respectivamente.

- **Protestos e desistências**

Segundo Mascarenhas (2019), as principais causas dos protestos e desistências derivam das tendências do urbanismo olímpico nas últimas décadas, isto é, a partir de 1988 até 2016. Entre os fatores mais significativos, conforme Mascarenhas (2019), relevamos:

- Alto investimento em legitimação discursiva (patriotismo urbano, consenso forçado) e dissensão sufocante;
- Construção de ícones arquitetônicos monumentais com manutenção cara e baixos retornos sociais (os chamados “elefantes brancos”);
- Criação de órgãos de governança de tomada de decisão temporários que estão acima do aparato burocrático-institucional e dos marcos regulatórios;

- Pouca ou nenhuma participação da sociedade civil na concepção e gestão do megaevento;
- Despejos e grande valorização do valor da terra urbana
- Investimentos concentrados em áreas de maior interesse privado.

São recorrentes críticas aos “elefantes brancos¹³”, aos gastos públicos exorbitantes ou incontroláveis, às promessas de legado jamais cumpridas e aos impactos indesejados, geralmente de natureza ambiental ou relacionados aos “distúrbios” (sobretudo as remoções forçadas) provocados pelas intervenções urbanas.

- **Agenda olímpica 2020**

Embora apresente uma evidente mudança de valores relativamente à tolerância e à diminuição dos custos do megaevento, a Agenda 2020 parece ser fundamentalmente uma resposta rápida (embora comercial) à conjuntura de crise do COI e das Olimpíadas no geral. Ela engloba, por exemplo, a opção de descentralizar geograficamente as estruturas esportivas; permitindo desta forma a diminuição dos impactos e custos condensados numa única cidade-sede ou área urbana, assim como a exploração das capacidades das outras regiões, bem como a utilização das infraestruturas já existentes (MASCARENHAS, 2019).

Neste sentido, as próximas Olimpíadas de Tóquio prometem algumas novidades, como uma suntuosidade já previamente abortada (MASCARENHAS, 2019).

A Agenda 2020 apenas propõe e não exige que as cidades candidatas instaurem alguns canais de participação e envolvimento da população. Os governos locais devem, pelo menos, solicitar referendos e outras ferramentas para verificar o interesse popular na organização dos jogos.

3,5 O imaginário, os mitos e o poder simbólico das Olimpíadas

As Olimpíadas simbolizam beleza, disciplina, paz, amizade, saúde, determinação, vigor, juventude, valores e heranças ancestrais. Conceitos relacionados ao imaginário.

¹³ Arenas que custam milhões e que ficam praticamente sem uso.

Por isso, neste parágrafo investigamos o conceito de imaginário relacionado com as Olimpíadas.

O esporte, assim como uma Olimpíada, ajuda na formação da personalidade do ser humano, sendo carregado de ensinamentos de disciplina, tenacidade, engenho, imaginação, senso de pertinência a um grupo coeso e solidário, ensinamentos de humanismo e civilidade (NETO, 2010; MASCARENHAS, 2019). Um jogo, uma atividade lúdica, se enquadra no âmbito de um espírito esportivo e humanitário, com normas e regulamentos para obstaculizar a violência e orientar o seu exercício para os escopos mais elevados, mais honrados e respeitosos (NETO, 2010, p. 40).

Um dos instrumentos mais significativos do jogo e que está ligado diretamente à geometria da natureza, à forma do globo terrestre e à configuração da nossa existência nesse mundo é a bola. Qualquer criança, ao pegar uma bola, sente uma grande afinidade e vínculo, uma espécie de prazer e atração que deriva do rolar da bola em qualquer direção e à ruptura da sua inércia, obedecendo a impulsos diversos derivantes tanto do consciente como do inconsciente. A partir desse ato e momento de ruptura de inércia, os efeitos para o ocorrer de capacidades e estímulos para uma série de jogos, modalidades esportivas e atividades será imponderado e inesperado.

A criança, logo que começa a ter uma própria consciência por meio da atenção, antes mesmo de ter uma linguagem oral mais desenvolvida, já estipula relações lúdicas que ela mesmo, às vezes, cria. Essa ligação com o brinquedo pertence a um processo de aprendizado que restaura, no ser humano, o caminho da filogênese. Apenas é necessário determinar as regras para que o exercício possa servir ao escopo de descobrir e melhorar as capacidades potenciais da criança. E, em todos esses jogos, vige um mecanismo de prêmio ou punição, um sinal de castigo que procura ensinar e controlar os ganhos e as perdas, que se preocupa com o comportamento prolífero, com um avanço gradual, que podemos definir de ideal olímpico (NETO, 2010).

Pela sua predisposição de aproximar multidões, os Jogos Olímpicos operam um elevado efeito socializador. Tratando-se de um evento de massa, guarda superstições e crenças que ocorrem não somente nos atletas, como nos treinadores, nos árbitros, nos torcedores e espetadores (NETO, 2010). Os Jogos Olímpicos, como arte e sobretudo como manifestação de uma psicologia de massas, estipulam um elo emocional entre pessoas de línguas, hábitos e tradições diferentes (NETO, 2010). Ainda segundo o mesmo autor, o processo sublimatório que consta no duelo lúdico irá se encarregar de dar aos

atletas o poder de fazer com a própria ação a realização dos desejos e paixões de todas as pessoas, na mente das quais o jogo também está se desenrolando.

Por isso, os Jogos Olímpicos ficam no imaginário como uma representação lúdica intensamente ligada ao princípio de prazer (NETO, 2010).

O esporte é intrínseco à natureza humana. “Desde a mais tenra idade, os seres humanos têm demonstrado uma tendência instintiva ao jogo próximo ao esporte. Praticar esportes também significa lutar pela sobrevivência, caçar, encontrar um autêntico corpo animal ligado às necessidades básicas do Homem”(VANOYEKE, 2004, p. 11).

De acordo com De Coubertin (1973), alguns esportes fazem alusão à ideia do homem primitivo. Por exemplo, a esgrima é comparável à luta para caçar animais. Só que antigamente os instrumentos de luta eram diferentes, pois se utilizava principalmente um bastão.

Conforme Vanoyeke, o agonismo e a competição física entre os seres humanos representa uma necessidade intrínseca e instintiva, correspondendo às exigências naturais desde as épocas primordiais e desde o nascer do homem:

Os instintos dos homens os levam a travar uma luta pela morte para afirmar sua superioridade sobre os outros. Tais instintos seriam sentidos ou sublimados pela sociedade, o que os forçaria a serem realizados de maneira menos mortal e mais estilizada. (...) Cada um dos esportes responde a um, a vários gostos naturais do homem. Se mergulhar em uma piscina à beira-mar não significa praticar esportes, a natação só existe porque é um prazer para o homem mergulhar, se mover na água, uma necessidade de superar o medo da água, conquistar a água. Lances no atletismo só existem porque um homem gosta de jogar pedras. Os gostos naturais que deram origem aos vários esportes básicos são limitados em número: corrida, salto, natação, arremesso, movimento, competição, lutar direta (boxe) ou indiretamente (corrida), aparecendo ou muito forte ou mais forte (VANOYEKE, 2004, pp. 12-13).

Portanto, para Vanoyeke (2004), o surgimento dos esportes é algo natural, mas coincide também com o contexto sociocultural de formação e educação dos indivíduos.

À diferença dos conflitos guerreiros e militares, a competição e a rivalidade nos jogos olímpicos da antiguidade apresentam-se como uma espécie de jogo através de uma série de rituais. Por exemplo, as cerimônias de abertura compõem-se de uma temática religiosa por meio do sacrifício de animais que representam simbolicamente homenagens aos deuses. Mesmo assim, encontramos nos jogos e nas competições esportivas, algumas analogias com os momentos da guerra como a “o fascínio pela violência, a tragédia dos vencidos, a vontade de dar golpe por golpe” (VANOYEKE, 2004, p. 14). Portanto, o

esporte constitui uma transposição das dinâmicas que também se desenvolvem no contexto bélico e militar como as armas, os golpes e o prevalecer sobre o inimigo.

O esporte na antiguidade, portanto, era um instrumento para treinar na arte da guerra, para acostumar-se ao sofrimento e ao esforço, mas o exercício físico para os antigos era também uma forma para preservar o próprio corpo, a saúde e a beleza do mesmo.

“Na era clássica, o esporte se tornará um meio de adquirir beleza e força, o equilíbrio perfeito do *kalos kagathos*, do bom e bonito, um ideal que tenderá a desaparecer da era helenística e que nós evoluirá durante os jogos pan-helênicos” (VANOYEKE, 2004, p. 15).

Qualquer tipo de jogo constitui, essencialmente, uma simulação de uma luta, mas essa simulação precisa alcançar um elevado grau de sofisticação e aproximação da realidade. Nesse sentido, todo jogo é, ancestralmente, uma luta de vida contra a morte. Por um lado, o homem que o pratica se entrega a uma realização lúdica; por outro, ele não evita o prazer e a satisfação de ganhar e de bater o inimigo. Não é o prazer de ganhar no seu significado restrito o que o jogo imita, é sim a luta pela vida. Nem a guerra nem a submissão aos mais poderosos. Em seu lugar, algo que permita um vencedor preservar, ao mesmo tempo, a dignidade do vencido e o respeito por ele.

Podemos considerar o esporte como um fenômeno cultural de massa que estimula a fantasia, os sonhos e os devaneios do ser humano. O seu surgimento data-se em épocas muito antigas e os primeiros registos históricos de formas rudimentares de futebol aponta o seu nascimento com relação à maneira lúdica de chineses e japoneses de chutar as cabeças dos seus inimigos mortos em batalha de um lado para outro de um campo e com a colocação também de duas balizas (gol). O esporte, portanto, assim como o futebol, surge e teve as suas primeiras expressões no âmbito bélico e militar. Até os dias atuais, podemos enxergar essa característica de rivalidade e competição entre os países, quase a indicar simbolicamente uma batalha onde há vencedores e perdedores, também nos megaeventos desportivos hodiernos como um Campeonato Mundial de Futebol ou uma Olimpíada. Mas o esporte e a Olimpíada, por exemplo, não simbolizam ódio, conflitos e guerra. Pelo contrário, a Olimpíada quer dizer a “união dos povos” e os cinco anéis do logo dos Jogos Olímpicos representam justamente essa união, paz e fraternidade entre os cinco continentes habitados pelos seres humanos no mundo.

Figura 3,5: Logo das Olimpíadas com os cinco continentes habitados



Fonte: Escola Interativa COOPEMA (2016)

Neste prisma, podemos certamente reputar que o esporte e uma manifestação esportiva como uma Olimpíada tem feito muito mais para a união e a paz entre os povos do que os movimentos religiosos e as ideologias políticas que possuem uma longa história baseada nos conflitos, nas batalhas e no sangue. A prática de atividades lúdicas tem conseguido um melhor apaziguamento e bem-estar entre os povos de muitas nações do que a religião e a política, possuindo métodos e sistemas de relacionamento bem diferentes. Pois, de acordo com Neto, “a religião se dedica e se centraliza no espírito e na alma que são conceitos filosóficos abstratos, enquanto o futebol e os esportes se concentram no corpo e na mente que tenta misturar concepções somáticas e psíquicas na tentativa maior de uma compreensão melhor” (NETO, 2010, p. 134).

- **O valor simbólico do gol, do ponto ou da vitória no esporte**

A manifestação de felicidade que acontece na transformação de um gol, de uma meta ou de um ponto, tanto da parte dos atletas como do lado dos espectadores, reflete o significado metapsicológico, semiótico, antropológico e simbólico do esporte.

A atitude que se desenrola no momento do gol ou de um ponto realizado, contagiando a torcida, pode ser entendida se considerarmos a mistura de sensações e paixões às vezes distintas. O prazer que resulta dessa vivência deriva diretamente da explosão de entusiasmo aglomerado, de um conjunto de vontades, aspirações e sensações tanto de amor, expectativa, fascínio como também de ódio e vingança. Destarte, marcar

um ponto ou um gol, ou conseguir uma vitória, representa algo parecido como reencontrar uma coisa perdida, uma transitória superação dos problemas e das dificuldades que afetam o indivíduo, a passagem para uma condição de plena alegria e euforia que, embora efêmera, deixa um vestígio de otimismo. Sendo assim, é possível comparar essa sensação tão forte ao exemplo do arquétipo mitológico da perda do paraíso e ao desejo de reencontro. Reencontro da felicidade que ocorre mediante pequenos instantes de puro gozo. Sempre seguindo o paralelo mitológico com a perda do paraíso por causa do pecado original, a conduta eufórica depois de um gol representa o livramento provisório dessa culpa. Este sentimento abrange não somente a torcida no estádio e nas arenas, mas também os espectadores em casa e os próprios atletas no campo ou na pista. Por outro lado, é preciso considerar também o outro lado da medalha, isto é, os torcedores, espectadores e jogadores que perderam e foram derrotados. Os vencidos são afetados por um conjunto de sentimentos opostos: tristeza, aflição, sofrimento, angústia.

O atleta, depois de marcar um gol, encarna simbolicamente um deus, sendo investido por uma aura divina. A sensação de divindade pode investir a mente e o corpo do indivíduo, embora por poucos instantes, dependendo da qualidade e da quantidade de sensações de culpa e de medo na castração evitada. Ele festeja o acontecimento com felicidade, mas também utilizando uma série de rituais religiosos, gestos e mensagens veladas, como se constituísse um verdadeiro feito heroico e glorioso. A fase depois consiste num cenário de alegria e deleite intenso, não somente pelo jogador, mas também pela torcida que se abraça, agita bandeiras e bonés, pula, enlouquece temporariamente.

Retornando provisoriamente ao mito de Édipo e ao seu complexo, poderíamos considerar o momento do gol como um ato de libertação, a felicidade de matar o pai e comemorar esse feito grandioso.

De acordo com Neto, “essas relações entre o mito e o gol são extensas e profundas. Para compreendê-las um pouco mais, teremos de mergulhar na terra dos símbolos, penetrar no seu mundo imaginário e descobrir os significados, tal como o fizemos na construção das palavras e dos sonhos de todas as formas de linguagem” (NETO, 2010, pp. 70-72).

Depois da derrota, o poder do adversário foi abatido, ele foi ultrapassado e morto e, no inconsciente, morte e castração são semelhantes. Ganha o mais poderoso, o mais forte, o mais ágil e esperto, mas nem sempre o mais preparado. Esse dualismo fraticida, com o passar do tempo, foi ultrapassado graças ao significado lúdico do esporte e ao melhoramento da capacidade de sublimação do ser humano, que incentivou o

aperfeiçoamento de suas competências físicas e simbólicas. A presença viva do mito no inconsciente auxiliou em transformar o que era uma verdadeira guerra mortal numa atividade lúdica, em uma prática de lazer e diversão. Portanto, quando o jogo ou a competição esportiva acaba com a felicidade dos vencedores e a angústia dos perdedores, é importante sublinhar o respeito mútuo de uns pelos outros.

- **Atletas olímpicos, mitos e heróis do recente passado**

As Olimpíadas têm muitas personagens e histórias que as tornam únicas. Os Jogos Olímpicos constituem o lugar onde se podem encontrar histórias que emocionam, educam e apaixonam.

Os Jogos Olímpicos contam sobretudo emoções. Cada cidade deveria poder acolher uma Olimpíada e cada atleta deveria poder participar ao evento. Estar presente representa já uma vitória porque o atleta é escolhido por representar o próprio país. Assim como afirma Nino Benvenuti (2016), grande boxeador italiano, sobre o qual baseia-se o filme de Martin Scorsese de 1980, *Raging Bull*, “Se você tiver sucesso, como aconteceu comigo, você terá a maior vitória que jamais conseguiu. Não há campeonato mundial de futebol assim. Não há emoções comparáveis”. Esse conceito é expresso também por Bordin (2016) no prefácio ao livro de Pelosi (2016), o qual ressalta o clima de partilha e irmandade que se respira durante os Jogos Olímpicos, além da competição e das várias nacionalidades. Clima que não pode ser minimamente comparável com os outros megaeventos esportivos como por exemplo os Campeonatos Mundiais de Futebol.

Os grandes craques, assim como acontece também para os grandes artistas, por exemplo, costumam ser vistos como deuses do Olimpo. Mas sem perder, mesmo assim, as suas esferas humanas. As relações que se instauram entre os seus fãs e admiradores representa um fenômeno que pertence à psicologia de massas. Fundam-se sobretudo numa espécie de crença ou religiosidade que, geralmente, não usufruem de muita tolerância à frustração (NETO, 2010).

Muitas são as histórias e os atletas que tornaram-se verdadeiros mitos com as próprias gestas como **Lis Hartel**, que safou-se da paralise graças à hipoterapia, treinando com os cavalos; **Lawrence Lemieux**, o atleta de vela que perdeu a medalha de ouro porque salvou a vida a dois atletas que estavam afogando; os artistas japoneses que

derreteram suas medalhas porque não se conformavam com o fato de não ter empatado e chegado na mesma posição. A seguir, outras histórias emblemáticas de personagens míticas e verdadeiros heróis que já representam lendas olímpicas e incarnam valores e ideais apreciáveis. Cientes que as Olimpíadas não geraram apenas heróis, mitos e incríveis performances, mas também muitas polêmicas, sobretudo sobre o amadorismo, a elevada relevância conferida ao evento e as interferências políticas e implicações sócio-territoriais (FINLEY et PLETEK, 2008).

- **Billy Millis**

Billy Millis, o índio sioux que deixou a sua comunidade quando tinha somente doze anos e foi proclamado guerreiro depois de ter ganhado a medalha de ouro.

- **Eliska Misáková**

Eliska Misáková, a ginasta que descobriu de sofrer de poliomielite logo ao chegar no Parque Olímpico de Munique e que faleceu no mesmo instante em que as suas amigas ganharam a medalha de ouro.

- **Carl Lewis**

Assim como Jesse Owens, que Carl Lewis conheceu quando tinha a idade de dez anos, Lewis conseguiu ganhar quatro medalhas de ouro nas modalidades de corrida no atletismo em uma só Olimpíada, a de Los Angeles 1984. Foi o primeiro que baixou o recorde dos 100 metros com um tempo de 9,99 e foi o primeiro a efetuar um salto em distância com o valor de 8 metros e 54 centímetros. Durante as outras três edições olímpicas sucessivas, Carl Lewis logrou ganhar mais cinco medalhas de ouro, concluindo a sua parábola olímpica com o ouro no salto em distância na edição de Atlanta de 1996. Um verdadeiro fenômeno, admirado por todo o mundo.

- **Aleksandr Karelin**

Ele foi denominado de “urso russo” ou de “gigante siberiano”, porque era alto 192 centímetros e pesava 120 quilogramas. Foi uma lenda da luta greco-romana conseguindo ganhar três ouros e uma prata e estabelecendo o recorde de treze anos invicto em campo internacional (CANTARELLA e MIRAGLIA, 2016).

- **Emil Zátopek**

Era chamado de “homem-cavalo”, pois corria de uma maneira estranha parecendo quase um cavalo. A quem criticava o seu estilo, ele respondia: “Só me preocuparei em melhorar o estilo quando as competições forem julgadas pela beleza. Mas, até quando se trata de velocidade, cuidarei de quão forte eu possa correr” (CANTARELLA e MIRAGLIA, 2016, p. 104). Foi um exemplo de talento e dedicação. Ganhou o ouro em Londres 1948 nos 10.000 metros. Mas a empresa pela qual tornou-se uma lenda do esporte foi ter ganho três medalhas de ouro em Helsinki 1952, deixando todo o mundo estupefatos quando, depois de ganhar nas modalidades de 5.000 e 10.000, conseguiu ganhar também a maratona, uma modalidade diferente de corrida percorrendo 42, 195 km. Hoje em dia essa competição encerra como tradição os jogos olímpicos da era moderna. Ninguém nunca mais, até agora, conseguiu repetir os feitos heroicos de Zátopek.

- **Teófilo Stevenson**

Foi um boxeador cubano, defensor dos valores da revolução de Fidel Castro. Não traiu as suas ideologias e valores nem sequer quando lhe ofereceram cinco milhões de dólares para lutar contra o mito **Mohammed Ali**. A sua resposta foi a seguinte: “Quanto valem cinco milhões de dólares se eu tiver oito milhões de cubanos? Não trocaria um pedacinho de terra no meu país por qualquer bolsa que eles me oferecessem” (CANTARELLA e MIRAGLIA, 2016, p. 115). Ganhou três ouros olímpicos seguidos nos anos setenta durante as edições de Munique 1972, Montreal 1976 e Moscovo 1980, e poderia ter triunfado mais se Cuba tivesse participado na Olimpíada de Los Angeles de 1984. Stevenson lutava somente para a honra, assim como um herói grego da antiguidade, para sentir-se mais próximo aos deuses. Ele disputou e triunfou em onze *matches*, com bem nove *knock-outs*. Deixou uma lembrança única de fidelidade ao diletantismo olímpico, contra o profissionalismo moderno.

- **Usain Bolt**

Nasceu em 1986 na Jamaica, um verdadeiro talento da natureza. Foi o único que triunfou nos 100 metros, 200 metros e no relé 4x100 metros em três edições seguidas.

Marcou o recorde dos 100 metros. Tornou-se famoso também pela sua atitude de brincar e sorrir fazendo espetáculo para o público e diante das câmaras nos instantes antes da competição.

- **Rafer Johnson e Yang Chuan-kwang**

O americano Rafer Johnson e o taiwanês Yang Chuan-kwang treinavam frequentemente juntos e se encorajavam a superar-se nas diferentes competições do decatlo. A competição para alcançar a medalha de ouro nunca foi um obstáculo para essa amizade. É a história de dois jovens que se esforçaram muito para alcançar os próprios objetivos, e essa amizade existiu antes, durante e depois da competição nas pistas. “A mais dura das rivalidades e a mais forte das amizades” (PELOSI, 2016, p. 14). A foto que mostra a cabeça de Rafer Johnson apoiada no ombro de Yang Chuan-kwang é uma das mais emocionantes das Olimpíadas que conta em uma só imagem uma rivalidade pura mas, ao mesmo tempo, competição, sacrifício, espírito olímpico, amizade, paixão e lealdade. “Ele me tornou melhor tanto como pessoa que como atleta” (DAVID *et al.*, 2010 in PELOSI, 2016, p. 23) afirmou Johnson no funeral do próprio amigo.

Figura 3,6: Rafer Johnson e Yang Chuan-kwang



Fonte: SPRING, 2011

Na modalidade do decatlo se desenvolve um espírito de solidariedade entre os atletas e com o público também que é muito raro acontecer em outras disciplinas esportivas. Rafer Johnson foi considerado um modelo afro-americano de sucesso e frequentemente representou um símbolo dos progressos dos Estados Unidos em termos de integração e igualdade de direitos entre as diferentes raças e etnias, assim como Yang Chuan-kwang tornou-se símbolo de luta para a identidade de Taiwan.

- **Tommie Smith, John Carlos e Norman**

As Olimpíadas constituem muitas vezes o melhor veículo para mandar mensagens positivas. O australiano Norman, que subiu ao pódio junto com Tommie Smith e John Carlos na Cidade do México em 1968 e que, mesmo se não levantou o braço com a mão fechada em punho que simbolizava o Black Power, se juntou à causa dos dois atletas afro-americanos contra o racismo e o preconceito racial.

Era o 16 de outubro de 1968, quando, na final olímpica de 200 metros, Smith estabeleceu o novo recorde mundial com 19,83 segundos e conquistou a medalha de ouro, apesar de um tendão não estar nas melhores condições. Carlos, com 20,10 segundos, conseguiu o bronze atrás do australiano Peter Norman. No pódio da premiação, quando as primeiras notas do hino americano ressoaram, os dois atletas levantaram os punhos cerrados cobertos com uma luva negra para o céu. A imagem, imediatamente capturada pelos fotógrafos, tornou-se uma das mais famosas do século: era 1968, o ano do assassinato de Martin Luther King, um ano de revoluções, lutas, reivindicações, como as de Smith e Carlos que subiram ao pódio descalços para protestar contra a realidade da segregação racial, tão forte naqueles anos nos EUA. A reação das autoridades foi difícil: os dois foram expulsos da vila olímpica e depois enviados para casa. Nos Estados Unidos, eles receberam ameaças, foram espionados pelo FBI, mas tornaram-se símbolos de muitas pessoas negras, e não apenas na América do Norte (LA GAZZETTA DELLO SPORT, 2019).

Figura 3,7: Smith, Carlos e Norman nas Olimpíadas de Cidade do México 1968



Fonte: LA GAZZETTA DELLO SPORT (2019)

Somente com o tempo foi possível entender o grande significado simbólico e revolucionário de seus gestos: ao longo dos anos, houve inúmeros prêmios para Smith e Carlos; em 2005, uma estátua lhes foi dedicada na Universidade de San José. Mas somente em novembro de 2019, depois de 51 anos daquele gesto, os dois velocistas entraram a fazer parte da *Hall of Fame* Olímpica dos EUA, após a cerimônia realizada em Colorado Springs, na sede do comitê olímpico (LA GAZZETTA DELLO SPORT, 2019).

Norman pagou as consequências disso durante toda a própria vida, acabando sendo marginalizado também na Austrália, chegando até ao ponto que ninguém se lembrasse mais dele. “Nas Olimpíadas sempre ganham valores positivos, dão origem a fortes amizades, não merecem ser sujadas por quem tem outros interesses” (MASALA, 2016, in PELOSI, 2016, p. 181).

As Olimpíadas superam também os problemas de relações internacionais que existem entre alguns países. Nos tempos da Antiga Grécia, interrompiam as guerras para fazer os Jogos Olímpicos. Hoje em dia se utilizam as Olimpíadas porque, graças à mídia e aos desenvolvimentos tecnológicos, em poucos segundos tudo o que acontece durante o evento pode ser visto por todo o mundo ou por bilhões de espectadores. Isso pode ser uma ocasião para lançar também mensagens de paz e de harmonia entre algumas nações e povos. Como o caso da Coreia do Norte e da Coreia do Sul, que em Sydney desfilaram

com a mesma bandeira e também nas últimas Olimpíadas invernais em 2018 na Coreia do Sul, em Pyongyang.

Outro exemplo foi o que houve entre a China e os Estados Unidos, quando aconteceram sinais de aproximação através de um jogo de pingue-pongue. Ou também: “Eu vi coisas maravilhosas. Atletas palestinos que comiam junto com os israelenses, sempre escoltados, mas sentavam-se juntos e falavam tranquilamente sobre esportes e até sobre política.” (CHECHI, 2016, em PELOSI, 2016, p. 174).

Outras vezes, ao contrário, os Jogos Olímpicos foram utilizados como cenário internacional de elevada visibilidade para efetuar atentados terroristas, como aconteceu para os atentados à delegação israelita em Munique em 1972 onde os Fedains sequestraram e depois assassinaram 11 atletas israelitas. Naquela circunstância o então presidente do COI, Avery Brundage, anunciou que o espetáculo tinha que continuar e se preocupou somente de colocar em segurança o herói dos Jogos, Mark Spitz, que tinha origens judias (PELOSI, 2016). Depois dos atentados de Munique, a questão da segurança durante esse megaevento esportivo tornou-se prioritária. Se antes de Munique havia um serviço de segurança bastante comum, sem tantos policiais e soldados, depois do que aconteceu, a alerta ficou máxima.

Outro caso de demonstração de poderio e provocação foi o que houve durante os Jogos Invernais de Sochi na Rússia. O presidente russo Putin não queria que participassem aos jogos atletas homossexuais. Então Obama, presidente dos Estados Unidos, impôs na equipe americana a presença de duas atletas homossexuais. Obama queria que participassem somente para se contrapor a Putin (PELOSI, 2016).

- **Camilla Andersen e Mia Hundvin**

Camilla Andersen, dinamarquesa e Mia Hundvin, norueguesa, duas atletas homossexuais que formavam um casal, competiram entre elas na Olimpíada de Sydney de 2000 no primeiro jogo de handebol feminino: Dinamarca – Noruega. Foi a primeira vez na história dos Jogos Olímpicos a acontecer um desafio conjugal, mulher contra mulher, “em guerra e em amor” (PELOSI, 2016, p. 65). Sydney foi também a cidade onde um ano antes nasceu o amor entre as duas atletas.

- **Jesse Owens e Luz Long e o preconceito racial**

A amizade entre Jesse Owens e o seu rival alemão Luz Long constitui um *slogan* fortíssimo contra o racismo em uma das edições mais complicadas, mas ao mesmo tempo especial e fascinante dos Jogos Olímpicos, aquela de Berlim de 1936, em pleno regime nazista. Nessa Olimpíada muitos atletas de origem judia foram excluídos e Jesse Owens, afro-americano, substituiu um atleta de origem judia. Quando Owens ganhou a competição de saltos, o primeiro que correu para abraçá-lo e congratular-se pela vitória foi o seu rival alemão Luz Long, sob o olhar incomodado de Hitler que, na hora da premiação, não apertou a mão ao ganhador “negro” (BORDIN, 2016; PELOSI, 2016). A amizade entre o “branco” Luz Long e o “negro” Jesse Owens derrotou o ódio nazista e continuou por muitos anos depois do encerramento daqueles jogos olímpicos através de uma longa e contínua correspondência. Jesse Owens tornou-se o atleta símbolo dos Jogos e do antirracismo. Segundo Pelosi:

O mal sempre machuca a si mesmo, mais cedo ou mais tarde. Das Olimpíadas de suástica e do ódio, nascerá não só o triunfo de um atleta negro, mas também uma das mais famosas amizades inter-raciais. Um clássico daqueles que nunca param de ensinar. (...) Há hoje, mas sempre houve, tantas razões válidas para não querer as Olimpíadas ou boicotá-las. De fato, provavelmente em 1936 teria sido certo que o mundo inteiro as boicotava. Essa postura não teria parado os horrores e injustiças, mas ela teria dito não. Sim, mas ela teria dito mais do que Jesse Owens e Luz Long disseram? Ela teria ensinado as coisas que este clássico ainda ensina hoje? A resposta é simples e é apenas um 'não'. Nesse clássico, como nas Olimpíadas, estamos todos juntos (PELOSI, 2016, pp. 44-48).

Dentre os tipos de violência que eram mais cometidas no passado e ainda hoje se verificam, embora com menos frequência, ressaltam-se as discriminações raciais. Muitos talentos excelentes não tiveram sequer uma oportunidade de entrar em campo, porque foram excluídos pela cor da pele. O preconceito racial sempre existiu no esporte e sobretudo na torcida. Muitas vezes assistimos a notícias de clubes europeus cujas torcidas alimentam manifestações hostis contra os atletas por motivos de raça.

De acordo com Neto (2010), o próprio futebol, por exemplo, inicialmente era um tipo de esporte muito seletivo. Os times do Rio de Janeiro e de São Paulo e de todo o Brasil recusavam-se e evitavam escalar jogadores negros e os que não pertenciam a “boas famílias” no seu plantel. Os negros, mesmo assim, foram insistindo e se impondo pelo próprio talento e habilidade e começaram a ser aceitos nos clubes do Brasil e de todo o

mundo, quebrando assim o tabu de que não tinham condições físicas e psicológicas para um jogo que se pretendia requeria nobreza e inteligência.

Hoje em dia vai se tornando cada vez mais difícil encontrar algum time ou delegação olímpica, de qualquer país do mundo, que não tenha pelo menos um atleta de raça diferente no seu elenco.

Leônidas da Silva, brasileiro, foi um dos primeiros jogadores de futebol a se afirmar no exterior e a sofrer discriminações raciais devidas à cor da sua pele. Leônidas ficou conhecido na França como o Diamante Negro. Pelé apareceu anos depois. Pelé tinha uma valentia e determinação maior, o que lhe consentia uma maior autonomia para jogar dentro e fora do terreno de jogo. Ele não se ressentia do fato de ser negro e isso nunca constituiu uma barreira ao seu enorme talento. Também encarou o ódio e o racismo.

No Brasil, existia um grande preconceito social e racial contra os homens de raça negra logo que o esporte, e em particular o futebol, iniciaram a expandir-se sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo. Mas também podemos considerar que os negros conseguiram utilizar o esporte e o futebol para escrever uma parte da história da libertação, do resgate e do avanço do negro. E foi uma história constituída de coragem, de amor, de tenacidade, de resistência, de luta e, às vezes, de muita generosidade.

No âmbito do futebol, o esporte que mais teve fama e continua tendo no Brasil, Leônidas foi o inventor da “bicicleta”, Didi da “folha seca”, Mané Garrincha do “drible paralisante”, mas Pelé transformava todas as jogadas em algo inovador e com um traço artístico.

Com certeza não eram deuses, mas representaram os heróis míticos que estimularam o imaginário de muitas gerações.

Os três negros (Friedenreich, Leônidas e Pelé), possuíam características em comum, cada um à sua maneira, sobretudo pelo que concerne a participação e o envolvimento na luta social e humana que não teve início com o esporte, mas que achou nele uma possibilidade de execução importante, um percurso heroico, um aporte muito relevante para aumentar o processo de democratização no mundo: a batalha contra a discriminação racial. Isso foi possível especialmente porque naquela época, a partir dos anos 50, o esporte, mas em particular o futebol, tornou-se um fenômeno social de massas.

Vendo-se marginalizados, os negros, os mulatos, e os mais vulneráveis lutaram, despertando e mostrando talento, competência e, frequentemente, até mesmo certo esplendor, impondo-se pela qualidade do suas jogadas. As primeiras contestações e

protestas começaram em 1923, quando o time do Vasco da Gama, formado por negros, mulatos e jogadores pobres e vulneráveis, ganhou o campeonato estadual do Rio de Janeiro de futebol. Os negros encontraram nas limitações que lhes eram impostas, uma brecha para reproduzir o caminho heroico das suas lutas contra a escravidão.

A tomada do esporte pelas classes sociais mais desfavorecidas pode ser concebida como um fenômeno da psicologia de massas. Alguma coisa muito profunda e indiscutível aconteceu para agrupar tantos indivíduos ao redor de uma prática em comum. Uma força social vigorosa, consentindo veicular determinados valores, uma tendência cultural buscando a realização e autoafirmação consciente. Os negros lograram, no futebol brasileiro, um lugar ao sol, com arte, gênio e muita destreza. A história dessas conquistas corresponde com a história das lutas pela liberdade de um povo oprimido. “Assim, o jogo aristocrático transformou-se, aos poucos em um fenômeno popular, percorrendo o caminho que conduzia da casa grande à senzala” (NETO, 2010, pp. 90-92).

Foi esse o melhor drible que os marginalizados lograram inventar para entrar em campo e confirmar uma vaga nos clubes que se atreviam a contratá-los. Improvisaram em seguida maneiras de marcar sua presença em todos os lugares. Muitos dos melhores craques brasileiros surgiram na época da malandragem, na práxis das aulas matadas e nas fugas de casa no período da adolescência. É o caso de Friedenreich, Leônidas, Domingos da Guia, Garrincha, Pelé e muitos outros. Podemos afirmar que no Brasil, graças ao auxílio do esporte e do futebol, começou uma revolução social e cultural. Pessoas muito pobres, excluídas, conseguiram, por meio do esporte, alcançar a glória, a celebridade e a fortuna.

A escravidão deixou vestígios. Ser negro representava, por muitos anos, e ainda representa em alguns casos, um estigma. A cor da pele estimula marginalizações que não permanecem apenas ao nível da superfície e da consciência. A virtude étnica de uma raça submetida e reprimida, que teve de batalhar para defender a sua identidade, achou no esporte um sublime terreno de luta e resistência. Devagar os negros passaram a ter uma atuação maior sobre os resultados dos jogos, tornando-se imprescindíveis. Porém, para conseguir alcançar tudo isso, esses atletas tiveram que desviar muitas ocorrências, muitas discriminações e preconceitos. Uma luta intensa, dentro e fora do terreno de jogo. Inicialmente, queriam impedir que eles fizessem o seu ingresso no campo. Talvez por um receio inconsciente de que conquistassem todas as vagas.

Hoje em dia, os times nacionais da África estão sempre presentes nos megaeventos esportivos e, a cada Campeonato do Mundo de Futebol ou Olimpíada, eles

melhoram o seu nível técnico. Mesmo assim, infelizmente, situações de ataques e racismo ainda acontecem e os negros continuam sendo denominados pejorativamente de macacos.

3,6 Instrumentalização das Olimpíadas

Muitas são as tentativas, sobretudo por parte da mídia, de instrumentalizar o esporte contando e mostrando somente aspectos negativos através de episódios de guerra, manifestações, violência, criminalidade, enganos, corrupção, *doping* etc. Porém, o esporte deve ser considerado como um momento cultural importante, com o desafio e a competição entre dois homens ou duas equipes que se empenham para tentar superar-se e ganhar. O esporte, portanto, precisa ser tutelado (BORDIN, 2016). Instrumentalizar as Olimpíadas para outros fins é algo errado.

Segundo Dino Meneghin (2016 em PELOSI, p. 184-185), campeão italiano de basquete:

Pessoas que nada sabem sobre esportes e se aproveitam disso. Eles pulam nos ombros das Olimpíadas por seus interesses. Atletas estão lá para fazer o seu dever, o seu prazer, ser competitivos, perder com um espírito olímpico. Em vez disso, o esporte é explorado por algo que não tem nada a ver com isso. Participei de três edições boicotadas: em 1976, por parte da África, em 1980, do bloco ocidental e em 1984, do bloco oriental. Nesses casos, sempre pensei nos atletas. Em todos esses atletas que trabalharam por quatro anos para se prepararem para as Olimpíadas, a ocasião de suas vidas, o que também poderia ter sido um lançamento na vida normal como treinadores ou outros, ou para satisfação pessoal e ter visto seu trabalho frustrado por algo mais grande deles, decidido por pessoas que não se importavam de nada (MENECHIN, 2016 em PELOSI, pp. 184-185).

O esporte nos Jogos Olímpicos possui um valor absoluto, a Olimpíada é um momento meramente esportivo. Embora as Olimpíadas sejam um importante instrumento que oferece oportunidades comerciais e de negócios, elas devem ser tuteladas, pois são o único momento em que prevalece ainda o espírito esportivo. Sobre isso, o campeão italiano de ginástica dos anos '90, Jury Chechi (2016, in PELOSI, 2016, p. 177-178), denominado também como “o senhor dos anéis” pela sua incrível capacidade de dominar essa modalidade esportiva, afirma:

É respirado como você não pode mais fazê-lo em outros eventos internacionais. Eu compito respeitando as regras, aceito que posso ser o melhor ou reconheço que outra pessoa era melhor e depois trabalhar ainda mais para poder vencê-lo. Com espírito olímpico, na verdade. Para que nunca se perca a vantagem de todo

o esporte. Mas as Olimpíadas são preciosas para tudo que é vivido fora e dentro. Há histórias maravilhosas, mesmo nas Paraolimpíadas, que você vive apenas nessas ocasiões e que nunca encontrará na Copa do Mundo, em uma ótima competição de bicicleta, no Super Bowl ou em outros eventos esportivos internacionais. As Olimpíadas são diferentes. Vamos pegar Usain Bolt: nos Jogos ganha menos da metade do que ganharia, não sei, na reunião em Zurique. Mas seu desejo de se tornar campeão olímpico é superior a tudo, até mesmo a ganhos. Ele faz isso apenas pela glória, pela imortalidade que as Olimpíadas dão àqueles que ganham e àqueles que participam. Isso é o que você sente e o que sente falta em outras ocasiões (CHECHI 2016 em PELOSI, 2016, pp. 177-178).

As Olimpíadas não representam somente a rivalidade e a competição exasperada e exagerada, mas são também portadoras de mensagens positivas e valores importantes como a amizade, a justiça, a coragem, o amor, o respeito, a igualdade, a sabedoria e a dignidade. Segundo Bordin (2016), os esportes mais “olímpicos” são a ginástica e a atlética mas é interessante como a cada quatro anos se fale também das outras modalidades e que se possam descobrir outras novas ou que “atiradores, remadores e esgrimistas têm a oportunidade de se tornarem jogadores conhecidos e respeitados como os jogadores de futebol” (BORDIN, 2016, pp. 8-9). Participar a uma Olimpíada por um atleta que talvez tenha treinado duramente para esse grande evento durante os quatro anos anteriores e que talvez tenha menos talentos que os seus rivais e menos possibilidades de conquistar uma medalha, já representa uma vitória, talvez com uma joia e uma emoção maior de quem ganha o ouro de maneira mais fácil. Trata-se de uma mensagem que não é somente para os jovens, mas também para os que descobrem o esporte já em uma idade adulta.

Como conclusão dessa secção, podemos afirmar que resulta tarefa difícil comparar o esporte moderno com o esporte antigo, mas podemos considerar que o esporte moderno pretende sempre um desenvolvimento e um desempenho maior das capacidades do corpo humano, enquanto o objetivo do esporte antigo era a celebração de um culto. O que interessava na Antiguidade, mais que a performance e os recordes, era a vitória. As Olimpíadas antigas atuavam uma espécie de rejuvenescimento do mundo, dos seres humanos e dos deuses, desvelando a potência misteriosa da terra, enquanto as atuações modernas estão mais interessadas na ganância monetária.

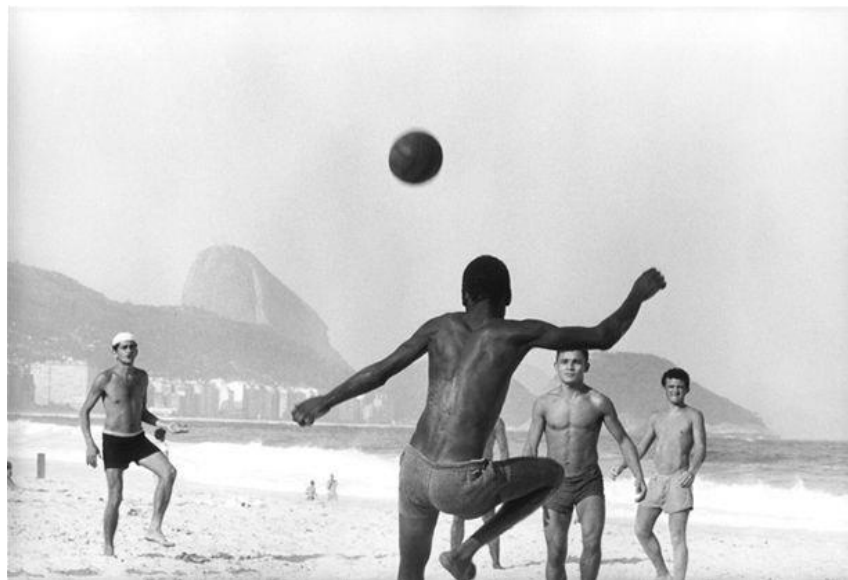
Os atletas das olimpíadas antigas, através dos elogios tecidos por poetas como Píndaro, se tornavam verdadeiros heróis e mitos, depositários de muitas virtudes e qualidades quais o talento, a beleza, a força, a generosidade, a inteligência, a prudência,

a coragem, o dom, a juventude. Todas virtudes que parecem coincidir com as características dos heróis homéricos, tornando-se, portanto, figuras míticas.

Com o passar do tempo, esses elementos que caracterizavam o espírito olímpico do passado se perderam quase completamente. As Olimpíadas modernas tornaram-se sempre mais um verdadeiro negócio, onde todos os atores envolvidos querem ganhar a própria parte e satisfazer os próprios interesses. Os casos virtuosos de exaltação dos ideais olímpicos do passado são sempre menos, e foram substituídos por outros interesses.

3,7 Estudo de caso – Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016

Figura 3,8 : “Rio de Janeiro, Brazil. 1961.”



Fonte: Thomas Hoepker, 1961

“Nossa famosa ‘garota’ nem sabia

A que ponto a cidade turvaria

Esse Rio de amor que se perdeu”

(VINÍCIUS DE MORAES e TOM JOBIM, 1974)

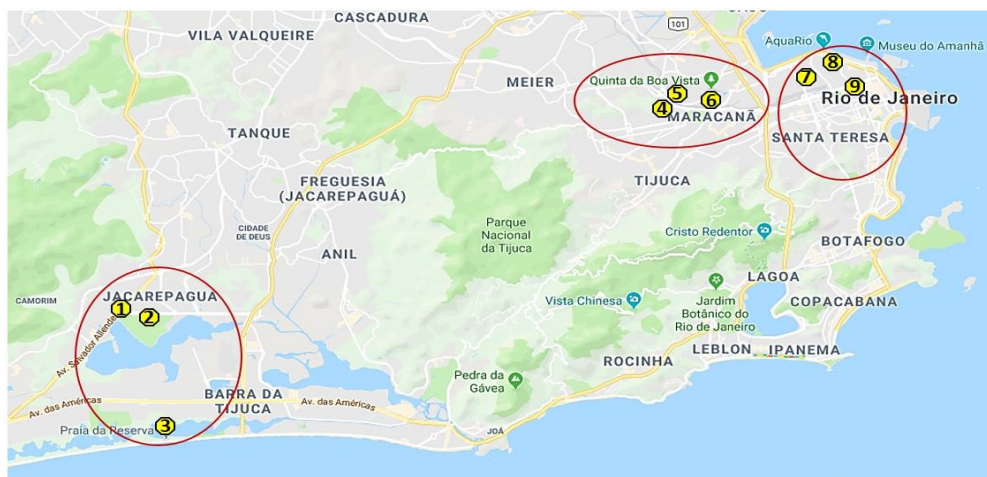
A organização e a realização de megaeventos esportivos, em particular os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016, são traduzidas em estratégia de desenvolvimento ligada ao modelo de gestão empresarial do território. Consequentemente, enquanto produz uma vasta movimentação de capitais econômicos, essa estratégia causa rupturas e realinhamentos nas várias dimensões da sociedade e nas cidades influenciadas por esse fenômeno. As informações examinadas indicam que, ao se constituir como universo social autônomo em relação a pressões externas, o campo onde se produz o megaevento serve como instrumento para submeter o território e seus residentes às pressões do setor econômico (OLIVEIRA, 2013).

Percebe-se que a preocupação das autoridades governamentais, dos organizadores e das grandes organizações esportivas, como a FIFA, o COI e os seus principais parceiros comerciais, não reside nas transformações objetivas do território, visando à melhoria das condições de vida dos residentes. O interesse desses grupos hegemônicos em estudo, com o pretexto de recuperar a imagem do território, é almejar o lucro. Desse modo, o espaço urbano assume sempre mais uma conotação mercadológica com contornos empresariais. Para a produção desse novo espaço, atuam diversos intervenientes e interesses que operam como centros de pensamento, difusão e financiamento de políticas públicas (MARICATO, 2014). A cidade é, portanto, tratada como mercadoria e passa a ser pensada de maneira a atender às necessidades de um determinado tipo de consumidor, como o capital internacional, visitantes e usuários que possam pagar (MARICATO, 2014). Dessa forma, podemos constatar que o interesse particular de poucos, nessa dinâmica de transformações espaciais da cidade, prevalece sobre a coisa pública e o interesse da população local (SANTOS, 2005; 2012).

Os megaeventos contribuem para a construção de consensos em torno de certas transformações que são de interesse de alguns agentes econômicos e políticos, portanto podemos interpretar os megaeventos, no caso do Rio de Janeiro, como um processo de transformações socioespaciais que caminham na direção de promover reformas para o mercado, e que caminham no sentido de subordinar e abrir fronteiras de acumulação de capital em determinadas áreas da cidade, como por exemplo na Barra da Tijuca, na Zona Portuária e na Zona Sul.

Figura 3,9: Os bairros « olímpicos » de Rio de Janeiro 2016

ÁREAS DE ESTUDO SOBRE JOGOS OLÍMPICOS, RIO DE JANEIRO, 2016



LEGENDA

① Vila Autódromo	④ Favela do Metrô - Mangueira	⑦ Morro da Providência
② Parque Olímpico da Barra	⑤ Aldeia Maracanã	⑧ Zona Portuária
③ Barra	⑥ Maracanã	⑨ Centro

Fonte: O autor, 2019

A este propósito, podemos associar essa discussão também ao conceito de David Harvey (2005) de “ajuste espacial”. De fato, os megaeventos seriam catalisadores de um ajuste espacial, no sentido da destruição da configuração espacial que existia anteriormente e da construção de novas configurações espaciais. Assim como podemos utilizar o conceito de “urbanização neoliberal” de Brenner (2009; 2014a; 2014b), referindo-nos ao processo de destruição criativa de configurações espaciais, arranjos institucionais, de regulações e de representações simbólicas. Então quer dizer, temos um processo de criação e de destruição de novas estruturas urbanas, instituições de regulação, instituições de gestão, de regulações públicas e de representações simbólicas. Isso, no caso do megaevento do Rio de Janeiro, resultou em experiências neoliberais. Portanto, a Barra da Tijuca, a área portuária e as favelas da zona sul, foram inseridas como experiências neoliberais na cidade. Os megaeventos no Rio de Janeiro foram momentos muito importantes para catalisar e legitimar essas experiências. Estes experimentos tiveram uma grande profundidade e foram capazes de ser implementados por causa do contexto dos megaeventos. Mas não foram necessariamente projetos promovidos

diretamente pelos megaeventos, mas aprofundados e acelerados por eles. A Barra da Tijuca, por exemplo, não começou a crescer com as Olimpíadas. Os megaeventos foram, portanto, somente aceleradores e impulsionadores desses projetos.

Conforme as informações apresentadas, o contexto político-institucional constituído para a organização dos megaeventos (em particular no Brasil) instaura uma situação de exceção, tanto relativamente aos ordenamentos jurídicos e políticos (assim como vimos na Parte II mediante leis e normas *ad hoc* como o Ato Olímpico), quanto pelo que concerne as práticas políticas para sua efetivação (OLIVEIRA, 2013).

3,8 Rio de Janeiro: uma cidade à venda?

As Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016 configuram-se como mais uma etapa do modelo de negócio e de uso hierárquico e corporativo do território. Houve uma coalizão de diferentes interesses de vários indivíduos e elementos envolvidos. Como por exemplo, *in primis*, das autoridades políticas, da elite econômica local e dos agentes de fluxos financeiros internacionais.

De acordo com Gilmar Mascarenhas (2019), no Rio de Janeiro ocorreu um processo de transição, devido à “crise olímpica”. Os Jogos Olímpicos representaram uma grande oportunidade de investimento e de ações empreendedoras mediante:

- oportunidade de captação de recursos federais e privados para o reordenamento territorial urbano (a retórica da legitimação);
- complexo conjunto logístico de recursos e ampla coalizão política;
- oportunidade para grandes projetos privados no contexto da Cidade de Exceção;
- intervenções urbanas icônicas e pontuais;
- *citymarketing* - promoção global da imagem urbana.

A eleição da cidade do Rio de Janeiro como sede dos jogos “sintetiza a expressão do ‘consenso’ entre os grupos hegemônicos no país em torno do objetivo de inserir a cidade no circuito mundial de produção do espetáculo esportivo” (OLIVEIRA, 2013,

p.10). Além disso, “O Rio torna-se, ao mesmo tempo, centro de dominação política, atratividade e mobilidade de capitais e pessoas/turistas/espectadores e palco por excelência da megavalorização dos capitais associados à rede olímpica” (EGLER, 2017, p. 4).

Assim como afirma o professor Dario de Sousa e Silva Filho¹⁴ (2016), desde quando o Rio de Janeiro foi escolhido como sede dos Jogos Olímpicos, em 2009, a cidade tornou-se palco de um experimento de gestão social intenso. Vale ressaltar que essa foi uma gestão repressiva dos direitos sociais com a intenção de criar uma imagem mais agradável para os grandes grupos corporativos e o capital econômico internacional, em conflito com a sociedade do Rio de Janeiro. Pudemos constatar, nos trabalhos de campo, que houve uma grande exploração do trabalho para a rápida construção de estádios e arenas olímpicas.

Ainda de acordo com os autores supracitados, as grandes empresas, junto com as autoridades políticas em todos os níveis (federal, estadual e municipal) e o COI, quiseram transformar o Rio de Janeiro em mercadoria, uma cidade à venda. Seu espaço, seu território está à venda ou pode ser alugado e, conseqüentemente, a população local também está à venda e faz parte desse processo. Esta ideia é desenvolvida ao longo do resultado do trabalho de campo.

Todavia, os interesses que pretendem transformar a “cidade olímpica” numa cidade-empresa chocam-se com a percepção e a derivante reação da população local. Numerosas manifestações e protestos antes, durante e depois da realização da Taça das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, alertaram para o fato de o Rio de Janeiro ter outros problemas e outras prioridades, como o melhoramento do sistema de saúde e de educação, do saneamento básico, da moradia, da segurança, entre outros.

De acordo com Gaffney (2016), a herança que os Jogos Olímpicos do Rio 2016 deixaram para o território e para a sociedade carioca foi o endividamento do estado e da cidade, expropriações e remoções de mais de 77 mil residentes (sobretudo na Vila Autódromo, na Zona Oeste e na Zona Portuária) associadas ao fenômeno da *gentrification* e do enobrecimento de algumas áreas com a forte especulação imobiliária. Ademais, houve outros casos de violações de direitos humanos, falência do sistema de saúde,

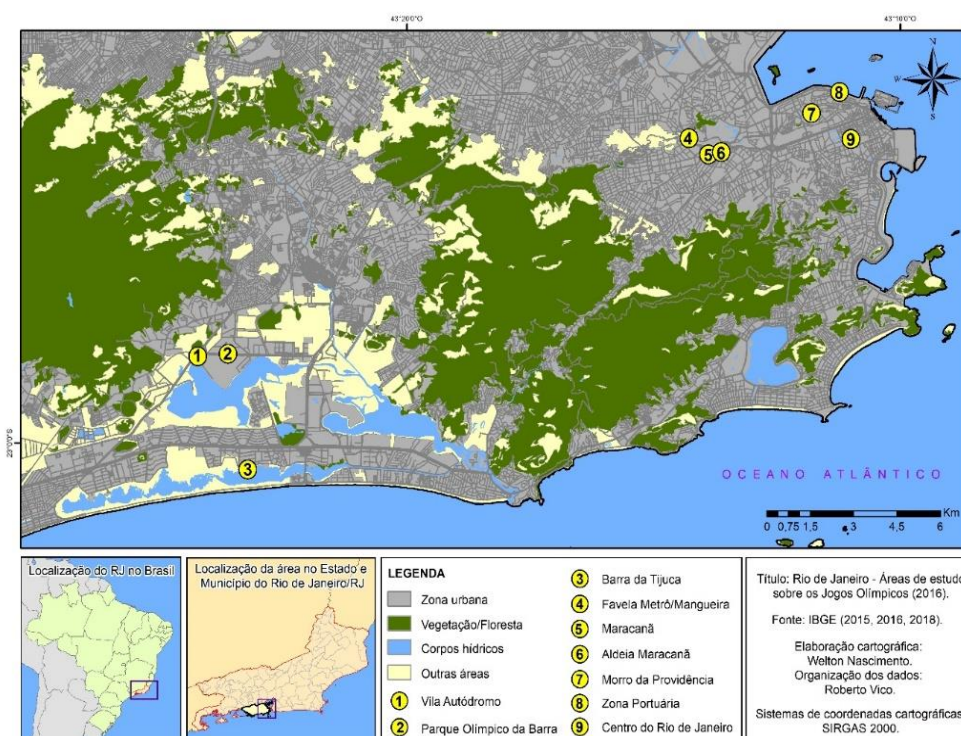
¹⁴ Sociólogo; docente e pesquisador em ciências sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

educação e segurança, com uma polícia mais militarizada e menos treinada no âmbito da operação das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPP)¹⁵.

Destaca-se que o projeto urbano de revitalização da cidade baseou-se em três aspectos principais:

- fortalecimento da centralidade já existente, concentrando as intervenções na Zona Sul onde mora a maior parte da elite econômica da cidade;
- reestruturação da centralidade decadente, fixando como objetivo a modernização da área portuária no centro da cidade;
- criação de uma nova centralidade, situada na Barra da Tijuca, por meio de elevados investimentos nessa região.

Figura 3,10: Áreas de estudo no Rio de Janeiro



Fonte: IBGE (2015; 2016; 2018)

Esse projeto, segundo Garcia Castro *et al.* (2015), promove a mercantilização do espaço urbano, incrementando os processos de segregação e guetização socio-territoriais

¹⁵ Sobre esta temática das UPPs, ver também o livro de Luigi Spera: *Crimine e Favelas*, 2016.

com o mecanismo da espoliação urbana e realocização dos mais pobres e marginais na cidade através das expropriações e remoções. De acordo com os autores, a política urbana do projeto olímpico baseia-se na valorização imobiliária e inclui também obras de transporte e mobilidade urbana, instalações esportivas e UPP nas zonas de expansão do capital imobiliário. Além das regiões já valorizadas, de interesse turístico e residência das elites, as obras referem-se a diversas áreas ocupadas por populações de baixa renda, marginalizadas e desprezadas pelo setor imobiliário e abandonadas pelas autoridades que, de repente, tornaram-se interessantes pela especulação imobiliária, considerando sobretudo os investimentos olímpicos.

- **Remoções**

Para traçar os trilhos reservados para os Veículos Leves sobre Trilhos (VLT)¹⁶, criar as faixas rápidas somente para a circulação dos ônibus (BRT), construir o teleférico que leva para o Morro da Providência (desativado desde dezembro de 2016), assim como edificar ou transferir para outro lugar as instalações esportivas e os relativos estacionamentos, foi preciso deslocar a população e demolir áreas de alguns bairros.

A Zona Oeste do Rio foi a área mais afetada, tendo em vista os mais de 3.500 edifícios expropriados (FONTAINE¹⁷, 2016). Em particular, a Vila Autódromo, onde moravam cerca de 700 famílias e onde foi realizado o Parque Olímpico. Ela é considerada o exemplo emblemático dessas remoções e expropriações. Antônio Franklin, presidente da associação dos moradores do bairro, afirma que as autoridades nunca avisaram às famílias que tinham que se deslocar e muitos residentes tomaram conhecimento da notícia através da mídia (FONTAINE, 2016).

¹⁶ Vide o Apêndice E, Figuras A3 e A4.

¹⁷ Jean-Jacques Fontaine mora no Rio de Janeiro desde 2007. Desde 1980, é correspondente no Brasil para a mídia suíça, belga e canadense.

Figura 3,11: Remoções na Vila Autódromo



Fonte: UOL NOTÍCIAS, 2016

Raquel Rolnik (2015), professora de arquitetura da Universidade de São Paulo (USP) e Relatora do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia Adequada, confirma que as expulsões forçadas constituem violações manifestas dos direitos humanos e das leis internacionais no processo de expropriação ligado às obras para a Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016. Além disso, o valor das indenizações propostas era muito inferior ao preço de mercado dos imóveis. Outrossim, o aspecto mais grave consiste na quase total ausência de transparência e de diálogo entre as autoridades e a sociedade civil (ROLNIK, 2015; FONTAINE, 2016).

Tabela 3,2: Resumo das famílias removidas em algumas comunidades

Comunidade	Tempo da ocupação	N. famílias removidas	N. famílias ameaçadas	Total famílias	Justificativa
Largo do Campinho/Campinho	1980	65	Totalmente removida	65	1a Fase BRT-Transcarioca – De Barra a Penha
Rua Domingos Lopes (Madureira)	Sem informação	100	-	100	BRT Transcarioca
Rua Quáxima (Madureira)	1970	27	-	27	BRT Transcarioca
Comunidade Vila das Torres (Madureira)	1960	300	Totalmente removida	300	Construção de parque municipal
Comunidade Arroio Pavuna/Jacarepaguá	1938	-	28	28	Construção de Viaduto / BRT Transcarioca
Restinga / Recreio	1994	150 além de 34 pequenos	Totalmente removida	150	BRT Transoeste – Barra da Tijuca a Santa Cruz
Vila Harmonia / Recreio	1911	118	2 famílias e 2 centros espíritas	120	BRT Transoeste
Vila Recreio II / Recreio	1996	235	Totalmente removida	235	BRT Transoeste
Vila Autódromo / Jacarepaguá	1985	700	720	720	BRT Transcarioca e Transolímpica / Estacionamento Parque Olímpico
Vila Azaleia – Curicica	1990	-	100	100	Desapropriação Transolímpica
Vila Taboinha	1990	-	400	400	Reintegração de posse
Comunidade do Metrô-Mangueira	1980	350	350	700	Estacionamento estádio Maracanã
Favela Belém Belém / Pilares	1972	-	300	300	Novo acesso para estádio Engenhão
Ocupação Flor do Asfalto	2006	-	30	Ocupação Flor Asfalto	Projeto Porto Maravilha
Rua do Livramento e Adjacências	Sem informação	-	400	Rua do Livram.	Sem informação

Ocupação Boa Vista	1998	35	-	Ocup.Bo a Vista	Projeto Porto Maravilha
Morro da Providência	1897	200	835		Implantação de Teleférico / Plano Inclinado / Área de Risco
Comunidade Tabajaras (estradinha)	1986	120	230	350	Considerada Área de risco
Comunidade do Pavão Pavãozinho	1930	300	-	300	Considerada Área de risco
Aldeia Maracanã	2006	-	20	-	Privatização estádio Maracanã / Shopping / Estacionamento
Favela do Sambodromo	Sem informação	60	Totalmente removida	60	Alargamento do Sambodromo para os Jogos Olímpicos
TOTAL	-	1860	5325	7185	-

Fonte: O autor com base em diversas fontes

As remoções e as indenizações, de acordo com os moradores, não ocorreram de forma justa. Materiais precários, de baixa qualidade, foram utilizados na construção das novas moradias ofertadas para aqueles que foram deslocados. Conforme relata Orlando Santos Junior, professor da UFRJ e membro do Observatório das Metrópoles:

As indenizações inicialmente eram ridículas, às vezes era menos de 6 mil reais. O Estado ou a Prefeitura não reconhecia a posse. A Prefeitura indenizava somente a benfeitoria, então se, por exemplo, a casa construída era feita de madeira, não valia nada, mas para as pessoas valia muito em termos de lembranças e valores intangíveis. A Prefeitura não indenizava a posse e a localização, então você ganhava 4 mil reais, o que você vai fazer com 4 mil reais? Nada! (SANTOS JUNIOR, 2019).

Como o Estado ou a Prefeitura não reconheciam a posse, e por serem as casas construídas de material precário, sem muitas benfeitorias, as indenizações eram insignificantes. Porém, para famílias os valores eram relacionados às lembranças, o que não pode ser comprado. “O Estado não pode tratar as classes populares como uma classe homogênea, tem que tratar vendo as especificidades de cada um. O significado da moradia por cada pessoa não tem preço (SANTOS JUNIOR, 2019).

As remoções de algumas favelas constituem uma vontade nítida e histórica do poder público do estado do Rio de Janeiro de remover o que consideram ser um problema. Trata-se de um fenômeno que acompanha a história das favelas do Rio de Janeiro de forma semelhante a como foram removidos os cortiços. Nos anos 1930 e 1940, ocorreram remoções na Lagoa; nos anos da Ditadura Militar também aconteceram várias remoções, com eliminação de favelas inteiras, como a do Esqueleto, onde agora está situada a UERJ (SPERA, 2016; 2019).

Convém salientar que, na Zona Oeste, onde foi construído o Parque Olímpico, entre Jacarepaguá e Barra da Tijuca, existem luxuosos condomínios, onde residem políticos, empresários, jogadores de futebol, artistas etc. Muitos desses residentes preferem ver a população pobre como mão-de-obra, mas não como moradores do mesmo bairro. Logo, essas comunidades menores podem ser eliminadas. A Favela do Metrô, por exemplo, situada do outro lado da linha do metrô, e a Vila Autódromo, foram eliminadas. Eram pequenas comunidades, no meio de condomínios e prédios, sendo a sua eliminação a solução mais simples (SPERA, 2019).

De acordo com entrevistados durante os trabalhos de campo, muitas vezes as remoções aconteciam no meio da noite, assustando os moradores. Essa estratégia foi utilizada para vencer a resistência dos favelados, que sempre reivindicaram o direito de viver nessas comunidades, pedindo constantemente por melhorias e integração com o resto da cidade. Contrário ao que pensa a maioria da população de classe médio-alta carioca.

Nessa perspectiva, segundo Gilmar Mascarenhas, “foi tudo um pretexto, uma grande farsa. As Olimpíadas foram somente uma desculpa. Mas infelizmente ‘remoção zero’ é quase uma utopia” (MASCARENHAS, 2019).

- **Especulação imobiliária e UPP**

De acordo com Spera (2016; 2019), a intenção do ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Sergio Cabral Filho, era declaradamente utilizar os megaeventos para elevar os preços do mercado imobiliário e, conseqüentemente, o valor imobiliário da cidade. Para isso, a estratégia seria a remoção das favelas.

Diferentemente de outras cidades, as favelas na cidade do Rio de Janeiro não ocupam uma periferia geográfica. Elas estão inseridas em cada bairro, zona e lugar da cidade. Elas podem ser vistas no centro e até mesmo em regiões consideradas como nobres, como a zona sul. Com a intenção de valorizar essas áreas, onde vive a classe média, a consequente saída dos pobres foi a solução encontrada.

Tal fato aconteceu na favela do Vidigal, Chapéu Mangueira e na Babilônia, favelas que foram habitadas por moradores de classe média que, em lugar de morar no subúrbio, se mudaram para a favela. Com o aumento dos preços de aluguéis e a cobrança de serviços públicos, os antigos moradores, que tinham um orçamento limitado, foram obrigados a mudar de habitação e de lugar. O Governo do estado do Rio de Janeiro havia planejado isso e essa operação estava ligada também à pacificação das favelas e às UPPs (Unidades de Polícias Pacificadoras).

A pacificação das favelas começou na Zona Sul, na Santa Marta, que foi o primeiro morro pacificado, sendo uma ação que depois estendeu-se a outras favelas (SPERA, 2016). A UPP deveria ser uma grande revolução de segurança pública que garantiria novos padrões de atuação. Entretanto, a imagem inicial de segurança e de controle, bem como de uma nova relação institucional entre a polícia e os moradores, faliu e traduziu-se em violência e em abandono.

No início, o projeto da UPP se mostrava tão fascinante que encantou a população e pesquisadores. De acordo com Spera (2016; 2019), o projeto UPP estava funcionando porque a conjuntura política e econômica era diferente, pois os brasileiros, e sobretudo os moradores de favelas em 2008 e 2009, estavam se beneficiando de todos os efeitos positivos das políticas públicas do governo Lula. A situação geral do país era favorável. A população da favela, apesar da existência do poder paralelo criminoso, era beneficiada pelos tantos efeitos positivos derivantes das políticas públicas.

Por não terem uma boa relação com os traficantes, os residentes viam na presença da polícia uma promessa de que os traficantes iriam embora. Os primeiros resultados da instalação de algumas UPPs foram positivos, mesmo quando esses agentes públicos não eram vistos positivamente.

As promessas governamentais incluíam melhorias na saúde e educação, com a vinda de mais enfermeiros e professores, porém isso não ocorreu. Ao contrário, em todas as favelas pacificadas chegaram os contratos de propriedade das habitações. Em seguida, chegou a cobrança – que antes não existia - de serviços como água, luz.

Numa favela em um bairro da Zona Norte, por exemplo no Complexo do Alemão, a desigualdade social entre os habitantes da favela e os habitantes exteriores a ela é mínima. Porém, na Zona Sul, a situação é diferente. Se compararmos uma favela da Zona Sul, como o Vidigal, e o bairro do Leblon, existe uma grande diferença econômica, assim como existe uma diferença significativa entre a favela de Santa Marta e o bairro de Botafogo. Por isso, a especulação afetou muito mais a Zona Sul, já que a parte baixa dos morros foi completamente ocupada por turistas que alugavam os imóveis, ou residentes cariocas cansados dos elevados custos dos aluguéis da cidade. Ademais, entre 2008 e 2014, os preços das habitações triplicaram, especialmente na zona sul, devido ao projeto de especulação econômica instaurado por Cabral, que tinha planejado intencionalmente aumentar a valorização imobiliária na cidade do Rio (SPERA, 2016; 2019).

Beltrame, ex-secretário de Segurança do Rio de Janeiro, deixou clara que a intenção não era de eliminar o tráfico, mas de normalizar a vida das pessoas. E isso se confirmou uma vez que, no início, muitos traficantes procurados pela polícia escaparam. Porém, ficaram os que não eram procurados, bem como os que já moravam na comunidade e continuavam a vender droga, com ou sem UPP (SPERA, 2016).

Ao mesmo tempo, começou no Brasil e em particular no Rio de Janeiro uma crise econômica e uma crise de interesse, porque a maioria das obras para os megaeventos e a especulação já tinha sido feita, transparecendo que o governo e a prefeitura deixaram a situação negligenciada. A conjuntura piorou se comparada ao que havia anteriormente. Os índices de mortalidade nas favelas aumentaram significativamente e de forma exponencial, e no primeiro trimestre de 2019, houve o maior número de homicídios cometidos pela polícia nas favelas na história (SPERA, 2019).

Em suma, embora a ideia da UPP tenha sido boa, com alguns efeitos positivos, ela não foi auxiliada e apoiada da maneira correta (VALLE ROSA, 2018). Mais uma vez houve falência da política de segurança pública do Rio de Janeiro, pois foi inadequada.

Evidencia-se que o projeto da UPP não foi sustentado. Os primeiros a fazerem oposição foram os componentes do corpo de polícia militar do estado do Rio de Janeiro. Acerca disso, vale mencionar que a principal fonte de lucro dos policiais do Rio de Janeiro, ou de uma parte considerável deles, consiste na venda das armas e na corrupção com os traficantes. Sendo assim, ao eliminar os traficantes, elimina-se uma boa parte do lucro dos policiais (SPERA, 2019). Quem especula sobre as favelas e as comunidades do Rio de Janeiro, sobretudo na Zona Oeste, são as milícias. Cumpre frisar que não existe uma grande ligação entre a atividade da milícia, a atividade da UPP e a atividade de

especulação da Olimpíada, uma vez que as milícias atuam mais em outras áreas, na Zona Oeste, como nos bairros de Santa Cruz e Campo Grande.

Concernente à especulação imobiliária e à introdução das UPPs nas favelas do Rio de Janeiro, podemos considerar que houve uma tentativa, no caso da Zona Sul, de fortalecer a centralidade que a região sempre teve. Entretanto, como acontece na configuração urbana do Rio de Janeiro, muitas áreas da Zona Sul sofriam processos de desvalorização decorrentes da existência de favelas, por exemplo nos bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon, influenciados pelo incremento de casos de violência em territórios populares. Foi assim que surgiu o experimento neoliberal no caso das favelas da Zona Sul, com implementação das UPPs.

Tal aspecto foi evidenciado também pelo geógrafo especialista em temáticas relacionadas com Geografia, cidade e esporte, Gilmar Mascarenhas, em entrevista:

Existia um poder aquisitivo dentro das favelas entre os pobres que é uma marca do governo Lula. As empresas queriam capturar esse poder aquisitivo, queriam botar banco nas favelas, queriam botar as compras de energia elétrica, redes de comercialização e de cobrança. E isso acontecia mais nas favelas da zona sul. Por isso que as UPPs começaram a instaurar-se na zona sul. A Upp não fica em favelas onde estão os miseráveis, fica onde tem dinheiro. Foi uma coisa mirada (MASCARENHAS, 2019).

Transcorridos alguns anos da sua implementação, assistimos à falência do projeto das UPPs, as quais só funcionaram durante o período das Olimpíadas, isto é, não havia no seu desenho políticas sustentáveis, sociais e de integração efetiva destes territórios da cidade (VALLE ROSA, 2018). Em seu lugar, há políticas que visam empreender a favela como um ativo de mercado, tornar a favela um lugar de atração do turista. Isso acontece por exemplo na favela do Vidigal, onde surgiram muitas *guest house* e pousadas. Todo o programa tenta vender a favela como um ativo de mercado, o que também significa tornar a favela uma fronteira de expansão de mercado, com a intenção (que permanece) de levar o mercado para a favela, como bares, hotéis, lugares de fruição turística.

Com efeito, as favelas da Zona Sul possuem uma atratividade muito significativa: a paisagem. Como consequência, tentou-se tornar esse território uma área de expansão para o mercado, abrindo-o para investimentos do capital, embora sempre estivesse submetido a diversas formas de expropriação e segregação. Isso gerou processos de gentrificação contraditórios. Como as favelas nunca deixaram de ser territórios populares, não houve uma gentrificação muito fácil, mas uma gentrificação periférica. Houve processos de mudança nas formas de apropriação e uso do território que não geraram uma

integração social dos moradores, tampouco a sustentabilidade desses programas de pacificação. Os referidos projetos faliram; ainda que não possamos afirmar que a UPP levou violência (embora são muitos os casos de troca de tiros entre UPPs e traficantes, acidentes e mortes por causa de bala perdida), esse não foi um programa eficaz desenhado para integrar a população local à cidade. Logo, não foi socialmente sustentável.

Conforme o Coronel Aviador da Reserva da Força Aérea Brasileira (FAB), Carlos Eduardo Valle Rosa, a UPP não foi criada para o megaevento, pois era um projeto que já havia sido planejado anteriormente. Nesse sentido, ele evidencia que:

A UPP é um projeto que visava levar o Estado às comunidades e não a polícia às comunidades. Há uma diferença grande entre as duas visões. Levar a polícia é apenas uma etapa do projeto. A outra etapa seria levar escolas, saneamento, energia elétrica, água encanada, hospitais etc. Isso que eu chamo de levar o Estado às comunidades. Permitir que as pessoas tivessem habitações seguras. Porém não houve essa segunda parte, só houve a primeira, só houve a parte da polícia. Assim o projeto não deu certo por esse motivo. Foi um fracasso. Tanto é que hoje já estão tentando remover, estão desmobilizando. Então a UPP não foi para o megaevento, foi para levar o Estado às comunidades. Mas isso não aconteceu. Só houve a presença da polícia (VALLE ROSA, 2018).

- **Os investimentos na “cidade maravilhosa” e as exigências do COI**

A seguir, apresentamos alguns dados sobre os valores gastos nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016 e a origem desses recursos. O orçamento total pode ser repartido em três partes: Orçamento do COI; Matriz de Responsabilidades; Plano de Políticas Públicas.

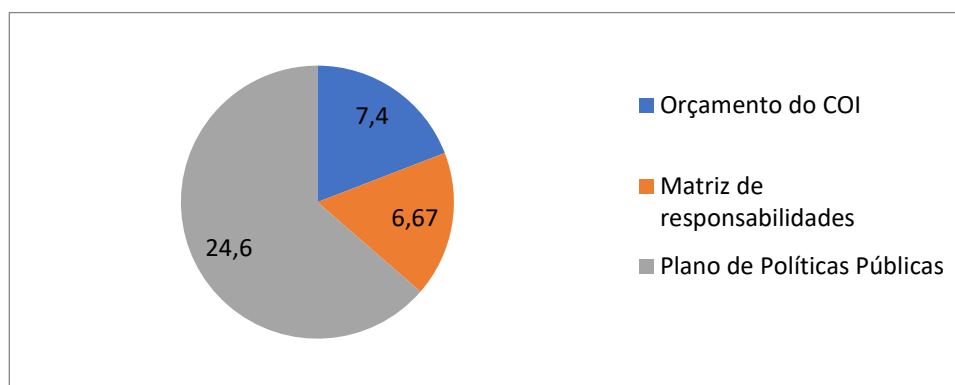
Inicialmente, tratamos acerca do orçamento do comitê organizador, instituição privada responsável pelos custos operacionais do megaevento e das competições. Ou seja, refeições dos atletas, uniformes, hospedagem, transporte das equipes e material esportivo em geral. Esse orçamento corresponde a 7,4 bilhões de reais (cerca de 1,65 bilhão de euros) e é 100 % coberto por patrocínio e outras fontes de receita da iniciativa privada, sem nenhuma verba pública (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016).

No que concerne à “Matriz de responsabilidades”, trata-se de uma verba destinada exclusivamente a projetos associados à realização dos jogos, a exemplo das instalações olímpicas que não aconteceriam caso o Rio não fosse escolhido para acolher o

megaevento. Entre esses projetos figura o Parque Olímpico, cujo orçamento foi de 6,67 bilhões de reais (cerca de 1,5 bilhão de euros), sendo 4,2 bilhões oriundos da iniciativa privada (cerca de 950 milhões de euros) (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016).

Destaca-se, ainda, o Plano de Políticas Públicas, o qual representa o tão discutido “legado” dos Jogos Olímpicos ou investimentos em políticas públicas. Esse plano endereçou-se para a realização de 27 projetos que possuem baixa ou nenhuma ligação direta com os Jogos Olímpicos, mas que se beneficiam do megaevento para antecipar ou ampliar investimentos em nível federal, estadual e municipal, em infraestruturas e políticas públicas (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016). Entre esses projetos, ressaltam-se alguns mais importantes, tais como: os BRTs, o Porto Maravilha, o VLT do Centro, as Piscinas da Praça da Bandeira, a Linha 4 do Metrô e os Laboratórios de Controle de Doping. Dos 24,6 bilhões de reais (cerca de 5,5 bilhões de euros) do legado, aproximadamente 10,3 bilhões de reais (cerca de 2,3 bilhões de euros), ou seja, 43%, deriva da iniciativa privada, enquanto o restante, 57%, provém de parcerias entre empresas/consórcios públicos e privados (PPP) ou exclusivamente de recursos públicos (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016).

Figura 3,12: Investimentos no Rio de Janeiro para os JO 2016 em bilhões de reais



Fonte: MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016

Tabela 3,3: Os gastos dos Jogos Olímpicos por regiões

GASTOS J.O.		MATRIZ DE RESPONSABILIDADES (R\$)	POLÍTICAS PÚBLICAS / LEGADO (R\$)	TOTAL	%
REGIÃO	BAIRRO				
Zona Central	Zona Portuária	-	9.388.750.000,00	9.388.750.000,00	30,75
Zona Central	Centro		114.480.000,00	114.480.000,00	0,37
Zona Sul	Copacabana	-	-	-	-
Zona Sul	Glória	45.000.000,00			
Zona Sul	Lagoa	-	-	-	-
Zona Norte	Maracanã	-	606.950.000,00	606.950.000,00	1,99
Zona Norte	Engenho Novo	28.000.000,00	87.740.000,00	115.740.000,00	0,38
Zona Norte	Estácio	65.000.000,00	-	65.000.000,00	0,21
Zona Oeste	Barra, Recreio e Jacarepaguá	5.537.900.000,00	13.310.920.000,00	18.848.820.000,00	61,7
Zona Oeste	AP 5 ¹⁸	804.200.000,00	431.000.000,00	1.235.200.000,00	4,05
Neutro		-	110.470.000,00	110.470.000,00	0,36
Total		6.480.100.000,00	24.050.310.000,00	30.530.410.000,00	1,00

Fonte: SANTOS JÚNIOR, GAFFNEY, RIBEIRO (2015)

Sobre a gestão atual e futura das instalações e das infraestruturas esportivas, é preciso lembrar que o custo de manutenção das instalações é muito elevado. Atualmente, parte dessas estruturas foi privatizada e uma outra parte foi entregue ao Ministério do Esporte. Durante os preparativos do evento, foi gerada uma expectativa que, após a realização dos Jogos Olímpicos, o Brasil teria uma geração esportiva de atletas com lugares apropriados para treinar, como as grandes piscinas olímpicas e as arenas de

¹⁸ Trata-se da Área de Planejamento 5 que está constituída por 21 bairros da Zona Oeste entre os quais: Santa Cruz, Campo Grande, Cosmos, etc.

ginástica. Porém, vários equipamentos e estruturas foram entregues ao exército, à marina e à aeronáutica, sem permanecer, desse modo, como legado para o esporte.

Existiu, portanto, uma falta de planejamento relativo aos recursos utilizados para os investimentos realizados com relação às estruturas, especialmente as esportivas, e à sua utilização. Isso aconteceu com a Copa do Mundo de 2014, quando alguns estádios, foram pouco aproveitados, além de apresentarem elevados custos de manutenção (são os casos de Brasília, Natal, Manaus e Cuiabá). Depois das Olimpíadas, acontece também com as instalações olímpicas que agora estão em estado de inatividade.

Nesse contexto, sobre as obras imobiliárias da Vila Olímpica, no Rio de Janeiro, apenas 7% dos apartamentos foram vendidos e o restante está submetido à lógica especulativa do mercado financeiro/imobiliário, uma vez que essas habitações foram avaliadas com preços muito elevados. Sob outra perspectiva, esses espaços poderiam ser melhor aproveitados. Poderiam, por exemplo, abrigar pessoas de baixa renda, como aconteceu com a Vila Olímpica de Londres. Um espaço degradado e periférico que, graças a um projeto social de habitação, tornou-se um lugar de moradia das pessoas de baixa renda e onde 50% dos residentes dispõem de subsídios para o pagamento dos aluguéis.

Segundo o Ministério do Esporte (2016), dos 38,67 bilhões de reais (cerca de 8,59 bilhões de euros) gastos nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, 57% é proveniente da iniciativa privada e 43% do Governo Federal e Estadual. A utilização de verba pública para a realização de grandes obras, muitas vezes desnecessárias, tem gerado um mal-estar geral da população local que, a partir de protestos e manifestações, além de debates e discussões públicas, sublinhava como esses recursos poderiam ser investidos para realizar investimentos em outros setores prioritários para a maioria da população do Rio de Janeiro. Outros graves problemas relacionados com a utilização de recursos públicos são o endividamento do Estado e uma difusão da corrupção com desvios de dinheiro.

O COI impõe especificações e exigências aos países e às cidades para a preparação de uma Olimpíada. Essas regras são bastante criticadas, pois frequentemente as cidades não conseguem atender a demandas tão elevadas. Se o acolhimento do megaevento se der num país subdesenvolvido ou emergente, que não possui uma base de infraestruturas e instalações esportivas concretas para a realização de um megaevento dessas dimensões, elas se tornam inviáveis.

Segundo Gilmar Mascarenhas (2019), nesse contexto surgiu um problema olímpico devido às exigências, pois:

- encarecem profundamente o custo de realização dos Jogos;
- reduzem acentuadamente os canais democráticos de gestão da cidade e abrem espaço para projetos impopulares;
- atropelam a soberania nacional, impondo suas regras;
- estabelecem na cidade um “estado de exceção”.

Um exemplo emblemático diz respeito às estruturas olímpicas do Rio de Janeiro e, em particular, do Velódromo, onde as madeiras para a construção da pista vieram da Sibéria. Por serem de um lugar muito frio, precisam ser mantidas constantemente a uma temperatura de 26 graus, com um custo de 18 mil reais (cerca de 4 bilhões de euros) a cada seis horas, ou seja, dois milhões de reais mensais. Isso para pagar os custos de energia elétrica de uma única arena (REDAÇÃO NOVO TEMPO, 2017).

Devido às elevadas exigências e regras que o COI impõe para as cidades anfitriãs, para as próximas Olimpíadas de 2024 apenas duas cidades se candidataram: Paris e Los Angeles. Roma, Bucareste e Hamburgo, por exemplo, depois de perceberem o endividamento que muitas cidades tiveram depois das Olimpíadas e a falta de um verdadeiro legado duradouro, como os casos de Atenas 2004 e atualmente de Rio de Janeiro 2016, retiraram a própria candidatura.

Houve uma significativa pressão por parte das populações locais que não queriam que a própria cidade se candidatasse, considerando que os gastos com a organização dos Jogos Olímpicos não valiam a pena e que o retorno em termos de legados não seria relevante. Em consequência, o COI decidiu conceder pela primeira vez na história dos Jogos Olímpicos da era moderna a organização do evento para as cidades sem praticamente a verdadeira competição entre elas, ofertando respectivamente as Olimpíadas de 2024 a Paris e a de 2028 a Los Angeles.

De acordo com o COI, para o futuro as regras de candidatura serão mudadas e um novo paradigma de organização será instaurado.

- **Má gestão, endividamento do estado e corrupção**

Desde 2016, o estado do Rio de Janeiro consta entre os estados mais endividados do Brasil, pois é um dos que mais deve para a Defensoria Pública da União¹⁹, com atraso do pagamento dos salários do funcionalismo público com regularidade, dentre outras inadimplências. Outrossim, foram feitos cortes de gastos em muitos setores públicos, principalmente nas áreas da saúde e da educação, além do aumento do custo de transporte para a população, do fechamento de muitos restaurantes e farmácias populares. Boa parte dessa crise está relacionada também com a organização dos Jogos Olímpicos.

De acordo com o Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) (AGÊNCIA BRASIL, 2017), o empréstimo para custear as despesas com os Jogos Olímpicos de 2016 incrementou o endividamento do estado e, atualmente, a dívida pública estadual consolida-se em 106,15 bilhões de reais (cerca de 23,5 bilhões de euros). O TCE-RJ adverte também que a obtenção de ulteriores empréstimos pode piorar definitivamente a situação fiscal.

Conforme as informações reportadas pela Agência Brasil (2017), segundo relatório do TCE-RJ, a grave situação de endividamento do estado do Rio de Janeiro começou logo depois que o Rio foi escolhido como sede das Olimpíadas em 2009, com autorizações para contratação de volumes elevadíssimos em operações de crédito. No período compreendido entre 2012 e 2015, foram 22,39 bilhões de reais (cerca de 5 bilhões de euros) em empréstimos para o estado do Rio de Janeiro. Deste valor, 78,6% foi utilizado para custear os gastos ligados às Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. O Tribunal, avaliando a variação da sustentabilidade da dívida, afirma que o débito público possui um caráter ascendente e que, no final de 2018, alcançaria o 17,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Rio de Janeiro. Para os exercícios de 2017 a 2019, o *déficit* primário vai constar no valor de 33,63 bilhões de reais (cerca de 7,5 bilhões de euros) (AGÊNCIA BRASIL, 2017).

Boa parte dos gastos que saíram dos cofres públicos foi para abastecer esquemas de corrupção, para empresas ou indivíduos que lideram o setor de construção, das autoridades políticas e de grandes associações esportivas, como o COI. Segundo dados

¹⁹ A Defensoria Pública da União é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa dos necessitados, em todos os graus, perante o Poder Judiciário da União.

da Organização das Nações Unidas (ONU), o custo da corrupção no Brasil é de 200 bilhões de reais por ano (cerca de 44,4 bilhões de euros) (TERRA – ISTOÉ, 2016).

No centro do maior escândalo de corrupção do Brasil consta a construtora Odebrecht, uma das mais importantes empreiteiras do Brasil e responsável pela construção de muitas obras de infraestruturas, imobiliárias e instalações esportivas para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Recentemente, Carlos Arthur Nuzman, que era o presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB) desde 1995, foi preso pela Polícia Federal brasileira considerado protagonista de um esquema criminoso que juntou os interesses econômicos de políticos e empresários cariocas com os dos membros do Comitê Olímpico Internacional (COI). Descobriu-se que esses sujeitos eram dispostos a vender seus votos para a escolha do Rio de Janeiro como anfitriã dos Jogos Olímpicos de 2016 (BRASIL.ELPAIS.COM, 2017).

Outra personalidade célebre que também ficou envolvida em um escândalo de corrupção foi o ex-ministro do turismo Henrique Eduardo Alves. Ele foi preso pela Polícia Federal, que investigava corrupção ativa e passiva, bem como lavagem de dinheiro na construção da Arena das Dunas, em Natal-RN, (G1 GLOBO, 2017) durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014, estádio que substituiu a antiga arena “Machadão”. Depois da Copa do Mundo de 2014, a FIFA também passou pelo pior momento da sua história. Representantes de altos órgãos da FIFA, como o brasileiro José Maria Marin, foram presos e muitos estão sendo investigados por episódios de corrupção relativos a vários aspectos e a diferentes Campeonatos do Mundo de Futebol, entre eles o Mundial do Brasil de 2014 e os próximos Mundiais do Qatar de 2022 (VICO, 2016). Outros políticos envolvidos com esquemas de corrupção e que agora estão presos são os ex-governadores do estado do Rio de Janeiro, Garotinho, bem como Sérgio Cabral Filho e Luiz Fernando Pezão.

Ainda acerca do legado dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, vale a pena destacar o depoimento de Carlos Eduardo Valle Rosa:

A minha percepção, como cidadão, é que esse evento foi o pano de fundo para um processo de enriquecimento, ou de manutenção no poder de determinadas pessoas. [...]. Por exemplo, dois presidentes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) estão presos, o presidente do COB está preso, o Nuzman, houve problemas durante a Copa com a FIFA também. [...] apesar de ter existido algum tipo de legado e houve de fato, o legado poderia ter sido independente da existência do evento. Não seria um legado, mas seria uma obra, obra de infraestrutura, mesmo sem o evento. O evento em si, ele não financia a obra,

porque não gera nenhum tipo de lucro para o país, a não ser o lucro indireto talvez de Imagem, Turismo, mas o lucro direto não existe. Então a percepção é de que esse evento veio para justificar obras que seriam utilizadas como fonte indevida de financiamento de campanha, ou até mesmo de enriquecimento pessoal. (VALLE ROSA, 2018).

Rosa ainda afirma que os erros começaram desde o início, a partir da apresentação do dossiê de candidatura, sem uma verdadeira consulta à população e aos cidadãos da cidade que apresenta a própria candidatura.

Segundo a opinião de Luigi Spera (2019), jornalista internacional e autor do livro *Crimine e Favela* (2016), os Jogos Olímpicos possuem uma série de significados, um dentro do outro. O primeiro é a ambição internacional do país, isto é, o fato de que uma parte política do governo daquela época quis veicular a mensagem que, por meio da gestão de um evento como as Olimpíadas, o Brasil poderia se apresentar como um lugar de relevo no âmbito das grandes potências, com prestígio internacional. Aliado a isso, o fato de que a economia brasileira vivia um período áureo no governo Lula, chegando a ser a sétima economia mundial em valor absoluto.

Na realidade, a Olimpíada trouxe crise econômica e problemas sociais: pobreza, desigualdade social ainda mais forte, especulação, remoções e violência. Como observamos anteriormente por meio do Figura 3,11, o dinheiro utilizado para as intervenções, que são comissionadas para favorecer as obras públicas, vem principalmente de fundos públicos e apenas uma pequena parte do Comitê Olímpico. O problema da corrupção fez as obras que foram comissionadas e realizadas terem um custo elevado, superior àquele que inicialmente foi orçamentado ou ao verdadeiro para a realização das obras. Ademais, o uso desses valores, provocou um corte referente aos serviços públicos. De fato, o estado do Rio de Janeiro entrou definitivamente em crise econômica logo antes do início das Olimpíadas, já que existia a exigência de ter de gerir o evento que iria acontecer.

De acordo com Spera (2019), foi conferido um financiamento federal pelo setor da Segurança em 92 bilhões de reais (cerca de 20,5 bilhões de euros), correspondente ao quádruplo do orçamento inicial. Esse se traduziu basicamente em equipamento e uniformes para os policiais, fato ocorrido uma semana antes do início dos jogos. Outro exemplo foi a criação de um novo terminal no Aeroporto Internacional Galeão do Rio de Janeiro, que não chegou a ser utilizado. O estádio do Maracanã, que já havia sido reformado antes da Copa, foi novamente alterado somente para as Olimpíadas. E também

na linha do metrô, onde foram feitas poucas paradas, para conectar a estação de Jardim Oceânico ao Parque Olímpico, e com problemas de infraestruturas para os que têm problemas de mobilidade e deficiência física.

Além desses gastos, houve problemas nas obras para o Parque Olímpico. A precariedade no uso de materiais provocou desabamentos logo no início. Depois dos jogos as instalações estão semiabandonadas, pois faltou um projeto social para bem utilizá-las. Além de sua localização, que não privilegia a população que realmente necessita.

Assim, o primeiro legado são dívidas. O estado do Rio de Janeiro, entre os 27 estados do Brasil, é o mais endividado, precisando constantemente do apoio federal, sendo o megaevento uma das causas principais.

Gilmar Mascarenhas (2019) sintetiza o que ocorreu e também o que faltou acontecer, isto é, as promessas não mantidas, no contexto dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016, a saber:

- concentração na Barra da Tijuca;
- tímida inserção no “subúrbio” (Parque Radical);
- promessas de despoluição não cumpridas;
- projeto elitista para a zona portuária;
- completa ausência de transparência e de canais democráticos;
- remoção de comunidades;
- novos elefantes brancos ²⁰, não obstante as revisões de última hora;
- muito próximo ao “modelo chinês”;
- caso do Campo de Golfe (invasão de área protegida e associação com grandes interesses imobiliários).

- **A questão ambiental**

A candidatura olímpica do Rio de Janeiro prometeu finalmente dar continuidade e limpar a Baía de Guanabara, que sediou a competição de vela, bem como remediar a

²⁰ As construções de custo elevado, mas sem utilidade eficaz.

Lagoa Rodrigo de Freitas, para a prática de remo, canoagem e caiaque. Os licitantes declararam que dois programas de saneamento – em Barra-Jacarepaguá, no Oeste da cidade do Rio de Janeiro, e na Baía de Guanabara, no Leste – “resultariam em mais de 80% do total de esgoto coletado e tratado até 2016” (RIO, 2016). No entanto, quando os Jogos se aproximaram, ficou claro que esses projetos ambiciosos não estavam no ritmo e por isso nunca saíram do papel.

Ao analisar se os megaeventos esportivos podem contribuir para a construção da justiça ambiental, avaliamos o grau de coerência entre os princípios de sustentabilidade explicitamente contidos no Projeto Olímpico Rio 2016 e seus resultados efetivos em termos de legado para a cidade. Consideramos o caso específico do golfe, esporte criticado por ambientalistas e altamente ligado a interesses imobiliários, para refletir sobre os limites e contradições da retórica ambiental do sistema olímpico, especialmente em cidades administradas por tendências neoliberais, como o Rio de Janeiro atualmente.

Acerca disso, a localização do campo de golfe também foi controversa. Mais uma vez, as questões ambientais foram subestimadas. O percurso do campo de golfe se sobrepunha à Reserva Natural de Marapendi, uma área ecologicamente sensível protegida por lei desde 1959, que abrigava inúmeras espécies ameaçadas. Na construção do percurso, a vegetação e o habitat natural foram dizimados. Por isso, houve intensa resistência de grupos ativistas, como “Golfe Para Quem?” e “Ocupa Golfe”, os quais uniram biólogos e advogados ambientalistas para se reunir com ativistas de rua a fim de tentar deter a construção. No entanto, o governo reprimiu fortemente o movimento.

Todo o episódio ressoou contra o *ethos* ambiental proclamado do Rio 2016 e as promessas ecológicas específicas apresentadas em sua candidatura olímpica (BOYKOFF, 2016).

PARTE IV

O IMAGINÁRIO DA POPULAÇÃO LOCAL SOBRE O USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO NO ÂMBITO DOS JOGOS OLÍMPICOS DO RIO DE JANEIRO DE 2016: MITOS, HERÓIS E HISTÓRIAS COMPARTILHADAS



Museu a céu aberto

Museu das Remoções – Vila Autódromo, Rio de Janeiro

“Memória não se remove”
(Museu das Remoções)
Vila Autódromo, Rio de Janeiro

4,1 Introdução

Nessa secção constatamos as transformações socio-territoriais que aconteceram em algumas áreas do Rio de Janeiro e o uso corporativo do território, baseando-nos fundamentalmente na teoria de Milton Santos. Optamos por um discurso mais próximo do narrativo para contar histórias que se entrecruzam. Utilizamos, portanto, a expressão “histórias compartilhadas”. A partir da análise das falas e dos depoimentos dos nossos sujeitos da pesquisa, que relatam as próprias histórias de luta e de resistência, encontramos mitemas, arquétipos e fazemos analogias com os feitos heroicos de mitos do passado ou da mitologia.

Efetivamente, assim como constatamos a partir do raciocínio de Gilbert Durand, o mito ou um fato mítico do passado, tanto literário como também não literário, pode retornar e voltar a acontecer a distância de tempo, no presente, e refletir-se na sociedade atual. Mas é importante frisar que será um mito diferente, narrado por meio de uma história única e ligada apenas ao contexto socioespacial e temporal de referência que, nesse caso, está relacionado à cidade do Rio de Janeiro de hoje no âmbito do pós-evento olímpico.

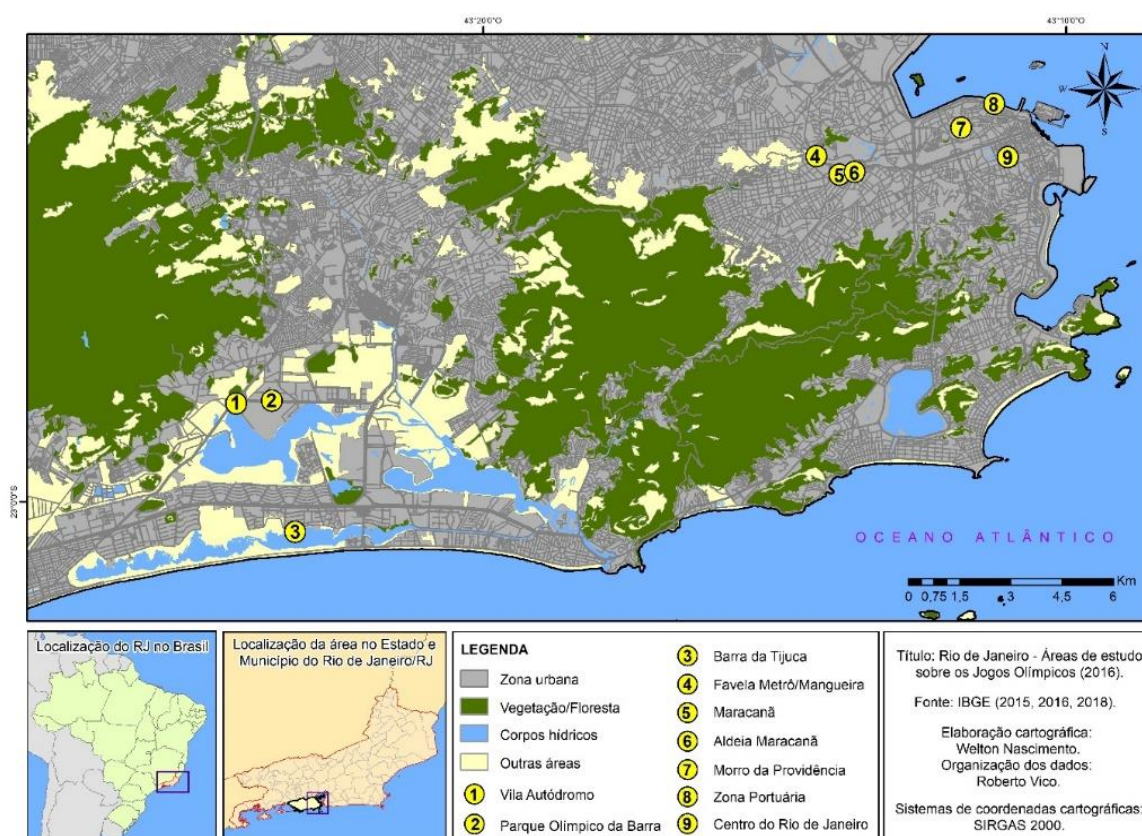
Durand (1986; 1994; 1996; 2005) encara o imaginário a partir de um olhar antropológico. Ele enxerga o imaginário como uma série de fatores simbólicos que se encadeiam para produzir uma visão do mundo, tanto através de narrativas como por meio de representações simbólicas, ou até mesmo mediante dados movimentos socioculturais ou pequenas comunidades sociais.

Abordando o imaginário relacionado com as Olimpíadas e os seus efeitos sobre o território e a sociedade carioca, por exemplo, podemos perceber que existe um conjunto de imagens, símbolos, mitos e arquétipos que se encadeiam para elaborar uma narrativa

e que possui uma determinada visão do mundo. As pessoas acabam se espelhando e se identificando com esse imaginário, adotando e abraçando-o de diferentes maneiras. Esse constitui um modo de perceber o imaginário, incluindo todo o processo de adesão e identificação dos indivíduos a ele.

De um ponto de vista empírico, foram realizados diversos trabalhos de campo na cidade do Rio de Janeiro ao longo dos anos 2018 e 2019, especificamente na Zona Portuária, no Morro da Providência, na Favela do Metrô, na Aldeia Maracanã e, mais aprofundadamente, na Vila Autódromo, comunidade do bairro de Jacarepaguá, na zona Oeste do Rio de Janeiro. Essa representa a região carioca que mais foi afetada pelas intervenções urbanas e transformações socio-territoriais no âmbito dos recentes megaeventos esportivos e, em particular no contexto dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016.

Figura 4,1: Áreas de estudo no Rio de Janeiro



Fonte: IBGE (2015; 2016; 2018)

Como foi explicado na Parte I, para a metodologia foram empregadas as técnicas da Etnografia com a observação direta e participante da comunidade em análise. Foram

gravados os depoimentos dos principais líderes comunitários, que constituem um grupo focal de sujeitos da pesquisa, bem como foi realizada uma análise do discurso e do conteúdo. Além dos encontros com os grupos focais das comunidades em análise, foram realizadas diversas entrevistas exploratórias e estruturadas com professores e pesquisadores dessa temática.

4,2 O mito retorna e a história se repete

Assistimos ao retorno do mito, que volta e se repete assim como a história. Essa repetição dos eventos históricos é sublinhada também por Giambattista Vico, filósofo napolitano do XVIII século em *La scienza nuova* (1977), que através do conceito de “*ricorso*” vislumbra como, apesar do Progresso, a História está caracterizada sempre por “retornos”. Pode ser com novas figuras e símbolos arquétipos como novos personagens, novos heróis, novos “monstros devoradores”, ou com um tema principal diferente.

Para Giambattista Vico, o conhecimento da história é alcançado mediante o entendimento imaginativo de que o ser humano é capaz. A imaginação, da mesma maneira que proporciona configurar as ideias, os sentimentos e as ações do Homem, assim como as atitudes no espaço, pensamentos e linguagens, também consente perceber as culturas remotas no tempo. (FIKER, 1994). Ainda de acordo com seu raciocínio, os deuses e os heróis simbolizam as sociedades históricas.

É desse modo que, nas nossas histórias compartilhadas, narramos a história da Aldeia Maracanã e do cacique José Urutau Guajajara que, assim como ele mesmo referiu, se inspira nos feitos heroicos do herói índio do passado Sepé Tiaraju. Ou que encontramos características similares entre a resistência dos quilombos do XVII século com a luta de algumas comunidades e favelas cariocas de hoje. Ou ainda que enxergamos características e mitemas da mitologia antiga em histórias do presente como a Fénix que ressurge das cinzas com a Favela do Metrô, ou Teseu que luta para sair do labirinto assim como Gilmar lutava no labirinto do caos da cidade moderna.

Destarte, segundo a ótica viconiana, existem princípios sobre a evolução histórica do mundo, ou seja, existe um esquema e um modelo na história da humanidade que não é casual, mas necessário. É o que acontece, por exemplo, com os ciclos pelos que atravessam as sociedades.

Pelo que concerne o emprego da mitologia como ferramenta de pesquisa histórica, segundo Vico os mitos guardam as antigas verdades e constituem “intrinsecamente história, e sua alegada alteração reside exatamente em sua verdade tal como ela aparecia às mentes primitivas” (CROCE, 1922, p. 65).

Conforme Giambattista Vico, é na imaginação e na memória que habita a vocação para a criação, pois “a imaginação é o olho do gênio natural, assim como o julgamento é o olho da inteligência”. Se existem analogias, como, por exemplo, entre mitos de diferentes culturas, é porque “ideias uniformes ocorrendo entre povos inteiros desconhecidos entre si devem ter um terreno comum de verdade” (FIKER 1994, p. 38).

Portanto, mesmo uma sociedade jovem, desenvolvida, é governada por meio de mitos e dogmas. O racionalismo crítico, as mudanças efetuadas pela filosofia e pela democracia na administração social danificam, porém, essa sociedade poética e heroica.

Quanto mais amplo for o objeto de análise, mais difícil é reconhecer e desvelar o mito principal, o leitmotiv, que é velado pelos vários elementos míticos. Quando essa amplitude concerne uma cultura social inteira no âmbito de um determinado período histórico, podemos ver o aparecer de um mito velado e desordenado em contraposição a um mito que já existe e que é atualizado na época social examinada (DURAND, 1986; 1994; 1996). Isso pertence claramente ao campo da mitanálise.

Esses conceitos introduzem claramente um dualismo no contexto do objeto de estudo, esse dualismo pode estar relacionado a diferentes aspectos do mito como por exemplo: mito latente / mito manifesto; mito atualizado / mito potencial; mito do presente / mito do passado.

A nossa civilização (...) propõe um processo gigantesco de remitização, em escala planetária, significa que nenhuma sociedade até então possuía na história das espécies. (...) Razão e ciência apenas ligam os homens às coisas, mas o que conecta os homens, ao humilde nível de felicidade e tristezas diárias da espécie humana, é essa representação emocional porque vivida e que constitui o império das imagens (DURAND, 1964, p. 123).

Um mito do passado, para reproduzir-se no presente, deve conservar uma porção significativa dos mitemas. Durand sustenta que deveria guardar pelo menos 4/5 dos mitemas. Assim como afirma Thomas Mann (DURAND, 1964), o mito é o “poço sem fundo do passado”, pois em cada período histórico-cultural, guarda somente as lições que mais lhe servem.

A mudança do mito ou do imaginário deriva de circunstâncias bem diversas dos embates tópicos, constituindo classificações e códigos secundários de qualificação. A mudança de um mito acontece dentro de um determinado âmbito temporal. Por exemplo, a característica romântica dos mitos prevaletentes na metade e no final do século XVIII, se conservou até o século XX, mas é gradualmente comutado por causa da decadente fase do final do século XX através o aparecer de outros mitemas e outras lições / arquétipos como a morte, a decadência, o mal, a doença etc.

Se admitirmos que o mito, por sua universalidade no espaço e no tempo humano (...) é realmente um complexo desses invariantes, podemos nos perguntar, com serenidade dessa vez, como esse invariante "derivou" ao longo do tempo humano e dos espaços circunstanciais (dimensões e estruturas sociais, situações geográficas, etc.). Todos os estudiosos do mito sabem que existem várias "lições" do mito. Eles também devem saber - psicanalizando sua noção historicista de "começo" - que nunca há uma lição padrão (DURAND, 1987, p. 18).

4,3 Os novos mitos da sociedade moderna carioca: heróis de resistência

« O mítico participa do ato fundador de uma sociedade »
(MAFFESOLI, 1987, p. 92).

A mitologia nos dispõe um modelo dentro do qual o imaginário é possível sem perdermos, mesmo assim, o vínculo com a realidade. Em nenhum momento deixamos de saber que estamos diante de uma metáfora e que a nossa imaginação gira em torno de um fato real, verdadeiro (NETO, 2010). O mito que a sua condição (o herói) evoca em todos nós, nos consente de sentir e conhecer, junto com ele, a dor intensa da tragédia do herói, do drama que afetou ele (NETO, 2010).

É nessa ótica e seguindo essa abordagem que pretendemos, através do nosso trabalho de tese, “*démystifier*” (demistificar) todo o imaginário existente sobre os Jogos Olímpicos da era moderna e “*remythiser*” (remitizar) mediante o olhar e a percepção da população local carioca. Essa população mora nas áreas de estudo que foram afetadas pelas transformações socio-espaciais derivantes da organização e realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016.

Nesse processo de “*remythisation*”, individuamos os nossos sujeitos de pesquisa que, além de serem líderes comunitários, encarnam os novos mitos das Olimpíadas do

Rio de Janeiro de 2016, repletos de valores simbólicos e que representam o imaginário da população local carioca das áreas de estudo da pesquisa.

Esses sujeitos da pesquisa possuem todas algumas características e mitemas em comum. Esse espírito inigualável de luta e de resistência que permeia as próprias vidas.

Apesar da incoerência e do percurso irregular, apesar das vicissitudes e desastres, apesar da carnificina e dos crimes que pontuam regularmente a história, os grupos sociais persistem. Existe uma resistência orgânica, talvez deva-se dizer vegetativa, o que não é surpreendente. Essa resistência não é necessariamente ativa, pode-se imaginar que ela tenha origem em representações, na imaginação que nada tem de rigor, mas que estrutura uma comunidade como tal. (MAFFESOLI, 1987, p. 91).

4,4 Materialidade do território e imaginário: complementaridade e riqueza de análise

Neste momento podemos encontrar um elemento epistemológico em comum e uma relevante analogia entre Gilbert Durand e Milton Santos, pois assim como Milton Santos enxerga o espaço como uma totalidade no âmbito geográfico, Durand através da mitanálise examina o mito como um todo, independentemente dos limites temporais, culturais e espaciais.

A mitodologia e a mitanálise nos ajudam a construir o território por meio de histórias compartilhadas que derivam do imaginário da população local do Rio de Janeiro e, em particular, das áreas de estudo que escolhemos. Se trata da união entre geografia e narrativa. Contando o território através do imaginário das pessoas. É algo que faz com que a materialidade e as transformações socioespaciais criadas pelo megaevento falem por meio de todos os sujeitos envolvidos nessa mesma materialidade. E fazemos isso usando o imaginário, o imaginário de uma parte dos cariocas e o imaginário do pós-evento olímpico.

Nessa Parte da tese, criamos algumas histórias. Histórias compartilhadas que derivam de todas as histórias e depoimentos relacionadas com o megaevento olímpico e com um imaginário já estruturado. São imagens carregadas de significados e representações simbólicas em torno do megaevento e dos seus impactos. Obviamente, megaeventos criam heróis e vítimas. Mas com o passar do tempo e o contexto, as histórias não contêm as mesmas imagens. São histórias que circulam. Mas elas circulam porque

são criadas para o contexto determinado do megaevento. Para que possamos voltar a tudo o que é materialidade. A materialidade cria condições e também cria histórias compartilhadas. E aqui estamos nos situando no campo do intangível e do imaterial.

Remitificar o mito significa que não é o mesmo mito. O mito que será associado aos Jogos Olímpicos não é o mesmo que os habitantes locais compartilham. Portanto, este é um território compartilhado por histórias. As pessoas narram o território através de suas experiências e imaginário.

Nesse contexto, usamos a mitodologia de Durand porque, nos discursos de nossos sujeitos de pesquisa, identificamos os mitemas. Por meio de mitemas, ou seja, características em comum nas diferentes narrações, descobrimos que essas histórias não entram em contradição com a materialidade, mas a verificam. Portanto, não estamos apenas aplicando um método e uma categoria de análise, mas também criando histórias, histórias de comunidades afetadas, segregadas e divididas, que podem não compartilhar os mesmos elementos, mas existem características em comum.

De fato, esse é o elo entre território e imaginário que constitui uma complementaridade e uma riqueza de análise única dessa pesquisa e trabalho de tese.

4,5 O imaginário da população local: Mitos e Histórias Compartilhadas

Nesta seção, abordaremos mais em profundidade o estudo de caso dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016 segundo o imaginário e a percepção das lideranças das comunidades pertencentes às áreas de estudo que escolhemos: a Aldeia Maracanã, no bairro Maracanã; a Vila Autódromo, na Zona Oeste da cidade; o Morro da Providência, na Zona Portuária/bairro da Gamboa; e a Favela do Metrô-Mangueira, também situada no bairro Maracanã.

Na análise da percepção das lideranças, baseamo-nos na *Social Exchange Theory* (SET) elaborada por Gursoy (2006), e da sociocrítica do imaginário social de Popovic (2011; 2013) sobre as quais já tratamos na Parte I. Sendo assim, os inquiridos, por meio dos seus depoimentos, expõem o próprio ponto de vista desenvolvendo uma comparação entre os custos em nível socio-territorial que tiveram que enfrentar e os benefícios

obtidos, derivados das transformações socio-territoriais realizadas com o pretexto dos megaeventos.

São mostrados os resultados do trabalho de campo realizado no Rio de Janeiro em junho/julho de 2018, bem como durante os meses de janeiro a maio de 2019 e em novembro de 2019. Assim como já explicitado na Parte I, no trabalho de campo foram desenvolvidas diferentes técnicas e procedimentos de pesquisa, entre os quais constam as entrevistas exploratórias e estruturadas para o professor Gilmar Mascarenhas²¹ da UERJ, para o professor Orlando dos Santos Junior da UFRJ e do Observatório da Metrópole, para Carlos Eduardo Valle, Coronel da Aeronáutica, que trabalhou com o sistema de segurança durante a Olimpíada do Rio de Janeiro, para Ronaldo Pimenta, professor de geografia que pesquisou sobre o sistema de mobilidade urbana e de transporte da cidade carioca, e para a professora Adriana Carvalho da Silva, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, entre outros.

Além do estudo de comunidade e da etnografia, foi aplicada a técnica de gravação de depoimento dos principais sujeitos da pesquisa, os quais constituem diversos grupos focais de referência: Maria da Penha, Sandra Maria Teixeira, Luiz Cláudio e Nathalia Sila. Esses são líderes da comunidade da Vila Autódromo, localidade onde foram removidas cerca de 700 famílias e onde agora resistem apenas 20. Pessoas envolvidas em uma luta contínua de resistência contra os enganos e as provocações da Prefeitura do Rio de Janeiro. Também Alexandre Trevisan, Reginaldo Custódio e Carlos Alexandre Santos, líderes comunitários da Favela do Metrô; José Urutau Guajajara, cacique da Aldeia Maracanã, no bairro Maracanã, junto com Tucano, Puri, Carolina de Jesus; Cosme Felippsen, morador do Morro da Providência na Zona Portuária e a Comissão de Moradores que participava do Fórum Comunitário do Porto, onde também aconteceram abusos, remoções e expropriações.

Por meio também da “*mitodologia*” de Gilbert Durand, apresentada e aprofundada na Parte I, por intermédio da mitocrítica e da mitanálise, criamos as histórias compartilhadas que são expostas a seguir. Como já visto, a mitocrítica consiste na análise de mitos da literatura e a mitanálise representa a análise de mitos em uma determinada sociedade e em um dado contexto histórico e social.

²¹ Vide o Apêndice D: Encontro com Gilmar Mascarenhas durante uma palestra do autor na UERJ com a sucessiva entrevista. Rio de Janeiro, Abril de 2019.

- A primeira história compartilhada tem como protagonista a situação atual de luta e resistência da Aldeia Maracanã, onde índios em contexto urbano, provenientes de diversas etnias, moram e realizam diversas atividades culturais. A Aldeia Maracanã resiste e existe graças também à tenacidade e à persistência do seu líder, o cacique José (Zé) Urutau Guajajara, contra as contínuas ameaças da Prefeitura do Rio de Janeiro. O cacique afirmou inspirar-se aos feitos heroicos de um índio do passado, Sepé Tiaraju, herói índio das guerras guaraníticas do século XVIII no Rio Grande do Sul. Dos depoimentos de José (Zé) Urutau Guajajara²², bem como dos outros índios da Aldeia Maracanã que constituem o nosso grupo focal de estudo, emerge todo o imaginário e a percepção ligados a esse determinado contexto socioespacial. Mesmo assim, constatamos que a história de luta e de resistência dos índios possui origens muito antigas, desde a chegada dos europeus à América. Assim como vislumbra Giambattista Vico, a história se repete sempre e, ainda hoje em dia, a existência e sobrevivência dos índios americanos é continuamente ameaçada pelos seres hegemônicos interessados ao agronegócio, ao desmatamento da floresta, a lucrar por meio da especulação imobiliária, etc. (assim como demonstra a recente série de violentos assassinatos de índios, em particular da etnia Guajajara, a mesma de Zé Urutau).
- Semelhante ao ocorrido na Aldeia Maracanã, resiste e luta também a Vila Autódromo, comunidade afetada pelas intervenções urbanas no âmbito dos recentes megaeventos esportivos, que sofreu pesados processos de remoções. A história da Vila Autódromo representa a segunda história compartilhada. Tanto a comunidade como sua líder, dona Maria da Penha, constituem símbolos de luta, tenacidade e força de resistência. Dessa forma, inspirando-nos em Gilbert Durand, o qual enxerga o imaginário como um museu, onde são armazenadas todas as imagens e as representações simbólicas do homem *sapiens sapiens* ou de uma coletividade, assim também assistimos e narramos a extraordinária criação por parte dos moradores que continuam a viver na Vila Autódromo resistindo às expropriações da Prefeitura, do Museu das Remoções. Um museu da memória e do imaginário da população local da Vila Autódromo.

²² Vide o Apêndice E, Figura A14: Com a família de Zé Urutau Guajajara.

- A terceira história compartilhada é concernente ao caso da Zona Portuária do Rio de Janeiro, com um particular enfoque para o Morro da Providência. A primeira favela do Brasil a sofrer os processos de transformações socio-territoriais resultantes da reestruturação de toda a Zona Portuária, por meio do projeto “Porto Maravilha” e da instalação de um teleférico (fechado e inutilizado desde o dia 17 de dezembro de 2016) no topo do morro. Estabelecemos um paralelo com o movimento quilombola, que viu o seu auge no século XVII com o maior mocambo na história do Brasil, o Quilombo dos Palmares. Esse situado em Alagoas, mas antigamente pertencia à Capitania de Pernambuco. Assim, podemos fazer diversas analogias, perceber peculiaridades e mitemas em comum entre o quilombo do século XVII e a favela no Rio de Janeiro de hoje.
- Na quarta história compartilhada, são relatados também os acontecimentos da Favela do Metrô-Mangueira e o imaginário de uma parte da população local. Trata-se de outra área de estudo situada no bairro Maracanã e que apresenta similaridades e analogias com os demais locais de estudo. Uma luta que não tem fim entre moradores e Prefeitura, repetindo-se a cada novo pretexto, a exemplo do caso do Rio de Janeiro, com a ciclicidade dos recentes megaeventos desportivos, desde os Jogos Pan-americanos de 2007, passando pela Copa do Mundo de Futebol de 2014, até chegar aos Jogos Olímpicos de 2016. Uma parte dos habitantes da Favela do Metrô soube renascer e ressurgir das cinzas e dos escombros das remoções, assim como a Fênix mitológica também renasce das suas cinzas.
- A última secção desta Parte IV é uma homenagem ao professor Gilmar Mascarenhas, tragicamente atropelado por um ônibus, em junho de 2019, enquanto estava indo de bicicleta para um trabalho de campo com a sua turma de Geografia da UERJ. Gilmar criticava a gestão do Rio de Janeiro, em particular o seu sistema de mobilidade e de transporte, e há tempo havia deixado de utilizar o carro e os ônibus. Ele criticava também os recentes megaeventos desportivos.

Dizia estarem continuamente subordinados às lógicas e às dinâmicas verticais de seres hegemônicos que pretendem apenas alcançar os próprios interesses sob a desvantagem da população local, da sociedade e do tecido urbano da cidade. Em particular, Gilmar não gostava das modernas arenas “padrão-FIFA” e de toda uma série de exigências impostas pelas organizações esportivas internacionais, pelas grandes corporações e empresas, com o consenso e a cumplicidade do Estado. Nesta história, o “herói” Gilmar é comparado ao herói mitológico Teseu, que luta contra o monstro do Minotauro no labirinto do palácio de Knossos. Essa história surge também da inspiração nas leituras das obras de Durand, o qual compara o labirinto, idealizado por Dédalo, ao caos da sociedade e da cidade moderna, bem como o monstro devorador (o Minotauro) ao urbanismo selvagem e à especulação imobiliária hodierna.

Assim como enxergava Giambattista Vico, a história se repete sempre mediante os seus cursos históricos. Acrescentamos que, de modo similar, a resistência e a luta continuam.

PRIMEIRA HISTÓRIA COMPARTILHADA

4,6 ALDEIA INDÍGENA MARACANÃ E ZÉ URUTAU GUAJAJARA: OS HERÓIS ÍNDIOS DA RESISTÊNCIA INSPIRANDO-SE NO MITO DE SEPÉ TIARAJU

4.6.1 Introdução

A seção que aqui se apresenta possui como objetivo a elaboração de um paralelo entre dois personagens que representam dois heróis míticos índios, um do século XVIII, Sepé Tiaraju, e outro da época atual, Zé Urutau Guajajara. O primeiro foi um cacique guarani do período histórico em que espanhóis e portugueses determinavam os limites territoriais na América do Sul durante o século XVIII e, concretamente, as fronteiras do Rio Grande do Sul, durante as Guerras denominadas “Guaraníticas”, que aconteceram entre 1753 e 1756. O segundo é o herói índio moderno, o cacique da etnia Guajajara da

Aldeia Maracanã, onde vivem e atuam índios em contexto urbano. A permanência desses índios na aldeia é continuamente ameaçada pela prefeitura do Rio de Janeiro e pelo Governo do estado do Rio de Janeiro, com o pretexto de intervenções urbanas devido aos recentes megaeventos desportivos.

Para a referida análise, a abordagem metodológica inspira-se na *mitodologia* de Gilbert Durand que, (assim como já amplamente enunciado na Parte I) por meio da mitocrítica e da mitanálise, tenta individuar os mitemas, isto é, os pequenos segmentos do mito, que evidenciam as características em comum dos dois heróis. Como ferramenta de identificação dos mitemas foi utilizado também o esquema arquétipo T9 de Yves Durand. Ademais, foram realizadas diversas leituras, sobretudo no que concerne à personagem de Sepé Tiaraju, bem como observação direta e participante, além de entrevistas junto com as lideranças da Aldeia Maracanã (Tucano, Puri, etc.) e, em particular, com o cacique Zé Urutau Guajajara que representam o nosso grupo focal de análise.

Durante o estudo, constatou-se que, assim como especulava Giambattista Vico, a história se repete sempre. De fato, as populações indígenas continuam sendo ameaçadas, discriminadas e, frequentemente assassinadas. Como demonstram os recentes assassinatos de índios, sobretudo da etnia Guajajara, a mesma de Zé Urutau, houve quatro assassinados em menos de dois meses (O GLOBO BRASIL, 2019). Portanto, tanto agora como naquela época, embora com personagens envolvidas diferentes e em um outro contexto, os índios se encontram em constante estado de perigo.

Ainda sob o ponto de vista metodológico, utilizou-se como referencial teórico obras de autores que relataram os feitos heroicos e míticos de Sepé Tiaraju, bem como trabalhos de tese e dissertação que abordaram essa temática. Durante diversos trabalhos de campo na cidade fluminense, foram realizadas também entrevistas informais e aprofundadas junto com pesquisadores, professores e com a liderança da Aldeia Maracanã, diretamente afetada pelas intervenções urbanas no contexto dos recentes megaeventos desportivos. Ressalta-se também o uso da ferramenta de observação participante durante a permanência na Aldeia Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro, em 2018 e 2019, pois, de acordo com Veal (2011), a observação participante implica que o pesquisador se torne parte ativa e um participante do fenômeno que está sendo investigado.

A presente história pretende desenvolver uma espécie de paralelo entre dois índios, dois caciques, um do passado e outro do presente: Sepé Tiaraju e Zé (José) Urutau

Guajajara. O discurso segue constantemente uma narrativa mítica dos protagonistas, considerados verdadeiros heróis de tenacidade e persistência na luta das populações indígenas, ainda que em circunstâncias históricas e sociais bem diferentes. Enquanto Sepé assume os valores de resistência dos guaranis no âmbito das “Guerras Guaraníticas” do século XVIII, Zé Guajajara é o representante da luta dos índios em contexto urbano da Aldeia Maracanã no Rio de Janeiro, considerando a distância de mais de dois séculos e meio entre os fatos.

Convém frisar que foi Zé Urutau (2019) que, durante o relato da sua percepção e entendimento sobre o contexto socio-espacial da Aldeia Maracanã no âmbito do pós-evento olímpico, nos deu essa ideia e que nos revelou a inspiração da sua luta nos feitos heroicos e míticos do seu antepassado Sepé.

Em relação à composição desta secção, são delimitadas quatro partes. Na primeira aborda-se toda a trajetória das origens da Aldeia Maracanã e da sua problemática existência baseada em lutas e resistências lideradas pelo cacique Zé Urutau Guajajara. Em seguida, são narrados os feitos heroicos e míticos de Sepé Tuaraju. Na terceira parte, são apresentados os resultados da mitanálise desenvolvida através da comparação e do paralelo desenvolvido entre o herói do passado e o herói do presente. Por fim, na última parte apresentam-se as relativas considerações finais.

Figura 4,2: Zé Urutau Guajajara, cacique da Aldeia Maracanã



Fonte: COMBATE RACISMO AMBIENTAL (2017)

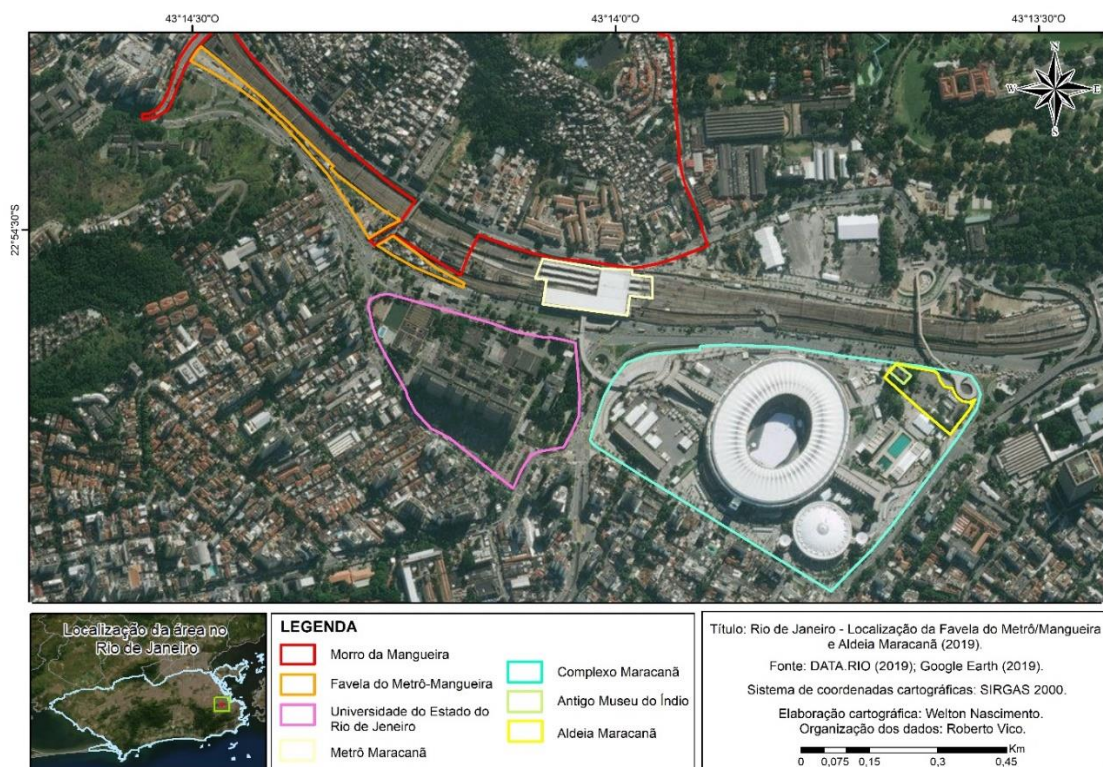
4,6,2 Aldeia Maracanã - Preâmbulo histórico

*Guiaçurus Caetés Goitacazes
Tupinambás Aimorés
Todos no chão
Guajajaras Tamoios Tapuias
Todos Timbiras Tupis
Todos no chão
A parede das ruas
Não devolveu
Os abismos que se rolou
Horizonte perdido no meio da selva
Cresceu o arraial
Passa bonde passa boiada
Passa trator, avião
Ruas e reis
Guajajaras Tamoios Tapuias
Tupinambás Aimorés
Todos no chão
A cidade plantou no coração
Tantos nomes de quem morreu
Horizonte perdido no meio da selva
Cresceu o arraial
(Ruas da cidade – Milton Nascimento)*

A Aldeia Maracanã²³ abrange uma área de 14,3 mil metros quadrados, situada no bairro Maracanã, na zona norte do Rio de Janeiro, adjacente ao estádio Jornalista Mário Filho, mais conhecido como Maracanã. Constitui-se como uma aldeia indígena diferente, especial, pois é uma aldeia indígena de índios em contexto urbano.

²³ Vide o Apêndice E, Figuras A19 e A20: Território da Aldeia Maracanã.

Figura 4,3: Aerofotocarta do Bairro Maracanã com a localização da Aldeia Maracanã



Fonte: DATA.RIO (2019); Google Earth (2019)

No mesmo território, está instalado o Antigo Museu do Índio, um edifício que resalta aos olhos e se difere do ambiente circunstante, pois, segundo o parecer do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, é um imponente exemplo da arquitetura eclética do início do século passado. Conforme a ADUFRJ (2013), constituída pelos professores da UFRJ para a discussão e a ação política, o prédio foi edificado pelo Duque de Saxe, em 1862, e conferido para o Serviço de Proteção aos Índios em 1910. O intuito era que aquela área formasse um espaço de preservação da cultura indígena do Brasil. Sucessivamente, entre 1953 e 1977, o edifício abrigou o Museu do Índio, idealizado por Darcy Ribeiro, que, a partir de 1977, foi transferido para o bairro de Botafogo. A datar dessa ocasião, o edifício eclético²⁴, que parece uma espécie de castelo, ficou abandonado e o prédio corre o constante risco de ser demolido.

²⁴ Vide também o Apêndice E, Figuras A21 e A22.

Figura 4,4: Prédio do ex-museu do Índio na Aldeia Maracanã



Fonte: O autor, 2019

O cacique José Urutau Guajajara, nosso herói atual, é descendente e bisneto de Caurê Imana, o cacique da etnia Guajajara. Esse último ficou na memória pelo massacre de Alto Alegre, no Maranhão, cujos feitos foram narrados por Cruz (1982) na obra *Caurê Imana: o cacique rebelde*. José Urutau afirma que a ocupação do antigo Museu do Índio começou porque havia a necessidade de um espaço que os representasse. O Museu do Índio de Botafogo era colorido, organizado, mas não havia a presença do ser humano indígena, principalmente em contexto urbano.

Até a primeira ocupação da aldeia, no Rio de Janeiro só existia o Museu do Índio em Botafogo, terminologia essa problemática. Nesse sentido, cabe considerar que “a própria palavra ‘museu’ já incomoda um pouco os índios, porque parece algo do passado, algo morto, uma peça para assistir, mas não é assim, eles querem mostrar como a cultura indígena seja viva e presente” (MONTEIRO, 2012).

A partir de 2006, o espaço do antigo museu começou a ser ocupado por algumas famílias indígenas de várias etnias, as quais denominaram o assentamento de “Aldeia Maracanã”, nome do bairro e do Rio Maracanã. Por ter sido aterrado por causa da construção do estádio, quando chove, esse espaço sofre enchentes e alagamentos. Inicialmente, o assentamento era constituído por volta de vinte pessoas. Mas conforme o Censo de 2010, há aproximadamente 20 mil indígenas na cidade do Rio de Janeiro (IBGE,

2010). Vale frisar, acerca disso, que os maiores complexos de favelas onde moram agora os índios são: Rocinha, Complexo do Alemão, Maré, Jacaré.

O Movimento Indígena da Aldeia Maracanã, que começou a ascender no Rio de Janeiro, sofreu ao longo dos anos diversos tipos de ataques e de ameaças. Na maioria dos casos, por racismo, não-aceitação do diferente, de outras etnias. Nota-se o absurdo desses atos em especial se considerarmos o que têm passado os índios no decorrer da história enquanto povos originários da América: quase dizimados por causa do homem branco.

Conforme relatado por José Urutau: “Neste contexto urbano nós começamos a ficar perturbados, nos chamavam de índios desaldeiados, índio urbano, índio sem aldeia, índio desgarrado, todos esses adjetivos pejorativos. E aí nós dissemos: não! Nós somos indígenas em contexto urbano” (GUAJAJARA, 2019). O líder indígena ainda revela que a etnia Guajajara provém do Maranhão, mas seus filhos nasceram na cidade carioca. Já muitos outros índios provêm de outros estados como, por exemplo, Tawara Xevante, outro morador da aldeia, que é do Mato Grosso.

A seguir, resumimos, a partir do depoimento do cacique Guajajara, José Urutau, um dos fundadores da aldeia e professor de língua Tupi Guarani e de cultura indígena na UERJ, todas as fases do surgimento e da constituição da Aldeia Maracanã. Para tanto, faz-se necessário relatar também os momentos críticos de luta e de resistência que aconteceram.

- **Em 2004**, os primeiros índios que viviam em contexto urbano chegaram no território do antigo Museu do Índio e fizeram a primeira tentativa de ocupar., Eram poucos pesquisadores e poucos indígenas. Só conseguiram reagrupar-se em Thomas Coelho (Complexo do Alemão) no CESAC, o Centro de Etnoconhecimento Sócio-cultural e Ambiental.
- **Em dia 20 de outubro de 2006**, houve, na UERJ um seminário intitulado “I Encontro Tamoios Originários” em alusão à Confederação dos Tamoios do Século XVI. Tamoio não é uma etnia, e sim o mais velho, o mais sábio. Além dos povos indígenas da cidade do Rio de Janeiro, nele foi possível reunir o tronco Tupi, com a presença dos Tupinambás, Tupiniquins, Guaianases e Guarulhos.

- **Em 2006**, aconteceu a primeira ocupação. José Urutau relata como não foi fácil começar a ocupar o território da atual aldeia porque naquele local ainda existia o laboratório de semente guardado pela polícia. Esse patrimônio territorial com o prédio do ex-Museu do Índio pertencia ainda aos cuidados do Ministério da Agricultura.
- **Em 2007**, aconteceram as primeiras ameaças por parte da Prefeitura, caracterizando o primeiro ataque do Estado. Alegava –se precisar daquele patrimônio, pois aconteceriam no Maracanã os Jogos Pan-americanos, o megaevento intitulado de “Pan 2007”.
- **Em 2008**, declarações do ex-prefeito, Eduardo Paes, com a intenção de menosprezar os indígenas e apagar seu histórico-cultural, movimentaram a mídia. Esses fatos acirraram as lutas.
- **Em 2011**, já se sabia que o Brasil iria sediar outros dois megaeventos. Como promessa de campanha, as autoridades políticas permitiram que a construtora Odebrecht (que havia financiado tal campanha) construísse um estacionamento para os megaeventos naquele território.
- **Em agosto de 2012**, o prédio e toda a área circunstante foram adquiridos pelo Governo Federal, que vendeu para o Governo do estado do Rio de Janeiro. Em seguida, a Prefeitura informou que, por causa das obras para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, o edifício seria derrubado a fim de melhorar as operações logísticas do Estádio Mário Filho (Maracanã) a partir da construção de um grande estacionamento, e respeitar as exigências e os padrões da FIFA e do COI. Além disso, o governo alegou que o edifício não possuía mais nenhum valor histórico-cultural. A ideia provocou o descontentamento e o mal-estar de uma parte da sociedade civil, bem como de alguns partidos políticos de esquerda, que se opuseram à proposta de demolição do antigo Museu do Índio e se solidarizaram com a comunidade indígena.

- **No final de 2012**, Marta Suplicy, então Ministra da Cultura, solicitou ao governador do estado do Rio de Janeiro da época, Luiz Fernando Pezão, que o imóvel não fosse demolido
- **Em janeiro de 2013, houve o ápice da luta**, já que o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural deu unanimemente parecer favorável para o início da manutenção e recuperação do imóvel. No entanto, pela primeira vez, o prefeito Eduardo Paes, aliado de Sérgio Cabral Filho, não seguiu esse parecer. Posteriormente, a comunidade indígena conseguiu obter uma liminar na justiça para o impedimento da demolição. Tão logo, o governo do estado teve que admitir não mais derrubar o imóvel, porém com a condição de que os índios saíssem da área, para poder começar as obras de manutenção. Sem um cronograma preciso e pontual da reforma, a liderança da Aldeia Maracanã recusou essa proposta. Os índios tinham a posse simbólica do território, enquanto o Ministério da Agricultura detinha a posse efetiva. A Prefeitura, por sua vez, por intermédio dos seus juízes, precisava colocar o Estado na posse. No dia 12 de janeiro, com todo o território da aldeia cercado, Estado nem índios tinham o documento de posse. Como moradores e outros índios, junto a voluntários e ativistas, somavam mais de 2000 pessoas dentro da aldeia para proteger o território, o Estado recuou.
- **No dia 12 de janeiro de 2013**, ocorreu a primeira tentativa de remoção alicerçada no fato de o Estado ter confirmado em 2012 a compra e venda do terreno perante o governo federal. Sendo o território patrimônio da Defensoria Pública da União, a comunidade indígena afirmava que ele não poderia ser vendido. O advogado dos índios relatou que o Ministério da Agricultura transferiu o patrimônio para a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), que passou para o Estado, o qual cedeu para a Odebrecht. Mesmo sem haver documentação, o estado do Rio de Janeiro adquiriu a posse com autorização de um juiz, Marcos Zabra, que a emitiu em favor do governo carioca. Em março, já havia a ciência sobre tal aquisição. Segundo José Urutau Guajajara, na aldeia moravam

aproximadamente 60 pessoas, das quais 40 adultos e 20 crianças, de 20 etnias diferentes. Número esse que não considerava apoiadores, estudantes, pesquisadores, FIP (Frente Independente Popular) e *Black Blocks*, além de anônimos.

- **Na quinta e na sexta-feira, do dia 21 para o dia 22 de março de 2013,** houve um dos momentos mais graves da situação. Policiais trancaram todos e a tropa de choque entrou para retirar as famílias. A reação foi violenta e os ataques diretos. Muitos se renderam em troca de indenizações.
- **No dia 23 de março de 2013,** por estarem os indígenas na rua, resolveram se proteger no Museu do Índio de Botafogo. Estavam ali para cobrar da Funai, a Fundação Nacional do índio, um posicionamento. O museu do índio pediu para nos tirar de lá. Uma mediadora e um juiz, Wilson Witzel, o atual governador, foram pessoalmente com um pedido de reintegração de posse e mais promessas enganadoras de reintegração à Aldeia Maracanã.
- **No dia 24 de março de 2013,** depois do acontecido, a população indígena mais resistente decidiu que não haveria novamente reunião, sobretudo quando perceberam que o ataque do Estado tinha a função de desarticular a Aldeia Maracanã. Cooptaram a população. Um grupo de índios passou a se reunir com o Estado fora da aldeia, contrariando as lideranças e o restante dos índios, os quais tinham decidido que os diálogos só poderiam acontecer dentro da aldeia, para que todos ouvissem o que estava sendo negociado. Tratava-se de uma forma democrática de aceitar ou não as propostas. No geral elas não foram aceitas, exceto por um pequeno número. Durante a retirada em 2013, uns já estavam fora e outros ainda permaneciam na aldeia.

- **No dia 26 de abril**, um grupo de mulheres indígenas reassumiram o controle da aldeia Maracanã. Com a chegada da tropa de choque, ocorreu novamente confronto, do qual resultou uma série de prisões, inclusive do “nosso” herói, o cacique José Urutau Guajajara.
- **Em agosto de 2013**, depois da remoção, uma parcela de índios que morava na aldeia foi transferida para um terreno em Jacarepaguá, disponibilizado pelo Governo. Porém, segundo depoimento de alguns líderes comunitários, no local havia carência de infraestrutura. Além disso, os moradores passaram a sofrer diversas restrições, como o controle dos horários de entrada e saída, assim como o fato de não poderem receber livremente visitas externas. Em razão disso, os índios conseguiram uma audiência com Marcos Zabra, na Praça Mauá, momento no qual foi solicitado o regresso para a aldeia, mas sem sucesso. Mesmo assim, os índios retomaram para a Aldeia Maracanã no dia 5 de agosto.
- **Atualmente**, a luta continua. Carlos Tucano, outra liderança da etnia indígena Tucano, destaca que, por meio da Universidade Indígena, “O objetivo é preservar a memória indígena, divulgar a cultura indígena como tradições, hábitos, rituais, língua, e a própria luta de resistência e sobrevivência”.

Já Daniel Puri, um dos poucos representantes da etnia Puri, explicou em entrevista:

O povo puri é um povo que não tem mais aldeia, é um povo considerado extinto, e o que está acontecendo é que têm alguns povos que são considerados povos de ressurgimento, povos onde as pessoas passaram muito tempo sem se denominar. A aldeia é um lugar onde podemos ter liberdade de conversar sobre a cultura e a identidade dos povos indígenas, cantando, dançando, pintando, fazendo artesanato, porque a Aldeia Maracanã é uma aldeia multiétnica, onde convivem várias etnias indígenas, e todos têm liberdade de expressar a própria cultura (MONTEIRO, 2012).

Vale ressaltar que, apesar de mais de 500 anos de contato com outras civilizações, os índios querem preservar a própria cultura. Na aldeia, cursos são ofertados, razão pela

qual o espaço também é denominado como Universidade Indígena. Delineia-se, assim, um processo de aproximação com o resto da sociedade brasileira.

Figura 4,5: Universidade Indígena da Aldeia Maracanã



Fonte: ALDEIA MARACANÃ REXISTE, 2019

Para José Urutau Guajajara:

Nós somos os remanescentes de mais de 1.500 nações indígenas que estavam aqui antes que o Cabral e o Colombo chegassem aqui, e que falam mais de 1.300 línguas. Hoje nos reduzimos apenas a 240 povos, falantes de 180 línguas aproximadamente. Durante muitos anos, os especialistas nos disseram, de uma forma pejorativa também, que nós éramos povos da oralidade, e povos agrafos, um povo que não tem uma grafia e não tem uma escrita. Mas nós, muito tempo antes de Cabral chegar, nós já escrevíamos na pele (GUAJAJARA, 2019).

Sob a perspectiva de Puri:

Não mostrar o índio brasileiro é destruir uma nação e um povo. Começando pela mente das pessoas, através de informações distorcidas. É muito injusta a forma como escreveram a nossa história, e nós estamos aqui, trabalhando aqui para fazer uma nova história, mudando essa história do passado. A nossa memória é milenária, que vem passando de geração em geração, e já perdemos muito porque muitas ações não foram registradas (MONTEIRO, 2012).

De acordo com Carolina de Jesus: “Eu não deixo de ser indígena por estar usando relógio, celular, videocâmara, calça jeans ou um carro. Existe na literatura a ideia de um índio romantizado, que até mesmo o colonizador construiu” (MONTEIRO, 2012). Acresce-se a isso a explicação de José Urutau Guajajara sobre a visão problemática sobre

o sujeito indígena e seu espaço: “Vieram mexer com a nossa espiritualidade, esse local é um patrimônio espiritual para a gente. Aqui viviam os povos Maracanã e Tupinambá, era um grande aldeamento. Nós não viemos até o Maracanã, a cidade que veio até nós. A cidade é um grande cemitério indígena que nos engoliu. Nós aqui não temos estrutura nenhuma, mas seguimos lutando” (BRASIL DE FATO, 2019). Ainda segundo o líder, o verdadeiro legado seria recuperar o território e incentivar a Universidade Indígena que, como referido anteriormente, oferece cursos de língua Tupi Guarani, artesanato, dança, canto, tatuagem, desenho corporal, bem como outros rituais e tradições indígenas.

Figura 4,6: Aulas de Tupi Guarani pelo prof. Zé Guajajara na Aldeia Maracanã



Fonte: ALDEIA MARACANÃ REXISTE, 2019

A principal forma de sobrevivência da aldeia é a venda de artesanato. A cada final de semana, sobretudo aos domingos, acontecem atividades na aldeia que atraem tanto os de fora quanto os que lutam também pela preservação da Aldeia Maracanã, embora com território e população reduzidos devido aos megaeventos.

4,6,3 Sepé Tiaraju, o herói índio do passado

Sepé Tiaraju é um herói literário que realmente existiu, quando espanhóis e portugueses definiam os limites territoriais na América do Sul durante o século XVIII e, em particular, os limites fronteiriços do Rio Grande do Sul, o estado mais austral do Brasil. Trata-se de personagem presente durante o contexto das Guerras denominadas “Guaraníticas”, entre 1753 e 1756, cujo nome etimologicamente deriva dos índios guarani, etnia indígena que naquele período habitava a região.

Não obstante como parte da história do passado, Sepé está presente no imaginário atual, sobretudo dos gaúchos (habitantes do Rio Grande do Sul), como um ícone e um símbolo de resistência e de luta para defender a própria terra com coragem, intrepidez e sacrifício.

É nele que José Urutau Guajajara, por meio do seu imaginário, afirma inspirar-se.

Figura 4,7: Sepé Tiaraju



Fonte: A VERDADE (2012)

A história de Sepé Tiaraju é narrada por diversos autores, sobretudo do Rio Grande do Sul: *O Uruguay*, de Basílio da Gama (1769); *O lunar de Sepé*, de Simões Lopes Neto (publicado em 1913 e transcrito em 1976); *Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões*, de Alcy Cheuiche (1975); *Sepé Tiaraju: lenda, mito e história*, de Moacyr Flores (1976); *Sepé Tiaraju*, de Tau Golin (1985), entre outros. Para além da literatura, muitos pesquisadores também analisaram os feitos heroicos de Sepé Tiaraju em suas pesquisas e trabalhos de dissertações ou teses, a exemplo de Eliana Pritsch, em

As vidas de Sepé, e de Santos S., em *Sepé Tiaraju, herói literário: figurações da identidade*.

Em *Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões*, Alcy Cheuiche (1975) produz uma emblemática dedicatória a qual nos revela as intenções que orientam o discurso: “Dedico este livro a todas as minorias raciais que nesta e noutras regiões do globo lutam por sua dignidade e sobrevivência”. Observa-se, desse modo, uma obra que ressalta o papel dos excluídos e dos mais vulneráveis da sociedade, independentemente do lugar e do tempo histórico em que nos situamos. Sepé, então, torna-se o protagonista da luta das populações indígenas, mas ao mesmo tempo de “todas as minorias raciais”, um herói, portanto, universal.

Vale contextualizar que o “nosso” herói nasceu muito provavelmente entre as duas primeiras décadas do século XVIII e, conforme consta no livro *Sepé Tiaraju*, de Tau Golin (1985), ao momento do batizado, Sepé se chamava José Tyarayu ou Tiararu. Foram os colonizadores e os inimigos que lhe chamavam de Tiaraju. Posteriormente, nos mapas e nos textos literários, passou a ser utilizado somente o nome de Tiaraju, embora os índios só lhe chamassem de Sepé.

A obra de Cheuiche acrescenta mais detalhes sobre a personagem, cuja descrição para o narrador, Padre Miguel, da Companhia dos Jesuítas dos Sete Povos das Missões, é a de um “menino de olhos negros e inquisidores, [...] de alma angustiada e músculos de aço que afastava dos olhos as mechas de cabelo negro com um gesto de donzela que contrastava com seu porte altivo de cacique guarani” (CHEUICHE, 1975, pp. 20-21). As características do herói guarani são sublinhadas em diversos momentos pelo autor, como quando da exaltação da sua coragem e religiosidade, sendo descrito como “o mais bravo, valoroso e crente de todos os caciques da nação guarani” (CHEUICHE, 1975, p. 76); ou da sua atenção aos interesses da comunidade quando afirma que “os problemas de nossos irmãos das demais vinte e sete comunidades são e serão os nossos problemas” (CHEUICHE, 1975, p. 108); bem como, apesar do seu vigor e força no combate, da sua cautela e prudência perceptíveis em: “após ouvir calmamente, Sepé levantou-se e tomou a palavra” (CHEUICHE, 1975, p. 162). Ou ainda: “no desempenho do cargo, manteve-se sempre reservado e algo melancólico, como era seu natural. Falava pouco e suas palavras somente ganhavam força e emoção quando arengava uma defesa dos fracos e injustiçados” (CHEUICHE, 1975, p. 101). Acresce-se que Sepé Tiaraju também apresenta as suas peculiaridades intrinsecamente humanas, saindo, às vezes, do estereótipo do herói forte, poderoso e invulnerável, ao mostrar características como o

amar, sofrer e temer, por exemplo no trecho em que revela ao Padre Miguel ter medo, o qual lhe devora as entranhas (CHEUICHE, 1975).

A obra literária de Alcy Cheuiche narra que Padre Miguel, originário de Amsterdam, encontra pela primeira vez Sepé em Buenos Aires, salvando-o da morte certa quando ele era ainda uma criança. Padre Miguel, tão logo, adota o menino Sepé, educando-o com os preceitos jesuítas. Após iniciadas as sangrentas lutas dos povos livres das Missões contra os exércitos de Portugal e Espanha, países que, depois da assinatura do Tratado de Madrid em 1750, tinham intenção de conquistar e demolir as cidades a oeste do rio Uruguai, expulsando as populações que ali habitavam e depredando-as das suas riquezas, emerge a figura Sepé Tiaraju. Através do seu líder, os índios resistem com tenacidade e persistência até quando se tornou tarefa impossível lutar com lanças e flechas contra os mosquetes e canhões dos portugueses e dos espanhóis, chegando ao triste epílogo que culmina com a queda do grande herói.

Sepé Tiaraju morreu durante um combate em 7 de fevereiro de 1756, tragédia essa descrita desta maneira:

Os dragões portugueses atacam os índios pela retaguarda. Vão morrer todos, meu Deus! A fuzilaria redobra de intensidade. Já poucos guaranis restam de pé no campo de batalha. Sepé reúne os remanescentes e parte para uma nova carga. Sua lança levanta da cela um dragão português. Três, quatro soldados inimigos o cercam. Uma lança o atinge pelas costas. Seu corpo tomba sobre o pescoço do cavalo. Alexandre dá um berro de dor e desespero e despenca-se a galope coxilha abaixo. A poucos passos do corpo inanimado de Sepé, um tiro de mosquete o atinge em pleno peito. (CHEUICHE, 1975, p. 177).

Outrossim, evidencia-se ainda o sentimento de luto em consequência da relevância da personagem para o seu povo, já que “Com ele morria também a grande nação guarani. [...] Teu exemplo despertará as consciências de muitas gerações. [...] A pedra guardará para sempre o teu segredo” (CHEUICHE, 1975, p. 181).

A narrativa balança e se alterna entre história, mito e realidade, influenciando a própria personagem de Sepé que se revela uma figura mítica, mas ao mesmo tempo controversa e complexa (PRITSCH, 2004). Conforme Pritsch (2004), a partir do desempenho e da ação de Sepé, é possível resumi-lo em quatro etapas significativas, a saber:

- 1) Fevereiro de 1753 – Confronto com a expedição de demarcadores em Santa Tecla;
- 2) Fevereiro de 1754 – Ataques ao Forte de Rio Pardo;

- 3) Novembro de 1754 – Negociações e trégua provisória entre índios guarani e portugueses;
- 4) 7 de Fevereiro de 1756 – Morte de Sepé em batalha.

Flores (1976), no seu livro *Sepé Tiaraju: lenda, mito e história*, citado por Santos (2006), evidencia como “a história despoja Sepé Tiaraju de sua grandeza mitológica, reduzindo-o à dimensão humana, porque a história é ciência que se faz com documentos”, acrescentando ainda que ele teve “uma morte prosaica de um herói sublime”. Há também historiadores que, baseados em uma esfera histórica, pretendem desmistificar essa perspectiva heroica e epopeica (FLORES, 1976).

Convém, neste momento, apresentar as diferentes representações da morte da personagem, a começar pela obra *O Uruguay*, de Basílio da Gama (1769, pp. 54-58), cuja narração é desenvolvida por estes dramáticos versos:

Com a pistola lhe fez tiro aos peitos.
Era pequeno o espaço, e fez o tiro.
No corpo desarmado estrago horrendo.
Viam-se dentro pelas rotas costas
Palpitar as entranhas (...)
A triste imagem de Cepé despido,
Pintado o rosto do temor da morte,
Banhado em negro sangue, que corria
Do peito aberto, e nos pisados braços
Inda os sinais da mísera caída.
Sem adorno a cabeça, e aos pés calcada
A rota alijava e as descompostas penas.
Quanto diverso do Cepé valente,
Que no meio dos nossos espalhava
De pó, de sangue e de suor coberto,
O espanto, a morte!
(GAMA, 1769, pp. 54-58)

Distintivamente, na obra *O lunar de Sepé*, de Simões Lopes Neto (1976), o foco não se situa na morte física do herói, mas na sua passagem para uma outra dimensão, mais sobre-humana e transcendente:

Então Sepé foi erguido
Pela mão do Deus-senhor,
Que lhe marcara na testa
O sinal do seu penhor!
O corpo ficou na terra
A alma, subiu em flor!
E, subindo para as nuvens,

Mandou aos povos – bênção! (...)
Por meio do seu clarão
(NETO, 1976, pp. 100-107)

É pertinente evidenciar que tanto Ornellas (1945), no seu texto *Tiaraju*, como Caringi, em *Sepé Tiaraju: a história, o mito e a literatura* (1981), citados por Santos (2006), sublinham como Sepé detém as peculiaridades e as qualidades do herói clássico. De fato, ele se lança sem pavor para o combate, conduz os seus homens, ultrapassa as dificuldades no seu percurso, o que determina, portanto, uma verdadeira aura mágica e mítica do herói índio.

Caringi (1981) sustenta que a transformação de Sepé em mito e em lenda, personificada no imaginário popular na obra *O Uruguay* e no texto *O lunar de Sepé*, evidencia-se em diversos aspectos, tais como: a presença do lunar como símbolo divino, a mudança de Sepé em estrela do céu, o herói assume um caráter de santo que faz milagres entre os índios guaranis.

4,6,4 A re-mitificação do mito de Sepé

Com o passar do tempo, e por meio das inúmeras obras sucessivas, o mito de Sepé se transforma, o que provoca a *remythification du mythe*, que o antropólogo francês Gilbert Durand vislumbra em suas obras e a qual abordamos anteriormente. Sepé não é somente o herói que luta contra o colono e o inimigo, mas também a personagem heroica que combate ao lado dos mais pobres, dos vulneráveis e dos despossuídos. Torna-se, então, o símbolo da luta entre os ricos latifundiários e os pobres sem-terra do Movimento dos Sem Terra (MST).

Consoante ressalta Santos (2006), inspirando-se em Ornellas (1945):

O herói guarani não é mais o adversário dos portugueses, mas passa a ser o símbolo autêntico, associado com os mesmos elementos que configuram essa mitificação do gaúcho: sabe montar a cavalo, é corajoso e bravo, luta em guerras, opõe-se a uma cultura alienígena, mostrando, principalmente, resistência. Quando Sepé incorpora esses valores tradicionalistas, passa a ser quase um legítimo estancieiro, capitaneando seus peões na defesa do território rio-grandense, como líder dos exércitos guaranis, da mesma forma como os estancieiros gaúchos participaram em inúmeras guerras com os seus homens, ou os homens do coronel (SANTOS, 2006).

4,6,5 Mitemas e arquétipos entre o mito do passado e do presente

A mitologia nos dispõe um modelo dentro do qual o imaginário é possível sem perdermos, mesmo assim, o vínculo com a realidade. Em nenhum momento, deixamos de saber que estamos diante de uma metáfora e que a nossa imaginação gira em torno de um fato real, verdadeiro (NETO, 2010). O mito que a sua condição (o herói) evoca em todos nós nos consente sentir e conhecer, junto com ele, a dor intensa da tragédia do herói, do drama que o afetou (NETO, 2010).

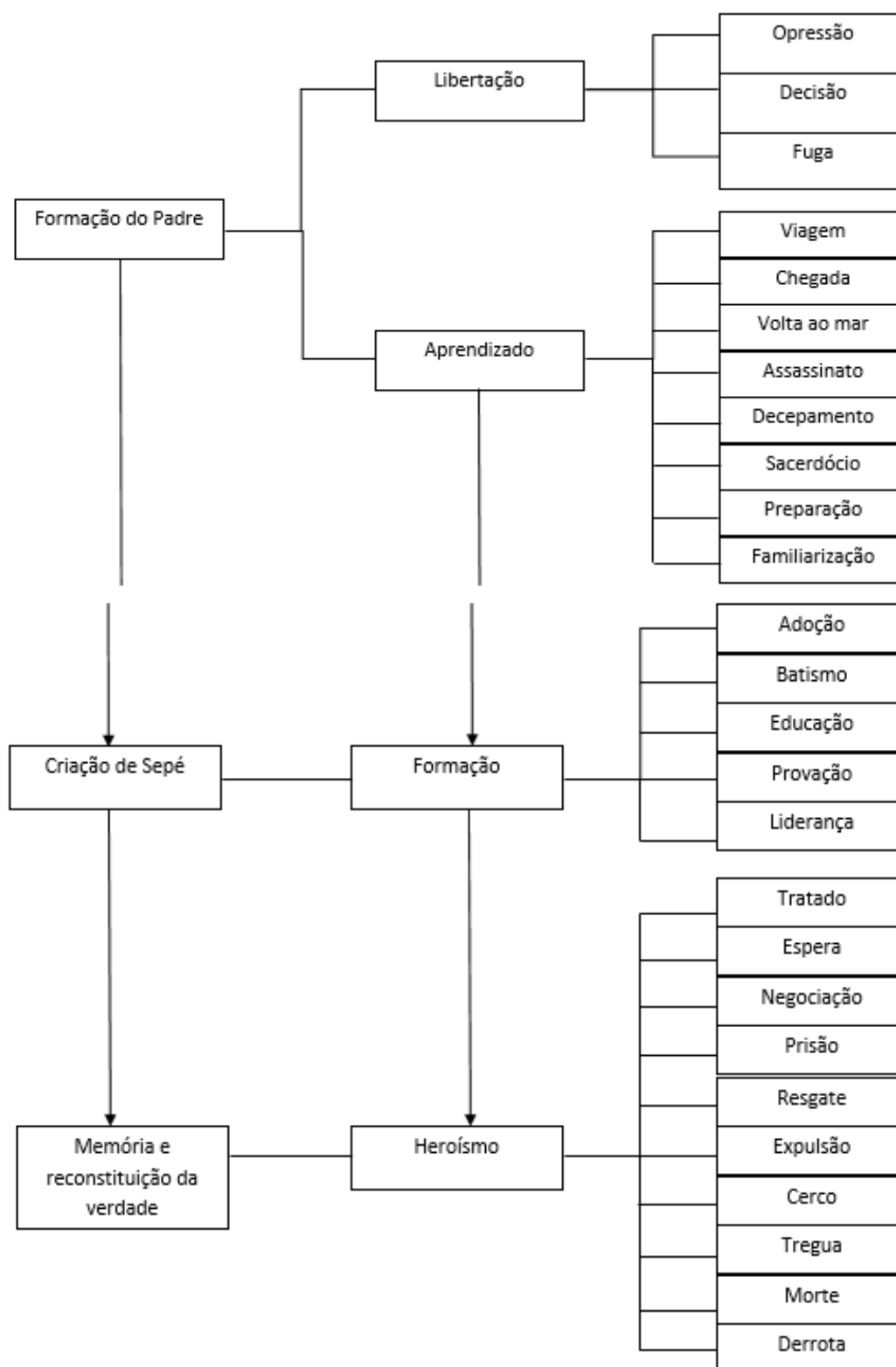
Nessa ótica, seguindo essa abordagem, pretendemos, através deste trabalho, *remythiser* o mito do cacique índio Sepé, mediante o olhar e a percepção do nosso herói atual, o cacique José Urutau Guajajara, líder da Aldeia Maracanã, comunidade afetada pelas intervenções urbanas derivadas da organização e realização dos recentes megaeventos esportivos. Nesse processo de “*remythisation*” e de retorno do mito, José Urutau Guajajara encarna o novo herói mítico dos índios brasileiros em contexto urbano, um mito que, da mesma forma do seu antepassado Sepé, resulta repleto de imagens e valores simbólicos.

Figura 4,8: Zé Urutau Guajajara	Figura 4,9: Sepé Tiaraju (2)
	
Fonte: FOTO GUERRILHA (2020)	Fonte: CEBI (2017)

A respeito desses conceitos, Santos S. (2006) individuou uma série de mitemas, isto é, de pequenos fragmentos e segmentos característicos do mito, os quais são visíveis no mito de Sepé Tiaraju. Em adição, inspirando-nos na teoria durandiana do *Retorno do Mito* e utilizando a ferramenta da mitanálise, constatamos como todos esses mitemas pertencem

também ao personagem de Zé Urutau Guajajara. *Resistência; Memória e Reconstituição da verdade* constituiriam os grandes núcleos mitêmicos dentro dos quais estariam inseridos os outros mitemas: *Libertação; Aprendizado; Formação; Heroísmo*. O núcleo *Libertação* estaria composto pelos mitemas: *Opressão, Decisão e Fuga*, enquanto o núcleo *Aprendizado* estaria constituído por: *Viagem, Chegada, Volta, Assassinato, Preparação e Familiarização*. O núcleo *Formação* se compõe dos seguintes mitemas: *Adoção, Batismo, Educação, Provação, Liderança*. Enquanto *Heroísmo*: *Tratado, Espera, Negociação, Prisão, Resgate, Expulsão, Cerco, Trégua, Morte, Derrota*, pertencendo ao grande núcleo da *Reconstituição da Verdade* (SANTOS S., 2006).

Figura 4,10: Mitemas e arquétipos – Sepé Tiaraju e Zé Urutau Guajajara



Fonte: Adaptado de SANTOS S. (2006)

Logo, José Urutau Guajajara (bem como a Aldeia Maracanã no geral) e Sepé Tiaraju possuem muitas características em comum, em destaque: a peculiaridade

principal concernente a esse espírito de luta e de resistência que permeia as próprias vidas²⁵.

Assim como visto anteriormente, Yves Durand (1988) elabora um Teste Arquétipo o qual é composto por nove elementos ou arquétipos, que são os seguintes: uma *queda*, uma *espada*, um *refúgio*, um *monstro devorador*, *algo cíclico*, um *personagem*, *água*, um *animal* e *fogo*. O arquétipo do *monstro* no mito de Sepé está relacionado, em um primeiro momento, claramente aos colonizadores portugueses e espanhóis, bem como, em um segundo momento, à realidade atual de Zé Urutau Guajajara e da Aldeia Maracanã. Nesse caso, o “monstro devorador” seria representado simbolicamente pelos seres hegemônicos como *in primis* pelo Estado, pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, pelo Governo do estado do Rio de Janeiro, pelas grandes organizações esportivas nacionais e internacionais, assim como pelas grandes empresas e corporações tanto nacionais como multinacionais relacionadas aos megaeventos, a exemplo das imobiliárias, construtoras e empreiteiras Odebrecht e OAS, entre outras.

Todos esses atores são monstros porque lucraram sobre esses megaeventos e sobre a gestão da cidade, não se importando com o verdadeiro desenvolvimento do território e da sociedade, mas somente com o lucro desenfreado.

Relativamente aos protagonistas deste estudo, Sepé Tiaraju e Zé Guajajara, eles podem ser considerados os *heróis* correspondentes ao arquétipo da *personagem* no T9 durandiano, porque lutaram contra esse *monstro*, resistindo até o fim.

²⁵ Vide também o Apêndice E, Figuras A17 e A18: Símbolos de resistência na Aldeia Maracanã.

Tabela 4,1: Teste Arquétipo de Yves Durand aplicado a Sepé e Zé

Arquétipos de Yves Durand	Correspondentes no Brasil do Século XVIII	Correspondentes na realidade atual do Século XXI
Algo cíclico	Colonizações e conquistas de territórios	Megaeventos no Rio de Janeiro: Jogos pan-americanos de 2007, Jogos Mundiais Militares de 2011, Taça das Confederações de 2013, Copa do Mundo de Futebol de 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, Copa América de 2019; Remoções.
Monstros (devoradores)	Colonizadores portugueses e espanhóis	Governo do estado (Sérgio Cabral Filho; Pezão; Witsel, entre outros); Prefeitura (Eduardo Paes; Crivella); COI; COB; FIFA; grandes empresas nacionais e multinacionais; construtoras e empreiteiras (Odebrecht e OAS), imobiliárias etc.
Queda	Morte trágica	Remoções; Expropriações; Prisão do Zé; Especulação imobiliária; Corrupção; Uso corporativo e fragmentação do território.
Personagens (heróis)	SEPÉ TIARAJU	JOSÉ URUTAU GUAJAJARA (Aldeia Maracanã)
Espada	Resistência; luta; coragem; intrepidez; sacrifício; tenacidade; persistência; dignidade e sobrevivência; lanças e flechas	Luta; resistência; firmeza; ocupação; esperança; dignidade; tenacidade; persistência; sobrevivência.
Refúgio	Sete povos das Missões	Museu do Índio; Aldeia Maracanã; Apoiadores; Ativistas; Ajuda de pesquisadores e acadêmicos.
Fogo	Esperança	Luz; esperança; projetos futuros
Animal	Elemento complementar	Elemento complementar
Água	Elemento complementar	Elemento complementar

Fonte: Elaboração do autor com base no Teste Arquétipo de Yves Durand (1988)

Conforme Memmi, na sua obra *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador* (1977), os índios são descritos como seres generosos e quase perfeitos. Todavia, frequentemente no passado esses mesmos sujeitos foram acusados de preguiçosos e inúteis pelos colonizadores, exatamente como acontece hoje em dia com os outros seres hegemônicos.

No início da colonização, os portugueses, bem como os outros colonos, tentaram escravizar os habitantes locais, isto é, os índios. Contudo, os nativos não gostavam de ser

escravizados, tampouco de trabalhar duramente porque essa ideia de trabalho pesado não fazia parte da sua cultura, da sua sociedade e do seu pensamento. A organização social indígena era definida por uma forma diferente, sem preocupação de trabalhar para juntar riquezas, que era típico do colonizador europeu. Isso é compreensível em razão de o índio encontrar o que ele necessitava fartamente na natureza. Tal equilíbrio social se expandiu desde o rio Xingu, na Amazônia, até o nordeste do Brasil, onde se deslocaram os outros índios, por exemplo os potiguaras, no Rio Grande do Norte.

Destaca-se, além disso, que a maioria dos índios foi exterminada justamente porque não eram úteis como força de trabalho. Memmi (1977) afirma que nada sabemos do que teria sido o colonizado sem a colonização, mas vemos perfeitamente o que se tornou em consequência da colonização. Para melhor dominá-lo e explorá-lo, o colonizador o expeliu do circuito histórico e social, cultural e técnico. Neste longo percurso de cinco séculos, mudaram-se os atores, alteraram-se cenários, e as técnicas de confronto transformaram-se consideravelmente, mas a ação da peça, a despeito de seus muitos subenredos, continuou a mesma (MEMMI, 1977).

Mais uma vez, assim como podemos constatar pelas outras comunidades que foram afetadas pelas intervenções e transformações urbanas derivantes dos megaeventos, assistimos à subordinação das minorias e dos mais pobres e vulneráveis diante do poder e dos interesses dos seres hegemônicos. Situação essa que é amplamente corroborada por meio das teorias de Milton Santos analisadas nas Partes I e II dessa tese. Consoante às palavras do cacique José Urutau Guajajara, “os megaeventos só foram um pretexto, para acelerar esse processo de apagamento” (GUAJAJARA, 2019).

Os mitos nos revelam o pensamento e a expressão do ser humano em seus discursos, rituais e hábitos, incluindo as suas crenças. Revelam também uma relevância etnológica objetiva, porque quando corretamente interpretados, os mitos podem desvelar verdades históricas concernentes à vida sociocultural do ser humano (FIKER, 1994).

Como o mito é uma manifestação direta do espírito de uma população, ele deve ser percebido em seu contexto histórico, implicando uma atenta análise antropológica. Analisando as tradições de um povo, pode-se recompor sua história étnica e proporcionar às novas gerações uma verdadeira fonte de inspiração.

Constatamos, dessa maneira, que a colonização não terminou e assistimos à luta contínua dos índios subordinados aos interesses da “nova colonização”. Tanto Sepé como José Urutau constituem dois heróis e exemplos de luta e de resistência das populações

indígenas com muitas características em comum que foram reveladas também da mitanálise desenvolvida.

SEGUNDA HISTÓRIA COMPARTILHADA

4,7 O CASO DA VILA AUTÓDROMO E DO MUSEU DAS REMOÇÕES: UM MUSEU DA MEMÓRIA E DO IMAGINÁRIO, EXEMPLO DE LUTA E RESISTÊNCIA POPULAR CONTRA AS REMOÇÕES

4,7,1 Introdução

No âmbito de discussão sobre o uso do território associado aos megaeventos, o Rio de Janeiro ocupa lugar de destaque no cenário nacional. Na fase de preparação e organização dos Jogos Olímpicos de 2016, o processo de remoção de assentamentos populares que, na referida cidade, ocorreu em diferentes áreas, gerou muitos conflitos. Basta considerarmos que:

Conforme denunciado por diversos movimentos sociais e organizações internacionais, tem sido frequente nestas ações do poder público, episódios de desrespeito às normas que regulam os deslocamentos involuntários, gerando inúmeros problemas para as populações atingidas, como aumento do *deficit* habitacional, desemprego e desestruturação de laços sociais (FREIRE, 2016, p. 77).

Dentre vários casos, destaca-se o da Vila Autódromo. Ele constitui a única remoção reconhecida pela Prefeitura como efeito diretamente ligado à organização dos megaeventos esportivos.

4,7,2 A história de uma luta sem fim

A Vila Autódromo é uma comunidade situada no bairro de Jacarepaguá, vizinha ao Parque Olímpico. O assentamento inicial surgiu como uma colônia de pescadores em 1967, onde, em seguida, segundo o relato de dona Maria da Penha (PENHA, 2018), “o povo foi se aglomerando, morando e criando famílias”. Com o Autódromo de Jacarepaguá (Autódromo Nelson Piquet), a comunidade teve um aumento considerável nas últimas décadas do século XX. Dentre seus ocupantes havia pessoas que já haviam sido desapropriadas de outras áreas, como das favelas de Cardoso Fontes e de Cidade de Deus (MUSEU DAS REMOÇÕES, 2016; TANAKA *et al.*, 2018).

Figura 4,11: Imagem aérea da Vila Autódromo antes das obras do Parque Olímpico



Fonte: ELPAISBRASIL, 2015

Como lembra Maria da Penha:

Quando eu vim morar aqui não tinha nem um condomínio nessa área, o único prédio que tinha aqui era o Hotel Monza, foi o primeiro hotel a ser construído junto com o autódromo de Jacarepaguá. Então aqui não tinha nada disso, o resto era tudo mata, isso aqui era charque, aqui nós tínhamos um lago lindo. Quando eu cheguei aqui ninguém nem sabia que existia a Vila Autódromo. Quando eu dava o meu endereço, as pessoas perguntavam: ‘Onde é isso?’, e depois foi crescendo (PENHA, 2018).

De acordo com as fontes orais da pesquisa, desde os anos 1990, os moradores da Vila Autódromo passaram a ser ameaçados e perseguidos, sobretudo pela Prefeitura do

Rio de Janeiro. Eduardo Paes, subprefeito da Barra e de Jacarepaguá naquela época, tentou remover as famílias, que resistiram contra tratores para manter a comunidade.

Com o auxílio da Defensoria Pública, em 1997 os moradores conseguiram um título: “a terra pra gente” (PENHA, 2018), isto é, uma concessão de uso de 39 anos. No mesmo ano, os moradores conseguiram uma outra concessão de uso mudando o título de posse de 39 anos para 99 anos, podendo ser prolongado por igual período. Anos mais tarde, em 2005, a Câmara de Vereadores aprovou a lei complementar 74/2005, que transformou a comunidade em Área Especial de Interesse Social (G1 GLOBO, 2016).

Porém, houve várias tentativas da Prefeitura a fim de tirar a população da Vila Autódromo e desarticular toda a comunidade. Tais investidas iniciaram na década de 90 sob o pretexto de que o assentamento causava dano estético, urbano e ambiental ao bairro, sendo declarada área de risco sócio-ambiental (FREIRE, 2016). Corroborando com as ideias de Milton Santos quanto à intervenção humana e o uso do território, as ameaças por parte da Prefeitura e dos seus agentes tornaram-se constantes. Principalmente quando o Rio de Janeiro foi a cidade escolhida como sede para a organização e realização de importantes megaeventos esportivos, como os Jogos Pan-americanos de 2007, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Segundo Freire (2016), a Prefeitura do Rio de Janeiro apresentou, entre os objetivos do Plano Estratégico de Governo em 2009, a diminuição de 3,5 % dos territórios ocupados por comunidades carentes e favelas, processo que perdurou até o ano de 2012. Entre esses territórios constavam a própria Vila Autódromo (porque estava vizinha ao Parque Olímpico), o Morro da Providência e a Favela do Metrô (nas redondezas do Maracanã). Essas três comunidades foram as primeiras da lista por causa da vizinhança com as áreas afetadas pelas obras de infraestrutura para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016. Tal processo perdurou por anos, pois, de acordo com o agente da pesquisa: “Em 2005, por exemplo, eles vieram aqui e disseram queremos tirar por causa do Pan de 2007, então eles vieram, a gente tinha quase certeza que eles tiravam a gente naquela época e não conseguiram” (PENHA, 2018).

Concomitantemente, a luta da população residente, que não tinha intenção de deixar suas próprias habitações, intensificou-se. Assim como relata um agente da pesquisa: “Quando saiu o anúncio que o Rio de Janeiro ia acolher as Olimpíadas, pensamos que a Vila Autódromo ia sofrer mais ainda porque éramos vizinhos do Parque Olímpico” (PENHA, 2018).

Figura 4,12: O Parque Olímpico "vizinho" da Vila Autódromo



Fonte: RABELLO, 2011

Provando o embasamento desse receio, em 2011, a Prefeitura do Rio de Janeiro anunciou a remoção de cerca de 500 famílias, alegando a alocação e construção do Parque Olímpico. Em 2014, começaram as demolições e remoções.

Figura 6,13: Demolições na Vila Autódromo



Fonte: MUSEU DAS REMOÇÕES, 2018

Lutas intensas, resistência e conflitos fizeram parte do cotidiano das comunidades durante anos, basta atentarmos para os relatos dos sujeitos que participaram do processo, a exemplo do que segue: “Lutando pela minha casa e pela casa dos outros, a gente acabava lutando pelo território todo. A gente começa a lutar e não sabe onde vai chegar. [...] Essa

luta foi trabalhada há anos e anos. Eu faz 24 anos que moro aqui e faz 24 anos que estou sendo ameaçada (PENHA, 2018) ”. Corroborando com o descrito, Regina Bienenstein (HUFFPOST BRASIL, 2016), arquiteta, afirmou: “Em 2013, o prefeito chama as lideranças e diz que a solução de remoção não era a melhor e que quem quisesse poderia permanecer. Mas, contrariamente a essas declarações, a partir daí o que ocorreu foi o assédio e ameaça cotidiana dos moradores pela equipe da Prefeitura”. Uma rede de poder, assim como descreve Haesbaert (2004), e como podemos ver na Parte II.

Com vias a encerrar o conflito, uma das formas de indenização foi conferir apartamentos no condomínio Parque Carioca, para onde se deslocaram os primeiros moradores que saíram da Vila, os quais foram seguidos por outros moradores que, por sua vez, aceitaram indenizações milionárias. Nessa fase, muitas pessoas deixaram o local. Além disso, embora a permanência da Vila Autódromo estivesse prevista no projeto que definia o plano urbanístico do Parque Olímpico, em 2011, o Secretário Municipal de Habitação, Jorge Bittar, elaborou a proposta de reassentamento da população no vizinho Parque Carioca, um condomínio a 1 km de distância da Vila Autódromo.

De acordo com João Helvécio, defensor público: “As negociações têm um caráter intimidatório, coercitivo e de pressão. As Olimpíadas são os jogos da exclusão, quem não está no perfil de acionista/consumidor está fora do jogo” (HUFFPOST BRASIL, 2016). A vulnerabilidade e a pobreza de muitos moradores facilitaram para que a Prefeitura os indenizasse ou os deslocasse para outra habitação.

O dinheiro fala mais alto. Se eu posso pegar em 2 milhões, vou me dar bem, por que eu não posso pegar? Eu vou me dar bem, e quando você tem isso na mente, você perde o teu tesouro, que é o valor da tua história, o valor da tua terra, a sua dignidade, eu tenho dignidade. Dignidade não é moradia que te dá, você a tem dada pelo próprio Deus. Então, quando tu queres pescar, tu jogas a melhor isca. Eles jogaram muitas iscas, fizeram várias formas para incentivar o povo. Então eles fizeram aquela propaganda maravilhosa que você ia morar com dignidade, puseram piscina com toboágua; então quando você é muito humilde você não tem noção, acha que está abafando, botaram pessoas trabalhando aqui dentro da comunidade, fazendo a cabeça das pessoas (PENHA, 2018).

Porém, houve resistência de alguns moradores, que não aceitaram negociar. Esses tinham título de posse do terreno concedido pelo governo estadual entre as décadas de 1980 e 1990: “Eu não quero sair, se eu tenho direito a ficar aqui, porque eu devo sair? Eu

não vou sair. Nada obriga você a sair da sua casa. Não há nenhum processo judicial ou projeto formalizado” (PENHA, 2018).

De modo semelhante, Sandra Maria Teixeira, uma das líderes comunitária da Vila Autódromo, ressaltou:

A Vila Autódromo era uma comunidade imensa que tinha quase 700 famílias, hoje só tem 20 famílias. As pessoas foram removidas para fazer essa transferência de terras públicas para o capital privado. O prefeito fez um acordo com a gente na véspera da Olimpíada porque a grande mentira que justificou a remoção da Vila Autódromo, entre todas as mentiras que eles fizeram, foi a Olimpíada, foi a construção do Parque Olímpico [...]. Só que essa grande mentira justificou a remoção das pessoas. Só que 20 famílias não aceitaram de forma alguma sair da sua casa, abrir mão dessa terra, 20 famílias garantiram que essa terra continuasse sendo uma área de especial interesse social. Essa terra é destinada à Moradia Popular. A gente olha para a cidade e vê que estão cada dia mais pessoas morando na rua; habitação é um problema na nossa cidade. E aqui na Vila Autódromo tem uma imensa área pública que é destinada à moradia popular, abandonada e vazia (TEIXEIRA, 2019).

A resistência ganhou o suporte de ativistas e teve repercussão na mídia internacional. Nesse contexto, para convencê-los a deixarem suas casas, a Prefeitura induziu moradores a um acordo que não dava nenhuma garantia às famílias e as obrigava a abrirem mão de seus direitos. O documento da Prefeitura foi redigido de tal maneira que o morador que o assinava passava a propor a demolição da sua própria casa; ao mesmo tempo em que desistia das ações judiciais que o protegiam contra a remoção.

Segundo relatos de moradores: “A Olimpíada por onde ela passa, ela remove. Por todos os países onde ela passou, ela removeu, ela faz uma higienização social como se não permitisse pobres ao seu entorno” (HUFFPOST BRASIL, 2016). E ainda, frisa-se especialmente significativa a observação seguinte:

Por que que as pessoas são removidas do seu local de origem, onde elas construíram, e estão ali há décadas, há gerações? Por quê? Porque quando um local como esse passa por um processo de valorização, ele vai sendo urbanizado, acontece que áreas como a Vila Autódromo que é uma área especial de interesse social, é uma área pública, destinada à moradia popular, aí eles criam um monte de mentiras, um monte de mecanismos falsos para justificar a transferência de terras públicas para o capital privado. Porque eles compreendem que nas áreas urbanizadas da cidade, nas áreas consideradas nobres da cidade (porque agora possuem infraestrutura), os pobres não têm direito a morarem ali. Eles acham que esse direito é daqueles que podem pagar, aqueles que detêm o capital da cidade. E aí eles fazem esse absurdo na vida das pessoas, eles criam um monte de mentiras pra justificar a remoção de um monte de casas. Foi o que aconteceu na Vila Autódromo, foi o que aconteceu neste território todo aqui (TEIXEIRA, 2019).

Outro dizer emblemático de dona Penha, entrevistada e sujeito da pesquisa, corrobora com os destaques anteriores: “Esse megaevento é para quem? Tem que ser para todos. A palavra Olimpíada quer dizer o quê? União dos povos. Mas que povo é esse que não é consultado?” (HUFFPOST BRASIL, 2016). Convém apontar que a Prefeitura utilizou vários pretextos e justificativas para remover a comunidade, porque a terra era muito valiosa e, com o passar do tempo e com o advento dos megaeventos esportivos, ia se valorizando, ao ponto de o metro quadrado na Vila Autódromo no período da remoção custar 10 mil reais (perto de 2 mil euros).

Vê-se as grandes empresas empreiteiras e construtoras brasileiras como aquelas que mais desejam utilizar esse território e especular nele porque existem áreas que são consideradas nobres, sobretudo aquelas ao longo da faixa marginal da lagoa de Jacarepaguá. Conforme o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2015), tais construtoras são: a Norberto Odebrecht, a Andrade Gutierrez e a Carvalho Hosken, todas pertencentes ao consórcio Rio Mais. De fato, para a construção da infraestrutura e parte das instalações, a prefeitura realizou uma concessão administrativa na modalidade Parceria Público-Privada (PPP), com prazo de vigência de 15 anos e com uma única proposta apresentada, portanto, vencedora, sendo a do Consórcio Rio Mais. Salienta-se ainda que a Carvalho Hosken é a principal proprietária de terras do entorno do Parque Olímpico, ou seja, é também a principal beneficiária da valorização imobiliária derivante das obras (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2015).

O referido consórcio é responsável pela implantação de toda a infraestrutura do Parque Olímpico, incluindo os três pavilhões do Centro Olímpico de Treinamento (COT), o Centro Internacional de Transmissão (IBC), o Centro de Mídia Impressa (MPC), um hotel e a infraestrutura da Vila dos Atletas, mantendo a área por 15 anos (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2015).

Tal panorama conflituoso foi constatado durante o trabalho de campo por meio do relato de um sujeito da pesquisa ao que surgiu a afirmação: “Por isso que nos querem tirar, porque, quando não tinha valor, eles não queriam, eles não ligavam. Mas quando ficou valorizado e eles ampliaram a Barra pra cá, tudo mudou” (PENHA, 2018).

Figura 4,14: Higienização social na Vila Autódromo



Fonte: O autor, 2018

O envolvimento e os interesses do ex-prefeito Eduardo Paes são evidentes, considerando as doações de construtoras das obras das Olimpíadas para ele no âmbito das eleições municipais de 2012 (FREIRE, 2016). Com efeito, entre as várias firmas que patrocinaram a campanha eleitoral do ex-prefeito e do seu partido, o PMDB, durante as eleições municipais de 2012, constavam três construtoras diretamente envolvidas nas obras dos Jogos Olímpicos. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (G1 Globo, 2012), a principal doadora da campanha eleitoral foi a Carvalho Hosken Engenharia e Construções que auxiliou com 650.000 reais. Reitera-se que essa construtora era dona do terreno da Vila Olímpica e fazia parte do consórcio que construiu o Parque Olímpico em Jacarepaguá na área onde estava o antigo Autódromo Nelson Piquet. Outras construtoras envolvidas eram também a OAS, que pertencia ao Consórcio Porto Novo, responsável pela recuperação da Zona Portuária; e a Cyrela Monza Empreendimentos Imobiliários. Cada uma delas financiou a campanha eleitoral de Paes com 500.000 reais. Outras construtoras e imobiliárias também contribuíram com as doações, em particular a Multiplan Empreendimento Imobiliário, com 500.000 reais, a MPH Empreendimento Imobiliário, com igual valor, e a EMCCAMP Residencial, com o montante de 400.000 reais (G1 GLOBO, 2012).

Segundo relatos de outro agente da pesquisa: “Em momento nenhum foi o esporte que nos ameaçou, o esporte e as Olimpíadas são o pretexto e o motivo. É triste, o esporte sendo usado por um fim tão hipócrita” (HUFFPOST BRASIL, 2016). Para outro morador:

“Tudo o que fizeram aqui foi uma guerra social, uma disputa. Na verdade, a Vila Autódromo não está sendo removida por causa das Olimpíadas”. Tão logo, nota-se que o que está por trás das remoções são interesses especulativos. A retirada dos moradores deve-se à valorização dos imóveis na região, fenômeno ampliado com a chegada dos Jogos Olímpicos. Consoante ao exposto por um morador, a questão é moral e não exclusivamente legal: “As pessoas pensam que a gente está brigando por causa dessas paredes. Mas as paredes não são nada. O que vale é o que a gente tem dentro da cabeça, o que nós somos, o que representa a não-aceitação da compra do poder público pela especulação imobiliária”.

4,7,3 O Plano Popular da Vila Autódromo

Um grupo de residentes pertencentes à Associação de Moradores e de Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA), junto com a assessoria técnica de professores, estudiosos, pesquisadores, urbanistas, arquitetos, economistas, antropólogos e sociólogos de duas universidades públicas cariocas: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF), trabalharam na elaboração de um plano alternativo de urbanização da Vila Autódromo que respondesse às exigências e às necessidades da população residente: o Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA). Em particular, envolveram-se com a elaboração desse plano o Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ) e o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF). Como diferencial, “O Plano afirma a existência da comunidade, e o direito de continuar existindo, com condições adequadas de urbanização e serviços públicos: o direito ao desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural” (AMPAVA, 2012, p. 5).

A elaboração do plano popular de urbanização consistiu numa nova forma de planejamento com metodologia e estratégias diferentes e baseadas fundamentalmente no desenvolvimento do documento por parte da população. Como pertence ao povo, é popular de fato. Dessa forma, o planejamento urbano evita ser um mero monopólio à mercê de políticos e tecnocratas, tornando-se uma ferramenta de luta da comunidade. Portanto, assim como sublinha o texto do plano:

Dessa vez não foram os governantes, os empresários, as parcerias público-privadas nem os tecnocratas da prefeitura que estabeleceram o destino desta comunidade. Agora a população, que vive a realidade e as dificuldades do dia-a-dia, é quem diz o que é necessário e como deve ser feito. Os moradores elegeram suas prioridades em termos de moradia, saneamento e meio ambiente, transporte público, educação, serviços de saúde e cultura. Os moradores mostraram uma nova forma de construir uma cidade democrática e uma nova forma de planejar a cidade (AMPAVA, 2012, pp. 5-6).

E ainda:

Não somos uma ameaça ao meio-ambiente, nem à paisagem nem a segurança de ninguém. Somos uma ameaça apenas a quem não reconhece a função social da propriedade e a função social da cidade. Ameaçamos quem quer violar nosso direito constitucional à moradia. Somos uma ameaça apenas para os que querem especular com a terra urbana e para os políticos que servem a seus interesses (AMPAVA, 2012, p. 11).

A seguir, uma série de propostas que constam no PPVA (AMPAVA, 2012) com soluções e projetos resumidos em quatro programas principais, a saber: Programa habitacional; Programa de saneamento, infraestrutura e meio ambiente; Programa de serviços públicos; Programa de desenvolvimento cultural e comunitário.

a) Programa habitacional:

- manutenção dos limites da comunidade;
- reassentamento na própria comunidade dos moradores das casas localizadas na (FMP) de 15 metros;
- recuperação ambiental da faixa marginal de proteção (FMP) de 15 metros;
- reestruturação da quadra delimitada pelas ruas Francisco Land e Pit Stop (quadra 9);
- aproveitamento dos terrenos vazios existentes no assentamento para construção de moradias;
- implantação de área de lazer e recreação na faixa compreendida entre a Avenida Autódromo e o Autódromo;
- pavimentação com piso intertravado e plantio de árvores em complemento à arborização existente;
- tratamento das diferentes condições de ocupação das moradias;

- três alternativas de moradia: unidades unifamiliares, sobrados e pequenos prédios de quatro pavimentos;
- reforma e ampliação da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPAVA);
- sistema viário que facilite a acessibilidade e a drenagem.

Tabela 4,2: Orçamento básico do Programa habitacional

Componente	Unidade de referência	Número	Custo unitário (R\$)	Total (R\$)
Urbanização e recuperação ambiental (1)	Domicílios	450	18.000,00	8.100.000,00
Construção de habitação (2)	Unidade habitacional		40.000,00	
1 Quarto	Unidade habitacional	23	50.000,00	920.000,00
2 Quartos	Unidade habitacional	50	60.000,00	2.500.000,00
3 Quartos	Unidade habitacional	9	14.500,00	540.000,00
Melhoria das habitações existentes (3)		90	700,00	1.305.000,00
Reforma e ampliação AMPAVA e creche comunitária	Área construída (m2)	230		161.000,00
TOTAL				13.526.000,00

Fonte: AMPAVA, 2012

b) Programa de saneamento, infraestrutura e meio ambiente:

- implantação de rede de abastecimento de água;
- implantação de rede de esgotamento sanitário;
- implantação de um sistema de drenagem superficial;
- dragagem do canal paralelo à Avenida Abelardo Bueno;
- recuperação ambiental da faixa marginal de proteção de 15 metros;
- realização de um projeto integrado de drenagem que abranja o Parque Olímpico e a Vila Autódromo;
- implantação de um projeto de coleta seletiva de lixo

c) Programa de serviços públicos:

- construção de uma creche municipal;
- reserva de área na nova sede da AMPAVA;
- inclusão de atividades de educação e lazer;
- projeto de formação profissional;
- construção de uma escola municipal;
- inclusão da comunidade no programa Estratégia de Saúde da Família;
- ampliação e melhoria da segurança das áreas de lazer existentes;
- colocação de sinal de trânsito nas Avenidas Salvador Allende e Abelardo Bueno;
- transferência dos pontos de ônibus na Avenida Abelardo Bueno;
- implantação de ciclovia nas avenidas Salvador Allende e Abelardo Bueno;
- elaboração de estudo sobre o transporte público na região;
- projeto de regularização das atividades econômicas.

d) Programa de desenvolvimento cultural e comunitário:

- aproveitamento dos espaços públicos;
- ampliação da sede da AMPAVA;
- criação de estratégias de comunicação e mobilização internas;
- estabelecimento de estratégias de comunicação externa;
- estudo e discussão de novas formas para ampliar a mobilização dos recursos comunitários existentes.

Por outro lado, a proposta da Prefeitura consistia em remover um número muito elevado de famílias, indicando especificamente:

- remoção de 40 casas para construção de uma passarela de pedestres que serviria somente para o acesso dos jornalistas à área do Parque Olímpico durante os jogos;
- demolição de todas as casas situadas à margem da lagoa;
- retirada de mais casas para implantação de via de acesso dos atletas ao Parque Olímpico;

- duplicação das avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende e a retificação do canal, atingindo desnecessariamente casas de Vila Autódromo, em lugar de ocupar as áreas vazias do entorno.

Comparativamente, a proposta alternativa do Plano Popular atingia muito menos famílias e permitia o reassentamento na própria comunidade mediante as seguintes ações:

- construção da passarela de pedestres que dá acesso à estação do BRT²⁶ sem a remoção de nenhuma família;
- conservação da faixa marginal da lagoa – de 15 metros com respaldo na lei – mantendo a maior parte das casas da beira da lagoa;
- elaboração de um único acesso ao Parque Olímpico, para uso dos atletas, que atravessasse a comunidade, atingindo somente um mínimo de casas e mantendo o mesmo nível da comunidade, garantindo o acesso às casas de Vila Autódromo pela pista;
- reflexão sobre o acesso dos jornalistas ao Parque Olímpico não cortando a comunidade, tendo em vista haver outras vias na Av. Emb. Abelardo Bueno que poderiam ser usadas para isso;
- colocação da duplicação da Av. Abelardo Bueno e da Av. Salvador Allende e a retificação do canal para fora da Vila Autódromo, do outro lado das pistas, onde não há ocupação nem casas, apenas estacionamento de condomínios.

A proposta da Prefeitura era cercar o que restaria da comunidade com rodovias em nível mais alto. Isso, porém, não previa nem permitia acesso às casas, além de dificultar soluções de drenagem. Ao contrário, o Plano Popular, além de manter a maior parte da comunidade, propunha todas as pistas no mesmo nível da Vila Autódromo, o que previa e permitia o acesso às casas. Além de facilitar a drenagem, promoveria mobilidade para a própria comunidade. Acresce-se, ainda, que proposta da Prefeitura não deixava espaço para relocação de casas na própria comunidade, em oposição ao proposto pelo PPVA, que deixava espaço para relocação de casas na própria comunidade. Portanto, a Prefeitura não considerou as propostas do Plano Popular.

O PPVA mantinha os princípios originais do Plano Popular e dialogava com interesses da Prefeitura ao fazer alterações que permitiam o acesso de atletas ao Parque

²⁶ Vide o Apêndice E, Figura A16: Passarela do BRT Vila Autódromo.

Olímpico, mas sem destruir a Vila Autódromo. Além disso, o Plano Popular²⁷ contemplava a urbanização completa da área, bem como a reforma e a ampliação da sede da Associação dos Moradores, da creche, de praças e de outras áreas de lazer. Oferecia ainda soluções variadas – tanto de apartamentos, quanto de localização – às famílias que precisavam de reassentamento (TANAKA *et al.*, 2018).

O Estudo de Impacto Ambiental do Parque Olímpico e das obras de ampliação das avenidas Salvador Allende e Abelardo Bueno ainda não se realizou e os moradores não foram ouvidos. O Plano Popular era viável, integrava a comunidade ao Parque Olímpico e à vizinhança e respeitava os direitos dos moradores. Tal era sua relevância que o projeto venceu um concurso internacional promovido por uma instituição alemã e tinha um custo estimado de cerca de 13,5 milhões de reais. Segundo Penha (2018), a Prefeitura gastou quase 300 milhões de reais para remover a comunidade, mesmo que fosse muito mais barato urbanizar toda a comunidade e deixar um verdadeiro legado social das Olimpíadas.

Juntamente com o Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo, em 2013 foi criado um parecer sobre as propostas de urbanização da Associação de Moradores da Vila Autódromo e de reassentamento da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para os moradores do local por parte de um Grupo de Trabalho Acadêmico Profissional Multidisciplinar (GTAPM). Conforme o documento foi elaborado, as remoções na Vila Autódromo representariam somente o efeito de vários interesses, sobretudo de natureza econômica, das grandes empreiteiras e construtoras envolvidas no processo de especulação e usura do capital imobiliário, refletindo-se sobre toda a área. Essas ações de higienização social seriam totalmente desnecessárias, além de terem custos sociais e econômicos bem mais caros se comparadas com a proposta do Plano Popular da AMPAVA (GTAPM, 2013).

Tanto o Plano Popular de Urbanização como o Parecer do GTAPM não foram levados em consideração pela Prefeitura. “A despeito de o discurso oficial afirmar que a população é a grande protagonista dos Jogos Rio 2016, em várias das intervenções urbanas realizadas a participação da sociedade é praticamente nula” (FREIRE, 2016, p. 76).

²⁷ Vide o Anexo A: Plano urbanístico da Vila Autódromo.

6,7,4 Uma contextualização sobre a situação atual - A luta não foi em vão

Segundo Chalréo da Comissão Direitos Humanos/OAB-RJ (ReporterRio), o caso da Vila Autódromo, devido à resistência dos moradores, foi um processo violento, porém mais favorável aos moradores. Alguns conseguiram permanecer, embora em um número limitado. Da Vila Autódromo restam atualmente 20 casas, ocupadas por 20 famílias. Essas possuem dois quartos, uma pequena sala, banheiro e cozinha. Foram entregues uma semana antes do começo dos Jogos Olímpicos pela Prefeitura e foram construídas a poucos metros de distância de onde as demolições aconteceram. Contudo, a maior parte das famílias foi removida, atendendo aos interesses do mercado imobiliário.

Do ponto de vista dos problemas e danos ambientais, a lagoa de Jacarepaguá foi afetada pelas obras do Parque Olímpico²⁸, já que antes a faixa marginal da lagoa apresentava vegetação, ao passo que hoje praticamente não existe ou é muito insignificante comparado ao que era.

Figura 4,15: Placa na entrada da comunidade: A Vila Autódromo antes e depois



Fonte: O autor, 2018

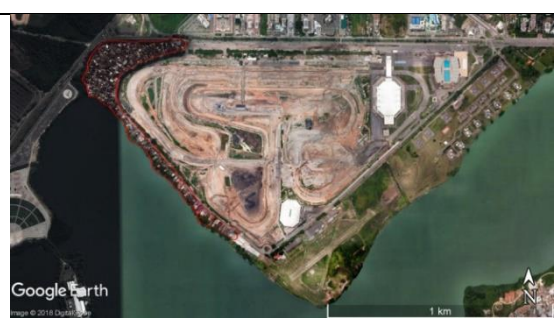
²⁸ Vide o Apêndice E, Figuras A1 e A2: Visita ao Parque Olímpico.

Figura 4,16: Vila Autódromo em 2010



Fonte: GoogleEarthPro, 2018

Figura 4,17: Vila Autódromo em 2012



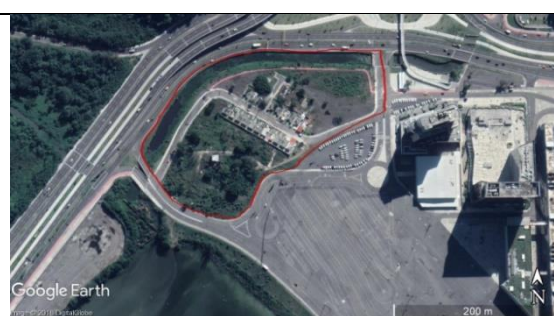
Fonte: GoogleEarthPro, 2018

Figura 4,18: Vila Autódromo em 2015



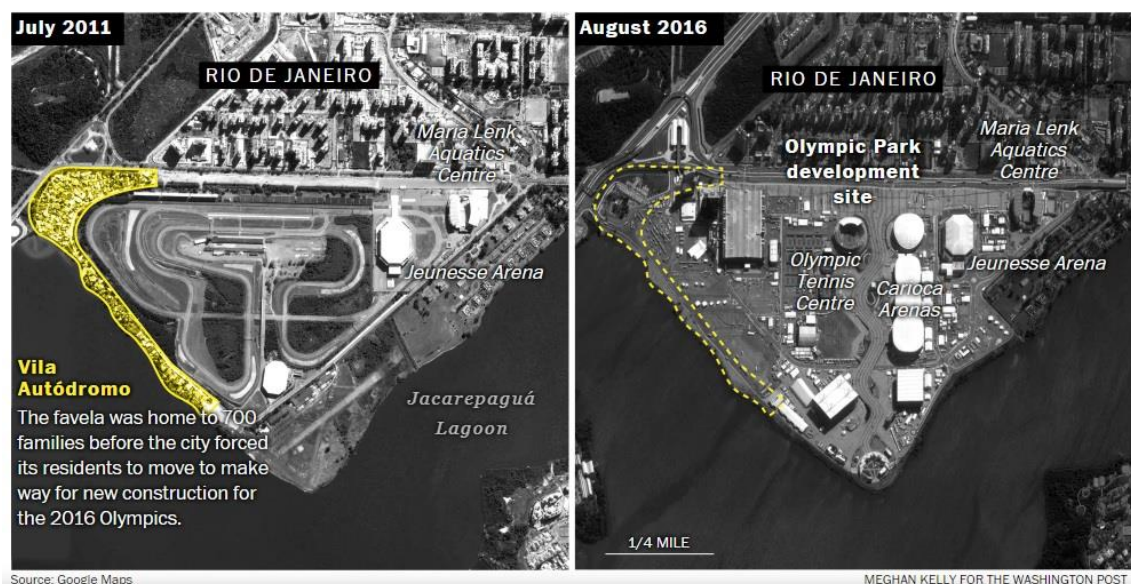
Fonte: GoogleEarthPro, 2018

Figura 4,19: Vila Autódromo em 2018



Fonte: GoogleEarthPro, 2018

Figura 4,20: Comparação da Vila Autódromo entre 2011 e 2016



Fonte: KELLY in WASHINGTON POST, 2020; GOOGLE MAPS, 2020

Figura 4,21: As 20 casas das famílias que resistiram permanecendo na Vila Autódromo



Fonte: o autor, 2018

As 20 famílias que resistiram e permaneceram na Vila Autódromo constituem o símbolo de uma luta que representa o empenho de muitos cariocas dada a importância dessa para outras lutas e resistências populares contra remoções arbitrárias. A disputa em curso atualmente é pela segunda parte do projeto, que prevê a construção de um parquinho, um centro cultural e uma quadra poliesportiva. “Nós temos um acordo com o município de ser feita uma quadra, uma praça, uma associação e um espaço cultural, já vamos para 2 anos e nada saiu do papel, vão enrolando. Essa é a palavra que os nossos políticos são, ótimos a enrolar” (PENHA, 2018).

4,7,5 O Museu das Remoções, museu da memória e do imaginário

“Memória não se remove”
(MUSEU DAS REMOÇÕES, 2017)

Gilbert Durand percebe o imaginário como uma espécie de museu que abrange todas as imagens que são elaboradas pelo ser humano, tanto da antiguidade como do presente e também do futuro (DURAND, 1994). Seu propósito seria o de examinar a forma como se produzem as imagens, como se manifestam e como são percebidas. O

imaginário, dessa maneira, compõe-se de uma série de imagens profundamente variadas e heterogêneas, tais quais: alegoria, sonho, mito, símbolo, ícone, representação, delírio, emblema, imaginação etc. (DURAND, 1996). A exploração do imaginário é inseparável da imaginação simbólica como exame das imagens inconscientes que fazem parte de um domínio alegórico que, apenas por meio da racionalidade e da percepção sensível, não ocorreria.

Hoje em dia, através do rápido desenvolvimento das tecnologias e dos meios de comunicação e informação assistimos a uma difusão massiva das obras artísticas e culturais transmitidas mediante o cinema, a fotografia, a tipografia, os discos, os livros, a imprensa, a televisão etc., como já evidenciado por Durand (2004). Esta difusão consente uma confrontação entre as culturas e uma memória absoluta “temas, ícones e imagens, em um Museu Imaginário generalizado para todas as manifestações culturais” (DURAND, 1964, p. 124).

É então que a antropologia do imaginário pode ser formada, uma antropologia que não se destina apenas a ser uma coleção de imagens, metáforas e temas poéticos. Mas quem deve, além disso, ter a ambição de traçar uma imagem composta das esperanças e medos da espécie humana, para que todos possam reconhecer-se e confirmar-se (DURAND, 1964, pp. 124-125).

Diante da imensa atividade da sociedade cientista e iconoclasta, a nossa sociedade moderna nos sugere as maneiras para reequilibrar e compensar esta situação mediante a promoção de um profundo e vigoroso ativismo cultural constituído por imagens e representações simbólicas culturais que alimentam o imaginário de uma determinada sociedade e/ou comunidade e reforçam e fortalecem a memória (DURAND, 1964).

Assim, Gilbert Durand desenvolve uma pedagogia do imaginário que tem uma certa predisposição em equilibrar os dois regimes de imagens diurno e noturno. A função principal dessa pedagogia do imaginário seria aquela de categorizar os recursos do imaginário e os seus arquétipos para a gênese de um Museu do Imaginário, baseado sobretudo na memória. E é desse modo e com esse mesmo propósito que surge na Vila Autódromo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, o **Museu das Remoções**, primeiro Museu do Imaginário e da Memória sobre as remoções e expropriações que aconteceram ou que acontecem na cidade carioca.

Figura 4,22: Logo do Museu das Remoções



Fonte: MUSEU DAS REMOÇÕES, 2017

Trata-se de uma pedagogia da libertação reprimida, repleta de imagens oníricas e poéticas reconfortantes que ajudam a memória.

Fotos, processos judiciais, teses, monografias, filmes, reportagens e outros registros tangíveis da história de resistência da Vila Autódromo contra as remoções são materiais que fazem parte do acervo documental do Museu, construído a partir da contribuição da comunidade. Outros agentes externos possuem vídeos, fotos, entrevistas, etc. que não estão catalogados. O Museu das Remoções é também um museu vivo: os representantes comunitários, além de antigos e atuais moradores, fazem parte de seu acervo e carregam a memória da Vila Autódromo em diversos territórios. Seus perfis dialogam de diferentes formas com as metas do projeto e serão sempre considerados para reavaliar quaisquer ações (PMMR, 2017, p. 8).

Os depoimentos dos moradores baseados no seu imaginário, na memória comunitária, coletados durante o trabalho de campo, compõem mais uma extensão dessa parte viva do museu, pois, assim como explica Nathalia Macena, filha dos líderes comunitários Maria da Penha Macena e Luiz Cláudio da Silva:

Cada vez que vem alguém para visitar a Vila Autódromo, e a gente fala, através das fotografias e das imagens, a gente relembra tudo, na verdade se trata de uma oficina de memórias. Para nós, portanto, é muito bom. Existe todo um percurso aqui fora com muitas placas que relembra da nossa história (MACENA, 2019).

O Museu das Remoções é um museu a céu aberto, que nasceu e se desenvolveu na Vila Autódromo, uma comunidade localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, às margens da lagoa de Jacarepaguá e ao lado do antigo Autódromo de Jacarepaguá, o qual deu origem ao seu nome (MUSEU DAS REMOÇÕES, 2017). Por isso, vale frisar a história do local que surgiu por volta dos anos 1960 e inicialmente era uma comunidade de pescadores que moravam junto com as suas famílias ao longo da lagoa de Jacarepaguá e se sustentavam graças à atividade da pesca. Posteriormente, com o passar do tempo e com as intervenções de construção e desenvolvimento da região, a comunidade foi crescendo. Realizaram-se também dois reassentamentos desenvolvidos no território pela

Secretaria de Habitação: moradores da comunidade Cardoso Fontes e da Cidade de Deus, comunidades que também sofreram processos de remoções.

Segundo o relato de Maria da Penha e de seus familiares (PENHA, 2018; 2019), naquele tempo, essa região era um grande charco, coberto por taboas e contornado por pequenas florestas; existiam vários animais como: jacarés, garças, capivaras, pássaros, tatus e peixes. Embora o lugar fosse muito bonito do ponto de vista das belezas naturais, era também bastante inóspito devido à falta de infraestrutura. Aos poucos, porém, a Barra da Tijuca, o bairro vizinho, foi se desenvolvendo e surgiram os grandes empreendimentos e negócios, a exemplo dos condomínios de luxo, estacionamentos, shoppings etc. que culminaram com a construção do Parque Olímpico, começando, desse modo, o processo de especulação imobiliária na região

Destarte, como costuma acontecer, na história do Rio de Janeiro, quando a região começa a valorizar-se, iniciam também os fenômenos das remoções, da gentrificação e do enobrecimento do bairro.

A Vila Autódromo foi a comunidade que mais foi afetada pelas intervenções urbanas derivantes da organização e realização das Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016 com a ocupação de grande parte do seu território e com a remoção de aproximadamente 700 famílias. Hoje em dia, depois de muitos anos de luta e resistência e após dois anos e meio de remoções, permaneceram 20 famílias de heróis. Um heroísmo que resultou, durante o período de resistência, a partir de ações coletivas de moradores e apoiadores, no nascimento do Museu das Remoções, um instrumento muito poderoso de luta. O museu nasce a partir dos escombros da Vila Autódromo derivante das remoções, cujo lema é “Memória não se remove”. Em todo o território do museu, é possível observar muitas frases significativas e emblemáticas, como a frase da figura 6.22 “Quando morar é um direito. Resistir a um dever », entre outras²⁹.

²⁹ Vide também o Apêndice E, Figura A9: “Ruínas da casa de Zezinho e Inês”. Museu das Remoções, Vila Autódromo e Figura A10: “Rua da resistência”, Museu das Remoções.

Figura 4,23: Formas de resistência na Vila Autódromo



Fonte: O autor durante o trabalho de campo no Museu das Remoções (2019)

Faz-se necessário enfatizar os dois objetivos principais da criação do Museu das Remoções:

- preservar a memória e a história das pessoas removidas;
- servir como instrumento de luta, não apenas pelos moradores da Vila Autódromo, mas por todos que passem pela ameaça de remoção, compreendendo que a memória é a maior ferramenta nessa luta de resistência.

De fato, é “na preservação desta memória que permanece a consciência de nossa história e também dos nossos direitos” (PMMR, 2017, p. 4). Por esse motivo, o Museu das Remoções aborda todas as remoções que sistematicamente estão sendo realizadas no Brasil, em particular no Rio de Janeiro. Ele trata sobre todas as remoções do ponto de vista histórico, mas se concentra sobretudo nas remoções que aconteceram na Vila Autódromo, onde está instalado. Ele se constitui como um percurso que apresenta uma série de obras realizadas por estudantes de arquitetura e urbanismo e que, a partir dessas obras, faz referência aos lugares de moradia, às casas que foram removidas.

A proposta é que os visitantes que chegam à comunidade consigam chegar a cada lote onde existiam esses lugares simbólicos e tenham acesso às esculturas e obras que estão sendo criadas, as quais, de alguma maneira, reportam às dinâmicas sociais daquele lugar. De acordo com a moradora e líder da comunidade, Sandra Maria Teixeira (MUSEU DAS REMOÇÕES), “o museu constitui um resgate e uma recuperação de muitas histórias

que vão se perdendo e a preocupação é justamente essa, para que não se percam as estórias”.

Figura 4,24: Obra artística derivante dos escombros da Vila Autódromo com atrás o hotel Marriott



Fonte: MUSEU DAS REMOÇÕES, 2020

Conforme Thainã de Medeiros, museólogo e um dos criadores e fundadores do Museu das Remoções:

o Museu das Remoções é inovador, nós somos o seu formato também. Ele não funciona dentro de um prédio, ele funciona dentro de um território. Ele é um território, é a construção e a desconstrução de um território. Ele vem disputar uma narrativa sobre o que é a remoção no Rio de Janeiro, e sobre como é resistir. Ele é também uma referência objetiva para as comunidades que passam pelo mesmo processo e que precisam de metodologias para resistir à máquina de remoções do Estado (MUSEU DAS REMOÇÕES, 2019)

Desde que o Museu das Remoções surgiu, com ele emergiram também as manifestações artísticas como forma de resistência, luta e poeticidade. Num momento de demolição, com os moradores sobrevivendo num contexto desfavorável, sob a pressão incessante da remoção a qualquer hora, foi fundamental o apoio de amigos e da arte para confortar e dar ânimo para continuar a luta.

O Museu das Remoções, além de ser um instrumento de luta, também tem como objetivo impulsionar eventos no âmbito da resistência artística, utilizando essa força transformadora que é a arte para comunicar, promover e criticar situações verdadeiras de opressão. Mediante vários eventos, como debates, oficinas, teatro, exposições, projeções, saraus, feiras literárias, entre outros, incentiva-se o pensamento crítico e almeja-se uma sociedade melhor informada, (PMMR, 2017).

O Museu das Remoções nasce no meio dos escombros. A inauguração dele foi em 18 de maio de 2016, logo antes dos Jogos Olímpicos. Esse projeto nasceu graças a um museólogo Thainã de Medeiros, ele trabalha muito forte no Complexo do Alemão que é onde ele mora. Ele acompanhou a nossa luta e achou que aqui na Vila Autódromo era o lugar ideal para nascer esse projeto. Teve muitos apoiadores, sobretudo as universidades, e isso nos deu muita força e muita visibilidade para propagar essa luta. Esse projeto é muito importante porque hoje ele é uma bandeira de luta. O Thainã foi o padrinho e a madrinha foi Diana Bogado, que na época estava fazendo doutorado e mudou a própria tese para o Museu das Remoções. Ela tinha uma turma de estudantes que trouxe aqui, elaboraram 7 esculturas com material coletado nos escombros, eles começaram a criar o museu. Homenagearam no espaço algumas pessoas, como dona Penha, a dona Jane. O professor Mário de Souza Chagas, que trabalha com museologia social, nos ajudou muito. Hoje o museu é uma ferramenta de luta, para nós podermos contar a nossa história (MACENA, 2019).

Através de ações pontuais no espaço físico da Vila Autódromo, desenvolveram-se diversas atividades em colaboração com agentes da cultura, utilizando várias matérias-primas em obras e instalações temporárias. As esculturas, ainda presentes no território, deram início ao museu. A fim de ressaltar a significância do momento, foram escolhidos o dia 18 de maio de 2016, que é o Dia Internacional dos Museus, e o tema Museus e Paisagem Cultural, sugerido pelo Conselho Internacional dos Museus (ICOM), para o lançamento do Museu das Remoções. Com isso, deixou-se claro que o Estado e as grandes empresas e corporações, nacionais ou frequentemente multinacionais, são os principais responsáveis pela fragmentação, desvalorização e destruição do território.

De acordo com o Plano Museológico do Museu das Remoções (PMMR, 2017, p. 6), o Museu das Remoções tem como missão:

- participar das lutas contra as remoções, preservando a conexão simbólica, a memória emocional e as práticas sociais de comunidades removidas.

E como visão:

- ser instrumento de resistência e luta em todas as comunidades locais e nacionais que sofrem com processos de remoções e práticas especulatórias, promovendo assim uma visibilidade à causa, para impedir novas ações arbitrárias e consequentes apagamentos de memória.

Os seus valores são os seguintes:

- defender os direitos;
- lutar e resistir por todos;
- preservar memórias e histórias de pessoas removidas.

Com o *slogan* “Memória não se remove”, o museu destaca a importância da Igreja de São José Operário. Por sua relevância durante a época das remoções, por estar conservada em sua construção original e servir ainda como espaço da comunidade, ela é o principal acervo físico e tangível do Museu das Remoções, segundo a própria comunidade. Por simbolismos de resistência e de memória, os escombros, o terreno e as casas atuais também fazem parte da supracitada categoria. Foi nessa Igreja onde encontramos a Dona Penha, os seus familiares e os outros moradores durante as nossas visitas à Vila Autódromo no âmbito do nosso trabalho de pesquisa.

Cumprir destacar que o Museu das Remoções pretende ser mais uma ferramenta de luta e de resistência em nível nacional, em comunidades que foram afetadas por processos de remoções e condutas especulatórias. Principalmente pelo que concerne as expropriações e a especulação imobiliária por parte da Prefeitura junto com as grandes construtoras e empreiteiras. Estas últimas tomam proveito da desvantagem da população local que, em muitos casos, possui o direito de permanecer naquele território, assim como os moradores da Vila Autódromo tinham de permanecer naquele local. “Nosso objetivo é lutar contra as políticas de remoções, suas ações arbitrárias e consequentes apagamentos de memória” (MUSEU DAS REMOÇÕES, 2017).

Depois de um ano da criação do museu, o Museu Histórico Nacional incorporou no seu acervo da exposição permanente de História Contemporânea uma parte dos escombros da Vila Autódromo, ajudando, desse modo, a manter a memória e a identidade do Museu das Remoções na luta e na resistência.

Hoje em dia, a equipe do museu está constituída por um corpo técnico de moradores e apoiadores. “Esta equipe é vida, prática e presença. Seus corpos, mentes, corações e ações são essenciais para o dia-a-dia de construção e reconstrução do Museu das Remoções” (PMMR, 2017, p. 7). Ademais, “Em ações pontuais, há ainda a colaboração de diversos incentivadores e porta-vozes importantes, especialmente em âmbito de atuação acadêmica e política” (PMMR, 2017, p. 7).

Existem muitos apoiadores e muitos eventos e atos que acontecem frequentemente. O museu tem site, facebook, instagram. A gente tem as camisas³⁰ que são uma bandeira de luta. Quando vejo alguém na rua fico emocionada, é uma forma de luta. Foi uma das primeiras ferramentas de luta (MACENA, 2019).

Salienta-se ainda que “A articulação entre pesquisa acadêmica e saber comunitário segue fundamental para a história do museu e como apoio para alcance da luta contra a gentrificação no Rio de Janeiro, em escala nacional e internacional” (PMMR, 2017, p. 8).

Inspirando-se no Plano Popular da Vila Autódromo (2012), surgiu o Programa Educativo do Museu das Remoções, cujo objetivo consiste em resgatar as intenções de recriação de espaços – não só físicos, mas também simbólicos – de mobilização cultural e de lazer para a população da Vila Autódromo e vizinhos. Entre as várias iniciativas para o futuro, existe também a criação do Projeto “Resistência Olímpica”: reprodução de memorial existente no Centro Olímpico, no espaço da Vila Autódromo, que consiste na utilização de símbolos de resistência dos antigos e atuais moradores da comunidade, como objetos de uso cotidiano, memórias do passado, representando as medalhas olímpicas existentes naquele memorial (PMMR, 2017). Com o mesmo fim, há também o projeto de juntar e mostrar todas as chaves das antigas casas e moradias que foram destruídas e já não existem mais com o nome dos proprietários e antigos donos.

A cada mês, acontecem no Museu das Remoções vários eventos e atividades que juntam ativistas, militantes, voluntários, pesquisadores, amigos e moradores da Vila Autódromo. Por exemplo, no dia 09 de fevereiro de 2019, assistimos e participamos ativamente de um evento na Vila Autódromo chamado de “Ocupa BRT Vila Autódromo”³¹. O evento foi organizado pelo Museu das Remoções e fez parte dele, além dos moradores, muitos ativistas para a salvaguarda dos direitos humanos e sociais, professores, pesquisadores, artistas de música, teatro e circo, amigos e pessoas que desde

³⁰ Vide o Apêndice C: Camisetas da Vila Autódromo criadas pelo Museu das Remoções.

³¹ Vide o Apêndice E, Figura A15: Momentos do “Ato Ocupa BRT”.

sempre acompanham a luta da comunidade que virou símbolo de resistência em todo o país e fora do Brasil também.³²

Segundo depoimento de dona Sandra Maria, uma das moradoras que mais lutou, junto com a dona Maria da Penha, para salvaguardar os seus direitos, sobre a estação de BRT que foi construída para os Jogos Olímpicos:

Pra gente o que está acontecendo hoje é muito importante, dentro da nossa história e dentro da nossa luta. Vocês que estão aqui com a gente tem a oportunidade de ver, de conhecer de perto esse projeto de BRT – Terminal Centro Olímpico. É uma arquitetura que, no meu ponto de vista, pelo que eu olho assim, me parece uma arquitetura muito pesada e muito surreal; eu não vi e não tenho conhecimento de nenhuma estação de BRT que tem esse absurdo na sua construção onde as plataformas são de um lado e a bilheteria é do outro lado. Isso é muito absurdo. A pessoa que chega aqui e não conhece a história do local não entende o que está acontecendo, o que houve aqui, o que passou pela cabeça do cara quando ele projeta um absurdo. Ele não se preocupou nem com o lucro ou com o prejuízo que ele teria. É muito comum nessa estação as pessoas atravessar a rua e subir a plataforma para pegar o ônibus, eles não pagam a passagem, é tão absurdo que a pessoa fica até incomodada. Imagina você ter que andar tudo isso, às vezes a pessoa está lá em baixo e quando ela poderia só atravessar e entrar aqui ela tem que andar até lá em baixo, passar pela bilheteria, andar por todo a passarela até chegar aqui. E as pessoas não entendem essa loucura. Então eu vou explicar. Para quem não conhece a história desse local, é o seguinte: Por que eles fizeram isso? Eles fizeram essa arquitetura absurda e surreal para justificar a remoção de um monte de gente. Esta arquitetura justificou a remoção de uma rua inteira de casas, de pessoas. Por quê? Ah porque a gente precisa deste espaço para fazer o BRT, mentira! O BRT era do lado de cá. Ah por que precisa desta rua para fazer o alargamento da via para a construção da Transolímpica...mentira! Ah precisa remover a Vila Autódromo para fazer o Parque Olímpico. Olha para lá, não precisa ser arquiteto, não precisa ser engenheiro, não precisa ser exatamente nada para perceber que é mentira. Entre a Vila Autódromo e o Parque Olímpico tem um hotel, de uma rede privada (a MARRIOTT), tem o estacionamento, uma área imensa abandonada. Então como os argumentos eram mentirosos, e a gente hoje tem claramente essa visão, e este entendimento. Então tudo isso acontece na cidade para justificar a remoção das pessoas. (TEIXEIRA, 2019).

Depois do Ato e dos diversos eventos organizados, em vista das mudanças que possibilitam a ocorrência de algo novo, considera-se essa criação como positiva. Isso significa que a luta não é vã. Segundo o Museu das Remoções:

Foi aprovado na Câmara Municipal, no dia 27 de agosto de 2019, um projeto que altera o nome da Estação do BRT ‘Centro Olímpico’ para Estação ‘Vila Autódromo’. Para virar lei a proposta, ainda precisamos da sanção do prefeito.

O atual nome da Estação gera confusão entre os usuários, já que a estação do BRT imediatamente anterior já é denominada ‘Parque Olímpico’. Além disso, a mudança tem um caráter de reparação simbólica. Parte da estrutura desta estação foi instalada em território

³² Mais informações sobre as atividades desenvolvidas estão no anexo B.

que fazia parte da Vila Autódromo, de forma que sua construção justificou a remoção de várias casas da comunidade. Sabemos muito bem que isso não traz de volta os ex-moradores, mas nossa luta também se dá no território da memória (MUSEU DAS REMOÇÕES, 2019).

Conforme afirma dona Penha, repetindo e evidenciando involuntariamente os conceitos principais de Giambattista Vico:

A luta continua, eu vou continuar para permanecer nessa comunidade. Nosso país se diz democrático, mas eu acho que é mais capitalista do que democrático porque o cidadão brasileiro não tem direito a essa cidade e, sempre que chega um megaevento, você é expulso da sua comunidade. Essa não é a primeira vez que isso acontece. Desde a história do Rio de Janeiro existem expulsões. Antes expulsaram os índios, depois os mais pobres e hoje tudo isso ainda continua. [...] Mas essa terra é nossa. E a gente vai lutando ainda e vamos ver o que é que vai dar. Não sabemos ainda mas vamos caminhando (PENHA, 2018).

Um processo de melhorias no sistema urbano da Vila Autódromo poderia ter sido um legado, urbanizando a comunidade com base nas sugestões do Plano Popular, sem a remoção das famílias do território construído durante décadas de trabalho e luta, como também notou dona Penha: “Na verdade essa comunidade nem precisava tirar” (PENHA, 2018). Teria sido um exemplo importante de como fazer Olimpíadas, pois “Esse teria sido o legado verdadeiro” (PENHA, 2018).

Dona Maria da Penha representa a nossa heroína, símbolo de luta e resistência para a salvaguarda dos próprios direitos de moradia e símbolo de tenacidade para todas as famílias e os indivíduos que sofreram esses processos de remoções, expropriações e deslocamentos do próprio lar e habitat (onde as pessoas já tinham instaurado laços sociais) para outro lugar desconhecido. Vale destacar que Dona Maria da Penha possui uma grande capacidade linguística de dialética e retórica, com profundos conhecimentos da história do Rio de Janeiro e da sua geografia e território, no âmbito em particular do que concerne à história das remoções de comunidades e de favelas. A fala e os gestos são os seus únicos poderes, mas apenas com esses meios ela consegue ser muito convincente e abraçar um grande número de seguidores, apoiadores, ativistas e amigos.

Segundo o raciocínio do filósofo napolitano Vico, a nossa existência situa-se num contexto onde nós seres humanos agimos como intervenientes e atores principais e não somente como meros espectadores. A história representa “uma experiência coletiva que se estende através do tempo” (FIKER, 1994, p. 9). E, nesta ótica, somente o que geramos e produzimos pode constituir algo completamente inteligível e evidente pois “se há um

campo privilegiado do conhecimento, esse campo é o do desenvolvimento no tempo da consciência coletiva ou social da humanidade, particularmente em seus níveis pré-rationais e semiconscientes” (FIKER, 1994, p. 9).

Figura 4,25: Dona Penha



Fonte: o autor, 2019

Relatamos que, a “queda” da dona Penha, referindo-nos ao arquétipo da “queda” do T9 durandiano, acontece depois que conseguiram derrubar a sua antiga casa, quebrando inclusive o seu nariz no conflito contra os homens da Guarda Municipal da Prefeitura em 2016, antes da realização dos Jogos Olímpicos (ver Figura 6,24 e Figura 6,25).

Figura 4,26: Nariz quebrado de Penha	Figura 4,27: Conflito com a guarda municipal da prefeitura
	
Fonte: MUSEU DAS REMOÇÕES (2020)	Fonte: MUSEU DAS REMOÇÕES (2020)

Mas ela consegue se levantar e resistir, tornando-se o verdadeiro símbolo da luta da Vila Autódromo e do Museu das Remoções. Se considerarmos as ideias de Vico (FIKER, 1994), dona Penha e a Vila Autódromo tornaram-se um mito e esse mito apresenta a grande verdade “de que a providência divina cuida do bem-estar da humanidade”.

Atualmente, a Vila Autódromo, graças também ao auxílio de centenas de militantes, ativistas, voluntários, pesquisadores, entre outros, e sobretudo com a força da resistência das vinte famílias que conseguiram permanecer no território, vive uma segunda vida. Muitos são os projetos de reconstrução, regeneração, revitalização das áreas arborizadas, assim como o projeto principal do Museu das Remoções, onde a memória vive.

Figura 4,28: Penha com Cláudio Luiz na horta da Vila Autódromo



Fonte: LUIZ CLÁUDIO, 2020

TERCEIRA HISTÓRIA COMPARTILHADA

4,8 TERRITÓRIOS NEGROS. A LUTA DE R-EXISTÊNCIA DO QUILOMBO DO SÉCULO XVII À FAVELA DO RIO DE JANEIRO: O CASO DA ZONA PORTUÁRIA E DO MORRO DA PROVIDÊNCIA

4,8,1 Introdução

Evidenciamos relevantes analogias no percurso histórico do Brasil pelo que se refere à constituição das comunidades quilombolas até o surgimento e desenvolvimento das favelas contemporâneas do Rio de Janeiro. Embora com personagens, atores e protagonistas diferentes, em um contexto histórico diverso, a luta e a resistência persistem.

Sob os efeitos de uma escravidão trágica e humilhante, muitos lutaram e resistiram até a própria morte. Quilombo dos Palmares é um exemplo. Ganga Zumba e Zumbi dos Palmares vieram das tribos da África e líderes negros, como José do Patrocínio, desenvolveram um papel corajoso e determinante na luta pela libertação dos escravizados afrodescendentes.

Esse processo de adaptação, de resistência e de luta continua até hoje. Os negros ainda sofrem em um mundo onde prevalece o ódio racial, a discriminação, a prevaricação dos seres mais ricos, fortes e hegemônicos sobre os pobres, negros e vulneráveis. Assim como Giambattista Vico (1977; 1979) observava e raciocinava por meio do seu lema “*corsi e ricorsi storici*”, a história está sempre se repetindo e se refletindo no presente.

Isso é evidente em uma cidade como o Rio de Janeiro, onde chegaram mais de um milhão de escravizados raptados do continente africano e que ainda vive as consequências dessa diáspora forçada. Negros tentam com coragem e tenacidade integrar-se numa sociedade que ainda continua muito preconceituosa. As ameaças e até a morte de muitos jovens negros, ativistas e defensores dos direitos sociais dos negros demonstram que os governantes atuam contra esses descendentes da escravidão. Vale ressaltar que os seres hegemônicos do século XVII eram os colonizadores, os capitães do

mato, os feitores, os assimilados. Os de hoje, por sua vez, são outros, mas a lógica da submissão e da subordinação autoritária continuam presentes.

Em uma comparação entre os mocambos ou quilombos, que iniciaram no século XVII mais intensamente, e as favelas do Rio de Janeiro de hoje, destaca-se uma diferença: os quilombos se situavam principalmente na zona rural, enquanto as favelas do Rio de Janeiro, apesar de se localizarem nos morros da cidade fluminense, constituíam sempre assentamentos urbanos.

Como uma semelhança, podemos destacar que o quilombo simboliza o refúgio e a liberdade dos escravos fugitivos contra os maltratos do capitão do mato e dos seres hegemônicos. Da mesma forma, a favela representa um refúgio para muitos pobres, negros e seres vulneráveis que não possuem as condições financeiras para morar no “asfalto”, isto é, no resto da cidade. Ademais, eles escapam do enobrecimento e da gentrificação junto com a limpeza étnica que acontece em alguns bairros, com o consenso e o apoio do Estado e da Prefeitura do Rio de Janeiro. Esses representam simbolicamente a verticalidade, o poder da hegemonia que submete os mais pobres, negros e nordestinos, marginalizados da cidade e da esfera social.

Do ponto de vista metodológico, nesta seção, utilizamos a leitura e a revisão bibliográfica da obra *Ganga Zumba*, de João Felício dos Santos, bem como os filmes *Ganga Zumba* e *Quilombo*³³, escritos e dirigidos por Carlos Diegues, respectivamente em 1963 e em 1984, para retratar a história do Quilombo dos Palmares e do seu líder espiritual, Ganga Zumba. No que concerne ao estudo de caso da Zona Portuária e do Morro da Providência, além de obras históricas e informações provenientes de diversas origens, a fonte principal foram os nossos sujeitos de pesquisa pertencentes ao Fórum Comunitário de moradores do Morro da Providência e, em particular, Cosme Felippsen, ativista social e guia de turismo, através do seu projeto “Rolê dos Favelados”³⁴.

³³ A palavra quilombo identifica organizações de movimento negro.

³⁴ Vide o Apêndice E, Figura A23: Cosme Felippsen com o Rolê dos Favelados.

4,8,2 O Quilombo dos Palmares e os líderes Ganga Zumba e Zumbi

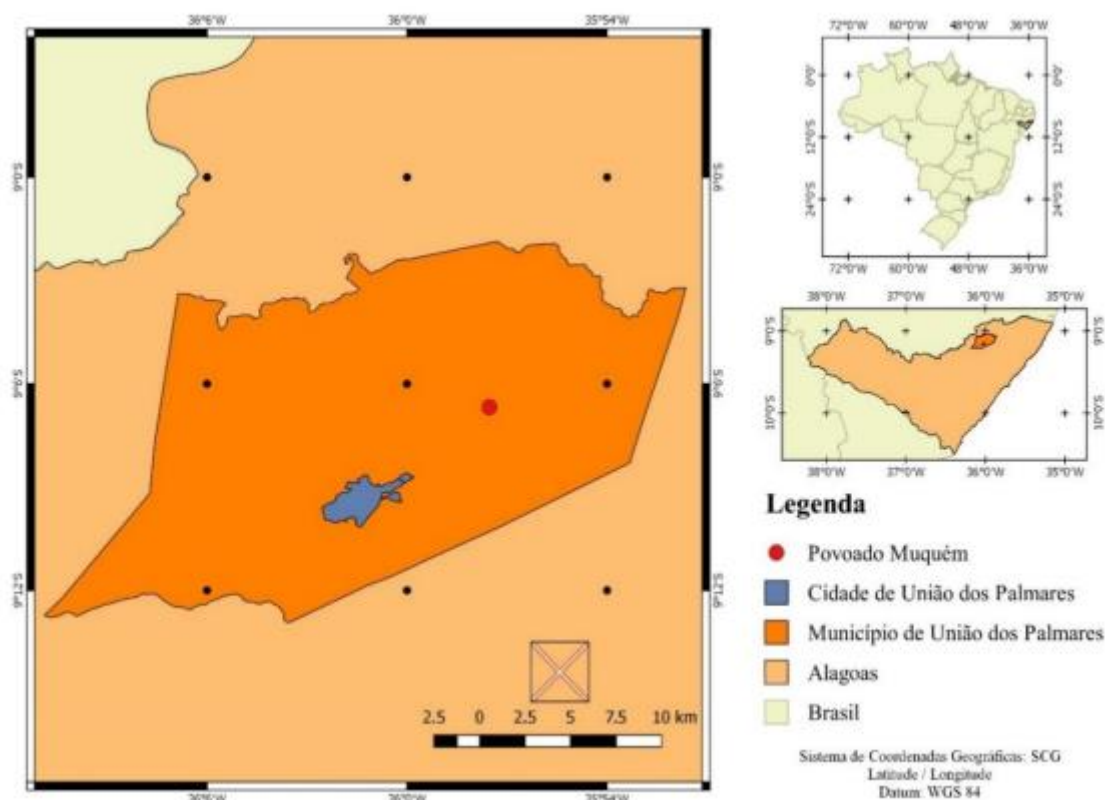
*Existiu
Um eldorado negro no Brasil
Existiu
Como o clarão que o sol da liberdade produziu
Refletiu
A luz da divindade, o fogo santo de Olorum
Reviveu
A utopia um por todos e todos por um
Quilombo
Que todos fizeram com todos os santos zelando
Quilombo
Que todos regaram com todas as águas do pranto
Quilombo
Que todos tiveram de tombar amando e lutando
Quilombo
Que todos nós ainda hoje desejamos tanto
Existiu
Um eldorado negro no Brasil
Existiu
Viveu, lutou, tombou, morreu, de novo ressurgiu
Ressurgiu
Pavão de tantas cores, carnaval do sonho meu
Renasceu
Quilombo, agora, sim, você e eu
Quilombo
Quilombo
Quilombo
Quilombo
(GIL, 1984)*

Durante a colonização do Brasil, alguns negros trazidos da África como escravos, não suportando o cativeiro, fugiam para o mato e para as montanhas distantes onde fundavam grandes aldeias negras chamadas “quilombos”. Destes, o mais famoso foi o de Palmares, situado na então chamada Capitania de Pernambuco, hoje em dia estado de Alagoas, que sobreviveu por quase um século. Por volta de 1640, governava Palmares o rei bantu de nome “Zambi”, que o transformara em um símbolo de paz e de liberdade (DIEGUES, 1963).

João Felício dos Santos, no preâmbulo da sua obra, também narra as origens de Palmares:

Velhos livros contam que, um dia, trinta ou quarenta escravos guinéus fugidos de uma fazenda nordestina fundaram um núcleo independente em um outeiro inóspito da serra da Barriga, nas Alagoas, então capitania de Pernambuco. Talvez isso tivesse acontecido por volta de 1605. Mais tarde, com o esparrame da notícia pelos ainda raros engenhos e povoados onde só o que imperava era a prepotência dos brancos, aquele núcleo dos desassombros cresceu rapidamente por via de novas levas oprimidas que principiaram a buscar refúgio naquelas ermas seguranças (SANTOS, J.F., 2010, p. 7).

Figura 4,29: Mapa com a localização de Palmares



Fonte: Sistema de Coordenadas Geográficas (RIBEIRO, 2018)

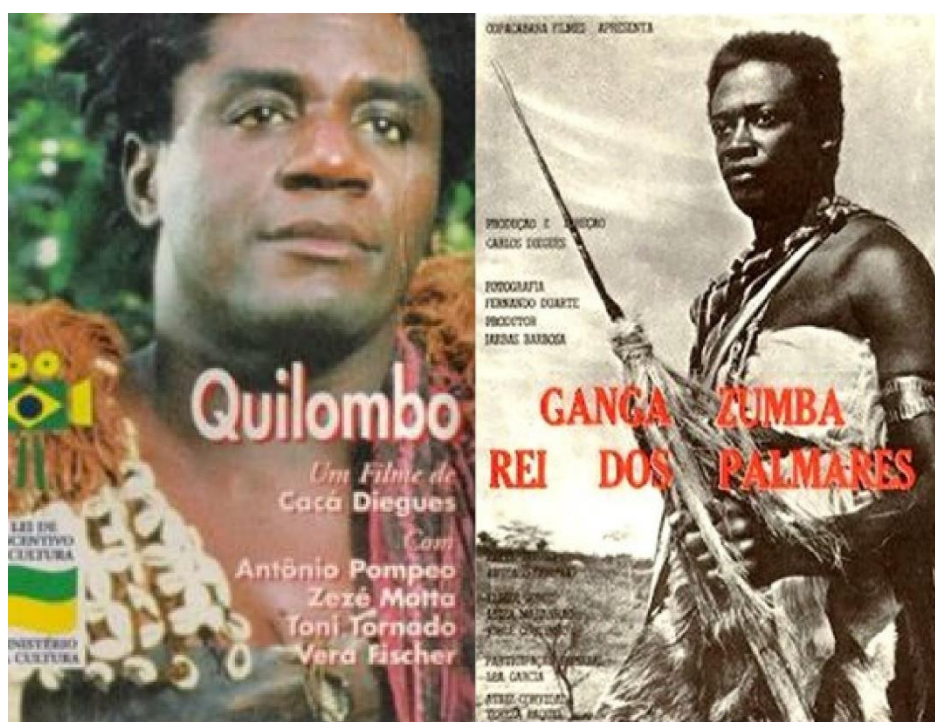
Nesta secção, nos inspiramos no livro *Ganga Zumba*, de João Felício dos Santos, bem como nos filmes *Ganga Zumba* e *Quilombo*, escritos e dirigidos por Carlos Diegues respetivamente em 1963 e em 1984, para retratar a história do Quilombo dos Palmares e do seu líder espiritual, Ganga Zumba. A trama dos filmes se desenvolve no Quilombo de Palmares, a montanha nordestina onde, por volta de 1650, depois um conflito do qual saíram vencedores, um grupo de escravizados fugiu para a serra de Palmares para viver livres, mas também para não deixar seu idioma e suas tradições se perderem.

Antigamente, os negros fugidos do cativeiro eram chamados QUILOMBOLAS e o conglomerado de suas taperas escondidas na mata – o QUILOMBO.

No Brasil daqueles tempos, mesmo na Bahia e em Minas Gerais, havia muitos quilombos, mas o QUILOMBO DOS PALMARES (o núcleo fundado pelos guinés e transformado, depois, em grande nação governada pela vontade suprema de um rei negro) foi o mais importante de todos.

Composto de uma série de aldeias localizadas com estratégia e ligadas entre si por uma rede de caminhos ocultos na floresta, Palmares atravessou quase todo o século XVII e chegou a abrigar, de uma só vez, alguns milhares de negros encadeados pelos ásperos rumos de Liberdade (SANTOS, J.F., 2010, p. 7).

Figura 4,30: Capa dos filmes “Quilombo” e “Ganga Zumba” dirigidos por Diegues



Fonte: AYA BIBLIOTÉCA – Laboratório de estudos pós-coloniais e de-coloniais
(2018)

Os filmes constituem um elo para a discussão, já que é uma poética visual notoriamente ativista, isto é, um trabalho com peculiaridades estéticas, não comerciais, e com a presença ativista, pois apresenta a força da luta e da resistência negra (LESSA e FIALHO, 2015).

Cumprir frisar que as referências de resistência à escravidão dos africanos em terras brasileiras começaram a despertar a atenção pela organização social, características das comunidades quilombolas. Os escravizados, cansados das torturas e dos maus-tratos durante a lavoura nos canaviais por parte do capitão do mato, começam um dos

movimentos de luta e resistência negra mais relevantes da história do Brasil: a criação dos quilombos.

De acordo com Cardoso e Gomes (2015, p.7): “A relação entre o movimento negro e o movimento quilombola apresenta configurações muito próprias em cada região do Brasil”. Por isso, não podemos caracterizar o movimento quilombola como algo uniforme e unificado do ponto de vista geográfico, tendo em vista que cada movimento, em cada comunidade e lugar apresenta especificidades distintas.

Os filmes começam com um conflito entre alguns colonos e assimilados da Coroa Portuguesa contra um grupo de escravos que trabalhavam nas plantações de cana-de-açúcar. Nessa primeira cena, Ganga Zumba (quando ainda não era chamado dessa forma) é o líder da revolta e o protagonista da libertação dos escravos. Depois da batalha, os escravizados fugiram para a serra do Nordeste brasileiro, onde estava localizado, já afirmado e sólido, o Quilombo dos Palmares. Ganga Zumba, que quer dizer “Senhor Grande” (SANTOS, 2010), era filho da princesa Aqualtune e irmão de Sabina, a mãe de Zumbi dos Palmares. Nasceu no Reino do Congo, foi capturado e vendido como escravo no Brasil. Depois da fuga do cativeiro com alguns outros escravizados, dirige-se para um dos quilombos ou mocambos, que eram comunidades onde os afrodescendentes reconstruíam sua vida ao escapar das fazendas.

Figura 4,31: Ilustração de Ganga Zumba



Fonte: BEZERRA (2018)

Cada quilombo era liderado por um familiar ou líder de confiança. Apesar de Ganga Zumba ter sido proclamado rei do Quilombo dos Palmares, as decisões mais relevantes eram tomadas por um colegiado, na presença de todos os líderes principais. Assim era como funcionava a organização social que os africanos conheciam no seu território, de onde foram brutalmente tirados, a África.

Sobre isso, nota-se que os quilombos representavam uma sociedade muito bem organizada e fechada, os quais detinham uma própria identidade. De fato, eles conseguiam salvaguardar os próprios cultos religiosos, a língua, a culinária, bem como as outras tradições que vinham do continente africano, principalmente do reino do Congo, Togo, Benim, Angola e do Sudão. Este último, apesar de não estar situado na costa ocidental da África, foi um dos países onde os escravizados eram mais recrutados, por serem mais robustos e fortes fisicamente. Os navios negreiros que operavam com o Sudão pegavam a rota do oceano Índico, circum-navegavam a África do Sul e atravessavam o oceano Atlântico para chegar nas costas do litoral brasileiro (BRASIL ESCOLA, 2018).

É preciso frisar que o destino dos escravizados negros não era apenas a América do Sul, mas especialmente a América do Norte e os Estados Unidos. Com frequência, o Brasil constituía um ponto estratégico onde os negros, que chegavam denutridos e em péssimas condições da longa travessia oceânica, eram alimentados nas casas de engorda. Outro lugar de chegada e alvo eram as Antilhas, na América Central, pois era uma terra muito fértil, roxa e barrenta, onde tinha muitos canaviais para os quais se exigia muita mão-de-obra escrava a fim de trabalhar a cana-de-açúcar. Devido às condições biológicas e climáticas, o produto que se adaptou muito bem também ao solo e à terra brasileira, fazendo com que a produção dessa planta incrementasse, necessitando de muita mão-de-obra escrava também no Brasil. Começaram assim a surgir muitas fazendas que utilizavam a escravidão como força de trabalho (BRASIL ESCOLA, 2018).

Inicialmente o filme *Quilombo* nos apresenta uma comunidade matriarcal, liderada pela rainha e líder religiosa negra chamada Acotirene. Com a vinda dos escravos fugitivos liderados por Ganga Zumba, Acotirene enxerga a possibilidade de um novo guia espiritual no quilombo, por isso invoca os Orixás³⁵ e, durante um ritual, as imagens de Ganga Zumba e de Xangô se mesclam, misturam-se e comunicam uma nova era para

³⁵ Os orixás são entidades das religiões afro-brasileiras constituídos por elementos da natureza, sendo cada Orixá representante de uma força da natureza. Quando cultuamos os Orixás, cultuamos também as forças elementares oriundas da água, da terra, do ar, do fogo etc.

Palmares. A seguir, o diálogo entre Acotirene e Ganga Zumba encenado no filme *Quilombo*:

Acotirene: Acotirene estava esperando por você.

Ganga Zumba: Como é que Acotirene sabia que eu vinha?

Acotirene: Por quê você trouxe estrangeiros para Palmares?

Ganga Zumba: Mas a gente também é estrangeiro nesta terra!

Numa terra onde todos são estrangeiros, quem é estrangeiro?

Quando esta guerra entre os brancos terminar,

eles vão se juntar para acabar com Palmares.

Nós temos que aproveitar essa guerra entre eles para crescer,

para fazer ficar Palmares mais forte,

até obrigar os brancos a preferir a paz com a gente.

Palmares tem que crescer,

nem que seja preciso negociar com o inimigo.

Acotirene: Tenha cuidado com o sorriso do inimigo.

Porque quando se vê de perto o rosto do inimigo,

o coração amolece e o golpe contra ele já não será tão duro.

Ganga Zumba: Acotirene conhece as verdades antigas,

e com elas guia o povo de Palmares com bondade.

Mas Acotirene tem medo das verdades novas.

Isso não é bom para o povo de Palmares.

Acotirene: Xangô é seu (...)

E Xangô pára sobre a sua cabeça.

Ganga Zumba: O quê?

Acotirene: Este é o caminho dos Odôs,

Xangô fala (...)

Você é o escolhido,

você é Ganga Zumba.

Ganga Zumba: Não. Não Acotirene.

Eu sou apenas Abiola.

Eu vim de uma terra muito distante de aqui.

Eu estava caçando perto da minha aldeia,

quando os jangas me pegaram

e me entregaram para os brancos

para ser vendido como escravo.

Foi assim que eu vim parar nessa terra,

essa minha nova terra.

(DIEGUES, 1984)

Do mesmo modo que foi relatado por João Felício dos Santos na sua obra principal *Ganga Zumba* (2010), o líder Ganga Zumba, príncipe africano, que em pouco tempo virou o príncipe de Palmares, foi auxiliado por Dândara e por seu melhor amigo Acariúba, e juntos fizeram o Quilombo prosperar. Nesse momento da chegada de ambos, nasceu Zumbi, filho de Ogum, que foi sequestrado ainda criança e que voltaria para Palmares apenas depois.

Evidencia-se que Ganga Zumba foi chefe de Palmares durante muito tempo e derrotava com muita intrepidez, coragem e com a energia dos rituais religiosos afro-brasileiros os portugueses e os bandeirantes que pretendiam destruir Palmares. Por causa das recorrentes fugas de escravos, que às vezes eram programadas e outras vezes naturais,

a população do mocambo aumenta. Dessa forma, os ataques contra o quilombo dos Palmares foram intensificados tanto no período de dominação dos holandeses (quando a serra de Palmares pertencia à Capitania do Pernambuco), quanto dos portugueses (SANTOS J.F., 2010).

Era preciso destruir Palmares para reconquistar a mão de obra dos escravizados e para que o exemplo não se propagasse por todo o Brasil. Nesse contexto, Ganga Zumba sustentou diversos ataques, vencendo os colonos com o sistema de guerrilhas, enfrentando-os pela retaguarda. Ele também sofreu alguns impasses, como a destruição de parte da produção agrícola dos quilombos, além de, em um desses conflitos, alguns dos seus parentes serem presos pelos portugueses.

Em 1678, o governador Pedro de Almeida soltou alguns familiares que estavam presos. Esses levaram a Ganga Zumba uma proposta de paz: os habitantes do mocambo se transfeririam para o Vale do Cucaú e não deveriam acolher mais escravos fugidos dos cativos. Nesse momento da história apareceu outra figura mítica: o Zumbi dos Palmares. “Zumbi, escrito com U, foi o atributo dado pelo povo de Palmares a seu último e destemidíssimo régulo. Zumbi significa, em quimbundo, o mais poderoso dos gênios do mal, uma espécie de diabo roxo, irmão e dono de Calunga (o mar)” (SANTOS, J.F., 2010, p. 8). O Zumbi representa outro herói da luta e da resistência dos escravizados negros de Palmares, denominado “o rei guerreiro”. Ele foi comprado e criado por um padre quando era criança, sendo educado mediante o estudo do latim e da cultura cristã. Todavia, ainda jovem ele escapou e se refugiou em Palmares. Esgotado pelo cansaço, encontrou Ganga Zumba, que em seguida reconheceu na tenacidade e na coragem o filho de Ogum.

Figura 4,32: Zumbi dos Palmares no filme “Quilombo”



FONTE: DIEGUES (1984)

Angola, Congo, Benguela
 Monjolo, Capinda, Nina
 Quíloa, Rebolo
 Aqui onde estão os homens
 Há um grande leilão
 Dizem que nele há uma princesa à venda
 Que veio junto com seus súditos
 Acorrentados em carros de boi
 Eu quero ver quando **Zumbi** chegar
 Eu quero ver o que vai acontecer
 Zumbi é senhor das guerras
 Zumbi é senhor das demandas
 Quando Zumbi chega, é Zumbi quem manda
 Pois aqui onde estão os homens
 Dum lado, cana-de-açúcar
 Do outro lado, um imenso cafezal
 Ao centro, senhores sentados
 Vendo a colheita do algodão branco
 Sendo colhidos por mãos negras
 Eu quero ver quando Zumbi chegar
 Eu quero ver o que vai acontecer
 Zumbi é senhor das guerras
 é senhor das demandas
 Quando Zumbi chega, é Zumbi quem manda
 (JORGE BEN JOR, 1974)

O retorno de Zumbi era esperado, e logo no início do reencontro, conforme explicitado, Ganga Zumba recebeu uma proposta de conduzir o povo de Palmares para um lugar prometido pela coroa portuguesa, o Vale do Cucaú, para estabelecer a paz entre os brancos colonizadores e os negros. O referido tratado dividiu os líderes dos quilombos de Palmares, já que vários líderes, como o próprio Zumbi, não aceitaram a proposta, querendo continuar a lutar. Outros, cansados dos conflitos, concordaram com Ganga Zumba.

Embora não tenham conseguido chegar à unanimidade, alguns quilombolas decidiram abandonar o mocambo, enquanto outro grupo permaneceu ali. Zumbi não aceitou essa proposta e manteve seu grupo unido para lutar e resistir no quilombo, tornando-se, assim, o líder de Palmares. Ganga Zumba aceitou a mudança de liderança e, num ritual religioso, ofereceu a Zumbi sua lança de ouro, que é uma das armas de Ogum, o Orixá guerreiro.

Esse acordo do Cucaú durou cerca de dois anos, de 1678 a 1680. Zumba, ao chegar ao local, percebeu a falácia dos opressores, pois as terras não eram propícias para o cultivo e os habitantes não teriam direito a circular livremente, além de estarem vigiados. Ele compreendeu a armadilha que arquitetaram os brancos na proposta que lhe foi feita. Decidiu chamar para trás o seu povo que estava dirigindo-se para o lugar de encontro com os brancos. Isso lhe custará a vida. Uma das versões sobre a sua morte conta que ele se

deixou envenenar para que os seus homens pudessem nele acreditar. O Vale do Cucaú foi invadido e cerca de 200 pessoas ficaram presas devido à falha do acordo de paz entre brancos e quilombolas.

O elemento simbólico que representa, no filme *Quilombo*, a perenidade e persistência de Palmares aparece quando Zumbi, ao ser morto pelos portugueses, jogou a lança de Ogum que lhe foi doada por Ganga Zumba para o alto, gritando: “Eu te devolvo a tua lança para que ela não caia nas mãos do inimigo: *Ogunhé!*” (DIEGUES, 1984). A partir desse ato, ele demonstra, simbolicamente, que a resistência está na energia dos Orixás, das sinergias, da coletividade, da colaboração e da solidariedade.

Depois da morte de Zumbi, o seu discípulo-guerreiro Camuanga tornou-se o líder da resistência e da luta de Palmares, nas matas da serra da Barriga, até 1704, quando foi morto em combate pelos portugueses. Outros guerreiros ocuparam o seu lugar, sem que o poder colonial conseguisse exterminar completamente Palmares. A última informação que se possui da resistência na região é de 1797, mais de um século depois da morte de Zumbi (DIEGUES, 1984).

*Zumbi, comandante guerreiro
Ogunhê, ferreiro-mor capitão
Da capitania da minha cabeça
Mandai a alforria pro meu coração
Minha espada espalha o sol da guerra
Rompe mato, varre céus e terra
A felicidade do negro é uma felicidade guerreira
Do maracatu, do maculelê e do moleque bamba
Minha espada espalha o sol da guerra
Meu quilombo incandescendo a serra
Tal e qual o leque, o sapateado do mestre-escola de
samba
Tombo-de-ladeira, rabo-de-arraia, fogo-de-liamba
Em cada estalo, em todo estopim, no pó do motim
Em cada intervalo da guerra sem fim
Eu canto, eu canto, eu canto, eu canto, eu canto, eu
canto assim:
A felicidade do negro é uma felicidade guerreira!
A felicidade do negro é uma felicidade guerreira!
A felicidade do negro é uma felicidade guerreira!
Brasil, meu Brasil brasileiro
Meu grande terreiro, meu berço e nação
Zumbi protetor, guardião padroeiro
Mandai a alforria pro meu coração
(GIL, 1984)*

Os filmes, através de uma aproximação histórica e cultural, refletem o imaginário de uma sociedade fixada no espaço e no tempo, representando uma relevante fonte histórica e contribuindo para restaurar e transmitir uma determinada memória coletiva (FELDHUES e AGUIAR, 2016). Outrossim, o tema da ancestralidade africana ressalta

os valores civilizatórios africanos que constituíram o alicerce para a formação das religiões afro-brasileiras.

Sob essa perspectiva, é necessário identificar o terreiro como representação do lugar sagrado onde as entidades são interrogadas e honradas. De acordo com Lessa e Fialho (2015, pp. 7-8), “No Brasil, esse espaço sacralizado se constituiu historicamente como lugar privilegiado na transmissão e recriação de filosofias, cosmologias, práticas alimentares, artísticas e ritualísticas, saberes botânicos e redes de solidariedades”. No filme, isso é evidente quando o cenário de Palmares mostra o cotidiano representado por ritos e traços dessa cultura afrodescendente. Segundo Feldhues e Aguiar (2016), Carlos Diegues ressalta a voz social do negro africano que foi escravizado por mais de três séculos, descrevendo o longo percurso empreendido por um grupo de escravos fugitivos até o Quilombo dos Palmares. E foi justamente em Palmares que foi reinventado o Brasil, começando das suas bases sociais e culturais.

No filme, ainda se contrapõem os escravizados hegemônizados e os senhores hegemônicos e perversos que os castigavam e tentavam discipliná-los e assimilá-los à sua cultura, pois “o negro representava apenas peça comprada, sem qualquer outro sentido além do material” (SANTOS, J. F., 2010, p. 8). A relação entre essas duas forças é sempre pesada e difícil, com os escravos jogando um papel ativo nessa luta. Como líder e herói desse grupo, Ganga Zumba tornou-se o símbolo da resistência negra contra a escravidão junto com Zumbi, que ficou mais conhecido posteriormente.

A obra cinematográfica também exhibe os aspectos do processo de escravidão e descreve a existência dos escravos naquela época, o desejo por liberdade, as fugas e as expressões culturais dos afrodescendentes. O cineasta brasileiro mostra o negro como o protagonista da história do Brasil e não somente como mártir do sistema escravista, apresentando a vida de indivíduos normais tanto nos canaviais como no quilombo (FELDHUES e AGUIAR, 2016). De acordo com Feldhues e Aguiar:

A historiografia contemporânea tem apresentado, através dos mais variados vestígios do passado, que os escravos foram os protagonistas do processo de resistência e superação da escravidão. Esse protagonismo não só estava nos engenhos, mas também no cotidiano urbano e nos espaços domésticos. Os escravos criaram inúmeras estratégias para resistir à escravidão, as fugas para o Quilombo dos Palmares foi apenas uma delas. Eles resistiram ao trabalho forçado, colaboraram para a compra de sua alforria, criaram meios de organização estabelecendo até mesmo vínculos com a Igreja, como é o caso das Irmandades Religiosas. Não podemos negligenciar que nossos avanços políticos e sociais contaram com a valiosa colaboração de pessoas comuns que participaram de nossa história, sobretudo os escravos que desafiaram a ordem

e lutaram por sua liberdade. Na verdade, foram agentes da história do Brasil (FELDHUES e AGUIAR, 2016, p. 15).

Carlos Diegues sempre ficou atraído em apresentar a problemática negra na realidade atual, fato perceptível em razão de a temática do negro aparecer em outros trabalhos cinematográficos do cineasta brasileiro, como *Ganga Zumba* (1963) e *Xica da Silva* (1976), que constituem os precursores do chamado “Cinema Novo”. Esses filmes não retratam apenas a temática da escravidão, da coerção, da injustiça e da rebelião, mas revelam também a contribuição dos descendentes africanos para a construção do Brasil, considerando que a cultura negra pertence à maneira de viver do brasileiro, isto é, à construção da identidade do povo brasileiro (FELDHUES E AGUIAR, 2016). O filme nos transmite um profundo aprendizado, pois, por intermédio dele, percebemos que o ser humano não pode deixar espaço para a submissão e a subserviência. O homem deve ser dono de si mesmo e de seus próprios desejos e aspirações, bem como poder ser livre para tomar as suas próprias decisões e não ser tratado como um produto ou uma mercadoria como ocorria nos engenhos. A película, e no geral toda a história de Palmares, nos faz refletir sobre os direitos humanos na sociedade moderna, o livre-arbítrio e a convivência social.

Logo, *Ganga Zumba* representa a luta, a rebeldia e a liberdade. Para ele, o poder dos brancos jamais derrotaria o desejo de liberdade dos negros. E esses últimos alcançariam a liberdade somente mediante a luta e a resistência. Zumba simboliza o reencontro dos escravizados vindos da África em terras brasileiras com o seu passado, seus hábitos e costumes culturais. De fato, segundo Silva e Silva, “ Os africanos escravizados tentaram buscar seus laços sociais e culturais que foram rompidos quando passaram a viver no mundo para o qual haviam sido trazidos” (SILVA e SILVA, 2008, p. 42).

Por conseguinte, o filme nos auxilia a compreender a força dos negros de resistir e se adaptar num cenário diferente e adverso do próprio, num continente diferente, o continente americano. Na ótica de Feldhues e Aguiar, os filmes *Ganga Zumba* e *Quilombo*, de Carlos Diegues:

Apresentam o herói Ganga Zumba em um dos episódios da história do Brasil escravista. A trajetória de luta dos escravos por sua liberdade, representada no filme, permite-nos pensar sobre a trajetória dos movimentos sociais que lutam pelo fim do preconceito racial e da exclusão social dos afrodescendentes na sociedade brasileira. Portanto, o cineasta condena a escravidão e nos faz refletir

sobre a atual condição dos negros no País (FELDHUES e AGUIAR, 2016, p. 15).

Desse modo, a partir do prisma do cinema de Diegues, podemos observar a trajetória dos afrodescendentes negros no Brasil e o seu aporte para a estruturação da sociedade brasileira. Isso aconteceu por meio da resistência à lógica escravocrata, da fuga para o quilombo dos Palmares, que representa a imagem da liberdade e é protegido por Oxumaré.

Nas obras cinematográficas, os negros possuem diversos sentimentos e emoções alicerçados na religiosidade, na espiritualidade do Candomblé, dos Orixás e das religiões afro-brasileiras. Os negros não queriam apenas a liberdade da condição de humilhação e subordinação, e sim desejavam poder manifestar livremente seus costumes e hábitos que vinham das terras africanas para poder implantar no Brasil. Portanto, nos filmes, os negros não constituem apenas sujeitos hegemonzados, mas também possuem uma própria capacidade de lutar e de resistir, bem como de organização e inteligência.

Os longa-metragens sublinham como os escravos tiveram um papel determinante na formação cultural e na identidade do Brasil, pois é evidente como a presença da cultura africana hoje em dia no Brasil é muito forte e profunda. Ao realizar um paralelo entre os quilombos do século XVII e as favelas do Rio de Janeiro atuais, tomamos como exemplo o caso do Morro da Providência, a primeira favela do Brasil, que ainda hoje sofre processos de ameaças e é posta em perigo por uma série de fenômenos, entre os quais constam os interesses da Prefeitura, do Governo do estado, das grandes empresas e corporações ligadas à especulação imobiliária da Zona Portuária e às transformações territoriais realizadas mediante a desculpa e o pretexto dos recentes megaeventos desportivos.

4,8,3 As transformações territoriais na Zona Portuária

A operação urbana consorciada chamada “Porto Maravilha” ocorreu onde ficam o Morro da Providência, a Pedra Lisa, o Morro do Pinto, os bairros de Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Central do Brasil, Praça Mauá, entre outros bairros. Constituem uma área de 5 milhões de m². (ver Figura 4.33).

Figura 4,33: Aerofotocarta do Morro da Providência e da Zona Portuária



FONTE: DATA.RIO (2019); GOOGLE EARTH (2019)

Cerca de 75% desta área é pública e, de acordo com a legislação urbana, deveria ser utilizada, prioritariamente, para reduzir o déficit habitacional.

A Prefeitura firmou uma parceria público-privada de 15 anos com o consórcio “Porto Novo”, composto pelas empresas OAS, Carioca Engenharia e Odebrecht. O consórcio foi responsável pelas obras de infraestrutura e pelos serviços de manutenção da iluminação pública, coleta de lixo e coordenação de trânsito da região. Em valores de 2011, as obras do “Porto Maravilha” totalizaram 8 bilhões de reais, pagos com recursos públicos (FASE, 2016). A construção do Boulevard Olímpico, com a regeneração de toda a Zona Portuária, da Praça Mauá e da Praça XV sobretudo, justificou a derrubada da Perimetral, uma via de acesso importante construída entre 1950 e 1960, com recursos federais. Obra essa que, mesmo não prevista na candidatura da cidade, foi feita para dar visibilidade à área remodelada entre a zona portuária e a Praça Mauá (onde está localizado o suntuoso Museu do Amanhã), que recebia o fluxo do tráfico negreiro antes da transferência para a área do Valongo (CARVALHO A., 2018). De acordo com Ananda Oliveira Brito, 2019, “A Perimetral era um local assustador por onde ninguém gostava de

passar. O bom de ter tirado a Perimetral é que agora os cariocas têm uma área de lazer”. Opinião compartilhada também por Gilmar Mascarenhas: “Eu apoiei o fato que tiraram a Perimetral. Acho que foi uma conquista importante para a Zona Portuária” (MASCARENHAS, 2019).

Eduardo Paes, ex-prefeito da cidade, assim como seu antecessor Pereira Passos, apresentou uma remodelação da cidade do Rio de Janeiro. Com o intuito de embelezar a cidade, destruiu-se a Perimetral. Contudo, o trajeto que levava 30 minutos para chegar até a Central, polo nevrálgico ferroviário, agora demora muito mais tempo.

O desmonte da Perimetral não foi bom pra mim porque eu estudava na Barra e eu tinha que pegar um ônibus do centro da cidade para casa porque eu moro em São Gonçalo, então tinha que chegar em casa a tempo para o meu curso de inglês que eu estava fazendo, então aconteceu que um trajeto de 30 minutos que era antes estava levando 2 horas e meia. Eu sofri tanto durante o desmonte da Perimetral naquela época, mas depois o desmonte me beneficiou pela questão turística (BRITO, 2019).

Outra crítica da população é quanto ao desconhecido destino do ferro inglês usado na Perimetral, um material valioso

Depois da destruição da Perimetral, a área foi revitalizada. O prédio de Dom João VI foi restaurado e o primeiro terminal rodoviário, o Mariano Procópio, foi destruído para construir-se um museu, o qual tem a estrutura da antiga rodoviária. Atualmente, a orla é um espaço cultural da cidade que funciona de domingo a domingo.

Quando a referida área estava sendo revitalizada, houve especulação imobiliária. Porém, depois de uma crise financeira no país, vários prédios históricos passaram a ser abandonados, como é o caso do Moinho Fluminense. Havia um projeto para a sua revitalização, mas o mesmo não evoluiu (BRITO, 2019).

O projeto do Porto Maravilha envolveu um orçamento bilionário. A maior parte dos CEPAC (Certificados Adicionais de Potencial Construtivo) foi comprada, ou seja, possibilitou-se que o empresário obtivesse a viabilização para construir mais andares. Embora o governo de Paes afirme que a compra tenha sido realizada pela iniciativa privada em sua maior parte, na verdade foi feita com dinheiro do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), da Caixa Econômica Federal, dinheiro público. Essa negociação gerou um grande prejuízo para a Caixa Econômica.

Entre as principais intervenções da Zona Portuária, houve a retirada da Perimetral, a abertura da Praça XV, a criação do Museu do Amanhã e o MAR, do VLT³⁶ entre outras. Por exemplo, a Praça Mauá, um lugar abandonado, onde havia um terminal rodoviário, hoje se chama Boulevard Olímpico. Conta com os museus do MAR e do Amanhã, e é bem frequentado. As mudanças se relacionam não só ao aspecto estético, mas também a uma nova dinâmica de aproveitamento do espaço.

Entretanto, apesar de toda a Zona Portuária ter sido revitalizada através do Projeto “Porto Maravilha”, a opinião de muitos moradores coincide com o pensamento e com as declarações de Cosme Felippsen:

Eu acho bonito, mas em cima do que aquele aí foi construído? Foi em cima da população. O projeto do Porto Maravilha que se aplicou aqui foi sem nenhuma participação popular. Eles usaram esses megaeventos para poder barganhar e comercializar de todas as formas com as imobiliárias, as construtoras. Dizem que tem que se fazer obras, e isso para gerar muito roubo. Então pra mim são poucas coisas boas que eu posso tirar dessa estória toda. Como por exemplo na Zona Portuária que melhorou a paisagem de certos espaços. Mas a questão da mobilidade urbana aqui não melhorou. Piorou na verdade. [...] No geral, isso foi mais maléfico para a gente, e hoje o estado do Rio de Janeiro está quebrado, com vários governadores presos como Garotinho, Cabral e Pezão (FELIPPSSEN, 2019).

Na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, ganhou destaque a descoberta do Cais do Valongo³⁷, o único vestígio material da chegada dos africanos escravizados no Brasil (denominado, em 1843, Cais da Imperatriz), durante as escavações na Zona Portuária para a construção do Porto Maravilha. O cais por onde desembarcaram por volta de um milhão de escravizados³⁸, revelado durante as escavações para implementação de cabos e tubulações, representa o passado escravocrata, a relação colonial, os símbolos que contrastam com o Rio do Boulevard Olímpico.

Sobre esse contexto histórico, faz-se relevante indicar que a palavra Valongo é oriunda de Varilongo. O jardim suspenso do Valongo foi construído no início do século passado por Pereira Passos, cuja ideia era abrir espaços parecidos com os da França, com estética europeia, mas com inserção de algumas imagens gregas ali que nada dialogavam

³⁶ Vide o Apêndice E, Figuras A3 e A4 (VLT).

³⁷ Vide o Apêndice E, Figura A7: Cais do Valongo.

³⁸ O Cais do Valongo representa o Brasil como o lugar em que mais desembarcaram africanos escravizados no mundo entre os séculos 16 e 19: cerca de 5,5 milhões, ou 40% do total. Ao Rio chegaram quase 3 milhões. E à região do Valongo, perto de 1 milhão. Em 1843, o cais foi reformado para o desembarque da princesa Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias, que viria a se casar com o imperador Dom Pedro II. O atracadouro passou então a chamar-se Cais da Imperatriz.

com o que aconteceu aqui. O Cais se encontra na rua Camerino, onde no período escravocrata eram vendidos acessórios para escravidão, como correntes e chicotes, e também o corpo preto. Segundo historiadores, em torno de um milhão de africanos escravizados chegaram no Cais do Valongo e eram comercializados nessa região.

O Cais do Valongo foi fundado em 1811, para receber esses escravizados africanos. Em 1843, foi reformulado para ser o Cais da Imperatriz Maria Cecília. Ali existem dois níveis: o nível de baixo, com a pedra pé de moleque, é onde os escravizados pisavam; o de cima, com a pedra portuguesa, caracterizada por ser mais trabalhada e mais polida, é onde pisava a Imperatriz e toda a classe nobre e aristocrata.

O Brasil, último país a abolir a escravidão, escravizou por volta de cinco milhões de pessoas³⁹. Pelo Rio de Janeiro passou um número significativo de pessoas escravizadas; portanto, é significativa a participação histórica do cais do Valongo na chegada e comércio dos escravos africanos ao Rio de Janeiro.

Os escravos que não forem vendidos não sairão do Valongo nem mortos (MARQUÊS DE LAVRADIO in PEREIRA, 2007).

Nas proximidades do Valongo, as escavações revelaram as áreas onde os corpos de negros mortos nas viagens eram despejados em valas comuns e rasas, o chamado Cemitério dos Pretos Novos (até então poucos registros apontavam com incerteza a localização desse sítio).

O cemitério destinava-se ao sepultamento dos pretos novos, isto é, dos escravos que morriam após a entrada dos navios na Baía de Guanabara ou imediatamente depois do desembarque, antes de serem vendidos. Ele funcionou de 1772 a 1830, no Valongo, faixa do litoral carioca que ia da Prainha à Gamboa. Funcionara antes no Largo de Santa Rita, em plena cidade, próximo de onde também se localizava o mercado de escravos recém-chegados. O vice-rei, marquês do Lavradio, diante dos enormes inconvenientes da localização inicial, ordenou que mercado e cemitério fossem transferidos para o Valongo, área então localizada fora dos limites da cidade. O Valongo entrou, então, para a história da cidade como um local de horrores. Nele, os escravos que sobreviviam à viagem transatlântica recebiam o passaporte para a senzala. Os que não sobreviviam tinham seus corpos submetidos a enterro degradante. Para todos, era o cenário tétrico do comércio de carne humana (CARVALHO, 2007).

Desde a descoberta do sítio arqueológico, em 1996, a família Guimarães dos Anjos vinha recebendo visita pública em sua residência. Além de indicar os locais

³⁹ Vide o Apêndice E, Figura A8: Trata de escravos negros no Rio de Janeiro.

onde foram encontrados os vestígios humanos, os proprietários do imóvel constituíram uma rede de troca de saberes e conhecimentos entre pesquisadores e indivíduos do movimento afro-brasileiro. No ano de 2011, foi idealizada a exposição permanente do Museu Memorial Pretos Novos, por meio da qual, pela primeira vez, os visitantes puderam ver o minucioso trabalho realizado pelos arqueólogos nos poços de sondagem, que contextualizam a brutalidade das atividades funerárias aplicadas aos corpos dos africanos recém-chegados ao Rio de Janeiro.

No meio deste espaço (de 50 braças) havia um monte de terra da qual, aqui e acolá, saíam restos de cadáveres descobertos pela chuva” (G.W.FREIREYSS).

Em 2017, o projeto de renovação do Museu Memorial Pretos Novos foi contemplado com o quarto Prêmio Nacional de Expressões Culturais Afro-Brasileiras – categoria Preservação e Difusão do Patrimônio Cultural e Histórico – o qual remonta à exposição permanente com informações atualizadas sobre as pesquisas realizadas a partir da última investigação arqueológica, quando foi possível observar o primeiro esqueleto inteiro encontrado no cemitério, desde a sua descoberta. Em 2005, foi criado o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, após o achado fortuito do Cemitério dos Pretos Novos, necrópole destinada a escravos recém-chegados no mercado do Valongo.

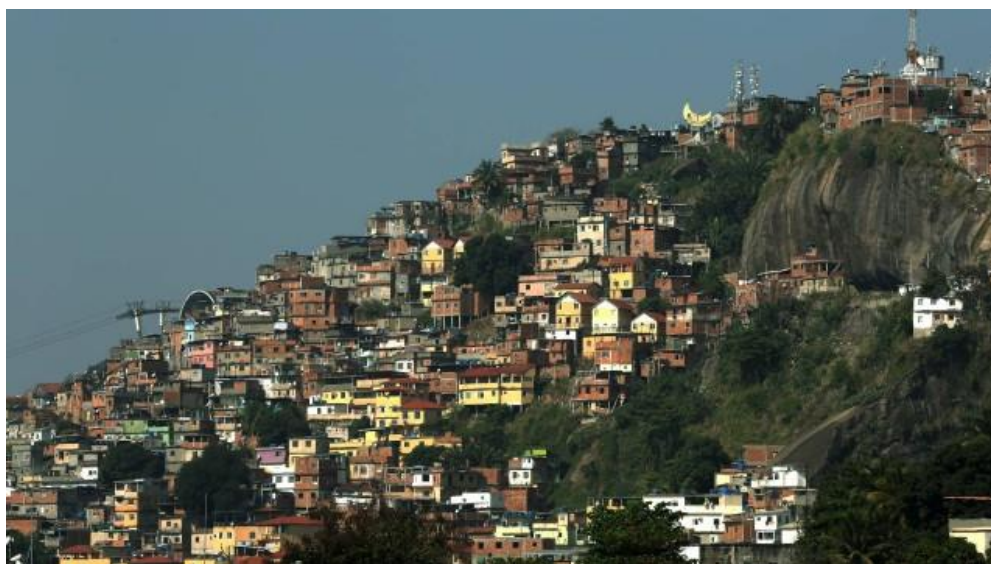
Salienta-se que o Instituto de Pesquisa e Memória é uma organização não-governamental, apartidária e sem fins lucrativos, que tem por missão pesquisar, estudar, investigar e preservar o patrimônio material e imaterial africano e afro-brasileiro, com ênfase ao sítio histórico e arqueológico do Cemitério dos Pretos Novos, com a finalidade de valorizar a memória e identidade cultural brasileira em diáspora. No entanto, com o Cemitério dos Pretos Novos novamente encoberto por cimento e asfalto, temos o VLT que desliza silencioso (CARVALHO, A., 2019).

4,8,4 Morro da Providência: remoções e resistência

A Providência é um morro situado na zona portuária da cidade carioca, no bairro da Gamboa. O seu surgimento deve-se à ocupação por parte dos soldados e dos outros remanescentes que sobreviveram à Guerra de Canudos, na Bahia, os quais viram as promessas de poder habitar o morro caso vencessem a guerra não cumpridas;

consequentemente, ocuparam o morro em 1897. Um grupo da Igreja Católica, chamado de “Divina Providência”, tinha também terras no local, justificando o nome de Morro da Providência.

Figura 4,34: Morro da Providência e teleférico



Fonte: O autor, 2019

A Providência começou a ser chamada de favela, termo este derivado de uma planta originária do bioma da caatinga, no nordeste brasileiro, muito provavelmente em razão de na cidade de Canudos existir um morro onde essa planta cobria toda a área. Inicialmente o Morro da Providência começou a ser habitado também por pessoas abandonadas pelo Estado que, depois da abolição da escravatura, ficaram sem ter para onde ir e, por isso, muitos se direcionaram para a Providência, a primeira favela do Rio de Janeiro. Em 1893, depois que o ex-prefeito Barata Ribeiro destruiu um cortiço chamado Cabeça de Porco, as pessoas também começaram a subir o morro da Providência.

Apesar de ser uma favela do Centro do Rio e estar perto de muitas áreas de trabalho e lazer, bem como ter proximidade com a zona sul, o Morro da Providência, tem um dos piores índices de desemprego. Segundo pesquisa realizada entre 16 favelas em 2012, apresenta o maior número de jovens que não trabalham, não estudam e não têm perspectivas de vida; com o menor acesso à internet e a equipamentos culturais, por exemplo cinema e teatro; além de menor renda *per capita*.

Outro tema destacado por Cosme Felippsen, que trabalha como guia de turismo no “Rolê dos Favelados”, um circuito dentro do Morro da Providência, é a segurança pública. Como os moradores no Morro da Providência não têm creche, posto de saúde ou escola precisam descer o morro para ter esses serviços. Em contraposição, há uma sede de comando da UPP com mais de 200 policiais. Assim, evidencia-se que o Estado só se insere na favela de “mãos armadas”. A entrada da UPP na favela tinha por objetivo acabar com as drogas, o que não ocorreu.

Ainda de acordo com Cosme Felippsen, o estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura enxergam a favela meramente como um território periférico, um território favelado, de pobres, onde existe uma guerra à pobreza e à população, e não uma guerra contra as drogas. Uma guerra à população que é basicamente preta, atingindo amigos e parentes.

Nesse sentido, vale ressaltar seu dramático depoimento:

Em 2010 perdi o meu irmão com 17 anos quando a UPP chegou no Morro da Providência, foi assassinado pela polícia militar. Em 2017 também o meu sobrinho com 17 anos, foi assassinado pelas costas pela polícia militar, ninguém socorreu, foi colocado num lençol e arrastado pela favela. Então na favela é onde se dá essa violência bruta contra supostamente as drogas (FELIPPSSEN, 2019).

No âmbito do projeto “Morar Carioca”, a intenção da Prefeitura seria remover 836 famílias do Morro da Providência. Dessas famílias, 531 estariam em área de risco e 305 estavam interferindo nas obras (FASE, 2016). Grande parte dos moradores apresentou resistência e conseguiram conter parte das remoções, que atingiu 200 famílias. Algumas famílias receberam indenização, enquanto outras foram se mudaram para outras regiões e uma parcela recebe ajuda do aluguel social. Essas esperam ainda por habitações. Os valores das indenizações não foram considerados justos, pois não representam sequer o investimento realizado no antigo imóvel. Por exemplo, algumas indenizações foram de 11 mil reais. Em novembro de 2012, os moradores conseguiram uma liminar que suspendeu as obras no Morro da Providência.

A luta foi feita com o apoio de coletivos, grupos militantes, parlamentares, organizações sociais, pesquisadores, defensores públicos e, em particular, com a Comissão de Moradores que participava do Fórum Comunitário do Porto. Essa comissão constitui o nosso grupo focal de pesquisa: Márcia Regina de Deus, Eliete Leite de Oliveira, Ebenezer de Souza Leite, Alessandra Marinho, Roberto Leite Marinho, Eron Cesar dos Santos, Hilda Luiz Gonçalves e Cosme Felippsen.

Ainda acerca dessas remoções, Cosme Felippsen relata que, durante a época das remoções, antes da realização dos Jogos Olímpicos, os funcionários da Prefeitura do Rio de Janeiro marcavam as casas com a sigla SMH, Secretaria Municipal de Habitação. Ironicamente, os moradores diziam que a sigla, a qual representava simbolicamente a Secretaria de Remoção, simbolizava “Sai na Mesma Hora” ou “Sai do Morro Hoje”.

Figura 4,35: Sigla SMH na porta dos moradores da Providência



Fonte: FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO, 2012

A política de cooptação da Prefeitura de Eduardo Paes ofereceu a certos moradores mais privilégios financeiros. Por esse apoio, essas pessoas não resistiram e contribuíram na remoção de outras. Foram denominadas por outros moradores como “morador cooperador”.

Ao lado da sigla SMH também era marcado um número. Isso simbolizou a remoção de 80% do morro. Os 20% restantes não conseguiriam subsistir no Morro da Providência por conta da expulsão branca, conceito relacionado ao processo de gentrificação. Tal processo acontece quando as pessoas que ali residem historicamente não conseguem subsistir e acompanhar o aumento dos valores dos imóveis e de todos os serviços prestados.

Segundo Felippsen, a liminar contra as remoções ainda existe. Isso porque as famílias que saíram deixaram para trás, além do imóvel, a região onde viviam, que constituía o próprio habitat natural e onde tinham construído laços humanos e sociais com os outros moradores e com o ambiente circunstante. Felippsen enfatiza que:

Isso foi justamente o que tentaram fazer na comunidade, para a população sair da Providência para ir para Santa Cruz que é depois de Campo Grande, e

demora duas horas para se chegar lá se o trânsito estiver bom. Agora quem mora lá tudo bem. Mas uma pessoa que é nascida e criada aqui e tem uma história aqui, e vai morar na conchinchina isso desestrutura qualquer família emocionalmente. Então teve muita gente com questão de abalo e de saúde psicológica. Tem uma vizinha minha que qualquer barulho que ela escutava achava que era a Prefeitura chegando (FELIPPSEN, 2019).

Além da população local, também alguns artistas se movimentaram para combater as remoções. Um exemplo é Vils, um artista português, que fez um projeto chamado “descascando a superfície”. Esse consistia em colocar as faces dos moradores nas casas que iam ser removidas ou que já estavam removidas. “Essa daqui é a cara do Piolho, Piolho morava aqui e a casa dele foi removida, hoje ele mora em outro lugar, mas nessa porta aqui em baixo ele faz a oficina dele” (FELIPPSEN, 2019).

Um dos efeitos mais graves e dramáticos do processo de remoções que temos constatado em todas as nossas áreas de estudo foi o abalo psicológico das pessoas.

Moramos numa cidade em que você fala de megaevento, um megaempreendimento e muita gente fica feliz, todo o mundo vibra porque os olhos do mundo vão ser virados para o Rio de Janeiro. E ao mesmo tempo que todo o mundo vira os olhos para ali, você fica sabendo que não vai participar da festa. Anunciaram a festa, mostraram o bolo imenso que um monte de gente vai comer, mas você não vai participar e além de não participar, vai ter abalo psicológico ameaçando você de sair de um lugar que você mora há mais de 50 anos. Então tenho certeza que lá na Vila Autódromo aconteceu o mesmo. Aqui na Providência gente que teve problemas de coração, pressão alta, todos esses problemas, muitos tiveram AVC, eram óbitos mais rápido por causa dessa pressão. Você acorda de manhã ou você chega em casa, você vê uma escrita em vermelho, um número e uma sigla que você não sabe o que é, e alguém fala pra você “acho que você vai ter que sair amanhã”. Isso é um choque pra você, dorme com tensão, acorda com tensão, quando não é um trator que está derrubando a casa do teu vizinho, que estão teus filhos aí sem saber para onde você vai ir. Essa falta de segurança que o favelado tem porque o favelado não tem propriedade de nada, favelado é possuidor e ocupante de território, as favelas são ocupação de território. Você não tem nada, você está ilegal. Você é uma pessoa que talvez vai receber uma indenização, então aceita isso que é melhor. Então por isso que muita gente não entra na luta porque acha que é indigno, então se eu ganhar “qualquer quebrado”, vou sair bem (FELIPPSEN, 2019).

Alessandra Marinho, outra moradora da Providência, ressalta os transtornos psicológicos e a falta de uma ajuda e de um acompanhamento: “Isso daqui é a realidade desses anos. Não tem um psicólogo para nós. Não tem uma estrutura. Se não fosse Deus sustentando a gente. E atrás de nós tem muitas pessoas que precisam de nós. Atrás dessa luta aqui tem gente doente que não pode sair da cama para lutar” (FASE, 2016). Portanto, “além do desgasto físico tem o desgasto espiritual e emocional” (FASE, 2016).

Uma das justificativas para as remoções seria a construção de um teleférico⁴⁰. Porém, esse envolveria a remoção de apenas algumas das famílias. Além disso, Eduardo Paes afirmava que essas obras não teriam relação com as Olimpíadas. De fato, o teleférico funcionou durante a Copa e parou de funcionar depois das Olimpíadas. (FELIPSEN, 2019).

Segundo relato da moradora Eliete Leite de Oliveira, a praça que era o único local onde as crianças jogavam bola, foi destruída.

Durante os megaeventos, houve facilitação para ocorrerem casos de corrupção. Mais obras significaria mais dinheiro circulando, mais empresas iriam ganhar e mais dinheiro os sujeitos envolvidos também usurpavam (SPERA, 2019). Esse foi também o pensamento em relação ao teleférico do Morro da Providência, tendo em vista não existir grande necessidade de sua construção. Outras prioridades, como o saneamento básico e o sistema de esgotos, foram desconsideradas.

Uma parte do Morro, que se chama “Pedra Lisa”, onde há 300 casas, foi considerada como área de risco. Na comunidade havia uma comissão de moradores que pertenciam ao Fórum Comunitário do Porto, iniciativa de moradores e academia universitária (UERJ e UFRJ), com a presença de engenheiros e arquitetos que discutiam sobre a Zona Portuária e ajudavam na luta contra as remoções. Sobre a formação desse Fórum Comunitário do Morro da Providência, um dos membros, Roberto Leite Marinho relata que:

A comissão antes era um grupinho de moradores que sentiu ameaçada a sua moradia, a sua história, a sua vida. [...] A mobilização não só trouxe essa visão para a gente, mas criou ferramentas para que a gente pudesse ir além da favela, para buscar toda essa visibilidade e tentar colocar para fora aquilo que só o morro via. Só a favela via a história da remoção. E aí começaram a vir estudantes, professores, pesquisadores. A questão da remoção foi além do Brasil. Ela conseguiu chegar na Finlândia, na Rússia, na França, em muitos lugares, mas não conseguia alcançar o Brasil, o Rio de Janeiro. As pessoas de fora achavam que os projetos “Morar Carioca” e “Porto Maravilha” eram os melhores dos projetos. E daí a gente começou a fazer reuniões, eventos, começamos a nos organizar (FASE, 2016).

Enquanto o laudo da Prefeitura fazia afirmava que o lugar estava em risco, os moradores, junto com a comissão, com os seus arquitetos e engenheiros fizeram um contralaudo e finalmente avaliaram que não era necessário retirar as 300 casas, mas

⁴⁰ Vide o Apêndice E, Figura A24: Teleférico parado do Morro da Providência.

somente 16. Sobre essa luta contra a prefeitura por parte dos moradores, Alessandra Marinho ressalta de forma emblemática:

Não enfrentamos a mão do Estado. A mão do estado que se tornou bandida. Uma mão que tem ameaçado a nossa vida. Eu realmente não tenho medo de falar. Falei para Eduardo Paes: “Se eu morrer amanhã, saiba que foi por causa de você.” A gente está brigando com gente poderosa. Isso daqui não é brincadeira. Eu me sinto como se estivesse numa guerra, para sustentar e salvar a minha família. Eu não tenho mais nada a perder (FASE, 2016).

A Defensória Pública do estado do Rio de Janeiro obteve na justiça um mandato de paralisação das obras. Colocou-se em questão a falta do estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e também do Relatório de Impacto no Meio Ambiente (RIMA), bem como o fato de os moradores não terem sido consultados para a implementação do projeto e a execução das obras (AMBIENTE LEGAL, 2016).

Portanto, baseando-nos na *Social Exchange Theory* de Gursoy (2006), podemos afirmar que a não-aceitação das transformações territoriais da prefeitura em vista dos megaeventos por parte dos moradores, deriva da análise custos-benefícios que a população local fez e também do não envolvimento dos moradores no processo de decisão. Pois, assim como afirma um dos moradores, Roberto Leite Marinho:

A gente não é contra a nenhuma intervenção que venha trazer um benefício para nós. Como é que eu posso dar algo para alguém se não sei o que essa pessoa quer? A participação portanto seria o começo de tudo (FASE, 2016).

*Podem me prender
Podem me bater
Podem, até deixar-me sem
comer
Que eu não mudo de
opinião
Daqui do morro
Eu não saio, não
Se não tem água
Eu furo um poço
Se não tem carne
Eu compro um osso
E ponho na sopa
E deixa andar
Fale de mim quem quiser
falar
Aqui eu não pago aluguel
Se eu morrer amanhã, seu
doutor
Estou pertinho do céu
(ZÉ KETI, 1964)*

Na Zona Portuária, segundo o depoimento de Cosme Felippsen (FELIPPSSEN, 2019), existiam muitas ocupações, a exemplo da que havia no Boulevard Olímpico. Ela foi nomeada “*Casarão Azul*”, e posteriormente removida. Outras ocupações, como o Quilombo das Guerreiras, onde seria o prédio do empresário norte-americano Donald Trump (*Trump Towers*), localizado nas docas do Rio de Janeiro, também foi removido. Essa última ocupação completava 10 anos e era ocupada principalmente por mulheres, como um movimento autônomo de liderança.

Para legitimar a chegada da polícia para a desocupação, durante a gestão de Eduardo Paes a prefeitura alegava a presença do Poder Paralelo e o tráfico de drogas. Nesse contexto, funcionários da Prefeitura abriram espaço no Quilombo das Guerreiras para outras famílias virem, mas também possibilitou a inserção de um ponto de droga, viabilizando que a polícia se colocasse de forma mais incisiva na comunidade a fim de conseguir desmontar e desmobilizar a ocupação.

Outro caso com experiência parecida, mas que ainda resiste, é o da rua Barão de São Felix, com liderança de Chiquinha. Nesse caso, embora Chiquinha tenha recebido alguns milhões para reformar o prédio, a Prefeitura conseguiu desmobilizar essa ocupação. Outrossim, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) cedeu para o movimento outra ocupação: o Quilombo da Gamboa, perto da rua Rodrigo Alves, projeto que não está sendo desenvolvido porque faz parte do “Minha Casa Minha Vida Entidades”⁴¹, distinto do já conhecido “Minha Casa Minha Vida”⁴². Tal distinção entre projetos está alicerçada no fato de a Caixa Econômica Federal⁴³ não escolher a construtora nem liderar a construção, já que é o próprio movimento que o faz, com maior participação das famílias. Vale ressaltar que o Quilombo da Gamboa sofreu e ainda sofre uma desmobilização por parte da CEDUP (Concessionária de Desenvolvimento da Zona Portuária), que trabalharam também na desmobilização do Morro da Providência.

Ao analisarmos a história do Rio de Janeiro com a formação dos primeiros cortiços e depois das favelas, sempre houve perseguição dessas comunidades por parte da

⁴¹ O Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, foi criado em 2009, com o objetivo de tornar a moradia acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos.

⁴² O Programa Minha Casa, Minha Vida é um programa de habitação federal do Brasil lançado em março de 2009 pelo Governo Lula. O PMCMV subsidia a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até 1,8 mil reais e facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até de 9 mil.

⁴³ Caixa Econômica Federal, também conhecida como Caixa é uma instituição financeira, sob a forma de empresa pública, com patrimônio próprio e autonomia administrativa com sede em Brasília, no Distrito Federal, e com filiais em todo o território nacional.

Prefeitura e do governo do estado, querendo retirá-las (SPERA, 2016). Similarmente às remoções na época dos anos 1960 e 1970, na época da Ditadura, houve remoção da Favela do Pinto e Favela do Plasmado, além de outras comunidades, especialmente na Lagoa e na Zona Sul. Tentou-se também remover a favela da Rocinha, por exemplo.

Vai, barracão
Pendurado no morro
E pedindo socorro
A cidade a seus pés
Vai, barracão
Tua voz eu escuto
Não te esqueço um minuto
Porque sei
Que tu és
Barracão de zinco
Tradição do meu país
Barracão de zinco
Pobretão, infeliz
Barracão de zinco
(ANTÔNIO e MAGALHÃES, 1953)

Roberto Leite Marinho considera que a luta do povo da Providência contra a prefeitura é “uma luta desleal”. De um lado há o Estado, com todo o seu aparato jurídico, criando leis e decretos que convêm a eles. Quem não se enquadrar nessas leis é considerado subversivo. “É uma ditadura velada e estamos numa falsa democracia” (FASE, 2016).

Para a construção do Plano Inclinado, a Prefeitura alegou ser necessário fazer inúmeras remoções. Porém, durante o trabalho de campo desta pesquisa, no Morro da Providência, revelou-se que os moradores apresentaram uma outra proposta contra o Plano Inclinado e o Teleférico. Essa proposta envolvia a construção de um elevador panorâmico que iria da Central do Brasil até a parte alta do morro, Essa opção não exigiria remoções e seria menos dispendiosa, uma vez que a opção da Prefeitura custou 75 milhões de reais.

O Teleférico começou a funcionar só na parte da manhã e posteriormente foi estendendo o período de atendimento até a noite, funcionando de 7 da manhã até 7 da noite, de segunda a sexta, e no sábado, apenas pela manhã. A passagem do teleférico no princípio seria gratuita para todos, e em seguida seria cobrada. No entanto, ele não foi utilizado pela maioria de moradores. Ele foi fechado no dia 17 de dezembro de 2016, com

a justificativa de que a manutenção deveria ser realizada. Desde o final da gestão de Eduardo Paes na prefeitura carioca, ele não voltou a funcionar.

Convém ressaltar que o teleférico do Morro da Providência é de responsabilidade da CEDUP, pois ele é municipal; já o do Complexo do Alemão, de responsabilidade estadual, está desativado desde o final de 2018.

O fechamento desses teleféricos já motivou várias reportagens, mas o Poder Público não se pronuncia. A tentativa de construção de um teleférico também na favela da Rocinha mobilizou moradores, que alegam ser prioridade o saneamento básico, assim como na Providência.

Na Providência, cumpre reiterar a não participação popular para instalação do teleférico. Tanto que uma liminar da Justiça de 2012 não apenas interrompeu as remoções como também solicitou um estudo de impacto ambiental, retirando inclusive os entulhos das casas que haviam sido removidas. Entretanto, desde 2012, a Prefeitura não cumpriu a determinação.

Conforme relatos dos moradores, o teleférico não foi feito com a finalidade de operar para a comunidade do Morro da Providência. Ele foi fruto da ânsia por somente exibi-lo para os turistas que vinham visitar o Centro, a Zona Portuária e o Morro da Providência durante os megaeventos.

Com relação à instalação do teleférico que parou de funcionar alguns meses depois das Olimpíadas, Cosme Felipssen, nascido e criado no Morro da Providência, escreveu uma poesia intitulada *Green Go*, que resume a percepção de toda a comunidade do Morro da Providência não somente sobre essa obra de mobilidade, mas sobre os abusos e as maneiras de cooptar a população local por parte dos seres hegemônicos:

Lá vem eles... "os homens branco".
Me oferecem: espelhos, pentes e outras coisas.
Mas eu não quero espelho!
Nossos espelhos são os rios, nossas cachoeiras.
Me oferecem pentes.
Pra que pente eu não quero me pentear e qual é o problema?

E quem precisa de espelhos são eles, eles sim não se veem,
não se notam, eles têm cara de pau, mas não se olham no espelho!

Lá vem eles... "os homens branco".
Me trazem teleféricos, plano inclinado e outros planos.
Mas eu não quero teleférico!
Eles sim, eles querem o teleférico!
Eles querem subir a FAVELA, MAS NÃO

QUEREM SE CANSAR.
Mas nossas vós e mães subiam com
"lata d'água na cabeça, lá vai Maria, lá vai Maria..."
Elas não tinham Kombi, carro e muito menos
TELEFÉRICO!
Mas tinha a força da FAVELA e de CANUDOS!
(FELIPPSSEN, 2019)

Figura 4,36: Teleférico para quem?



Fonte: FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO, 2018

Cosme Felippsen, morador da região, por meio de sua poesia, nos revela:

Eu estou entrando no Museu de Arte do Rio (MAR) agora, mas eu fiquei um período de tempo sem entrar no MAR e no Museu do Amanhã, porque eu tinha uma resistência. Pra mim o MAR e o AMANHÃ simbolizam a remoção da Zona Portuária, a remoção do Morro da Providência. Assim como a ponte Rio / Niterói foi construída em 1974, na época da ditadura e simbolizava o marco também daquela época da ditadura, para mim esses equipamentos aqui como o Boulevard Olímpico são a representação dos megaeventos que aconteceram. Depois desses megaeventos aconteceu o abandono dessa cidade que virou uma cidade comercial e um produto para os empresários. Depois eu quebrei esse bloqueio e cheguei nesses espaços, entendendo que esses espaços também são nossos assim como o teleférico que foi construído (FELIPPSSEN, 2019).

Durand, assim como seu mentor, Gaston Bachelard, entende a imaginação criadora como um percurso da realidade. Para ele, o saber científico e a imaginação poética apresentam um universo análogo ao mundo espiritual. Desse modo, a poesia de Felippsen nos revela também o imaginário como um processo. É um olhar mais aprofundado e complexo.

- **Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)**

O projeto do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) afetou particularmente a região da zona portuária. O VLT foi bastante criticado pelos moradores da região porque, segundo eles, apresenta inúmeros limites e desvantagens.

Consoante a opinião do professor Orlando Alves Dos Santos Júnior (SP4, 2019), podemos considerar:

1) Faltou uma discussão junto à população sobre qual seria o trajeto.

2) O modelo do VLT é baseado numa parceria público-privada (PPP). Nessa PPP, o problema refere-se à rentabilidade da tarifa paga pela empresa que opera o VLT. A Odebrecht é, ao mesmo tempo, uma das empresas que opera, e é responsável pela gestão do VLT. A diferença entre a tarifa na operação do VLT e o custo de sua operação é coberta pelo poder público. Sendo assim, a empresa não tem prejuízo. Como, o número de passageiros é inferior à necessidade requerida para cobrir o custo operacional do VLT, essa diferença é paga pela prefeitura. Por isso, esse modelo de PPP é questionado., Segundo o entendimento do SP4 (2019), seria mais interessante fazer tarifa zero, ou seja, a população poderia se deslocar de graça e o poder público cobriria a totalidade da operação, pois atualmente a tarifa só cobre 25% da operação do serviço.

3) Faltou integração da passagem com outros meios de transporte. Critica-se o fato de esse sistema de transporte que circula pela área central da cidade, frequentada e/ou habitada principalmente por uma população de baixa renda, não disponha de integração com os demais sistemas de transporte. Por exemplo, para um morador dos bairros da Saúde, da Gamboa ou do Santo Cristo é preferível andar a pé do que pagar o VLT. Preferem utilizar outro ônibus ou metrô, porque são trajetos curtos que podem fazer caminhando, conforme comprovado pelo testemunho: “O VLT não é todo o mundo que utiliza, e só é útil para quem realmente utiliza. Durante a semana no VLT você vê todo o mundo que está de terno, de gravata, são os executivos que mais utilizam” (BRITO, 2019).

De acordo com o depoimento de Cosme Felippsen:

Tinha linhas de ônibus que passavam aqui para a rua que deixaram de existir nessas regiões. Mesmo nesses dias o prefeito vai tirar o restante de ônibus que existem por aqui. Com o discurso que o VLT suprimia a demanda. Onde o ônibus passa perto do VLT ele vai tirar, e isso vai cobrar mais passagens dos trabalhadores que vêm da Baixada, que antes vinha até a Central do Brasil ou que vinha até a Cinelândia ou que vinha até algumas partes aqui do Centro, ele vai ter que descer lá perto da Rodoviária Novo Rio e pegar o VLT, para poder

ir para Cinelândia ou outros lugares e se deslocar. O VLT não está integrado, é uma passagem a mais. Então quem se beneficia de tudo isso é o empresário, as construtoras (FELIPPSEN, 2019).

Outra moradora, Cristiane de Souza Rodrigues, também reforça a opinião:

O trajeto do VLT não é útil, pra nós moradores do bairro não é útil. Antes nós tínhamos ônibus saindo daqui para a Tijuca, Ipanema, Leblon, Copacabana. Então agora só o VLT até a Cinelândia e lá tem que pegar um outro ônibus, que não está integrado, ou então nós temos que ir lá na Binário e pegar um outro ônibus. Então você imagina, nós antes tínhamos toda uma série de ônibus que podíamos pegar: 127, 172, 222, 180 etc. Então o VLT pra nós morador foi útil nada. Eu tenho um ortopedista lá na Riachuelo, então eu pegava um ônibus que me deixava na porta. Agora ou eu desço na Cinelândia e vou andando ou sou obrigada a pegar um Uber. Para nós aqui não foi muito bom. Seria melhor que os ônibus voltassem. Outra coisa é que chega a meia-noite e ele pára. Enquanto nós tínhamos ônibus 24 horas. Pra onde a gente quisesse tínhamos ônibus, hoje não temos nada disso (RODRIGUES, 2019).

Para a viabilização do VLT, também houve remoções. As obras da Prefeitura abriram um túnel em baixo da Central do Brasil. Alguns moradores, população pobre, também quiseram de antemão se beneficiar das remoções. Sabendo pela Prefeitura que o VLT passaria por determinadas zonas, surgiram em pouco tempo 200 barracos de madeira, provisórios, somente para serem indenizados.

• Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)

Como já apresentamos na primeira seção dessa Parte relativamente ao estudo de caso, as Unidades de Polícia Pacificadora não são bem vistas por todos os moradores das áreas afetadas por esse projeto. Podemos verificar pelo testemunho de Cosme Felipssen:

Desde o início ela era falida, a ideia da UPP. Só na Providência tem mais de 200 policiais das UPPs. Mas não tem creche, não tem escola, não tem médico para atender. Então se em lugar de 200 policiais, tivessem investido em educação e médicos, você vai trabalhar a questão da violência muito mais, diminuir a violência e trazer a segurança pública de verdade, sem armas, mas com educação e saúde, creche, saneamento básico. A UPP vai fazer 10 anos que está aqui. Qual é o benefício? Mortes após mortes. Polícia não traz segurança para a favela. Quando tem invasão e operação policial da polícia tem tiros, se tem tiros tem mortes. Se não tem polícia não tem tiros, se não tem polícia não tem mortes. O meu sobrinho foi morto pelo CORE, uma polícia especializada em matar. Ah então você está a favor do tráfico de drogas? Eu não sou a favor do tráfico de drogas, e nem de polícia nem nada. Quem está envolvido na favela são os varejistas de drogas, o traficante está em Ipanema solto, na Av. Atlântica em Copacabana, no Congresso Nacional, milionário. E você tem coragem de chamar o favelado de traficante? O cara que vai ganhar um salário ou dois salários para perder sua vida. Um neguinho, preto, que vai perder sua vida que

nem meu sobrinho com 17 anos. Para atender a Zona Sul que compra maconha, cocaína. Quem mora na favela desce o morro para trabalhar. Se for depender de usuários do morro para manter o comércio, não vai por que quem mora na favela é trabalhador. A gente tem que acabar com essa mentalidade que precisa de polícia e de matar para acabar com as drogas. Estão aí as drogas, está aí o aborto, estão aí um monte de coisas que a gente acha predomina, e fica dizendo que tem que acabar com isso. O Estado não está nem preocupado (FELIPPSEN, 2019).

Ainda sob a visão de Durand (1964), o imaginário é fruto de duas forças que atuam em sentido contrário. Numa possível interpretação, o Estado, através do projeto das UPPs, trouxe segurança. Já para os moradores, trouxe policiamento, armas e mortes para as favelas; o inverso daquilo que deveria ter sido levado para as comunidades. A falta de escolas ou a precária educação nessas regiões é outra constante reclamação:

Se todo o mundo que está fora da creche ou fora da escola e quiser estudar, não tem vaga para todo o mundo. Aqui tem fila de espera para creche, ensino primário, ensino médio. E você tem uma escola com uma alimentação terrível, quando falta água, falta professor, o ar condicionado não tem, faz um calor de inferno lá dentro, quem é que quer entrar nesse modelo de escola? É deseducação, não é para ensinar, é um presídio em que você entra, que lá dentro não tem nada de bom, nem a comida é boa, uma criança ou adolescente só forçadamente vai estudar nisso. Teu pai diz para estudar na vida. Mas você entra aí e vê que é um modelo competitivo, aplicam uma prova para todo o mundo responder a mesma coisa, mas cada um tem um pensamento diferente e tem formas de agir diferente, e você é obrigado a seguir aquilo aí, é agoniado, ninguém gosta de estudar. Esse ensino que está aí não é agradável, não é de qualidade. O ser humano trabalha com sentimento (FELIPPSEN, 2019).

4,8,5 Favela

Segundo Gomes (2017), a Geografia é uma apresentação do mundo. A ciência geográfica se interessa pelos métodos e técnicas que possam ajudar a caracterizar e entender o mundo (GOMES, 1997; 2017). A Geografia é responsável pela constituição de uma imagem do mundo, ao narrar a experiência do ser humano sobre a Terra. Essa ideia confirma que a imagem não pode ser entendida de maneira mimética, mas como reveladora, apresentadora e narradora do mundo. Dessa forma, a imagem dos moradores das favelas do Rio de Janeiro nos revela algo novo.

Na cidade fluminense, existem favelas planas, como o Complexo da Maré, constituído por 16 favelas, e a Vila Autódromo, que não se considerava “favela” por não ter nenhum grupo armado, nem milícia; logo, não era favela por não haver a presença do poder paralelo. Entretanto, hoje, a população deste último espaço já se reconhece como favelada devido à luta. Essa é uma outra concepção que se formou na comunidade, que percebeu uma outra dimensão. Sendo assim, não é só a questão estética que define a

favela. Sob esse aspecto, também o Morro da Conceição está sofrendo um processo de favelização, por conta dos pontos de droga, ainda que a favela possua diversas peculiaridades, como a estética, a moradia, as casas mal terminadas e a falta de um verdadeiro acesso às políticas públicas.

“Pra mim Favela é a solução que os trabalhadores e trabalhadoras deram para a sua questão de moradia” (FELIPPSSEN, 2019). Consoante à afirmação do sujeito de pesquisa, a favela tem como algumas de suas características a violência e o tráfico de drogas. Embora a sociedade, a mídia e o governo vejam a favela como um problema, para o morador, é uma solução.

Inicialmente os moradores das favelas se ajudavam pra sobreviver, uma característica que vem se perdendo porque muitos até mesmo se recusam a admitir serem moradores desses lugares. Consoante ao sujeito de pesquisa:

Existe um medo e uma fuga desse termo ‘favela’ porque há muito preconceito. Eu quando entrei na universidade, fiquei um ano sem dizer que morava no Morro da Providência. Quem mora na favela sabe que existem esses preconceitos, e quando você se identifica como favelado, logo você é discriminado. ‘Descer do morro significa subir na vida’. (FELIPPSSEN, 2019).

Sobre a constituição do mercado imobiliário na favela, Felippsen (2019) afirma que:

Na favela existem casas de 30 mil reais, 40 mil reais, depende da casa, têm casas que têm 5 quartos, e uma casa dessa pode valer 80 mil reais ou um pouco mais, mas é assim, na favela vender por esses preços é um pouco complicado. Todo o mundo é muito pobre e as pessoas demoram a vida toda para construir aquela casa, tanto é que assim como os tijolos mostram, o necessário é construir o telhado e as paredes, o resto fica para depois. Tem o vaso para defecar, tem água na cozinha, e aí entra e coloca o colchão no chão e o negócio prioritário é morar. Depois que vai embolsando, vai embelezando, vai construindo piso, então no início a casa é sem a casca e depois vai fazendo aos poucos as coisas. Muitos tijolos mostram que a prioridade é comer, é dormir. Tem gente que passa a vida toda construindo uma casa, que está morando numa favela há 40 anos, mas ainda tem coisas pra fazer na casa. Tem gente que tem o celular novo, mas o banheiro tem que reformar, cada um tem a sua prioridade.

Hoje a violência e o capitalismo convivem, num processo de turistificação da favela. Um exemplo é o “*Rolê dos favelados*”, criado por Cosme Felippsen como um instrumento para gerar uma possibilidade de visitar a favela sem uma exploração tradicional e de safaris. A respeito disso, existem diversas empresas, restaurantes e

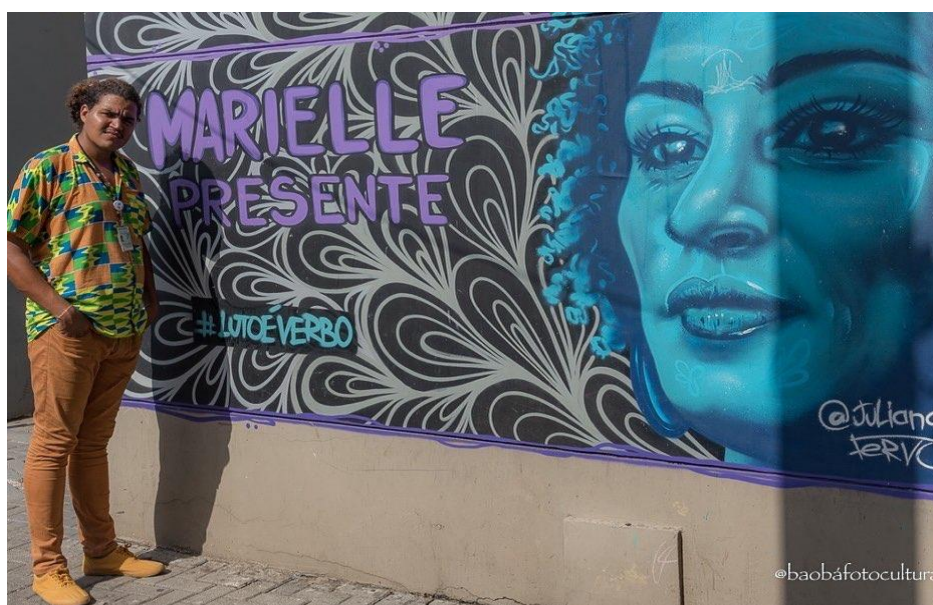
passeios turísticos, no Vidigal e em Santa Teresa, por exemplo, as quais usam o nome “favela” sem ser favelados. Isso porque virou moda e foi romantizada a ideia das favelas.

Eu estou aqui porque aqui hoje se faz necessário o meu trabalho. Eu me vejo aqui como uma peça interessante para mobilizar e trazer as pessoas para a favela. Se é pra falar de favela, que seja a partir de um favelado (FELIPPSSEN, 2019).

O *Rolê dos Favelados* já alcançou mais de 2000 pessoas, as quais não sabiam o que era uma favela. Ouvir um favelado e uma favelada, na sua comunidade, como dar sentidos e significados, tentando justificar a existência do mundo e dos seus elementos. Tudo isso junto leva à criação de um processo de onde vão se revelando os símbolos, os arquétipos, as imagens e os mitos que vão compondo um imaginário (DURAND, 1964).

Faz-se necessário ressaltar que boa parte dos moradores da favela são pessoas que moram ali porque necessitam. Porém, se houver a oportunidade de sair, muitos não o farão em razão dos laços criados.

Figura 4,37: Cosme Felippsen com grafite de Marielle Franco



Fonte: BAOBÁFOTOCULTURA, 2019

Segundo a percepção de Roberto Leite Marinho, habitante da Providência, a favela e o seu surgimento contêm uma história muito longa e rica e apenas os moradores desses territórios percebem isso:

Antigamente transformamos os barracos de pau a pique, os barracos de zinco, o barraco de madeira, em alvenaria e telhado. Os que puderam depois passaram em alvenaria e lage. E assim foi se transformando a favela de época em época. Quem construiu essa favela fomos nós. Além das estruturas existe um valor emocional, sentimental, valor de patrimônio, ou seja, a favela é um patrimônio nosso (FASE, 2016).

Conforme o imaginário de Eron César dos Santos, morador da Providência:

Morar na favela é justamente isso. É viver. E o querer fazer dessa favela um ambiente que eu vou deixar também para o meu filho. E para os filhos dos meus vizinhos também. Eles não devem ser uns excluídos sociais. “Ah coitadinho mora na favela. É um favelado. Não.”. Eu nasci no Morro da Favela. Hoje moro no Morro da Providência. Mas sou cidadão como qualquer outro, de qualquer lugar. Eu gosto de escrever, eu gosto de contar minhas histórias. Tem histórias do folclore local que só tem aqui dentro da Providência, não tem em outros lugares. A história não é somente aquela da cidade. A história é nossa também, da favela (FASE, 2016).

Roberto Leite Marinho revela como “As pessoas perguntam mas você não quer sair da favela? A favela não é a estrutura, é a nossa história! A história de escravos, afrodescendentes e nordestinos que vieram para cá. Os nossos avôs” (FASE, 2016).

Segundo Santos (2004), este aspecto evidencia “uma integração orgânica com o território dos pobres e o seu conteúdo humano. Daí a expressividade dos seus símbolos, manifestados na fala, na música e na riqueza das formas de intercurso e solidariedade entre as pessoas” (SANTOS, 2004, p. 71).

A favela do Morro da Providência tem no futuro ainda muitos desafios:

A gente tem que resistir, não pode ficar parado. Fazer um grande trabalho de base com a comunidade, independentemente do governo. Fazer trabalhos em formiga como os nossos grupos de mobilização. O governo e a mídia fazem um trabalho bilionário para manipular as pessoas. Eu acho que hoje tem um grande número de gente com os olhos abertos que se a gente se unir a gente consegue alcançar e dobrar essa meta (FELIPPSEN, 2019)

4,8,6 Algumas considerações sobre essa história compartilhada

Podemos afirmar que os negros da sociedade atual brasileira ainda passam por um processo de segregação, sofrendo as consequências de séculos de opressão. A discriminação é visível, com significativa intensidade principalmente nas regiões mais

afetadas pela pobreza. Quando se abordam conceitos como cor, etnia, origem e valores sociais, a exemplo da educação, das oportunidades de trabalho, da especialização e da qualificação profissional, podemos perceber que ainda há muito a ser encaminhado sob a ótica da diferença racial.

As oportunidades e possibilidades dos negros são menores porque as dificuldades familiares e de origem são maiores se comparadas com o resto da população. Por exemplo, nas áreas periféricas das cidades é onde há mais presença de pessoas negras e mestiças, sendo ao mesmo tempo as pessoas mais pobres. Hoje em dia, mediante a mistura das raças, é preciso considerar que também os mestiços, os morenos, os pardos ou também os chamados mais vulgarmente de mulatos, assim como algumas pessoas de pele branca com os traços familiares ainda de origem negra carregam esse mesmo fardo histórico do negro, morando nos lugares mais pobres e desfavorecidos. Em muitos casos, sobretudo na região Nordeste, os negros se misturaram com os índios, criando uma nova raça mestiça: os cafuzos, aumentando ainda mais a discriminação.

No Brasil, muitos negros moram afastados dos centros das cidades, nas periferias ou, no caso nordestino, no interior do Brasil, no sertão. Eles enfrentam dificuldades, limitações, de uma vida precária. Por terem na maioria uma precária formação, os negros e os pardos prestam serviços domésticos, serviços braçais, são mal remunerados e submetidos praticamente a uma escravidão moderna.

Embora a escravidão tenha sido abolida oficialmente no dia 13 de maio de 1888, pela assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, a partir de um dispositivo legal de apenas dois parágrafos, ela ainda não foi superada. Na realidade, permanece visível em muitos aspectos da sociedade moderna brasileira. A opressão pelos grupos brancos, especialmente na política e na administração e gestão do território e das cidades, é uma ilustração disso. Nas Câmaras Municipais, bem como nos pórticos das Prefeituras, raríssimas vezes podemos encontrar um negro como representante e participante dessa elite. O paradoxo é que os negros, apesar dessa discriminação, submissão e escravidão moderna, elegem os brancos.

No âmbito da vida acadêmica, da formação nas escolas e nas instituições de ensino superior, temos visto a introdução de cotas para um maior acesso dos negros e dos pardos. Isso constitui um grande auxílio, mas não premia os que têm capacidades e méritos. Sem considerar que frequentemente o processo de atribuição das cotas é manipulado e não é universal, sendo manuseado pelos interesses de quem está na administração e na governança. Apesar das cotas, o maior contingente de alunos nas universidades é branco.

A escola tem o papel de instruir, educar e estimular o pensamento, independentemente da raça, da nacionalidade ou da renda familiar do indivíduo.

Mediante a “mitodologia” de Gilbert Durand, aplicamos tanto a mitocrítica, por meio do estudo e da revisão da obra *Ganga Zumba*, de José Felício dos Santos, bem como a mitanálise, isto é, a análise do mito que retorna do passado e se reflete no contexto atual. Consideramos que a luta e a resistência dos afrodescendentes ainda é muito forte e continua no Brasil, sobretudo em uma cidade como o Rio de Janeiro, onde as desigualdades e os problemas socio-territoriais são muito relevantes.

Assim como Ganga Zumba e Zumbi dos Palmares eram considerados os líderes espirituais do Quilombo dos Palmares, hoje em dia, na realidade atual do Rio de Janeiro, Cosme Felippsen e os outros líderes que pertencem ao Fórum Comunitário, encarnam plenamente os mesmos valores de tenacidade, luta, resistência e persistência. Valores e características que atualmente pertencem aos negros afrodescendentes das favelas e, em particular, do Morro da Providência, lugar onde Cosme Felippsen e os outros residentes moram e tornaram-se líderes comunitários por meio do seu ativismo social.

No paralelismo criado entre os heróis do Quilombo dos Palmares como Ganga Zumba, Zumbi e Acotirene, entre outros, e as lideranças dos moradores do Morro da Providência como a Comissão de Moradores que participava do Fórum Comunitário do Porto e Cosme Felippsen, e na análise dos dois mitos, encontramos diversos mitemas que podemos resumir no esquema arquétipo a seguir.

Tabela 4,3: Teste Arquétipo de Durand Y. aplicado ao Quilombo dos Palmares e ao Morro da Providência

Arquétipos de Yves Durand	Correspondentes na época de Ganga Zumba	Correspondentes na realidade atual do Século XXI
Algo cíclico	...	Megaeventos no Rio de Janeiro: (Jogos pan-americanos de 2007, Jogos Mundiais Militares de 2011, Taça das Confederações de 2013, Copa do Mundo de Futebol de 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, Copa América de 2019; Remoções.
Monstros (devoradores)	Colonizadores, Capitão do Mato, Feitor, Bandeirantes Paulistas, Domingos Jorge Velho.	Governo do estado; Prefeitura; COI; COB; FIFA; Teleférico; grandes empresas nacionais e multinacionais; construtoras e empreiteiras (Odebrecht e OAS), imobiliárias, etc.
Queda	Morte trágica do herói que toma um veneno para que o seu povo acreditasse na traição e na mentira do inimigo.	Remoções
Personagens (heróis)	GANGA ZUMBA; ZUMBI; ACOTIRENE	COMISSÃO DE MORADORES DO FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO; COSME FELIPPSEN
Espada	Coragem; intrepidez; sacrifício; espiritualidade, liderança, tenacidade; persistência; esperteza; Oxum	Luta; resistência; firmeza; esperança; dignidade; tenacidade; persistência; sobrevivência; Rolê dos Favelados
Refugio	Quilombo dos Palmares; Serra.	Morro da Providência
Fogo	Esperança	Luz; esperança; projetos futuros
Animal	Elemento complementar	Elemento complementar
Água	Elemento complementar	Elemento complementar

Fonte: Elaboração do autor com base no Teste Arquétipo de Yves Durand (1988)

Vale reiterar que “Palmares foi uma exceção magnífica, um fruto sublime da sede de libertação que, a par do banzo mortal, atacava os negros mais nobres entregues às contingências do cativo, apenas aportados ao Brasil, a Cuba e, ocasionalmente, a outros países americanos” (SANTOS, J.F., 2010, pp. 8-9).

Violência e violações de direitos, luta e resistência são parte de uma cidade cuja administração pública insiste em transformar em mercadoria. Na atualidade do Rio de Janeiro, o projeto de cidade mercadoria, justificado pelos megaeventos esportivos, viola inúmeros direitos. Os trabalhadores ambulantes do centro do Rio são violentamente reprimidos e perdem o direito de trabalhar. A militarização se intensifica e resulta no assassinato de jovens negros, moradores de favelas e de bairros periféricos da região metropolitana do Rio de Janeiro. Basta salientar que apenas de 2009 a 2013, segundo a Secretaria de Habitação do Rio, cerca de 20 mil famílias foram removidas (FASE, 2016). Conforme o morador Eron Cesar dos Santos:

Muita gente vem aqui hoje querendo tomar posse. Aí eu fico pensando quem vai ganhar com essa história? Tem uma parte de um samba que eu fiz que faz assim: “Antigamente o malandro saía do morro para roubar no asfalto. Hoje ele sobe no morro para roubar aqui no alto”. Se inverteram as coisas (FASE, 2016).

De um lado o indivíduo sendo conduzido em uma certa direção, e do outro lado as coerções do ambiente externo, as coerções do ambiente social e do ambiente natural. Forças atuando em direções contrárias.

QUARTA HISTÓRIA COMPARTILHADA

4,9 O CASO DA FAVELA DO METRÔ-MANGUEIRA NO BAIRRO MARACANÃ: UMA FÊNIX RENASCENDO DAS CINZAS

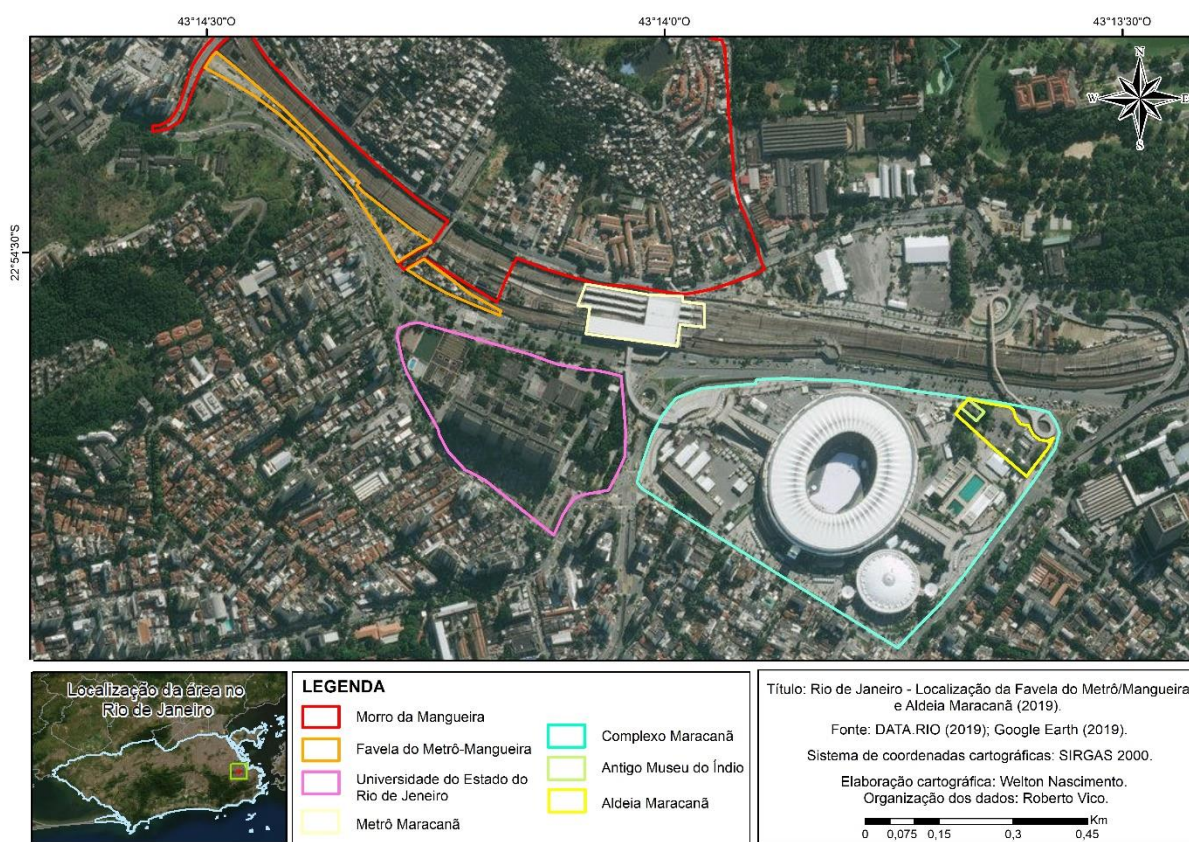
4,9,1 O que aconteceu com a Favela do Metrô?

Um outro caso emblemático dos efeitos das intervenções urbanas no Rio de Janeiro proveniente da organização dos Jogos Olímpicos de 2016 é o caso da Favela do Metrô-Mangueira. Uma área de estudo distinta, porque a antiga população desse local foi quase completamente removida de seu lugar anterior e reassentada nos condomínios pertencentes ao Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV)⁴⁴, bem como em conjuntos habitacionais de outros programas sociais.

⁴⁴ O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) é um programa de habitação federal do Brasil lançado em março de 2009 pelo Governo Lula. O PMCMV subsidia a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até 1,8 mil reais e facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até de 9 mil.

A Favela Metrô-Mangueira, que oficialmente se chama Comunidade Estação da Mangueira (ANCEMA), situa-se na base do Morro da Mangueira, no bairro do Maracanã, na zona norte do Rio de Janeiro, nas vizinhanças do estádio do Maracanã e em frente à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Originariamente ela pertencia à favela da Mangueira, mas, depois das obras para a linha do trem e do metrô, passou a destacar-se da Mangueira por causa da via-férrea e passou a chamar-se Favela do Metrô.

Figura 4,38: Aerofotocarta do Bairro Maracanã com a localização da Favela do Metrô-Mangueira



Fonte: DATA.RIO (2019); Google Earth (2019)

Conforme os dados do IBGE (2010) relativos ao censo demográfico de 2010, período anterior às remoções, existiam 573 habitações ocupadas e 1724 moradores na Favela do Metrô-Mangueira, dos quais 52,4% do sexo feminino e 47,6%, masculino. Segundo o Relatório da Missão da Relatoria do Direito à Cidade da Plataforma Dhesca (2011), a Favela do Metrô-Mangueira existe há aproximadamente 40 anos e a maioria dessas famílias nordestinas chegou na cidade carioca no início dos anos 1980, pois os homens trabalhavam nas obras do Metrô-Rio e começaram a morar perto do local de

trabalho, estabelecendo-se, portanto, naquele lugar. Essas famílias permaneceram naquele local por mais de 35 anos. Embora o local não apresentasse boas condições para morar, não se pagava nem o aluguel, nem as despesas de energia, água e coleta de lixo. 667 Famílias, em sua maior parte formada por nordestinos, habitaram o local.

Quando a Prefeitura do Rio de Janeiro confirmou acolher os megaeventos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, houve a remoção dessas famílias. O pretexto foi a construção de um grande estacionamento para o estádio Mário Filho, mais conhecido como Maracanã, situado nas proximidades. Além do estacionamento, haveria ainda a realização de um pólo automotivo. No entanto, esse projeto inicial da Prefeitura ainda não se realizou.

Segundo o blog “*Rio on Watch* – Relatos das Favelas Cariocas”:

Antes de 2010, os moradores do Metrô-Mangueira, favela próxima ao estádio Maracanã na Zona Norte do Rio, foram abordados por supostos funcionários da prefeitura com a alegação que estavam no local para colher dados de quem precisava do Bolsa Família⁴⁵. Ansiosos para receber assistência, muitos moradores da comunidade “se inscreveram, dando suas informações pessoais para os ‘assistentes sociais’”. Mal sabiam eles que essa missão de coleta de informações não era para o propósito de registrar famílias para o programa federal; em vez disso, o processo de inscrição iniciaria um período de vários anos de remoção em massa da comunidade. Segundo a prefeitura, nos quatro anos seguintes, 685 famílias foram removidas do Metrô-Mangueira. Quase imediatamente após o início das pressões do governo, 108 famílias foram intimidadas a aceitar abruptamente uma mudança imediata para condomínios do Minha Casa Minha Vida (MCMV) em Cosmos e Santa Cruz, na extrema Zona Oeste do Rio, a duas horas de distância (RIO ON WATCH, 2019).

Inicialmente, assim como revela Alexandre Trevisan, um dos líderes comunitários da comunidade e nosso sujeito da pesquisa:

O prefeito Eduardo Paes não queria dar moradia para ninguém, e aí lutamos e a luta foi feia. Eles querem mandar muito longe, para Santa Cruz. O ex-presidente da Associação falava que se a gente não ia entrar em acordo e aceitar as propostas e as casas da prefeitura (longe), não iam ganhar nada, mas eu falei não, nós vamos ganhar aqui. Então brigamos e ganhamos esses apartamentos aqui na Mangueira I e na Mangueira II. Tudo isso no âmbito do projeto Minha Casa Minha Vida, e os moradores não pagam nada, só água e luz. Quem morava aqui então não ficou ninguém, todo o mundo foi para esses 700 apartamentos. Quem está agora é outra rapaziada, são outras famílias (TREVISAN, 2019).

⁴⁵ É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza

Também conforme Trevisan (2019), em 2010, aproximadamente 100 famílias foram reassentadas em Cosmos, a mais de 50 km de distância da Mangueira, na zona oeste da cidade fluminense, para um conjunto habitacional no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. Dois anos depois, 248 famílias foram realocadas num outro conjunto habitacional, sempre do Programa Minha Casa Minha Vida, mas dessa vez no próprio morro da Mangueira. Uma outra parte da população, cerca de 65 famílias, foi transferida para Triagem, situada a cerca de 6 km da Favela do Metrô, no contexto do Programa Bairro Carioca, o qual consiste numa parceria entre o governo municipal e o governo federal, complementando o Programa Minha Casa Minha Vida (OLIVEIRA, 2015). Consoante a dados da Prefeitura do Rio de Janeiro (2019), uma última parte, constituída por 248 famílias, foi realocada em 2014 no Conjunto Habitacional Mangueira II.

Observa-se que algumas famílias conseguiram permanecer nas vizinhanças da própria moradia antiga. Porém, outras foram realocadas para um local distante, causando um grande impacto no estilo e na maneira de viver destas famílias que tiveram que se reintegrar e reconstruir novos laços socioespaciais. É preciso frisar que o reassentamento de uma parte dos moradores para habitações e conjuntos habitacionais próximos foi uma vitória e uma conquista ocasionada graças à luta e mobilização da população. De fato, inicialmente a Prefeitura havia planejado transferir todos os moradores para a zona oeste do Rio de Janeiro, bem distante do bairro do Maracanã. Vale ressaltar, ainda, que um papel fundamental no apoio à luta e resistência da comunidade foi desenvolvido por instituições universitárias como a UFRJ e a UERJ, pelo Comitê Popular, bem como por voluntários, ativistas e pesquisadores.

De vez em quando eles vinham para a favela. Devido às reportagens que está tendo, alguém vinha aqui, porque estas notícias sabe o mundo inteiro. Então da mesma forma que o senhor vem, vêm várias pessoas. Todo o mundo me conhece, o pessoal da UERJ, as pessoas vêm ter comigo para fazer o que o senhor está fazendo. Eles comunicam às vezes quando vem o pessoal e traz roupa, traz alimento, distribuem para as crianças dentro da favela, e fazem ajuda à comunidade. Traz pra tirar documento. Eles nos ajudaram (sic) nesta luta para a favela continuar viva. (...) A Prefeitura queria demolir também a Associação da comunidade da Favela do Metrô-Mangueira que se chama Associação Metrô-Mangueira, mas não conseguiram por causa das ONGs e do trabalho da UERJ que lutou lá em baixo e não demoliram (CUSTÓDIO, 2019).

Tabela 4,4: Reassentamentos dos moradores da Favela do Metrô-Mangueira

ANO	MORADORES FAVELA DO METRÔ	COSMOS (60 KM DE DISTÂNCIA)	MANGUEIRA I	MANGUEIRA II	BAIRRO CARIOCA (3 KM DE DISTÂNCIA)
2010	667				
2011	561	106 famílias			
2012	313		248 famílias		
2014	313			248 famílias	
2015	0				65 famílias
2019	Reocupação				

Fonte: Adaptado de Prefeitura do RJ; Oliveira (2015); trabalho de campo (2019)

As famílias que foram reassentadas, embora tenham recebido um apartamento dentro de um conjunto habitacional com área para esporte, coleta de lixo e saneamento básico, todos os serviços que não existiam na favela, infelizmente não conseguem pagar todos os custos da nova habitação. Onde moravam anteriormente não pagavam as contas de água, energia e lixo, as quais agora são obrigados a pagar, motivo pelo qual muitos estão pensando em voltar para a comunidade ou mudar-se para outro lugar. Equivalente ao que afirma uma outra liderança comunitária, Reginaldo Custódio, mais conhecido como Naldinho: “Estes agora que se deslocaram para estes outros apartamentos não estão gostando nada. Queriam ficar aqui mesmo. Lá eles pagam condomínio, pagam água, pagam luz, o apartamento é pequeno e é feito com material precário, está tendo rachadura” (CUSTÓDIO, 2019). Muitos moradores não aceitaram ser removidos; lutaram e resistiram até o final. Segundo as palavras de Carlos Alexandre Santos, outro sujeito da pesquisa e morador da Mangueira, mais conhecido como “Paulista”: “removeram muitos moradores para Cosme, Mangueira I e Mangueira II, mas os que tinham uma casa grande e um terreno não aceitaram ser removidos para ir para um apartamento pequeno com 2 quatinhos só” (SANTOS C.A., 2019).

Além das casas, a intenção da Prefeitura era derrubar também as lojas que constituíam as oficinas de trabalho de muitos trabalhadores e mecânicos que moravam na comunidade. Havia o projeto de construção de um Polo Automotivo e com alguns boxes/oficinas de 30 metros quadrados. Alexandre Trevisan reclama:

Depois das casas eles queriam derrubar as lojas, derrubaram o ferro velho, botamos na justiça, o advogado cobrou 60 mil reais, ganhamos na primeira instância, ganhamos na segunda, aí na terceira a gente saiu. Agora estamos esperando pra ver o que vai acontecer. O prefeito veio com o projeto de 30

milhões para cá, mas não precisa do projeto de 30 milhões, aqui a gente só quer as lojas para trabalhar. Fizeram umas lojas de 30 metros quadrados sem consultar ninguém para saber se iam bem, o meu estoque lá encima é de 700 metros quadrados, o que vou fazer com 30 metros quadrados? Têm muitas lojas aqui que são gigantescas, o que vamos fazer com 30 metros quadrados? Eles falaram, vocês que tem lojas maiores, a gente vai dar 3 box ou 4 box pra vocês. E estamos assim até hoje, lutando. A luta não acabou não. A ideia deles era de fazer um Pólo Automotivo, o projeto era derrubar as lojas todas e fazer esse Pólo Automotivo (TREVISAN, 2019).

Figura 4,39: Os boxes abandonados construídos pela Prefeitura



Fonte: O autor, 2019

Figura 4,40: Naldinho mostrando os boxes abandonados



Fonte: O autor, 2019

Cumpramos perceber como emblemático o depoimento do líder comunitário, Alexandre Trevisan, que relata como a resistência contra as contínuas intimidações por

parte da Prefeitura foi realmente forte, com ocorrência de ameaças e contra-ameaças, chegando até a cogitação de morte:

A Prefeitura começou antes a ameaçar, chegou o Subprefeito, baixinho moreninho, André, ameaçando, e eu ameacei ele “André, eu conheço a tua família toda”, comecei a falar o nome da família dele, você vai quebrar a minha loja, eu vou te prejudicar, mas se você me ajudar eu vou lhe ajudar. Assim ele começou a mudar. Depois veio outro no lugar dele, o Amacim, ele queria derrubar 7 lojas, derrubaram antes o Ferro Velho e falaram que iriam vir no dia seguinte. Então eu mandei furar os pneus todos dos carros deles. Então entramos na justiça, comigo veio também o Ratinho (dono de uma grande oficina). A gente derruba tua liminar, quebra a loja de você de madrugada. Eu falei primeiro a morrer vai ser você e depois Eduardo Paes, você que é o primeiro que negocia e vai ser o primeiro a morrer. Eu nunca matei ninguém e nunca vou matar ninguém. Botaram veneno na gente e eu vou botar neles. Se você abaixar a cabeça é complicado. Então tem que ameaçar também. Vai quebrar, vou te matar! Mentira, não vou matar ninguém. Se eu não o ameaçava, se eu não botava na justiça, isso daqui estava tudo no chão (TREVISAN, 2019).

Ademais, o filho de Alexandre, Carlos Alexandre Santos, mais conhecido como “Paulista da Mangueira”, quis deixar o próprio depoimento, cujo conteúdo é a descrição de como foi dramática a luta:

Foi como uma bomba nuclear. Investiram milhões aqui do lado, mas não olharam para o outro lado, para a comunidade carente e sofrida. Vieram com a força, demoliram algumas casas, retiraram famílias de moradores, foi violento. Não houve conversa. Eles já vieram daquele jeito. Não respeitaram os direitos da comunidade. Muitas lágrimas caíram, muitos gritos de mulheres e de mães se ouviam, crianças desesperadas, o *spray* de pimenta voando pelo ar ardendo os olhos das crianças e das mães. Lembro de uma mãe que saiu para acompanhar os filhos na creche e quando voltou a casa estava toda quebrada. A polícia do Rio de Janeiro é a polícia mais corrupta que tem no Brasil, é uma polícia suja. Então eles vêm com aquela autoridade toda ameaçando os moradores, ameaçando os trabalhadores, furtando coisas de moradores, chegaram a saquear algumas casas quebradas. Nós tivemos que lutar pelos nossos direitos de moradia, e até hoje estamos lutando (SANTOS C., 2019).

Hoje em dia, uma parte da comunidade Metrô-Mangueira está sendo convertida num Polo Automotivo denominado Polo Automotivo Mangueira, com toda uma série de lojas, oficinas, comércios e serviços para o setor automotivo e automobilístico. Trata-se na verdade de um projeto de expansão desse setor, tendo em vista que a comunidade já constituía um lugar conhecido para usuários que tinham problemas de carro e que chegavam no local para o conserto. Fato esse comprovado pelo testemunho a seguir: “Lá em cima eles fizeram um polo, queriam tirar a oficina daqui e botar lá em cima. Queriam botar nós lá, em baixo do viaduto, lá em cima a 1 km. Um polo assim, tipo umas casinhas pequenas, mas não tem lógica. A oficina é do meu padrinho!” (CUSTÓDIO, 2019).

A Prefeitura quis remover quase toda a comunidade alegando o motivo que aquela área era considerada área de risco devido à linha férrea. Porém, na prática, tratava-se somente de uma desculpa para poder remover a favela que ficava perto do estádio Maracanã e incomodava os interesses da expansão do capital naquela região. Além disso, havia o desejo de não querer mostrar ao mundo todo, que observava durante os megaeventos, que ali perto do estádio existiam favelas e condições humanas, bem como sociais, caracterizadas pela decadência.

Outrossim, como aconteceu em todo o Rio de Janeiro, as intervenções urbanas para a realização de projetos e obras para as melhorias urbanas no âmbito dos megaeventos estimulou a elevada corrupção e a vontade de querer lucrar mediante obras sobredimensionadas e sobreavaliadas. Tanto por parte da Prefeitura, por meio do seu representante principal, que na época era o prefeito Eduardo Paes, como também por pessoas que se associavam e colaboravam com eles, como o Presidente da Associação de Moradores. Sobre isso, é significativo o relato de Alexandre Trevisan que viu e viveu todo esse escândalo:

O próprio defensor que era pra defender o pessoal aqui parece que estava do lado da Prefeitura. A gente não entendia nada, e isso por causa de dinheiro, o Eduardo Paes estava com muito dinheiro. Você vê agora, prenderam 7 milhões dele, aí deu ataque do coração. Para as obras roubaram muito dinheiro. Falaram que gastaram para as obras do Metrô-Mangureira 926 mil. Eu sei que não gastaram isso, não gastaram nem 200 mil. As empresas que trabalhavam nem eram da Prefeitura, eram todos terceirizados, eram empresas de São Gonçalo, ninguém tinha carteira assinada. Os caras da Prefeitura todos corruptos. Trabalhavam uma horinha e enrolavam o dia todo. Tinha um cara dormindo na escavadeira. É muita sacanagem, entendeu. Tomara que nunca mais venham aqui (TREVISAN, 2019).

De acordo com o Dossiê do Comitê Popular da Copa (2012) e Oliveira (2015), as remoções aconteceram de maneira irregular e arbitrária, pois:

O procedimento jurídico não considerou os ocupantes dos terrenos. Entretanto, eles deveriam ser considerados titulares do bem, já que estavam ali há mais de cinco anos sem contestação do Poder Público ou dos proprietários legítimos. Como não havia ‘donos’, a Prefeitura pôde então fazer a transferência dos terrenos para a sua posse pagando apenas 80% do valor do imóvel em juízo (OLIVEIRA, 2015, pp. 55-56).

Antes das demolições, a comunidade não estava em área de risco, como alegava a Prefeitura. Porém, após começarem a derrubar as habitações, o ambiente se tornou insalubre, com escombros, lixo, falta de higiene. Com isso, as doenças se propagavam e continuam e difundir-se rapidamente.

A demolição das 108 casas de seus vizinhos, espalhadas pela comunidade intencionalmente deixando destroços, juntamente com o corte de eletricidade, água e coleta de lixo para tornar suas vidas um inferno trouxe uma era de criminalidade, novas ocupações e riscos à saúde para a comunidade. (...) Enquanto isso, os destroços das demolições deixados pelas casas destruídas pelos tratores da prefeitura nunca foram recolhidos. E as demolições posteriores foram ainda mais grosseiras: buracos nas janelas e telhados, portas arrancadas, porém sem demolir completamente as casas. Como resultado, desde então, ocorreram três ocupações distintas no Metrô-Mangueira: as casas em ruínas ainda permanecem e continuam ocupadas (RIO ON WATCH, 2019).

Figura 4,41: Cenário de destruição depois das remoções na Favela do Metrô



Fonte: O autor (2019)

Figura 4,42: O grupo de pesquisa visitando a Favela do Metrô-Mangueira



Fonte: O autor, 2019

Hoje em dia, algumas casas que não foram derrubadas, foram invadidas e ocupadas por outros moradores. Agora a comunidade está sendo reocupada por outras pessoas. Agora todo o mundo se conhece. São pessoas que estão querendo arrumar casa, uma casinha pra morar. Mas a maioria que está aqui é toda do morro da Mangueira. Porque tinha pessoas que pagavam aluguel no morro e queriam ter uma casa própria. Ninguém trabalha. Situação precária né. Do jeito de como está o Brasil e a crise, arrumar emprego fica difícil pra caramba. Às vezes tem o pessoal da UERJ e as ONGs que fazem projeto social e ajudam em arrumar algum emprego. A maioria trabalha na lava jato de carros. A maioria são famílias, tudo daqui mesmo (CUSTÓDIO, 2019).

Evidencia-se que a nova população que ocupou a comunidade é pobre, sem recursos, morando em um cenário apocalíptico de destruição e degradação. Durante as várias visitas feitas no local no âmbito da pesquisa e do trabalho de campo, foi possível constatar a difícil situação de quem permanece na favela: crianças que brincam no meio dos escombros e do lixo; porquinhos que comem lixo e que estão todos doentes com uma cor roxa e doenças visíveis nitidamente tanto na pele dos animais, quanto no corpo todo; bem como o tráfico de drogas e do poder paralelo que continua, associado a casos de violência e criminalidade. “Eles derrubaram muitas casas e deixaram os escombros e algumas casinhas de propósito porque parece que eles gostam de bagunça. Então o pessoal que não tinha onde morar foi invadindo. Tem casas com esgoto a céu aberto, os ratos passando, e têm mais de 200 crianças” (TREVISAN, 2019).

Do depoimento e das palavras do líder comunitário, percebe-se o estado de abandono no qual permanece atualmente a Favela do Metrô-Mangueira. Não apenas a falta de vontade e de iniciativas por parte do poder público, mas também por parte da própria Associação dos Moradores que fica “lá no alto” do morro principal, o Morro da Mangueira, e que esqueceu dos seus irmãos “do lado de baixo”, da Favela do Metrô (TREVISAN, 2019).

Alexandre Trevisan, além de lutar contra a Prefeitura pelos próprios direitos e pelos direitos de toda a comunidade, por intermédio de ações na justiça, tenta também gerir e administrar algumas situações sozinho, considerando o abandono total do poder público.

Eu estou lutando para que eles dão moradia pelo menos para esse pessoal que invadiu aqui (...). Fui eu que botei água, botei 3 canos, botei portão na favela, mas muita bagunça. O presidente da Associação lá do morro não gasta nem 1 real na favela, não está fazendo nada. Então ele fica com ciúme da gente daqui, achando que a gente está pegando o lugar dele, você tem que ajudar os moradores. Meu irmão me deu um prédio em frente à UERJ e eu quero fazer um projeto social. Um projeto para as crianças: luta, aulas de matemática, gastronomia, junto também com um pessoal da UERJ. Um espaço grande para

caramba, já têm cadeiras, mesas, tem tudo. Já combinei com a professora de matemática da Mangueira que viria dar aulas. Não custa nada para a Prefeitura recuperar ou construir 200 / 300 apartamentos aqui (TREVISAN, 2019).

A história se repete, uma vez que os novos moradores da comunidade estão sendo continuamente ameaçados.

Se eles querem tirar o pessoal, eles têm que ceder alguma coisa, não dá pra botar o pessoal na rua, ou dar uma casa ou indenização. Faz um ano e pouco que a Guarda Municipal voltou de novo para tirar esse novo pessoal e botar na rua. Aí nós tacamos fogo na rua, manifestações, aí eles pararam (TREVISAN, 2019).

Atualmente, a situação está relativamente tranquila. Uma tranquilidade efêmera porque qualquer outro motivo ou pretexto vai acender de novo a chama da luta.

A luta parou um pouco por que já não tem megaevento, acabou o evento. Eles não querem mais fazer o estacionamento. Era por causa da Copa. Tanto que agora acabou o evento e eles não estão mexendo mais. Então o povo que vai assistir aos jogos estaciona em qualquer lugar. Estaciona na rua. Não tem um estacionamento próprio do Maracanã (SANTOS A.C., 2019).

Podemos afirmar, pelos relatos, depoimentos e visitas feitas, que as remoções e as realocações da comunidade do Metrô-Mangueira não ocorreram de forma correta e adequada. As autoridades não respeitaram os direitos humanos, sociais e civis da população residente. A perceptível desorganização em todo esse processo evidencia uma falta grave de planejamento e má gestão das políticas públicas de moradia na cidade carioca. Para futuras ações de reassentamento e realocação de moradores, é essencial que a Prefeitura considere o nível de renda familiar dos moradores. Esse deve ser compatível para suprir os gastos com a infraestrutura e os serviços básicos de moradia, como água, energia, saneamento básico e coleta de lixo. Devem ser considerados também outros serviços de autoafirmação social e realização das necessidades do ser humano, relativos à saúde, à educação, ao emprego, à cultura e ao lazer. Se isso não acontecer, a pobreza estrutural continuará, logo, é fundamental que existem alternativas e maneira de sustentação através de políticas públicas adequadas. Como confirma também a opinião de Oliveira:

O processo de remoção e reassentamento da comunidade do Metrô-Mangueira deixa tal problemática sócio histórica à mostra, pois as falhas, omissões e imposições no processo de diálogo do poder público com a população realocada, a alta imediata do custo de vida dos antigos favelados sem plano de readaptação orçamentária para as pessoas, a falta de escolhas e perspectivas realmente democráticas para que tal população detivesse, genuinamente, um novo e digno espaço de moradia e sua respectiva infraestrutura, dentre outros pontos já

analisados, revelam que o poder público brasileiro já escolheu os protagonistas de nossa história, o que implica direta e fatalmente a forma como são conduzidas as políticas públicas no país: por meio de privilégios escusos, segregações explícitas e uma espécie de populismo atávico o qual parece dar margem à preconceituosa concepção de que tudo o que é feito para o trabalhador pobre dispensa grande elaboração, tanto no plano estrutural quanto no intelectual e simbólico (OLIVEIRA, 2015, p. 91).

Apesar do brutal processo de remoção que sofreu, a Favela do Metrô-Mangueira continua existindo e re-existindo. A zona conta com diversos comércios, oficinas mecânicas e lojas, ainda que a polícia continue removendo, de vez em quando, os novos moradores que ocupam a favela.

Figura 4,43: As oficinas de mecânicos na entrada da Favela do metrô (1)



Fonte: O autor, 2018

Figura 4,44: As oficinas de mecânicos na entrada da Favela do metrô (2)



Fonte: O autor, 2018

Alguns moradores dos entornos da comunidade e da Mangueira circulam cotidianamente pela área para chegar às estações de trem e de metrô, enquanto outros ex-moradores tentam evitar propositalmente a Favela do Metrô, para não relembrar do trauma que sofreram durante o processo de remoção. A Prefeitura está planejando, para os próximos anos, a construção de outros condomínios nas proximidades da Favela do Metrô e da Mangueira, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, para acolher pessoas afetadas pelas remoções.

Podemos considerar a realocação feita dos indivíduos removidos para os condomínios de Mangueira I e Mangueira II um pequeno sucesso, já que, apesar das dificuldades relacionadas com o pagamento de contas de água, luz, condomínio etc., os moradores se sentem mais seguros, moram perto do lugar onde anteriormente tinham estabelecido laços sociais e possuem um melhor acesso aos serviços públicos. Infelizmente, de acordo com as informações do blog *Rio On Watch*:

A situação aponta para a ineficácia da remoção como política pública de habitação, especialmente quando implementada em conjunto com o programa federal Minha Casa Minha Vida. Tem sido demonstrado que o MCMV pode reproduzir as desigualdades sociais e a favela do Metrô-Mangueira é um caso emblemático. Em um esforço para “mudar este cenário de vulnerabilidade e oferecer condições mais dignas de vida aos moradores”, o governo, com efeito, trancou os moradores em um ciclo no qual a mobilidade ascendente é quase impossível, forçando muitos a viverem em más condições e outros a voltarem para favelas e começar de novo. Sem apoio contínuo ou recursos do governo, os moradores notaram que sua torre de água, que contém água para o Mangueira I e II e foi doada por uma parceria com o governo alemão, está em péssimo estado. Os moradores não foram treinados em manutenção ou gerenciamento. Os condomínios também têm aquecedores de água movidos a energia solar, mas o equipamento conta com a capacidade de pessoas de fora em vez dos próprios moradores. [...] Outras comunidades vivenciaram situações significativamente piores em moradias públicas sendo transferidas para a extrema Zona Oeste, longe de serviços, de suas vidas antigas e, em alguns casos, em regiões controladas por milícias. O caso Metrô-Mangueira exemplifica as dificuldades enfrentadas por moradores após a remoção, mesmo quando as autoridades garantem um “melhor cenário”. A prefeitura faria bem em cumprir suas promessas antes de iniciar a construção de novas moradias públicas na área (RIO ON WATCH, 2019).

Tudo isso evidencia mais uma vez as problemáticas e o caos urbano que reina na cidade do Rio de Janeiro. Sublinha também que há muito ainda para se fazer por parte da Prefeitura, das outras instituições e pelos próprios moradores no âmbito da governança do território, como desenvolvido na Parte II.

Nos parágrafos a seguir, desenvolvemos um paralelo entre a Favela do Metrô com o que representa simbolicamente a Fênix na mitologia. Esse paralelismo surge e ganha inspiração de uma frase derivante do imaginário dos nossos agentes de pesquisa e moradores da Favela do Metrô: "Podem destruir a nossa comunidade e deixar apenas escombros. Mas nós somos fortes e conseguimos sempre renascer e ressuscitar, assim como a Fênix renasce das suas cinzas".

Depois de um *excursus* derivante do estudo da literatura, em especial de Gasti (2018) e Grossato (2008), que relatam as origens do mito e os seus significados simbólicos e alegóricos no mundo ocidental, igualmente no Oriente, individualizamos os mitemas que caracterizam essas duas histórias, uma mitológica e outra da realidade atual, de uma das nossas áreas de estudo. Trata-se, portanto, inspirando-nos em Durand, do retorno do mito. O mito que volta a viver numa história da nossa realidade atual, relacionado a um determinado contexto, situação e momento histórico, o pós-evento olímpico na cidade do Rio de Janeiro. De fato, assim como nos ensina Durand, com o passar do tempo muda o contexto e essas imagens e histórias compartilhadas mudariam também e não seriam mais as mesmas.

4,9,2 O mito da Fênix, símbolo de ressurreição das cinzas

Ainda hoje, a imagem da Fênix, pássaro maravilhoso e colorido que morre e ressurge, possui uma forte caracterização simbólica. Por meio da análise dos trabalhos de Van den Broek (1972), Strati (2007), Grossato (2008) e de Gasti (2018), analisamos nesta seção as primeiras referências e menções à fênix, sobretudo no âmbito da literatura latina pertencente à História Natural, a exemplo de Plínio e Mela, bem como à historiografia (Tácito), aos textos cristãos (Tertuliano). E ainda, no que se refere à literatura sobre a fênix na cultura e na tradição oriental, onde as conotações simbólicas resultam ser muito relevantes, permitindo que esse pássaro fizesse parte do imaginário coletivo desde a antiguidade até os dias de hoje.

Segundo a lenda, a fênix foi vista pela primeira vez no Egito, cuja primeira menção aparece sob o nome de *benu* no Livro dos Mortos. A peculiaridade principal da fênix é que, depois de ter efetuado o seu ciclo vital consistente em alguns séculos de vida, ela morre e ressurge das próprias cinzas, correspondendo simbologicamente às imagens

de revitalização, reestruturação, renovação e, sobretudo no contexto cristão, de ressurreição.

Figura 4,45: A fênix que ressurge das cinzas



Fonte: GROSSATO (2008)

- **O mito da fênix na literatura latina**

Embora o mito da fênix apareça originariamente em textos egípcios, lugar onde a lenda reconhece que foi avistada pela primeira vez, foi por meio da literatura latina, principalmente durante o império de Augusto, que teve um importante desenvolvimento. Conforme Gasti (2018), a primeira menção na literatura do mito da fênix que conservamos no Ocidente possui um carácter historiográfico, atribuída a Heródoto, no âmbito da sua descrição do Egito Antigo e dos seus hábitos e costumes.

O episódio do ressurgimento da fênix das cinzas depois da queima do animal entre perfumes e outras essências, que caracteriza o imaginário coletivo do mito, aparece na literatura somente no final do século I, por meio de Marcial. De acordo com Gasti (2018), Marcial no epigrama 5,7 compara as chamas que afetam o ninho da fênix com os incêndios que destruíram a cidade de Roma no ano 80 d.C. O escritor latino utiliza o mito da fênix auspicando a reconstrução e a regeneração urbana da cidade em maneira tal que possa ressurgir das cinzas e possa ser eterna e imortal, assim como o pássaro mitológico.

Uma outra citação ao pássaro descrito como um animal exótico e excepcional encontra-se no livro III da *Chorographia*, de Pompônio Mela, na metade do século I, no contexto do *sinus Arabicus*:

Plínio, enquanto o autor da literatura latina, confere uma ampla descrição da Fênix, pois, no seu estatuto enciclopédico da *Naturalis Historia*, menciona diversas vezes o pássaro mitológico, em especial com relação ao tema da longevidade.

Plínio faz uma descrição precisa da Fênix que, assim como em Heródoto, também apresenta características físicas similares, a exemplo do tamanho parecido àquele de uma águia, a cor dourada e vermelha, mas acrescentando a cor da cauda azul e rosa. O historiador latino evidencia os mitemas principais presentes no mito, e sublinha como o pássaro mitológico possui significados concernentes ao estudo do cosmo e da astronomia no geral.

Diferentemente de Heródoto e dos outros escritores anteriores, Plínio caracteriza o mito com muito mais detalhes e pormenores, por exemplo: a longevidade do pássaro que é alongada a 540 anos, a construção do ninho para a sucessiva morte, a consagração ao sol, o ressurgimento e o transporte do velho corpo do pássaro para Heliópolis. Em especial maneira, são bastante relevantes as caracterizações do modo em que a Fênix ressurgue, momento em que Plínio nos dá detalhes científicos e anatômicos sobre as etapas da passagem da velha fênix para a nova.

A partir da última década do século I, o mito da fênix é assumido e reinterpretado fortemente pela corrente de literatos e expoentes ligados à Igreja, assim como acontece no capítulo 25 da Epístola aos Coríntios de Papa Clemente, em que todos os mitemas principais do mito, como a preparação da queima, as cinzas e a ressurreição antes como verme e depois como um ser adulto, são reinterpretados em chave cristã como evidência da promessa de Deus, que confere aos seus fiéis a possibilidade da ressurreição.

O mito assume, portanto, um valor simbólico teológico, transformando-se de mito originariamente pagão em mito cristão. A versão teológica do mito é apresentada também por Tertuliano, na obra *De resurrectione carnis*, sugerindo novamente a teoria da ressurreição do pássaro como alegoria da ressurreição do ser humano fiel aos princípios cristãos.

Posteriormente, muitas obras foram escritas abordando o mito da fênix, tanto em chave naturalística e exegética como seguindo a tradição cristã. Entre os mais significativos, constam o *Physiologus*; o *Phoenix*, pertencente aos *Carmina minora*, de Claudiano (carm. m. 27); o *De aue phoenice*, atribuído a Lactâncio. Nos anos sucessivos, a fênix tornou-se símbolo positivo imperial e da regeneração do mundo, sendo sua imagem reproduzida em várias pinturas, bem como em moedas.

Encontramos menções à fênix também no trabalho de Giacomo Leopardi, *Saggio sopra gli errori popolari degli antichi* (1815), à qual o poeta italiano dedica um capítulo inteiro.

De acordo com Gasti, podemos concluir que:

O nosso maravilhoso pássaro não é somente um objeto de investigação naturalística, nem goza de um interesse unicamente por parte dos exegetas e dos tratadistas cristãos; mais que um objeto de divulgação científica e mais que um argumento querido à produção teológica, a fênix 'é, portanto, uma forma simbólica complexa que passa a transmitir o pensamento coletivo e o inconsciente individual', mas é sobretudo literatura: nesse sentido as inúmeras atestações deste tema na literatura universal, as diferentes finalidades pelas quais é mencionado e a vária persistência das referências são indubitavelmente prodigiosas (GASTI, 2018, p. 22).

Sendo assim, sob o ponto de vista de Gasti (2018), a fênix assume um valor profundamente simbólico e complexo que norteia o imaginário coletivo e o incôncio individual de cada ser humano.

- **O mito da Fênix na tradição oriental**

De acordo com a tradição da Eurásia, os pássaros possuem o significado simbólico de seres espirituais que governam o céu sobre a terra, considerados, dessa forma, tais como deuses pelas religiões politeístas e como anjos pelas três religiões de Abrão. De fato, devido ao seu canto que resulta incompreensível pelo ser humano e às asas, eles representam os habitantes dos céus e os mediadores entre céu e terra (GROSSATO, 2008). É nesse âmbito que se insere o mito da fênix, um pássaro que, considerando o imaginário da antiguidade, precede tanto das religiões politeístas como até das três religiões de Abrão. No Ocidente, especificamente, a fênix é anexada ao Cristo, que morre e ressuscita do sepulcro na luz transfiguradora e deslumbrante de seu corpo de glória e imortalidade.

A fênix detém todas as peculiaridades dos pássaros descritas anteriormente e também outras, a exemplo de: ser ígnea e luminosa, a sua natureza cíclica relacionada aos ritmos diurno/noturno e anual, e a sua imortalidade. Ela reúne todas as peculiaridades de muitas espécies de pássaros que se encontram na natureza, dos quais representa uma síntese alegórica e espiritual, tanto a ser considerada, sobretudo na China, o pássaro primordial que deu origem a todos os outros pássaros.

De acordo com Grossato (2008), podemos então afirmar que a fênix resulta ser um dos poucos símbolos que, devido à sua ampla e vasta difusão, pertence ao imaginário eurasiático. Esse mito, portanto, é muito antigo e propagou-se em muitas regiões da Eurásia, transformando também a sua representação iconográfica dependendo da espécie de ave que existe nas diferentes áreas geográficas.

Originariamente o símbolo da fênix era interpretado pelo sacerdote e xamã que vestia a fantasia representativa dela e efetuava uma dança ritual que indicava a subida ao longo do tronco da Árvore cósmica além do sol, para depois redescer para a terra e tornar-se imortal. E ainda hoje, em muitos países da Ásia, como na Índia, no Tibete, na Indonésia e no Japão, encontramos símbolos e máscaras de uma fênix antropomorfa, assim como durante representações teatrais e rituais, assistimos à execução de danças e espetáculos com o antigo ritual da fênix.

Consoante a Grossato (2008), na Ásia, o mito e a iconografia da fênix pertencem a quatro das cinco grandes tradições religiosas e culturais: a judaica, a islâmica, a indiana, a do Extremo Oriente. Por outra via, no Extremo Oriente, o mito da fênix coincide a cada dia com o ciclo do sol que nasce, se põe e renasce, através da fênix, das cinzas da noite. Junto com o sol, o pássaro partilha além da luminosidade, também a imortalidade que, assim como o sol, constitui a alternância infinita do ciclo do dia e também da vida inteira com a morte e a contínua ressurreição. Além da simbologia com o sol, a fênix possui também uma identidade divina e suprema, o que explica a representação iconográfica do pássaro com as duas cores essenciais que permanecem quase em todas as tradições, culturas e imaginários: o dourado e o vermelho.

No imaginário e nas representações judaicas, especialmente nos *Midrashim*, a fênix é o símbolo do sol e da imortalidade, já que, conforme algumas lendas populares, ela teria sido o único animal do paraíso que não comeu, assim como Eva e os outros animais, o fruto proibido.

Ginzberg narra o episódio da seguinte maneira:

Ainda não satisfeita, ela deu frutos a todos os outros seres vivos, para que eles também estivessem todos sujeitos à morte. Todos comeram e todos são mortais, com exceção do pássaro Malham, quem recusou o fruto com estas palavras: 'Não foi suficiente ter pecado contra Deus, causando morte aos outros? Você deve vir a mim e tentar me persuadir a desobedecer ao mandamento de Deus, para que eu coma e morra? Eu nunca vou fazer isso'. Então uma voz do céu foi ouvida dizendo a Adão e Eva: 'O comando foi dado a vocês, mas vocês não escutaram. Vocês o transgrediram e tentaram persuadir o pássaro *malham*, que não cedeu porque tinha medo de mim, embora eu não tivesse imposto nenhuma proibição a ele. Portanto, ele nunca sentirá o gosto

da morte, nem ele nem seus descendentes - todos viverão a eternidade no paraíso' (GINZBERG, 1995, p. 83).

Portanto, somente o nosso pássaro mitológico se recusou a comer o fruto proibido e foi premiado por Deus, permanecendo na mítica cidade de Luz, o paraíso terrestre, vivendo por mais de mil anos. A cada mil anos, o pássaro morre queimado pelo fogo, para em seguida ressurgir. Da mesma maneira que a fênix renasce, os rabinos e os padres da Igreja judaica pregavam que os seres justos ressuscitariam no mais além (GINZBERG, 1995).

Entre os pássaros a fênix é o mais maravilhoso. Quando Eva ofereceu a todos os animais um pedaço do fruto da árvore do conhecimento, a fênix foi a única que se recusou a comer e foi recompensada com a imortalidade. Quando ela viveu mil anos, ela encolhe e perde sua plumagem, até que se torne tão pequena quanto um ovo. Que é então o nucléolo do novo pássaro (GINZBERG, 1995, p. 49).

De acordo com a lenda, a fênix estava na arca de Noé e a iluminava toda; dado que não se alimentava de nada, Noé a abençoou dizendo: “Que Deus queira que você não morra nunca” (GRAVES e PATAI, 1969, p. 138).

Ademais, segundo a tradição islâmica e árabe, a fênix é chamada de *Simurgh* e acredita-se também que a sua origem fosse da China ou da Índia. O sufi persa Farid ad-din ‘Attar, na sua obra *O verbo dos pássaros*, desenvolve uma descrição muito detalhada e pormenorizada da fênix baseado no imaginário islâmico:

A fênix é uma ave estranha e fascinante que vive nas terras da Índia. Possui um bico muito longo que é fornecido como a flauta de numerosos orifícios, não menos que cem. Ela vive sem companhia e, de fato, a solidão é sua razão de ser. Uma melodia diferente jorra de cada buraco do bico, entre cujas notas se esconde um arcano. Quando aqueles tristes gemidos surgem daqueles buracos, peixes e pássaros ficam inquietos por ela, todas as feras se acalmam e quase perdem a consciência pela doçura daquele cantar. Um filósofo que já foi um amigo íntimo da fênix foi iniciado por ela na ciência da música. Ela, que vive quase mil anos, prediz o momento da morte e, quando está prestes a vir, resignada, ela junta em torno dela uma moita, depois voa sobre a pira e, inquieta, canta para si mesma canções de ninar lúgubres. De cada um dos buracos em seu bico, um lamento diferente da morte parece fluir, emergindo das profundezas de sua alma não contaminada: como um menestrel experiente, ela modula diferentes melodias e, enquanto canta, treme como uma folha na angústia da morte. Ao som daquela flauta queixosa, bestas e pássaros vêm a ela para ouvi-la, inconscientes como se por magia das coisas do mundo, e milhares morrem diante dela, oprimidos pela tristeza por seu triste destino, e incontáveis outros caem em profundo desmaio, incapazes de sustentar a melancolia de sua canção. É realmente extraordinário aquele dia! Ao espalhar seu lamento atormentador, parece que a fênix escorre sangue, então, quando a hora da morte chegou, ela abana furiosamente as asas e as penas de onde soltam

faíscas, e em pouco tempo ela é envolvida pelo fogo. O fogo se espalha para os galhos que queimam lentamente até que tudo, e madeira e pássaro, se transforma em brasas que logo são reduzidas a cinzas. Quando as últimas brasas se extinguem, uma nova fênix se ergue das cinzas (FARID AD-DIN ‘ATTAR, 1999, pp. 194-196 in GROSSATO, p. 18).

Na tradição árabe, a mais antiga fênix é conhecida pelo nome de *Anka*’, já antes da idade pré-islâmica e, em conformidade com a descrição, derivaria do *Benu* egípcio. É por isso que no Ocidente o mito da fênix é denominado também como o mito da “árabe fênix”.

Na Índia, esse pássaro é chamado de *Garuda*, sendo descrito na *Atharvaveda* como uma águia de cor vermelha. Na *Mahabharata* (VI, 8, 5-6), é também caracterizado como um pássaro grande, enorme e forte, equivalente ao deus do fogo *Agni* devido ao seu esplendor e luminosidade. Na Índia, bem como em outros países asiáticos, por exemplo a Indonésia, o *Garuda* representa a manifestação da divindade *Vishnu*, reproduzido como *Vishnu* do ponto de vista iconográfico em várias representações artísticas.

No Oriente, acredita-se que a fênix nasceu na China, onde é chamada de *fenghuang*. Segundo Willetts (GROSSATO, 2008), o *fenghuang* possui plumas de cinco cores diferentes e, no seu corpo, há caracteres que indicam os cinco preceitos básicos: “Na cabeça a virtude, sobre as asas a justiça, no dorso os rituais, sobre o peito a humanidade, e no ventre a sinceridade. [...] O seu aparecimento significa harmonia no *Tianxia*. [...] Enquanto com seus passos forma o caracter *zheng* (ordem) e na cauda está ligado o caracter *wu* (combate)” (GROSSATO, 2008, p. 37). Essa caracterização dos mitemas fundamentais da fênix aparece no *Livro dos montes e dos mares*, o *Shanhai jing*.

Na Ásia, e não apenas no Oriente, o símbolo da fênix permaneceu, assim como no Ocidente, além de uma mera iconografia, também nas danças e nos rituais tradicionais como expressão cultural. De acordo com Grossato (2008) e Gasti (2018), dessa forma, podemos concluir afirmando que a fênix, o pássaro mitológico, possui uma ampla tradição nas literaturas grega e latina, bem como na oriental. O pássaro luminoso e deslumbrante que detém uma áurea quase divina, depois de lutar e morrer, ressurgue das cinzas dando esperança a todos os seres humanos sobre a possibilidade de vencer a morte e renascer. A fênix assume então um valor simbólico fundamental porque orienta o imaginário coletivo e o incôncio de cada indivíduo.

4,9,3 A Favela do Metrô: uma Fênix que ressurge das cinzas

A história dramática da Favela do Metrô nos sugeriu procurar, através do imaginário dos seus moradores, na mitologia grega, um parâmetro de um drama parecido e sobre o qual pudéssemos desenvolver um paralelismo entre uma história mitológica do passado e uma realidade humana e social do presente. Estamos cientes de que a mitologia não constitui uma resposta, mas representa um tema para a reflexão sobre o ser humano, mesmo assim tentamos nos imergir fundo procurando maiores esclarecimentos.

A força, a luta, a resistência, o empenho, a garra e a sua capacidade de recuperação possibilitam que encontremos diversos pontos em comum e elementos míticos (mitemas) entre a comunidade do Metrô-Mangureira e a Fênix mitológica. « Além disso, como resultado do enfraquecimento do vínculo coletivo, inerente a toda a estrutura humana, uma sociedade precisa reforçar o sentimento que tem de si mesma, e precisa lembrar o que constitui o fundamento de estar "junto" ». (MAFFESOLI, 1987, p. 93).

Essa confiança mítica no poder de um pássaro capaz de renascer de suas próprias cinzas estava visivelmente abalada. A alusão se refere à Fênix, um pássaro da mitologia não apenas oriental, mas também ocidental, a quem é atribuído esse poder.

Esse pássaro representa simbolicamente a imortalidade, a superação da morte, o ciclo natural entre vida e morte, além do ressurgimento das cinzas. Símbolo de tenacidade, perseverança, insistência, firmeza, mudança, transformação, reinício, renovação e sobretudo de esperança. Segundo a mitologia, acredita-se que a fênix era detentora de uma força sobrenatural que lhe permitia carregar pesos muito elevados, como um elefante.

Assim como a Fênix, que na tradição eurasiática e, em particular, judaica, se recusa a comer o fruto proibido que Eva lhe oferece no jardim do Éden, Naldinho, Alexandre Trevisan, Carlos Alexandre Santos “o paulista”⁴⁶, bem como os outros moradores que permaneceram na Favela do Metrô, não aceitaram as várias propostas da Prefeitura do Rio de Janeiro que, com a intenção de cooptar a comunidade, oferecia indenizações e apartamentos em condomínios ou conjuntos habitacionais, além da instalação de boxes para trabalho de oficina de carros pequenos e não adequados. Porém, semelhantemente ao que aconteceu com os outros animais que foram incentivados por Eva e acabaram aceitando e comendo a maçã proibida, também na Favela do Metrô, a

⁴⁶ Vide o Apêndice E, Figura A12: Com Naldinho e outros moradores da Favela do Metrô.

maioria dos residentes da comunidade aceitou as propostas da Prefeitura e/ou recebeu indenizações ou se mudou para os condomínios Mangueira I e II ou para outros conjuntos habitacionais e/ou condomínios muito distantes do bairro Maracanã.

De acordo com os relatos, muitos ex-moradores da Favela do Metrô estão arrependidos de terem aceitado as propostas. Metaforicamente, assim como os animais do jardim do Éden, os seres humanos estão arrependidos de terem comido o fruto proibido e de levarem a culpa do pecado original.

Na análise do mito segundo a tradição eurasiática, vimos como a fênix foi premiada por Deus permanecendo na mítica cidade de Luz, o paraíso terrestre. É evidente, portanto, o paralelismo que podemos construir com alguns moradores da comunidade do metrô-Mangueira que, resistindo e lutando, conseguiram permanecer no seu paraíso terrestre, a terra onde vivem e onde criaram os seus laços.

De acordo com Maffesoli (1987, p. 100), « podemos observar que a reavaliação do presente anda de mãos dadas com a do mito, que sob vários nomes e de várias maneiras preocupa a consciência moderna ».

Convém frisar os mitemas principais do mito, como a preparação da queima, as cinzas e a ressurreição antes como verme e depois como um ser adulto, os quais são reinterpretados em chave cristã como evidência da promessa de Deus que confere aos seus fiéis a possibilidade da ressurreição. A fênix, nos anos sucessivos, tornou-se símbolo positivo imperial e da regeneração do mundo, cujas características físicas: ser ígnea e luminosa; a sua natureza cíclica relacionada aos ritmos diurno/noturno e anual; e a sua imortalidade, fazem com que o seu mito coincida a cada dia com o ciclo do sol que nasce, se põe e renasce.

A caracterização dos mitemas fundamentais da fênix, como justiça, humanidade, sinceridade, harmonia, ordem e combate são características atribuíveis à Favela do Metrô e aos seus moradores também, sem sombra de dúvida.

Tabela 4,5: Teste Arquétipo de Yves Durand aplicado à Favela do Metrô

ARQUÉTIPOS DE Y. DURAND	FÊNIX	FAVELA DO METRÔ
Algo cíclico	O mito da fênix coincide com o ciclo do sol que nasce, se põe e renasce das cinzas. Assim como o sol constitui a alternância infinita do ciclo do dia e também da vida inteira com a morte e a contínua ressurreição	Megaeventos no Rio de Janeiro: Jogos pan-americanos de 2007, Jogos Mundiais Militares de 2011, Taça das Confederações de 2013, Copa do Mundo de Futebol de 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, Copa América de 2019; Remoções.
Monstros (devoradores)	Outros pássaros e animais	Governo do Estado (Sérgio Cabral Filho; Pezão; Witsel, entre outros); Prefeitura (Eduardo Paes; Crivella); COI; COB; FIFA; grandes empresas nacionais e multinacionais; construtoras e empreiteiras (Odebrecht e OAS), imobiliárias etc.
Queda	Morte. É queimada no fogo, na brasa.	A prefeitura derruba a Favela do Metrô deixando só escombros e cinzas; Remoções; Expropriações; Especulação imobiliária; Corrupção; Uso corporativo e fragmentação do território
Personagens (heróis)	Fênix	Favela do Metrô
Espada	Tenacidade, perseverança, insistência, firmeza, mudança, transformação, reinício, renascimento e esperança	Luta; resistência; firmeza; ocupação; esperança; dignidade; tenacidade; persistência; sobrevivência
Refúgio	Céu	Comunidade vizinha da Mangueira; Apoiadores; Ativistas; Ajuda de pesquisadores e acadêmicos;
Fogo	Esperança	Luz; esperança; projetos futuros
Animal	Animais que comem o fruto proibido	Porquinhos doentes que comem nos escombros e no lixo
Água	Elemento complementar	Elemento complementar

Fonte: Elaboração do autor com base no Teste Arquétipo de Yves Durand (1988)

Finalmente, a Favela do Metrô resiste e luta permanentemente pelo seu território. Materialidades e imaterialidades se (re)produzem, enquanto a cidade se transforma a

partir dos ditames do capital movido pela tirania do dinheiro e da informação, conforme sustenta Milton Santos (2002) no seu livro *O Espaço do Cidadão*.

QUINTA HISTÓRIA COMPARTILHADA

4,10 HOMENAGEM A GILMAR MASCARENHAS

4,10,1 Introdução

Durante nossas pesquisas de campo um de nossos colaboradores foi o professor de geografia da UERJ, Gilmar Mascarenhas, que doravante passaremos a chamar de Gilmar.

Gilmar tinha uma visão utópica e romântica tanto do uso corporativo do território do Rio de Janeiro, como dos valores originais e tradicionais do esporte que se contrapõem à sua atual mercantilização. a qual fez com que a atividade desportiva se tornasse um verdadeiro negócio, subordinando-se às exigências e aos interesses de alguns grupos dominantes. Ele odiava a elitização do esporte, sobretudo do futebol, que se tornou pouco acessível àqueles com condições financeiras menos privilegiadas. Lutava contra esse modelo, assim como Teseu lutava contra o monstro do Minotauro. Criticava as novas arenas e os estádios “padrão FIFA”, por considerar que a população ficou provida de acesso devido aos exorbitantes preços de ingressos praticados. Como exemplo, o estádio Jornalista Mário Filho, mais conhecido como Maracanã, antes das reformas possuía a famosa “geral”, onde os torcedores com pouco recursos financeiros podiam assistir aos jogos. Isso contribuía para uma maior miscelânea de espectadores.

. Além disso, o professor era também um ativista social da cidade carioca, ele a vivia geografizando-a nos seus percursos e em suas rotas do cotidiano, sobretudo de bicicleta.

Vale destacar, ainda, a luta de Gilmar contra o sistema de transporte e de mobilidade urbana do Rio de Janeiro; motivo pelo qual ele tinha deixado de circular de ônibus e de carro próprio, deslocando-se apenas de bicicleta e de metrô.

Nesta seção, tomamos como exemplo o célebre mito de Teseu e do Minotauro, conhecido também como “o mito do fio de Ariadne”, para elaborar um paralelo com a

história de Gilmar Com isso em vista, Gilmar, assim como Teseu, foi um herói, um verdadeiro mito. Ele, desde sempre, lutava contra os monstros devoradores hegemônicos representados pelo Governo do estado do Rio de Janeiro, pela prefeitura do Rio de Janeiro, pelas grandes corporações e pelas organizações esportivas internacionais, como a FIFA e o COI.

Evidencia-se o heroísmo de Gilmar por sua luta e resistência, assim como Teseu. Tal paralelo – e ao mesmo tempo cruzamento entre o mito de Teseu e a história de Gilmar – nos foi sugerido pelo próprio antropólogo Gilbert Durand, a partir da relação construída entre o monstro Minotauro, do mito de Ariadne, e o caos da cidade e da sociedade moderna, fundada no urbanismo selvagem e em interesses hegemônicos de poucos que afetam a sociedade e a população inteira.

Relativamente à metodologia, baseamo-nos fundamentalmente em leituras e revisão bibliográfica acerca do mito grego. Por isso, frisa-se o fato de o mito de Ariadne ser amplamente representado em obras de arte, ilustrações, cerâmicas e objetos vários. No que concerne à literatura, Homero e Hesíodo narram profusamente em suas principais obras os feitos de Teseu. A título de seleção para este momento da análise, tomou-se como base a obra de Ferreira: *Labirinto e Minotauro – Mito de ontem, e de hoje* (2008), bem como as menções feitas por Homero, Hesíodo e Plutarco. Com respeito a Gilmar Mascarenhas, a sua lembrança e a sua contribuição, utilizamos as nossas entrevistas, as quais foram realizadas com o professor, durante diferentes trabalhos de campo, além das várias homenagens de amigos e colegas, a exemplo do geógrafo Rogério Haesbaert, bem como do blog “Na bancada” e do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER).

Esta secção é constituída por quatro partes. Na primeira, abordamos a história de Gilmar, a sua trajetória acadêmica e profissional, assim como a sua luta no cotidiano contra o labirinto caótico da cidade do Rio de Janeiro e os interesses e exigências dos monstros hegemônicos da sociedade carioca. Na segunda secção, são narrados os feitos heroicos e míticos de Teseu e do Minotauro. Na terceira parte, são apresentados os resultados da mitocrítica e da mitanálise desenvolvidas por meio da comparação e do paralelo desenvolvido entre o herói da mitologia grega e o herói Gilmar. Por fim, na última parte, são elencadas as conclusões dessa outra “história compartilhada”.

4,10,2 Gilmar⁴⁷, o simples professor, herói dos nossos dias

Referência na área da geografia humana e esporte, Gilmar Mascarenhas ainda é autor de diversas publicações sobre temas relativos à gestão da cidade, às dinâmicas urbanas, à mobilidade urbana, aos impactos e legados dos megaeventos esportivos e, sobretudo, à gestão dos estádios e construção das arenas modernas que ele definia como arenas “padrão FIFA”. De acordo com o blog *Na Bancada* (2019), a sua paixão pelo esporte foi a linha diretriz que norteou a sua vida profissional e acadêmica. Ele soube interpretar o desenvolvimento das cidades mediante um olhar único, sensível e inovador. Além disso, soube conciliar como poucos a sua produção acadêmica com aquilo que observava e vivia, no seu encanto pelo “espaço vivido”. Gilmar vivia o que pensava e estudava o que vivia. A cada viagem sua, relatava e partilhava as suas experiências sobre lugares, pessoas e torcidas, por meio das quais nos fascinava com perspectivas e lições únicas (NA BANCADA, 2019).

Figura 4,46: Gilmar Mascarenhas



Fonte: NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES (2019)

Tendo em vista as colocações anteriores, podemos considerar Gilmar um herói da nossa época. Ele criticava o sistema de mobilidade urbana e de transporte público do Rio de Janeiro, em particular o uso dos ônibus e dos carros no sistema rodoviário carioca. Por isso, há muitos anos, Gilmar só circulava de bicicleta ou de metrô e tinha deixado de

⁴⁷ Veja também o Anexo C: Homenagem a Gilmar Mascarenhas pelo professor e geógrafo Rogério Haesbaert.

utilizar o carro. Seu destino foi interrompido por um ônibus que o atropelou. O acidente aconteceu em um sábado pela manhã, em junho de 2019, na Praça Paris, situada no Bairro da Glória, enquanto ele estava indo para um trabalho de campo junto com sua turma de Geografia da UERJ.

Os colegas e amigos do blog *Na Bancada* reportam o triste acontecimento desta forma:

No sábado passado, Gilmar pegou sua bicicleta para ir a um trabalho de campo com sua turma de geografia urbana. Havia, há tempos, abandonado o carro, acreditava na bicicleta como meio de transporte a ser respeitado nas cidades. Foi atropelado por um ônibus no bairro da Glória, na zona sul do Rio. Mais um caso de ciclista morto por um ônibus no Rio, problema social que Gilmar sempre criticou em suas leituras sobre a cidade do dinheiro, onde o espaço urbano caótico é dominado pelo automóvel, que nos espreme, física e mentalmente, na vida cotidiana (NA BANCADA, 2019).

Figura 4,47: Bicicleta do Gilmar erguida durante o Ato em sua homenagem na Praça Paris – Glória, Rio de Janeiro



Fonte: FIGUEIREDO, 2019

Segundo os depoimentos e as lembranças que temos de Gilmar, ele pode ser descrito como alguém, sempre sorridente, com um olhar reflexivo. Um tom de voz agradável e cadenciado que, com baixa intensidade, comunicava suas interpretações geográficas sobre o planeta. A sua fala era alternada com frequentes gestos com braços e mãos, demonstrando uma fluidez verbal elegante, o que encantava os ouvintes.

Ademais, Gilmar Mascarenhas levantava questionamentos que poderiam fomentar observações ou determinar o começo de novas pesquisas. Como por exemplo: Geografia e Esporte? Seria praticável esse diálogo? Tais questionamentos poderiam resultar, para muitos pesquisadores, uma difícil instauração de diálogo. Estabelecer pontos de encontro e conexões entre esses dois mundos e desenvolver uma leitura geográfica do esporte e, em particular, do futebol não é algo fácil. No entanto, Gilmar conseguia tal feito de maneira natural, já que eram suas grandes paixões. Ele sempre procurou inovar, seja pelo que concerne às temáticas de pesquisa, seja pela aproximação *versus* essas temáticas.

Gilmar enxergava o esporte a partir de uma aproximação geográfica ou era fascinado ainda mais pela Geografia a partir das esferas espaciais das práticas esportivas? Essa questão manifesta uma perspectiva dualística e não coincide com o olhar geográfico amplo de Gilmar. Certamente, ele questionaria a natureza binária da pergunta. Essa problematização, expressa dessa maneira, não seria suficiente para perceber a heterogeneidade e variedade das inúmeras ligações entre a Geografia e o Esporte, com especial ênfase no futebol, o qual Gilmar conseguia descobrir, retratar e descrever analiticamente, ultrapassando as análises superficiais e reducionistas (NEER, 2019).

Gilmar foi um crítico dos megaeventos esportivos geridos de forma vertical e hegemônica, como os Campeonatos Mundiais de Futebol e as Olimpíadas, que elitizam, segregam e marginalizam. Porém, isso não indica necessariamente que ele se descuidou das práticas esportivas na capilaridade social. Do futebol de várzea, nas periferias urbanas, ao futebol espetáculo nas/das grandes cidades, Gilmar se aproximou, de forma ampla, às diferentes esferas do futebol e também analisou estádios de futebol para além da dimensão física, arquitetônica e urbanística, abordando de forma contextualizada as territorialidades de várias torcidas e as questões políticas que se mesclam com a história do futebol.

É significativo o fato de Gilmar ser respeitado pelos colegas da Geografia e de outras áreas das Ciências Humanas e Sociais: professor qualificado, pesquisador de uma temática cativante, interdisciplinar e provocadora; produtor de publicações coerentes, densas e interessantes. Uma rápida leitura do seu currículo comprova a dimensão ampla e pluritemática do esporte nos seus trabalhos. Outrossim, algumas conversas com muitos dos seus alunos poderão revelar as várias virtudes do docente inquieto, crítico, provocador e, ao mesmo tempo, da fala macia e suave. A esfera humana dele e a sua energia positiva

sempre nos estimularam. Um homem de grande coração; simples, humilde e, simultaneamente, motivador. Gilmar não perdia o charme e a esportividade nem mesmo diante de uma eventual situação que exigia uma postura questionadora mais consistente.

O amor pelo ciclismo, no cotidiano caótico de uma grande metrópole como o Rio de Janeiro, com graves problemas de mobilidade urbana, não se constituía apenas em uma opção por um modal esportivo específico para exercícios físicos e deslocamento, mas sim, conforme o perfil de Gilmar nos faz constatar, de forma clara e expressiva, em um ato de rebeldia em um contexto urbano altamente automobilístico. Para ele, a prática ciclística era a cotidianização do ativismo esportivo, dimensionado a partir de um ponto de vista político, plenamente ligado às suas arguições discursivas, destacando também que as múltiplas paisagens que se alternavam nos seus itinerários lhe inspiravam não a partir de um ponto solto, no sentido topológico estanque.

Figura 4,48: Foto de perfil de Gilmar Mascarenhas nas redes sociais



Fonte: MASCARENHAS, 2019

Conforme o Núcleo de Estudos em Espaço e Representações - NEER (2019), a multidimensionalidade paisagística das várias circularidades geográficas de Gilmar o faziam viver grande parte da sua vida nas interfaces; enriquecendo seu repertório temático

investigativo. Nesse sentido, as partidas de futebol do seu time do coração, o Botafogo, e as rotas (pluri)lugarizadas do ciclismo, transbordavam Geografia no contexto de práticas esportivas que não estavam descoladas mecanicamente das suas atividades cotidianas. As vivências esportivas pertenciam a sua vida: em casa, nas Universidades, nas ruas; nos diversos espaços por onde ele andava. O esporte era contextual na sua existência; não era algo à parte (NEER, 2019).

Por isso, as ruas do Rio de Janeiro, notadamente as periféricas, não saíam dele. Esse geógrafo suburbano, que pesquisou feiras livres em áreas periféricas e que se deslocou por meio de transportes coletivos diversos, vivenciando no cotidiano urbano os problemas sociais de um país desigual, se tornou o maior especialista em Geografia dos esportes do Brasil. Gilmar criticava duramente os segregacionismos e a gentrificação dos esportes em diversos espaços onde ele agia ou se deslocava: nas periferias (onde viveu e pesquisou); nos meios acadêmicos dentro e fora do Brasil; nos grandes equipamentos esportivos edificadas para o futebol ou para jogos olímpicos espetacularizados, principalmente pela grande mídia (NEER, 2019).

Entre os vários ensinamentos de Gilmar para os seus parceiros de trilhas geográficas, um dos textos mais importantes talvez seja *Viver a Geografia e geografizar o viver*. Uma das obras nas quais sua postura manifestava distintamente a dimensão contextual e vivencial da Geografia na sua vida, dimensionada a partir das práticas esportivas.

4,10,3 Teseu, herói mitológico que luta contra o monstro do Minotauro

O mito de Teseu e o Minotauro se desenvolve em Cnossos, na ilha de Creta, no período do reinado de Minos, um antigo governante cujo nascimento é lendário. Minos, filho de Zeus e Europa, casa-se com Pasífae, a qual, após uma ofensa contra Afrodite, é amaldiçoada e induzida a se apaixonar por um touro. Dessa união, nasceu um filho monstruoso, meio homem e meio touro, cujo nome seria Astério, embora todos o conhecessem como “o Minotauro” (FERREIRA, 2008).

Ela, grávida de Minos, deu à luz um filho robusto,
maravilha de se ver: igual ao do homem se estendia o corpo
até aos pés, mas para cima erguia-se uma cabeça de touro
(HESIÓDO in FERREIRA, 2008, p. 29)

Por causa disso, Minos, cheio de vergonha, aprisiona o infante em um labirinto construído pelo inventor Dédalo, cuja construção apresenta uma disposição tão complicada que ninguém conseguia sair dela. Cumpre ressaltar que o Minotauro, o touro de Minos, constitui uma figura mitológica desenvolvida na Grécia Antiga. Com cabeça e cauda de touro num corpo de homem, esse personagem criou-se e alimentou-se no imaginário dos gregos, levando medo e terror.

Segundo o mito, o monstro habitava um labirinto na Ilha de Creta que era governada pelo rei Minos. Destaca-se, ainda, conforme Ferreira (2008), que a palavra labirinto é pré-grega, pois apresenta o sufixo *nth*, encontrado em palavras e nomes pré-helênicos, tais como Corinto, Radamanto etc. O termo derivaria de *labrys*, a bipene, um dos símbolos amplamente representados no edifício de Cnossos.

Depois das escavações, os arqueólogos descobriram que o palácio de Cnossos realmente existiu e que era similar a outros palácios, por exemplo o de Malia ou o de Zacros. A fim de ofertar uma melhor compreensão, segue uma breve descrição do referido espaço:

Era um edifício quase quadrado, de cerca de cento e cinquenta metros de lado, com um amplo espaço aberto ao centro, de forma retangular, a característica mais saliente dos palácios de Creta. Tinha quatro entradas, uma em cada lado: a do norte levava diretamente ao pátio central que chegou até nós muito destruído. Como, porém, não devia ser muito diferente do dos outros palácios, e o de Malia permite identificar um altar central, o mesmo aconteceria em Cnossos. Um indício de que era um lugar que servia para cerimônias rituais (FERREIRA, 2008, p. 20).

Figura 4,49: Reconstituição do Palácio de Cnossos (labirinto)



Fonte. FERREIRA, 2008

Para alimentar o Minotauro, Minos impõe à cidade de Atenas, sob seu domínio, um imposto anual de sete meninas e sete jovens.

Em dado momento, no entanto, chega a Cnossos o príncipe de Atenas, Teseu, filho de Egeu e Etra, que não quer se render ao destino trágico de ficar preso no labirinto para tentar matar o monstro. Apesar do risco, Teseu seduz a filha de Minos, Ariadne, e promete levá-la para a Grécia. Ariadne, assim, dá-lhe um longo fio com um novelo a fim de marcar o caminho para depois poder sair do labirinto. Desse modo, o jovem consegue matar o Minotauro e escapar do labirinto, consagrando e homenageando a venerada imagem de Cípris durante o regresso a Creta, assim como relata Calímaco no *Hino a Delos* (vv. 310-313):

Ao fugir do monstro que solta mugidos, rebento feroz
de Pasifae, e da recurva morada do tortuoso labirinto,
senhora, em volta do teu altar e ao som da cítara,
dançaram em círculo. Conduzia o coro Teseu.
(CALÍMACO in FERREIRA, 2008, p. 37).

Figura 4,50: Representação de Teseu matando o Minotauro numa taça ática



Fonte: BRITISH MUSEUM. 2019

Os feitos heroicos de Teseu e do mito estão representados em várias ilustrações, como a da figura anterior, localizada no British Museum, a qual representa uma taça ática e está datada entre 440 e 420 a. C. Na imagem, o herói arrastra o Minotauro morto, puxando-o para o exterior do labirinto, cuja porta está semiaberta e apresenta gregas complexas e retângulos de xadrez (FERREIRA, 2008). Depois que o herói regressa da luta vitoriosa contra o monstro, a separação entre Ariadne e Teseu ocorreu em Naxos por causa da morte de Teseu inflita por Artemis.

Essa versão final do mito, com a morte trágica do herói Teseu, é presente na *Odisseia*, obra na qual Homero revela que Ulisses, durante sua descida ao encontro de Hades, depara-se com Fedra e Ariadne, ambas haviam sido esposas de Teseu, para quem ele desvela como aconteceu a morte do herói:

Vi Fedra, Prócris e a formosa Ariadne,
filha de Minos de pensamentos funestos, que Teseu um dia
trouxe de Creta para a cidadela da sagrada Atenas.
Não chegou porém a desfrutar dela. Antes casou-lhe a morte, Artemis
em Dia, rodeada pelo mar, por denúncia de Dioniso
(HOMERO in FERREIRA, 2008).

Teseu representa um grande herói da mitologia grega, cuja notoriedade deriva da sua força, habilidade, valentia, tenacidade e inteligência, com as quais consegue matar o Minotauro e sair do labirinto. De fato, em grego, o nome Teseu significa “homem forte”, coerentemente à narrativa a qual aponta que, desde criança, ele conseguiu levantar uma grande pedra, impressionando todo o mundo com a sua potência.

No livro *Le Mythe et le Mythique*, originado do *Colloque de Cerisy*, Gilbert Durand elabora um paralelismo simbólico proveniente do mito do Minotauro que mora no labirinto. Segundo Durand, esse labirinto representa simbolicamente o caos urbanístico da cidade moderna, enquanto o Minotauro encarna essa caricatura monstruosa do urbanismo selvagem:

A onipotência impressionante do Minotauro desperta no desencanto dos homens. A construção, mesmo ridiculamente ordenada, de Auschwitz ou gulags proclama as metástases do labirinto e a monstruosa caricatura do sonho urbano. (...) Tudo em uma onda urbana de pessoas incapacitadas que não são mais controladas por uma ciência do espaço (DURAND, 1987, p. 26).

Sendo assim:

Observamos, portanto, que, dependendo da "bacia semântica" prevista, o símbolo das alterações do labirinto muda de significado. Em épocas e áreas sociais em que a ordem e a razão urbanas triunfam, o labirinto - rejeitado ao lado da *selva oscura* - é ele próprio domesticado e usado como um jogo ao ar livre. Pelo contrário, quando a cidade se torna ameaçada por um urbanismo que não mais controla, torna-se a prisão do Minotauro, desordem do artefato, debandada do aprendiz do feiticeiro faustiano, contrário à ordem da natureza. Finalmente, uma terceira solução surge quando, em uma cidade irremediavelmente anárquica e com uma natureza civilizada poluída, é uma questão de encontrar a felicidade nas margens estreitas deste destino, onde fábricas e crematórios fumam. *Amor fati*: apego de Sísifo à sua rocha e de Dédalo à sua prisão” (DURAND, 1987, pp. 26-27).

Portanto, consoante a como o autor enxerga alegoricamente o mito do Minotauro, também na realidade atual do Rio de Janeiro podemos encontrar mitemas e características simbólicas.

O arquétipo do *monstro* seria constituído metaforicamente pelos seres hegemônicos, como *in primis* o Estado, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, o governo do estado do Rio de Janeiro, as grandes organizações esportivas nacionais e internacionais, do mesmo modo que as grandes empresas e corporações nacionais ou multinacionais relacionadas aos megaeventos. Inspirando-nos no raciocínio de Milton Santos, constatamos que todos esses atores são “monstros” porque lucram sobre esses episódios e sobre a gestão da cidade, não se importando com o verdadeiro desenvolvimento sustentável do território e da sociedade, mas somente com o lucro desenfreado, efeito dos seus interesses, criando empreendimentos, estacionamento, centros comerciais, megaprojetos, novas arenas padrão FIFA ou COI, estádios, infraestruturas, obras de mobilidade urbana e outras obras sobredimensionadas. Para tanto, ao reformar, destroem. Constroem vias de acessos e viadutos, modificam, fragmentam e transformam o território. Ao mesmo tempo, segregam e afetam a população local.

Tal pensamento também é compartilhado por Gilmar Mascarenhas e sua luta como professor, ativista e morador da cidade carioca nos inúmeros artigos e obras publicados, bem como em encontros, palestras, aulas, seminários, congressos.

4,10,4 Mitemas e características em comum entre o mito de Teseu e Gilmar

Seguindo a mitodologia de Gilbert Durand e a mitocrítica dos textos literários que apresentam o mito de Teseu e do Minotauro, também conhecido como mito de Ariadne, podemos individuar diversos mitemas, por exemplo: o labirinto, o monstro, a vitória contra o monstro e o amor. Além disso, evidenciam-se os arquétipos, como a *queda* e a *morte trágica*, que são presentes no esquema T9 de Yves Durand. A partir da mitanálise, é possível constatar que muitos mitemas individuados no mito do passado se refletem também na sociedade atual da cidade do Rio de Janeiro.

O labirinto de Minos simboliza a dificuldade, o caos e a insolubilidade do mundo hodierno; por sua vez, o Minotauro representa algo de monstruoso que surge do ser humano e que cada um arrasta consigo ou enfrenta (FERREIRA, 2008).

Assim o Minotauro longo tempo latente
De repente salta sobre a nossa vida
Com veemência vital de monstro insaciado
(LOPES, 1990, p. 20)

Logo, o Minotauro representa algo de insaciável, que devora todas as coisas boas da vida e do lugar onde vivemos e que pode aparecer de repente, em qualquer instante. Desse monstro, só podemos nos libertar e alcançar o sossego e a tranquilidade através da claridade da luz, assim como é expresso no poema *Geografia*:

Gritei para destruir o Minotauro e o palácio. Gritei para destruir a sombra azul do Minotauro. Porque ele é insaciável. Ele come dia após dia os anos da nossa vida. Bebe o sacrifício sangrento dos nossos dias. Come o sabor do nosso pão a nossa alegria do mar. Pode ser que tome a alegria de um polvo como nos vasos de Knossos. Então dirá que é o abismo do mar e a multiplicidade do real. Então dirá que é duplo. Que pode tornar-se pedra com a pedra alga com a alga. Que pode dobrar-se que pode desdobrar-se. Que os seus braços rodeiam. Que é circular. Mas de súbito verás que é um homem que traz em si mesmo a violência do touro⁴⁸.

Os mitos, hábitos, tradições, crenças e rituais dos antigos, segundo o olhar predominante no período de Vico, constituíam meras fantasias de primitivos ou invenções criadas para iludir as massas. Segundo Vico (FIKER, 1998), todavia, assim como as metáforas antropomórficas dos primeiros discursos, os mitos eram meios naturais de transmitir uma visão coerente do mundo, da forma como ele era enxergado e interpretado pelos antigos. Da mesma forma, Gilmar se encontrava a enfrentar o poder econômico de uma sociedade baseada em um sistema capitalístico e neoliberal que cuida somente dos seus interesses de uma forma vertical e hegemônica. Assim, vê-se que para ambos os heróis, Teseu e Gilmar, o labirinto representa o lugar ou a situação complexa e sem saída, as dificuldades, os obstáculos, a complexidade e a violência que nos rodeia cotidianamente nas grandes cidades. Na realidade de Gilmar, o labirinto é equiparável simbolicamente à cidade do Rio de Janeiro, com os seus problemas urbanos e as suas desigualdades sociais.

⁴⁸ Obra poética III, p. 89. Arte poética IV de *Dual*.

Cumpra pensar as inúmeras favelas e comunidades chamadas de “morros” no Rio de Janeiro, onde existem diversos problemas relacionados com habitação, pobreza, criminalidade e violência, tráfico de droga, falta de saneamento básico, de um sistema de saúde decente e de educação. Além das favelas, também no “asfalto”, isto é, no resto da cidade, existem várias problemáticas ligadas à mobilidade urbana, bem como ao caos urbano, gerado pelo trânsito desenfreado e pelos ônibus que circulam de maneira irregular com alguns motoristas que dirigem de forma imprópria.

Gilmar, assim como Teseu, é um herói da resistência, da luta e da libertação, que lutava cotidianamente mediante seu ativismo social, seu desempenho e envolvimento profissional e acadêmico, para poder sair desse labirinto caótico da cidade do Rio de Janeiro e vencer esse monstro que podemos expor simbolicamente como os seres hegemônicos que gerem e administram a cidade. É preciso frisar que, mesmo se Gilmar não conseguiu “vencer” diretamente na sua vida real esses monstros, ele deu um grande impulso. A herança que nos deixou através das suas atividades profissionais, obras e ações de vida cotidiana, são de grande exemplo e indicam o caminho para o futuro, para poder sair vitoriosos desse caótico labirinto.

Tabela 4,6: Teste Arquétipo de Yves Durand aplicado a Teseu e Gilmar

ARQUÉTIPOS DE Y. DURAND	CORRESPONDENTES NO MITO DE TESEU (MITO DE ARIADNE)	CORRESPONDENTES NA REALIDADE ATUAL DO SÉCULO XXI
Algo cíclico	Labirinto; Minos impõe às cidades sob seu domínio um imposto anual de sete meninas e sete jovens como alimento para o Minotauro	Megaeventos no Rio de Janeiro: Jogos pan-americanos de 2007, Jogos Mundiais Militares de 2011, Taça das Confederações de 2013, Copa do Mundo de Futebol de 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, Copa América de 2019; Remoções; Acidentes com ciclistas.
Monstros (devoradores)	Minotauro	Governo do estado; prefeitura; COI; COB; FIFA; Sistema de mobilidade urbana do Rio de Janeiro; Estádios e Arenas padrão FIFA e COI; grandes empresas nacionais e multinacionais; construtoras e empreiteiras (Odebrecht e OAS), imobiliárias etc.
Queda	Morte trágica do herói em Naxos inflita por Artemis	Morte trágica, atropelado no bairro da Glória no Rio de Janeiro por um ônibus enquanto ia de bicicleta para um trabalho de campo com a sua turma de alunos de Geografia da UERJ.
Personagens (heróis)	TESEU	GILMAR MASCARENHAS
Espada	Coragem; intrepidez; sacrifício; tenacidade; persistência; esperteza; fio de Ariadne	Luta; resistência; firmeza; esperança; dignidade; tenacidade; persistência; sobrevivência; amor; sorriso; uso da bicicleta e do metrô; não uso de meios automobilísticos e ônibus; livros; artigos; publicações.
Refúgio	Ariadne	Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Vivência acadêmica; Bicicleta; família; amigos.
Fogo	Esperança	Luz; esperança; projetos futuros.
Animal	Elemento complementar	Elemento complementar
Água	Elemento complementar	Elemento complementar

Fonte: ELABORAÇÃO DO AUTOR COM BASE NO TESTE ARQUÉTIPO DE YVES DURAND (1988)

Dos ensinamentos que Gilmar nos transmitiu, percebemos que é necessária, assim como vislumbra também Milton Santos (2004; 2012), uma mútua colaboração e uma solidariedade orgânica entre todos os seres humanos que compõem a nossa sociedade atual. Os valores da coletividade, da sinergia, da irmandade, da ajuda recíproca, da

gentileza, da educação, do respeito, da amizade e do amor constituem valores que estão sendo ameaçados pela nova conjuntura do sistema sociopolítico hodierno no contexto de uma sociedade sempre mais globalizada, contudo, ao mesmo tempo, individualista. O ego pessoal está prevalecendo e substituindo estes valores.

Nessa perspectiva, a ganância e os interesses próprios são os únicos objetivos que os governantes, a elite econômica dominante e uma grande parte da população perseguem de forma desenfreada. Tornamo-nos, assim como Teseu, escravos da nossa liberdade e do nosso destino. Na mesma linha de raciocínio, José Augusto Seabra, em seu poema contido na obra *Gramática Grega*, descreve Teseu como “escravo da liberdade e do destino”:

Como circulas
No labirinto
De fuga em fuga
Cercando Minos
Duma loucura
Que te domina
Mais do que o Touro
Em que ruminas,
Teseu, é o escravo
Da liberdade
E do destino,
Ainda errando
Com Ariadne
De signo em signo?
(SEABRA, 1985)

Portanto, é preciso uma mudança de rumo. Com esse fim, segundo Ferreira (2008) que corrobora a tese de Santos (2004; 2012), somente a solidariedade e a mútua colaboração sem reservas nos consegue libertar de um e de outro: “Teseu quis participar nas desventuras do seu povo e tentar libertá-lo, mas só o conseguiu com a colaboração interessada de Ariadne” (FERREIRA, 2008, p. 7). A libertação é alcançada, então, graças à coragem e tenacidade de Teseu, tanto quanto ao auxílio e à doação de Ariadne. Conforme Ferreira, “Teseu é o herói da coragem, da doação, da amizade, da liberdade. Mas, sozinho, sem o contributo de Ariadne, não teria levado a empresa a cabo.” (FERREIRA, 2008, p. 42). O mito, segundo a ótica de Durand, ao longo da história pode ser modificado, manipulado e adaptado à realidade do período histórico e à sociedade de referência. Dessa forma, o mito de Teseu se atualiza e se repete na história de Gilmar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante nossa pesquisa, observou-se como os megaeventos conseguem influenciar de maneira relevante o imaginário e a percepção de uma parte da população local de uma cidade.

Os cariocas, como são chamados os habitantes da cidade do Rio de Janeiro, tiveram experiências com megaeventos, quando da realização do Pan-americano, dos Jogos Mundiais Militares, da Copa das Confederações e da Jornada Mundial da Juventude. Portanto, quando houve a escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de Futebol e a Olimpíada, eles já tinham a percepção (que depois foi confirmada) de que estes megaeventos não vinham para promover uma justiça socioespacial. Eles são, de fato, meganegócios, pois envolvem, muito dinheiro.

Na verdade, assistimos efetivamente à subordinação dos investimentos a grandes interesses que se conectaram ao megaevento. Os megaeventos foram somente catalisadores, não foram eles os promotores das mudanças que ocorreram no Rio de Janeiro, mas constituíram um momento de catalisação destas mudanças.

Quanto ao imaginário da população, em nossa pesquisa percebemos que boa parte do povo carioca se sente frustrada. Havia uma esperança de que o megaevento poderia solucionar alguns problemas. A maioria dos entrevistados considerou que o megaevento só durou o tempo em que aconteceu, ou seja, três semanas, sem deixar heranças positivas e duradouras para o povo. Pelo contrário, além de deixar prejuízos, houve muita corrupção e desvio de dinheiro face aos importantes investimentos. Também a grande maioria dos moradores das áreas de estudo entrevistados consideram que os investimentos que foram necessários para a realização dos Jogos Olímpicos de Rio de Janeiro usaram recursos financeiros que poderiam ser investidos em outros setores importantes, como a saúde, a segurança, a educação, a moradia e o saneamento básico.

Esse fenômeno, embora tenha suas especificidades no caso do Rio de Janeiro, constitui um fenômeno global. Há processos semelhantes em países subdesenvolvidos que possuem um sistema sociopolítico frágil e uma base infraestrutural pouco sólida, não obstante as especificidades de cada lugar onde o evento é organizado.

No estudo evidenciou-se que nem todos os territórios podem competir para acolher e organizar os megaeventos. Inúmeros são os problemas que os megaeventos podem gerar quando são organizados por países subdesenvolvidos, porque nesses países a procura de serviços ainda não está suficientemente desenvolvida e apenas uma estreita

faixa da população local é que obtém os benefícios derivantes dos investimentos. Viu-se que as faixas mais vulneráveis é que sofrem os efeitos negativos, tais como expropriações e remoções (frequentemente forçadas) da população residente nas áreas de interesse, assim como aconteceu para as nossas 4 áreas geográficas de estudo com as relativas comunidades. Tais dinâmicas alargam claramente a desigualdade entre a população de um determinado território, o que aumenta os desequilíbrios territoriais e sociais (SANTOS 2005; 2012; HARVEY 2005; PREUSS, 2007; BRENNER 2009, 2014a, 2014b).

O pouco uso dos estádios, arenas e outras infraestruturas desportivas e turísticas, assim como problemas de manutenção depois da conclusão do evento denotam atritos nos países subdesenvolvidos. Assim como aconteceu para o Parque Olímpico do Rio de Janeiro, bem como para o Teleférico da Providência, que agora estão fechados, esses custos demasiado altos de gestão e manutenção ordinária explicam por que é difícil encontrar quem possa geri-las.

Além da cidade de Rio de Janeiro, essa problemática tem sido evidente para o caso da África do Sul e para outras cidades brasileiras, como Brasília, Manaus, Natal e Cuiabá, onde de fato, depois do fim do evento, as instalações ficaram praticamente inutilizadas. Veem-se frequentemente obras ou infraestruturas que, se não são projetadas em função dos cidadãos, ficam quase como vestígios de um passado glorioso, os famosos “elefantes brancos” ou “catedrais no deserto”.

Segundo Essex e Chalkley (2003), as necessidades e as circunstâncias das cidades anfitriãs não são sempre iguais. Por exemplo, em alguns casos, foram necessários elevados investimentos para melhorar a saúde pública e os padrões ambientais para chegar a conformar os turistas, enquanto que em cidades mais desenvolvidas não foi preciso nenhum tipo de investimento. É importante frisar que cada megaevento desportivo poderá apresentar semelhanças com outros que já aconteceram no passado, mas, com certeza, nunca será igual. Diferenças sociais, territoriais, políticas, ambientais, culturais e do nível de desenvolvimento de cada país e cidade anfitriã vão interferir no resultado desses megaeventos.

No caso do Rio de Janeiro, houve um processo de transformações socioespaciais que promoveram acumulação de capital em determinadas áreas da cidade, como por exemplo na Barra da Tijuca, na Zona Portuária e na Zona Sul. Havia um interesse de alguns agentes econômicos e políticos nessas transformações. O conceito de David

Harvey (2005) de “ajuste espacial” fica claro pela destruição da configuração espacial que existia anteriormente e da construção de novas configurações espaciais.

Os elevados investimentos, cerca de 38 bilhões de reais, a maioria em obras de infraestruturas, instalações esportivas, obras de mobilidade urbana, geram questionamentos e críticas. Por exemplo faltam investimentos em infraestrutura urbana de mobilidade na integração da cidade do Rio de Janeiro com a região metropolitana, na integração do Rio de Janeiro com a Baixada Fluminense, e o leste metropolitano. Isso denota um planejamento urbano fragmentado e seletivo, que ignora o fato de o Rio de Janeiro ser a segunda maior metrópole do Brasil. Além disso, questiona-se também a opção pelo modal que essas intervenções fizeram. O BRT, por exemplo, já nasceu obsoleto, inferior à demanda. É impossível, portanto, ver o projeto de mobilidade desconectado do projeto de ocupação do território carioca.

Os investimentos foram completamente seletivos. O projeto olímpico de ajuste espacial estava concentrado em 3 áreas: Barra da Tijuca, Centro do Rio/Porto e Zona Sul. Pelo que concerne o bairro do Maracanã, as intervenções urbanas foram ligadas somente ao estádio e à Favela do Metrô, mas não houve uma intervenção muito grande no território do Maracanã. Não houve um projeto de investimento no território do Maracanã com tanto impacto como na área portuária e na Zona Oeste. As principais intervenções e transformações socioespaciais aconteceram seguramente na Barra da Tijuca. Essas intervenções afetaram a comunidade local (sobretudo da Vila Autódromo) mediante a remoção e expropriação da população daquele espaço para territórios mais distantes. Na Barra da Tijuca, o projeto era de construção de um novo polo, de uma nova centralidade. A Barra da Tijuca já era uma área de expansão social da classe média, mas a ideia deste projeto olímpico estava associada à transformação da Barra da Tijuca numa nova centralidade social, política e económica. A Zona Sul sempre foi uma centralidade, portanto se tratava de fortalecer esta centralidade da Zona Sul, criar uma nova centralidade na Barra da Tijuca e renovar a centralidade da área portuária, que era uma centralidade decadente do ponto de vista do capital. Portanto, o ajuste espacial do Rio de Janeiro está relacionado basicamente a estes 3 experimentos neoliberais, para utilizar o conceito de “urbanização neoliberal” de Brenner (2009, 2014a, 2014b). Os megaeventos do Rio de Janeiro constituíram momentos muito importantes de catalisação e de legitimação destes experimentos.

Este projeto de ajuste espacial de cidade que subordina certas áreas da cidade aos interesses de mercado, sobretudo imobiliário, e que está associado a experimentos de neoliberalização de algumas áreas da cidade, encontrava e encontra ainda uma barreira muito grande. Esse obstáculo é a presença de classes populares nessas áreas: Barra da Tijuca, Zona Portuária, Zona Sul. A Prefeitura enfrentou e enfrenta esse problema com processos gravíssimos de violação do direito à moradia, com remoções. Na Barra da Tijuca muitas comunidades não existem mais: Vila Recreio, Vila Harmonia, Vila Recreio 2. Foram removidos porque os ricos que moram na Barra da Tijuca não aceitam morar perto da população operária, pobre. Na Vila Autódromo moravam 700 famílias que tiveram suas casas e sua vida invadidas. É inaceitável a violação dos direitos humanos e do direito à moradia

Qualquer projeto urbano que vai afetar uma comunidade precisa ser discutido com a comunidade que vai ser afetada. O Estatuto da Cidade, lei brasileira, garante isso (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2001). Porém, várias comunidades foram removidas no caminho do BRT sem que essa alternativa tivesse sido discutida com as comunidades. Além disso, a comunidade tem o direito de ter uma transferência para uma área próxima de onde vive. Dois princípios foram violados: discutir com a comunidade as alternativas possíveis e garantir que no caso da inevitabilidade da remoção, que essa fosse feita em diálogo e consenso com a comunidade para uma área próxima. Foram violados em todas as intervenções.

No início de 2010 aconteceram remoções noturnas, com caminhões de lixo transportando a mudança das pessoas. Houve ordem judicial ameaçando as pessoas a saírem de casa repentinamente, sem tolerância de tempo (PENHA, 2019; COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2015). Este processo representa sem dúvida uma mancha grave na história da Olimpíada do Rio de Janeiro.

Casos de estudo que apresentamos, como o caso da Vila Autódromo, são emblemáticos. Vimos como a comunidade surgiu como uma colônia de pescadores e ao longo dos seus 50 anos de existência foram várias lutas e algumas conquistas. A comunidade possui dois títulos de posse que a legítima a permanecer naquele território. Conquistaram também a AEIS, “Área de Especial Interesse Social”, Lei Complementar 74 de 2005. Mesmo com esses direitos conquistados, com a chegada do megaevento Olimpíada de 2016, essas leis foram lesadas e desrespeitadas pelo Estado. Em nome das Olimpíadas e movidos pela especulação imobiliária. Apesar de muita luta, somente 20 famílias conseguiram permanecer nesse território, com muitas dificuldades.

Hoje em dia a comunidade da Vila Autódromo faz um apelo ao COI e aos organizadores dos próximos megaeventos como os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 e aos governantes do Japão: que respeitem o direito à moradia. A terra foi feita para ser partilhada e não ofendida. Todos têm direito a uma moradia digna. Os moradores da Vila Autódromo apoiam as comunidades do Japão, apoio contra a remoção, relativa aos novos jogos olímpicos que vão surgir. “Não somos contra algum tipo de evento ou megaevento, apenas não concordamos que essas pessoas percam os seus direitos e sejam removidas de suas residências” (MUSEU DAS REMOÇÕES, 2019).

Com o objetivo de tornar o território da Zona Oeste um polo de serviços e um polo econômico, houve um investimento de grandes proporções na Barra da Tijuca. A população pobre da Barra da Tijuca foi retirada e removida para áreas mais periféricas e longínquas. Porém, assim como já dizia MARX 1983, 1984 em *O Capital*, o capital precisa de força de trabalho, o capital sem força de trabalho não existe. A população removida é constituída por empregados, doméstica(o)s, porteiros, zeladores. Não apenas mão-de-obra desqualificada, mas também de uma certa experiência como técnicos. Esta população que representa a força de trabalho tem que vir para a Barra da Tijuca a trabalhar. Porém, não pode morar ali porque os ricos moradores não aceitam os pobres ao seu lado, ao seu redor. Para isso foram necessários sistemas de transporte e de mobilidade urbana para que esta população pudesse se locomover para vender sua força de trabalho, porém sem permanecer morando ali.

Resolveu-se um problema da Barra da Tijuca que jamais se constituiria num polo, numa centralidade, se não se resolvesse o seu problema de conectividade com o conjunto da cidade. O projeto olímpico criou as condições para tornar a Barra da Tijuca uma nova centralidade da cidade. ao investirem em BRT. Porém, questiona-se o porquê de não investirem em conjuntos habitacionais, não construírem habitações de residência social. O custo de deslocamento seria menor e a população moraria na Barra da Tijuca. Como ela constitui-se como uma área de vazios urbanos, é irracional do ponto de vista do planejamento, construírem-se sistemas de transporte que permitem o deslocamento da população que mora a 20 km e não se construírem moradias.

Evidentemente, pela força do capital, estas infraestruturas são importantes e, do ponto de vista da força de trabalho de quem não reside lá, mas que trabalha lá, esses equipamentos são essenciais. Do ponto de vista dos trabalhadores, e do capital que precisa dos trabalhadores, esta infraestrutura é necessária para que o morador se desloque. Alguns trabalhadores com os quais tivemos a oportunidade de conversar, consideram o BRT um

equipamento muito útil porque permite a eles de se deslocarem para a Barra da Tijuca para trabalhar e retornar para casa. Mas do ponto de vista de um projeto de cidade mais justo socialmente, o BRT não foi uma boa obra de mobilidade. Assim como sublinha também o professor Orlando Alves Dos Santos Junior da UFRJ e membro do Observatório das Metrópoles (SANTOS JUNIOR, 2019), o BRT já surgiu lotado. Já surgiu “uma lata de sardinha”. Do ponto de vista daqueles que precisam chegar na Barra da Tijuca para trabalhar, é um equipamento que pode ser considerado bom. Mas não promove a justiça social e socioespacial.

Segundo a opinião do professor Gilmar Mascarenhas, teria sido melhor investir no metrô do que no BRT. De fato, o projeto inicial da linha 4 do metrô iria sair do centro da cidade, da “Carioca⁴⁹”, passaria pelo bairro de Fátima. Passaria por de baixo daquele maciço e iria parar em Laranjeiras. Passando por outro maciço, iria para Humaitá, Jardim Botânico e Gávea. “Seria uma linha perfeita porque quem mora em Laranjeiras e no bairro de Fátima não tem metrô, são pessoas que vão a pé. Essa linha muito bem desenhada não foi realizada por falta de verba e de dinheiro. E não vão mais fazer” (MASCARENHAS, 2019).

Ainda segundo Mascarenhas que, como temos visto, lutou grande parte da sua vida contra o sistema de mobilidade urbana do Rio de Janeiro e contra os interesses das empresas dominantes:

Não houve nenhuma consulta à população. Além disso, qualquer ampliação do metrô você está lutando contra os interesses dos ônibus. São empresas poderosas que controlam não somente a cidade do Rio de Janeiro, mas o Brasil inteiro. Por exemplo, antigamente já teve o transporte de barco ou ferry dentro da Baía de Guanabara para ir ao Botafogo ou ao Flamengo etc. mas isso acabou por causa do ônibus, e era muito mais agradável. São Gonçalo por exemplo, é uma cidade com quase 1 milhão de habitantes, e todo o mundo pegava. Enfim, é uma lógica que só privilegia os interesses de um grupo. Se esqueceram de tudo isso porque tinham que atender à Barra (MASCARENHAS, 2019).

Esse projeto de ajuste espacial subordina determinados territórios aos interesses do mercado. Para fazer isso ele é obrigado a beneficiar certas áreas com os investimentos requeridos por essa subordinação. Com consequência, determinados bairros são beneficiados por estes investimentos.

Quanto ao Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), é relevante frisar que constitui uma forma de transporte que tem sido revalorizada no mundo inteiro. De fato, trata-se de um

⁴⁹ O Largo da Carioca é um logradouro público situado no Centro da cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. É um local amplo com circulação intensa de trabalhadores, populares e vendedores ambulantes com os mais diversos serviços e produtos. É considerado, por muitos, o "coração" do Centro do Rio de Janeiro.

transporte menos poluente, esteticamente bonito. Como não é um transporte individual, mas sim um transporte coletivo, diminui o elevado número de carros que transitam no centro das cidades e no que concerne particularmente à cidade carioca também. Portanto, desse ponto de vista, o VLT traria vários benefícios para a população ou poderia atender a várias comunidades da cidade.

Porém, conforme a opinião também do professor Orlando Alves Dos Santos Junior (SP4, 2019), o projeto do VLT apresenta vários limites e desvantagens como os seguintes problemas: 1) O circuito não foi objeto de uma discussão democrática com a população; 2) O seu modelo de gestão é baseado numa parceria público-privada, viabilizando o lucro para a empresa em detrimento de prejuízo o setor público; 3) Falta integração entre o VLT e os demais modais de transporte urbano.

De acordo com diversos moradores da zona central da cidade e usuários do VLT, verificou-se que o trecho mais importante do VLT consiste na ligação entre o aeroporto Santos Dumont e a Rodoviária. Mas só é importante para os executivos, usuários do transporte aéreo, isto é, classe média e alta.

Como o projeto visava melhorar a área central e revitalizá-la, tornar novamente a área portuária uma nova centralidade da cidade, isso implicava, no âmbito do projeto olímpico, atrair o capital para essa área. Por isso a lógica de investimento subordinava as obras e as intervenções aos interesses do mercado, ou seja, o objetivo e interesse era trazer os executivos do aeroporto para os prédios corporativos que estão sendo construídos ao redor da rodoviária, o circuito que interessa integrar. Se a intenção era também de beneficiar os moradores do bairro, isso se transformou num problema. Os moradores do bairro têm que pagar mais por trajetos curtos, sem que esteja integrado aos demais modais de transporte. Efetivamente, constatamos que a população que usa o VLT é constituída em sua maioria pela classe média ou média/alta e menos pela população pobre que mora na zona portuária.

Com relação às áreas de pesquisa analisadas no bairro Maracanã, isto é, a Aldeia Maracanã e a Favela do Metrô Mangueira, assim como fez o jornalista Luigi Spera durante uma reportagem, é importante parar um momento na passarela situada fora da estação do metrô Maracanã e que interliga o estádio, o metrô e a UERJ.

No meio da passarela do metrô Maracanã, onde de um lado fica a UERJ, do outro o estádio Jornalista Mário Filho (Maracanã) com a Aldeia Indígena Maracanã, e do outro lado a Favela do Metrô – Mangueira, percebe-se o projeto hegemônico e brutal da Prefeitura e dos outros envolvidos. a reforma de um estádio que já foi reformado para a

Copa e, do outro lado, a UERJ, que sempre foi considerada como uma unidade de esquerda, por ser uma das primeiras universidades a introduzir o sistema das cotas para a inscrição de estudantes negros e índios e é a universidade que teve um dos maiores números de graduados, portanto era um modelo único. Conforme sublinha Mascarenhas, professor de Geografia da UERJ: “Enquanto o Maracanã recebeu quase 2 bilhões para a segunda reforma, a UERJ não recebeu nada” (MASCARENHAS, 2019). Do outro lado da avenida, em baixo da passarela e do viaduto, situa-se o que sobra da Favela do Metrô que foi quase totalmente destruída e removida, sem necessidade. Hoje em dia a Favela do Metrô é sinônimo de tráfico de droga, de escombros, de lixo e de pobreza. Assim como a UERJ e a Favela do Metrô, também a Aldeia Maracanã possui um valor simbólico.

Porém, no novo Brasil que cresce, o estado do Rio de Janeiro, que quer o desenvolvimento especulativo em um determinado modo, não quer a presença da Universidade Pública, da Favela do Metrô e da Aldeia Maracanã. Tampouco dos índios que ficam perto do Maracanã onde se pretende fazer obras de reformas, estacionamentos e shopping. É preciso remover a favela e a aldeia indígena porque não interessa, fechar o desenvolvimento da universidade de esquerda. Portanto, tudo isso tem um valor simbólico.

- **Problemas de gestão**

De acordo com David Harvey (1992, p. 88), “o espetáculo sempre foi uma potente arma política”, e isso se intensificou nos últimos anos como forma de projeção e controle social na cidade no contexto da ascensão do modelo de gestão urbana empreendedorista (HARVEY, 1996; VAINER, 2000). Na essência, os Jogos Olímpicos contemporâneos tendem a favorecer setores hegemônicos e a consolidar projetos de gestão neoliberal do urbano.

Segundo Gilmar Mascarenhas (2019), diante da supracitada onda mundial de críticas, uma nova era olímpica parece se esboçar, de forma que os Jogos 2016, provavelmente, entrarão para a história do urbanismo olímpico como a última edição de um ciclo (1988-2016) de edições faustosas, maioritariamente impopulares e excessivamente impactantes. O hipotético final deste ciclo depende, maioritariamente, da capacidade de contestação e

da continuidade da luta e da construção coletiva de um discurso crítico que deslegitime este modelo.

O ápice do gigantismo e do urbanismo olímpico espetacular das recentes edições dos jogos gerou a expansão das críticas globais sobre o desperdício de recursos como movimento anti-olímpico e outros (MASCARENHAS, 2019).

Sendo assim, de acordo com Mascarenhas (2019), a reação do Sistema Olímpico e também da FIFA consistiu:

- Nova mudança geográfica em direção aos BRICS e à periferia “rica e pouco democrática” (Pequim 2008, África do Sul e Délhi 2010, Eurocopa 2012, Sochi e Brasil 2014, Rússia e Pyongyang 2018, Qatar 2022; provável Copa 2030 na China).
- Dispersão espacial para atenuar impactos: Euro 2020 (doze países) e Copa do Mundo 2026 (três países)
- Aparente estratégia “olímpica” de movimento pendular, alternando os supracitados eventos *hard* (dispendiosos) com eventos *soft*: Londres 2012, Tóquio 2020.
- Agenda 2020: flexibilização das exigências e caso Tóquio 2020 (estádio olímpico). Perspectivas de projetos olímpicos bem mais “enxutos” e menos concentrados.

Através da AGENDA 2020, o COI está mudando de estratégia, já que muitas cidades estão retirando a própria candidatura e recusando-se de organizar os jogos. As próximas Olimpíadas foram atribuídas a Paris e Los Angeles, pois são duas cidades importantes e grandes que pertencem a países que sabem controlar a corrupção e, portanto, terão também um retorno. Para Paris 2024, por exemplo, apenas 5% dos locais olímpicos serão novos e definitivos; 100% de transporte será não poluente e ecológico (MASCARENHAS, 2019).

Rio de Janeiro 2016 talvez seja a última edição de um modelo falido. O caso de Rio de Janeiro virou um caso emblemático e um exemplo de como não se devem organizar os jogos. Também porque houve um grande acompanhamento e interesse por parte da

mídia internacional, que estavam interessados sobretudo a esses impactos negativos e não à parte esportiva. A especulação e a corrupção foram muito sublinhadas.

A possibilidade de que possa funcionar um evento desse tipo é inversamente proporcional ao nível de corrupção do país anfitrião. Isto é, organizar um megaevento em um país muito corrupto significa abrir mão para que a corrupção possa ampliar-se. O megaevento representa, portanto, uma desculpa para corromper mais. Contrariamente, em um país onde o nível de corrupção é baixo, o megaevento pode trazer efeitos positivos.

Outro problema também está relacionado com promessas enganosas do governo da cidade e dos organizadores. Os cariocas esperavam muitos turistas para quem queriam alugar a própria casa ou um quarto. Mas vieram ricos que preferiram dormir nos hotéis. Muitos jogos e eventos esportivos não conseguiram espetadores e muitos ingressos foram doados, oferecidos, foram despachados. A maior parte dos eventos durante os jogos não tiveram público porque pensava-se que os brasileiros tinham uma paixão consistente para o esporte. Na verdade, a preferência é por futebol, basquete e vôlei. O estádio do Maracanãzinho só esteve cheio no dia da final.

Muitos empresários e hoteleiros fizeram reformas consideráveis das próprias estruturas, e tiveram poucos clientes. Portanto, seria importante uma melhor previsão e estudo de possíveis turistas, comunicar à população quantos visitantes de verdade o evento trará, quanto seriam os custos e os gastos.

Podemos resumir que não houve grandes benefícios com as olimpíadas. Os efeitos positivos são a regeneração da zona portuária, com a eliminação da Perimetral, a abertura da praça XV e da Praça Mauá e uma nova dinâmica para aquela zona que era permeada pelo degrado.

O ex-prefeito, Eduardo Paz, durante as Olimpíadas cortou todas as ligações de ônibus entre a zona norte e a zona sul para evitar que as crianças pobres pudessem chegar à zona sul. Os moradores de rua também foram tirados de todo o centro. Durante as olimpíadas não existiam mais.

O legado, portanto, são dívidas, remoções violentas, violência que aumentou nas favelas, enobrecimento de alguns bairros, gentrificação. Nas favelas do Vidigal e de Santa Marta o valor dos imóveis aumentou do 1000% (SPERA, 2019).

- **Relativamente ao imaginário da população local e às histórias compartilhadas**

Na última Parte, empregamos como categoria de análise de algumas histórias compartilhadas a *mitodologia* de Gilbert Durand, já exposta e dissertada amplamente na Parte I. Mediante a mitocrítica analisamos mitos literários e por meio da mitanálise examinamos as representações simbólicas derivantes do imaginário de uma determinada comunidade e em um dado contexto histórico e social, isto é, do contexto da sociedade carioca no âmbito do pós-evento olímpico.

A primeira história compartilhada teve como cenário a condição hodierna de luta e resistência da Aldeia Maracanã, onde vivem índios em contexto urbano, naturais de diversas etnias indígenas como a Guajajara, Tucano, Puri etc. A Aldeia Maracanã resiste e existe graças sobretudo ao empenho e à perseverança do seu líder, o cacique José (Zé) Urutau Guajajara, que luta insistentemente contra as constantes ameaças de expulsão da Prefeitura do Rio de Janeiro. Zé Urutau Guajajara, durante o trabalho de campo desenvolvido na Aldeia Maracanã, declarou inspirar-se aos feitos heroicos de um índio do passado, Sepé Tiaraju, herói índio das guerras guaraníticas do século XVIII no Rio Grande do Sul.

Dos relatos de José (Zé) Urutau Guajajara, bem como das narrativas dos outros índios da Aldeia Maracanã que representaram o nosso grupo focal de estudo, aflorou todo o imaginário e a percepção da comunidade com relação ao pós-evento olímpico, às transformações socio-territoriais e a esse preciso contexto histórico e socioespacial. Dos relatos dos nossos inquiridos, averiguamos que a história de luta e de resistência dos índios tem origens muito antigas, que remontam à chegada dos primeiros colonizadores europeus na América.

Dessa forma, podemos afirmar que, assim como percebia Giambattista Vico, a história se repete sempre e, ainda hoje, a distância de séculos, a permanência e sobrevivência dos índios americanos é constantemente ameaçada por diversos fatores. Principalmente pelos interesses dos seres hegemônicos que estão interessados ao agronegócio, ao desmatamento da floresta e da vegetação (sobretudo da Amazônia e do Cerrado), ao enriquecer-se mediante a especulação imobiliária e as obras das empresas construtoras, etc. Isso está demonstrado também pela série de violentos assassinatos de

índios, em particular da etnia Guajajara, a mesma de Zé Urutau que aconteceram recentemente.

Pelo que concerne à Aldeia Maracanã, analisando o imaginário e os depoimentos dos inquiridos, reputamos algo absurdo o fato de a Prefeitura do Rio de Janeiro querer apagar e eliminar essa comunidade que tem direito em permanecer naquele território onde criaram diversas atividades culturais relacionadas com a “Universidade Indígena”. Os megaeventos e o esporte constituem apenas um pretexto por parte da Prefeitura. A vontade de remover a Aldeia Maracanã está associada a interesses sobretudo econômicos. De fato, a intenção seria de remover para construir um grande Centro Comercial ou um estacionamento para o estádio.

Analogamente ao sucedido na Aldeia Maracanã, sobrevive e luta continuamente também a Vila Autódromo, a comunidade que mais foi impactada pelas transformações e fragmentações socio-territoriais no contexto dos Jogos Olímpicos, e que sofreu intensos processos de remoções e expropriações. Tanto a comunidade como sua líder, dona Maria da Penha, representam símbolos de perseverança e força de resistência.

Dessa forma, inspirando-nos em Gilbert Durand, o qual percebe o imaginário como um museu, onde são coletadas todas as imagens e os símbolos do Homem ou de uma comunidade, assim também testemunhamos e descrevemos a singular fundação por parte das 20 famílias que continuam a viver na Vila Autódromo resistindo às ameaças da Prefeitura, do Museu das Remoções. Um museu da memória e do imaginário da população local da Vila Autódromo.

Na terceira história compartilhada nos referimos ao caso da Zona Portuária do Rio de Janeiro, focando a nossa análise principalmente para o Morro da Providência, que foi a primeira favela do Brasil.

O Morro da Providência tem sofrido relevantes processos de transformações socio-territoriais resultantes da revitalização de toda a Zona Portuária mediante o projeto “Porto Maravilha” e a instalação de um teleférico (fechado e inutilizado desde o dia 17 de dezembro de 2016), no topo do morro que causou a remoção de 200 famílias de moradores. Escutando o relato e os depoimentos dos moradores e inspirando-nos em Giambattista Vico pelo qual a história se reproduz com o passar do tempo, instituímos um paralelo histórico com o movimento quilombola, que viu o seu auge no século XVII com o maior quilombo na história do Brasil, o Quilombo dos Palmares.

Dessa forma, constatamos diversas analogias, identificamos características e mitemas em comum entre o quilombo do século XVII e a favela no Rio de Janeiro de

hoje. Os negros e os afrodescendentes, tanto no passado como hoje, estão guetizados em lugares marginais como os quilombos e as favelas e são os primeiros seres que são afetados pelos interesses dos seres hegemônicos que, dependendo do contexto histórico, podem mudar de nome e de cara mas a intenção é sempre a mesma: apagar e eliminar os mais vulneráveis.

Na quarta história compartilhada, são narradas as ocorrências da Favela do Metrô-Mangueira e a percepção de alguns moradores que representaram o nosso grupo focal de análise.

A Favela do Metrô, assim como a Aldeia Maracanã, refere-se a outra área de estudo localizada no bairro Maracanã e que mostra semelhanças e afinidades com os demais locais de análise. Um longo conflito entre habitantes e Prefeitura, que se reproduz a cada novo pretexto e desculpa, a exemplo do caso do Rio de Janeiro, com a ciclo dos recentes megaeventos desportivos, desde os Jogos Pan-americanos de 2007, passando pela Copa do Mundo de Futebol de 2014, a Taça das Confederações, até chegar às Olimpíadas em 2016.

Uma parte dos moradores da Favela do Metrô, graças à sua tenacidade, persistência e espírito de revitalização e regeneração, soube renascer e ressurgir das cinzas e dos escombros das remoções. Justamente por isso, com base no imaginário dos moradores, estabelecemos um paralelismo com a Fênix mitológica que também renasce das suas cinzas. Encontrando no mito da Fênix, mitemas e características que se reproduzem na história da Favela do Metrô no contexto do pós-evento desportivo recente.

A última seção da Parte IV constituiu uma espécie de homenagem ao professor Gilmar Mascarenhas, dramaticamente morto por um ônibus nas vizinhanças da Praça Paris, no bairro da Glória, em junho de 2019, enquanto estava indo de bicicleta alcançar a sua turma de Geografia da UERJ no Centro do Rio de Janeiro para um trabalho de campo.

Gilmar desaprovava a gestão do Rio de Janeiro, principalmente o seu sistema de mobilidade e de transporte, e há tempo havia deixado de utilizar o carro e os ônibus, circulando só de metrô e de bicicleta. Ele condenava também a gestão dos recentes megaeventos desportivos. Afirmava estarem constantemente subordinados às lógicas e às dinâmicas verticais de seres hegemônicos que tencionam apenas atingir as próprias ambições sob a desvantagem das comunidades locais, da sociedade e do tecido urbano da cidade. Em particular, Gilmar não aprovava as modernas arenas “padrão-FIFA” e toda uma série de exigências impostas pela FIFA e pelo COI, pelos grandes grupos

empresarias, com o consenso e a tutela do Estado. Na história que temos apresentado, nos inspiramos nos relatos dos amigos, colegas, bem como dos jornais, revistas, blogs que descreviam a vida de Gilmar Mascarenhas bem como as suas ações.

O “herói” Gilmar é comparado ao herói mitológico Teseu, que combate contra o monstro do Minotauro no labirinto de Dédalo. Essa história compartilhada nasceu também da inspiração da literatura sobre Gilbert Durand, o qual na obra *L’imagination symbolique*, compara o labirinto do palácio de Knossos, ao caos da sociedade e da cidade moderna, bem como o monstro devorador (o Minotauro) ao urbanismo selvagem e à especulação imobiliária relacionada às intervenções urbanas para as Olimpíadas.

Assim como já vimos nas nossas histórias compartilhadas, durante a individuação dos mitemas derivantes das narrativas e dos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, foi possível também aplicar o esquema dos 9 arquétipos elaborado por Yves Durand.

Sendo assim, no âmbito da realização dos megaeventos esportivos e, particularmente, no contexto do pós-evento olímpico que constitui *algo cíclico*, todos os nossos sujeitos da pesquisa podem ser considerados verdadeiros *heróis* correspondentes ao arquétipo da *personagem* no T9 de Yves Durand. Eles são heróis porque lutaram contra o *monstro* dos seres hegemônicos que atuam de forma vertical e hierárquica perseguindo apenas os próprios interesses a desvantagem da população local e dos outros atores vulneráveis envolvidos. Os nossos personagens, apesar da queda que sofreram, conseguiram um *refúgio* e lutaram com a própria *espada* da tenacidade, da persistência, da resistência e da esperança.

A seguir, apresenta-se uma tabela onde é resumido o esquema T9 aplicado às histórias compartilhadas e sobretudo às comunidades das áreas de estudo.

Tabela 5,1: Teste Arquétipo de Yves Durand aplicado aos megaeventos cariocas

ARQUÉTIPOS DE YVES DURAND	CORRESPONDENTES NA REALIDADE ATUAL
Algo cíclico	Megaeventos no Rio de Janeiro: (Jogos pan-americanos de 2007, Jogos Mundiais Militares de 2011, Taça das Confederações de 2013, Copa do Mundo de Futebol de 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, Copa América de 2019)
Monstros (devoradores)	Governo do Estado (Sérgio Cabral Filho; Pezão; Witsel, entre outros); Prefeitura (Eduardo Paes; Crivella); COI; COB; FIFA; grandes empresas nacionais e multinacionais; construtoras; empreiteiras.
Queda	Nariz quebrado da Penha pela polícia; A Prefeitura derruba a casa da Penha; Zé Urutau Guajajara é preso; Remoções; Expropriações; Especulação imobiliária; Corrupção; Uso corporativo e fragmentação do território
Personagens (heróis)	Dona Penha (Vila Autódromo); Cosme Felippen (Morro da Providência); José Urutau Guajajara (Aldeia Maracanã); Gilmar Mascarenhas; Alexandre Trevisan (Favela do Metrô).
Espada	Luta; Resistência; Firmeza; Tenacidade, Uso da bicicleta e do metrô; Esperança
Refugio	Museu das Remoções; Plano Popular da Vila Autódromo; Ex-Museu do Índio; Morro; Favela; Apoiadores; Ativistas; Ajuda de pesquisadores e acadêmicos;
Fogo	Luz, esperança, projetos futuros
Animal	A Fénix; Elementos complementares
Água	Elemento complementar

Fonte: Elaboração do autor com base no Teste Arquétipo de Yves Durand (1988)

Tabela 5,2: Simbolismo nas histórias compartilhadas

ÁREA DE ESTUDO / COMUNIDADE / SUJEITO DA PESQUISA	HISTÓRIA COMPARTILHADA / PARALELISMO	SIGNIFICADO DA REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA E DO IMAGINÁRIO
ALDEIA MARACANÃ	O cacique José Urutau Guajajara se inspira nos feitos heroicos de Sepé Tiaraju.	Os Índios em contexto urbano. A colonização não terminou. A luta dos índios subordinados aos interesses da “nova colonização”.
VILA AUTÓDROMO	Gilbert Durand enxerga o imaginário como um museu	A luta e a resistência do povo da Vila Autódromo pelos seus direitos de moradia. A criação do Museu das Remoções, um museu do imaginário onde a “Memória não se remove”.
MORRO DA PROVIDÊNCIA / ZONA PORTUÁRIA / CAÍIS DO VALONGO / PEDRA DO SAL	Quilombo dos Palmares	A Africanidade – A luta e a resistência contínua dos negros e dos afrodescendentes desde a escravidão nos séculos passados até hoje.
FAVELA DO METRÔ	A Fénix mitológica que renasce e ressurgue das cinzas.	A imortalidade, a superação da morte, o ciclo natural da vida e da morte e o ressurgimento das cinzas. Símbolo de tenacidade, perseverança, insistência, firmeza, mudança, transformação, reinício, renascimento e sobretudo de esperança.
GILMAR MASCARENHAS	Mito de Teseu - Gilbert Durand identifica a luta de Teseu como a luta contra o “labirinto” do urbanismo caótico da cidade moderna	Gilmar-Teseu envolvido no caos do “labirinto” do Rio de Janeiro. Luta contra o sistema de mobilidade urbana e contra os megaeventos como meganegócios que representam o monstro do “Minotauro”.

Fonte: o autor, 2020

- **Possíveis alternativas e propostas de melhorias conjunturais para o futuro**

1) Desconcentrar o megaevento

Depois de terem sido analisados e verificados os diversos limites e problemas que envolvem e pressupõem um megaevento como as Olimpíadas ou um Campeonato Mundial de Futebol, uma possível proposta e sugestão para os que planejam os megaeventos seria transformar o megaevento olímpico em uma série de eventos relacionados a cada modalidade esportiva. Isso aconteceria em diferentes cidades para evitar que haja um impacto muito grande numa única cidade.

De fato, os megaeventos estão fundados na lógica de mobilização de grandes capitais para realização de um evento concentrado numa cidade que inevitavelmente vai gerar profundos impactos urbanos, sociais e políticos sobre aquela cidade. Assim como o nome revela, trata-se de um evento excepcional, que durante um período curto de tempo exige uma infraestrutura capaz de abrigar um conjunto enorme de modalidades esportivas, muitos atletas, instituições, jornalistas, patrocinadores etc.

Do ponto de vista jurídico também cria, com o consenso do poder público, um estado de exceção mediante a implementação de algumas normas *ad hoc* e às vezes fora da constituição, como é o caso da realidade brasileira como a Lei Geral da Copa e o Ato Olímpico.

Assistimos na verdade a um megaevento que se transformou num meganegócio, onde os que gerem e administram este meganegócio possuem a oportunidade de vender “o megaevento excepcional”, porque naquele momento a cidade se transforma numa cidade olímpica. Assim como Marx (1983, 1984) e também Harvey (2005) evidenciaram, existe uma renda excecional derivante de um evento excecional, e só acontece naquela cidade durante um período determinado.

Uma possível solução seria descentralizar a Olimpíada, não torná-la um megaevento.

Hoje a tecnologia das telecomunicações possibilita que a televisão transmita os jogos todos independentemente da cidade onde se desenvolvem com uma cobertura mediática global. Assim, pode-se acolher, por exemplo, a delegação mundial de ténis em Roma, a delegação de futebol no Chile, a delegação de basquete em Los Angeles, a delegação de natação no Rio de Janeiro. Ou seja, desta forma haveria um impacto muito menor sobre a cidade. Não é necessário que o atleta que joga ténis esteja na mesma cidade do atleta

que joga futebol. Uma cidade que vai realizar a Olimpíada de natação vai ter piscinas, outra vai ter o estádio de atletismo etc. Ou seja, diminui o impacto da delegação que vai vir para o país e vai ser muito menor, e realizar-se-ia no mesmo momento. Não é necessário concentrar-se numa única cidade. A cidade de Paris, por exemplo, para a organização dos próximos Jogos Olímpicos de Paris em 2024, já está dando passos nessa direção para certos eventos esportivos, como o surf. De fato, os eventos de surf serão realizados no Taiti.

Mas as regras de exceção são decorrentes da excecionalidade do evento, ou seja, é isso que torna o evento um negócio. Assim como ressalta também Santos Junior:

Eu tenho tanto dinheiro envolvido nesse meganegócio que eu posso chegar para o prefeito da cidade e dizer assim: “meu amigo você quer esse evento aqui? Então você vai ter que mudar a tua lei”. Por que é tanto dinheiro e o prefeito olha a possibilidade de captar recursos e vai mudar a lei (SANTOS JUNIOR, 2019).

A destruição desse modelo, isto é, a de-mercantilização do evento está ligada à possibilidade de reconfigurar a própria ideia de megaeventos e torná-los não megaeventos, mas eventos em muitas cidades. A desconcentração seria algo fundamental. As exigências também em termos de instalações e equipamentos esportivos são tão absurdas que muitas vezes são construídos estádios onde não se precisa, como aconteceu com o Campeonato Mundial de Futebol conhecido como Copa do Mundo no Brasil. Ou seja, estacionamentos e arenas inutilizadas, assim como podemos constatar também através da visita técnica realizada ao Parque Olímpico da Barra da Tijuca em Junho de 2018.

A proposta de desconcentrar o megaevento em uma série de eventos de menor porte constitui certamente uma possível solução, viável. Porém a Copa do Mundo e, em particular, a Copa do Mundo realizada no Brasil em 2014 envolvendo bem 12 cidades-sede, provou que tal contexto também é danoso e muitas vezes desastroso. Mesmo assim, devemos considerar que a Copa do Mundo de Futebol concerne somente uma modalidade de esporte, o futebol, enquanto os Jogos Olímpicos apresentam 42 modalidades relativas a 28 esportes diferentes. Em particular, nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, os esportes praticados eram os seguintes: Atletismo, Badminton, Basquete, Boxe, Canoagem Slalom, Canoagem, Ciclismo BMX, Ciclismo Mountain Bike, Ciclismo de Estrada, Ciclismo de Pista, Esgrima, Futebol, Ginástica Artística, Ginástica Rítmica, Ginástica de Trampolim, Golfe, Handebol, Hipismo Adestramento, Hipismo

Concurso, Hipismo Saltos, Hóquei sobre grama, Judô, Levantamento de Peso, Luta Livre, Luta Greco-romana, Maratona Aquática, Nado Sincronizado, Natação, Pentatlo Moderno, Polo Aquático, Remo, Rúgbi de 7, Saltos Ornamentais, Taekwondo, Tênis de Mesa, Tênis Tiro com Arco, Tiro Esportivo, Triatlo, Vela e Vôlei de Praia. Não onerar o setor público com a organização de tais eventos seria fundamental.

2) Não utilização de verbas públicas para o evento

Seria oportuno que as empresas multinacionais e as organizações esportivas como a FIFA e o COI etc., responsáveis pela organização do evento, se encarregassem de preparar e realizar os megaeventos sem financiamento público, sem remoções, sem destruição de territórios. O setor público mediará a discussão, coordenará o planejamento, estabelecerá o marco legal para a realização dos eventos sem ônus na geração de infraestruturas diversas.

Mas sabemos que esta proposta é complicada porque requer uma revisão do significado de oferta e de propostas. De fato, no que estamos propondo, o território que é candidato define suas condições diante de uma demanda por monopólio, onde haveria apenas um mercado no qual um único candidato se depara com um número significativo de ofertas.

3) Maior transparência

Outro problema derivante do megaevento foi o grande desvio de dinheiro e de verbas, isto é, os esquemas de corrupção. Muitos funcionários e políticos estão presos, e a própria FIFA e o COI também estão envolvidos. Uma possível solução seria criar um mecanismo de controle anticorrupção mais forte.

Quando sugerimos anteriormente a proposta da desconstrução dos megaeventos, organizando eventos de menor porte, a consequência seria ter menos volumes de capital e, portanto, não somente uma única empresa transmitindo os jogos, por exemplo. O primeiro efeito que isso vai gerar é a menor capacidade de corromper porque não vai envolver volumes elevados de capital. A massa de recursos que isso vai envolver seria bem menor.

Além disso, é preciso maior transparência. A FIFA e o COI, por exemplo, configuram-se como organizações privadas. Eles se dizem sem fins lucrativos, mas na verdade escondem interesses mercantis vinculados aos seus patrocinadores. Divulgar e render públicas todas as informações e ações envolvidas se devem não só aos governos, mas as empresas/organizações também devem agir da mesma forma, com transparência nas suas ações e relações. Mesmo que utópica, é necessário haver transparência total. E isso em todas as diferentes fases de organização e planejamento do megaevento, desde a candidatura ao pós-evento.

4) Democratizar a gestão da cidade

É preciso democratizar a gestão da cidade e democratizar também a política. Há um problema que é a crise da democracia. A democracia não se tem fundamentado em princípios éticos que pressupõem e concebem a cidade como espaço de uso coletivo, como sinônimo de justiça social. Ou se reinventa a democracia no sentido de que efetivamente seja a expressão da participação da população ou vamos continuar a reproduzir este tipo de modelo que exclui, expropria, fragmenta e segrega as pessoas e grupos.

A democracia liberal no mundo é endemicamente corrupta e ela não vai mudar se não mudar a própria democracia. A democracia liberal já demonstrou que faliu, e não é capaz de construir processos socialmente e ambientalmente justos. Precisamos repensar a forma de como funciona o Parlamento, se é que deve existir o Parlamento e não outros organismos no lugar dele, como por exemplo a democracia direta, combinada com democracias representativas, isto é, precisamos repensar as formas de representação. Enfim, muitas coisas podem mudar e a esquerda e o pensamento crítico estão desafiadas a repensarem essas instituições porque elas mostram um desgaste muito grande. Não existe a possibilidade de superar este problema sem aprofundar mecanismos democráticos radicais com a participação do cidadão na gestão dos projetos e dos programas para a cidade.

5) Maior envolvimento dos moradores e da sociedade civil em todo o processo

Durante a análise dos impactos em nível socio-territorial, verificou-se, baseando-nos na Teoria da Troca Social de Gursoy (2006), que as consequências de uma gestão

pouco cuidadosa dos interesses dos moradores podem gerar aversão ao evento com a percepção errada do objetivo do mesmo. Se os moradores forem envolvidos nas primeiras fases de planejamento é possível haver:

- Maior valorização de tradições e elementos da cultura local;
- Clima de decisão menos conflituoso;
- Legados positivos no território;
- Maior sucesso do evento no geral.

Portanto, se a organização de um grande evento for gerida de forma adequada, isto é, com um envolvimento dos residentes, das empresas e das instituições locais, pode originar investimentos no território, crescimento económico, maior coesão social e fortalecimento da identidade local. Todos fatores que não ocorreram e não se verificaram na cidade do Rio de Janeiro. Com base nesta análise, torna-se evidente que no âmbito do planejamento e da organização de futuros megaeventos, é preciso mais transparência na gestão do mesmo, desde as primeiras fases de concepção da proposta de querer organizar o megaevento, passando pela apresentação da candidatura, ao planejamento do evento e à realização do mesmo até chegar ao pós-evento (VICO, 2016; VICO, UVINHA e GUSTAVO 2018).

Particularmente importante é a fase do pós-evento que consiste na avaliação técnica, administrativa e dos participantes, examinando ou verificando se o evento foi bem-sucedido e se foram atingidos os objetivos inicialmente estabelecidos. Além disso, faz-se a confrontação dos resultados esperados com os obtidos, possibilitando identificar os pontos positivos e negativos do evento e realizar, assim, ações corretivas prevenindo futuras repetições. Porém, trata-se de uma fase que é frequentemente esquecida ou deixada de lado pelos organizadores (ALLEN et al., 2003; MATIAS, 2004; PEDRO et al, 2005).

Ademais, é preciso um envolvimento dos moradores desde as primeiras fases do planejamento mediante: uma gestão mais cuidadosa dos interesses dos moradores; uma maior valorização das tradições e dos elementos da cultura local; um clima de decisão mais participativo.

Não há dúvidas acerca da criação de valor adicional por parte de um megaevento como uma Olimpíada, tanto a nível local como nacional. Mas este valor adicional seguramente deve incluir um envolvimento da população local. Portanto, todos os efeitos

negativos analisados ao longo do trabalho poderiam ser afastados através da colaboração entre organizadores, patrocinadores e empresas com as entidades locais e através de um maior envolvimento e empoderamento dos residentes.

De acordo com Gilmar Mascarenhas, ocorre também criar uma obrigatoriedade dos canais e da participação popular. “Cadê a sociedade civil? O nosso papel de intelectuais é fundamental, a gente vai se mobilizando criando uma rede social de consciencialização. Tem que haver em cada cidade esse confronto” (MASCARENHAS, 2019).

Portanto, é preciso inserir os megaeventos num plano de desenvolvimento global e integrado da cidade (Urbano + Social).

6) De-mercantilização do esporte

Pelo que concerne ao esporte, é preciso recuperar o significado originário do esporte através da sua de-mercantilização. Recuperar os valores do esporte inocente, gratuito, honesto, que hoje estão afetados e contaminados por uma utilização corporativa, política e ideológica maléfica. É necessário voltar para a autenticidade do esporte, ao culto da honra e da sinceridade por meio de uma verdadeira purificação moral.

Assim como sublinhava já Pierre de Coubertin, o pai das Olimpíadas modernas:

Nós trapaceamos e mentimos muito. É a repercussão no campo esportivo de uma moral que está diminuindo. O esporte se desenvolveu em uma sociedade em que a paixão pelo dinheiro ameaça apodreá-lo. As sociedades esportivas agora devem dar o bom exemplo de retorno ao culto à honra e à sinceridade, evitando a falsidade e a hipocrisia. (DE COUBERTIN, 1973 em VANOYEKE, 2004, pp. 165-166).

O antigo ideal olímpico que constituía um exemplo de nobreza de alma, de pureza moral, e de educação, parece estar definitivamente acabado e perdido nas últimas edições dos Jogos Olímpicos, substituídos pela ganância, pelo egoísmo, pelo alcançar somente os próprios interesses por parte de poucos seres hegemônicos em detrção da população local e dos seres hegemonzados.

Este aspecto é evidenciado também por Hébert:

Reunimos os adversários, tentamos nos superar, fazer melhor, alcançar um objetivo específico. Mas o esporte é desviado de seu objetivo original pelo dinheiro e entretenimento. O verdadeiro esporte deve ser educativo; deve ser

dominado pela razão de utilidade que o impede de se desviar para a fantasia, o artificial ou o vaidoso *tour de force*, e ser preservado do excesso pela medida. Os três aspectos essenciais que prejudicariam o espírito esportivo seriam, portanto, o espetáculo esportivo, a fonte esportiva de lucro que leva ao doping e o prestígio esportivo propondo uma elite esportiva, sem contar com o profissionalismo, o hiper-treinamento (VANOYEKE, 2004, p. 166).

Hoje em dia, o esporte representa sobretudo um grande espetáculo organizado por uma cúpula hegemônica, liderada por organizações internacionais, grandes empresas e corporações multinacionais, políticos, comités, patrocinadores, mídia internacional etc.

É, portanto, no olimpismo antigo que os atletas modernos bem como os organizadores do megaevento devem olhar, recuperando uma humanidade, uma ética que tem sido deformada no nosso atual mundo, material e globalizado. Olímpia e os jogos da antiguidade eram sede de uma civilização superior, de um atletismo antigo que dificilmente voltará.

- **Futuras linhas de investigação**

Embora existam limitações, o presente trabalho de tese pode dar a sua contribuição para futuras linhas de pesquisa. Por exemplo, considera-se conveniente que nos próximos anos continuem os estudos e as pesquisas sobre a implicação e a participação dos moradores em megaeventos desportivos. Assim se permitirá comparar e conhecer a evolução das percepções sobre os mesmos fatores socio-territoriais que foram analisados nesse estudo, para poder planejar e organizar futuros megaeventos, tentando evitar os erros já cometidos no passado.

A participação e a organização dos megaeventos devem ser ponderadas com atenção. A preparação das candidaturas, por exemplo, para os Jogos Olímpicos, pode demorar até dois anos. Além disso, as obras previstas para acolher os megaeventos devem ser incluídas sobretudo no seu uso pós-evento. O risco que se corre é de haver obras onerosas e inúteis, sem nenhum verdadeiro benefício para os sistemas territoriais e para a comunidade residente.

Considera-se, portanto, que para a organização de um evento desportivo da dimensão de uma Olimpíada, é imprescindível o conhecimento, o apoio e a participação

dos moradores em todas as fases do processo: desde a candidatura da cidade, passando pelo planejamento e organização até chegar à celebração do mesmo.

Em futuros estudos sobre megaeventos e em particular sobre a cidade de Rio de Janeiro, poderá ser verificado se os projetos de intervenções urbanas programados para os recentes megaeventos foram concluídos.

Além disso, sugere-se:

- Aprofundar as implicações para os moradores através de uma monitorização por um período de tempo mais alargado;
- Aferir a gestão futura das infraestruturas;
- Prospetivar modelos de gestão integrados em contexto de megaeventos;
- Desenvolver políticas e manuais de boas práticas na gestão de megaeventos.

No trabalho de campo evidenciou-se, durante a interação com os moradores, que existe uma corrupção generalizada ligada ao setor da construção, aos ambientes da FIFA e das entidades governamentais. No futuro pode-se aprofundar se o atual sistema de combate à corrupção é eficaz com a criação de medidas que mitiguem a atual corrupção.

Nesta pesquisa verificou-se que o Brasil deverá mudar a sua cultura de improvisação, sobretudo na área dos megaeventos, passando a planejar de uma forma mais detalhada. Viu-se como não é vantajoso competir em nível global para organizar megaeventos, realizando elevados investimentos em infraestruturas, se tais projetos não estão inseridos num plano de reorganização global e de desenvolvimento do sistema urbano de referência associado à tutela dos interesses sociais da população local. Pois correm o risco de não restituir a herança esperada e desejada.

- **Qual herança?**

Ao longo da tese, discutimos muito sobre a herança de megaeventos para o território, para a população local e para a sociedade em geral. Mas qual é a questão da herança? A que essa palavra se refere e qual é o seu significado representativo e simbólico?

Do ponto de vista filosófico, questionamos o significado do conceito de "herança". Em seu sentido mais amplo, esse conceito refere-se à ideia de transmitir algo de uma geração para outra, como de pai para filho (CARBONE, 2017). No entanto, essa transmissão não é frequentemente feita com a ideia de questionar a herança que herdamos e transformá-la para abrir novas perspectivas? Neste sentido, o herdeiro não é alguém que destrói, ou pelo menos modifica, sua herança?

Abordando a noção de herança, podemos nos referir a um dos principais especialistas sobre esse tema, o filósofo francês Jacques Derrida. De fato, o assunto da herança é abordado em quase todos os textos de Jacques Derrida.

A herança é o que pode ser evocado de maneiras diferentes, as quais, de fato, podem ser interpretadas cada vez de modo diferente, de acordo com os diversos universos do imaginário. Essa reinterpretação do conceito de herança nos confronta com um dilema. É o dilema que surge do conflito entre ser fiel ao que deriva da herança, por um lado, e a liberdade (infidelidade) de aceitar essa herança, mas modificá-la e adaptá-la ao seu contexto, aos seus valores e tradições.

Aqui surge o conceito de "desconstrução da herança". A desconstrução é considerada aqui no sentido de "desfazer", sem destruir, um sistema de pensamento que se revela único e / ou hegemônico e / ou dominante (SKLIAR, 2006). Essa destruição da identidade de ser ou não-ser consistiria nos fatos de que a desconstrução estaria associada, segundo Derrida, à desconstrução do falocentrismo, questionando a autoridade do "masculino" (SKLIAR, 2006). Para Derrida, essa desconstrução seria representada simbolicamente pela imagem de "matar o pai".

A palavra "herança" não é percebida da mesma maneira. Para as populações hegemônicas do Rio de Janeiro, com o pretexto e a desculpa do megaevento olímpico, se trata acima de tudo de uma herança social e territorial. Não é o mesmo tipo de "pai" e "herança". Seria como "matar um outro pai" reivindicar um tipo diferente de herança. A herança do "pai", para as populações das comunidades hegemônicas do Rio de Janeiro, consistiria simbolicamente na herança do megaevento ou na herança criada e desejada pelos seres hegemônicos e dominantes que usam o megaevento como ferramenta para dominar os mais vulneráveis, a fim de alcançar seus próprios interesses.

Poderíamos colocar desta maneira: se houver uma necessidade de fidelidade à herança, haveria também a necessidade de uma infidelidade à herança. Segundo Derrida, não é possível separar esses dois elementos (fidelidade-infidelidade), dissociá-los, torná-los tempos diferentes de um processo, mesmo que seja uma questão do processo de

desconstrução. Parece-nos, portanto, que o dilema não está resolvido, que não deve ser resolvido, mas que deve ser deixado assim, em tensão e conferindo um caráter singular à expressão "ser fielmente infiel à herança" (SKLIAR, 2006).

Derrida nos revela que desconstruir é, de certo modo, um gesto revolucionário, socialmente e culturalmente exigente.

Com base na possível infidelidade, é assim que herdamos a herança, como assumimos, como retomamos e interpretamos a herança para que ela pare em outro lugar, que respire de outro modo. Se a herança consiste simplesmente em manter coisas mortas, arquivos e reproduzir o que era, não é o que se pode chamar de herança (DERRIDA, 2001, p. 47).

Vale a pena discutir vários planos. Por exemplo: aparece a ideia de uma recepção obrigada e obrigatória de tudo o que nos precede. À primeira obrigação é adicionada uma segunda obrigação, também decisiva, que é a de escolher a herança, para não deixá-la como era e como é, mas para provocar em nós uma espécie de eleição em relação a o que está acontecendo, ao que nos acontece e nos afeta com a herança (SKLIAR, 2006). É por isso que agora podemos nos perguntar: a herança é algo que simplesmente se aceita, apropriando-se de algo inapropriado para nós? Ou poderíamos dizer que herança é algo que podemos escolher?

As populações cariocas locais devem aceitar apenas passivamente a herança dos megaeventos, ou podem escolher essa herança e planejá-la ativamente, envolvendo-se, por exemplo, desde o início da organização do megaevento, na fase de preparação do dossiê de candidatura e planejamento do megaevento (fase pré-evento)?

É isso que Derrida sustenta:

O herdeiro sempre teve que responder a uma espécie de dupla exortação, a uma convocação contraditória: primeiro, precisamos saber e saber como reafirmar o que vem "diante de nós" e que, por tudo o que recebemos antes de incluir a escolha e o comportamento em relação a isso como sujeitos livres. Sim [...] é justamente fazê-lo inteiramente para apropriar-se de um passado que sabemos no fundo que permanece inapropriável [...]. Não apenas aceitando essa herança, mas reativando-a de outra maneira e mantendo-a viva. Não a escolher [...] mas optar por mantê-la viva (DERRIDA e ROUDINESCO, 2003, p. 12).

- **Epílogo**

Gostamos de encerrar nosso trabalho de tese com uma mensagem de esperança, em particular para as populações mais pobres, vulneráveis e marginalizadas do mundo e, como neste caso, para nossas comunidades cariocas de estudo que foram afetadas pelas transformações socio-territoriais amplamente analisadas. Tomando o trabalho de Popovic (2013) *La Mélancolie des Misérables* como exemplo e inspiração, o qual se trata de um texto que analisa o romance de Victor Hugo, *Les Misérables*, sob outra perspectiva. De fato, o século XIX é conhecido como o século da revolução industrial, do progresso, mas, da mesma maneira, é o período histórico em que a “pobreza em massa” aparece e onde as desigualdades e disparidades sociais aumentam. E é precisamente essa questão social, caracterizada pela pobreza e pela miséria, que Popovic tenta retratar, através do prisma do imaginário social, analisando o romance de Victor Hugo.

Popovic, inspirado em Hugo, apoia a tese contida no imaginário social de que as dificuldades sociais podem ser superadas e, além disso, nos dá várias razões pelas quais podemos esperar um futuro melhor.

Agora, pelo que concerne a obra de Hugo vista através do prisma de Popovic (2011; 2013), segundo o autor, essa melancolia ativa de *Les Misérables* não pode deixar o leitor ocioso, desamparado e desencorajado diante do avanço imperioso do capitalismo globalizado de nossos tempos, que muitas vezes age às custas das classes sociais mais vulneráveis.

Nesse sentido, a melancolia de *Les Misérables* é uma energia, não tem nada a ver com nostalgia, impulsiona para a ação. Todos são convidados a agir, a agir de acordo com suas capacidades e a se unir à luta pelo melhor mundo possível, mas sabendo que, com toda a probabilidade, esse melhor mundo possível, eles não o conhecerão, não o verão, não se beneficiarão, não irão viver lá (POPOVIC, 2013, p. 286).

REFERÊNCIAS

ADUFRJ. «Museu está ligado à história indígena». Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Aldeia_Maracan%C3%A3. Consultado em 6 de abril de 2013.

AGÊNCIA BRASIL. Empréstimo para custear Rio 2016 aumentou endividamento do estado, diz TCE-RJ. Disponível em: [<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-02/emprestimo-para-custear-rio-2016-aumentou-endividamento-do-estado-diz-tce-rj>]. Consultado em [05-01-2018], 2017.

ALEGRE, J. e GARAÚ, J. *Tourist satisfaction and dissatisfaction. Annals of Tourism Research*, 37 (1), 52–73, 2010.

ALLEAU, R. **De la nature du symbole**. Flammarion, 1958.

ALLEN, J.; O'TOOLE; W., MCDONNEL; I., HARIS, R. **Organização e Gestão de Eventos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ALTHUSSER, L. **Sobre o trabalho teórico**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

AMBIENTE LEGAL. “A Copa na Favela, o único legado é um teleférico”. Disponível em <http://www.ambientelegal.com.br/a-copa-na-favela-o-unico-legado-e-um-teleferico/>. Consultado em 05 de junho de 2019, 2016.

AMPAVA - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, PESCADORES E AMIGOS DA VILA AUTÓDROMO. **Plano Popular da Vila Autódromo**. Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural, 2012.

ANTONELLI, C., « The Emergence of the Network Firm », in Antonelli C. (ed.), *New Information Technology and Industrial Change: The Italian Case*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 1988.

APO - Autoridade Pública Olímpica. **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.** Disponível em <http://www.apo.gov.br/index.php/matriz/a-matriz-e-o-dossie-de-candidatura/> Consultado em 05/07/2018. 2009.

APP BRASIL – Associação dos Profissionais de Propaganda. **Publicidade com vinculação aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016.** Disponível em: <http://appbrasil.org.br/noticias-e-artigos/artigos/publicidade-com-vinculacao-aos-jogos-olimpicos-do-rio-de-janeiro-2016/>. Consultado em 20-01-2018.

ANNAN, K. A pobreza não se vence sem a paz, 2005 in Relatório do desenvolvimento Humano 2005. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Lisboa: Ana Paula Faria Editora, 2005.

ARAÚJO, A.; TEIXEIRA, M. Gilbert Durand e a pedagogia do imaginário. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 4, p. 7-13, out/dez. 2009.

ARENDT, H. **Sobre a violência.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARROYO, M. M. A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar, cotidiano. Em: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea.** Milton Santos, uma obra revisitada. São Paulo: EDUSP, 1996, pp.55-62.

ARTHUIS, J. *Rapport d'information sur les délocalisations hors du territoire national des activités industrielles et de service*, Commission des finances, du contrôle budgétaire et des comptes économiques de la nation du Sénat, 1993.

A VERDADE. Sepé Tiaraju líder da república comunista guarani. Disponível em <http://averdade.org.br/2012/02/sepe-tiaraju-lider-da-republica-comunista-guarani/>. Consultado em 12-12-2019.

ASHLEY, C.; GOODWIN, H.; ROE, D. **Pro Poor Tourism Strategies: Expanding Opportunities for the Poor**, London: Overseas Development Institute, Pro Poor Tourism Briefing nº 1, 2001.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, PESCADORES E AMIGOS DA VILA AUTÓDROMO (AMPAVA). **Plano Popular da Vila Autódromo**. Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural, 2012.

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA – APO. Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Disponível em <http://www.apo.gov.br/index.php/matriz/a-matriz-e-o-dossie-de-candidatura/> Consultado em 05/07/2018. 2009.

BACHELARD, G. **L’Air et les Songes**. Paris: Librairie José Corti, 1943.

BACHELARD, G. **La poétique de la rêverie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1960.

BAIN J. S., **Industrial Organisation**, John Wiley, New York, 1968.

BARBINI, B., BIASONE, A., CACCIUTTO, M., CASTELLUCCI, D., CORBO, Y., ROLDAN, N. Gobernanza y turismo: analysis del estado del arte. Simposio internacional gobernanza y câmbios territoriales, Pucon, Chile, Out. 2011. 2012.

BARROS, J. Sobre o uso de conceitos nas ciências humanas – uma contribuição ao ensino de Metodologia. **Revista Educação - UnG**, v.7, n.2, 2012.

BLOG VERSAILLES. La Grèce au Vème Siècle avant JC. Disponível em <http://blog.ac-versailles.fr/notreparisromain/index.php/post/2014/06/05/La-Gr%C3%A8ce-au-V%C3%A8me-si%C3%A8cle-avant-JC>. Consultado em 12-05-2020. Publicado no dia 05 de junho, 2014.

BORBA, C.; Jardim, J. Tradução do ensaio “Passo a passo mitocrítico”, de Gilbert Durand. Revista Ao pé da Letra – ISSN 1984-7408. Volume 14.2 – 2012.

BOYER, M. Valeur et Importance du Tourisme dans une Societé Complexe, in **Sociologia Urbana e Rurale** (26), Universidade de Bolonha: Bolonha, pp. 41-57, 1988.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei** nº 12.035, de 1º de outubro de 2009. Institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional. Brasília: Presidência da República, 2009.

BRASIL DE FATO. “Saiba mais sobre a Aldeia Maracanã, alvo de ataques no Rio”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/09/saiba-mais-sobre-a-aldeia-maracana-alvo-de-ataques-no-rio/>. Consultado em 9 de junho de 2019. Publicado no dia 09 de janeiro de 2019.

BRASIL DE FATO. “O legado de Milton Santos: um novo mundo possível surgirá das periferias”. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/03/o-legado-de-milton-santos-um-novo-mundo-possivel-surgira-das-periferias>. Consultado em 02 de janeiro de 2020. Publicado no dia 03 de maio de 2019.

BRASIL.ELPAIS.COM. Comitê Olímpico Brasileiro – Polícia Federal prende Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro. Disponível em [\[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/05/politica/1507202626_211045.html\]](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/05/politica/1507202626_211045.html). Consultado em [03-01-2018], 2017.

BRASIL ESCOLA. Quilombo dos Palmares. Disponible em ligne <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/quilombo-dos-palmares.htm>. Consultado em 15-02-2020.

BRENNER, N. What is critical urban theory? City, v. 13, n. 2-3, p.198-207, jun/set. 2009. <http://dx.doi.org/10.1080/13604810902996466>

_____. (Ed.). ***Implosions/Explosions: towards a study of planetary urbanization***. Berlin: Jovis, 2014a.

BROUDEHOUX, A. M. Pequim Espetacular: A conspícua construção de uma metrópole olímpica. **Revista Advir / Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. n. 35, p. 9-31, (jul. 2016) – Rio de Janeiro: Asduerj, 2016. Semestral. ISSN 1518-3769.

BYSZEWSKA-KORBEL, M. L'Impact du Tourisme International sur Les Sociétés des Pays en Voie de Développement, in *Sociologia Urbana e Rurale* (38), Universidade de Bolonha: Bolonha, pp. 219-223, 1992.

CARBONE, R. L'héritage des concepts en philosophie. Implications Philosophiques. Espace de Recherche et Diffusion. Publié le 18 septembre 2017. Disponível em <https://www.implications-philosophiques.org/actualite/une/lheritage-des-concepts-en-philosophie-une-introduction/>. Consultado em 01 de maio de 2020.

CARDOSO, L.; GOMES, L. Movimento social negro e movimento quilombola: para uma teoria da tradução Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307638313_ARQUIVO_artigo_conlab_ultimaversao5.pdf. Consultado em 14-10-2019.

CARINGI, M. Sepé Tiaraju: a história, o mito e a literatura. Dissertação de Mestrado em letras. PUCRS, Porto Alegre, 1981.

CARRIÈRE, J. C. A linguagem secreta do cinema. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CARVALHO, J.C. **Imaginário e mitodologia**: hermenêutica dos símbolos e estórias de vida. Londrina: Ed. UEL, 1988.

CARVALHO, J.M. Prefácio. In Pereira Medeiros da Silva, J.C. **À flor da terra**: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond : IPHAN, 2007.

CASHMAN, R. **Impact of the Games on Olympic host cities: university lecture on the Olympics**. Disponível em: <http://olympicstudies.uab.es/lectures/web/pdf/cashman.pdf>. Consultado em 17/12/2014, 2002.

CASSAB, C. Epistemologia do espaço na obra de M Santos: breve panorama. **Geografias Resenhas**. Belo Horizonte 04(1)98-108 janeiro-junho de 2008.

CASTELLS, M. **The Internet Galaxy, Reflections on the Internet, Business and Society**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CASTELLS, M. **A Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura**. Volume I: A Sociedade em Rede, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CASTELLS, M. **A Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura**. Volume II: A Sociedade em Rede, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003a.

CASTELLS, M. **A Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura**. Volume III: A Sociedade em Rede, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003b.

CASTELLS, M. **Globalización e identidad** in *Tribuna Mediterrània*, Barcelona: Institut Europeu de la Mediterrània, 2003c.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, C. **La montée de l'insignifiance. Les carrefours du labyrinthe IV**. Paris : Seuil, 1996.

CAVES, R. E., **Industrial corporations**: the industrial economics of foreign investment, *Economica*, Agosto de 1974.

CEBI – Centro de Estudos Bíblicos. Sepé Tiaraju e memória de um povo em luta. Disponível em <https://cebi.org.br/noticias/sepe-tiaraju-e-memoria-de-um-povo-em-luta/attachment/sepe-tiaraju-22/>. Consultado em 17-02-2020.

CHALKLEY, B. e ESSEX, B. Olympic Games: catalyst of urban change. ***Leisure Studies***. 17, 187-206. Disponível em [<https://doi.org/10.1080/026143698375123>]. Consultado em [23-03-2018], 1998.

CHALKLEY, B. e ESSEX, S. Urban development through hosting international events: a history of the Olympic Games. ***Planning Perspectives***, 14(4), 369-394, 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2011.

COMITÊ OLIMPICO INTERNACIONAL. Lista edições Olimpíadas. Disponível em: <https://www.olympic.org/>. Consultado em 04/09/2019.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro, 2015.

CORBIN, H. **L'imagination créatrice dans le soufisme d'Ibn Arabi**. Flammarion 1958.

CORRÊA, R. L. Contribuição ao Estudo do Papel Dirigente das Metrópoles Brasileiras. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 30 (2): 56-86, 1968.

_____. "Os Centros de Gestão e seu Estudo." **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 51 (4): 109-119, 1989.

_____. Corporação e Espaço. Uma Nota. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 53 (1): 137-145, 1991.

_____. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 54 (3) : 115-121, 1992.

_____. Espaço: Um Conceito-Chave da Geografia. In: **Geografia: conceitos e temas**. Organizado por. I. E. Castro, P.C. C. Gomes e R. L. Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 1997.

COTTLE, E. *South Africa's World Cup: a Legacy for Whom?* Durban: University of KwaZulu Natal Press, 2011.

CROCE, B. *La filosofia di Giambattista Vico*. Bari: Gius. Laterza & figli. Tipografi Editori Librai, 1922.

CRUZ, O. **Caurè Imana, o cacique rebelde**. Brasília: Thesaurus, 1982.

CURRIE, R., SEATON, S. e WESLEY, F. *Determining stakeholders for feasibility analysis*. *Annals of Tourism Research*, 36(1), 41–63, 2009.

DE COUBERTIN, P. **Pédagogie sportive**. Librairie J. Vrin, 1973.

DERRIDA, J. **Parole. Instantanés philosophiques**. La Tour-d'Aigues, Éditions de l'Aube, 1999, e traduzido em espanhol em *¡Palabra! Instantáneas filosóficas*, Madrid, Trotta, 2001.

DERRIDA, J.; ROUDINESCO, È. **Y mañana, qué...** Buenos Aires, Fondo de cultura económica, 2003.

DE SOUSA e SILVA FILHO, D. *Prefazione* in SPERA, L. **Crimine e favelas – Traffico di droga, violenza istituzionale e politiche di pubblica sicurezza a Rio de Janeiro dalla fondazione alla pacificazione per le Olimpiadi 2016**). Edizioni Eiffel: Ogliastro Cilento (Sa), 2016.

DHESCA. Relatório da Missão da Relatoria do Direito à Cidade Plataforma Dhesca. Plataforma DHESCA Brasil. Rio de Janeiro. 2011.

DIEDRICH, A.; GARCÍA-BUADES, E. Local perceptions of tourism as indicators of destination decline. *Tourism Management* 41, pp. 623-632, 2008.

DIMANCHE, F. Special Events Legacy: The 1984 Louisiana World's Fair in New Orleans. In Murphy, P. E., *Quality Management in Urban Tourism*. Chichester: Wiley, pp. 67-74, 1997.

DURAND, G. « Pas à pas mythocritique ». In : Champs de l'imaginaire. Grenoble : ELLUG, 1996.

_____. **L'imagination symbolique**. Presses Universitaires de France, 1964.

_____. **L'exploration de l'imaginaire**. Circé, v. 1, p. 15-45, 1969.

_____. Sobre a exploração do imaginário, seu vocabulário, métodos e aplicações transdisciplinares: mito, mitanálise e mitocrítica. Palestra pronunciada na Universidade de Grenoble II e publicada em *Recherches et Travaux: L'Imaginaire – Univ. Grenoble II – Bulletin 15, 1977* – tradução do Prof. Dr. José Carlos de Paula Carvalho (EDA / FEUSP).

_____. **Figures mythiques et visages de l'œuvre**. De la mythocritique à la mythanalyse. Paris: Berg International, 1979.

_____. *Science de l'homme et tradition*. Paris: Berg International, 1979a.

_____. *L'âme tigrée. Les pluriels de la psyché*. Paris: Denoël/Gonthier, 1980.

_____. Le génie du lieu et les heures propices. *Eranos-Jahrbuch*, v. 51, p. 243-277, 1982.

_____. **Mito, símbolo e mitodologia**. Lisboa: Presença, 1982.

_____. Permanence du mythe et changements de l'histoire. In *Le mythe et le mythique. Colloque de Cerisy*. Paris: Cahiers de l'Hermétisme, 1987.

_____. *Mito e sociedade*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1983.

_____. Le Décor mythique de la Chartreuse: les structures figuratives du roman stendhalien. 3. éd. Paris: J. Corti, 1983b.

_____. **Les structures anthropologiques de l'imaginaire**. 10.éd. Paris: Dunod, 1984.

_____. L'imaginaire. Essai sur les sciences et la philosophie de l'image. Paris: Hatier, 1994.

_____. Champs de l'imaginaire. Textes réunis para Danièle Chauvin. Grenoble: Ellug, 1996.

_____. Imaginaire. Dans: SERVIER, Jean (Publié sous la dir. de). Dictionnaire critique de L'ésotérisme. Paris: PUF, 1998. p. 640-642.

_____. **Introduction à la mythodologie**. Mythes et sociétés. Paris: Le Livre de Poche/Albin Michel, 2000.

_____. O retorno do mito. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 23, abril 2004.

DURAND, G.; VIERNE, S. Avant-propos. In Le mythe et le mythique. Colloque de Cerisy. Paris : Cahiers de l'Hermétisme, 1987.

DURAND, Y. L'exploration d'imaginaire: introduction à la modélisation des univers mythiques. Paris: L'Espace Bleu, 1988. Tese de doutorado.

EDGELL, D. L. International Sustainable Tourism Policy, **The Brown Journal of World Affairs**, Volume XXII, Issue 1, Fall/Winter 2015, p. 29. 13 U.S, 2015.

EGLER, T. A rede olímpica no jogo do Rio. In Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. **Anais**, Sessão temática 10, São Paulo: FAUUSP, 2017.

EKLABLOG.COM: IV – Valeurs transformés. Disponível em : <http://jeux-antiques-et-modernes.eklablog.com/iv-valeurs-transformees-p275426>. Consultado em 12-05-2020.

ELIADE, M. **Images et symboles**. Gallimard, 1952.

ELIADE, M. **Mito e Realidade**. Editora Perspectiva. São Paulo, 1972.

ELPAISBRASIL. Remoções na Vila Autódromo expõem o lado B das Olimpíadas do Rio. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946_363539.html 05, 08, 2015. Consultado no dia 05 de junho de 2019.

ESCOLA INTERATIVA COOPEMA. Alunos da COOPEMA se preparam para a mostra cultural. Disponível em: <http://escolacoopema.com.br/noticia/alunos-da-coopema-se-preparam-para-a-mostra-cultural/141>. Consultado em 04 de setembro de 2019. Publicado no dia 25 de outubro de 2016.

ESSEX, S. et CHALKLEY, B. *Olympic Games: catalyst of urban change*. **Leisure Studies**. 17, 187-206, 1998.

ESSEX, S. & CHALKLEY, B. *Mega-sporting events in urban and regional policy: a history of the Winter Olympics*. **Planning Perspectives**. 19(2), 201-232, 2004.

FARID AD-DIN ‘ATTAR. **Il verbo degli uccelli**. A cura di C. Saccone, Milano: Mondadori, 1999.

FARINÓS DASÍ, J. Gobernanza territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda, en **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles** n. 46, pp. 11-32, 2008.

FASE – Solidariedade e Educação. **Território Ocupado**. 1 vídeo (19,38 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wd1kX1mPdss>. Consultado em 02 fev. 2020. Publicado no dia 31 -08- 2016.

FELDHUES, P. R.; AGUIAR, A. História e cinema: representações do negro no filme “Ganga Zumba” – 1963. MÉTIS: história & cultura – v. 15, n. 30, p. 231-252, julho/dezembro 2016.

FELIPPSEN, C. Residente do Morro da Providência e guia de turismo oficial. Entrevista não confidencial realizada no dia 20 de fevereiro de 2019.

FERRAZ, J. The Ideological Role of Intergovernmental Organizations in the Promotion of International Tourism. In: MOUFAKKIR, O and BURNS, P. (eds.) (2012) *Controversies in Tourism*. Wallingford: Cab International, pp. 201-215, 2012.

FERREIRA, J. **Labirinto e Minotauro**. Mito de ontem e de hoje. Coleção Fluir Perene. Coimbra: Editor José Ribeiro Ferreira, 2008.

FIGUEIREDO, F. Professor de Políticas Públicas da UFRN. Visita técnica na Favela do Metrô – Rio de Janeiro em fevereiro de 2019.

FIKER, Raul. **Vico, o precursor**. (Coleção Logos) São Paulo: Moderna, 1994.

FLORES, M. Sepé Tiaraju: lenda, mito e história. Dans **Véritas**, Porto Alegre, v. 21, n. 82, 1976.

FONTAINE, J. J. **Rio de Janeiro et les Jeux Olympiques – Une cité réinventée**. Paris: L’Harmattan, 2016.

FOTO GUERRILHA. Aldeia Marak’ nà: Disputas pelo território e narrativas. Disponível em: <http://fotoguerrilha.com/aldeia-maracana-disputas>. Consultado em 17-02-2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, L. Quando a “cidade olímpica” não é para todos: o caso da Vila Autódromo, RJ. **Advir** 35, ISSN 1518-3769, Julho de 2016.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Desigualdade de renda no Brasil bate recorde, aponta levantamento do FGV IBRE. Disponível em <https://portal.fgv.br/noticias/desigualdade-renda-brasil-bate-recorde-aponta-levantamento-fgv-ibre>. Consultado em 21-12-2019.

G1.GLOBO.COM. Ex ministro Henrique Eduardo Alves é preso em operação da PF. Disponível em: [<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/ex-ministro-henrique-eduardo-alves-e-alvo-de-mandado-de-prisao.ghml>] [21-01-2018]. Publicado em [06-06-2017]. Consultado em [03-03-2018], 2017.

G1 GLOBO. “Paes recebeu doações de construtoras olímpicas”. Disponível em : <https://oglobo.globo.com/brasil/paes-recebeu-doacoes-de-construtoras-olimpicas-6691264> 09-11-2012. Consultado em 09-10-2019.

GAFFNEY, C. Olimpíada Rio 2016: para o benefício de quem? Entrevista para o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) – **Observatório das metrópoles**. Disponível em: [http://observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1646%3Aolimp%C3%ADada-rio-2016-para-o-benef%C3%ADcio-de-quem%3F&Itemid=171#]. Consultado em [07-01-2018], 2016.

GAMA, B. **O Uruguay**. Rio de Janeiro: Agir, 1964.

GARCIA CASTRO, D.; GAFFNEY, C.; RAMOS NOVÃES, P.; RODRIGUES, J.; PEREIRA DOS SANTOS, C.; ALVES DOS SANTOS JUNIOR, O. O projeto olímpico da cidade do Rio de Janeiro em ALVES DOS SANTOS JUNIOR, O.; GAFFNEY, C.; DE QUEIROZ RIBEIRO, L. C. *Metropolização e megaeventos: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. **Observatório das Metrópoles**, Rio de Janeiro, 2015.

GASTI, F. **L’immagine della fenice fra “scienza” e simbologia antica**. *Erudito Antiqua* 10, pp. 1-23, 2018.

GETZ, D. *Festivals, special events, and tourism*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

GETZ, D. *Event Management and Event Tourism*. New York: Cognizant Communication Corporation, 1997.

GETZ, D. *Event Management and Event Tourism*. New York: Cognizant Communication Elmsford, 2005.

GIANNINI, L. Storia: le Olimpiadi moderne. Videolezione tenuta dal Prof. Lamberto Giannini. Lambe Canale. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=PBMTa2OjwrE> Publicado em 6 de Abril de 2018.

GIDDENS, A. *Consequências da Modernidade*, Celta Editora, Oeiras, 3ª Edição, 1996.

GIDDENS, A. *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa: Editorial Presença, 2000.

GIL, G. “Quilombo, o Eldorado Negro” Warner Music, 1984.

GINZBERG, L. *Le leggende degli ebrei*, I. Dalla creazione al diluvio. Milano: Adelphi, 1995.

GOODWIN, H. *Sustainable Tourism and Poverty Elimination*, London: Department for International Development (DFID), Workshop on Sustainable Tourism and Poverty, 1998.

GOOGLE. Google Earth website. <http://earth.google.com/>, 2018.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

GRAVES, R.; PATAI, R. *I miti ebraici e critica alla Genesi*. Milano: Longanesi, 1969.

GROSSATO, A. **Il mito della fenice in Oriente**. La Grafica & Stampa editrice s.r.l., Vicenza per conto di Marsilio Editori s.p.a. in Venezia, 2008.

GTAPM - GRUPO DE TRABALHO ACADÊMICO PROFISSIONAL MULTIDISCIPLINAR. **Parecer sobre as propostas de urbanização da Associação de Moradores da Vila Autódromo e de reassentamento da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para os moradores da Vila Autódromo**, 2013.

GUALA, C. Per una tipologia dei mega-eventi. Em Dansero, E. e Segre, A. **Bollettino della Società Geografica Italiana**, VII: pp. 743-755, (2002b).

GUALA, C. **Mega Eventi** – Immagini e legacy dalle Olimpiadi alle Expo. Roma: Carrocci Editore, 2015.

GURSOY, D., JUROWSKI, C., UYSAL, M. *Resident attitudes: a structural modeling approach*. **Annals of Tourism Research**, 29, 79-105, 2002.

GURSOY, D. e KENDALL, K. *Hosting mega events: modelling locals' support*. **Annals of Tourism Research**, 33(3), 603-623, 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HALL, C. M. **Hallmark Tourist Events: Impacts, Management, and Planning**. London: Belhaven Press, 1992.

HALL, C. M. **Mega-Events And Their Legacies**. In Murphy, P. E. *Quality Management in Urban Tourism*. Chichester: Wiley, pp. 75-87, 1997.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 2005.

_____. **Espaços de Esperança**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **Cidades Rebeldes** – Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Editora Livraria Ltda, 2014.

HILLER, H. *Mega-Events, Urban Boosterism and Growth Strategies: An Analysis of the Objectives and Legitimations of the Cape Town 2004 Olympic Bid*. **International Journal of Urban and Regional Research**, 24 (2), 449-458, 2000.

HUMBERT, M. De l'oligopole à la concurrence systémique. **Économies et sociétés**, n. 11-12, 1988.

IBGE. Censo de 2010. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br. Consultado em 01-09-2019.

IMAI K. J.; BABA, Y. « Systemic innovation and cross-border networks, transcending markets and hierarchies to create a new techno-economic System », in Ocde, *Technology and productivity*, op. cit.

IOC - INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **IOC Marketing Report Rio 2016**, pp. 40-97, 2016.

JAFARI, J. Tourism Peoples and their Cultures, in **Sociologia Urbana e Rurale** (38), Bolonha: Universidade de Bolonha, pp. 149-159, 1992.

JAGO, L. (1997). *Special events and tourism behavior*. Department of Hospitality, Tourism and Marketing. (Tese de Doutorado). Victoria University, Melbourne: pp.330.

JUNG, C. G. et élèves. **L'homme et ses symboles**. Laffont. 1964

KELLY, M. In DONAHUE, B. The price of gold. Washington Post. July 6, 2020. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/magazine/2020/07/06/inside-troubling-legacy-displacing-poor-communities-olympic-games-one-villages-resistance->

brazil/?arc404=true&utm_campaign=wp_post_most&utm_medium=email&utm_source=newsletter&wpisrc=nl_most&fbclid=IwAR0O9L9Uzt9LvSKJb13GsAWAXn_Jm4v8aOBjodCk3lJNuh_mx5c49ZMl0I. Consultado em 24-07-2020.

KOOIMAN, J. Gobernar en gobernanza. *Revista Instituciones y Desarrollo* 16, pp. 171-194, 2004.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens** (3ªed.). São Paulo: Aleph, 2003.

LA GAZZETTA DELLO SPORT. Pugnì contro razzismo. 50 anni smith carlos hall of fame. Disponível em: <https://www.gazzetta.it/Sport-Vari/23-09-2019/pugni-contro-razzismo-50-anni-smith-carlos-hall-of-fame-3402728200644.shtml>. Consultado em 24-09-2019

LALANDE, A. Vocabulaire critique et technique de la philosophie, article “symbole sens”, n. 2.

LANDES, D. S. **A Riqueza e a Pobreza das Nações**, Lisboa: Gradiva, 4ª edição Revista, 2001.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: EDUEMG, 1999.

LEE, C., LEE, Y., LEE, B. Korea’s destination image formed by the 2002 World Cup. *Annals of Tourism Research*, 32(4), 839–858, 2005.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LESSA, P. ; FIALHO, L. Entre o amor e a libertação : Iansã e Ogum encarnados na poética visual de Dandara e Zumbi. **IV Simpósio Internacional de Educação Sexual**. Feminismos, identidades de gênero e políticas públicas. UEM. De 22 a 24 de Abril de 2015.

LEVI-STRAUSS, C. **Anthropologie structurale**. Paris : Plon, 1958.

LÉVI-STRAUSS, C. **La Potière jalouse**. Paris : Plon, 1985.

LOPES, S. Poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen, Lisboa, 1990.

LUDKE, M., ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAFFESOLI, M. Mythe, quotidien et épistémologie. Dans : **Le mythe et le mythique. Colloque de Cerisy**. Paris : Cahiers de l'Hermétisme, 1987.

MALHADO, A.; ARAUJO, L. Legados da Copa do Mundo: Como tornar realidade o legado de um megaevento para o desenvolvimento turístico sustentável? **Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR, Penedo**, vol. 6, n.2, p. 195-199, 2016. <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>.

MALRAUX, A. **Les Voix du Silence, Le Musée Imaginaire**. Gallimard, 1951.

MARICATO, P. Vende-se Rio de Janeiro, ótimo Estado, todo reformado, segurança reforçada, excelente para temporadas - Megaeventos e impactos nas cidades. **Revista Praia Vermelha** – Estudos de Políticas e Teoria Social. Programa de Pós-Graduação em serviço Social – UFRJ, ISSN 1414-9184 vol. 24, n. 1, Janeiro-Junho, 2014.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, livro 1, tomo 1, 1983.

_____. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, v. 1. livro 1, tomo 2, 1984.

MASCARENHAS, G. Apresentação. Dossiê: Cidades Olímpicas. **Revista Advir** / Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. N. 35 (jul. 2016). Rio de Janeiro: Asduerj, ISSN 1518-3769, 2016.

MASCARENHAS, G. Os megaeventos esportivos e a cidade. 52 slides, UERJ, 2019.

MAURON, C. **Des Méthaphores Obsédantes au Mythe Personnel**: Introduction à la Psychocritique, Paris: J.Corti, 1962.

MATIAS, M. **Organização de Eventos: Procedimentos e Técnicas**. 3ª ed. – Barueri SP: Manole, 2004.

MEDEIROS, T. **O turismo de sol e praia e o circuito inferior da economia urbana**: um estudo a partir da praia de Ponta Negra - Natal/RN. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil, 2014.

MELLO, G. **Contribuições para o estudo do imaginário**. Em: Aberto, Brasília, ano 14, n. 61, jan/mar, 1994.

MEKSENAS, P. **Pesquisa social e ação pedagógica**. São Paulo: Loyola, 2002.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MILITO, M., MARQUES, S., ALEXANDRE, M. Percepção do Residente em Relação a Turismo e Megaevento: análise bibliométrica de periódicos internacionais e latino-americanos. **Revista Turismo em Análise** – Eletrônica, 24(3), 2013.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Gestão do legado e Megaeventos. Disponível em: [www.brasil2016.gov.br]. Consultado em [02-01-2018], 2016.

MORAES, A. **Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço**. Relatório comentado de leituras apresentado como trabalho de avaliação no curso “A reorganização do espaço geográfico na fase histórica atual”, ministrado pelo prof. Milton Santos na pós-graduação do Departamento de Geografia da F.F.L.C.H. da Universidade de São Paulo, no segundo semestre de 1984.

MORAES, V. Samba da bênção. **Canções**. Tonga Editora Musical LTDA, 1967.

MORÃES, V. **Livro de sonetos**, Rio de Janeiro: Sabiá, 1967.

MORIN, E. **La Méthode**: II. La Vie de la vie. Paris, 1980, p. 84 et sq.

MOWFORTH, M.; MUNT, I. **Tourism and Sustainability. New tourism in the Third World**. London: Routledge, 1998.

MUJICA, J. **Cumbre Rio** 20/06/2012 Disponível em:
https://medios.presidencia.gub.uy/jm_portal/2012/noticias/NO_E600/mujrio.pdf
Consultado em 20/12/2018.

MUSEU DAS REMOÇÕES. **A Vila Autódromo**. Disponível em:
<https://museudasremocoes.com/#> 2016.

NA BANCADA. Muito obrigado, Gilmar Mascarenhas! Disponível em:
https://nabancada.online/2019/06/10/muito-obrigado-gilmar-mascarenhas/?fbclid=IwAR1H_EdfhLSPsHEaX8qpNlhNauVd4DjbOz7Lzm6LUrhhIQ uUev1jQYuyoP8 Consultado em 23-10-2019.

NATERA PERAL, A. Nuevas estruturas y redes de gobernanza. **Revista Mexicana de Sociología** 67, 4 (octubre-diciembre, 2005), pp. 755-791, 2005.

NETO, D. **Futebol co mo linguagem. Da mitologia à psicanálise**. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC – Editora, 2010.

NETO, J. **O lunar de Sepé**. Contos gauchescos e lendas do sul. Porto Alegre: Globo, 1976.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NUCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES. **Homenagem a Gilmar Mascarenhas de Jesus (1962-2019)**. Consultado em 20 de dezembro de 2019.

Disponível em: http://neer.com.br/homenagem-a-gilmar-mascarenhas-de-jesus-1962-2019/?fbclid=IwAR3n_88YGdp3vObfGdaACip3YlX3jXC_v_XlZeuDMQGL-CuvdHTMgq4nFkg, 2019.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **COB perde patrocinadores e inicia ciclo olímpico para Tóquio sem parceiros comerciais próprios.** Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,cob-perde-patrocinadores-e-inicia-ciclo-olimpico-para-toquio-sem-parceiros-comerciais-proprios,70001668290>>. Consultado em 20/01/2018. Publicado em 16/02/2017.

OLIVEIRA, D. Qualidade de vida em habitação de interesse social: Caso Metrô-Mangureira. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola Politécnica. Programa de Engenharia Urbana, 2015.

OLIVEIRA, N. A produção da cidade através do espetáculo esportivo: quando a exceção se torna regra. **E-Metropolis** – Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, n.13, ano 4, junho de 2013, 2013.

PATLAGEAN, E. “A história do Imaginário”. In: LE GOFF, J. (org). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp. 291-318.

PEDRO, F., CAETANO, K., CHRISTIANI E RASQUILHA L. **Gestão de Eventos**. Lisboa: Quimera, 2005.

PEREIRA MEDEIROS DA SILVA, J.C. **À flor da terra**: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond : IPHAN, 2007.

PESAVENTO, S. J. Em busca de outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 29, v. 15, 1995.

PINTEREST: The Paraisópolis favela borders the affluent district of Morumbi. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/453878468680336808/>. Consultado em 11-05-2020.

PMMR - PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DAS REMOÇÕES. **Texto coletivo**, escrito por Sandra Maria Teixeira, Nathalia Macena, Luiz Cláudio da Silva e Maria da Penha Macena, 2017. Disponível em : https://drive.google.com/file/d/1B_BQsCbn9xYuwp1NrutIAYxYuCKj8sXn/view. Consultado em 09/07/2019.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano 2015, síntese. O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano, 2016.

POPOVIC, P. « La Sociocritique. Définition, histoire, concepts, voies d’avenir ». **Pratiques**, n ° 151-152, décembre 2011.

POPOVIC, P. **La Mélancolie des Misérables**. Essai de sociocritique, Montréal, Le Quartanier, « Erres Essais », 2013.

PORTER, M. E.; « Compétition in global industries : A conceptual framework », dans PORTER, M. E. (ed.), **Competition in Global Industries**, Harvard Business School Press, Boston (Mass.), 1986.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/>. Consultado em 06 de junho de 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **LEI Nº 10.257** de 10 de julho de 2001.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **LEI Nº 12.035**, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.

PREUSS, H. Le implicazioni economiche delle Olimpiadi. In Bobbio, L. e Guala, C., *Olimpiadi e grandi eventi*. Roma: Carocci, 2002.

PREUSS, H. **The Economics of Staging the Olympics: a comparison of the games, 1972-2008**. Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, 2004.

PREUSS, H. Winners and Losers of the Olympic Games, in RUBIO, K. (2008) *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social*. Casa do psicólogo: São Paulo, 2007.

PRITSCH, E. As vidas de Sepé. Tese de Doutorado em Letras – Programa de Pós-graduação em Letras/Estudos Literários, UFRGS. Porto Alegre, 2004.

QUEIROZ, M. I. de. Desenvolvimento, no Brasil, das pesquisas empíricas de sociologia: ontem e hoje. **Ciência e Cultura** 24 (6), 511-525, São Paulo, 1972.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. **Manual de Investigação em Ciências Sociais** (4.^a edição). Lisboa, Portugal: Gradiva, 1995.

RABELLO, S. “Parque Olímpico” e os edifícios na beira da Lagoa de Jacarepaguá. **Blog Nossos Bairros**. Disponível em: <http://www.soniarabello.com.br/parque-olimpico-e-os-edificios-na-beira-da-lagoa-de-jacarepagua/>. Publicado em 22/08/2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAISTORIA. **Cronache dall’antichità** – Olimpia – I giochi degli dei. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kwK32mzNsGw>. Consultado em 01/08/2019. Publié dans youtube par Sailormark67 le 22 Septembre 2018.

RAYES, C.; CHANINE, M. Les exclus du Mondial. **Libération**, Paris, pp. 2-5, 10 jun. 2014.

RIBEIRO, L. F. Sistema de Coordenadas Geográficas. In Território e memória: uma etnografia na comunidade remanescente quilombola de Muquém em União dos Palmares – Alagoas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas (UFAL), 2018.

RICOEUR, P. **Finitude et culpabilité**, II, La symbolique du mal. Aubier, 1960.

RICOEUR, P. **Teoria da interpretação**. O discurso e o excesso de significação. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Ed. 70, 1987.

RIO 2016. **Dossiê de candidatura Rio 2016**. 2009, Vol. 1

RIO ON WATCH – RELATOS DAS FAVELAS CARIOCAS. Famílias Oriundas do Metrô-Mangueira Lutam Pela Permanência no MCMV ao Terem Promessas Quebradas Pela Prefeitura. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=41593>. Consultado em 25 de outubro de 2019.

RITCHIE, J. Assessing the Impact of Hallmark Events: Conceptual and Research Issues. *Journal of Travel Research*, 23 (1), 2-11, 1984.

ROCHE, M. *Mega-events and Modernity: Olympics and Expos in the Growth of Global Culture*. London: Routledge, 2000.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares**: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

SANTOS, J. F. **Ganga Zumba**. Editora Jose Olímpio, 2010.

SANTOS JUNIOR, O; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. Brasil. **Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda. 2015.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p.5-20, jan. 1999

_____. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Economia espacial:** críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **Pensando o espaço do homem.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004a.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004b.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **O retorno do território.** Osal: Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, v. 6, n. 16, p.249-261, jun. 2005.

_____. **O espaço dividido:** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A Natureza do Espaço.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6. ed. 2. Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro: Récord, 2001.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século xxi. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, S. Sepé Tiaraju, herói literário: figurações da identidade. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria – Centro de Artes e Letras – Programa de Pós-graduação em Letras. Santa Maria, RS, Brasil, 2006.

SASSEN, S. **Losing Control?** Sovereignty in an Age of Globalization. Columbia University Press, 1996.

SASSEN, S. **Globalization and its Discontents:** Essays on the New Mobility of People and Money. New York: The New Press, 1999.

SEABRA, J. A. **Gramática grega.** Nova Renascença, 1985.

SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social. O que é o Bolsa Família. Disponível em: <http://www.sedes.df.gov.br/bolsa-familia/>. Consultado em 16-02-2020.

SILVA, K. V; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, 2008.

SILVEIRA, M. L. Los territorios corporativos de la globalización. Buenos Aires: **Memoria Académica.** Universidad Nacional de la Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. ISSN 1850-1885. Vol.3, n.3, 13-26, 2007.

SILVEIRA, M. L. Región y división territorial del trabajo: desafíos en el período de la globalización. Puerto Colombia: **Investigación y desarrollo**, 17, 2 – ISSN 0121-3261, 2009.

_____. Espaço geográfico e fenômeno técnico: pensando um esquema de análise. In: BOMFIM, Paulo Albuquerque; SOUSA NETO, Manoel Fernandes (Org.). **Geografia e pensamento geográfico no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2010a. p. 123-139.

_____. Região e globalização: pensando um esquema de análise. **Redes:** Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 1, p.74-88, jan. 2010b.

_____. Geografia e mundo contemporâneo: pensando as perguntas significativas. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 2, p.205-219, maio de 2012.

_____. *Circuitos de la economía urbana: ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2016.

SKLIAR, C. Penser à l'autre sans conditions (depuis l'héritage, l'hospitalité et l'éducation). Traduit par Angélique del Rey. **Presses universitaires de Caen « Le Télémaque »** 2006/1 n° 29 | pages 125 à 146 ISSN 1263-588X ISBN 2-4133283. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-telemaque-2006-1-page-125.htm>. Consultado em 01-05-2020.

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. **Geografia: conceitos e temas**. 7 ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2005.

SPERA, L. *Crimine e favelas – Traffico di droga, violenza istituzionale e politiche di pubblica sicurezza a Rio de Janeiro dalla fondazione alla pacificazione per le Olimpiadi 2016*. Edizioni Eiffel: Ogliastro Cilento (Sa), 2016.

STRATI, R. “La fenice nella letteratura latina”. **Annali online di Ferrara** 1, pp. 54-79, 2007.

STREETEN, P. **Reconciling the Economics of Social and Environmental Sustainability**; Remarks by Neva Goodwin to introduce the 2001 Leontief Prize recipients at Tufts University, 2001.

SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nº 12.035**, DE 1º De Outubro de 2009.

TANAKA, G.; OLIVEIRA, F.; SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, R.; BIENENSTEIN, G.; VAINER, C.; COSENTINO, R.; MEDEIROS, M.; MONTEIRO, P. **Viva a Vila Autódromo – O Plano Popular e a luta contra a remoção**. Rio de Janeiro: ETERN, 2018.

TAVARES, M. Introdução. Por uma outra globalização. In SANTOS, M. **Por uma outra globalização**, 2004.

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

TENAN, I. **Eventos**. 2ª ed. São Paulo: Aleph (Coleção ABC do Turismo), 2002.

TERRA – ISTOÉ. Brasil perde cerca de R\$ 200 bilhões por ano com corrupção, diz MPF. Disponível em : [<https://istoe.com.br/brasil-perde-cerca-de-r-200-bilhoes-por-ano-com-corrupcao-diz-mpf/>]. Consultado em [07-01-2018], 2016.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1982.

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION [UNWTO]. **Yearbook of Tourism Statistics**. Date 2005-2009, 2011 Edition, Madrid: World Tourism Organization, 2011.

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION [UNWTO] **Compendium of Tourism Statistics**. Date 2007-2011, 2013 Edition, Madrid: World Tourism Organization, 2013.

UNWTO - WORLD TOURISM ORGANIZATION. 2017 **Annual report**. Madrid: UNWTO, 2018.

UOL NOTÍCIAS. Famílias da Vila Autódromo querem indenização da Prefeitura do Rio. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2016/06/28/familias-removidas-da-vila-autodromo-querem-indenizacao-da-prefeitura-do-rio.htm>. Consultado em 02-07-2020. Publicado em 28-06-2016.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O. *et al.* **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

VAN DEN BROEK, R. **The Myth of the Phoenix according to Classical and Early Christian Traditions**. Leiden, 1972.

VANOYEKE, V. **La naissance des Jeux Olympiques et le sport dans l'antiquité**. Paris : Société d'édition Les Belles Lettres, 2004.

VEAL, A. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

VICO, G. **La scienza nuova**. BUR Biblioteca Universale Rizzoli, 1977.

VICO, G. **Princípios de uma ciência nova** – acerca da natureza comum das nações. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1979, p. 6-22.

VICO, R. P. Os megaeventos desportivos na percepção da comunidade local: o caso do Mundial de Futebol do Brasil de 2014 pelos moradores de Itaquera em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Turismo e Gestão Estratégica de Destinos Turísticos) – Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Portugal, 2016.

VICO, R. P.; UVINHA, R.; GUSTAVO, N. *Sports mega-events in the perception of the local community: the case of Itaquera region in São Paulo at the 2014 FIFA World Cup Brazil*. **Soccer & Society**, vol. 19, n. 2, February 2018. DOI: 10.10080/14660970.2017.1419471 Disponível em : [https://doi.org/10.10080/14660970.2017.1419471]. Consultado em [01-07-2018], 2018.

ZAMBON, F; GROSSATO, A. **Il mito della fenice in Oriente e in Occidente**. Venezia, 2004.

ZÉ KETI. Opinião. **Album Opinião** de Nara Leão, 1964.

WHITSON, D. et HORNE, J. Underestimated costs and overestimated benefits? Comparing the outcomes of sports mega-events in Canada and Japan. **Sociological Review**, 54(2), 71 89, 2006.

WORDPRESS.COM : Carte : la Méditerranée grecque au V siècle avant Jésus-Christ. Disponível em : <https://herodotethourioi.wordpress.com/2014/01/17/carte-la-mediterranee-grecque-au-v-siecle-avant-jesus-christ/>. Consultado em 12-05-2020.

WUNENBURGER, J. J. Les fondements de la “fantastique transcendante”. Dans : **Le mythe et le mythique. Colloque de Cerisy**. Paris : Cahiers de l’Hermétisme, 1987.

WUNENBURGER, J.J. **La raison contradictoire**. Sciences et philosophie modernes. La pensée du complexe. Paris: Albin Michel, 1990.

YIN, R. **Case study research: Design and methods**. SAGE, Thousand Oaks, 2003.

ENTREVISTAS REALIZADAS

BRITO, A. Guia turístico do projeto «*Revelando o Brasil*». Entrevista não confidencial, Abril de 2019.

CABRAL, A. Líder de um grupo de voluntários da FIFA durante a Copa do Mundo 2014 em Natal. Entrevista não confidencial realizada em 7 de dezembro de 2017, 2017.

CARVALHO, A. Professora de Geografia da Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro. Entrevista não confidencial realizada em março de 2019.

CAVALCANTI, J.H. Diretor técnico do SEBRAE RN. Entrevista não confidencial realizada no dia 4 de dezembro de 2017, 2017.

CLÁUDIO, L. Membro da Associação de Moradores da Vila Autódromo e membro do Museu das Remoções. Entrevista não confidencial 9 de fevereiro de 2019.

CUSTÓDIO, R. Residente da *Favela do Metrô*. Entrevista não confidencial realizada em 25/26 de Junho de 2018 e em 21 de Fevereiro de 2019.

FELIPPSEN, C. Residente do Morro da Providência e guia de turismo oficial. Entrevista não confidencial realizada no dia 20 de fevereiro de 2019.

GUAJAJARA, J. U. Cacique da *Aldeia Maracanã* e professor de Tupi Guarani na UERJ. Entrevista não confidencial realizada em 8/9 de fevereiro e em 29/30 de abril de 2019.

MACENA, N. Membro da Associação de Moradores da Vila Autódromo e membro do Museu das Remoções. Entrevista não confidencial, 9 de fevereiro de 2019.

MASCARENHAS, G. Professor de Geografia da UERJ. Entrevista não confidencial realizada em abril de 2019.

PENHA, M. Líder da Associação de Moradores da Vila Autódromo e membro do Museu das Remoções e do Comitê Popular da Copa do Mundo e da Olimpíada. Entrevista não confidencial realizada em junho de 2018.

SANTOS, C. A. Residente da Favela do Metrô. Entrevista não confidencial, fevereiro de 2019.

SANTOS JUNIOR, O. Professor da UFRJ e membro do Observatório das Metrôpoles. Entrevista não confidencial, 14 de fevereiro de 2019.

SPERA, L. Jornalista Internacional da *Agenzia Nova*. Entrevista não confidencial realizada em 02 de maio de 2019.

TEIXEIRA, S. M. Líder da Associação de Moradores da Vila Autódromo e membro do Museu das Remoções. Entrevista não confidencial, 9 de fevereiro de 2019.

TREVISAN, A. Residente e líder comunitário da Favela do Metrô. Entrevista não confidencial realizada em 25/26 de junho de 2018 e em 21 de fevereiro de 2019.

VALLE ROSA, C. Coronel Aviador da Reserva da Força Aérea Brasileira (FAB) e doutorando em Geografia pela UFRN. Entrevista não confidencial, realizada no dia 8 de junho de 2018.

ANEXOS

- **Anexo A: Plano Urbanístico Popular da Vila Autódromo**



- **Anexo B: Atividades realizadas durante o “Ato Ocupa BRT Vila Autódromo”.**

- **Anexo C: Homenagem ao Gilmar Mascarenhas pelo professor e geógrafo Rogério Haesbaert:**

A UM AMIGO QUE VIVEU A GEOGRAFIA E GEOGRAFOU O VIVER

Não quero falar aqui daquele que Horacio Capel, renomado geógrafo espanhol, considerava “o maior geógrafo dos esportes da Iberoamérica”.

Gilmar começou seu memorial com a citação: 'Teria feito muito mais, não fosse tão vasto o mundo, tão curta a vida, tão grande o amor'. E acrescentou: "Gosto deste enunciado, que no meu caso em certos momentos tende a adquirir outro tom: 'Teria feito muito mais, não fosse tão vasta e incontornável a Geografia, tão curto e acelerado o tempo, tão grande e absorvente o precioso envolvimento familiar'".

Numa tocante linguagem literária, toda a primeira parte do memorial era uma ode aos subúrbios do Rio onde viveu, à família, ao pai feirante que inspirou sua dissertação de mestrado, aos amigos e à vida simples que valorizou duplamente sua bela jornada. Por isso, para além de seus grandes méritos intelectuais, fiz questão de lhe dizer que o mais importante em sua trajetória era sua dimensão sensível, humana, aquilo que de fato faz a vida valer a pena. E Gilmar fez a vida – dele e a de muitos de nós – realmente valer a pena.

Gilmar cultivou paixão e amor – tantas vezes também humor – em tudo o que fazia. Alguns amam e fazem o bem para receber um prêmio em outra vida. Gilmar amava com todas as forças por que era um apaixonado por ESTA vida. Além de sua crítica incisiva à injustiça e à mercantilização de nossas cidades, esse é o grande legado que ele nos deixa: amar profundamente, a cada instante, a vida e aqueles que estão ao nosso lado.

Gilmar terminou seu memorial afirmando:

“Eis aqui um garoto da feira, do subúrbio e dos trens lotados. Mas também de pomposos congressos, de Paris e de aviões. Do Encantado e de Laranjeiras. Dentro das possibilidades de seu tempo, vivendo a geografia e geografando o viver”. Que fique pra sempre, na enorme saudade, esse Gilmar apaixonado que partiu “geografando o viver” (HAESBAERT, 2019).

• Anexo D: Lei do “Ato Olímpico”



Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.035, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.

[Vigência](#)

Institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, denominados Jogos Rio 2016, e estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional.

Art. 2º Ficam dispensadas a concessão e a aposição de visto aos estrangeiros vinculados à realização dos Jogos Rio 2016, considerando-se o passaporte válido, em conjunto com o cartão de identidade e credenciamento olímpicos, documentação suficiente para ingresso no território nacional.

§ 1º Aos portadores do cartão de identidade e credenciamento olímpicos será vedado o exercício de qualquer outra função, remunerada ou não, além da ali estabelecida.

~~§ 2º A permanência no território nacional na condição estabelecida neste artigo será restrita ao período compreendido entre 5 de julho e 28 de outubro de 2016, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) dias, desde que formalmente requerido à autoridade competente e por ela aceito, devendo acompanhar o respectivo requerimento manifestação emitida pelo Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016.~~

§ 2º A permanência no território nacional na condição estabelecida neste artigo será restrita ao período compreendido entre 5 de maio de 2016 e 5 de novembro de 2016, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) dias, mediante requerimento formal, acompanhado de manifestação emitida pelo Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, dirigido à autoridade competente e por ela aceito. [\(Redação dada pela Lei nº 13.284, de 2016\)](#)

Art. 2º-A. Deverão ser concedidos, sem qualquer restrição quanto a nacionalidade, raça ou credo, vistos de entrada para espectadores que possuam ingressos ou confirmação de aquisição de ingressos válidos para qualquer evento dos Jogos Rio 2016 e que comprovem possuir meio de transporte para entrada e saída do território nacional, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. [\(Incluído pela Lei nº 13.173, de 2015\)](#)

§ 1º O visto de entrada concedido nos termos do caput deste artigo terá validade restrita ao período compreendido entre 5 de julho e 18 de setembro de 2016, limitada a estada de seu detentor ao prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, contado da data da primeira entrada em território nacional. [\(Incluído pela Lei nº 13.173, de 2015\)](#)

§ 2º Considera-se documentação suficiente para obtenção do visto de entrada definido no caput deste artigo ou para ingresso no território nacional o passaporte válido, ou documento de viagem equivalente, em conjunto com quaisquer instrumentos que demonstrem a vinculação de seu titular com os Jogos Rio 2016 e comprovem que ele possui meio de transporte para entrada e saída do território nacional. [\(Incluído pela Lei nº 13.173, de 2015\)](#)

§ 3º O disposto no caput deste artigo não constituirá óbice à denegação de visto e ao impedimento à entrada, nas hipóteses previstas nos arts. 7º e 26 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. [\(Incluído pela Lei nº 13.173, de 2015\)](#)

§ 4º A concessão de vistos de entrada a que se refere o caput deste artigo terá caráter prioritário quando efetuada no exterior pelas missões diplomáticas, pelas repartições consulares de carreira, pelas repartições vice-consulares e, quando autorizados pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, pelos consulados honorários. [\(Incluído pela Lei nº 13.173, de 2015\)](#)

§ 5º Os vistos de entrada concedidos nos termos do caput deste artigo poderão ser emitidos por meio eletrônico, na forma disciplinada pelo Poder Executivo. [\(Incluído pela Lei nº 13.173, de 2015\)](#)

Art. 3º Aos profissionais estrangeiros que ingressarem no território nacional fora do período previsto no § 2º do art. 2º e com a finalidade específica de atuar na estruturação, na organização, no planejamento e na implementação dos Jogos Rio 2016 será emitida permissão de trabalho isenta da cobrança de qualquer taxa ou demais encargos.

Art. 4º O período de permissão de trabalho concedido variará de acordo com a categoria profissional de cada estrangeiro, bem como com a necessidade e a relevância de sua permanência, devida e expressamente justificadas pelo Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016.

Parágrafo único. As permissões mencionadas no caput estarão restritas ao período compreendido entre outubro de 2009 e dezembro de 2016.

~~Art. 5º O Poder Executivo poderá revisar instrumentos bilaterais e unilaterais que tenham por objeto a utilização, de forma precária ou não, de bens, de imóveis ou de equipamentos pertencentes à União e a suas autarquias, indispensáveis à realização dos Jogos Rio 2016, assegurada a justa indenização, quando for o caso.~~

~~Art. 5º É facultada a cessão de uso de imóveis habitacionais de propriedade ou posse da União ou integrantes do patrimônio de fundos geridos por órgãos da administração federal direta ou indireta para atividades relacionadas à realização dos Jogos Rio 2016, na forma regulamentada pelo Poder Executivo. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 679, de 2015\)](#)~~

Art. 5º É facultada a cessão de uso de imóveis habitacionais de propriedade ou posse da União ou integrantes do patrimônio de fundos geridos por órgãos da administração federal direta ou indireta para atividades relacionadas à realização dos Jogos Rio 2016, na forma regulamentada pelo Poder Executivo. [\(Redação dada pela Lei nº 13.173, de 2015\)](#)

~~Art. 5º-A É facultada a cessão de uso de imóveis habitacionais de propriedade ou posse da União ou integrantes do patrimônio de fundos geridos por órgãos da Administração Federal Direta ou Indireta, para atividades relacionadas à realização dos Jogos Rio 2016, na forma regulamentada pelo Poder Executivo. [\(Incluído pela Lei nº 13.161, de 2014\)](#) [\(Revogado Lei nº 13.173, de 2015\)](#)~~

~~Art. 6º As autoridades federais, no âmbito de suas atribuições legais, deverão atuar no controle, fiscalização e repressão de atos ilícitos que infrinjam os direitos sobre os símbolos relacionados aos Jogos Rio 2016. [\(Revogado pela Lei nº 13.284, de 2016\)](#)~~

~~Parágrafo único. Para os fins desta Lei, a expressão “símbolos relacionados aos Jogos 2016” refere-se a: [\(Revogado pela Lei nº 13.284, de 2016\)](#)~~

~~I – todos os signos graficamente distintivos, bandeiras, logotipos, emblemas e hinos utilizados pelo Comitê Olímpico Internacional – COI; [\(Revogado pela Lei nº 13.284, de 2016\)](#)~~

~~II – as denominações “Jogos Olímpicos”, “Jogos Paraolímpicos”, “Jogos Olímpicos Rio 2016”, “Jogos Paraolímpicos Rio 2016”, “XXXI Jogos Olímpicos”, “Rio 2016”, “Rio Olimpíadas”, “Rio Olimpíadas 2016”, “Rio Paraolimpíadas”, “Rio Paraolimpíadas 2016” e demais abreviações e variações e ainda aquelas igualmente relacionadas que, porventura, venham a ser criadas dentro dos mesmos objetivos, em qualquer idioma, inclusive aquelas de domínio eletrônico em sites da internet; [\(Revogado pela Lei nº 13.284, de 2016\)](#)~~

~~III – o nome, o emblema, o hino, o lema e os demais símbolos do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016; e [\(Revogado pela Lei nº 13.284, de 2016\)](#)~~

~~IV – os mascotes, as marcas, as tochas e outros símbolos relacionados aos XXXI Jogos Olímpicos, Jogos Olímpicos Rio 2016 e Jogos Paraolímpicos Rio 2016. [\(Revogado pela Lei nº 13.284, de 2016\)](#)~~

Art. 7º É vedada a utilização de quaisquer dos símbolos relacionados aos Jogos Rio 2016 mencionados no art. 6º para fins comerciais ou não, salvo mediante prévia e expressa autorização do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016 ou do COI.

Art. 8º A vedação a que se refere o art. 7º estende-se à utilização de termos e expressões que, apesar de não se enquadrarem no rol de símbolos mencionados nesta Lei, com estes possuam semelhança suficiente para provocar associação indevida de quaisquer produtos e serviços, ou mesmo de alguma empresa, negociação ou evento, com os Jogos Rio 2016 ou com o Movimento Olímpico.

Art. 9º Ficam suspensos, pelo período compreendido entre 5 de julho e 26 de setembro de 2016, os contratos celebrados para utilização de espaços publicitários em aeroportos ou em áreas federais de interesse dos Jogos Rio 2016, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Os futuros instrumentos contratuais, oriundos de processos licitatórios ou não, com o mesmo objeto referido no caput, deverão conter cláusula prevendo a suspensão nele referida.

Art. 10. A suspensão mencionada no art. 9º está condicionada a requerimento do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, devidamente fundamentado, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, com facultade de opção de exclusividade na utilização dos referidos espaços publicitários, a preços equivalentes àqueles praticados em 2008, devidamente corrigidos monetariamente.

Parágrafo único. A prerrogativa de adquirir os referidos espaços publicitários constante do caput poderá ser transferida pelo Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016 a quaisquer empresas ou entidades constantes do rol de patrocinadores e colaboradores oficiais do COI e do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016.

Art. 11. Serão aplicadas, sem reservas, aos Jogos Rio 2016 todas as disposições contidas no Código da Agência Mundial Anti-Doping – WADA, bem como nas leis e demais regras de antidoping ditadas pela WADA e pelos Comitês Olímpico e Paraolímpico Internacionais vigentes à época das competições.

Parágrafo único. Havendo conflito entre as normas mencionadas no caput e a legislação antidoping em vigor no território nacional, deverão as primeiras prevalecer sobre esta última, específica e tão somente para questões relacionadas aos Jogos Rio 2016.

Art. 12. O Governo Federal, observadas a [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), e as responsabilidades definidas em instrumento próprio, promoverá a disponibilização para a realização dos Jogos Rio 2016, sem qualquer custo para o seu Comitê Organizador, de serviços de sua competência relacionados, entre outros, a:

I - segurança;

II - saúde e serviços médicos;

III - vigilância sanitária; e

IV - alfândega e imigração.

Art. 13. Fica assegurada a disponibilização de todo o espectro de frequência de radiodifusão e de sinais necessário à organização e à realização dos Jogos Rio 2016, garantindo sua alocação, gerenciamento e controle durante o período compreendido entre 5 de julho e 25 de setembro de 2016.

§ 1º A disponibilização de que trata o **caput** será assegurada às seguintes instituições e pessoas físicas:

- I - Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016;
- II - Comitê Olímpico Internacional;
- III - Comitê Paraolímpico Internacional;
- IV - federações desportivas internacionais;
- V - Comitê Olímpico Brasileiro;
- VI - Comitê Paraolímpico Brasileiro;
- VII - comitês olímpicos e paraolímpicos de outras nacionalidades;
- VIII - comitês organizadores de outras nacionalidades;
- IX - entidades nacionais e regionais de administração de desporto olímpico ou paraolímpico;
- X - mídia e imprensa credenciadas para os Jogos Rio 2016, inclusive transmissores de rádio e de televisão;
- XI - patrocinadores e demais parceiros dos Jogos Rio 2016;
- XII - fornecedores de serviços e produtos destinados à organização e à realização dos Jogos Rio 2016; e
- XIII - atletas credenciados para os Jogos Rio 2016.

~~§ 2º Exclusivamente durante o período a que se refere o **caput** e para a finalidade de organização e realização dos Jogos Rio 2016, o uso de radiofrequências pelas entidades e pessoas físicas enumeradas no § 1º será isento do pagamento de preços públicos e taxas ordinariamente devidos.~~

§ 2º Durante o período a que se refere o **caput** e para a finalidade de organização e realização dos Jogos Rio 2016, o uso de radiofrequências pelas instituições e pessoas físicas enumeradas no § 1º será isento do pagamento de preços públicos e taxas ordinariamente devidos. [\(Redação dada pela Lei nº 13.284, de 2016\)](#)

~~§ 3º A disponibilização de radiofrequência prevista no **caput** não incluirá as faixas de uso militar e aeronáutico.~~

§ 3º A disponibilização do espectro de frequência de radiodifusão prevista no **caput** e a isenção de pagamento referida no § 2º poderão ser estendidas para os eventos-teste, desde que solicitado à autoridade competente com prazo mínimo de 90 (noventa) dias de antecedência. [\(Redação dada pela Lei nº 13.284, de 2016\)](#)

§ 4º A disponibilização do espectro de frequência de radiodifusão prevista no **caput** e no § 3º não incluirá as faixas de uso militar e aeronáutico. [\(Incluído pela Lei nº 13.284, de 2016\)](#)

Art. 14. O Poder Executivo editará as normas complementares que se façam necessárias para a realização dos Jogos Rio 2016, inclusive no que se refere:

- I - aos serviços públicos de competência federal; e
- II - à adoção de ações afirmativas para garantir a reprodução da diversidade étnica brasileira nas diversas atividades relacionadas aos Jogos Rio 2016.

~~Art. 15. Fica autorizada a destinação de recursos para cobrir eventual déficit operacional do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, a partir da data de sua criação, desde que atenda às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e esteja prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.~~ [\(Revogado pela Lei nº 13.161, de 2015\)](#)

~~Parágrafo único. Os Ministérios do Esporte, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda serão ouvidos, previamente, diante de cada solicitação de destinação de recursos ao Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016.~~ [\(Revogado pela Lei nº 13.161, de 2015\)](#)

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 2 de outubro de 2009, observada a condição estabelecida no [art. 18](#), e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Brasília, 1º de outubro de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA
Tasso Gento
Nelson Jobim
Celso Luiz Nunes Amorim
Nelson Machado
Carlos Lupi
Márcia Bassili Lameiro da Costa Mazzoli
Edison Lobão
Paulo Bernardo Silva
Fernando Rodrigues Lopes de Oliveira
Dilma Rousseff
Jorge Armando Felix

Este texto não substitui o publicado no DOU de 1º.10.2009 - Edição extra e retificado em 13.10.2009

APÊNDICES

- **Apêndice A: O autor com os dois orientadores da tese Arnaud Huftier e Francisco Fransualdo de Azevedo, et com o Presidente da UPHF**



- **Apêndice B: Roteiro de perguntas estruturadas e semi-estruturadas - Percepção dos Moradores sobre o megaevento Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016**

1. De uma forma geral, qual é o seu nível de satisfação com a realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016?
2. Houve envolvimento dos moradores da sua comunidade antes, durante ou depois do processo de organização? Foram consultados para tomar alguma decisão?
3. De acordo com a sua percepção, o que acarretaram as transformações socio-territoriais para essa comunidade?
4. A reforma do estádio "Maracanã" e a construção do Parque Olímpico foram obras necessárias? E que tal o VLT e o BRT?
5. Como resultado do megaevento, você considera que houve remoções e expropriações de moradores? Nos conte como foi esse processo.
6. Você acha que melhorou o nível de segurança na sua comunidade após os Jogos Olímpicos?
7. Na sua opinião, aumentou o interesse do turismo no Rio de Janeiro durante e depois do megaevento? E no seu bairro?
8. Você acredita que houve um aumento no valor para aquisição dos imóveis (compra e aluguel) no bairro? *

9. Na sua percepção, a autoestima e o prestígio do Rio de Janeiro ter organizado um megaevento, aumentaram?
10. Para você, qual foi a verdadeira herança dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016?
11. Sempre segundo a sua opinião de residente, qual é o setor que ainda precisa de mais investimentos e melhorias na sua comunidade/bairro?
12. Para você, houve uma renovação da imagem e da visibilidade para o seu bairro/comunidade?
13. Segundo a sua opinião, melhorou ou piorou a qualidade de vida dos moradores da sua comunidade depois do megaevento?
14. Para você, antes, durante ou depois dos Jogos Olímpicos, houve alguma experiência valiosa?
15. Na sua percepção, quais foram os efeitos mais significativos para a sua comunidade / bairro a partir da realização dos Jogos olímpicos de 2016?
16. Gostaria de acrescentar algum episódio ou aspecto sobre tudo o que aconteceu?

- **Apêndice C: Camisetas da Vila Autódromo criadas pelo Museu das Remoções**



- **Apêndice D: Encontro com Gilmar Mascarenhas durante uma palestra do autor na UERJ com a sucessiva entrevista. Rio de Janeiro, Abril de 2019.**



- **Apêndice E: Algumas fotos mais representativas dos arquivos pessoais do autor durante os vários trabalhos de campo.**

Figura A1: Visita ao Parque Olímpico



Figura A2: Velódromo no Parque Olímpico



Figura A3: Veículo Leve sobre Trilho (VLT)	Figura A4: VLT na Cinelândia, Rio de Janeiro
	

Figura A5: Sinalização precária da Vila Autódromo	Figura A6: Dona Penha relatando o acontecido
	

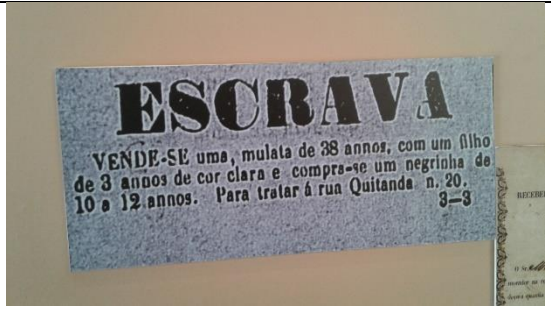
Figura A7: Cais do Valongo	Figura A8: Trata de escravos negros no Rio de Janeiro
	

Figura A9: Museu das Remoções, Vila Autódromo



Figura A10: “Travessa da Resistência”, Museu das Remoções



Figura A11: Favela do Metrô-Mangueira



Figura A12: Com Naldinho e outros moradores da Favela do Metrô

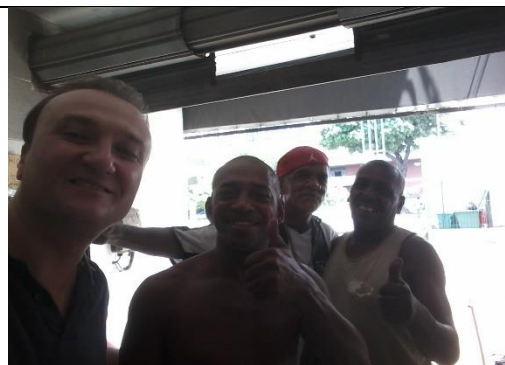


Figura A13: Crianças brincando na Aldeia Maracanã



Figura A14: Com a família de Zé Urutau Guajajara



Figura A15: Momentos do “Ato Ocupa BRT”



Figura A16: Passarela do BRT Vila Autódromo



Figura A17: Símbolos de resistência na Aldeia Maracanã



Figura A18: Imagem de protesto contra os JO na Aldeia Maracanã



Figura A19: Oca na Aldeia Maracanã



Figura A20: Território da Aldeia Maracanã



Figura A21: Prédio do ex-Museu do Índio



Figura A22: Portão do ex-Museu do Índio



Figura A23: Cosme Felippsen com o Rolê dos Favelados



Figura A24: Teleférico parado do Morro da Providência



Anexo F: Termo de consentimento do entrevistado, neste caso de Dona Penha.

Termo de Consentimento Livre Esclarecido

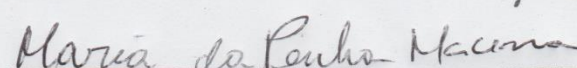
Fui informado (a) de que está sendo realizada uma pesquisa intitulada “Os megaeventos esportivos no Brasil e o uso corporativo do território: o caso emblemático da Vila Autódromo⁵⁸”, sob a responsabilidade do Professor Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo (Orientador) e do doutorando Roberto Paolo Vico (Pesquisador), respectivamente docente e discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Nesse sentido, ao aceitar participar desta pesquisa, fui entrevistado (a) por meio de um roteiro semi-estruturado e durante a entrevista foram realizadas perguntas de ordem sociopolítica e profissional. Tenho ciência de que a entrevista foi gravada para facilitar sua posterior transcrição.

Além do mais, autorizo que o meu nome seja mencionado quando forem apresentados os resultados da pesquisa nos mais diversos meios de divulgação, a exemplo da tese de doutorado desenvolvida, artigos científicos, livros, etc. Também destaco que não recebi qualquer pagamento para participar desta pesquisa. Estou de acordo em participar da pesquisa, por isso fui solicitada, para assinar, junto com o pesquisador, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Após ter recebido as informações acima, este Termo de Consentimento foi lido e eu decidi participar desta pesquisa de forma livre e esclarecida.

Rio de Janeiro, 19 de Fevereiro de 2020.



Entrevistado (a) _____ Pesquisador _____

Muito obrigado...